UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ALEXANDRE MARQUES SILVA

Ha'u Timoroan: a construção discursiva das identidades leste-timorenses

Versão Corrigida

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ALEXANDRE MARQUES SILVA

Ha'u Timoroan: a construção discursiva das identidades leste-timorenses

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de Concentração: Língua Portuguesa

Orientadora: Profª Drª Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S382h Silva, Alexandre Marques Ha'u Timoroan: a construção discursiva das identidades leste-timorenses / Alexandre Marques Silva; orientadora Zilda Gaspar Oliveira de Aquino.
- São Paulo, 2018.
360 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Identidade. 2. Objetos de Discurso. 3. *Frames*. 4. Discurso Político. 5. Timor-Leste. I. Aquino, Zilda Gaspar Oliveira de, orient. II. Título.

Folha de Aprovação

SILVA, Alexandre Marques. **Ha'u Timoroan**: a construção discursiva das identidades leste-timorenses. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Julgamento _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Julgamento _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Julgamento _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Julgamento _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Julgamento _____

À vida, pelas oportunidades e encontros que promove.
À minha mãe, pelas asas que deu a mim e as quais me
permitem voar à altura de meus sonhos.
Ao Davi, pela esperança que devemos depositar no futuro.
Ao bravo povo leste-timorense, por sua resistência e
coragem.

Agradecimentos

Início estes agradecimentos relembro minha trajetória e o lugar social que ocupo hoje como professor. O caminho percorrido ao longo de minha formação nunca foi solitário, embora, algumas vezes – em especial nestes últimos anos –, estivesse sozinho. Ele foi ladrilhado por conhecimento e por amor. O conhecimento formal me foi provido pela escola pública; o amor, pela minha família, mas não só por ela, o foi também por alguns professores que tive a sorte de encontrar e nos quais me inspiro todos os dias para tentar ser o melhor que eu puder. Destes, eu destaco duas professoras: *Ana Rossi*, que foi minha professora de Educação Física no Ensino Fundamental, responsável por me fazer gostar de esportes, por me permitir reconhecer as potencialidades e limitações do meu corpo, por me ensinar a importância do trabalho em equipe e por sempre falar sobre mim e comigo com um carinho que se revela em seu olhar. De todos os professores que me marcaram, você é a que permanece, a que sempre encontro e aquela que representa, para mim, um dos melhores exemplos de professor e de engajamento com a educação. Muito obrigado, Ana!

A segunda professora a quem agradeço é aquela que vem me acompanhando desde 2007, quando ingressei no mestrado, a Profa Dra *Zilda Aquino*, minha querida orientadora. Gratidão ainda é pouco para expressar o que sinto. Muito obrigado, professora, pelo cuidado, pela precisão e pela leveza com que orientou este trabalho (e o de mestrado também); pelos diálogos francos, pela generosidade ao compartilhar seus ensinamentos, pelas risadas e amigos-secretos, pelas conversas despreocupadas (mas muito importantes) sobre a vida, pelas caronas... Sem isso, o percurso da pesquisa teria sido ainda mais árduo. Agradeço sempre pela amizade, pelo bom humor e pela confiança, que deram origem e sedimentaram meu caminho na pós-graduação.

Agradeço à Escola Granja Viana, na figura da *D. Emília Gambirasio*, por haver-me concedido afastamento das atividades docentes, a fim de que eu pudesse realizar o estágio-sanduíche em Portugal. Sou igualmente grato aos meus alunos por me fazerem, a cada aula, ter a certeza de que a educação pode, sim, transformar vidas e tornar o mundo um lugar com melhores oportunidades para todos. Muito obrigado, também, *Yone, Enrique, Maca e Fabi*!

Além disso, estendo estes agradecimentos à Capes, pela bolsa que financiou os últimos meses deste trabalho, assim como os estágios-doutorais na Universidade do Porto, por meio do Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PSDE – 2017); e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo Projeto de Cooperação Acadêmica (PROCAD – 2016). Desejo profundamente que mais estudantes possam usufruir deste programa e que o projeto de sucateamento da educação, em curso neste país, definitivamente, não tenha êxito. Cívica e conscientemente, resistimos.

Relativamente aos estágios realizados, agradeço à Profa Dra *Alexandra Guedes Pinto*, da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, não apenas pela acolhida, mas também pela

generosa contribuição a este trabalho, com a indicação de métodos de análise que me permitiram uma observação mais profícua do *corpus*. Agradeço também à Profa Dra *Maria das Graças Soares Rodrigues*, da UFRN, pelas discussões que realizamos no âmbito dos seminários do Procad e pela calorosa recepção, a qual tornou minha estadia em Natal especial; e aos companheiros procadianos: *Nouraide, Niete, Angélica, Célia, Karla, Matheus, Hális, Euclides e Lindemberg*, muito obrigado pela disponibilidade e por nos receberem tão bem.

Faço um agradecimento especial à Prof^a Dr^a *Leonor Lopes Fávero* por, novamente, aceitar o convite para participar da banca avaliadora de um trabalho meu e por haver contribuído para o desenvolvimento desta tese com suas preciosas observações durante o exame de qualificação; e à Profa Dra *Maria Célia Cortêz Passetti* por suas valiosas contribuições, após a leitura da versão preliminar deste trabalho. Pós-defesa, estendo estes agradecimentos às Profas Dras *Maria Luiza Monteiro Sales Coroa, Vanessa Ribeiro Castagna e Renata Palumbo* pela interlocução tão relevante e cuidadosa durante o processo de arguição deste trabalho. Além disso, merecem um agradecimento igualmente especial a *Vera* e a *Daniela*, do DLCV, por terem me ajudado de forma essencial a resolver tudo o que foi necessário para que o processo de intercâmbio acadêmico na Universidade do Porto ocorresse da melhor forma possível.

Desejo ainda agradecer ao amigo Prof. Dr. *Paulo Roberto Gonçalves Segundo* pelas aulas da pós-graduação e pela supervisão durante o estágio do PAE, que me fizeram olhar para os discursos de forma mais consistente e respaldada. Além disso, sou muito grato aos “cafês” entre as aulas, em que suas observações sobre minhas dúvidas – que eram, e sempre são, muitas – ajudaram-me a resolver problemas práticos da pesquisa. Muito obrigado, sempre!

Agradeço à minha família – *Maria, Rodrigo, Antonia, Elaine e Davi* – e aos amigos da vida pelo suporte emocional, pelo carinho e pela escuta. *Pedro, Diogo, Bel, Iara, Jana, Breno, Mábio, Nerissa, Nara, Rodrigo, Gontijo, Dani Viola, Fábio, Thiago, Lucas, Fernando, Priscila, Mari, Lucas, Francisco, Elen, Anariá (in memorian), Maria, Vera, Patrícia Araújo, Anastácia, Gilmar, Paulo Bastos, Alexandre Silveira, Márcio Gagliato, Nathália Nahas, Josi, Gabi César, Maria João, Herlander, “Joaneto”, Sofia, Renata e Débora*, vocês são especiais! Muito obrigado!

Encerro estes agradecimentos expressando minha admiração, minha gratidão e meu afeto por meus colegas de trabalho; e, especialmente, aos companheiros do grupo de pesquisa Gedusp: aos meus “irmãos-gêmeos” *Daniela e Filipe*, ao *Daniel*, à *Gabriela*, à *Josane*, à *Letícia*, à *Claudia* e à *Solange*. Sem a companhia de vocês, haveria muito menos risos e conhecimento entre as linhas desta tese. Muito obrigado!

E o mais importante é aprender a sermos nós mesmos.
E Timor Lorosa'e continuará a ser... o país...
Onde o "sol nascendo vê primeiro"!

[Xanana Gusmão]

É verdade que ainda não descobrimos uma visão holística do que é que constitui a identidade leste-timorense. Uma tarefa assombrosa, mas compensadora. Este não é apenas um trabalho para peritos como os antropólogos, os sociólogos e talvez teólogos, mas é tarefa de todos descobrir a essência do que faz de um leste-timorense, um leste-timorense! Fazemos eco do Relatório Willowbank de 1978, que afirma que o facto de se estar em diálogo e em solidariedade com a cultura dá ao indivíduo um "sentido de identidade, dignidade, segurança e continuidade". Isto sugere que o reconhecimento e a participação na formação de cada cultura e sociedade desempenham um papel vital no percurso de desenvolvimento de cada pessoa. No entanto não nos podemos esquecer de que a razão básica da pobreza e da violência é também a recusa em reconhecer a existência de realidades sociais e culturais que vivem na identidade e na existência do indivíduo.

[Bispo Ximenes Belo]

Três paixões, simples, mas irresistivelmente fortes, governam minha vida: o desejo imenso do amor, a procura do conhecimento e a insuportável compaixão pelo sofrimento da humanidade. Essas paixões, como os fortes ventos, levaram-me de um lado para o outro, em caminhos caprichosos, para além de um profundo oceano de angústias, chegando à beira do verdadeiro desespero.

Primeiro busquei o amor, que traz o êxtase - êxtase tão grande que sacrificaria o resto de minha vida por umas poucas horas dessa alegria. Procurei-o, também, porque abrandava a solidão - aquela terrível solidão em que uma consciência horrorizada observa, da margem do mundo, o insondável e frio abismo sem vida. Procurei-o, finalmente, porque na união do amor vi, em mística miniatura, a visão prefigurada do paraíso que santos e poetas imaginaram. Isso foi o que procurei e, embora pudesse parecer bom demais para a vida humana, foi o que encontrei.

Com igual paixão busco o conhecimento. Desejo compreender os corações dos homens. Desejo saber porque as estrelas brilham. E tento apreender a força pitagórica pela qual o número se mantém acima do fluxo. Um pouco disso, não muito, já encontrei.

Amor e conhecimento, até onde foram possíveis, conduziram-me aos caminhos do paraíso. Mas a compaixão sempre me trouxe de volta à Terra. Ecos de gritos de dor reverberam em meu coração. Crianças famintas, vítimas torturadas por opressores, velhos desprotegidos - odiosa carga para seus filhos - e o mundo inteiro de solidão, pobreza e dor transformaram em arremedo o que a vida humana poderia ser. Anseio ardentemente aliviar o mal, mas não posso, e também sofro.

Esta é a minha vida. Acho-a digna de ser vivida e vivê-la-ia de novo com a maior alegria se a oportunidade me fosse oferecida.

[Bertrand Russell]

HA'U TIMOROAN:

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS IDENTIDADES
LESTE-TIMORENSES

Resumo

Este trabalho tem como escopo analisar, sob o viés dos estudos do discurso e da linguagem, como se edificam discursivamente identidades para o povo leste-timorense. Para tanto, a partir do tratamento qualitativo dos elementos *dos corpora*, observamos os procedimentos linguístico-discursivos relacionados à ativação/construção/mobilização de *frames*, à construção de objetos de discurso e à patemização. Nossos *corpora* são compostos por dez discursos pronunciados por Xanana Gusmão em dois momentos distintos da história de Timor-Leste: no período em que atuou como guerrilheiro durante a ocupação indonésia (entre 1982 e 1993) e, posteriormente, quando ocupou o cargo de Presidente da República (entre 2001 e 2006). O desenvolvimento do trabalho está articulado em torno de cinco eixos de estudo: História, Identidade, Cognição, Análise Crítica do Discurso e Argumentação. Quanto ao aporte teórico, recorreremos às pesquisas de Anderson (1993/2009), Chomsky (2015, 1999 e 1987), Durand (2009), Felgas (1956), Magalhães (1999), Ribeiro (2004), Sant’Anna (1997) e Thomaz (2008 e 2002), para tratar das questões de cunho histórico; no âmbito da identidade, buscamos subsídio, fundamentalmente, nos trabalhos de Moita Lopes (2006), Mendes (2005), Hall (2006, 2000) e Moscovici (2006); no que concerne aos estudos do discurso, relativamente à construção de objetos de discurso e aos *frames*, como elementos de natureza cognitiva, serviram-nos como fundamento as obras de Fávero (2009), Marcuschi (2007, 2005 e 2002), Aquino (2016 e 1991), Aquino e Palumbo (2018); Koch (2005, 2004, 2002 e 2001), Goffman (2006 [1974]), Fillmore (2009 [1982]) e Mondada e Dubois (2003 [1995]); por fim, no que concerne à argumentação e à análise crítica do discurso, recorreremos aos trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]) van Dijk (2015, 2008, 1994 e 1983), Fairclough (2009) e Aquino (1997), respectivamente. As análises permitiram-nos identificar que os distintos projetos de construção de identidades leste-timorenses representados pelos discursos de Xanana Gusmão nos períodos analisados fundam-se em pelo menos dois *frames* proeminentes: o de Guerra e o de Família, durante o “Período Indonésio”, e o de Guerra e o de Povo Genérico, no momento “Pós-Indonésio”. Desse modo, observamos que a complexidade de que se reveste o conceito de identidade, para além das questões de ordem social e que se refletem nas discursivas, também se deve aos procedimentos discursivos e sociocognitivos que lhe dão forma. Os discursos de Xanana Gusmão, portanto, não apenas discorrem sobre a realidade e os anseios de transformá-la, mas atuam na construção dela, bem como na de seus personagens, atribuindo-lhes identidades que estejam em conformidade com seus projetos de dizer.

Palavras-Chave: Identidade, Discurso Político, *Frames*, Objetos de Discurso, Timor-Leste.

Abstract

This work aims to analyze, as part of the study of discourse and language, how identities are discursively built for East Timorese people. Therefore, from the qualitative treatment of the elements of *corpora*, the linguistic-discursive procedures are observed related to the activation/construction/mobilization of frames, to the construction of speech objects and to pathemization. Our *corpora* are composed by ten speeches delivered by Xanana Gusmão in two different moments in the history of East Timor: during his period as a guerrilla during the Indonesian occupation (between 1982 and 1993) and later when he was the President (between 2001 and 2006). The development of this work is articulated around five pillars of research: History, Identity, Cognition, Critical Discourse Analysis and Argumentation. As for the theoretical contribution, we used the research of Anderson (1993/2009), Chomsky (2015, 1999 and 1987), Durand (2009), Felgas (1956), Magalhães (1999), Ribeiro (2004), Sant'Anna (1997) and Thomaz (2008 and 2002), to deal with historical issues; in the scope of identity, we sought support, fundamentally, in the works of Moita Lopes (2006), Mendes (2005), Hall (2006, 2000) and Moscovici (2006); what concerns discourse studies, regarding the construction of discourse objects and frames, as elements of a cognitive nature, we made use of the works of Fávero (2009), Marcuschi (2007, 2005 and 2002), Aquino (2016 and 1991), Aquino and Palumbo (2018); Koch (2005, 2004, 2002 and 2001), Goffman (2006 [1974]), Fillmore (2009 [1982]) and Mondada and Dubois (2003 [1995]); finally, with regard to the argumentation and critical analysis of the discourse, we resorted to the works of Perelman and Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]) van Dijk (2015, 2008, 1994 and 1983), Fairclough (2009) and Aquino (1997). The analyzes allowed us to identify that the distinct projects of construction of the East Timorese identities represented by Xanana Gusmão's discourses in the analyzed periods are based on at least two prominent frames: War and Family, during the "Indonesian Period", and War and Generic People, in the "Post-Indonesian" period. Thus, we observe that the complexity of the concept of identity, beyond social issues and reflected in the discourses, is also due to the discursive and socio-cognitive procedures that shape them. The discourses of Xanana Gusmão, therefore, not only discuss the reality and the yearnings to transform it, but act in the construction of it, as well as of its characters, attributing to them identities that are in conformity with his speech project.

Key Words: Identity, Political Discourse, Frames, Speech Objects, East Timor.

Sumário

Resumo	11
Abstract	12
Introdução	18
Capítulo I – A história de Timor-Leste: atores e processos	27
1.1 A lenda do crocodilo: a fundação mítica da ilha de Timor.....	31
1.2 Contextualização Geográfica	32
1.3 Retrospectiva Histórica de Timor-Leste	33
1.3.1 Período Pré-Colonial	33
1.3.2 Não mexam na minha ilha: a colonização portuguesa de Timor.....	34
1.3.3 A queda do salazarismo em Portugal: uma perspectiva (ir)real de independência	37
1.3.4 Violência como modus operandi: a invasão indonésia	41
1.3.5 O apoio internacional à invasão de Timor-Leste	45
1.3.6 Caos, arbitrariedades e as tentativas de justificar o injustificável: a atuação indonésia em Timor-Leste	47
1.3.7 “Resistir para vencer”: o movimento de resistência leste-timorense e suas dimensões	48
1.3.8 Independência, governo provisório e eleições.....	54
1.3.9 Xanana Gusmão: da guerrilha à presidência	58
Capítulo II – Babel Identitária: a identidade sob uma perspectiva interdisciplinar	66
2.1 Identidade: um conceito ontologicamente interdisciplinar	68
2.2 Representações sociais: a identidade como um valor simbólico.....	69
2.3 Identidade e memória: um movimento pendular entre conservação e apagamento	73
2.4 A identidade como mosaico: fragmentação, contradição e processo	78
2.5 A identidade no contexto pós-colonial: o contributo dos Estudos Culturais...	81
2.5.1 Os símbolos nacionais	86

2.5.1.1 Bandeira	87
2.5.1.2 Hino Nacional.....	88
2.5.1.3 Emblema Nacional.....	88
2.6 O <i>lulik</i> : cultura tradicional e identidade.....	91
2.6.1 <i>Uma Lulik</i> : elementos de uma arquitetura identitária	92
2.6.2 O <i>tais</i> : a identidade na trama das culturas locais	100
2.7 As identidades como produto de “comunidades imaginadas”	101
2.8 Políticas linguísticas e políticas identitárias	106
2.8.1 As línguas e as identidades de Timor-Leste	111
2.8.1.1 O <i>status</i> das línguas de Timor-Leste: o que determinam os documentos oficiais	115
2.9 Identidades em conflito: o estatuto da questão em Timor-Leste	117
2.9.1 Um país: muitos nomes, muitas identidades	120

Capítulo III – Subsídios epistemológicos para a análise linguístico-discursiva das identidades leste-timorenses

3.1 Análise Crítica do Discurso: um ponto de partida para a convergência entre teorias	123
3.2 Processamento cognitivo do discurso: a atuação dos modelos	131
3.2.1 Modelos mentais.....	132
3.3 Discurso, poder e ideologia: a tríade da constituição identitária	135
3.3.1 Discurso e poder	135
3.3.1.1 O poder simbólico e a construção do <i>habitus</i>	139
3.3.2 Ideologia e sistemas de representação	144
3.4 A argumentação no âmbito da constituição identitária	149
3.4.1 A (auto)representação como prova: a biografia de Xanana Gusmão e seu valor argumentativo.....	151
3.4.2 A patemização como estratégia de atenuação de assimetrias de poder	154
3.4.3 Argumentação e contexto.....	158
3.5 A construção de referências: um processo inerente à comunicação humana	161

3.5.1 Referenciação: os projetos de dizer e sua estruturação argumentativa	165
3.5.1.1 Referenciação, seleção lexical e argumentação: elementos constitutivos de um projeto de dizer.....	168
3.6 <i>Frames</i> : enquadres cognitivos para a compreensão do discurso	171
3.6.1 Um panorama acerca das distintas abordagens sobre <i>frames</i>	172
3.6.2 <i>Frames</i> interativos: a dimensão da experiência.....	176
3.6.2.1 <i>Frames</i> primários	180
Capítulo IV – A identidade como um processo discursivo	186
4.1 A construção discursiva da identidade leste-timorense: definição das categorias de análise.....	188
4.1.2 Procedimentos analíticos: o esquema de análise e suas categorias.....	190
4.1.3 As identidades sob a perspectiva de seus elementos constituintes: as categorias de análise.....	191
4.2 A análise dos <i>frames</i>	194
4.2.1 Os objetos de discurso e a patemização como estruturadores de <i>frames</i>	195
4.2.2 <i>Frame</i> 01 – Guerra	196
4.2.2.1 O <i>Frame</i> de Guerra durante o Período Indonésio: o inimigo é o estrangeiro	196
4.2.2.2 O <i>Frame</i> de Guerra durante o Período Pós-Indonésio: o inimigo é um “igual”	222
4.2.3 <i>Frame</i> 02 – Família.....	228
4.2.4 <i>Frame</i> 03 – Povo Genérico	250
4.3 A instauração de <i>frames</i> e sua relação com os processos ideológico e identitário.....	260
4.4 A identidade como produto da relação <i>interframes</i>	264
4.5 <i>Ami Timoroan</i> : conclusões das análises	265
4.5.1 Período Indonésio	266
4.5.2 Período Pós-Indonésio.....	267
Conclusão	273
Referências	284
Anexos.....	298

Siglas

ACD	–	Análise Crítica do Discurso
AMP	–	Aliança da Maioria Parlamentar
APODETI	–	Associação Popular Democrática de Timor
ASDT	–	Associação Social-Democrática de Timor
CAVR	–	Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação
CN	–	Constituição Nacional
CNRM	–	Conselho Nacional de Resistência Maubere
CNRT	–	Conselho Nacional de Resistência Timorense / Comitê Nacional da Revolução Timorense
CPLP	–	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DFSE	–	Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior
EC	–	Estudos Culturais
FALINTIL	–	Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste
FDTL	–	Forças de Defesa de Timor-Leste
FRETILIN	–	Força Revolucionária de Timor-Leste Independente
INL	–	Instituto Nacional de Linguística
MC	–	Modelo de Contexto
MS	–	Modelo de Situação
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PD	–	Partido Democrático
PL	–	Partido Liberal
PNTL	–	Polícia Nacional do Timor-Leste
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDTL	–	República Democrática de Timor-Leste
TNI	–	<i>Tentara Nasional Indonesia</i> (Marinha Indonésia)
TRS	–	Teoria das Representações Sociais
UDT	–	União Democrática Timorense
UIR	–	Unidade de Intervenção Rápida
UNAMET	–	<i>United Nations Assistance Mission to East Timor</i>
UNMISSET	–	<i>United Nations Mission of Support in East Timor</i>
UNMIT	–	<i>United Nations Integrated Mission in Timor</i>
UNTAET	–	<i>United Nations Transitional Administration of East Timor</i>
UNTL	–	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

Índice de Figuras

Figura 1	– Mapa Político de Timor-Leste.....	32
Figura 2	– Bandeira de Timor-Leste.....	87
Figura 3	– Emblema Nacional da República Democrática de Timor-Leste	88
Figura 4	– Organização interna das <i>uma lulik</i> , segundo a cosmogonia tradicional leste-timorense.....	94
Figura 5	– Detalhe de entalhamento na estrutura de uma casa sagrada.....	94
Figura 6	– <i>Uma lulik</i> da região de Los Palos.....	95
Figura 7	– Representação dos distritos segundo a padronagem dos tais produzidos.....	100
Figura 8	– Página de caderno utilizado por Xanana Gusmão durante o período de resistência.....	109
Figura 9	– As línguas de Timor-Leste.....	113

Índice de Esquemas

Esquema 1	– Sistematização das Categorias de Análise.....	190
Esquema 2	– Relação <i>interframes</i>	193
Esquema 3	– <i>Frame</i> de Guerra e os processos de ligação e diferenciação identitária entre leste-timorenses e indonésios.....	221
Esquema 4	– <i>Frame</i> de Família – Projeção Identitária.....	249

Índice de Quadros

Quadro 1	– Proposta de Mensuração da Identidade.....	105
Quadro 2	– Categorias de Análise Crítica Unificada.....	129
Quadro 3	– Mensuração das identidades leste-timorense e indonésia.....	219
Quadro 4	– Relação entre <i>frames</i> , características identitárias e estratégias linguístico-discursivas.....	271

Introdução

[...] não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas.

(Braudel)

A citação de Braudel que selecionamos como epígrafe deste trabalho aponta para o fato de que não podem existir sujeito e sociedade sem que se considerem os eventos que participaram de sua formação. Nesse particular, destacamos o caso de Timor-Leste, país do sudeste asiático que passou por dois processos de colonização praticamente sucessivos: português e indonésio, respectivamente. Em função dessa singularidade, entendemos que tal processo histórico teve influências significativas no modo como as identidades leste-timorenses se configuram e se transformam ao longo do tempo, características que se revelam nos/pelos discursos que lhes dão materialidade.

Essa reflexão inicial motivou-nos a desenvolver este trabalho, tendo como elemento norteador a observação dos processos de construção das identidades leste-timorenses, destacadamente, nos pronunciamentos realizados por Xanana Gusmão em dois momentos distintos da história de Timor-Leste, a saber, entre os anos de 1982 e 1993, durante o período de ocupação indonésia; e entre 2001 e 2006, após a conquista da independência.

Tão vivas e complexas quanto os sujeitos que lhes dão corporeidade, as identidades são entendidas por nós como produtos das práticas discursivas e, por isso, marcadamente atravessadas por relações de poder. Além disso, postulamos que as identidades instituem uma diferença constitutiva de seu sentido, sendo, portanto, simbólicas, relacionais e dependentes de algo exterior a elas para existirem. Como corolário, entendemos também que a construção das identidades acontece por meio do confronto entre a afirmação daquilo que um sujeito acredita ser em oposição àquilo que ele acredita não ser, ou seja, ao atribuir determinadas características performativas à sua identidade, esse sujeito o faz em uma relação dialética, com base na negação de outras possibilidades. Ao assumir essa posição, o outro sempre constituirá uma forma de coerção: ao mesmo tempo que impede a “liberdade plena” do indivíduo, sendo uma fonte permanente de contingências, é essencial para o reconhecimento daquilo que esse indivíduo é, a partir de uma relação de contraste entre um “eu” e um “outro”,

de algo que ele não é, mas sem o qual ele não existiria. A afirmação de identidades engendra, portanto, necessariamente operações de inclusão e exclusão, as quais estabelecem relações de (não) pertença, classificando e hierarquizando os indivíduos.

Com base nessa perspectiva, buscamos entender como a construção das identidades poderiam ser analisadas sob o viés dos estudos do discurso e da linguagem e pareceu-nos produtivo observá-las a partir de um referencial teórico eclético, mas coerente, que nos possibilitasse realizar considerações as quais dessem conta tanto de sua dimensão cognitiva, quanto dos aspectos discursivos; assim, recorreremos aos pressupostos teóricos da ACD, os quais preveem que se considerem o papel que as relações de poder, as ideologias e os lugares sociais do qual os indivíduos enunciam seus discursos desempenham na construção de representações acerca da realidade, evidenciando, muitas vezes, a perpetuação de preconceitos e de abusos do poder.

Em continuidade com nosso processo de investigação, apoiamo-nos nos trabalhos de Mondada e Dubois (2003), Marcuschi (2007, 2006 e 2005, principalmente) e Koch (2005 e 2001a) acerca da construção de objetos de discurso, a qual defendemos estar na base da edificação de *frames* que, inter-relacionados, são os responsáveis pela estruturação das identidades leste-timorenses. A partir disso, entendemos ser possível considerar não só, mas também, a pré-discursividade dos objetos de discurso como fundamento para a construção de *frames* e, conseqüentemente, de identidades. Além disso, no que tange à argumentação, recorreremos aos trabalhos de Aquino (1997) e Breton e Gauthier (2001), no que se refere às estratégias de patemização, buscamos respaldo nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]), Charaudeau (2007) e Meyer (2003). Acerca da sociocognição, em especial os modelos mentais, nossa discussão coaduna-se aos trabalhos de van Dijk (2015, 2012, 2004, 1994 e 1977).

Do ponto de vista das investigações sobre o fenômeno da identidade, encontramos trabalhos filiados a várias correntes teóricas e pertencentes a distintas áreas do conhecimento, o que nos aponta para sua produtividade como objeto de investigação científica. Para delimitarmos nosso escopo e, assim, o próprio conceito de identidade, fixamo-nos apriorística, mas não exclusivamente, nos trabalhos de Mendes (2005) e Cronin (1999), desenvolvidos no âmbito das Relações Internacionais; Moita Lopes (2006), no contexto dos estudos discursivos; Hall (2006 e 2000) e Bhabha (1998), no que tange aos Estudos Culturais; e Moscovici (2003), relativamente à Psicologia Social. Buscamos, por meio da recorrência a

campos epistemológicos tão distintos, construir um referencial teórico que nos permitisse analisar a identidade – e toda sua complexidade – sob o viés da interdisciplinaridade.

Nesse sentido, entendemos haver uma possibilidade de coadunação entre os estudos relativos à identidade e as teorias que compõem a Análise Crítica do Discurso (ACD), uma vez que nos interessa observar as relações de natureza cognitiva que se estabelecem entre contexto, ideologia e poder.

Após essa breve explanação sobre nossas motivações para a realização deste trabalho e das relações teóricas que realizamos em seu desenvolvimento, apresentamos nossa justificativa.

A proposta de pesquisa que se apresenta é derivada das experiências vivenciadas em Timor-Leste no segundo semestre de 2004 e no primeiro de 2012, como professor de Língua Portuguesa em cursos de graduação da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) e dos estudos sobre *ethos* e discurso político realizados no mestrado. Sendo assim, pareceu-nos adequado e academicamente importante promover uma relação entre ambas as experiências para a continuidade das pesquisas no doutorado.

Entendemos que desenvolver este trabalho é uma oportunidade para ampliar, em âmbito acadêmico, as discussões acerca de Timor-Leste. Os estudos linguísticos existentes sobre esse país e realizados por pesquisadores brasileiros, embora muito expressivos, como os de Brito (2004 e 2010), que tratam de questões importantes sobre identidade e língua portuguesa no contexto da lusofonia; além do organizado por Silva e Simião (2007), o qual reúne ensaios de especialistas sobre a situação política de Timor-Leste e a atuação de organismos internacionais no processo de reconstrução do país, abordam quase que exclusivamente as dicotomias entre o tétum e o português – as línguas oficiais daquele país –, quando não se trata de trabalhos de descrição linguística em que elementos importantes à compreensão e significação dos discursos ocupam pouco espaço.

Objetivamos, dessa forma, contribuir para a ampliação das discussões sobre os fenômenos da linguagem, sobretudo, àqueles vinculados à análise do discurso político e suas relações com a construção das identidades leste-timorenses, pois, conforme Mattoso (2001, p. 5), a língua, considerada como instrumento de coesão nacional é um dos atributos que contribui para a ideia de construção identitária, a qual resulta da percepção que os próprios indivíduos têm de formarem uma coletividade. “Pelo fato de essa coletividade ter uma

existência histórica, é fundamental considerar que a identidade nacional vai se revestindo, ao longo dos tempos, com formas sucessivamente diferentes”. (MATTOSO, 2001. p. 5)

Com base no que apresentamos até aqui, delineamos a seguinte tese, que norteia o desenvolvimento deste trabalho: os processos de constituição identitária em contextos complexos, como é o caso de Timor-Leste, apoiam-se fundamentalmente nas práticas discursivas do Estado ou daqueles que buscam representá-lo legitimamente. Desse modo, a forma como as identidades são construídas e passam a vigorar como padrões de referência no interior de dada sociedade depende dos *frames* mobilizados/instrumentalizados pelos atores sociais de maior prestígio para construí-las, das relações entre esses *frames* e de como a alteridade é discursivamente instaurada por meio da construção (pré-discursiva e ideológica) dos objetos de discurso.

A partir dessa tese, nossas hipóteses teóricas fundam-se em três eixos:

- a) a construção discursiva do “outro-inimigo” nos pronunciamentos de Xanana Gusmão, em ambos os períodos selecionados, cumpre a função de estabelecer oposições que, inicialmente, justifiquem as ações da guerrilha armada e, após as eleições, em 2000, as do governo. Trata-se, assim, de um expediente de natureza ideológico-cognitiva que visa à conquista da adesão popular por meio de apelos a valores universais (paz, união, identidade nacional, etc.), estabelecendo a coesão social por meio do contraste entre antagonismos;
- b) os *frames* constituem uma fonte sociocognitiva de referência para a construção das identidades leste-timorenses e revelam que o modo como os indivíduos ativam-nos, por meio da construção de objetos de discurso, permite-lhes atualizá-los (MORATO, 2017 e 2010) e inter-relacioná-los (AQUINO e PALUMBO, 2018);
- c) os *frames* relativos à edificação das identidades leste-timorenses possuem como elementos basilares os objetos de discurso (sob a perspectiva da pré-discursividade, defendida por nós) e a patemização, responsável pela redução das assimetrias de poder, os quais respondem pela expressão privilegiada da perspectiva de Xanana Gusmão acerca dos eventos discursivizados por ele em seus pronunciamentos bem como dos atores sociais que deles participam.

A observação desses eixos permite-nos compreender que a discursivização reiterada de determinadas características acerca de leste-timorenses e indonésios nos pronunciamentos

de Xanana Gusmão é responsável pela constituição/ativação de *frames* que se tornam paradigmas para a construção/interpretação das identidades desses atores sociais. Há, assim, um processo de convencionalização identitária baseada em *frames*.

Entendendo a relevância de um estudo interdisciplinar que vise à ampliação das discussões teóricas e à consistência das análises linguístico-discursivas, além de permitir a coadunação de áreas como Linguística, Sociologia e História, propomo-nos a investigar o que nos parece essencial na produção dos discursos políticos: sua relação complexa e permanente com a constituição identitária de uma sociedade em seus diferentes estratos. Com base nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa, além da contribuição aos estudos do discurso, consiste em analisar como se processa a construção discursiva das identidades leste-timorenses nos e pelos discursos de Xanana Gusmão em dois momentos históricos distintos, conforme explicitamos anteriormente.

Por conseguinte, como objetivos específicos, buscamos:

- a) identificar, à luz da dos estudos discursivos e da cognição, os *frames* recorrentes nos discursos de Xanana Gusmão, a fim de detectar de que modo participam da construção das identidades leste-timorenses;
- b) verificar, com destaque para os processos de construção de objetos de discurso e de ativação de *frames*, os elementos lexicais nos pronunciamentos analisados e sua relação com o contexto histórico, para compreender, qualitativamente, sua participação na edificação de valores e na orientação argumentativa desses discursos, sobretudo no que concerne à relação "nós x outros" e seus desdobramentos (resistência x invasor; nacional x estrangeiro, timorenses x indonésios, etc.);
- c) observar como as representações sociais conformam projetos ideológicos os quais permitem que os discursos construam e fomentem formas simbólicas de poder;
- d) correlacionar os aportes teóricos da Referenciação e da Argumentação aos da Análise Crítica do Discurso, para localizar o(s) lugar(es) discursivo(s) ocupado(s) (imputados aos) pelos participantes enunciados nos discursos de Xanana Gusmão, e compreender a relação que se estabelece entre eles no processo de constituição identitária leste-timorense.

No desenvolvimento deste trabalho, analisamos a construção das identidades lestemorenses a partir de três *frames* específicos reunidos sob a macrocategoria denominada por nós de *Frame* de Perspectiva. São eles: 1. Guerra; 2. Família e 3. Povo Genérico.

É fundamental à compreensão de nosso percurso analítico elucidarmos, desde o início, que não objetivamos realizar um estudo de natureza diacrônica, mas observações entre distintas sincronias, recorrendo a comparações entre elas apenas nos casos em que esse procedimento demonstrou-se produtivo à análise do fenômeno sobre o qual nos debruçamos.

Os *corpora* analisados no trabalho compõem-se de 10 (dez) discursos proferidos por Xanana Gusmão em dois momentos distintos da história de Timor-Leste. Cinco discursos são relativos ao período em que ele atuou como guerrilheiro das forças de defesa contra a ocupação indonésia, entre os anos de 1982 a 1993, o qual denominamos “Período Indonésio”. Os outros cinco discursos referem-se ao momento em que Xanana Gusmão lançou-se como candidato e, posteriormente, ocupou o cargo de Presidente da República do país, de 2001 a 2006, esse período corresponde ao que definimos como “Período Pós-Indonésio”. Os discursos selecionados, em versão fac-símile dos originais, foram coletados na biblioteca do Arquivo e Museu da Resistência Timorense, em 2012, quando estive em Timor-Leste durante o desenvolvimento de atividades profissionais, como docente da Universidade Nacional de Timor Lorosa’e e por meio eletrônico, através da página oficial do Governo de Timor-Leste na internet. Esses discursos encontram-se nos anexos desta tese (pp. 299 a 361)

Organizamos cronologicamente os referidos discursos² em dois grupos distintos: “Período Indonésio” (relativos ao período entre 1982 e 1993) e “Período Pós-Indonésio” (proferidos entre 2001 e 2006), a saber:

- I.** Discurso pronunciado em 13 de outubro de 1982.
- II.** Discurso pronunciado em 02 de janeiro de 1985.
- III.** Discurso pronunciado em 20 de maio de 1987.
- IV.** Discurso pronunciado em 07 de dezembro de 1987.
- V.** Discurso pronunciado em 07 de dezembro de 1993.
- VI.** Discurso pronunciado em 25 de agosto de 2001.

² Manteve-se a ortografia original dos discursos, bem como o uso de diacríticos.

- VII.** Discurso pronunciado em 20 de maio de 2002.
- VIII.** Discurso pronunciado em 30 de agosto de 2002.
- IX.** Discurso pronunciado em 28 de novembro de 2002.
- X.** Discurso pronunciado em 22 de junho de 2006.

No que tange aos discursos referentes ao “Período Indonésio”, é importante destacar que os coletados são remanescentes após a ação da Indonésia que, antes de deixar Timor-Leste em definitivo, em 1999, promoveu o incêndio de pontos estratégicos do país, como a capital, Díli, que ficou quase totalmente devastada, e o segundo distrito leste-timorense mais importante, Baucau.

Quanto ao período “Período Pós-Indonésio”, salientamos que a seleção de tais discursos não decorreu de maneira aleatória, mas, para haver equidade no tratamento dos dados entre os dois períodos citados, optamos por analisar também cinco discursos. Assim, entendemos ser possível proceder à análise de elementos que permitissem o estudo mais acurado de construção das identidades leste-timorenses nos discursos de Xanana Gusmão.

Conforme já destacamos, Xanana Gusmão é uma personagem singular da história leste-timorense devido à sua atuação como guerrilheiro durante o período de ocupação indonésia e, depois, como Presidente da República. Comum a ambas as situações está o fato de ele ocupar um lugar discursivo privilegiado do ponto de vista da exposição de suas ideias e ideologias (e/ou as dos grupos que ele representava). Por meio de seus discursos, há, potencialmente, a chance de se criarem e disseminarem projetos identitários tanto para si (e para seus apoiadores) quanto para os outros (inimigos).

Partindo da delimitação do discurso político presidencial como um gênero do discurso e da observação da trajetória peculiar de Xanana Gusmão como homem público, detalham-se os procedimentos metodológicos, os quais estão detalhados no Capítulo IV, às páginas 201 a 204) que adotaremos no desenvolvimento da análise dos *corpora*:

- a) analisar a função argumentativa dos *frames*, na organização dos discursos, considerando-se as especificidades sócio-históricas de produção de cada um deles;
- b) verificar a construção da referência, adotando como categorias de análise as nominalizações e as pronominalizações, a construção de objetos de discurso imbricados na cadeia semântica (“nós” x “outros”), de forma a compreender como participam da construção das identidades leste-timorenses nos períodos circunscritos;

- c) observar de que maneira a patemização apresenta-se de modo estratégico, tendo em vista os procedimentos de argumentação presentes nos discursos de Xanana Gusmão;
- d) analisar as relações entre discurso e poder, a partir do viés da Análise Crítica do Discurso, de modo a identificar como se processa a constituição identitária do povo leste-timorense nos/pelos discursos de Xanana Gusmão.

O desenvolvimento das análises foi realizado a partir de *frames* e não da cronologia dos discursos, embora este tenha sido o critério utilizado para a organização dos excertos que utilizamos como fundamento para o desenvolvimento de nossas considerações analíticas no interior de cada um dos *frames*. O primeiro *frame* de que tratamos é o de Guerra, que, segundo nossa proposta, desempenha papel transversal na constituição das identidades leste-timorenses, tendo sido reconhecido durante ambos os períodos analisados. O segundo *frame* que analisamos foi o de Família, cuja produtividade restringe-se ao “Período Indonésio” e, por fim, o último *frame* com que lidamos é o de Povo Genérico, que marca o período “Pós-Indonésio”.

As análises realizadas no trabalho, conforme explicitamos acima, desenvolvem-se fundamentalmente sob a perspectiva linguístico-discursiva, no entanto, em função de ainda haver pouco conhecimento sobre a história de Timor-Leste, entendemos ser importante iniciarmos nosso trabalho com um capítulo dedicado à realização de uma contextualização geográfico-histórica do país, com o intuito de fornecer subsídios contextuais necessários à compreensão do conteúdo referido nos discursos que compõem os *corpora* deste trabalho, já que isso é crucial para explicar como o discurso se insere em cada sociedade e participa de construções identitárias.

Visando à consecução da proposta apresentada, este trabalho apresenta a seguinte organização:

Capítulo I – **A história de Timor-Leste: atores e processos**, no qual realizamos as contextualizações geográfica e histórica de Timor-Leste. Traçamos um panorama que se inicia com a pré-história e se estende até a contemporaneidade. Nesse percurso, buscamos enfatizar os fatos que possuam relação mais particular com a construção da identidade leste-timorense, quer seja em função dos processos iniciais de ocupação do território, quer seja pelos quase simultâneos processos de colonização – português e indonésio – por que o país passou. Observamos, no que se refere à história recente do país, os posicionamentos assumidos por Austrália e Estados Unidos, por exemplo, no apoio à ocupação indonésia do território leste-

timorense; o apoio da Igreja Católica à resistência e a trajetória de Xanana Gusmão dentro das forças de defesa e depois como homem público.

No Capítulo II – **Babel identitária: a identidade sob uma perspectiva interdisciplinar**, desenvolvemos uma discussão em torno do conceito de identidade. Nesse percurso, abordamos a Teoria das Representações Sociais e aproximamo-nos da perspectiva dos Estudos Culturais, que se apoiam na tese de que o homem pós-moderno vive um momento de cisão subjetiva impulsionada, sobretudo, pelo processo de globalização, o que justifica a concepção de identidade como um fenômeno processual e fragmentado. Realizamos, ainda, considerações acerca do papel da memória nesse processo. Neste capítulo, tratamos também das políticas linguísticas atualmente em vigência em Timor-Leste porque consideramos necessário à consecução de nossos objetivos compreender o *status* que se dá a cada uma das línguas oficiais (Português e Tétum) em termos de comunicação das instâncias públicas com a população e na formação escolar, além da relação estabelecida entre estas e as demais línguas que coexistem no território leste-timorense. Por fim, observamos o papel da cultura popular leste-timorense na preservação e disseminação de traços identitários autóctones.

No Capítulo III – **Subsídios epistemológicos para a análise linguístico-discursiva das identidades leste-timorenses**, procedemos a uma explanação sobre a fundamentação teórica acerca dos estudos do discurso que, somada às discussões realizadas nos capítulos anteriores, embasam as análises. Neste capítulo, a cognição faz o papel de mediadora entre estes distintos paradigmas epistemológicos: construção de objetos de discurso, *frames* e argumentação. Sob a perspectiva de que esses elementos fazem parte da construção estratégica do discurso, entendemos que essa inter-relação coaduna-se de forma adequada à análise da argumentação e das relações de poder, prenunciadas pela Análise Crítica do Discurso (ACD). Assim, essas teorias, em seu conjunto, possibilitam a edificação de um aporte teórico capaz de contemplar a análise discursivo-cognitiva das identidades leste-timorenses.

No Capítulo IV – **A identidade como um processo discursivo**, realizamos a análise dos discursos que constituem os *corpora* de acordo com os procedimentos metodológicos supramencionados. Intentamos também estabelecer de forma mais profícua a relação entre as teorias que embasam o desenvolvimento do trabalho, a fim de melhor identificarmos a construção linguístico-discursiva das identidades nos/pelos discursos de Xanana Gusmão.

Capítulo I

A HISTÓRIA DE TIMOR-LESTE:
ATORES E PROCESSOS

A lenda de Timor

Disseram, e eu ouvi, que desde há muitos séculos um crocodilo vivia num pântano, em Macassar. Este crocodilo sonhava crescer, ter mesmo um tamanho descomunal. Mas a verdade é que ele não só era pequeno, como vivia num espaço apertado. Tudo era estreito à sua volta, somente o sonho dele era grande.

O pântano, é de ver, é o pior sítio para morar. Água parada, pouco funda, suja, abafada por margens esquisitas e indefinidas. Ainda por cima, sem abundância de alimentos ao gosto de um crocodilo.

Por tudo isto, o crocodilo estava farto de viver naquele pântano, mas não tinha outra morada.

Ao longo do tempo, milhares de anos, parece, o que ia valendo ao crocodilo era o ele ser grande conversador. Enquanto estava acordado, conversava, conversava... É que este crocodilo fazia perguntas a si mesmo e, depois, como se ele próprio fosse outro, respondia-se-lhe.

De qualquer maneira, conversar assim, isoladamente, durante séculos, gastava os assuntos. Por outro lado, o crocodilo começava já a passar fome. Por dois motivos: primeiro, porque havia naquele charco pouco peixe e outra bicharada que lhe conviesse para a refeição; segundo, porque só muito ao largo passava caça de categoria e tenra: cabritos, porquitos, cães...

Muitas vezes, exclamava para si próprio:

- Que grande maçada viver com tão pouco, e num sítio destes!
- Tem paciência, tem paciência... – dizia a si próprio.
- Mas viver de paciência não é coisa que alimente um crocodilo – recalcitrava-se-lhe.

Naturalmente que tudo tem um limite. Incluindo a resistência à fome. E o crocodilo entrou a sentir uma fraqueza que lhe quebrava o ânimo e o definhava. Os seus olhos iam-se amortecendo e já quase não podia levantar a cabeça e abrir a boca.

– Tenho que sair deste lugar, e procurar caça mais além...

Esforçou-se, galgou a margem e foi ganhando caminho através do lodo e, depois, da areia. O sol estava a pino, aquecia a areia, transformava todo o chão em brasas. Não havia safa, o crocodilo perdia o resto de suas forças e ia ficar, ali, assado. Foi nesta altura que passou pelo sítio um rapazinho vivaz que exprimia os seus pensamentos cantarolando.

- Que tens, Crocodilo, ah! Como tu estás?! Tens as pernas partidas, caiu-te alguma coisa em cima?
- Não, não parti nada, estou completamente inteiro, mas apesar de ser pequeno de corpo, há muito não aguento com o meu próprio peso. Imagina que nem forças tenho já para sair deste braseiro.

Respondeu o rapazinho:

– Se é só por isso, posso ajudar-te – e, logo de seguida, deu uns passos, carregou o crocodilo e foi pô-lo à beira do pântano.

No que o rapazinho não reparava, era que, enquanto carregava o crocodilo, ele se animava ao ponto de arregalar os olhos, abrir a boca e passar a língua pela serra dos seus dentes.

- Este Rapazinho deve ser mais saboroso do que o que provei e vi em toda a minha vida – e imaginava-se a dar-lhe uma chicotada com a cauda para adormecê-lo e, depois, devorá-lo.
- Não sejas ingrato – diz-lhe o outro com quem ele conversa e era ele mesmo.
- A fome tem seus direitos.
- Isto é verdade, mas olha que trair um amigo é um ato indigno. E, este, é o primeiro amigo que tens.
- Então, vou deixar-me ficar na mesma, e morrer à fome?
- O rapazinho fez-te o que era preciso, salvou-te. Agora, se quiseres sobreviver, trabalha e procura alimento.
- Isso é verdade...

E quando o rapazinho o poisou no chão molhado, o crocodilo sorriu, dançou com os olhos, sacudi a cauda e disse-lhe:

- Obrigado. És o primeiro amigo que encontro. Olha, não posso dar-te nada, mas se pouco mais conheces do que este charco, aqui, tão à nossa vista, e se um dia quiseres passear por aí fora, atravessar o mar, vem ter comigo...
- Gostava mesmo, porque o meu sonho grande é ver o que mais há por esse mar fora.
- Sonho... falaste em sonho? Sabes, eu também sonho... – arrematou o crocodilo.

Separaram-se, sem que o rapazinho sequer suspeitasse de que o crocodilo chegara a estar tentado comê-lo. E ainda bem.

Passados tempos, o rapazinho apareceu ao crocodilo. Já quase o não reconhecia. Via-o sem sinais das queimaduras, gordo, bem comido...

– Ouve, Crocodilo, o meu sonho não passou e eu não aguento mais cá dentro.

O prometido é prometido... Aquele meu sonho... Mas com tanta caça que tenho arranjado, quase me esquecia dele. Fizeste bem em vir lembrar-mo, Rapazinho. Queres, agora mesmo, ir por esse mar fora?

– Isso, só isso, Crocodilo.

– Pois eu, agora, também. Vamos então.

Ficaram ambos contentes com o acordo.

O rapazinho acomodou-se no dorso do crocodilo, como numa canoa e partiram para o alto mar.

Era tudo tão grande e tão lindo!

O mais surpreendente para os dois, era o próprio espaço, o tamanho do que se estendia à sua frente e para cima, uma coisa sem fim. Dia e noite, noite e dia, nunca pararam. Viam ilhas de todos os tamanhos de onde as árvores e as montanhas lhe acenavam. E as nuvens também. Não sabiam se eram mais bonitos os dias se as noites, se as ilhas se as estrelas. Caminharam, navegaram, sempre voltados para o sol, até o crocodilo se cansar.

– Ouve-me, Rapazinho, não posso mais! O meu sonho acabou...

– O meu não vai acabar.

Ainda o rapazinho não tinha dito a última palavra, o crocodilo aumentou, aumentou de tamanho, mas sem nunca perder a sua forma primitiva, e transformou-se numa ilha carregada de montes, de florestas e de rios.

É por isso que Timor tem a forma do crocodilo.

(SYLAN, Fernando. **Cantolenda maubere**. Ed. Fundação Austronésia Borja da Costa, 2000.)

Capítulo I

A História de Timor-Leste: atores e processos

Neste capítulo, apresentamos uma síntese da história de Timor-Leste, passando sucintamente pela pré e pela proto-histórias, a fim de compreendermos o processo de ocupação da ilha, fixando-nos nos episódios ocorridos entre a segunda metade do século XX (a partir de 1975) e o início do XXI (2006). Ademais, tratamos também de eventos pertinentes ao período contemporâneo sempre que isso foi necessário à compreensão dos discursos analisados ao longo desta tese. A delimitação desse período deve-se ao fato de que ele compreende desde o momento em que o país foi invadido pela Indonésia até a ocasião em que se tornou independente, com a eleição de Xanana Gusmão como primeiro presidente da República Democrática de Timor-Leste. Circunscritos a esse período estão, portanto, os discursos pronunciados por Xanana Gusmão, primeiro como líder da resistência armada contra as tropas indonésias e, posteriormente, como candidato e presidente do país.

A partir desse recorte temporal, serão descritos os eventos históricos relativos ao processo de descolonização do Timor Português. Esse procedimento é fundamental para que se compreendam as causas dos conflitos políticos em Timor-Leste e também as motivações, o contexto e as personagens a que se referem os discursos de Xanana Gusmão em cada um dos períodos já delimitados.

Entendemos que iniciar o trabalho a partir do contexto histórico cumpre uma dupla função em seu desenvolvimento: por um lado, consideramos importante trazer à luz a história – pouco conhecida – deste país para que o leitor conheça os eventos que consideramos fundamentais à compreensão de nossas análises; por outro lado, assim como já destacamos na introdução, percorrer os itinerários da nação leste-timorense permite-nos entender que as identidades são constructos sociais imbricados em narrativas e momentos históricos específicos que as determinam.

1.1 A lenda do crocodilo: a fundação mítica da ilha de Timor

A lenda com que iniciamos este trabalho remete à origem da ilha e do povo de Timor sob a perspectiva da sabedoria popular ancestral e, apesar de haver algumas versões distintas desse mito – o que é compreensível quando se trata de um conhecimento transmitido quase exclusivamente de forma oral –, o que se observa, no cerne desse mito fundador, é que a ilha de Timor surge por meio do amalgamento entre dois sonhos: o do garoto, frágil e ávido por conhecer o mundo para além de suas fronteiras particulares, e o de um crocodilo, selvagem, mas igualmente curioso por conhecer a realidade existente fora do pântano em que lutava para sobreviver. Revela-se, desse modo, a crença tradicional timorense a respeito da comunhão entre os seres humanos e a natureza.

Essa perspectiva onírica e idealizada da equilibrada e harmônica relação do homem, como um símbolo da cultura e da civilização, com a natureza habita o imaginário coletivo timorense, convertendo-se no que Chaui (2007, p. 11) definiu como um semióforo:

Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todo o espaço) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou a eternidade), e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência. É um objeto de celebração por meio de cultos religiosos, peregrinações a lugares santos, representações teatrais de feitos heroicos, comícios e passeatas em datas públicas festivas, monumentos; e seu lugar deve ser público: lugares santos (montanhas, rios, lagos, cidades), templos, museus, bibliotecas, teatros, cinemas, campos esportivos, praças e jardins, enfim, locais onde toda a sociedade possa comunicar-se, celebrando algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão e de unidade. (grifos nossos)

O crocodilo, metaforicamente representado pelos contornos geográficos – as montanhas – da ilha de Timor, permite que, a despeito das dificuldades de reconhecimento de distintas alteridades, como discutimos mais adiante neste trabalho, algo comum seja celebrado entre os leste-timorenses, assegurando-lhe uma ancestralidade compartilhada. Certamente, o mito fundador sobre o qual se assentam os primórdios da existência da nação timorense traz implicações ao processo de constituição identitária desse povo, sobretudo no que tange à importância da harmonia entre seres distintos (por extensão, refere-se também aos diferentes grupos etnolinguísticos que coexistem na porção leste da ilha).

A viagem-ritual que une homem e crocodilo explicita, por um lado, a fragilidade da existência humana e, por outro, revela o que se pode chamar de sacrifício fundador, o animal selvagem, contrariando seus instintos, sacrifica-se e seu dorso transforma-se na ilha de Timor, permitindo que o jovem rapaz prossiga sonhando. Assim, apesar da tensão de morte que havia na relação entre menino e crocodilo ao longo de toda a viagem, é o sacrifício do animal selvagem que possibilitou o nascimento da sociedade timorense.

Após essa consideração acerca do mito fundador de Timor, passamos às contextualizações geográfica e histórica da porção leste da ilha.

1.2 Contextualização Geográfica

A ilha de Timor situa-se no arquipélago das Pequenas Ilhas de Sonda, no Sudeste Asiático, e mede aproximadamente 32.300 km², sendo a extensão da parte oriental, correspondente a Timor-Leste, aproximadamente de 15.000 km². De acordo com dados de 2018, disponibilizados pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas³, 1.265.990 pessoas habitam esse território, organizado em 13 distritos, que se dividem em 67 subdistritos, 498 sucus⁴ e mais de 2.000 aldeias.

Figura 1: Mapa Político de Timor-Leste⁵

³ Disponível em: <<http://www.un.org/popin/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

⁴ Os sucus correspondem aos bairros.

⁵ Disponível em: <<http://www.mapas-asia.com/timor-leste.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

Ao analisarmos a origem do povo leste-timorense, bem como suas línguas, deparamo-nos com um quadro bastante diversificado, multifacetado e heterogêneo. De acordo com Thomaz (2002), em termos antropológicos, a pré-história de Timor-Leste remete ao Paleolítico, já que as pinturas rupestres encontradas na ilha provavelmente são desse período. É também dessa época o estrato de quatro etnias que permanecem mescladas na população leste-timorense da atualidade: a vedo-australóide (700 a.C.); a papuamelanésia (3.500 a.C.); a proto-malaia, que predomina em 60% da população; e cerca de 20% dos habitantes provêm da etnia deutero-malaia. É de esperar, diante de inúmeras influências raciais, que esse povo se comunique por meio de diversos idiomas. Assim, apesar do pequeno território, Timor-Leste possui uma grande variedade de línguas autóctones, originárias de diversos grupos, sobre os quais discorreremos com mais profundidade no Capítulo III, que trata das políticas linguísticas no país.

1.3 Retrospectiva Histórica de Timor-Leste

1.3.1 Período Pré-Colonial

A história de Timor antes da chegada dos portugueses é pouco conhecida, pois foram eles que introduziram a produção de documentos escritos, entretanto, segundo indicam os estudos desenvolvidos por Thomaz (2008, 2002), pesquisas arqueológicas realizadas no país revelaram que a ilha já era ocupada em um período entre 35.000 e 30.000 anos. Outras evidências baseadas na análise da tecnologia náutica, na pesca e na presença de animais apresentam datações mais específicas sobre as migrações que ocorreram no passado. Foram descobertos, por exemplo, artefatos utilizados para pesca, como anzóis, redes, entre outros, que datam de 10.000 anos e remetem à utilização dessa tecnologia de pesca anterior ao povo austronésio.

Delimita-se a proto-história como o período anterior à chegada dos colonizadores europeus – holandeses e portugueses – à ilha de Timor. Conforme esclarece Durand (2009), a essa época, o sândalo era bastante explorado por comerciantes chineses e, por esse motivo, encontram-se algumas citações sobre a ilha na literatura chinesa datada do século XIII. Nesse período, os fatores históricos de maior destaque foram o estabelecimento das rotas comerciais e as sucessivas dominações e influências das sociedades indianas e malaias, do reino islâmico e do império chinês.

A sociedade indiana foi a que mais se destacou no sudeste asiático devido à herança tecnológica e, sobretudo, aos bens culturais imateriais como as religiões budista e hindu, e às diversas influências na área das artes: na literatura, na arquitetura, na pintura.

Dentre os movimentos de ocupação sofridos por Timor-Leste, pode-se dizer que os de autoria lusitana e indonésia foram cruciais na determinação da configuração atual do país, tendo acarretado consequências responsáveis pela maior parte dos embates existentes na ilha. É importante dizer que ambas as ocupações se caracterizam como sendo de longa duração e, por esse motivo, terem impactado significativamente na construção das relações identitárias dos leste-timorenses. Desse modo, tratamos especialmente de cada um desses dois períodos.

1.3.2 Não mexam na minha ilha: a colonização portuguesa de Timor

O ano de chegada dos portugueses a Timor não é preciso, e, de acordo com Durand (2009), estima-se que ela tenha ocorrido entre 1512 e 1515, durante a expedição da armada do vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque. Os portugueses foram os primeiros europeus a se firmarem em Timor, atraídos pela perspectiva de lucro decorrente do comércio de sândalo – o qual foi explorado quase até a extinção – e depararam-se com uma sociedade em estágio rudimentar de civilização, ágrafa e com transmissão oral da cultura.

Apesar dessas características que poderiam, em um primeiro momento, sugerir uma sociedade desestruturada, havia em Timor uma organização política em pequenas aldeias, independentes entre si, cujos habitantes possuíam uma profunda ligação com a terra em que viviam, o que, juntamente com a diversidade de línguas faladas no pequeno território, foi determinante à limitação do contato inicial entre portugueses e timorenses. Nesse sentido, Marcos (1995, p. 16) aponta para o fato de que:

No território de Timor-Leste há diversos grupos etnolinguísticos que têm a sua vida profundamente ligada aos respectivos lugares de habitação e aos territórios dos próprios grupos. O povoamento tradicional de Timor é disperso e aparece na forma de pequenos agregados ou “*knuas*” (aldeias). O timorense, em princípio animista, situa-se no Universo de acordo com determinadas tradições (transmitidas oralmente), com os antecedentes ou antepassados míticos do grupo, com uma série de forças ou espíritos e com um forte sentimento de pertença ao seu grupo.

Essas características arraigadas no *modus vivendi* do povo timorense, além de as autoridades locais estarem centradas na figura dos *liurais*⁶, certamente foram um empecilho aos projetos iniciais dos colonizadores portugueses, obrigando-os a estabelecer relações de parceria com os habitantes locais, conforme esclarecido por Felgas (1956, p. 15):

A ilha de Timor dividia-se em uma série avultada de reinos ou regulados, todos mais ou menos independentes entre si. [...] Cada um destes regulados era governado por um “*liurai*”, a quem os portugueses chamaram primeiro rei e mais tarde régulo, e incluía um certo número de “sucos” cada um deles formado por um dado número de povoações. Tanto o “*liurai*” como o chefe de suco eram “dato”, isto é, príncipes, podendo sê-lo também algum chefe de povoação. Os “dato” formavam uma classe à parte, a da nobreza, e diziam-se senhores da terra, a eles pagando o povo um imposto – o “*rai-ten*” – que serviria de licença para cultivar dado trato.

Observa-se, por conseguinte, que a política de ocupação portuguesa em Timor efetivou-se essencialmente por meio da negociação com as elites locais do território colonial, ou seja, não por meio do estabelecimento administrativo, mas pelo viés econômico, seguido pela incursão missionária. Nesse processo, a Igreja Católica teve papel fundamental no estreitamento das relações entre colônia e metrópole, desempenhando um trabalho de assimilação dos nativos, além do fato de as escolas fundadas pela instituição terem sido convertidas em ferramentas essenciais do processo de “civilização” e de “aculturação” dos timorenses.

Em função dessa proposta de contato com a população timorense, manteve-se, ainda no século XV, a divisão da ilha de Timor entre dois reinos distintos: a leste, o dos Belos e, a oeste, o dos Servião. Neste reino, havia o predomínio da língua baiqueno e, naquele, coexistiam mais de vinte línguas. De acordo com Matos (2005, p. 2):

Havia, contudo, uma diferença importante entre as duas metades da ilha: enquanto que os povos do Servião falavam praticamente todos a mesma língua (o baiqueno, a que os holandeses chamaram timoreesch,), os Belos falavam uma boa vintena de línguas e dialectos diferentes, nem todos de origem austronésica, servindo-se do tétum (a língua de Bé-Háli) apenas como língua veicular e, portanto, como segundo idioma. A fragmentação política era também maior do lado dos Belos, onde por volta de 1700 se contavam ao todo 46 reinos, ao passo que no Servião havia apenas 16.

⁶ O termo *liurai* é utilizado para designar o chefe máximo de um suco (uma região e/ou aldeia), com o mais alto poder na respectiva área. Pertencente às famílias nobres, os *datos*, um *liurai* é eleito pelos seus iguais e descendentes. Ainda que detentores do poder executivo, os *liurais* são controlados pelos anciãos do reino, em particular pelo *dato-hei*, o chefe-sombra, sobre quem recai a responsabilidade de guardar e fazer cumprir os usos e costumes. Apesar de, atualmente, os *liurais* não possuírem praticamente poder político ou administrativo, a sua figura mantém-se e é alvo de respeito e reverência por parte de toda a população leste-timorense. Nuno Canas Mendes (2005, p. 247) ainda destaca que “Para além do seu papel de ligação ao governo colonial, o *liurai* era, localmente, a autoridade máxima, não questionada: responsável pela delimitação de uma área, pela recepção de visitas do “exterior” e pela construção das estradas. Era ele quem decidia sobre as plantações e as colheitas, para além de ter que arrolar a população para a cobrança fiscal e cobrar o imposto anual. Tinha em suas mãos o poder judicial. Regularmente, o *liurai* tinha reuniões com o chefe de suco, e este com o chefe de povoação, formando, assim, uma cadeia de comando e informação.”.

Até meados do século XVII, ambos os reinos mantiveram autonomia em relação aos colonizadores portugueses, já que não havia uma política administrativa efetiva por parte desses.

Mas não foram somente os portugueses que estiveram em Timor. Os holandeses também marcaram presença no território. Chegando à ilha em 1595, tomaram a parte ocidental de Timor, dando início ao conflito pela divisão do território, o que obrigou os portugueses a transferirem sua administração para Díli, localizada a leste da ilha.

O estabelecimento das fronteiras em Timor ocorreu em 1859, após a ratificação de um tratado estabelecido com a Holanda, detentora da área ocidental da ilha. Em linhas gerais, o tratado de limites territoriais entre Portugal e Holanda é, de acordo com Felgas, (1956), resultante dos acordos de paz travados em 1661, quando se iniciam os debates acerca das delimitações fronteiriças que só se efetivaram 190 anos mais tarde, nas negociações de 1848 e 1851, que resultaram no acordo final de 1859.

Apesar de haverem chegado a Timor no início do século XVI, foi somente no fim do XVIII que os portugueses iniciaram um efetivo plano de colonização do território. Com o propósito de ocupar e administrar efetivamente a colônia, os portugueses desenvolveram uma organização político-social pautada na cooperação, bem como em relações amigáveis com os *liurais* de algumas aldeias. Dessa forma, os colonizadores teriam o controle da região sem travar conflitos diretos com a população, a qual estava subordinada aos *liurais*.

De acordo com Sant'Anna (1997), durante os primeiros trezentos anos em que os portugueses permaneceram na ilha, pouco foi feito no local, já que eles não esboçavam interesse concreto pela região, além da exploração predatória de sândalo. Dentre todas as colônias, em função não apenas da distância relativamente à metrópole, mas também pela ideia bastante difundida entre os portugueses de que a ilha era um lugar insalubre, Timor era aquela que menos interessava a Portugal. Essa realidade só foi modificada no século XIX, quando Portugal mudou o plano de ação para suas colônias, evidentemente não para beneficiá-las, mas para dinamizar seu potencial econômico, assegurar a posse das terras conquistadas e, desse modo, afastar potenciais ameaças às suas colônias. Nesse sentido, Schouten (2007, p. 167) aponta para o fato de que:

A atuação dos portugueses durante a maior parte do período de contactos com o Timor caracterizou-se pela indiferença, por campanhas militares sangrentas e pela exploração econômica. Na visão dos muitos oficiais coloniais em Timor e noutros territórios, o mais importante elemento da missão civilizadora era ensinar a trabalhar – quer isto dizer, sob as condições dos portugueses.

Observa-se, assim, que o processo de desenvolvimento da região foi realizado com base nos princípios de força e opressão. Além disso, a organização administrativa de Timor-Leste até o século XIX era peculiar, pois a falta de ocupação concreta no território impossibilitava aos portugueses realizar uma administração direta e, conforme aponta Gunn (1999, p. 315), “Diversamente das colônias de domínio directo, incluindo Angola e Moçambique, onde se estabeleceram colonos, Timor, um posto avançado oceânico, ficou sendo uma zona de extremo isolamento, como o Laos francês ou, no mundo português, a Guiné [...]”.

Essa política colonial, como era de se esperar, não tardou a mostrar sua ineficiência no controle efetivo do território. A imposição de altos impostos e o trabalho forçado desencadearam uma série de rebeliões no território, dentre as quais, destaca-se a de Manufahi, conhecida região revoltosa⁷. Até o século XIX, Timor-Leste foi palco não só dessa revolta, mas de uma série de insurgências contra os ocupantes do território, as quais se marcaram pela resistência à imposição de poderes externos. Desse modo, pode-se dizer que a resistência parece ser a característica fundamental da população leste-timorense que, no decorrer do século XX, mais uma vez, viu-se subjugada.

Conforme se observa, o governo português investiu pouquíssimo no desenvolvimento de Timor-Leste e, ao longo de quatro séculos, o território serviu a Portugal como fornecedor de recursos naturais e suas riquezas foram, tal qual em outras colônias lusitanas, como o Brasil, por exemplo, exploradas para fins comerciais. Essa (falta de) postura perdurou e, à época da Segunda Guerra Mundial, a infraestrutura da colônia ainda era praticamente inexistente. A capital, Díli, não possuía eletricidade, água encanada, ruas pavimentadas, serviços de comunicação entre outros considerados básicos e fundamentais a uma capital do século XX.

1.3.3 A queda do salazarismo em Portugal: uma perspectiva (ir)real de independência

Enquanto Portugal ainda estava sob o domínio da ditadura salazarista nos anos de 1970, em Timor-Leste, uma pequena parcela da população, mais especificamente, um grupo constituído por estudantes, professores e funcionários portugueses, iniciou um processo de discussão e articulação de ideias, visando ao fim da colonização da ilha.

⁷ De acordo com Afanador e Garzón (2010), durante o conflito de Manufahi, os *liurais* organizaram e constituíram um exército. Portugal, por sua vez, formou um exército de 12 mil homens, constituído de *liurais* aliados e tropas oriundas de Moçambique.

De acordo com Ribeiro (2004), a partir do final da década de 1950, o regime salazarista mostrou sinais de esgotamento, além disso, o protagonismo lusitano no cenário internacional era pouco significativo, uma vez que Portugal encontrava-se insulado, detido às questões ultramarinas e, portanto, sem acompanhar o ritmo de crescimento e de transformações dos outros países europeus. Assim, no início da década de 1960, a instabilidade nos territórios ultramarinos logo se transformou em conflito armado entre a metrópole e suas colônias, desencadeando a guerra colonial que só teria fim no ano de 1974, com a queda do regime salazarista.

O movimento de derrubada do Estado Novo – conhecido como Revolução dos Cravos – foi realizado por um pequeno grupo de oficiais e desencadeou a ruptura político-social vigente. Se, por um lado, esse movimento mostrou-se oportuno, ao possibilitar a efetivação do processo de descolonização; por outro, as condições internas das colônias não eram adequadas à desvinculação da metrópole, dado que a coesão política requerida para o processo de independência era nula ou bastante debilitada. Timor-Leste, por conseguinte, ainda não estava preparado, em termos infraestruturais, políticos e sociais, para usufruir ou vivenciar uma condição de autonomia política. Essa vacuidade era decorrente do próprio processo de colonização português, que não foi capaz de promover e/ou ser responsável pelo desenvolvimento de seus territórios além-mar (não que esse seja, de fato, o objetivo primeiro ou mero interesse daquele que subjuga o outro).

Embora alguns grupos políticos tivessem se formado, não eram afeitos concretamente às questões relativas à política internacional. Ao mesmo tempo em que desejavam avidamente a emancipação do país, não possuíam condições efetivas para promovê-la. Não havia, assim, unidade política capaz de sustentar a autodeterminação leste-timorense.

Descolonizar Timor-Leste requereria negociar o processo de transição política entre Portugal e os partidos políticos da parte oriental da ilha de Timor, a saber: Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN), pró-independência; União Democrática Timorense (UDT), a favor de um processo de independência gradual, mantendo-se os vínculos com Portugal; e Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), pró-anexação ao território indonésio. FRETILIN e UDT tornaram-se os principais partidos políticos no contexto de 1975 e foram protagonistas de conflitos internos em Timor-Leste, o quais, posteriormente, foram utilizados como justificativa para a invasão indonésia.

Uma vez que os interesses sociais mais importantes estavam profundamente dispersos e a própria sociedade vivenciava uma situação de desacordo, no que se refere aos rumos e

diretrizes políticas, o processo de democratização de Timor-Leste tornou-se muito mais complexo e conflituoso. A falta de alinhamento político-ideológico dos partidos políticos que se formaram na ex-colônia, somada à crise de representatividade, ilustra essa situação. A partir da análise desse cenário, Thomaz (2002) destaca que, na ilha, havia uma substancial crise de autoridade dos governantes, pois os governadores lusitanos (coronel Alves Aldeia e, posteriormente, o tenente-coronel Níveo Herdade) viam sua autoridade ser desmantelada pela comissão local do Movimento das Forças Armadas iniciado em solo português.

De acordo com o que a história demonstra, Timor-Leste foi incapaz de seguir o modelo democrático, não somente devido à anexação à Indonésia, que se seguiu sete dias após a proclamação da independência em 1975, mas, sobretudo, em função dos resquícios negativos oriundos do processo de colonização portuguesa, o qual responde diretamente pela ausência de coesão política, pela intolerância e pela falta de preparo dos leste-timorenses para a atuação no processo de negociação com a metrópole.

Assim, como forma de repudiar a APODETI, partido apoiado por Jacarta, e, ao mesmo tempo, ampliar sua participação e a capacidade de persuasão perante a sociedade, em janeiro de 1975, a UDT e a FRETILIN unem-se em uma coligação contrária à possibilidade de integração à Indonésia. Segundo Cunha (2001, p. 16), a coligação foi bem recebida pelas autoridades portuguesas, pois representava, em termos gerais, um passo adiante na busca do entendimento entre as correntes políticas locais. Todavia, embora, a princípio, demonstrasse certa equidade entre os dois principais partidos leste-timorenses, a coligação não foi bem-vista pela Indonésia, que já vislumbrava a possibilidade de anexar o território recém-independente. Uma das grandes preocupações da futura metrópole consistia no predomínio da ala radical da FRETILIN, com traços marxistas.

Aproximadamente um ano após a queda do regime salazarista em Portugal, iniciavam-se em Timor-Leste as negociações referentes ao processo de descolonização. No entanto, a afinidade entre os dois partidos coligados mostrou sinais de fraqueza e foi desfeita um mês após o início das conversas e definições acerca do processo de descolonização do território leste-timorense. Aproveitando-se desse cenário político indefinido, os generais indonésios iniciaram sua movimentação a fim de evitar uma possível instabilidade regional.

Conforme a análise de Cunha (2001), a FRETILIN mostrava-se relutante diante das tentativas de conciliação apresentadas pela UDT e agregava simpatizantes do meio militar. A UDT, por sua vez, adotava um posicionamento anticomunista. A oposição ideológica entre os dois partidos foi responsável pela efêmera guerra civil ocorrida no mês de agosto de 1975, pois

os membros da UDT visavam à neutralização da ala marxista da FRETILIN. O conflito acarretou a transferência do governo de Timor-Leste para a ilha de Ataúro, resultando na polarização do território, pois, na parte oriental da ilha, a FRETILIN detinha o controle.

Diante do conflito entre a UDT e a FRETILIN, o Movimento Revolucionário Anticomunista, valendo-se de apoio e de proteção oferecidos pelos indonésios, agregou os adeptos de outros partidos. Esse movimento, dirigido por líderes anticomunistas e Suharto⁸, adquiriu legitimidade após ser solicitada formalmente a integração de Timor-Leste à Indonésia. Mesmo em meio a esse grande confronto, as tentativas de resolução por meios pacíficos não cessaram. O governo português continuou a negociar com os partidos políticos de Timor-Leste e com Jacarta e, a essa altura, já havia o envolvimento da ONU (Organização das Nações Unidas) na questão.

O Comitê Especial de Descolonização da ONU, organismo das Nações Unidas encarregado de supervisionar a descolonização, deu pouca atenção ao caso de Timor-Leste, porque estava mais envolvido com as colônias portuguesas na África. Somente em junho de 1975 é que o Comitê apelou para o cumprimento urgente dos objetivos da Carta da ONU constantes da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais. Embora lhe fosse pedido que procedesse a uma avaliação *in loco*, o Comitê não o fez, o que resultou na seguinte situação: quando a guerra civil eclodiu em agosto de 1975 e as atividades da Indonésia transformaram-se em operações militares de grande envergadura, entre os meses de outubro e novembro daquele mesmo ano, as Nações Unidas encontravam-se em relativa ignorância quanto à situação do território.

O clima de tensão em Timor-Leste era evidente e tornava-se mais grave à medida que, em Portugal, dominava a incerteza política. Ademais, havia uma notável ascendência política da FRETILIN, o que poderia significar um possível golpe de Estado, levando a UDT, apoiada sigilosamente pelos indonésios, a promover um golpe em 11 de agosto e a tomar o poder, lançando uma ofensiva armada em Díli, prendendo simpatizantes da FRETILIN e controlando o território. O conflito agravou-se e originou uma guerra civil em Timor-Leste.

O golpe inicialmente foi bem-sucedido, todavia, uma semana depois, a FRETILIN, alegando agressões ao território leste-timorense e falta de capacidade do governo português na

⁸ Hadji Mohamed Suharto foi presidente da Indonésia entre 12 de março de 1967 e 21 de maio de 1998 e esteve à frente do processo de invasão a Timor-Leste.

condução da descolonização, proclamou unilateralmente a independência de Timor-Leste no dia 28 de novembro de 1975.

A administração portuguesa que, naquele momento, não possuía qualquer controle sobre a situação, abandonou a capital Díli e refugiou-se na ilha de Ataúro, deixando todo o controle de Timor-Leste à FRETILIN, que passou a administrar o país até a invasão indonésia.

Desconsiderando o ato promovido pela FRETILIN, o movimento liderado por Suharto imediatamente repudiou a ação – utilizando argumentos que apelavam à proteção dos direitos humanos – e determinou a integração do território leste-timorense à Indonésia. Assim, na madrugada de 7 de dezembro de 1975, iniciou-se o longo fardo de Timor-Leste: usando meios aéreos e navais, tropas indonésias invadiram o território leste-timorense e, assim, teve início o período de colonização indonésia, do qual trataremos a seguir.

1.3.4 Violência como modus operandi: a invasão indonésia

A invasão de Timor-Leste, apoiada pelo ocidente, e o subsequente massacre, ainda em curso, revela muito claramente a hipocrisia da postura ocidental em relação aos direitos humanos; a grosseira fraude das exibições de angústia em relação a uma classe bem definida de atrocidades horríveis (...) a atitude de indiferença perante atos definidos como genocídio como se não fossemos nós os responsáveis por esses mesmos atos... (Chomsky, 1987, p.15)

Essa passagem de Chomsky é representante da reação de uma parcela significativa da comunidade internacional ao tomar conhecimento da situação de violência perpetrada aos leste-timorenses pelas tropas indonésias. Está evidente no pensamento chomskyano a contradição que atravessa a história da humanidade desde sua gênese: o profundo desinteresse por aquele que se considera o “outro”; como se o alheio constituísse apenas o empecilho ao exercício pleno e irrestrito das liberdades individuais. O caso do genocídio causado em Timor-Leste, não diferente dos que acontecem diuturnamente ao redor do globo, em muitos países do continente africano, nas tribos indígenas brasileiras, além da secular disputa territorial que marca o Oriente Médio, chama a atenção devido ao contexto bastante particular em que se desenvolveu.

No mesmo dia em que Timor-Leste foi invadido, Portugal rompeu relações diplomáticas com a República da Indonésia e recorreu ao Conselho de Segurança da ONU, solicitando uma solução pacífica e negociada do processo de descolonização. Sob a resolução 3.485, a

Assembleia Geral da ONU determinou a retirada das tropas indonésias do território leste-timorense.

Embora Suharto tentasse incessantemente, por meio de procedimentos formais, obter o reconhecimento de integração do território leste-timorense à Indonésia, a Assembleia Geral da ONU adotou a resolução 31/35 em 1º de janeiro de 1976, rejeitando a integração realizada pela Indonésia. Após a ocupação efetiva do território, o governo indonésio procedeu aos trâmites formais de integração de Timor-Leste que, no dia 17 de julho de 1976, tornou-se oficialmente a 27ª província de possessão indonésia.

O maior argumento da Indonésia a favor de sua presença do território leste-timorense residia no fato de que os indonésios não a entendiam como invasão, nem como anexação, mas como intervenção humanitária em resposta aos apelos de representantes de partidos políticos que solicitavam auxílio para proteger a população das ações violentas praticadas pela FRETILIN. Fundamentado nessa argumentação, o governo indonésio defendeu sua soberania no território leste-timorense: houve forte apelo aos laços históricos, étnicos, culturais e geográficos entre indonésios e timorenses. Ademais, sob a ótica indonésia e a de seus aliados, a independência de Timor-Leste era inviável em função de sua insuficiência econômica.

A respeito do *modus operandi* indonésio e da reação do mundo ocidental ao genocídio ocorrido em Timor-Leste, Chomsky (1987, p.15), defende que

No caso de Timor-Leste, o silêncio foi crucial; era de suma importância que o público não soubesse o que se passava para que não houvesse impedimento ao massacre que se desenrolava. Para pôr termo às atrocidades não se exigia uma intervenção; teria sido suficiente mandarmos parar os cães de caça. O exemplo ilustra bem a natureza da consciência ocidental e das suas preocupações morais (...) ⁹ (tradução nossa)

O plano criado pelos indonésios em 1974, sob a denominação de *Operasi Komodo*, tinha como objetivo anexar definitivamente o território leste-timorense ao indonésio. Liderada pelo general Ali Murtopo, a operação foi encabeçada pelo serviço secreto indonésio e dividiu-se em duas fases distintas: a política, a partir da qual foram organizadas infiltrações nos partidos leste-timorenses com o propósito de minar a resistência interna do país, criando um clima de instabilidade propício à já planejada invasão indonésia. Além disso, o segundo movimento da

⁹ In the case of Timor, the silence was crucial; it was of critical importance to ensure that the public was unaware of what was happening so that there would be no impediment to the ongoing slaughter. To bring the atrocities to an end required no intervention; it would have sufficed to call of the hounds. The example provides much insight into the nature of the Western conscience and its moral concerns (...)

operação centrava-se na captação de apoio internacional à anexação do território leste-timorense, por meio de visitas internacionais e da divulgação de falsas notícias sobre o crescimento de uma ameaça comunista em Timor-Leste.

Como as primeiras tentativas de popularizar/naturalizar a ideia de anexação junto aos leste-timorenses não obtiveram êxito, a Indonésia colocou em prática a segunda fase da *Operação Komodo*, a qual se caracterizava pelas ações de natureza militar de extrema violência, a fim de conquistar rapidamente a vitória sobre a força da resistência. Assim, em 7 de dezembro de 1975, teve início o processo genocida de ocupação de Timor-Leste. Contando com mais de 10 mil soldados, a invasão aconteceu na madrugada de domingo e a cidade de Díli foi alvo de um ataque maciço, com bombardeios navais e aéreos. Pela rádio da FRETILIN, os leste-timorenses foram avisados sobre o horror que estava em curso no país: “As forças indonésias estão matando indiscriminadamente. Estão atirando em mulheres e crianças nas ruas. Vamos todos ser mortos. Repito, vamos todos ser mortos... Este é um apelo por ajuda internacional. Por favor, façam alguma coisa para parar esta invasão” (SANT’ANNA, 1997, p.19).

Nos primeiros anos em que a Indonésia se estabeleceu em Timor-Leste, práticas de terror generalizado, estupros, massacres de civis e violações dos Direitos Humanos de toda sorte fizeram parte do cotidiano da ilha. Para agravar ainda mais a situação, as condições médico-sanitárias entraram em decadência e a miserabilidade tomou conta de Díli, uma vez que significativa parcela da população havia se refugiado nas montanhas em busca de proteção contra as arbitrariedades das forças indonésias. Conforme destaca Magalhães (1999, p. 131), estima-se que aproximadamente 85% dos habitantes da capital tenham se deslocado para acampamentos nas montanhas. Além disso, aproximadamente 308.000 leste-timorenses foram assassinados nos seis primeiros anos de ocupação indonésia, o que representa o extermínio do equivalente a 44% da população daquele período.

Ainda sobre o *modus operandi* das forças de ocupação indonésias, Cunha (2006, p.34) chama a atenção para o fato de que a ação bélica desse exército orientava-se por uma estratégia de guerra onipresente e sistemática, já que não se tratava de uma tática convencional com uma frente militar e campos de batalha definidos. “A guerra perpassava por toda a sociedade, chegando todos os dias às casas das pessoas, sob forma de violência directa, assaltos militares, emboscadas, tortura, violações sexuais, fome, doença, desaparecimentos e assassinatos.”.

Como estratégia do regime indonésio, houve também a negação de todos os elementos que pudessem corroborar/fomentar a identidade nacional leste-timorense. Embora tratemos das questões identitárias com mais ênfase no próximo capítulo, cabe, neste momento, salientar que, entre as estratégias para o forjamento de uma nova identidade para a colônia recém-anexada, exigia-se a obediência irrestrita à Pancasila¹⁰ e a todos os valores e costumes identificados ao padrão indonésio de comportamento. Obviamente, nesse processo, insere-se a proibição do uso de línguas autóctones e, em especial, o da língua portuguesa (havendo severas sanções – a morte, inclusive – para os que desobedecessem a essa ordem), e imposição do Bahasa Indonésio como língua oficial. Esse processo de desconstrução simbólico-identitária encontrou na prática da violência indiscriminada (o genocídio) um importante catalizador, conforme observa Cunha (2006, p. 36):

De facto, em Timor Leste, ocorreu uma guerra dispersa pelo tempo e pelo território tendo havido lugar a largas operações militares de cerco e aniquilamento, que compreenderam combates e acções de ataque e defesa em grande escala, assim como períodos em que a estratégia fundamental era o controlo dos movimentos das populações e a manutenção de um regime de terror. [...] foi efectivamente palco de um conflito durante o qual foram utilizadas muitas das manobras militares e de batalha sobejamente conhecidas nos palcos de guerra: a deslocação em massa de pessoas, o controlo rigoroso da mobilidade da população, as políticas de genocídio, a utilização de diversas técnicas e modelos de combate (desde as mais convencionais, às de guerrilha e de contra-insurgência), tácticas de terror, perseguição política e tortura.

Apesar de todo o horror perpetrado pela Indonésia a Timor-Leste, em termos de política externa, os países ocidentais, em particular as potências (bélicas e econômicas) pouco ou nada se interessaram pela causa humanitária leste-timorense, uma vez que, na dinâmica geopolítica em que se inseriu a invasão indonésia a Timor-Leste, o mundo caracterizava-se pela bipolaridade do período da Guerra Fria, o que justificava, portanto, a preocupação dessas nações¹¹ somente com o avanço do comunismo na ilha.

Torna-se evidente, assim, que, com o propósito maior de defender o mundo da expansão do comunismo no Sudeste Asiático, esses países legitimaram não apenas a invasão de Timor-Leste, mas, sobretudo, o genocídio de sua população. No que concerne à participação desses países, cabe salientar os interesses subjacentes à atuação dos Estados Unidos e da Austrália, sobre o quais discurremos a seguir.

¹⁰ A Pancasila é o princípio ideológico indonésio que se assenta sobre cinco fundamentos: 1. Crença num único Deus; 2. Sentido da humanidade justa e civilizada; 3. Unidade da Indonésia; 4. Democracia guiada pela sabedoria interior e emanada das deliberações entre os representantes do povo; 5. Justiça social para todo o povo Indonésio.

¹¹ Apesar de reconhecermos a existência de diferenças significativas entre as noções de Estado, país e nação, neste trabalho, esses termos serão usados como equivalentes semânticos.

1.3.5 O apoio internacional à invasão de Timor-Leste

Considerando-se o importante fato de que a invasão de Timor-Leste, conforme já explicitamos, ocorreu em pleno período de Guerra Fria, não é muito difícil entender que a motivação mais evidente para o apoio estadunidense à Indonésia foi o combate à (suposta) expansão do comunismo na ilha, o qual estava concretizado, de forma ameaçadora, pelo movimento de resistência leste-timorense, em especial pelos membros da FRETILIN. Assim, conforme esclarece Pureza (2001, p. 8), “a percepção da importância geopolítica da Indonésia no combate à expansão do comunismo na região [...] conferiu-lhe o apoio claro dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França”.

A Indonésia, nesse caso, representava um importante aliado geopolítico para a execução dos planos anticomunistas dos Estados Unidos, uma vez que, com o claro apoio deste país, o governo de Suharto já havia dizimado quase meio milhão de pessoas, a maioria camponeses sem-terra, e exterminado o popular partido comunista, o que, conseqüentemente, acabou transformando a Indonésia em um local bastante atrativo aos investidores. Jacarta, desse modo, tornou-se alvo de um expressivo investimento de empresas ocidentais, convertendo-se em um importante mercado importador de produtos norte-americanos – de armas, sobretudo – o que foi crucial para o sucesso indonésio na invasão a Timor-Leste e, de acordo com Chomsky (1999), os indonésios dependeram quase que exclusivamente de armamentos estadunidenses para executarem a invasão, pois 90% do equipamento militar indonésio era proveniente dos Estados Unidos e havia sido concedido sob a condição de que fosse usado apenas para “autodefesa”.

Para Chomsky (1999, p.1):

Há três boas razões para que os americanos preocupem-se com Timor-Leste. Em primeiro lugar, desde a invasão indonésia de dezembro de 1975, Timor-Leste tem sido o local de algumas das piores atrocidades da era moderna – atrocidades que estão vindo à tona novamente agora. Em segundo lugar, o governo dos EUA tem desempenhado um papel decisivo na escalada dessas atrocidades e pode facilmente agir para mitigar ou finalizá-las. Não é necessário bombardear Jacarta ou impor sanções econômicas. Durante todo o processo, teria sido suficiente que Washington retirasse o apoio e informasse a seu cliente indonésio que o jogo tinha acabado. Isso continua a ser verdade já que a situação chegou a um ponto crucial – a terceira razão.¹² (tradução nossa)

¹² There are three good reasons why Americans should care about East Timor. First, since the Indonesian invasion of December 1975, East Timor has been the site of some of the worst atrocities of the modern era — atrocities which are mounting again right now. Second, the US government has played a decisive role in escalating these

O fato de haver muitos interesses difusos em jogo justificou o apoio dos Estados Unidos à invasão de Timor-Leste. A abstenção estadunidense em 1976 na votação de resoluções condenatórias à Indonésia na Assembleia-Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas constituiu, assim, a formalização do apoio à política de expansão territorial indonésia. É pertinente destacar, ainda, que o apoio estadunidense estendeu-se para além do fornecimento de armamento e do aparato ideológico e abrangeu o setor diplomático, dado que havia o claro interesse em impedir qualquer ação por parte da ONU cujo objetivo fosse cessar os movimentos de invasão, no momento inicial, quando tal ação pudesse ser, de fato, eficaz.

Se, por um lado, a maior justificativa para o apoio dos Estados Unidos à invasão à Timor-Leste fundava-se, sobretudo, em uma explícita questão ideológica (não ignoramos que a disputa entre socialismo e capitalismo, motivadora das ações polarizadas durante o período da Guerra Fria, possuía também um caráter econômico evidente), por outro, o apoio australiano encontrou motivação precípua na possibilidade – imperdível – de explorar comercialmente a extração do petróleo nos mares de Timor-Leste.

O interesse do governo australiano por Timor-Leste não foi concomitante à invasão da ilha; já havia sido fomentado em 1947, por meio de relatórios que revelaram a existência de grandes jazidas de petróleo no mar timorense. Esse pode ser considerado o principal argumento da Austrália para não se opor aos planos indonésios em relação a Timor-Leste, o que foi corroborado pelo fato de ter sido o primeiro (e único, cabe salientar) país a reconhecer oficialmente a anexação de Timor-Leste à Indonésia. Tratou-se, portanto, de uma estratégia geopolítica para o estabelecimento de negociação com um antigo aliado econômico. Segundo Chalk (2001, p.37):

A anexação indonésia de Timor faz sentido geopolítico. Qualquer outra solução a longo prazo seria potencialmente perturbadora tanto para a Indonésia quanto para a região. Isso (a anexação) ajudaria a confirmar o nosso acordo sobre o fundo do mar com a Indonésia. Ele deve induzir a uma maior disponibilidade (de Jakarta) para discutir a política indonésia para o mar.¹³ (tradução nossa)

Ainda sobre o interesse australiano pelas riquezas do mar de Timor, Chalk (op. cit.) argumenta que a Austrália nunca havia desistido de suas ambições pelo petróleo timorense,

atrocities and can easily act to mitigate or terminate them. It is not necessary to bomb Jakarta or impose economic sanctions. Throughout, it would have sufficed for Washington to withdraw support and to inform its Indonesian client that the game was over. That remains true as the situation reaches a crucial turning point — the third reason.
¹³ Indonesian absorption of Timor makes geopolitical sense. Any other long-term solution would be potentially disruptive of both Indonesia and the region. Its (absorption) would help confirm our seabed agreement with Indonesia. It should induce a greater readiness on (Jakarta's) part to discuss Indonesia's ocean policy.

apenas se aproveitou da oportunidade criada pela Indonésia para reforçá-lo, afinal de contas, era mais fácil negociar as fronteiras marítimas – assunto bastante caro durante o período de dominação portuguesa – com a Indonésia que com Portugal ou Timor-Leste independente. Assim, apesar das divergências iniciais relativas à delimitação das fronteiras marítimas, e após quase 12 anos, as negociações entre Indonésia e Austrália finalmente se concretizaram em 11 de dezembro de 1989, por meio do tratado conhecido como “Timor Gap”, responsável pela criação de uma zona de cooperação na plataforma continental entre a Austrália e Timor-Leste. Esse documento previa a exploração conjunta dos recursos gasíferos e petrolíferos da região.

Vale salientar que a Austrália manteve sua postura imperialista em relação à exploração do petróleo, mesmo após a independência de Timor-Leste, o que, invariavelmente implicou prejuízos aos investimentos em infraestrutura básica deste país, mas sobre os quais não nos deteremos porque distancia-se dos objetivos desta contextualização.

1.3.6 Caos, arbitrariedades e as tentativas de justificar o injustificável: a atuação indonésia em Timor-Leste

Para justificar a anexação de Timor-Leste, a estratégia indonésia consistiu na criação de uma desordem interna no território para, dessa forma, dissimular a real situação do país diante da comunidade internacional. A Indonésia procurava atribuir à esquerda marxista, representada pela FRETILIN, o caos por que passava o país, criando, dessa forma, uma imagem de Timor-Leste como possível ameaça ao sistema internacional e, assim, justificar sua ação. Outro recurso usado pela Indonésia foi a prática do terror, cujo propósito era intimidar o povo nativo e forçá-lo a aceitar a integração.

Logo que Timor-Leste foi invadido pela Indonésia, as FALINTIL (o segmento armado da FRETILIN), bem como boa parte da população leste-timorense, refugiaram-se nas montanhas. Inicialmente, a previsão era de que a resistência durasse entre dois e três anos, tendo em vista o armamento e as munições disponíveis. No entanto, a capacidade de resistência dos guerrilheiros e da população leste-timorense foi muito além do estimado.

As forças de ocupação, diante da resistência inesperada, empreenderam, a partir do final de 1977, as chamadas campanhas de cerco e aniquilamento, verdadeiras ondas de destruição de vidas e de recursos, caracterizadas pela mobilização de expressivos contingentes militares e por bombardeamentos sistemáticos. Em função disso, Pires (1991) chama a atenção para o fato de

que a situação tornou-se tão insustentável que a própria FRETILIN recomendou à população – sob sua proteção – que se entregasse aos indonésios, tendo em vista sua sobrevivência. Todavia, o resultado da rendição por causa humanitária resultou no massacre dos leste-timorenses que se renderam.

Reportando-nos ao que preconiza Cox (1995), podemos afirmar que a comunidade internacional enxergava com reticência a atuação militar da Indonésia em território leste-timorense. Mesmo aqueles países que, inicialmente, por motivações políticas variadas, apoiaram e contribuíram militarmente com a invasão a Timor-Leste, consideravam débil a estratégia militar indonésia. Na Austrália, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, as críticas à atuação da Indonésia relativamente à sua tentativa de anexação do território vizinho eram substanciais e seguidas por denúncias de atos de barbárie e de violação dos Direitos Humanos.

Deve-se salientar que o interesse fundamental da Indonésia desde o princípio de sua operação de anexação não consistia em tratar pacificamente a questão, mas em aniquilar a população leste-timorense considerada inimiga. No que tange à invasão, Suharto afirmou que “se tratava mais do que uma operação militar – tratava-se de uma lição para os teimosos e independentes timorenses, assim como para todos os que no arquipélago indonésio tivessem a audácia de desafiar a autoridade do Estado” (PIRES, 1991, p. 350).

O aniquilamento do povo leste-timorense promovido pela Indonésia não foi caracterizado apenas pela matança generalizada no decorrer de vinte e quatro anos, mas pela imposição de seu modelo identitário e da usurpação da identidade nacional e da essência da população leste-timorense. Com o propósito de assegurar o domínio territorial, político, cultural e ideológico, o regime indonésio tratou de substituir os referenciais até então em vigor, particularmente o uso da língua portuguesa, que se restringiu ao código utilizado para a comunicação entre os membros da FRETILIN, basicamente.

1.3.7 “Resistir para vencer”: o movimento de resistência leste-timorense e suas dimensões

A proposta de ação da resistência leste-timorense era, a princípio, de confronto direto com o inimigo, todavia, posteriormente, houve uma reorganização preocupada em desenvolver uma tática de guerrilha, o que possibilitou significativo aumento das vantagens estratégicas à

resistência contra o invasor indonésio. Além disso, a participação popular foi extremamente efetiva entre 1976 e 1979. Nas palavras de Xanana Gusmão (apud Sakamoto, 2003, p. 44):

A guerra, nos três primeiros anos, era guerra de posição, em que a gente se encontrava cara a cara, frente a frente com o inimigo. Depois passamos à guerra de guerrilha e isto mudou tudo. Entocávamos, combatíamos quando quiséssemos de forma a ter muito mais mobilidade. Não eram dois mil homens de uma vez só que atacavam, mas em pequenos grupos que combatiam e retiravam, combatiam e retiravam. Os próprios soldados indonésios dizem que, quanto menor fosse o nosso número, mais difícil seria nos combater. (SAKAMOTO, 2003, p. 44).

Durante a invasão indonésia, foram cometidos inúmeros assassinatos em massa, estima-se que aproximadamente 60.000 leste-timorenses tenham sido mortos apenas na primeira quinzena do mês de dezembro de 1975. A atitude devastadora e autoritária das tropas indonésias causou a revolta dos habitantes locais, que passaram a apoiar organizações clandestinas de resistência, entre as quais se destacaram as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), que assumiram um caráter de resistência nacional e que, a partir de 1981, passaram a ser comandadas por Xanana Gusmão, o qual se tornaria o primeiro presidente após o estabelecimento da República. As FALINTIL, utilizando a língua portuguesa como forma de comunicação e resistência, atuaram dentro e fora de Timor-Leste. O movimento de resistência organizou-se em três dimensões, a saber:

- a) **dimensão militar:** liderada por Xanana Gusmão, que se ocupava da condução das táticas de guerrilha;
- b) **dimensão dos Direitos Humanos:** conduzida pelo Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, com respaldo da Igreja Católica e com o apoio popular;
- c) **dimensão política e diplomática:** encabeçada por José Ramos Horta em sua ação internacional a partir de Portugal e da Austrália.

Em comum a essas três dimensões, havia a língua portuguesa¹⁴, utilizada como elemento de coesão do movimento de resistência, o qual uniu a nação na luta contra o invasor.

A partir da organização de uma força de resistência leste-timorense, a ocupação indonésia foi intermitentemente contestada durante seus 24 anos de existência pelas diferentes frentes de ação dos defensores da autonomia de Timor-Leste. Nos últimos anos da ocupação, a

¹⁴ Cabe destacarmos que, embora haja o reconhecimento da importância da língua portuguesa como forma de resistência à invasão indonésia, a sua escolha como uma das línguas oficiais de Timor-Leste suscitou o descontentamento de grupos etnolinguísticos que se sentiram culturalmente desamparados pela Constituição nacional. Sobre isso, discorreremos com mais detalhamento no Capítulo II.

resistência leste-timorense estava organizada em três frentes, sob direção do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT): a frente armada, representada pelas FALINTIL; a frente clandestina, composta por integrantes da sociedade civil leste-timorense no território; e a frente diplomática, formada por componentes das diásporas timorenses radicados na Austrália, em Portugal, em Moçambique e em Angola. Essas frentes possuíam relações orgânicas entre si: as FALINTIL, por exemplo, sobreviveram durante 24 anos com armas e outros tipos de bens retirados do próprio exército indonésio ou enviados pela frente clandestina.

Apesar do movimento de resistência, estima-se que, em função das assimetrias relativamente ao contingente e ao poderio bélico, um terço da população de Timor-Leste tenha sido dizimada durante o período de ocupação indonésia, o que levou Chomsky (1999) a caracterizar o Estado indonésio como praticante do maior genocídio ocorrido no mundo depois do Holocausto. Além da implantação de um estado de terror, a homogeneização linguística, conforme já destacamos, foi uma política fundamental no processo de incorporação de Timor-Leste à Indonésia. Sendo assim, o aprendizado da língua indonésia foi obrigatório e a utilização da língua portuguesa, absolutamente proibida. Em contrapartida, uma vez que os oficiais do Estado indonésio não compreendiam o português, a utilização desse idioma representava uma ameaça ao controle e à governabilidade do território, o que engendrava atos cada vez mais cruéis e violentos contra os insurgentes. Na análise de Rizzi (2010, p. 61):

[...]a fim de dar à ocupação um caráter irreversível, foi baixada a Lei Marcial, desenvolveu-se uma política de descaracterização do território, quer no plano cultural (proibição do ensino do português e a islamização), no plano demográfico (javanização, aldeias de recolonização e esterilização forçada de mulheres timorenses), ou ainda no plano político (invasão efetiva das Forças Armadas Indonésias em junho de 1976 e integração do Timor na Indonésia como sua 27ª província, a partir de decreto do Presidente Suharto em 17 de julho de 1976). A essa descaracterização há que acrescentar a exploração das riquezas naturais através de um acordo com a Austrália para a exploração do petróleo no Mar do Timor (Timor Gap). Portugal, após esse episódio, rompeu relações com a Indonésia e usou os canais diplomáticos para forçar a retirada das tropas indonésias.

Em 1977, os membros da FALINTIL reuniram-se em assembleia com o propósito de se declararem marxistas. Em contrapartida, contando com armamento de guerra obtido exclusivamente para o confronto em Timor-Leste, o exército indonésio deu início a uma operação de “cerco e aniquilamento”, o que incluiu bombardeios sistemáticos nas montanhas para as quais se havia refugiado a maior parte dos habitantes de Díli. Um ano depois de iniciada, essa operação teve como saldo a morte de 80% dos combatentes da FALINTIL, além de crianças, mulheres e do comandante Nicolau Lobato. Diante de tamanha devastação, os líderes

da resistência recomendaram aos sobreviventes que se entregassem ao exército indonésio como uma tentativa desesperada de se manterem vivos. Todavia, em muitos casos, essa era uma estratégia inócua, pois, além dos fuzilamentos em massa, havia uma política de desarticulação dos núcleos familiares estabelecidos nas aldeias, conforme aponta Cunha (2006, p. 140):

Na verdade, esta estratégia de forçar as pessoas a instalarem-se noutros lugares do território, longe do seu lugar de origem, foi sendo usada como arma de guerra contra a população civil de Timor Leste, atingindo pontos altamente críticos, quer nos finais dos anos setenta, quer imediatamente antes e após o referendo.

No final de 1978, o último reduto da resistência leste-timorense no Monte Matebian foi eliminado na fase final de uma campanha de aniquilação sistemática. Considerado o lar sagrado para as almas dos antepassados timorenses, o Monte Matebian foi o local onde a vida de Xanana Gusmão sofreu uma mudança significativa. A grave crise pela qual passaram as FRETILIN converteu-o de um jovem aprendiz em um sério comandante, responsável pela reorganização militar das forças de resistência remanescentes. Os eventos terríveis que testemunhou durante os bombardeamentos intermináveis obrigaram-no a tomar uma iniciativa para escapar do cerco nas encostas da montanha com os sobreviventes. Esse período, descrito pelos leste-timorenses como os “anos negros”, pode ser caracterizado como uma transformação da crise. A queda de Matebian somada à morte de Nicolau Lobato e à de muitos outros líderes da resistência trouxe um fim a essa fase inicial de resistência. Estima-se que 100.000 leste-timorenses tenham morrido durante os três primeiros anos da invasão indonésia.

Xanana Gusmão passou os anos entre 1979 a 1981 marchando por um completamente devastado Timor-Leste, tentando recuperar-se das campanhas militares indonésias de cerco e aniquilamento, as quais, conforme já destacamos, resultaram na destruição quase total da resistência armada leste-timorense e no assassinato da primeira geração de liderança.

Nesse mesmo período, houve novas investidas militares indonésias, cujo propósito era exterminar o que ainda restava da resistência, que, nesse momento, contava apenas com 10% das armas com que havia iniciado os combates. Nas palavras de Xanana Gusmão, em 1982, (apud Niner, 2009, p. 37):

Em todo o território, os espetáculos mais desumanos foram testemunhados, como soldados indonésios cortando órgãos sexuais, línguas, lábios, orelhas, dedos, braços ou pernas, ou vítimas gritando horivelmente depois de seus abdomens terem sido rasgados e posteriormente terem sido queimados vivos ou amarrados a árvores onde foram deixados a apodrecer ao sol ou à chuva. As mulheres foram sadicamente violadas e espancadas até a morte em uma orgia de sangue e crime.

No entanto, contrariando as prerrogativas que davam como certa a derrota da resistência, as células restantes do movimento reordenaram-se sob um lema mais radical que o anterior: “Pátria ou Morte!” e, assim, em 01 de março de 1981, a FRETILIN realizou uma conferência nacional, em que Kay Rala Xanana Gusmão foi eleito o novo líder da resistência.

Em resposta a essa organização da FRETILIN, e seguindo sua linha de ação, os militares indonésios passaram a utilizar cidadãos leste-timorenses – mulheres grávidas, crianças, homens – como escudos humanos durante sua incursão nas matas onde se refugiavam os guerrilheiros sobreviventes. Sobre essa estratégia, Magalhães (1999, p.136) chama a atenção para o fato de que:

A fim de acabarem de vez com a guerrilha nacionalista, os ocupantes decidem mobilizar cerca de 40 mil homens, mulheres e crianças timorenses para seguirem, desarmados, à frente das tropas indonésias, para servirem de escudo. Novos massacres, com extrema brutalidade exercida sobre pessoas de todas as idades, incluindo bebês e mulheres grávidas, causam horror, mas, ao mesmo tempo, reforçam a determinação do povo de lutar pela sua dignidade e pela sua liberdade.

Ainda que contasse apenas com uma parca estrutura, o movimento de resistência passou a obter êxito de forma progressiva contra o exército indonésio, reconquistando o controle de algumas regiões do país. Em função disso, foi proposto um cessar-fogo e as negociações junto às FALINTIL tiveram início. Essa proposta de paz, no entanto, não passou de uma estratégia forjada pelos indonésios, a fim de que tivessem a possibilidade de conhecer melhor os planos do movimento de resistência, inclusive por meio do suborno a lideranças da FALINTIL. Desse modo, após concluir seu plano, os indonésios, em agosto, sob o pretexto de que a resistência havia se recusado à rendição, desencadearam uma violenta ação militar. Entretanto, durante o breve período de *pax armada*, os guerrilheiros leste-timorenses também buscaram fortalecer o movimento e ampliar a rede de contatos por meio de coligações políticas entre os partidos.

No ano de 1989, o Papa João Paulo II visitou Timor-Leste e isso deu, ainda que timidamente, visibilidade à causa leste-timorense, sobretudo pelo fato de jovens estudantes da capital terem, apesar das graves ameaças, organizado um protesto pela libertação de seu país, o qual, como já era esperado, foi severamente reprimido pelo exército indonésio. Em função da insurgência de movimentos pró-libertação nacional, as autoridades militares indonésias criaram “esquadrões da morte”, que rapidamente ficaram conhecidos pela crueldade com a qual torturavam e matavam os líderes das manifestações. Dois anos depois, em 1991, após muita pressão internacional, uma delegação parlamentar portuguesa foi autorizada a visitar Timor-Leste para tomar conhecimento de como a população estava vivendo. Todavia, momentos antes

de a visita acontecer, o governo indonésio determinou seu cancelamento, gerando uma sequência de protestos em Díli, o que acabou culminando no que se conheceu mundialmente como o massacre de Santa Cruz.

Em novembro de 1991, durante o sepultamento do jovem líder estudantil, Sebastião Gomes, que tinha sido assassinado, centenas de pessoas comovidas e revoltadas fizeram protestos no cemitério de Santa Cruz e, como forma de reação, os militares indonésios abriram fogo contra todos os manifestantes, entre jovens, idosos, mulheres e crianças. No entanto, distintamente dos outros massacres perpetrados pelos indonésios, a presença do jornalista inglês Max Stahl, que testemunhou o assassinato de centenas de leste-timorenses, permitiu a divulgação global das imagens do massacre e, conseqüentemente, pela primeira vez em 20 anos, a causa leste-timorense conseguiu ultrapassar as fronteiras do sudeste asiático com a importância que demandava. Nas palavras de Niner (2009, p. 145):

Santa Cruz tinha alterado significativamente as atitudes internacionais em relação à ocupação indonésia e a pressão sobre a Indonésia para resolver o problema aumentou. O fim da Guerra Fria e a chegada ao poder do presidente Bill Clinton, em 1993, abriu caminho para nova política externa dos EUA na Indonésia e em Timor-Leste. No final dos anos noventa, infortúnios econômicos e crises internas da Indonésia associados a uma forte oposição política tornaram inviável a continuidade da ditadura de Suharto.¹⁵ (tradução nossa)

Em 1996, a outorga do Prêmio Nobel da Paz a José Ramos Horta e ao Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, engajados na causa da libertação do povo leste-timorense do jugo indonésio, também contribuiu de forma significativa para a divulgação dos problemas vividos em Timor-Leste e cuja consequência mais importante naquele momento foi a organização pela ONU de um plebiscito que daria à população a possibilidade de escolher entre a independência ou a anexação definitiva à Indonésia.

Como representante da dimensão dos Direitos Humanos do movimento de resistência, o Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo foi um elo importante entre a resistência e a Igreja Católica. Assim, pode-se entender que essa instituição constituiu um dos pilares fundamentais de apoio à luta leste-timorense, uma vez que ela foi a responsável por assegurar estrutura material e humanitária aos membros da resistência. A Igreja Católica, por fim, foi a única

¹⁵ Santa Cruz had significantly altered international attitudes toward the Indonesian occupation and pressure on Indonesia to resolve the problem increased. The end of the Cold War and the coming to power of President Bill Clinton in 1993 made way for new US foreign policy on Indonesia and East Timor. In the late nineties Indonesia's economic misfortunes and domestic crises, matched by a mounting political opposition, began to take their toll on Suharto's ageing dictatorship.

instituição a defender a legitimidade cultural dos leste-timorenses, convertendo-se, assim, em uma estrutura organizada de resistência política. Deve-se destacar que a Igreja sempre esteve presente na história de Timor-Leste, seja como parte do aparelho de colonização, seja como entidade de apoio ao processo de resistência e emancipação do país.

Antes da ocupação indonésia, em 1975, menos de um terço dos leste-timorenses declarava-se católico e, após o referendo de 1999, mais de 90% da população afirmava professar essa religião. A adoção dessa postura – ainda que apenas restrita ao discurso em muitos casos – explicita a forte relação que o povo de Timor-Leste possui com a Igreja Católica. Uma das possibilidades que explicam esse fenômeno é o fato de que, diante do massacre físico e cultural realizado sistematicamente pelos invasores indonésios, uma nova configuração religiosa se constituiu em Timor-Leste, tendo atuado como fundamental articulador social, político e cultural de resistência. Isso pode ser observado no que sintetiza Gagliato (2008, p. 4):

[...] esse novo cenário religioso de maioria Católica que se constituiu, principalmente, em virtude do amparo, assistência e defesa que a população de Timor-Leste encontrou na Igreja Católica do Timor-Leste, não só no aspecto de resistência política, mas de resistência social, cultural e até religiosa, já que também a população, tornando-se Católica, encontrou na Igreja uma maneira de preservar a transmissão e a herança da religiosidade tradicional-animista timorense. Esse amálgama religioso constituiu uma religiosidade de práticas tanto Católicas quanto Tradicional-animistas, constituindo, assim, um sincretismo de ritos e símbolos – sincretismo religioso. Foi relevante apontar que o apoio da Igreja Católica não foi unânime todo o tempo, mas que, muitas vezes, a Igreja Católica de Timor-Leste, Indonésia, Austrália, Portugal e do Vaticano exerciam posições divergentes em relação à ocupação.

1.3.8 Independência, governo provisório e eleições

O temor pela expansão do comunismo no Oriente foi o principal argumento utilizado pelos EUA e por seus aliados para consentirem a invasão de Timor-Leste pelos indonésios. Todavia, com a queda do muro de Berlim, em 1989, abriram-se precedentes democratizantes e a Guerra Fria encaminhou-se para seu fim. Em consonância com as novas demandas globais em prol da democracia, mesmo que a contragosto, Suharto permitiu que, de forma gradual, os jornalistas entrassem em Timor-Leste, no entanto, sem muito sucesso (ou habilidade), já que nesse período, em 1991, ocorreu o massacre de Santa Cruz, conforme já tratamos. Além disso, a Resolução nº 1514 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1960, conhecida como a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e aos Povos Coloniais, foi utilizada como argumento que exerceu ainda mais pressão para que houvesse a desocupação indonésia de Timor-Leste.

Em 1993, Suharto, após outra tentativa fracassada de abertura democrática, foi obrigado a renunciar e acabou substituído pelo vice-presidente Bacharuddin Jusuf Habibie, o qual se deparou com uma série de problemas internos como corrupção, falência econômica, nepotismo entre outros. Talvez seu maior entrave, no entanto, fosse a questão humanitária de Timor-Leste, que constituía um empecilho à captação de investimentos externos; sendo assim, seria mais apropriado permitir que o país se tornasse independente o mais rápido possível, para que os problemas internos pudessem ser resolvidos.

Com vistas à aceleração desse processo, Habibie apresentou um plano de reformas de fundo democrático em um encontro ministerial realizado entre Portugal e Indonésia em agosto de 1998, no qual foi discutida uma proposta de autonomia especial para Timor-Leste e de libertação de Xanana Gusmão (que estava sob poder dos indonésios desde 1992)¹⁶ e de outros prisioneiros leste-timorenses, válida única e exclusivamente para o caso de Portugal e as Nações Unidas aceitarem a integração de Timor-Leste à Indonésia.

Como consequência da necessidade de abertura democrática e da aceitação das condições da proposta feita pela Indonésia, em 27 de janeiro de 1999, sob supervisão dos observadores da ONU, foi realizada a consulta ao povo leste-timorense. Entretanto, em janeiro de 1999, a Indonésia anunciou, para surpresa de todos, que, se a proposta de integração fosse rejeitada pelos leste-timorenses, estes poderiam, então, optar pela independência; em outras palavras, após a consulta popular, a rejeição da anexação levaria à independência do território, através de votação direta e universal supervisionada pelas Nações Unidas. Com efeito, Portugal e a Indonésia deveriam concluir um acordo, em que se preveria também a libertação do líder da resistência, Xanana Gusmão. Tendo presente a possibilidade de um Timor-Leste independente, Portugal e as Nações Unidas passaram a desenhar o período de transição para a independência. (RIZZI, 2010, p. 64)

A realização do referendo ficou sob responsabilidade da recém-criada UNAMET (Missão das Nações Unidas para o Timor-Leste). Após recensar aproximadamente 450 mil eleitores, a UNAMET organizou a propaganda política sobre o referendo, que ocorreu em menos de quatro meses após o início dos trabalhos. Todavia, essa ação não ocorreu de forma tranquila e os setores militares indonésios atuaram para impedir a concretização do referendo, exigindo que a segurança durante o pleito fosse realizada exclusivamente pelas Forças Armadas Indonésias. Cabe destacar que foram esses mesmos setores os responsáveis por aliciar leste-

¹⁶ Tratamos desse episódio com mais detalhe no item 1.3.9 Xanana Gusmão: da guerrilha à presidência.

timorenses para a composição de milícias locais, que aterrorizavam e delatavam os aliados à resistência. Sobre isso, Magalhães (1999, p. 12) elucida que:

Ao mesmo tempo em que as campanhas de terror que faziam parte da *Operasi Sapu Jagad* iam aumentando, os militares indonésios buscavam pôr em confronto as milícias pró-integração e as FALINTIL, tentando dar origem a uma segunda “guerra civil” entre os timorenses, que justificasse a imprescindibilidade da presença militar indonésia, para que os timorenses não matassem uns aos outros. Essa estratégia, no entanto, não deu certo, em função da moderação e da capacidade de diálogo de Xanana Gusmão e da disciplina das FALINTIL.

Mesmo a despeito de todos os entraves criados pelos militantes pró-Indonésia, como ameaças de morte aos votantes, no dia 30 de agosto de 1999, o referendo foi realizado e a maioria dos leste-timorenses optou pela independência do território. A divulgação do resultado foi seguida de uma onda de violência sem precedentes, cujas protagonistas foram as milícias favoráveis à integração à Indonésia, evidentemente suportadas bélica e ideologicamente pelas Forças Armadas Indonésias. O que se seguiu em Timor-Leste foi um cenário de guerra civil que agravou ainda mais a crise humanitária por que passava o país, havendo desmesurados ataques à população que havia votado favoravelmente à independência.

Em função desse grave conflito, o Conselho de Segurança da ONU autorizou a constituição emergencial de uma força multinacional, que fora liderada pela Austrália e cujos propósitos eram: restaurar a paz e a segurança do território; proteger e apoiar a UNAMET e, segundo as possibilidades locais, facilitar as operações de assistência humanitária.

Após a chegada das forças internacionais e de variadas instituições humanitárias a Timor-Leste, em 19 de outubro de 1999, a lei que estabelecia Timor-Leste como 27ª província indonésia, foi revogada. Um acordo entre Portugal e Indonésia transferiu a administração de Timor-Leste para a UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor*), uma organização transitória das Nações Unidas, a qual foi liderada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

O período compreendido entre 1999 e 2002 foi acompanhado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas por meio da UNTAET, com mandato de Missão de Administração de Transição entre o domínio indonésio e o Estado independente. Vale ressaltar que, nesse momento e durante toda a ocupação, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental ao oferecer abrigo e servir de refúgio aos indivíduos contrários à anexação indonésia; e que representou uma categoria essencial na constituição da identidade da história

leste-timorense, assim como significou também apoio aos demais resistentes que se refugiaram nas montanhas durante a ocupação do país.

Após o período em que Timor-Leste passou pelo governo de transição, a instauração da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) ocorreu em 20 de maio de 2002, sob o regime da nova Constituição e a posse do primeiro Presidente da República eleito democraticamente, Kay Rala Xanana Gusmão.

Com a eleição do novo Governo, a UNTAET foi transformada em *United Nations Mission of Support in East Timor* (UNMISSET), Missão de Suporte a Timor-Leste, ambas sob mandato do Conselho de Segurança da ONU, cuja finalidade foi a de constituir-se como força de manutenção da paz e de suporte ao desenvolvimento institucional. Depois de concluído o mandato da Força de Paz da ONU, em maio de 2005, o Conselho de Segurança estabeleceu uma missão política especial de um ano: o Gabinete das Nações Unidas em Timor-Leste, com o fito de manter o apoio a algumas áreas estratégicas e mais carentes de quadros humanos especializados.

Em 2006, contudo, Timor-Leste voltou a viver um clima de instabilidade política, o que tornou necessário à ONU enviar novamente um contingente mais alargado de militares para manutenção da paz. Depois de forças de segurança de vários países terem voltado a Timor-Leste, a pedido do governo, em setembro foi criada a *United Nation Integrated Mission in Timor* (UNMIT), a qual iniciou oficialmente atividades de policiamento em solo leste-timorense.

Timor-Leste é, na atualidade um, país independente, mas com limitações e dificuldades, as quais relativizam sua independência. O baixo nível de desenvolvimento socioeconômico desse território decorre, sobretudo, dos quatro séculos e meio de exploração a que foi sujeito, praticamente sem receber qualquer tipo de investimento português, somando-se a esses os vinte e quatro anos de domínio militar indonésio, cujo regime impôs mudanças estruturais, culturais, políticas, econômicas e identitárias profundas ao país.

Após havermos realizado a contextualização acerca de Timor-Leste, apresentamos a biografia de Xanana Gusmão, ator social que despenha, na história leste-timorense recente, papéis significativos no que se refere à esfera política e, conseqüentemente, à constituição das identidades leste-timorenses.

1.3.9 Xanana Gusmão: da guerrilha à presidência

Nasci em Manatuto e, segundo minha mãe, foi numa noite em que não se distinguia se era dia 20 ou já 21, de um junho habitualmente muito quente para amadurecer os arrozais. Dois anos antes, tinha nascido a minha irmã Felismina, que talvez já estivesse apreciando, na altura, o encanto das crianças: um prato de barro fumegando com canja de gafanhotos da várzea. Meu pai foi colocado em Lacluta, devia eu ter 1 ou 2 anos. Ser mestre-escola era bom para se conseguir o respeito de todos, a amizade dos liurais e a confiança dos chinês. [...] Mas só a Bíblia e a civilização do colonialismo foram capazes de destruir os laços que amarraram os timorenses ao seu par de cabras, à sua horta e às suas crenças em locais sagrados.

(Xanana Gusmão, **Autobiografia**, de 1994.)

A epígrafe que introduz essa seção faz parte da biografia escrita secretamente por Xanana Gusmão quando estava na condição de preso político na Indonésia e elucida sua origem indígena. Nascido durante o regime colonial português, a história de Timor-Leste muitas vezes funde-se, confunde-se com a de Xanana Gusmão. Em uma sociedade que ainda vislumbrava o Portugal dos “descobrimentos”, ele cresceu em um contexto social marcado pela dialética entre dois mundos: o colonial e o nativo.

Xanana Gusmão representa uma figura histórica singular em função de sua trajetória como líder em Timor-Leste, por isso, interessa-nos, em função de nossos objetivos, tratar de sua biografia durante o período circunscrito entre o início de sua atuação como líder da resistência armada, em 1981, e sua chegada ao posto de presidente da República Democrática de Timor-Leste, em 2002. Entretanto, é importante ressaltar que não se trata de fazer uma apologia alienada à figura de Xanana Gusmão, já que, nas palavras dele mesmo, em entrevista à pesquisadora Sara Niner (2009, p. 37) em 1982:

Ele não é o mito, que algumas pessoas têm ajudado a construir; menos ainda a figura lendária enunciada pelos outros. Ele é um homem enfrentando muitas dificuldades. Um homem que luta em uma luta dentro de si mesmo; um homem com muitos defeitos, mas que, à custa do sangue de seus companheiros, foi forçado a aprender com seus próprios erros. Um combatente pela Pátria, um entre muitos, que age com base em um princípio básico, um princípio muito importante: eu sempre acreditei no meu povo, e hoje tenho a acrescentar que acredito na força da solidariedade internacional.

Após a Revolução dos Cravos em Portugal, quando a autodeterminação e a independência nacional tornaram-se possíveis, Xanana Gusmão decidiu associar-se à recém-formada Associação Social Democrata Timorense, que se transformou na FRETILIN. No partido, trabalhou como jornalista e fotógrafo, tornando-se diretor do Departamento de Informação.

Em 1977, após uma série de incursões militares indonésias, a tomada da capital Díli e a morte de Nicolau Lobato, o então Presidente da FRETILIN, em dezembro de 1978, juntamente com a perda da maioria dos membros do Comité Central da FRETILIN, Xanana Gusmão ficou incumbido de reorganizar a luta. Assim, em março de 1981, foi organizada a Primeira Conferência Nacional da FRETILIN e ele foi eleito líder da Resistência e o Comandante-em-Chefe das FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste). Em março de 1983, Xanana Gusmão demonstrou seu pragmatismo ao iniciar negociações formais com as Forças Armadas Indonésias, liderando um cessar-fogo, que foi interrompido em agosto do mesmo ano. A ascensão de Xanana Gusmão a líder das forças de defesa deve-se ao tipo de liderança que exercia junto aos remanescentes da FRETILIN. Segundo Niner (2005, p. 68):

Lideranças carismáticas muitas vezes surgem em tempos de crise, operando na ausência de regras formais, moldado por sua natureza transitória e profundamente pessoal, a liderança de Xanana se encaixa nesse molde. [...]. Podemos traçar o desenvolvimento pessoal de Xanana como um período da história, de um jovem inseguro, fora dos padrões, inconformado, a um homem que criou para si um papel central como o salvador carismático para sua nação despedaçada em 1999.¹⁷ (tradução nossa)

Está claro, portanto, que o contexto de significativa devastação de Timor-Leste e a morte de Nicolau Lobato permitiram a Xanana Gusmão converter-se em um líder carismático.¹⁸ Além disso, Mendes (2005, p. 271), discute as implicações práticas da personalização da FRETILIN na figura de Xanana:

[...] a resistência sentiu, a dada altura, a necessidade de personalizar a liderança no rosto de Xanana Gusmão que, deste modo, se tornou o ícone de todo o processo. O seu percurso biográfico é, neste aspecto, particularmente claro: o guerrilheiro que abandona a FRETILIN para representar a unidade da resistência, numa lógica de ultrapassagem das divisões para alcançar um objetivo prioritário comum, vem a ser capturado e enviado para uma prisão em Java alcançando, assim, uma projecção entre o povo de Timor-Leste e mesmo na cena internacional que o tornaram num incontestado líder. Assistiu-se, assim, a uma deliberada personalização do poder que

¹⁷ Charismatic leaderships often emerge in times of crisis, operating in the absence of formal rules, shaped by their transitory and deeply personal natures, and Xanana's leadership fits into this molds [...]. We can trace Xanana's development during just such a period of history, from a young unconfident, uncommitted outsider, to a man who had created for himself a central role as charismatic healer to his shattered nation in 1999.

¹⁸ Para Weber (2008 [1956]), a dominação carismática é aquela se exerce em função da virtude de um indivíduo, que desperta em seus seguidores (ou súditos) uma devoção afetiva, vinda de capacidades mágicas, heroísmo, poder do espírito e do discurso. Nesse sentido, o termo carisma deve ser compreendido fora de seu uso corrente, já que, na perspectiva em que Weber o emprega, ele está associado à ideia de que um líder deve se fazer crível, “por meio de milagres, êxitos e prosperidade do séquito e dos súditos”. A associação de domínio carismático é de caráter comunitário, sendo aquele que ordena o “chefe”. Não há, nessa concepção, o conceito racional de competência, nem o de estado e de privilégio, sendo o “chefe” seguido pelos seus “discípulos” segundo o carisma e as vocações pessoais. O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem a força de devoção pessoal dos seguidores. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A autoridade carismática é preconizada por Max Weber como uma das grandes forças revolucionárias da História. (grifos nossos)

trouxe óbvios dividendos à resistência e que trouxe a Xanana uma aura de herói, que, aliada à sua conduta, lhe grangeou comparações com figura de Nelson Mandela.

Aproveitando-se da força de sua influência, Xanana Gusmão concebeu e implementou uma política de unidade nacional que contava com o apoio tanto de membros da Igreja Católica quanto das autoridades tradicionais leste-timorenses. Ele se valeu dos cinco meses de cessar-fogo para desenvolver a primeira rede clandestina nacional organizada, a Frente Clandestina. Nesse sentido, a atuação da Igreja Católica foi primordial, pois:

Nos seis anos decorridos desde a invasão, a Igreja Católica tinha-se tornado um pilar na luta contra a Indonésia e muitos nas suas fileiras apoiavam a resistência e os guerrilheiros. Padres e freiras eram a única fonte de apoio que muitos timorenses tinham. Compreendendo o papel crucial da Igreja e procurando colaborar com os outros sectores da sociedade, Xanana estabeleceu laços íntimos com os religiosos. A Igreja também era a única instituição a funcionar em Timor que podia proporcionar ligações internacionais e uma protecção eficaz para atividades clandestinas. (NINER, 2011, p. 104)

Em 1988, o sucesso da iniciativa pela união nacional levou Xanana Gusmão a criar o Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), como a expressão de um comando nacional de luta apartidário. A assunção dessa postura, segundo Niner (2011, p. 106), deve-se em muito à associação de Xanana à liderança da Igreja Católica leste-timorense, de modo que, a posição revolucionária assumida em 1981 cedeu lugar a um nacionalismo moderado. Dessa forma, o ímpeto da ideologia leninista-marxista foi substituído por uma postura nacionalista mais ampla que “permitiu a Xanana reforçar a resistência e incluir virtualmente todos os timorenses.”.

Um ano depois do massacre de Santa Cruz, após dezessete anos de guerrilha, Xanana Gusmão foi capturado pelas Forças Armadas Indonésias, na capital, Díli, em 20 de novembro de 1992. Em um contexto de pressão internacional, Xanana Gusmão foi julgado e mantido prisioneiro em Díli, até março de 1993. Após o julgamento, foi transferido para Kedungpane, em Semarang, uma prisão destinada a criminosos de toda sorte, na qual esteve confinado em uma cela solitária. Devido à pressão da comunidade internacional, as autoridades indonésias foram forçadas a transferi-lo para a prisão de Cipinang, reservada a presos políticos. Enquanto ainda estava em Semarang, Xanana Gusmão foi constantemente alvo de humilhações públicas, como descrito por ele próprio (apud Niner, 2011, p. 137):

Uma vez, quando eu estava em Jacarta, quando fizeram a minha mudança, a fim de gravar todos os meus movimentos na cadeia, levaram-me algemado para um passeio pela cidade. Eles me mostraram o 'ouro' da estátua de Monas, o monumento nacional da Indonésia. Eu tinha vontade de gritar aos meus guardas que eu nunca iria vender a minha alma para a crista de ouro de Monas e menos ainda que eu iria vender meu

próprio povo. Não podia trair a esperança do meu povo de viver um dia livre e independente.¹⁹ (tradução nossa)

Na prisão de Cipinang, embora em condições bastante precárias²⁰, Xanana Gusmão dedicou seu tempo à preparação de estratégias de resistência, enquanto estudava a língua indonésia com membros de gangues indonésias, inglês e Direito. Ele também pintava, escrevia poemas, cultivando um talento já reconhecido em 1975, quando ele ganhou o Prêmio Timorense de Poesia com o poema *Maubériadas*. Alguns de seus quadros foram vendidos e os proventos doados para o movimento resistência. Em 1994, alguns de seus ensaios políticos foram publicados no livro **Timor-Leste: um povo, uma pátria**, editado em Portugal.

O encarceramento de Xanana Gusmão alcançou visibilidade internacional, o que acabou lhe rendendo a alcunha de “Nelson Mandela do sudeste asiático”. Em função disso, tornou-se facilmente acessível a representantes da ONU e de governos estrangeiros assim como a organizações defensoras dos Direitos Humanos. Além disso, na prisão, teve a oportunidade de se encontrar com muitos membros importantes do movimento pró-democracia de Timor-Leste.

Em abril de 1998, na Convenção Nacional dos Leste-Timorenses na Diáspora, quando se estabeleceu o CNRT²¹, Xanana Gusmão foi reafirmado e aclamado como líder da Resistência Leste-Timorense e Presidente do CNRT. A coerção realizada por organismos e autoridades internacionais seguiu aumentando pela libertação de Xanana Gusmão e para que o governo indonésio assegurasse a independência de Timor-Leste, mesmo que a consulta popular realizada no país rejeitasse o plano proposto por ele. Xanana Gusmão foi transferido, em 10 de fevereiro de 1999, da Prisão de Cipinang, para o regime de prisão domiciliar em Salemba, na parte central de Jacarta.

O rápido desenvolvimento do processo político leste-timorense e o reconhecimento internacional generalizado de Xanana Gusmão foram razões para que fossem realizadas

¹⁹ Once when I was in Jakarta in order to make a change from recording all my movements in jail they took me handcuffed for a tour of the city. They showed me the ‘gold’ of the statue of Monas, the national monument of Indonesia. I felt like shouting to my warders that I would never sell my soul for the crest of gold Monas and still less would I ever sell out my own people. I could not betray the hope of my people to live one day free and independent.

²⁰ Em depoimento à professora Sara Louise Niner (1992), Xanana Gusmão descreve assim a prisão de Cipinang: “Há treze células, cada uma com espaço para duas pessoas. Eu estou aqui misturado com assassinos, ladrões e os loucos. Companheiros timorenses estão em outra célula, mas nunca nos encontramos. Desde a manhã até à noite eu tenho que suportar insultos e provocações, tanto pessoais quanto políticos. Cada um de meus movimentos é monitorado e anotado.”.

²¹ Na bibliografia sobre Timor-Leste, não há consenso sobre o significado da sigla CNRT. São concorrentes os dois desdobramentos: Conselho Nacional de Resistência Timorense e Conselho Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste.

diversas visitas a ele na prisão por representantes de governos estrangeiros, incluindo a Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, o ex-Presidente dos EUA, Jimmy Carter, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Alexander Downer, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Masahiko Komura.

Xanana Gusmão foi libertado definitivamente em 7 de setembro de 1999 e transportado secretamente para Díli em 20 de outubro, sob escolta das forças australianas.

Fardado a rigor e com lágrimas escorrendo pelo seu rosto, Xanana recordou os tempos que tinham passado juntos, gritando sua emoção para os homens de quem ele era mais próximo no mundo. Relembrou memórias de seus companheiros mortos e seus anos de miséria e provação, mas também o apoio incansável das pessoas em todo o país que os ajudaram a cumprir seu dever durante a piores momentos de privações e derrotas. Apelou às Falintil e ao povo para se orgulharem de sua vitória e de sua coragem e para usarem essa força para trabalharem pela paz e sua nova nação. “Não podemos viver no passado”, ele gritou. “O futuro é nosso e só a nós pertence”. Guerreiros das Falintil vocês são corajosos. Vocês são astutos. Agora, não precisamos carregar mais o fardo. Apenas temos que carregar a nós mesmos. Guerreiros das Falintil, [vocês] lutaram contra o colonialismo. Guerreiros das Falintil, lutaram contra todos os que machucaram o nosso povo. Vocês são os guerreiros, os guerreiros que protegeram nosso povo, que cuidaram do nosso povo, guerreiros juntamente com o povo. As Falintil não podem desistir. (NINER, 2003, p. 343)²² (tradução nossa)

Em agosto de 2000, o Primeiro Congresso Nacional do CNRT, realizado em Díli, elegeu Xanana Gusmão Presidente do CNRT/Congresso Nacional. Nesse período, o CNRT foi submetido a uma rápida mudança: passou de órgão da resistência, reunido pela oposição à ocupação indonésia, a uma organização representativa, com o propósito de desenvolver e unificar uma nova nação após o holocausto nacional perpetrado pela Indonésia. Esse movimento evidencia, segundo a análise de Niner (2011, p. 255), que: “a identidade do CNRT estava em mudança juntamente com os seus líderes que estavam a transformar-se de guerrilheiros em governantes.”. Entre novembro de 2000 e abril de 2001, Xanana Gusmão foi o porta-voz do Conselho Nacional, um órgão legislativo inteiramente leste-timorense da Administração Transitória de Timor-Leste, composto por representantes de partidos políticos, da sociedade civil, de grupos pós-autonomia e de diversas crenças religiosas.

²² In full uniform with tears streaming down his face Xanana re-lived their times together, shouting out his emotion to the men he was closest too in the world. He summoned up memories of their fallen companheiros and their years of misery and hardship, but also the unflagging support of people across the country who kept them going during the worst of their deprivations and defeats. He appealed to Falintil and the people to be proud of their victory and of their courage and use this strength to now work for peace and their new nation. “We must not live in the past,” he cried. “The future is ours and it belongs to us alone. Falintil warrior you are brave. You are astute. Now we don’t have to carry the burden anymore. We just have to carry ourselves. Falintil warrior, [you] fought against colonialism. Falintil warrior, fought against anyone who hurt our people. You are the warriors, the warriors who protected our people, who took care of our people, warriors together with the people. Falintil can’t fall.

O CNRT/CN foi dissolvido a 9 de julho de 2001, antes das eleições para a Assembleia Constitucional, por Xanana Gusmão que, à altura declarou ser a primeira vez que um movimento vitorioso de libertação havia se excluído voluntariamente do poder. Essa decisão gerou um clima de instabilidade política, pois havia o temor de que, sem o CNRT, a unidade nacional fosse severamente colocada em risco.

Apesar de desejar afastar-se definitivamente da vida pública, após os extenuantes anos em que estivera em luta pela libertação de Timor-Leste, Xanana Gusmão “era claramente a escolha do povo à presidência” (NINER, 2011, p. 259). Ramos Horta defendia que Xanana não teria escolha, uma vez que – conhecendo-o – sabia que ele não viraria as costas ao povo; o Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo, por sua vez, entendia competir a Xanana Gusmão concluir o trabalho que havia iniciado, cabia a ele consolidar o processo de independência pelo qual lutara. O fato é que Xanana Gusmão havia realizado um juramento de sangue com outros guerreiros das FALINTIL de que jamais aceitaria qualquer recompensa pelo serviço que realizavam. Esse posicionamento foi aclarado na mensagem de Ano Novo de 1999:

A história do Terceiro Mundo está a repetir-se: o líder da resistência acabará como presidente, mesmo que não esteja à altura de tal missão; os comandantes da guerrilha serão os generais e os políticos conseguirão chegar a ministros. Tudo porque fomos heróis; tudo porque trabalhamos arduamente, sofremos mais que outros! Se isto acontecesse, seria um ultraje para todo o significado da nossa luta, para todo o significado dos sacrifícios feitos pelo nosso povo. Seria uma traição! (NINER, 2011, p. 259)

Todavia, mesmo que inicialmente não desejasse, no dia 14 de abril de 2002, Xanana Gusmão foi eleito Presidente de Timor-Leste com 82,7% dos votos e tomou posse em 20 de maio do mesmo ano, cargo em que permaneceu até maio de 2007. Em sua forma de administrar a nação,

Xanana defendia uma política de unidade nacional [...]. Não era apenas uma fixação política [...], mas um elemento inerente do seu estilo de liderança, que sobressaiu num consenso em todo o espectro político. Este estilo tem fortes paralelos com um imperativo cultural indígena timorense de harmonia e unidade que também se manifesta numa tomada de decisões políticas de estilo consensual pelos líderes da elite do sexo masculino. (NINER, 2011, p. 275)

Os anos de administração nacional não foram fáceis. Além de seu esgotamento decorrente não só da luta, mas também dos esforços geopolíticos para angariar recursos e apoio à causa leste-timorense, antes das eleições, Xanana viu-se obrigado a lidar com movimentos dissidentes, principalmente os vinculados à FRETILIN, personificados na figura do Primeiro-Ministro, Mari Alkatiri, conforme elucida-nos Niner (2011, p. 270):

A transição de Xanana de um líder carismático de um exército de guerrilheiros para presidente de uma nação democrática não tinha sido plenamente concretizada. O seu estilo de liderança unilateral criou tensões nos constrangimentos da nova democracia. Além disso, os seus modos efusivos e descontraídos ofendiam a personalidade reservada e taciturna de Alkatiri. A política tornou-se ainda mais polarizada. [...]. Perspectivas tão diferentes alimentaram uma discórdia crescente não só entre o primeiro-ministro e o presidente, mas também entre os seus apoiantes.

Como corolário da falta de consenso internamente à administração da nação que despontava, ganhou relevo uma série de descontentamentos oriundos de vários setores da sociedade: i) os timorenses da diáspora, que tinham vivido na África, em Portugal ou na Austrália, tomaram posse dos melhores postos de trabalho, o que descontentou aqueles que permaneceram em Timor-Leste e lutaram pela libertação nacional e fomentou o sentimento de desvalorização dos sobreviventes da guerra em comparação aos que vieram do exílio; ii) as questões de gênero e representatividade das mulheres no Parlamento. Embora representasse um dos índices mais elevados do mundo àquela época, apenas 30% dos parlamentares eram do sexo feminino.

Além disso, em 2006, o processo de reconstrução de Timor-Leste sofreu um abalo profundo, decorrente de um conflito entre facções da F-FDTL. Em janeiro daquele ano, aproximadamente 600 soldados de um agrupamento jovem (da região Oeste de Timor-Leste) denunciaram práticas discriminatórias por parte do pessoal militar sênior, os sobreviventes da guerra (do Leste). Dessa situação, decorreu o desgaste entre Xanana Gusmão e Taur Matan Ruak, o então chefe do Estado Maior. O primeiro acusou o segundo de administrar mal o conflito e este passou a apoiar o governo da FRETILIN. Xanana, encontrava-se, pois, em um cenário no qual garantir a governabilidade era uma tarefa árdua e exaustiva, já que vinha sendo realizada sem apoio de posições importantes do Governo. Em função disso, movimentos anti-Xanana foram alimentados e eclodiram, em 28 de abril, em uma violenta manifestação, a qual teve como alvo o Palácio Governamental. Uma vez que não havia consenso sobre contra quem ou a favor de quem lutar, tanto Ruak quanto Xanana Gusmão foram atacados por grupos rivais. No desenvolvimento desse episódio, mais uma dissidência ganhou corpo, dessa vez o dilema versava sobre questões étnicas, o que fez dismantelar a unidade tanto da polícia quanto do exército, os quais se seccionaram em facções segundo as divisões étnicas de Leste e Oeste, enfraquecendo outras alianças políticas. Assim, conforme reporta Niner (2011, p. 273):

O impacto dos acontecimentos de 2006 em Timor-Leste foi profundo para a nova nação e o seu povo. O processo de reconstrução nacional foi abalado e o resultado foi uma profunda perda na fé na liderança política. O cidadão comum estava confuso com os processos políticos, cansado da violência e frustrado por ser desiludido e mal servido. Todos os políticos ficaram profundamente manchados pela crise e há acusações credíveis de ligações à violência e aos bandos de todos os lados.

Foram aventadas muitas possibilidades de explicação para a onda de violência que se abateu sobre Timor-Leste, mormente no último ano de governo de Xanana Gusmão. A polícia internacional acreditava se tratar de um movimento patrocinado pelos partidos que pretendiam conquistar o poder nas eleições de 2007. Havia também a hipótese de que insurgentes eram nada mais que fantoches comandados pela Indonésia, tendo no crime organizado das milícias sua forma de atuação. Independentemente de quem fosse(m) o(s) responsável(eis) pelo desconcerto interno, a situação obrigou a UNMIT a assumir as responsabilidades pelo país.

As campanhas presidenciais tiveram início em abril de 2007, sendo vencedores do pleito para o Quarto Governo Constitucional de Timor-Leste Ramos Horta, como presidente, e Xanana Gusmão, no posto de primeiro-ministro.

Ulteriormente à deixada da Presidência, Xanana Gusmão foi eleito presidente do partido político formado em abril de 2007, o CNRT. Em 30 de junho do mesmo ano, realizaram-se as eleições legislativas, tendo o CNRT recebido o segundo maior número de votos e formando imediatamente uma aliança com três outros partidos políticos, o PD (Partido Democrático) e a Coligação ASDT-PSD, tendo essa aliança passado a chamar-se AMP (Aliança da Maioria Parlamentar) e garantindo 37 dos 65 assentos no Parlamento Nacional.

Observamos que a trajetória de Xanana de Gusmão, revelada por seu profundo envolvimento com as questões políticas de cerne para a autodeterminação de Timor-Leste e sua posterior atuação com Presidente da República, destaca-o como uma personagem histórica que se junta a outras, como Nelson Mandela, na galeria daqueles considerados heróis nacionais.

Dessa forma, após havermos realizado uma resenha geo-histórica de Timor-Leste e apresentado uma sucinta biografia de Xanana Gusmão, procedemos, no próximo capítulo, à discussão teórica sobre o conceito de identidade e sua abordagem por distintas áreas do conhecimento.

CAPÍTULO II

BABEL IDENTITÁRIA:
A IDENTIDADE SOB UMA PERSPECTIVA
INTERDISCIPLINAR

Capítulo II

Babel Identitária: a identidade sob uma perspectiva interdisciplinar

Neste capítulo, apresentamos a fundamentação teórica acerca do conceito nuclear a partir do qual este trabalho se desenvolve: a identidade. Ao tratarmos da questão identitária, procuramos elucidar como tal conceito pode ser entendido, configurado e manifestado em diferentes disciplinas, a fim de formar um quadro conceitual de referência, que nos forneça subsídios para a análise de natureza linguístico-discursiva das identidades no caso de Timor-Leste, perspectivando, assim, propostas teórico-conceituais de algumas áreas do conhecimento com as quais a análise do discurso mantém afinidade. Nesse percurso ontológico, abordamos a Teoria das Representações Sociais, cuja base teórica advém da Psicologia Social; a perspectiva dos Estudos Culturais relativamente à constituição das identidades, bem como realizamos considerações acerca da atuação da memória nesse processo, destacando, assim, o importante papel da cognição no processo de construção de identidades. Além disso, discutimos as políticas linguísticas atualmente em vigência em Timor-Leste, porque entendemos ser de suma importância, para os objetivos desta tese, a compreensão de que *status* se atribui a cada uma das línguas oficiais (Português e Tétum) em termos de comunicação das instâncias públicas com a população e na formação escolar, além da relação estabelecida entre estas e as demais línguas autóctones coexistentes em solo leste-timorense.

A identidade é um conceito bastante complexo e cuja definição constitui campo de disputa entre diversas disciplinas, assim, buscando delimitá-lo para, posteriormente, analisá-lo, respaldamo-nos em estudiosos de áreas do conhecimento diversas, de modo a criar um quadro epistemológico suficientemente coeso para a definição de nosso objeto de estudo. De toda forma, destaca-se o fato de que basicamente todas as formulações sobre identidade apelam a um sentido de reconhecimento (MOITA LOPES, 2006; HALL 2006, MENDES, 2005; MOSCOVICI, 2003), pressupõem diferença e atribuição de significado (MOITA LOPES, 2006; HALL, 2006; MENDES, 2005; GUNN, 2001, LACLAU, 1987), descrevem-na como um processo cognitivo-afetivo (MENDES, 2005; MOSCOVICI, 2003), baseiam-se em imagens e representações (DE FINA, 2010 [1997]; MENDES, 2005; MOSCOVICI, 2003; GUNN, 2001) e reconhecem a existência de um sentimento de pertença (MOITA LOPES, 2006; HALL,

2006; MENDES, 2005; MOSCOVICI, 2003; BHABHA, 1998); conforme discorreremos mais aprofundadamente a seguir.

2.1 Identidade: um conceito ontologicamente interdisciplinar

Conforme adiantamos, os estudos acerca da identidade têm interessado, de forma peculiar, a diversas disciplinas das ciências humanas desde a virada do século XX. Não se trata de um fenômeno casual, mas, conforme se discute contemporaneamente no âmbito das Ciências Sociais, de uma tendência oriunda das profundas transformações pelas quais o mundo vem passando desde o advento da globalização e de seus impactos na estruturação das sociedades e dos processos de identificação decorrentes de tal processo.

Por meio do metafórico encurtamento entre as distâncias, possibilitado fundamentalmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e das telecomunicações, tornou-se mais facilitada a difusão de determinados modelos socioculturais produzidos por países de cultura hegemônica – no sentido de terem a posse dos meios de produção da indústria cultural e das ferramentas necessárias para disseminação de seus produtos culturais (música, cinema, propagandas, entre outros).

A contiguidade entre culturas, por um lado, pode promover o enriquecimento entre as que estão em contato, quando se trata de uma relação simétrica de cooperação, na qual as culturas envolvidas influenciam-se mutualmente, sem que haja qualquer espécie de “predatismo cultural”. Talvez se trate de uma perspectiva romântica e bastante idealizada da globalização, quando se observam seus efeitos já no século XXI. Por outro, quando atrelada a valores econômicos, a cultura de uma sociedade hegemônica, como a estadunidense, só para mencionar um exemplo, torna-se, invariavelmente um produto de disseminação de valores, e é exatamente essa associação (que se tornou) intrínseca entre mercado e cultura que tem levado estudiosos a se interessarem pelos impactos dessa relação na conformação das identidades – quer sejam as grupais, as nacionais ou as individuais.

Em seu trabalho acerca da identidade leste-timorense, desenvolvido sob a ótica das relações internacionais, Mendes (2005, p. 50) pondera:

A proliferação dos estudos sobre identidade gerou diferentes modos de a interpretar e consequentemente uma grande variedade de definições do conceito [...]. Não existe consenso, nem consistência quanto ao modo de determinar o conteúdo e o âmbito da identidade, as mudanças e contestações, nem sequer técnicas ainda suficientemente desenvolvidas que permitam considerá-la como variável independente para explicar

ações políticas, económicas e sociais. As ópticas pelas quais tem sido considerada remetem para a lógica da interdisciplinaridade [...].

Mendes (2005) aponta para uma questão de cerne: o fato de a identidade ser simultaneamente objeto de tantas disciplinas situa-a em um quadro conceitual bastante amplo e difuso, o que impede que ela seja considerada um conceito transparente e autoexplicativo, assim como muitos outros com os quais lidamos nesta tese. Em função disso, devido à sua natureza expansiva, o trabalho com a identidade demanda que se construa um aporte naturalmente interdisciplinar capaz de circunscrevê-la, ainda sob o risco necessário de se proceder a certos reducionismos, em um quadro teórico que delimita, para este trabalho, as fronteiras de sua significação. Iniciamos esse processo pelas representações sociais.

2.2 Representações sociais: a identidade como um valor simbólico

Os estudos das representações sociais, oriundos da Psicologia Social, estão vinculados à perspectiva em que se associam as relações de poder à construção identitária. No âmbito dessa disciplina, as representações sociais são compreendidas, segundo Moscovici (2003, pp. 20-21), como um modo de compreender um objeto particular, a partir do qual o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade e expressa um valor simbólico relativamente a esse objeto.

A perspectiva adotada pelo autor em questão salienta um primeiro aspecto das identidades, o qual é discutido ao longo deste capítulo, e que corresponde ao fato de elas serem produtos de relações de interação. A atribuição de uma identidade e de um valor simbólico está atrelada necessariamente a um processo de avaliação do outro e de seu enquadre²³ em categorias de valor pertencentes ao universo axiológico daquele que o avalia. É claro que esse processo não é tão simples como pode parecer à primeira vista, já que as atribuições feitas a um indivíduo podem ser – e constantemente o são – rechaçadas, negociadas ou aceitas. Tudo isso depende de instâncias do ato enunciativo, tais como: quem são os participantes, qual é o papel social que

²³ Utilizamos o termo enquadre em referência às estratégias cognitivas de categorização das coisas do mundo, contextualmente situadas e ideologicamente orientadas, mobilizadas pelos indivíduos para construir e interpretar os variados discursos que circulam socialmente. Ao se valer dos enquadres, os indivíduos procedem a recortes específicos da realidade/situação que desejam comunicar, tal como analogamente ocorre quando escolhemos que parte de uma paisagem desejamos fotografar, por exemplo.

desempenham em uma situação comunicativa específica, quais são seus objetivos discursivos, que relações de poder estão em jogo, entre outras variáveis.

A partir dessas considerações, evidencia-se que as representações sociais possuem também um componente de natureza emocional, de modo que devem ser estudadas articuladamente a elementos afetivos, mentais e sociais que integram cognição, linguagem e comunicação. Sendo assim, elas são, conforme antecipamos, sempre um produto da interação e constituem:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história social. (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

Com base em tal posicionamento, as representações sociais são reconhecidas, simultaneamente, como “[...] campos socialmente estruturados e expressão da realidade intraindividual que exterioriza o afeto e revela poder de criação e de transformação da realidade social.” (MOSCOVICI, 2003, p. 21). Nesse contexto, explicita-se que a representação é, em essência, um “sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes”, a partir do qual os sujeitos se reconhecem com base em um sistema axiológico compartilhado, muitas vezes, tacitamente. Assim, categorizar alguém ou algo pressupõe a “seleção de um dos paradigmas estocados em nossa memória e o estabelecimento de uma relação positiva ou negativa com ele” (MOSCOVICI, op. cit., p. 21), ou seja, não há neutralidade nas formas de representar. Classificar algo significa, portanto, enquadrá-lo em um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não, permitido em relação a todos os indivíduos pertencentes à dada classe. Em relação a essa prática, Moscovici (2003, p. 61) destaca que:

[...] em sua grande maioria, essas classificações são feitas comparando as pessoas a um protótipo, geralmente aceito como representante de uma classe [...]. Se é verdade que nós classificamos e julgamos as pessoas e coisas comparando-os com um protótipo, então nós, inevitavelmente, estamos inclinados a perceber e a selecionar aquelas características que são mais representativas desse protótipo.

Desse modo, quando classificamos uma pessoa como leste-timorense, guerrilheiro ou presidente da república, nós a confinamos a um conjunto de coerções linguístico-discursivas, espaciais, comportamentais e a certos hábitos, que conformam suas distintas identidades, consoante discutimos mais adiante. Além disso, é importante destacar que todo processo de

classificação/representação de seres e objetos não atende a uma simples demanda por realizar uma taxonomia das coisas do mundo, da vida cotidiana, mas constitui uma tarefa complexa na qual convergem cognição (como percebemos o objeto), afeto (como nos relacionamos com esse objeto) e ação (com agimos com e em relação a esse objeto). Assim, por meio das representações sociais, podemos compreender e mapear o campo de significações que define como determinado objeto ou ser foi representado no registro das experiências simbólicas – manifestado pelos discursos – de um grupo social específico.

Nesse sentido, o modo de representar está intrinsecamente relacionado às distintas formas de construir identidades, as quais, muitas vezes, partem do senso comum. Para Moscovici (2003), o senso comum é coletivamente efetivo no processo de construção de representações sociais, pois não é fácil transformar palavras, ideias ou seres não familiares em palavras usuais, próximas e atuais. “É necessário, para dar-lhes uma feição familiar, pôr em funcionamento os dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas.”. (MOSCOVICI, op. cit., p. 57)

Os processos de construção de representações sociais, a que Moscovici (2003) alude e sobre os quais discorreremos a seguir, são classificados, respectivamente, como **ancoragem** e **objetivação**.

A **ancoragem** é entendida como processo pelo qual procuramos classificar, encontrar um lugar para enquadrar o não familiar. Como o estranho é reconhecido como ameaçador, precisamos alocá-lo em categorias por nós já conhecidas, ou seja, em uma realidade conhecida e institucionalizada. Esse mecanismo busca, portanto, *ancorar* ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, situá-las em um contexto familiar, pois

Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e, ao mesmo tempo, ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas. O primeiro passo para superar essa resistência, em direção à conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando nós somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido. No momento em que nós podemos falar sobre algo, avaliá-lo e, então, comunicá-lo – mesmo vagamente, como quando nós dizemos de alguém que ele é “inibido” – então nós podemos representar o não-usual em nosso mundo familiar, reproduzi-lo como uma réplica de um modelo familiar. Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. (MOSCOVICI, 2003, p. 59)

Mesmo que não esteja discutindo a questão linguística precipuamente, Moscovici destaca algo que nos é significativo no tratamento da identidade e que, nos estudos da linguagem, figura como um tema controverso: um objeto do mundo só passa a existir – e ser

imaginado e representado – quando lhe atribuímos um nome, quando o classificamos e o enquadrados em uma categoria já existente e, portanto, dotada de significados e de propriedades pragmáticas. A ancoragem, nesse sentido, permite-nos realizar um constante processo de atualização de nossas referências de mundo e de nossas formas simbólicas de avaliá-lo e de representá-lo.

O outro processo que o autor descreve é a **objetivação**, entendida como o mecanismo pelo qual buscamos tornar concreto algo abstrato. Nesse processo, realizamos uma espécie de transferência do que está em nossa mente para o mundo, algo que exista no mundo físico, concreto, tangível. Procuramos aliar um conceito a uma imagem, descobrir a qualidade icônica, material, daquilo que é desconhecido. Moscovici (2003) ilustra o processo de objetivação por meio do recurso a uma prática corriqueira: ao se chamar Deus de “pai”, objetiva-se a ideia abstrata de Deus em uma imagem conhecida (pai). Isso possibilita uma compreensão mais concreta do que seja Deus, por exemplo.

A objetivação contribui para que o mundo das ideias²⁴ passe ao mundo sensível, aquele que pode ser experienciado por meio dos sentidos humanos. Nessa passagem, emerge a importância do discurso como instância responsável pela conversão de um mundo em outro; transita-se, assim, do universo temático para o figurativo por meio da materialidade linguística.

A ancoragem e a objetivação são entendidas, por conseguinte, como formas específicas por meio das quais as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para um nível material, da perspectiva discursiva, a produção simbólica de uma comunidade. Moscovici (2003, p.58), elucida essa relação, ao afirmar que:

Esses mecanismos transformam o não-familiar em familiar, primeiramente transferindo-o à nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar. Sendo que as representações são criadas por esses dois mecanismos, é essencial que nós compreendamos como funcionam.

Os processos de representação social assentam-se sobre decisões (geralmente precipitadas, como alerta Moscovici) oriundas de duas formas distintas de observação da realidade: a **generalização** e a **particularização**. Por meio da generalização, procede-se à uma redução de distâncias, ou seja, seleciona-se uma característica aleatória já conhecida para enquadrar aquilo que surge como novidade: brasileiro, professor, político, nação, inimigo, etc.

²⁴ Não utilizamos a expressão no sentido que lhe é atribuída por Platão, que se refere ao mundo das ideias como um simulacro do real e, portanto, da não verdade.

A partir desse enquadre, a característica aleatória torna-se extensiva a todos os membros dessa categoria, ou seja, se tomamos por exemplo a disseminada ideia de que o povo brasileiro é dotado de uma cordialidade inata, logo, poderíamos generalizá-la a todos os membros encaixados na categoria de brasileiros, criando, assim, um protótipo do que é ser brasileiro. Há, portanto, uma relação causal inerente entre característica e indivíduos, de modo que “quando é positiva, nós registramos nossa aceitação; quando é negativa, nossa rejeição” (MOSCOVICI, 2003, p. 58). Com base na particularização, mantém-se a distância e o objeto é colocado em posição de análise, “como algo divergente do protótipo”. Ao mesmo tempo, busca-se identificar que característica, motivação ou atitude o torna distinto dos demais. Sintetizando tais procedimentos, Moscovici (2003, p. 62) defende que

De fato, a tendência para classificar, seja pela generalização, ou pela particularização, não é, de nenhum modo, uma escolha puramente intelectual, mas reflete uma atitude específica para com o objeto, um desejo de defini-lo como normal ou aberrante. É isso que está em jogo em todas as classificações de coisas não-familiares – a necessidade de defini-las como conformes, ou divergentes, da norma.

Tomando como base os pressupostos da Teoria das Representações Sociais, podemos chegar a um ponto crucial à abordagem linguístico-discursiva da identidade: quando nomeamos algo ou alguém, criamos para ele uma genealogia e o incluímos em um complexo de termos e expressões específicos, para localizá-lo na matriz de identidade de uma dada cultura. Por fim, para que esse processo seja profícuo, é necessário que o nome atribuído seja compartilhado e reproduzido socialmente, concorrendo para isso o papel fundamental da memória.

2.3 Identidade e memória: um movimento pendular entre conservação e apagamento

Ao considerarmos os distintos universos da identidade, por um lado, e da memória, por outro, deparamo-nos com as complexas relações que ambos os universos estabelecem com a História, na profunda dialética entre o que deve ser preservado ou descartado, e, mais do que isso, quem decide o que deve ser conservado ou apagado das páginas da história de um país, no caso específico desta tese.

Em comum aos três elementos até aqui elencados – identidade, representações sociais e memória – subjaz o estatuto de serem constructos sociais. A partir dessas considerações, entendemos que, como parte do processo de constituição da identidade nacional, a memória

corresponde a um importante patrimônio relacional de qualquer nação, pois é por meio do apelo à memória coletiva que se erigem as grandes narrativas míticas, os mitos fundadores de uma nação, a exemplo do mito do crocodilo, o ancestral, que deu origem à ilha de Timor, apresentado na abertura do Capítulo I. Por meio de narrativas ontológicas, assegura-se coesão social, forjam-se identidades e memórias coletivas, conforme observa Rosas (2000, pp. 147-148):

A memória está obviamente no centro de todas as representações identitárias nacionais, classistas, profissionais, políticas, geracionais, o que significa que a *reinvenção do passado*, está no centro de qualquer processo histórico e de toda reflexão que sobre ele se possa reproduzir, isto é, o próprio acto de fazer história. No centro de todo processo histórico, porque todos os processos de mudança recorrem à representação da memória para se legitimar, tal como toda resistência à mudança. As forças de subversão legitimam-se em nome de certa representação da história ou do interesse nacional, e em nome de outras legitimam as forças que se opõem à mudança. Em todo discurso de transformação ou de conservação nos diversos campos político-culturais estruturados por um processo histórico concreto tendemos a encontrar a manipulação da memória em três níveis: primeiro, para construir uma legitimidade histórica própria, uma ideia própria de passado, um interesse nacional presente, de futuro necessário à luz dessas representações, de uma história nacional com os seus períodos e as suas causas de grandeza, de decadência, a abrir caminho às soluções que delas necessariamente resultariam; em segundo lugar para construir diferentes galerias de heróis e anti-heróis tipo, seleccionados, hierarquizados e iluminados de acordo com os critérios de reelaboração do passado. [...] as representações do passado e dos heróis como cristalizações dessas representações são outra construção, outra expressão dessa construção legitimadora da memória. Sobretudo encontramos a tentação da unicidade, sobretudo por parte dos vencedores, ou seja, de universalizar o discurso sobre a representação da memória como único, verdadeiro, designadamente através da intervenção do Estado na manipulação da memória, a nível do ensino da história, da geografia e do ensino da língua pátria e da propagação do discurso dominante dos média. (itálicos do autor)

Entendemos, em consonância com Rosas (2000), que a memória atua decisivamente no processo de construção e preservação das identidades ao permitir que os indivíduos recorram a ela para forjar narrativas que encontram elementos do passado sobre as quais as identidades possam se fundar. Além disso, por meio das representações do passado, sedimenta-se a figura de heróis, algo que particularmente interessa à construção das identidades nacionais em Timor-Leste, conforme discutimos no Capítulo IV.

A respeito das investigações acerca da memória e questionando a ideia generalizada de que ela seja um fenômeno aprioristicamente individual, íntimo, próprio de um indivíduo, Halbwachs, nas décadas de 1920-1930, dedicou parte significativa de seu trabalho à defesa da tese de que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, edificado coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

A questão central no pensamento de Halbwachs (2006) funda-se no postulado de que a memória coletiva é o ponto de origem inexorável da memória individual, dado que, para ele,

todas as lembranças seriam constituídas no interior de um grupo. Várias ideias, reflexões, sentimentos e paixões, cuja origem o indivíduo atribui a si mesmo, seriam, portanto, inspirados por essa coletividade.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2006, p. 22)

Observamos que, para Halbwachs, a memória individual, erigida a partir das referências e lembranças próprias do grupo a que um indivíduo pertence, refere-se a um ponto de vista individual, particular sobre a “memória coletiva”, que se (re)constrói e se atualiza a partir de situações de interação. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que esse ponto de vista deve ser analisado considerando-se sempre o lugar ocupado pelo indivíduo no interior do grupo e as relações que ele mantém com os demais membros e com os distintos grupos, ou seja, qual é o lugar de fala desse indivíduo e quais são as consequências pragmáticas resultantes disso para a elaboração das memórias coletivas ou individuais. Não podemos perder de vista que, no caso de Timor-Leste, especificamente dos discursos de Xanana Gusmão que analisamos neste trabalho, em se tratando de uma instrumentalização das memórias coletivas com o propósito de que contribuam para a edificação de uma identidade nacional, as relações de poder evidentes (na relação chefe da resistência/população “revoltosa” e presidente da república/povo) determinam quem são os indivíduos dotados de legitimidade para definir aquilo que merece ser lembrado ou esquecido, utilizando, para isso, os discursos que produzem.

É por meio de uma narrativa que a mediação linguística se processa e que a linguagem ganha relevo como portadora da memória (Ricoeur, 1996). Para esse autor, no primeiro plano da memória de um grupo, destacam-se as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e as quais resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, transmitidas, reforçadas e ressignificadas pelos discursos desse grupo-fonte. Todavia, deve-se considerar que a memória, por ser um elemento mediado pela linguagem, pode sofrer o que Rodrigues (2008) chama de “abusos da memória”. Segundo a autora, esses descomedimentos estariam, por um lado, associados a determinados tipos de trauma que afetam a identidade dos povos, tendo com corolário crises identitárias e, por outro,

remeteriam à confrontação da identidade em relação ao tempo e a um outro. Paralelamente a essa dupla articulação dos abusos da memória, há ainda a questão da violência, pois as feridas coletivas, “em grande parte simbólicas”, costumam ser assimiladas em situações de guerra – a exemplo da que ocorreu em Timor-Leste. Assim, são os discursos enunciados por aqueles que gozam de prestígio no interior dos grupos os responsáveis pela perpetuação daquilo que pode/deve/merece ser lembrado e/ou esquecido, ou seja, explicita-se nesse processo uma relação de poder, manifestada pelo discurso, que confronta as instâncias pública e privada no estabelecimento da memória.

Ainda no que tange à relação entre violência e conformação identitária, Mendes (2005, p. 266), enfatiza que:

[...] a violência, a luta armada, a guerra pode ser o motor para a formação de identidades e de Estados, de novas lealdades que, à semelhança de um rito de passagem, formam uma transição construtiva de grupos e de fronteiras. Ao mesmo tempo, pode suscitar novas solidariedades e formulações ideológicas inovadoras, e criam um novo mundo. Em situações de crise, as identidades são muito mais moldáveis e ambíguas, [...] conseqüentemente, mais susceptíveis de ser ajustadas a um determinado fim, formando alinhamentos pelo menos nominais. Se por um lado é possível verificar que a destruição produz este efeito de fénix, por outro lado, pode também ser instrumentalizada na promoção de imagens de horror, como fizeram, por exemplo, os judeus relativamente ao holocausto utilizando o sofrimento como fator de união.

Nesse sentido, não é por acaso que van Dijk (2008) defende que todo discurso se presta à reprodução de um poder social, entendido em termos de controle. Para esse autor (p. 18), o controle: “...se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais.”.

Embora haja elementos que possam caracterizar a memória como algo estritamente individual, particular e intransferível, podemos observar, conforme já discutimos, que as narrativas identitárias, fundadoras de uma nação, constituem uma parte daquilo que se pode denominar de memória coletiva e que permitem aos indivíduos que compartilham delas estabelecerem entre si uma relação de pertença identitária, como bem observou Pollak (1992, p. 213):

Podemos, portanto, dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem

perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (itálicos do autor)

Devemos salientar, ainda, que uma nação é composta por um sem-fim de agrupamentos sociais e que cada um de seus componentes humanos pode circular simultaneamente por muitos deles, tendo acesso a distintas formas de “narrativização” das memórias desses grupos, a representações sociais estabelecidas/forjadas no interior deles e, por fim, às identidades aceitas com legítimas nesses grupos.

Sobre esse aspecto, interessa-nos o estudo de Mendes (2005), que trata da construção da identidade nacional leste-timorense sob a perspectiva das Relações Internacionais, no qual, ainda que com outros objetivos, apresenta discussões relevantes à abordagem que fazemos sobre as identidades neste trabalho. Em função disso, recuperamos a discussão apresentada por ele a respeito da influência de uma “mitogênese” na fundação do nacionalismo e da identidade leste-timorense:

A ficção timorense, fixada nas narrativas e lendas de transmissão oral, constitui um elemento essencial para o estudo das raízes do nacionalismo, sendo de sublinhar que os cinco séculos de colonização [portuguesa] originaram [...] os contos mestiços, por conterem elementos da cultura portuguesa. Este contacto permitiu a formação de um tipo de identidade, por contraste com o estrangeiro – a existência de *malae* é um reconhecimento do outro, tendo originado uma curiosa associação do mito das origens referido como um mito de ligação entre os timorenses e portugueses: conforme o simbolismo dos nativos, a ilha outra coisa não é do que um gigantesco crocodilo, emergido do oceano, no sentido leste-oeste. O jacaré é um animal reverenciado por muitos Timorenses; chamam-lhe avô, manifestando sua veneração por meio de estilos ou práticas mágico-religiosas [...] O réptil aparece frequentemente no folclore local; no dorso de um jacaré voador, dizem os nativos, chegou a Timor o primeiro branco; um *malae*, um Português. (MENDES, 2005, pp. 259-260)

Por meio do contato cultural, das transmissões orais das diversas versões do mito fundador, cria-se o que Smith (1997) denominou de “memória partilhada”, ou seja, a narrativa deixa de ser exclusiva de determinado grupo étnico e passa a fazer parte de um imaginário mais ou menos comum/compartilhado por todos os grupos.

Em convergência com essa perspectiva, destaca-se o posicionamento de Pollak (1992), para quem a memória coletiva consiste em tentativas relativamente conscientes de definição e de reforço de sentimentos de pertencimento e da delimitação de fronteiras sociais entre distintas coletividades. Nesse processo, a referência ao passado torna-se responsável pela manutenção da coesão dos grupos e das instituições sociais, e a memória coletiva assume dupla função: preservar a coesão interna e defender as fronteiras identitárias de um grupo. Giddens (1994), também defende a relação inerente entre linguagem e memória, quer seja no nível individual,

quer em âmbito de institucionalização das experiências coletivas. Por conseguinte, a partir da memória e do discurso que lhe dá materialidade, os indivíduos criam mundos sociais e a si mesmos por meio das ações nas quais se engajam, construindo significados que denotam o modo como eles, em interação com outros, veem o mundo e a si mesmos neste mundo.

2.4 A identidade como mosaico: fragmentação, contradição e processo

Conforme apresentamos na introdução desta tese, entendemos que toda identidade é produto de uma interação social mediada pela linguagem e materializada por discursos contextualmente situados. Assim, de acordo com o que preconiza Moita Lopes (2006, p. 30):

Os participantes discursivos constroem o significado ao se envolverem e ao envolverem outros no discurso em circunstâncias culturais, históricas e institucionais particulares. Isso quer dizer que alteridade e contexto são categorias básicas para compreender como o significado é elaborado na sociedade [...]. É por meio desse processo de construção do significado, no qual o interlocutor é crucial, que as pessoas se tornam conscientes de quem são, construindo suas identidades sociais ao agirem no mundo por intermédio da linguagem.

Subjacente ao posicionamento de Moita Lopes, reside a perspectiva de que cada indivíduo, em seu cotidiano, performa distintos papéis que conformam variegadas identidades sociais, as quais estão sempre em processo, porque dependem de realizações discursivas em circunstâncias particulares. Por isso, o autor defende que as identidades não são propriedades de indivíduos, mas construções sociais suprimidas ou promovidas de acordo com o ordenamento social, logo, cada um de nós possui identidades sociais múltiplas. Nessa mesma direção, Ortiz (2000), ao discutir o conceito de identidade em suas variadas formas nas Ciências Sociais, propõe, com base no pensamento de Lévi-Strauss, a seguinte definição:

[...] a identidade é uma espécie de lugar virtual, o qual nos é indispensável para nos referirmos e explicarmos um certo número de coisas, mas que não possui, na verdade, uma evidência real. [...]. No entanto, em qualquer caso a identidade é fruto de uma construção simbólica [...]. A rigor, faz pouco sentido buscar a existência de “uma” identidade; seria mais correto pensá-la na sua interação com outras identidades, construídas segundo outros pontos de vista [...] ao dizer que ela é uma construção simbólica, estou afirmando que ela é um produto da história dos homens. Isso me permite indagar sobre os artífices dessa construção, os diferentes grupos sociais que a portam, os interesses que ocultam, as relações sociais que prescrevem. Posso, então, operar com um quadro no qual coexiste um conjunto de identidade em concorrência e conflito. (ORTIZ, 2000, pp. 78-79)

Essas identidades plurais são oriundas dos distintos lugares sociais ocupados pelos indivíduos. Tais posições são dotadas de significado e implicam padrões de ação e de ser, estando, por conseguinte, atreladas aos processos de representações sociais. Por exemplo, ser político, médico ou professor demanda a assunção de determinados padrões comportamentais e discursivos compatíveis com o que, aprioristicamente, espera-se dos sujeitos que ocupam cada uma dessas posições. Em função disso, Moita Lopes (2006) procede à definição de três características fundamentais das identidades sociais:

i) contradição: as identidades sociais emergem na dependência de práticas discursivas e sociais diversas nas quais os indivíduos agem e são posicionados;

ii) fragmentação: os indivíduos não possuem uma identidade social homogênea. As identidades são fenômenos complexos e não podem ser elucidadas com base em um único elemento;

iii) processualidade: as identidades sociais não são fixas, são complexas e estão em permanente (re)construção enquanto os indivíduos produzem significação. Devido a essa característica, podemos compreender que a identidade é necessariamente incompleta, interminável. O sujeito é, assim, um ser em processo e sua identidade, construída na e pela linguagem e no contato com outros seres.

Com base nesse mínimo denominador comum constitutivo das identidades sociais, novamente, observa-se a importância – mesmo que não explicitamente demonstrada – do processo de interação e, como produto de relações intersubjetivas, a construção de identidades sociais pressupõe a tomada de consciência da existência do outro, com o qual se estabelece uma relação de alteridade.

Além da alteridade, o contexto também é um elemento importante à análise das identidades sociais. O contexto²⁵, nessa perspectiva, é entendido como fundamento cognitivo, cuja finalidade é possibilitar a construção de significados em conjunto com nossos interlocutores. Devemos salientar, todavia, o fato de que os elementos linguísticos utilizados na construção de um discurso, no nível da sintaxe ou da morfologia, por exemplo, exercem, naturalmente, coerções quanto à orientação do significado que determinado enunciado pode assumir, no entanto, não se pode assegurar que esse significado seja exatamente igual para todos os possíveis interlocutores que terão acesso a ele, nem entre quem o proferiu e sua audiência imediata. É preciso, pois, considerar os valores pragmáticos dos discursos. Acerca dessa

²⁵ Aprofundamos a discussão sobre contexto no Capítulo III.

relação, Moita Lopes (2006, p. 33), em referência ao trabalho de Bange (1992, p. 18), assume que o “contexto não é um traço material, mas uma produção dos próprios participantes, isto é, uma construção interpretativa através da qual definem a situação com o objetivo de resolver tarefas práticas.”. Desse posicionamento, podemos extrair uma regra geral no que tange à relação entre discurso e contexto: o sentido não se inscreve exclusivamente no discurso e o contexto desempenha um papel significativo na interpretação dos enunciados.

Observamos, assim, que os participantes do processo discursivo atuam no mundo em condições sócio-históricas particulares, as quais se refletem em seus projetos políticos e nas relações de poder nas quais operam (Fairclough, 1989, apud Moita Lopes, 2006, p. 33). As identidades sociais, sob essa perspectiva, são resultado das distintas posições em que o sujeito se engaja na sociedade, confrontando-se com outros, em uma necessária relação de alteridade, e as representações decorrentes desse engajamento constroem a trajetória identitária de cada indivíduo. A materialização dessa trajetória depende da autoconstrução de uma narrativa do “eu”. Para Giddens (2002, p. 20), a autoidentidade é resultado, de um lado, da trajetória das posições ocupadas pelo indivíduo no interior das práticas sociais e, de outro, da reflexividade pela qual todo o indivíduo é responsável.

Retomando o projeto socioconstrucionista desenvolvido por Moita Lopes (2006), reconhecemos que as identidades são constructos sociais decorrentes de ações discursivas intersubjetivas e que os indivíduos, como usuários da linguagem e engajados em seus discursos, constroem, em circunstâncias sócio-históricas particulares, a si mesmos, os outros e a realidade social em que se inserem. Associada a essa perspectiva subjaz a ideia de que as identidades não são escolhidas pelos sujeitos, mas estão inscritas em relações discursivas de poder específicas nas quais são construídas.

Na contemporaneidade, tais relações estão gradativamente mais difusas e as ações discursivas do sujeito social “não estão ocorrendo simplesmente de forma autônoma, mas, ao contrário, são marcadas por condições sócio-históricas particulares, que definem como os participantes se posicionam e são posicionados no discurso” (Moita Lopes, 2006, p. 60). No interior dessas relações, atuam os muitos papéis sociais ocupados pelos indivíduos durante suas práticas cotidianas, e o discurso, explicitando sua natureza constitutiva e mediadora, permite que, além de representarem os seres e as relações sociais, eles sejam construídos.

Até este ponto, nossas discussões, não ainda nossas análises, acerca do conceito de identidade nos permitem reconhecê-lo como relacional e fundado em um sistema de diferenciação positiva, isto é, como produto das relações intersubjetivas por meio das quais são

postas em relação dialógica e/ou dialéticas as alteridades. Dessa forma, em confronto como o outro, o indivíduo tem a possibilidade de se reconhecer, de atribuir-se uma identidade que se estabelece por continuidade ou disjunção com a do outro. Todavia, reconhecemos que esse processo marca-se por sua complexidade e que as identidades, por seu caráter dinâmico, permitem que os indivíduos possuam não uma, mas várias identidades que se conformam aos papéis sociais que cada um deles desempenha cotidianamente (e ao longo de suas vidas). Essa fluidez quanto à constituição identitária tem sido objeto de investigação no âmbito dos Estudos Culturais, conforme discutimos a seguir.

2.5 A identidade no contexto pós-colonial: o contributo dos Estudos Culturais

Considerando os entraves impostos à construção da identidade nas sociedades contemporâneas, Bhabha (1998) aponta para a dificuldade relacionada aos estudos sobre esse conceito na pós-modernidade, cuja característica fundamental é a não fixidez, traduzida pelo constante movimento e pela fluidez de valores e instituições, antes considerados estáticos. Trata-se de uma característica que tende a se tornar ainda mais complexa no contexto pós-colonial de comunidades em que, “apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável”. (BHABHA, 1998, p. 20)

Nesse sentido, é importante voltarmos nossa atenção à sociedade leste-timorense, na qual, grupos etnolinguísticos²⁶, insatisfeitos com os rumos políticos e administrativos do país, como a adoção da língua portuguesa como idioma oficial, por exemplo, reivindicam o direito de (res)significar, ratificar e afirmar sua existência frente às novas subjetividades individuais e demandas coletivas evidenciadas nos espaços públicos forjados no curso do duplo processo de descolonização e no período posterior a cada um deles. Observa-se, assim, a emergência de sujeitos que carregam em si o embate cultural entre polos, ilustrado pela oposição: tradição e contemporaneidade, passado e presente.

²⁶ Apesar de, em Timor-Leste, ser apontada a existência de 31 línguas, dialetos e subdialetos, é difícil chegar a um acordo quanto ao seu número e à sua classificação. De acordo com os dados oficiais, conforme já apresentamos neste trabalho, existem 15 línguas no país e, é importante ressaltar, a unidade linguística não corresponde, necessariamente, à unidade étnica.

Na mesma direção de Bhabha (1998), Hall (2006) aborda as transformações que o conceito de identidade cultural vem sofrendo em função das mudanças estruturais pelas quais as sociedades vêm passando, principalmente a partir do processo de globalização. Para esse autor, tem havido, ao longo da história, o afrouxamento dos laços imaginários que ligam o sujeito a seu território de origem e à cultura nacional. Apesar da força das narrativas nacionais, fundadas no poder cultural, é cada vez mais difícil pensar uma nação como um sistema de representação homogêneo, produtor de identidades unificadas. Sob esse ponto de vista, esses estudos encontram correspondência na concepção de Moita Lopes, no que tange à processualidade e à fragmentação das identidades, como produtos de sociedades ideologicamente cindidas, atravessadas por muitas disputas de poder de ordem simbólica, política e econômica.

Com base no que defendem Bhabha (1998) e Hall (2006), entendemos, assim, que o significado atribuído a algo é determinado pelo uso que se faz dele, pelas representações que o construíram anteriormente e que o inseriram em determinado contexto com funcionalidade específica. Nesse sentido, coadunam-se a perspectiva dos Estudos Culturais e aquela defendida pelos estudiosos da Teoria das Representações Sociais, dado que ambas apoiam-se na premissa essencial de que o modo como lidamos com os objetos e, conseqüentemente, lhes atribuímos identidades, são resultados de processo de ordem pragmático-axiológica, ou seja, as identidades são atribuídas aos objetos/sujeitos/os outros a partir da relação que um “eu” estabelece com eles, quer seja por meio de uma instrumentalidade oriunda da necessidade de comunicação (é preciso dar nome às coisas), pela alteridade, quer seja pelo enquadramento desse “outro” em um conjunto de categorias valorativas pré-determinado pelo “eu”.

Ainda em consonância com a perspectiva de Hall (2000), podemos observar que é o trabalho da representação que nos permite nomear os objetos do mundo; por meio das palavras, da língua, eles se tornam aquilo que se fala sobre eles, convertem-se nos valores que lhes são atribuídos. Os significados construídos pela representação são historicamente situados, produzidos socialmente e, por isso, caracterizam-se pela plasticidade. Para compreender melhor como ocorrem os processos de representação, ou seja, a relação entre, de um lado, a realidade e, de outro, a maneira como essa se torna inteligível, Hall (2000) evoca a relação entre *significado* e *cultura*. Compartilhar uma cultura significa também partilhar a mesma forma de construir inteligibilidades sobre o mundo por meio da linguagem. Esse compartilhamento de significados não implica, todavia, que uma cultura seja dotada de significados homogêneos e únicos, ao contrário, as representações produzidas nas práticas culturais são diversas, regem

comportamentos e influenciam as ações dos sujeitos. Nesse sentido, então, as culturas nacionais não podem ser pensadas como sistemas unificados, mas constituídos por divisões fundamentadas em diferenças étnicas, sociais ou culturais. Assim,

A identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, mesmo, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Do ponto de vista do “eu coletivo”, nacional, não há um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma unidade imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e cindidas; que elas não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 2000, p. 108)

No processo de constituição de identidades, entendemos que a língua é um dos principais, senão o mais importante, elemento para o forjamento de um projeto identitário comum, empreitada que, no caso de Timor-Leste, vem sendo levada adiante (de forma bastante controversa, é preciso ressaltar) pela língua portuguesa. Segundo Spolsky (1998), países recém-independentes estão, quase sempre, inclinados a adotar a língua do colonizador, mesmo com toda a carga histórica implicada nessa tomada de posição. No momento em que um grupo busca marcar a diferença, fazer emergir uma nova identidade nacional, é, fundamentalmente, a língua do colonizador aquela que adquire *status* de língua nacional. Não fugindo a essa perspectiva, em Timor-Leste, a adoção da língua portuguesa deveu-se a critérios políticos: por um lado, foi o idioma utilizado durante o processo de resistência contra o inimigo indonésio e, por outro, era, em conjunto com o tétum, a língua utilizada na liturgia da igreja católica, instituição que teve papel fundamental na proteção dos leste-timorenses durante os episódios de violência perpetrados pelo exército indonésio, conforme já discutimos no capítulo anterior.

Em função dessas características, consideramos relevante retomarmos o trabalho de Hall (2000), no qual ele discute, ainda que em um contexto distinto do leste-timorense, mas perfeitamente adequado a este, que a cultura nacional constitui-se por uma estrutura de poder cultural, pois: a) a maioria das nações foi sempre composta por diferentes culturas unificadas apenas a partir de um longo e violento processo de dominação; b) as nações são sempre compostas por distintas classes sociais, etnias e gêneros; c) as nações, sendo anteriormente centros imperiais ou neoimperiais, exercem seu poder hegemônico, silenciando as demais culturas dos povos colonizados. A partir dessas três premissas, depreende-se que a tarefa de

forjar identidades nacionais é também legitimada por meio de uma força coercitiva e que, no processo de construção das representações identitárias, estão implicadas, de forma intrínseca, relações de poder. São as representações disseminadas e valorizadas por um grupo dominante (política e/ou social e/ou economicamente) que se naturalizam no interior das culturas e se constituem como “verdades”. Isso se deve ao fato de que o Estado moderno, segundo a percepção de Cuche (2002, p. 188), tende à “monoidentificação”. Com base nesse ponto de vista, há uma tendência em reconhecer a existência de somente uma identidade cultural e tomá-la como expoente da identidade nacional, considerada a única verdadeiramente legítima e convertida em uma “identidade de referência”.

A identidade, por conseguinte, passa a ser entendida como uma “condição imanente do indivíduo definindo-o de maneira estável e definitiva” (CUCHE, 2002, p. 2), permitindo-lhe, a um só tempo, localizar-se e ser localizado em um sistema social. Assim, o viés social da identidade não somente atribui características ao indivíduo dentro de um meio, mas também caracteriza o meio em que o indivíduo está inserido, possibilitando que dado grupo seja identificado dentro do que Cuche (2002) denomina de “conjunto social”. Nesse conjunto, o reconhecimento das diferenças culturais entre os distintos grupos expressa-se pela dicotomia básica “*nós versus eles*”.

São as práticas linguístico-discursivas, portanto, as responsáveis por fomentar e difundir espectros específicos de cada uma das identidades grupais coexistentes no conjunto social, delimitando-as. Desse modo, é relevante considerar a perspectiva de Hall (2000) ao defender que a linguagem, como fornecedora de elementos culturais e de representações, constitui uma prática significativa, na qual o sentido é produzido e constantemente renovado. O sentido, nesse caso, é o elemento responsável pela concepção de uma identidade cultural e por uma ideia de pertencimento.

Quando se trata do caso particular de Timor-Leste, Gunn (2001) argumenta que o “problema da identidade” não é somente causado pelo fato de o país haver se tornado independente recentemente ou pelo passado histórico complicado, mas também pelas diferentes combinações presentes na sociedade seja em nível linguístico ou religioso, por exemplo. Desse ponto de vista, Timor-Leste configura uma sociedade marcada pela multidimensionalidade, por “múltiplas identidades” em constante tensão, produto de um expediente comum aos processos de colonização europeus, conforme destaca Quijano (2005, p.121):

[...] os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação

entre a Europa e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, [...], as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. [...]. Em terceiro lugar, forçaram – em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura.

Em conformidade com as referências apresentadas, reconhecemos que o processo de constituição de identidade/identificação é contingencial. As identidades passam por constantes transformações em razão das formas como o sujeito é cerceado pelos sistemas sociais em que está inserido. Em outras palavras, esses sistemas representam e interpelam o indivíduo à medida que formam e transformam suas identidades. Sujeito a múltiplos deslocamentos identitários, o indivíduo assume identidades diversas de acordo com diferentes momentos de sua vida. Dessa forma, o que temos observado até aqui é que basicamente as formulações acerca da identidade apelam a um sentido de reconhecimento, pressupõem diferença e atribuição de significado, descrevem um processo cognitivo-afetivo, baseiam-se em imagens e representações e apelam a um sentido de pertença.

Converge para esse mesmo universo ontológico o posicionamento de Woodward (2000), que defende a existência de um caráter relacional da identidade. A propósito, para existir, por exemplo, a “identidade leste-timorense”, esta depende de outra identidade que ela não é, mas que oferece as condições para que ela exista. Ser leste-timorense é, pois, ser não indonésio, não australiano, não holandês, etc. Identidade e diferença, por conseguinte, são conceitos intrinsecamente relacionados, já que a identidade é constituída e marcada pela diferença, e a diferença, por sua vez, é sustentada pela exclusão.

Nesse sentido, a autora ainda postula que a identidade caracteriza-se pelos símbolos: há uma associação entre a identidade da pessoa e os objetos que ela usa, veste, come, com a língua que fala, a religião que professa, etc. “A construção da identidade é *tanto simbólica quanto social*” (WOODWARD, 2000, p. 10, destaques da autora), e, como defende De Fina (2010 [1997], p. 267), depende da interação e, fundamentalmente, da linguagem para que seja negociada, já que, embora as pessoas possam transmitir suas identidades por meio de símbolos

diversos como as roupas que vestem, por exemplo, é a linguagem o sistema simbólico mais importante para expressar e negociar identidades.

Apresentadas essas observações, passamos a discussão dos símbolos nacionais leste-timorenses.

2.5.1 Os símbolos nacionais

Em seu trabalho de 1997, Hobsbawn e Ranger forjam o conceito de “tradição inventada” para se referirem aos processos rituais ou simbólicos, tácita ou abertamente regulados, cujo propósito fundamental é “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.”. (p. 9)

Fundamentando-nos neste posicionamento, observamos que é também no plano simbólico que se alicerça a identidade; e os símbolos, ainda que herdados do passado, são marcas vivas de uma cultura. De acordo com Smith (1997), é por meio “da utilização de símbolos – bandeira, moeda, hinos, uniformes, monumentos e cerimônias – que os membros recordam sua herança comum e suas características culturais, sentindo-se fortalecidos e exaltados pela sensação de identidade e pertença comuns”. No caso de Timor-Leste, Silveira e Dias (2015, pp. 149-150) destacam que:

Os símbolos nacionais foram inventados como forma de identificar oficialmente o país no cenário internacional, sendo que cada um desses símbolos recupera estrategicamente aspectos da história do país e de seu povo. Para além dos elementos oficiais, há os culturais que, transformados em símbolos nacionais, são, inclusive, comercializados como elementos da identidade leste-timorense, como o tecido tradicional – *tais* –, a casa sagrada – *uma lulik* – ou a figura mítica do crocodilo – *lafaek*. Todos esses elementos foram discursivizados a partir do viés da tradição que vinha ao encontro do projeto de unificação nacional. Entretanto, o contexto multiétnico leste-timorense é razão suficiente para que, por exemplo, a ideia de “casa sagrada” não seja a mesma para todos os grupos étnicos, assim como a multiculturalidade do país garante diferenças significativas quanto a produção, uso e função de elementos considerados “tradicionais”, como a vestimenta ou a mitologia. Nesse escopo plural, a categoria “linguística” também não comporta-se (sic) de forma diferente, o que explica o processo de discursivização de uma tradição linguística inventada para um projeto de identificação nacional.

Dessa forma, cumprindo um papel de comunicar sua existência como nação organizada, os símbolos nacionais eleitos para a representação de Timor-Leste denotam a profunda ligação que o país guarda com sua história. Nesse caso, os elementos selecionados cumprem a função

de estabelecer um ponto de referência comum a todos os leste-timorenses a partir dos quais pudessem resgatar suas origens identitárias.

Em seu trabalho, Mendes (2005) elucida que tais símbolos em Timor-Leste foram sujeitos a uma avaliação por parte da população no período imediatamente anterior à realização das eleições para a Assembleia Constituinte, que ocorreram ao final do mês de agosto de 2001. A opção tomada quanto à bandeira e ao hino recupera as escolhas da FRETILIN, em uma evidente lógica restauracionista e partidária. Sobre essa necessária vinculação ao passado no processo de invenção das tradições, Hobsbawn e Range (1997, p. 12) chamam a atenção para o fato de este ser “essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.”.

Apresentamos a seguir, os símbolos nacionais leste-timorenses e as respectivas explicações sobre cada um deles. Os itens elencados aqui foram extraídos integralmente da página oficial do governo de Timor-Leste²⁷ e os textos explicativos, adaptados.

2.5.1.1 Bandeira

Figura 2: Bandeira de Timor-Leste

A bandeira nacional é retangular e formada por dois triângulos de bases sobrepostas. No centro do triângulo de cor preta fica colocada uma estrela branca de cinco pontas, a qual simboliza a luz que guia. Com relação às cores, são apresentados os seguintes significados para

²⁷ Governo de Timor-Leste. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=34>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

cada uma delas: amarelo – indica os rastros do colonialismo; preto – relaciona-se ao obscurantismo que é preciso vencer; vermelho – refere-se à luta pela libertação nacional; branco – significa a paz.

As especificações técnicas relativamente às dimensões e posições dos elementos que constituem a bandeira nacional, bem como o significado de suas cores estão descritas no Artigo 15º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, Parte 1.

2.5.1.2 Hino Nacional

O hino nacional da República Democrática de Timor-Leste nasceu originalmente como uma música popular chamada “Pátria”, composta em 1975 por Afonso de Araújo com letra de Francisco Borja da Costa, mas foi adotada como hino nacional em 2002, com a Restauração da Independência.

*Pátria, Pátria, Timor-Leste, nossa Nação.
Glória ao povo e aos heróis da nossa libertação.
Pátria, Pátria, Timor-Leste, nossa Nação.
Glória ao povo e aos heróis da nossa libertação.
Vencemos o colonialismo, gritamos:
abaixo o imperialismo.
Terra livre, povo livre,
não, não, não à exploração.
Avante unidos firmes e decididos.
Na luta contra o imperialismo
o inimigo dos povos, até à vitória final.*

2.5.1.3 Emblema Nacional

O Emblema Nacional chama-se *Belak* e representa o globo terrestre, onde se inclui o território de Timor-Leste, e é o símbolo da unidade nacional.

Figura 3: Emblema Nacional da República Democrática de Timor-Leste

Elementos Simbólicos²⁸

A cor branca do centro da circunferência, a estrela e os raios simbolizam a paz. Os raios brancos da estrela representam a luz da solidariedade e a determinação de levar a paz a todo o mundo. As cinco pontas da estrela branca simbolizam a luz da generosidade e da honestidade que guia o povo para a paz.

Sobre o fundo branco do centro da circunferência interior, é reproduzida a insígnia do Monte Ramelau, pintada de vermelho na parte periférica e de preto na parte central, sendo esta contornada por uma linha dourada. A linha amarela, assim como as faixas e margens do livro, o *batar fulin* e o *háre fulin* (espigas), a roda dentada, o *rama-inan* (arco) e o *diman* (flecha) simbolizam a riqueza. A cor preta no centro do Monte Ramelau, a espingarda automática e as letras do livro, simbolizam o obscurantismo a vencer. O contorno vermelho do Monte Ramelau, as letras, os aros, os contornos das faixas e o livro simbolizam o amor à pátria e a luta pela libertação nacional.

O conjunto dos quatro ângulos que integram a insígnia do Monte Ramelau simboliza o princípio da separação de poderes e a interdependência dos órgãos de soberania do Estado.

O livro aberto, a roda dentada, o *batar fulin* e o *háre fulin* (espigas) simbolizam a sabedoria e a capacidade popular no contexto do desenvolvimento nas áreas de educação, cultura, justiça social, agrícolas e industriais;

A espingarda automática, de modelo AK-47/Galaxi, o *rama inan* (arco) e o *diman* (flecha) simbolizam os valores de séculos de luta de resistência do povo pela libertação nacional e autodefesa popular pela honra e dignidade da soberania do Estado.

O lema UNIDADE, ACÇÃO, PROGRESSO representa os valores básicos da política e da moral em que assenta a vida da nação e do povo.

²⁸ Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=34> > Acesso em: 28 abr. 2017.

Além dos símbolos nacionais institucionalizados, Mendes (2005, pp. 360-361), observa que:

Há alguns sinais relativamente recentes – em festividades e cerimónias públicas – de criação de símbolos e valores partilhados e nacionais, que têm um significado variável e um efeito difuso, de que se apresentam vários exemplos: o apodo *loro-sae* a caracterizar Timor como país do sol nascente remete para a tradição mitológica e é claramente um factor de distinção pela atribuição de um novo nome ao território, notoriamente uma tentativa de abandonar a designação geográfica de *leste*. A opção do CNRT por Timor Lorosa'e para nome do país foi preterida pela recuperação da versão de 1975 de República Democrática de Timor-Leste (escolhida pela FRETILIN e consagrada pelo uso internacional desde 1974); as danças guerreiras *loro-sae* e cantares foram objeto de divulgação externa e usadas não só como manifestação artística, mas também como modo de expressão de um sentimento timorense; as cerimónias de independência, que uniram mitologia, folclore (danças, cantares e trajes nacionais), bandeiras e hinos à proclamação oficial da independência [...]. Estes são indícios que parecem denotar a consciência de uma experiência partilhada e de uma solidariedade mais ampla que as tradicionais (a família, a aldeia, o suco), que introduzem mecanismos de identificação colectiva de amplitude ainda precisa.

Observamos que a seleção dos símbolos nacionais leste-timorenses no momento posterior à autodeterminação está significativamente relacionada à valorização do passado de resistência contra a ocupação indonésia e também da natureza singular de Timor-Leste, com a eleição do Monte Ramelau, o lugar de altitude mais elevada do país e também refúgio da Resistência durante a guerrilha; além da exaltação da luta dos guerrilheiros e contra o imperialismo apresentada na letra do hino nacional. Trata-se, portanto, de uma estratégia de edificação da nova pátria sobre as memórias do passado glorioso de luta e libertação, evidenciando que aquilo que uma sociedade deve lembrar ou esquecer, neste caso, faz parte de uma agenda política determinada por aqueles que possuem posições legitimadas de poder. Dessa forma, a eleição dos elementos representantes da nação é compreendida como parte de um projeto de invenção de tradições que, segundo postulam Hobsbawn e Range (1997, p. 17), prestam-se às seguintes categorizações:

As tradições inventadas desde a Revolução Industrial parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistema de valores e padrões de comportamento. Embora as tradições do tipo b) e c) tenham sido certamente inventadas, pode-se partir do pressuposto de que o tipo a) é que prevaleceu, sendo as outras funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação com uma “comunidade” e/ou instituições que representam, expressam ou simbolizam, tais como a “nação”.

Vinculadas às tradições que visam ao estabelecimento da coesão social, compreendemos com Hall (1997, p. 48) que “as identidades nacionais não são coisas com as

quais nós nascemos, mas que são formadas e transformadas [...]”. Essas identidades nacionais, as tradições inventadas, bem com as “comunidades imaginadas” tendem a ser fixadas pela língua nacional, o que, no caso de Timor-Leste, é particularmente complexo em função das muitas línguas faladas no país, dos mitos fundadores e dos símbolos nacionais, elementos que constituem a essência de sua cultura e sobre a qual discorreremos a seguir.

2.6 O *lulik*: cultura tradicional e identidade

As práticas culturais podem ser observadas como características de dada comunidade – entendida como a agregação de práticas e símbolos em um sistema de significados o qual pressupõe não apenas a interpretação, mas também parte do pressuposto de que essa interpretação é partilhada pelos indivíduos que a constituem. Nesse sentido, a compreensão da cultura como um sistema fundamenta-se na ideia de que “os significados culturais são normalmente partilhados, fixos, interligados e profundamente sentidos” (Sewell, 1999, p. 47). Além disso, autores como Hall (2000) e Bhabha (1998), a seu turno, partem de uma concepção segundo a qual a cultura é portadora e atribuidora de significados; apreendida pelos indivíduos, e, por conseguinte, arbitrária.

Ainda, de acordo com Hall (2000), compartilhar uma cultura significa também partilhar a mesma forma de construir inteligibilidades sobre o mundo por meio da linguagem. Esse compartilhamento não implica, todavia, que uma cultura seja dotada de significados homogêneos e únicos, ao contrário, as representações produzidas nas práticas culturais são diversas, regem comportamentos e influenciam as ações dos sujeitos. Dessa forma, então, as culturas nacionais não podem ser pensadas como sistemas unificados, mas constituídos por divisões fundamentadas em diferenças étnicas, sociais ou culturais.

Com base nessa delimitação acerca do conceito de cultura, compreendemos que as comunidades são compostas por indivíduos que, de diversas formas, têm experiências, dão sentido a seu meio cultural e, por conseguinte, negociam as formas de interpretar a realidade. A cultura, assim, não se revelaria em ações e sistemas de crenças individuais, mas na partilha de similaridades e padrões observados dentro de um mesmo grupo. Desse modo, no que tange às culturas tradicionais e à sua necessidade de adaptação às novas demandas dos agrupamentos sociais, Giddens (1991, p. 38) aponta para o fato de que:

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a

monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa.

Observamos, a partir dessa discussão, que o *lulik* (sagrado) está fortemente arraigado à cosmogonia leste-timorense e, por isso, converte-se em elemento que permite, ao mesmo tempo, a perpetuação e a transformação das tradições. Em Timor-Leste, para além da metáfora da casa como nação, há um vínculo muito particular entre os indivíduos e suas *uma lulik*: como uma metonímia das relações sociais e com o sagrado, elas ganham relevo como expressão de uma cultura genuína, uma forma de manutenção identitária, tornando-se o elo entre presente e passado, sagrado e profano, modernidade e tradição.

No que tange à conformação de uma identidade nacional, as casas sagradas corresponderiam à materialização das necessidades de uma variedade de grupo sociais e de indivíduos que conceptualizam o território como uma casa comum à qual todos pertencem. Segundo Mendes (2005), expressões como “sangue”, “família” e “casa” possuem em Timor-Leste um efeito mobilizador do imaginário da nação, o qual está na base da edificação da identidade nacional, assim, a nação concebida como casa converte-se em um espaço vivencial que “circunscreve uma unidade sacralizada, em torno da qual, em actos e processos rituais, se posicionam e articulam processos de identificação e pertença.” (MENDES, 2005, p. 110).

Discutimos, a seguir, a relações que se estabelecem entre as casas sagradas, como elemento congregador de paradoxos aparentes, e a construção de projetos identitários para Timor-Leste.

2.6.1 Uma Lulik: elementos de uma arquitetura identitária

O significado social da *uma lulik* funda-se em suas dimensões imateriais, as quais lhe outorgam um papel central na construção da identidade do povo leste-timorense e na configuração de seu patrimônio cultural. Considerada nesses termos, “a casa sagrada constitui uma síntese simbólica do cosmos e, em termos físicos a sua arquitetura reflete-o.” (MENDES, 2005, p. 112)

As casas sagradas são, simultaneamente, uma entidade física e uma categoria cultural, pois constituem um importante recurso à preservação da memória, além de serem um repositório de objetos ancestrais que fornecem a evidência física de uma continuidade específica com o passado. (FOX, 1993). Dessa forma, pode-se compreender, segundo o que postula Souza (2007, p. 198), que as *uma lulik* representam uma continuidade que “é essencial numa sociedade que privilegia a noção de fluxo de vida como fundamental para sua subsistência. A casa é um marcador temporal e geográfico da história tal como é percebida localmente”.

Assim, sob as dimensões material e espiritual, Benjamim Corte-Real, presidente do Instituto Nacional de Linguística, em depoimento no documentário *Uma lulik: futuro de uma tradição*²⁹, produzido pela ALGA (Associação Luso-Galega de Antropologia Aplicada) em colaboração com a secretaria de Estado da Cultura do Timor-Leste, em 2011, assim define a casa sagrada:

Uma lulik pode ser entendida em duas dimensões: tem um sentido material e um sentido espiritual. O sentido material é como uma construção física, com exigências arquitetônicas próprias: um lugar de abrigo, um lugar de refúgio, um lugar de recolha, de meditação para uma aglomeração mais ou menos grande de uma genealogia, são por, assim dizer, um lugar onde os elementos desse aglomerado se reúnem para cerimônias, para ritos tradicionais é, portanto, um repositório de bens materiais, herança de geração em geração, um repositório da memória institucional da linhagem. No sentido espiritual, podemos dizer que é o lugar do sagrado, é o ponto de ligação entre os vivos e os mortos, os espíritos dos antepassados é, em última análise, um ponto de ligação entre os vivos e o sobrenatural, o invisível, o Deus.

As *uma lulik*, por conseguinte, possuem essencialmente um valor de uso, seja pela relação pragmática que se estabelece diante da necessidade básica de proteção contra as intempéries, seja como forma de preservar uma tradição ancestral, cosmogônica, por meio da qual se forja a coesão da sociedade leste-timorense.

Da perspectiva simbólica, os espaços internos das *uma lulik*, de modo geral, obedecem à lógica ilustrada pela Figura 04:

²⁹ Todos os depoimentos apresentados ao longo desta seção foram transcritos do documentário supramencionado e estão indicados com o ano de 2011.

Figura 4: Organização interna das *uma lulik*, segundo a cosmogonia tradicional leste-timorense³⁰.

Figura 5: Detalhe de entalhamentos na estrutura de uma casa sagrada³¹

³⁰ Tradução nossa: 1. **Estrela** (coisa sagrada, branca) representa entidade mais alta (Deus), o espírito dos avôs, coração, os valores fundamentais. 2. **Pomba** (feminina, verde) representa paz, fertilidade e prosperidade, 3. **Chifre** (masculino, preto) representa força, segurança e proteção. Fonte: Trindade, 2011, s/p.

³¹ Fonte: Fundação Mário Soares. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/79/Mau-Nuno,_Uma_lulik_ManeHitu.jpg> Acesso em: 11 out. 2016.

Figura 6: *Uma lulik* da região de Los Palos³²

A casa sagrada é o espaço em que se praticam os rituais de casamento e outras cerimônias, além de ser o centro do poder político. Cinatti; Almeida e Mendes (1986, pp. 38-39 e 54) salientam seu simbolismo cósmico e a importância dos nexos genealógico-familiares:

Ela é habitada pelos espíritos dos antigos guerreiros, antepassados do que habitam o povoado ou o reino. Construída por uma várias famílias é propriedade de toda a população e o elemento de união entre o clã: se a “uma lulik” desaparecer por ruína ou incêndio, grande desgraça abater-se-á sobre o povo e as famílias dispersar-se-ão. [...]. O núcleo familiar com os seus limites territoriais demarcados estabelece-se num espaço sagrado, constituindo um microcosmo autónomo, reflexo do Universo. A adoração comum dos antepassados reforça a solidariedade e as ligações genealógicas entre os seus membros, e a casa sagrada, a árvore, os lugares votivos, tendem a ter em conjunto um efeito estabilizador na estrutura da pequena comunidade.

As *uma lulik* exemplificam, então, os valores e ideais da sociedade leste-timorense e condensam, de certo modo, a visão de mundo que a caracteriza e os princípios que a organizam, constituindo um elemento fundador das identidades leste-timorenses. Desse modo, ao se inscreverem no rol de símbolos nacionais, as casas sagradas são convertidas em significativas manifestações de um sentimento coletivo de pertença identitária fundado no princípio de uma origem ancestral comum. Como corolário, entendemos que o projeto de identidade nacional

³² Fonte: Fundação Mário Soares. Disponível em: <http://farm8.static.flickr.com/7203/6960386671_09f2aeddac.jpg>. Acesso em: 11 out. 2016.

leste-timorense alicerça-se também no plano simbólico, já que, segundo Smith (1997, p. 31): “Através da utilização de símbolos – bandeira, moeda, hinos, uniformes, monumentos e cerimónias – os membros recordam sua herança comum e suas características culturais, sentindo-se fortalecidos e exaltados pela sensação de identidade e pertença comuns”. Em síntese: a construção do projeto identitário nacional funda-se tanto no campo simbólico quanto no social.

Sob o viés social, o depoimento do deputado leste-timorense, Manuel Tilman (2011), acerca da relação com sua *uma lulik* é esclarecedor:

Para mim, a minha casa sagrada, a minha *uma lulik*, é o centro do mundo. Tudo gira à volta da minha casa *lulik*. Para eu poder olhar para Espanha, Portugal, Austrália ou América, olho a partir da minha casa sagrada, olho a partir da casa sagrada onde meus antepassados chegaram a Timor, ocuparam, construíram, fizeram sua vida. Mesmo que a minha família esteja na Europa, meu filho venha a se casar com uma alemã ou a minha filha, com um espanhol, eles vão sentir sempre que o centro não é na Espanha ou em Portugal, mas que o centro é onde está a minha casa sagrada. [...] A *uma lulik* não só recupera ou une todos os vivos dos dias de hoje, mas através da ligação, através da nossa casa sagrada, estamos continuamente ligados ao primeiro homem que chegou a Timor, aquele que viveu em Timor, aquele que morreu em Timor. Para nós, não é [a lógica do] “tudo se transforma”, tudo existe tal qual como está. Na nossa casa sagrada, estão todos, até os animais que nós matamos pela memória de nossos antepassados, por isso, a *uma lulik* significa: entram todos, e todos não são apenas os que vivem neste século, no tempo presente, mas aqueles que já foram e os que hão de vir, nos unindo para que não se perca a autoridade sobre as nossas tradições sobre as nossas casas sagradas.

O depoimento do deputado revela o poder da tradição na definição da identidade, de sua intrínseca relação com o sentimento de pertença e de profunda ligação com a terra. A *uma lulik* constitui, assim, um padrão de referência soberano a partir do qual todo o mundo é mesurado e avaliado, pois preserva um conhecimento ancestral que se converte em força coercitiva, responsável por unir, por meio de laços familiares, gerações mesmo que geograficamente dispersas.

Além disso, as casas sagradas respondem a uma finalidade ritual e cerimonial, ligadas às tradições das comunidades em que são construídas. A relação com Deus e com os antepassados é mediada por um *lulik nae* – uma espécie de sacerdote gentílico – geralmente o homem mais velho da comunidade, possuidor dos conhecimentos ancestrais. Embora desempenhem uma função marcadamente religiosa, em que se estabelece contato com os ancestrais por meio de ritos, como o sacrifício de animais, característico do animismo, as *uma lulik* constituem também um espaço importante para o exercício da vida política, havendo, pois, uma confluência entre instâncias sociais. Nas palavras do professor Nuno Silva Gomes (2011):

Nas *uma lulik*, velhos e novos se reúnem para discutir sobre os problemas do presente, rezar, planejar ações futuras das novas gerações. Nas *lulik*, não há regras escritas, mas a prática ensina. [...] A prática da democracia que se faz no parlamento nacional, devo dizer, já existe há muito tempo nas *uma lulik*.

As *uma lulik*, além de templo, possuem um papel político importante na organização da vida coletiva, por meio da prática de ações democráticas, como a deliberação, entre jovens e velhos, acerca de assuntos que dizem respeito ao coletivo. Explicita-se, assim, que a multiplicidade de atividades que podem ser abrigadas em uma mesma casa sagrada permite estabelecer uma relação especular com os processos de construção de identidades, conforme discutidos por Moita Lopes (2006), que as entende como fragmentadas, processuais e contraditórias. Para o autor (op. cit.), as identidades, caracterizadas pela pluralidade, são oriundas das distintas posições sociais ocupadas pelos indivíduos. Tais posições são dotadas de significado e implicam padrões de ação e de ser, estando, portanto, atreladas aos processos de representações sociais, o que, no caso das casas, corresponde aos distintos usos a que elas se prestam, conforme discutimos até este ponto.

Podemos observar também que, por constituir uma manifestação cultural popular, a preservação das *uma lulik* está estritamente ligada à memória e ao saber-fazer, decorrente do aprendizado ancestral transmitido oralmente pelos homens mais velhos da comunidade. A partir dessas considerações, entendemos que, como parte do processo de construção da identidade nacional, a memória constitui um importante patrimônio, pois é por meio do apelo a ela, conforme já destacamos, que se erigem as grandes narrativas míticas, os mitos fundadores, a exemplo do mito do crocodilo, o ancestral, que deu origem à ilha de Timor. Com base em narrativas ontológicas e na conservação de objetos materiais da cultura – como as *uma lulik* –, assegura-se coesão social, forjam-se identidades e memórias coletivas.

Nesse sentido, o valor mítico atribuído às casas sagradas reitera sua importância no processo de manutenção das tradições, da identidade nacional e da coesão social leste-timorense. Para Manuel Tilman (2011), as regras para a construção das casas sagradas, embora não sejam escritas, passam de geração em geração de forma espontânea, a partir do contato diário entre os jovens e os mestres, guardiães da tradição. As casas sagradas fazem sentido como máxima expressão do vínculo entre passado, presente e futuro, tratando-se, assim, de uma construção coletiva aglutinadora de símbolos e promotora de identidades. A ex-ministra de Educação de Timor-Leste, Rosária Corte-Real (2011), explicita o caráter aglutinador das casas sagradas, já que elas:

[...] vêm desde nossos antepassados. Somos de cinco ou seis gerações diferentes e ainda nos conhecemos, fazemos parte da mesma origem ancestral, pois temos uma mesma *uma lulik*. Nossos irmãos casam-se, dividem-se, mas irmão é sempre irmão. Na *uma lulik*, sempre tem cerimônias e festas que reúnem os irmãos, estamos sempre juntos.

É importante destacar que, segundo a cosmogonia leste-timorense, o conceito de família supera os laços consanguíneos. Assim, para além de familiares de ascendência direta, podem ser agregados sob a mesma *uma lulik* familiar aqueles com quem há fortes vínculos de amizade ou, ainda, aqueles que, por exemplo, forem escolhidos como padrinhos de crianças ou de casamento.

Além disso, as *uma lulik* constituem um cenário privilegiado para a realização das cerimônias da vida social, ao redor delas tem lugar a comemoração de todo o ciclo da vida humana, desde o nascimento até a morte. Nelas se guardam também todas as heranças deixadas pelos avôs a seus netos. Rosária Corte-Real (2011) defende a ideia de que a *uma lulik* representa um umbigo que une e amarra a relação entre as gerações. No contexto da crença leste-timorense, concebe-se que o umbigo constitui o centro da vida e, por isso, é costume que, quando uma criança nasce, o cordão umbilical dela seja conservado na *uma lulik*. É um ritual que se mantém para evitar que haja rupturas entre laços familiares ou entre gerações e, em termos identitários, implica que os indivíduos, simbolicamente, possuam uma ligação indissociável com a terra na qual nasceram.

Em termos estéticos, à entrada da *uma lulik*, estão dispostas duas estátuas, a de um homem e a de uma mulher, representando a união, o casamento, o ciclo da vida e da morte, a ancestralidade comum e, figurativamente, a fertilidade. Cada *uma lulik* tem sua doutrina. Geralmente, as casas são construídas sobre oito colunas. Quatro representam o homem, quatro, a mulher. Cada um dos pilares masculinos, os mais maiores, é fincado na terra como homenagem aos avós, os homens ancestrais que deram origem à família proprietária da *uma lulik*. Os demais representam o apoio necessário da mulher à fortificação da família e, por extensão, da comunidade. Vale ressaltar que o sistema político das comunidades tradicionais leste-timorenses, embora organizado de forma patriarcal, reconhece a importância da autoridade, identificada à forma feminina, ao lado do poder, considerado essencialmente masculino, de modo que, para que haja a preservação da harmonia social, poder e autoridade devem estar equilibrados.

Na relação entre a casa sagrada e o universo cosmogônico que ela simboliza, Cinatti; Almeida e Mendes (1986, p. 34) observam que:

Na estrutura da habitação revela-se o simbolismo cósmico: a casa é a imagem do mundo, a sua cobertura é o Céu, o pilar ou poste principal é assimilado ao “eixo do mundo” que sustenta o imenso tecto celeste e desempenha um papel ritual importante: é na sua base que têm lugar os sacrifícios em honra do ser supremo, Marômac [...]. Toda a construção e inauguração de uma moradia equivalem a um começo, a uma nova vida: para que a obra dure e “viva” deve ser animada, isto é, deve receber ao mesmo tempo uma vida e uma alma. A transferência da alma só é possível pela via de um sacrifício sangrento.

O esclarecimento apresentado por esses autores (op. cit.) põe em relevo uma interessante questão acerca da conformação religiosa dos leste-timorenses. A maior parte da população da porção oriental da ilha costuma autodefinir-se como católica e uma série de estudos (CASTAGNA, 2015; CASTELO, 1998; COSTA, 2012, 2005; FELGAS, 1956; GAGLIATO, 2008, só para citar alguns) sobre isso revelou que, de fato, o sincretismo seria a forma mais apropriada para definir as práticas religiosas de muitos leste-timorenses. A associação aos preceitos cristãos deve-se, em grande parte, à aproximação da Igreja Católica ao movimento de resistência contra a invasão indonésia a Timor-Leste entre os anos de 1975-1999. Por ter sido uma instituição que prontamente se dispôs a proteger os leste-timorenses das arbitrariedades indonésias, a Igreja, representada pela figura do Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, conquistou a admiração e o respeito da população local, além disso, fundaram-se escolas nas igrejas, nas quais o português era utilizado como língua de instrução, em movimento oposto à obrigatoriedade imposta pelo novo colonizador de que toda a instrução e a comunicação em Timor-Leste fossem realizadas em língua indonésia.

Afora as questões de natureza religiosa, observamos que a nação conceptualizada sob a forma de casa converte-se em espaço de interação intergeracional, em que se “articulam processos de identificação e pertença” (MENDES, 2005, pp. 110-111), o que é ainda reforçado pelo fato de as atividades – rituais e políticas – realizarem-se nas *uma lulik* de forma pública e performática (existe um “iniciado” responsável por estabelecer a relação entre os vivos e os mortos, por exemplo). Portanto, é “[...] inegável o valor simbólico da casa enquanto matriz e sua assimilação à nação, como casa comum de todos os timorenses” (MENDES, 2005, p. 115).

Ainda no que concerne aos elementos rituais que participam do processo de preservação de uma raiz identitária nacional, também merece menção o tecido tradicional de Timor-Leste: o *tais*.

2.6.2 O *tais*: a identidade na trama das culturas locais

O tecido conhecido como *tais* desempenha um importante papel na delimitação das identidades étnicas em Timor-Leste. Em cada um dos treze distritos que compõem o país, são empregadas técnicas particulares de tecelagem, que se revelam no formato e nas cores dos desenhos que formam os tecidos.

Componentes da herança cultural leste-timorense, os *tais* são produzidos de modo artesanal e majoritariamente por mulheres. O tecido é utilizado como ornamento cerimonial e, quando oferecido como presente, indica respeito. Além disso, pode ser usado na decoração doméstica e, mais recentemente, como matéria-prima para a produção de vestuário.

Figura 7: Representação dos distritos segundo a padronagem dos tais produzidos³³

No que concerne à confecção dos tecidos, segundo observação apresentada no site do Parlamento Nacional de Timor-Leste³⁴, os motivos evocam animais e elementos da natureza ligados aos mitos e rituais tradicionais: figuras antropomórficas com braços e mãos esticadas são comuns, assim como representações zoomórficas de pássaros, galos, crocodilos, cavalos, peixes e animais aquáticos; plantas, árvores (simbolizando origem da vida e centro do mundo) e folhas são também recorrentes. Dessa forma, entendemos que a produção dos tecidos

³³ Fonte: Parlamento de Timor-Leste. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=547>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

³⁴ Disponível em: <<http://www.parlamento.tl/infogeralthistoria.php>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

desempenha um importante papel nos rituais leste-timorenses e na delimitação de identidades locais, pois:

[...] sendo eles produzidos por grupos étnicos diferentes, distinguem-se uns dos outros, tanto no estilo e técnicas como no seu significado cultural. Os desenhos são um sistema de identificação da linguagem cultural representando mitos ancestrais de todo o grupo e os seus símbolos. Os tais são igualmente utilizados em cerimónias e rituais religiosos que celebram as mudanças nas diferentes etapas da vida ou do estatuto social, em rituais animistas ou outros rituais ligados à agricultura. São também utilizados em festas e são muito estimados como troca entre membros da comunidade. Timor é conhecido não só pela qualidade dos seus tecidos (algodão e cores naturais), mas também pelas diversas técnicas decorativas. (PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE)

A tecelagem tradicional leste-timorense corresponde a uma prática de preservação das singularidades que caracterizam cada um dos 13 distritos em sua relação contrastiva com os demais, participando, assim, da manutenção de expressões identitárias dessas comunidades, em oposição (ou em resistência) a um projeto de construção de uma identidade nacional planificada, por exemplo.

Além da dimensão material – ilustrada pelas *uma lulik* e pela produção dos *tais* –, o processo de edificação de referências que suportem a construção de identidades também se apoia no que Anderson (2009) denominou de “comunidades imaginadas” e sobre as quais passamos a discutir.

2.7 As identidades como produto de “comunidades imaginadas”

De acordo com o posicionamento de Smith (1991), no Ocidente, a identidade do indivíduo baseia-se em uma relação ideológica e cívica com a nação; nas comunidades não ocidentais, em contrapartida, a ênfase à construção identitária é dada à origem étnica e cultural de pertencimento. Assim, tomando como ponto de partida a perspectiva ideológica, o autor (p. 14) apresenta cinco atributos basilares da identidade nacional: i) um território histórico; ii) a existência de histórias coletivas e mitos partilhados socialmente; iii) uma cultura pública de massa compartilhada; iv) direitos e deveres legais extensivos a todos os membros e, por fim, v) uma economia comum com possibilidade de mobilidade para todos os membros. Já, da perspectiva da etnicidade, Smith (p. 21) define seis características que participam da conformação da identidade: i) um nome coletivo próprio; ii) um mito ancestral comum; iii) memórias históricas compartilhadas; iv) um ou mais elementos diferenciadores de uma cultura

comum; v) a associação com uma “pátria” específica; vi) um senso de solidariedade com setores significativos da população.

Considerando esses elementos em seu conjunto, Smith (1991) defende que a identidade está imbuída de certa instrumentalidade, a qual serve a uma elite política, que, com o propósito de mobilizar a população, lança mão dessa identidade de forma sistemática, convertendo-a em uma ideologia nacionalista, com o propósito de forjar a unidade política da nação. Desse modo, observa-se que o poder político pode transformar as raízes históricas e étnicas em discursos, a fim de promover interesses individuais ou coletivos. Nas palavras de Smith (1991, p.20): “...esse poder aumenta imensuravelmente pela presença viva das tradições, que incorporam os símbolos memórias, mitos e valores oriundos de eras muitos anteriores na vida de uma população, comunidade ou área”.³⁵ (tradução nossa)

Em relação a Timor-Leste, os valores ancestrais ainda continuam preservados, conforme discutimos ao tratarmos das *uma lulik* e da produção dos *tais*, mesmo após os dois períodos coloniais por que passou o país, e da influência de atores internacionais envolvidos diretamente em seu processo de reconstrução (Brasil, Portugal e Austrália, principalmente). A esse conjunto de valores, arraigados no seio de dada população, comunidade ou área, considerado uma identidade natural e pré-existente, Smith (1991) dá o nome de *etnicidade* e esta, quando instrumentalizada por uma elite política como projeto de construção de uma nação, converte-se em identidade nacional. Nesse sentido, o autor (1991) postula que as nações erigem-se de identidades étnicas e de todos os elementos subjacentes a elas, como os culturais, históricos, cívicos, ideológicos e políticos.

Para além da teoria ambivalente de Smith (1991), é importante considerar também os trabalhos, datados do final do século XIX, que puseram em relevo o papel político do Estado, como ente político e particular, que atribui para si a responsabilidade de construir a identidade de uma nação. Durkheim (1970), por exemplo, postulava que cabia ao Estado, devido à sua função social, o papel de fonte ideológica, figurando, no contexto moderno, como liberatriz do indivíduo, responsável por preservar o moral social.

Na mesma perspectiva de construção instrumental de identidades nacionais, Anderson (2009) defende a tese de que toda nação deve ser considerada “uma comunidade política imaginada”, pois, mesmo na menor das nações, jamais todos os membros poderão conhecer,

³⁵this power often immensurable increased by the living presence of traditions embodying memories, symbols, myths and values from much earlier epochs in the life of population, community or area.”

encontrar ou ouvir falar da maioria dos outros membros, embora haja em suas mentes a imagem de comunhão nacional. Em função disso, compete ao Estado, por meio da mobilização de seus instrumentos simbólicos, forjar uma identidade nacional, ou seja, trata-se da “invenção de nações onde estas não existem” (ANDERSON, op. cit., p. 32). Os nacionalismos – e as identidades nacionais, por extensão –, portanto, não seriam resultado de uma autoconsciência, se não um produto artificial das escolhas de conteúdos simbólicos realizadas, de forma utilitária, pelo Estado (ou pelo grupo que busca representá-lo legitimamente).

Quando se trata da análise da situação de Timor-Leste, Anderson (1993), postula que as comunidades imaginadas não resultam unicamente da soma de crenças de um grupo nacional específico, pois, além da existência física dos indivíduos, elas manifestam sua existência por meio de símbolos, práticas institucionais e discursivas. “Desde o início, a nação foi concebida pela língua, não pelo sangue, e qualquer um pode ser ‘convidado’ para a comunidade imaginada.”³⁶ (tradução nossa) . Nesse sentido, então, a nação leste-timorense passa a ser compreendida como uma soma de representações culturais, pois aquilo que é imaginado tem de ser representado, o que, necessariamente, demanda um processo intermitente de criação, em que o discurso assume papel relevante. Para Mendes (2005, p. 441), a construção da nação leste-timorense “se deve à edificação e disseminação de narrativas, assim, a ideia de comunidade nasce da experiência histórica e de uma mitologia” e, desse modo, constitui um “processo de invenção, de dentro para fora, configurando um projecto político que se pretendia concretizar em Estado e que daria unidade à diversidade de identidades, criando um povo timorense”.

As políticas de identidade estão relacionadas aos distintos agrupamentos sociais e às políticas estatais destinadas à construção da identidade nacional, estabelecendo-se, assim, uma intrínseca relação entre os projetos de construção identitária e os de manutenção de poder e hegemonia.

O conceito de hegemonia desenvolvido por Laclau (1987) resume, de certo modo, a ideia de que não é possível separar o processo de constituição das identidades sociais do de configuração do poder social. Isso significa que a construção da identidade e a da hegemonia política transitam por um caminho comum. Para compreender esse paralelismo, Laclau (1987) destaca que é fundamental considerar a identidade dos grupos ou movimentos sociais como um processo composto por três etapas ou momentos centrais.

³⁶ [...] from the start the nation was conceived in language, not in blood, and that one could be ‘invited to’ the imagined community

O primeiro momento é aquele que se funda em um **sistema de diferenças**, o qual corresponde à fixação de posições, papéis sociais ou expectativas de conduta. Essas distinções entre os grupos são reconhecidas como constituintes de uma ordem social estável e permitem o enquadramento dos indivíduos segundo categorias ou papéis sociais como: professores, políticos, pai ou mãe, por exemplo. Essa classificação afirma-se como um sistema estável de diferenças aceitas por todos os grupos.

O segundo momento consiste no **deslocamento**, que se refere à incapacidade de estabelecer de forma exitosa a fixação definitiva da identidade e da ordem social, dado que sempre existe um exterior constitutivo, um **outro** que põe em risco a conformação de uma identidade fixa ou estável. Nesse sentido, o processo de deslocamento é inerente à ordem social, porque as identidades estão sempre sujeitas a situações de desestabilização e de mudanças.

O terceiro momento corresponde à composição da **cadeia de equivalências** frente a um inimigo comum. Essa etapa consiste na definição de um campo de luta entre um “nós” coletivo frente a um “eles”. A fronteira entre essas duas instâncias delimita uma separação e forja uma nova identidade, de natureza política. Esse momento é crucial para compreender a constituição do poder social, pois configura a etapa em que a política se transforma no **princípio de organização social**. As cadeias de equivalência sobrepõem-se ao sistema de diferenças (primeiro momento), o que resulta em uma reorganização do tecido social.

Segundo a teoria desenvolvida por Laclau (1987), o “inimigo” é o princípio unificador dos distintos grupos, que se convertem em um “nós” superficialmente homogêneo. No caso de Timor-Leste, por exemplo, os distintos grupos etnolinguísticos, no momento de ocupação indonésia do país, puderam, ainda que momentaneamente, ignorar suas dissidências e conformarem um “nós” igualitário – apesar de anônimo – diante do inimigo externo comum. A esse respeito Mendes (2005, p. 56) destaca que “[...] a relação entre o Eu e o Outro gera a identificação, ou seja, o sentido de pertença a um grupo, a um “nós” de que resulta um objectivo de preservação e continuidade, e a defesa em caso de ameaça”. Dessa forma, em associação com Mendes (op. cit., p. 56), compreendemos que

[...] as identidades são processos interactivos, modulados historicamente em torno de convicções e entendimentos partilhados. Nações e etnias são, pois, construções sociais que se alimentam de memórias e de mitos colectivos que as vão reinventando, atribuindo significado e conferindo legitimidade e profundidade histórica. Quando é fundado um Estado – mesmo que programaticamente prossiga o ideal de nação – e se procura uma identidade nacional, a necessidade de criar um mundo de *outros* (mais ou menos ameaçadores) impõe o desenvolvimento de políticas domésticas de reforço identitário [...].

Fundamentados nessas considerações, entendemos que a sociedade constitui uma estrutura aberta, configurada a partir de um antagonismo, de um outro que atua, simultaneamente, como limite e como possibilidade de construção das identidades individuais. Esse processo, por oscilar entre extremos, no que se refere à possibilidade de afirmação identitária, engendra, conforme preconiza Castells (1999), a distinção de três formas e origens da construção da identidade, as quais podem ser assim sintetizadas:

- i) **Identidade Legitimadora:** é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade para estender e racionalizar sua dominação aos atores sociais;
- ii) **Identidade de Resistência:** é gerada por aqueles que estão em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, consequentemente, constituem bastiões de resistência e de sobrevivência com base em princípios diferentes de ou opostos àqueles que permitem as instituições da sociedade;
- iii) **Identidade de Projeto:** é construída pelos atores sociais como uma nova identidade que lhes redefine a posição social. Por meio de tal processo, procuraram transformar toda a estrutura social.

Quadro 1: Proposta de Mensuração da Identidade

Hostilidade	Rivalidade	Indiferença	Coesão	Altruísmo	Simbiose
IDENTIDADE NEGATIVA			IDENTIDADE POSITIVA		

Fonte: CRONIN, 1999, p. 13. (tradução nossa)

De acordo com a mensuração proposta por Cronin (1999), a identidade pode ser tratada como um *continuum* entre dois pólos: que se caracterizam desde conceber o outro como o oposto social ou cultural do eu, um “inimigo” – o pólo negativo; à concepção do outro como uma extensão do eu – o pólo positivo. A partir dessa escala, uma identidade social puramente positiva é compreendida como “simbiose”, uma relação na qual os indivíduos se veem, mutuamente, como extensões de si mesmos. Uma identificação altamente positiva, mas menos intensa, pode ser definida como “altruísmo”, na qual os indivíduos mantêm sua individualidade, mas estão tão intimamente identificados com outros que se dispõem a fazer sacrifícios em seu nome. O próximo nível do *continuum* é a coesão, uma situação em que os indivíduos

reconhecem um bem comum entre si como parte de um grupo social. O nível médio é a indiferença, o outro não é suficientemente importante, portanto, não são realizadas avaliações positivas ou negativas acerca dele.

Do ponto de vista negativo, uma forma moderada é rivalidade: os outros são vistos como concorrentes e impedimentos para a realização do interesse próprio. A identificação negativa mais intensa é a hostilidade, uma situação em que os indivíduos mantêm um antagonismo mútuo, a ponto de se conceberem como inimigos.

Entedemos que essa mensuração, bem como a proposta de classificação das identidades apresentada por Castells, só se demonstram viáveis a nossos objetivos se aplicadas à análise dos discursos de fundação/construção/reforço de identidades, a qual realizamos no Capítulo IV. Na sequência, tratamos das políticas linguísticas e identárias leste-timorenses.

2.8 Políticas linguísticas e políticas identitárias

Em perspectiva teórica, no que tange ao surgimento da política linguística como campo de estudo, Ribeiro da Silva (2013, p. 05), em referência ao trabalho de Kaplan e Baldauf Jr. (1997), apresenta o seguinte esclarecimento:

O surgimento da Política Linguística coincide com o processo de descolonização de partes da África e da Ásia. Muitos dos novos países que emergiram desse processo caracterizam-se (ou caracterizavam-se) por uma grande heterogeneidade étnica e linguística. Essa diversidade de etnias e de línguas era um obstáculo a ser superado na constituição desses novos estados nacionais, uma vez que eles estavam sendo projetados a partir do modelo de estado-nação dominante na Europa, isto é, o estado monolíngue e monocultural. Segundo esse modelo, esses novos países somente se modernizariam na medida em que seus “problemas linguísticos” fossem superados. Assim, uma das línguas ou variantes faladas pela população deveria ser elevada à condição de língua nacional e, para que isso fosse possível, a língua/variante selecionada deveria passar por um processo de modernização.

As políticas linguísticas, então, surgem com o propósito de instituir o monolinguismo, fundamentado no modelo europeu, em nações marcadas pela diversidade linguística, sob o pretexto de que apenas por meio da adoção de uma língua nacional única esses países poderiam experimentar a modernidade, uma vez que os problemas linguísticos seriam superados. Atualmente as políticas linguísticas assumiram outros contornos que se opõem radicalmente a

essa tendência de apagamento da diversidade linguística e das quais Timor-Leste desponta como um exemplo significativo.

Após a independência, quatro línguas disputavam o *status* de idioma oficial em território leste-timorense: o indonésio, o inglês, o português e o tétum. De acordo com o que consta na Carta Magna do país, as duas primeiras foram definidas como línguas de trabalho e as duas últimas dividem o estatuto de línguas oficiais. Essa escolha, todavia, não pôs fim às dissidências de ordem linguística (e identitária, por consequência), sobretudo no que concerne às esferas da educação e da administração pública. Na base dessas divergências, observa-se que está em jogo o domínio dos processos simbólicos de formação, transformação e conformação de uma identidade nacional leste-timorense (como se a ideia de unicidade identitária fosse, de fato, algo tangível, passível de ser circunscrito), que encontre, em uma das línguas, suporte para a disseminação de um projeto identitário específico.

Para a efetivação de tal projeto, não se pode desconsiderar a importância das políticas linguísticas definidas e disseminadas, sobretudo pelo Estado, por meio de seus aparatos ideológicos, como o sistema de ensino, por exemplo. Em função disso, observamos que as estabelecidas em Timor-Leste contribuem para a construção de um imaginário acerca do que é ser leste-timorense em um mundo altamente fragmentado, multiétnico, multicultural. Nesse sentido, é patente a preocupação do Estado leste-timorense em preservar – ao menos em termos legais – a diversidade linguística como forma de salvaguardar a identidade cultural nacional, como se observa na Resolução do Parlamento Nacional 20/2011³⁷:

Em Timor-Leste, pela sua intrínseca diversidade linguística e cultural, e pelas cicatrizes deixadas pela ocupação que se seguiu à Proclamação da Independência, a política da língua é também essencial à construção da identidade nacional, à consolidação do Estado de Direito, à afirmação do país na região e no mundo e, sobretudo, à garantia de coexistência pacífica no seu seio. [...]. Sem a língua portuguesa, o tétum praça, virando-se para as línguas oficiais dos países vizinhos, tornar-se-ia historicamente irreconhecível e, dada a dimensão relativa e consequente força centrípeta das economias daqueles, a identidade cultural nacional acabaria por ser absorvida, a unidade interna e o Estado de Direito enfraquecidos e as liberdades políticas neutralizadas.

Diante da preocupação explicitada pelo documento oficial, torna-se evidente que, a fim de se assegurar a construção pacífica de uma identidade nacional e a consolidação de um Estado de Direito, é fundamental a adoção de uma política linguística que considere as especificidades do território leste-timorense, entendendo a língua portuguesa como elemento fundamental para a preservação do tétum, com o qual mantém contato desde o início do processo colonial

³⁷ Disponível em: <<http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1254>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

português. Subjacente a esse posicionamento reside também o temor de que ocorra em Timor-Leste o mesmo que sucedeu nas Filipinas, onde a adoção do inglês como idioma oficial acabou por extinguir as línguas locais e o espanhol, a língua do antigo colonizador. Assim, de acordo com Seixas (2006, p. 104):

No caso do Timor Leste, a língua torna-se uma arena de disputa ideológica em torno dos estatutos de oficialidade e nacionalidade. As forças motivadoras dos discursos unificadores e nacionalistas decorrem da história sociopolítica do país em relação aos processos colonizatórios, envolvendo, mais diretamente, Portugal e Indonésia e, indiretamente, a Austrália. É em torno da constituição de uma dada identidade nacional política e livre que a escolha do português como língua cooficial é feita: aquilo que em um momento histórico emergiu como força centrípeta no percurso do Timor Leste – a presença da língua portuguesa como estratégia colonizadora – em um outro momento produz um outro efeito, de desestabilização e de resistência a outras colonizações posteriores à presença portuguesa no país. Assim, a língua portuguesa no Timor Leste é habitada por uma variedade de vozes sociais que estabelecem entre si relações dialógicas: estão em jogo disputas, consensos e polêmicas entre os discursos vinculados (i) aos variados e contraditórios partidos políticos; (ii) à geração de pessoas que teve acesso ao português nas escolas, antes da colonização indonésia; (iii) à geração que não teve acesso ao português, após a colonização indonésia; (iv) à igreja católica; (v) aos setores econômicos e administrativos, entre outros. Esses diferentes grupos sociais avaliam e usam a língua portuguesa de diferentes maneiras. A língua torna-se uma arena de luta e disputa dessas vozes sociais.

Como se vem destacando ao longo deste trabalho, há uma relação indissociável entre língua e identidade, a qual demanda que o Estado, no caso leste-timorense, adote políticas linguísticas que, ao mesmo tempo, participem da conformação de uma identidade nacional e permitam que os distintos grupos etnolinguísticos reconheçam-se representados.

Nesse intrincado processo de definição da política linguística mais adequada aos projetos nacionais de Timor-Leste, não se pode ignorar que os valores e as referências criados durante os quase 500 anos de convivência com os portugueses estão profundamente arraigados na sociedade, inclusive no que se refere à práxis administrativa. Nesse sentido, a herança portuguesa aparentemente possui um caráter mais estável, além disso, a religião católica teve papel preponderante, conforme já destacamos no Capítulo I, na luta de resistência e na preservação da língua portuguesa e do tétum durante os períodos de colonização e de ocupação de Timor-Leste, respectivamente. Por fim, a língua portuguesa, apesar da restrita difusão, sobreviveu à ocupação indonésia – por ter sido cuidadosamente preservada pelos líderes da resistência, ortograficamente desenvolvida, historicamente legitimada e “uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural.” (CASTAGNA; BEDIN, 2010, p. 164). A Figura 8, a seguir, a reprodução da página de um caderno utilizado por Xanana Gusmão durante

o período de ocupação indonésia, provavelmente entre 1982 e 1983, ilustra como a língua portuguesa foi utilizada e preservada pelos agentes da resistência.

Figura 8: Página do caderno utilizado por Xanana Gusmão durante o período de resistência³⁸

Ainda sobre a permanência de elementos da cultura portuguesa na definição do Estado leste-timorense, Rawnsley (2008) defende a tese de que a construção da identidade nacional em Timor-Leste é desequilibrada pela preferência da elite governante; primeiro, a identidade nacional *oficial* foi determinação do partido dominante FRETILIN, que usou a memória da resistência e a *portugalidade* como elementos-base para a construção de seu projeto de identidade nacional; segundo, a escolha da minoritária identidade luso-leste-timorense como parte da identidade nacional foi uma política artificial de diferenciação, cujo propósito era o de se distinguir da identidade batavo-indonésia das ilhas vizinhas; além disso, os elementos tradicionais da cultura, língua e etnicidade foram sumariamente ignorados pela elite. Nesse caso, retomando-se a discussão apresentada por Laclau (1987), o processo de construção da identidade, constitutivamente relacional, demanda a oposição entre um “nós” e um “eles”, todavia observa-se que é no período pós-independência, quando não há mais indonésios

³⁸ Fonte: Museu da Resistência Timorense

(estrangeiros, invasores, bárbaros, etc.) a combater, que o “outro”, o inimigo, passa a ser o leste-timorense que não comunga dos valores dessa *portugalidade* ancestral.

É nesse sentido, então, que Rawnsley (2008) argumenta que uma nova narrativa sobre a colonização portuguesa é produzida; exaltam-se os possíveis benefícios daquele período em detrimento das contínuas revoltas existentes no território durante os quase quatro séculos de presença lusitana em Timor-Leste. Para o autor (op. cit.), essa postura é incoerente e acarreta ao país um isolamento identitário, uma vez que a população leste-timorense é antropológicamente ligada às ilhas orientais da Indonésia, cultural e linguisticamente influenciada pela cultura malaia e integrante das redes de comunicação e comércio do Sudeste Asiático durante milênios. Ainda nessa mesma direção, Carneiro (2010, p. 12), chama a atenção para o fato de que:

Timor-Leste se destaca no contexto por ser o único país colonizado por portugueses na região e por ter uma língua latina, o português, como língua oficial, em uma região onde há uma grande diversidade linguística e línguas regionais fortes e onde dentre as línguas europeias que se fixaram predomina o inglês como língua oficial, como no caso da Malásia e de Cingapura e como segunda língua no ensino como, por exemplo, na Indonésia e na Tailândia. Afora isso, o fato de ser um país católico, onde outras religiões predominam como o islamismo, na referida Malásia e na Indonésia ou ainda o budismo, como na Tailândia e no Camboja, faz com que o país se torne um caso muito específico, se pensado a partir de uma ótica comparativa com o seu bloco regional.

Observamos, dessa forma, que as opções em termos de definição de seus traços culturais, como língua e religião, ambas oriundas do período de colonização portuguesa, em termos identitários, tornam Timor-Leste um caso *sui generis* no contexto geopolítico em que se situa. Trata-se, em nossa perspectiva, de um posicionamento político cujo propósito é estabelecer uma relação de identidade genuína altamente contrastante com o entorno, à semelhança, mas em maior proporção em termos de diferenciação cultural, do que acontece com o Brasil em relação aos demais países da América do Sul.

Além disso, Rawnsley (2008, p. 10) defende que os valores e tradições culturais, linguísticas, legais e religiosas ainda são de forte expressão em Timor-Leste – e estão em crescente contraste com os valores de modernização promovidos pela elite do país. Alega o autor (op. cit.) que o desequilíbrio identitário – em relação às culturas indígenas – pode gerar uma perda substancial das tradições, mitos e saberes, a qual poderá se “traduzir em um colapso da ordem política.”.

Não podemos deixar de considerar que interfere, ainda, como mais um elemento de influência de determinação das políticas linguísticas leste-timorenses, a disputa entre os agentes que participaram da reconstrução de Timor-Leste. Por um lado, há os lusófonos, representados por Portugal e Brasil, principalmente, e, por outro, os anglófonos, com destaque para a Austrália e os Estados Unidos. Cada um desses eixos buscou influenciar a tomada de decisão quanto à escolha da língua oficial do país, mas, a respeito disso, o linguista português radicado em Timor-Leste, João Paulo Esperança, em conformidade com o posicionamento de Spolsky (1998), aponta em seu trabalho de 2001 para o importante fato de que é comum aos países saídos de situações coloniais adotar como língua oficial aquela que lhe fora imposta pelo colonizador, por se tratar de uma língua de comunicação mais ampla, que permitiria aos membros da sociedade acesso a materiais didáticos já publicados, a traduções de livros e de grandes obras da cultura universal.

2.8.1 As línguas e as identidades de Timor-Leste

Ao tratarmos das questões identitárias, é fundamental considerarmos a língua como um dos elementos fundamentais ao processo de definição de identidades nacionais. Reconhecendo as dificuldades subjacentes à escolha política de uma língua nacional e de uma língua oficial, Thiesse (2000, pp. 74-75) resume o problema:

Uma língua nacional tem como função, por um lado, substituir uma miscelânea de modalidades linguísticas que respondiam a utilizações diversificadas e, por outro lado, encarnar a nação: o seu “caderno de encargos” é por isso pesado e constrangedor. Tem de assegurar a comunicação horizontal e vertical no seio da nação; seja qual for sua origem geográfica e social, todos os seus membros devem compreendê-la e utilizá-la. Deve possibilitar a expressão de qualquer ideia, de qualquer realidade: das mais antigas às mais modernas, das mais abstractas às mais concretas. Deve ser um espelho da nação e mostrar que é tão grandiosa como as outras. Deve confundir-se com a nação – enraizar-se nas suas profundezas históricas, possuir as marcas do povo.

A partir da problemática exposta por Thiesse, acerca das funções cabíveis a uma língua nacional, observamos em Timor-Leste um caso bastante explícito da distância entre o que se almeja como política linguística, quanto à adoção da língua portuguesa, e o modo como os habitantes do país se apropriam dela em suas interações comunicativas cotidianas. Nesse sentido, Macalister (2013, p. 25) elucida que:

[...] em alguns domínios da vida humana, ocorre uma lacuna entre o que é pretendido e o que é alcançado. A política linguística é um desses domínios, já que, enquanto as políticas linguísticas são expressões de resultados pretendidos, as práticas linguísticas nem sempre refletem essas intenções.

Com base nesse posicionamento, é assinalável que a dificuldade em estruturar uma língua nacional, além de reforçar a fragilidade das dinâmicas identitárias, engendrou em Timor-Leste o que Mendes (2005) definiu como “assistencialismo identitário”, ao qual se associaram interesses de ordem geopolítica e econômica.

De acordo com os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2002), o cenário linguístico em Timor-Leste revela-se significativamente complexo, pois, à época do levantamento, 82% da população falava tétum, 42% falava indonésio, 5% sentia-se apta a se comunicar em português e apenas 2%, em inglês. Assim, conforme reconhecem Silveira e Dias (2015, p. 151), em território plurilíngue, como Timor-Leste, “a política linguística institucional, apesar de priorizar as línguas denominadas oficiais pela Constituição da RDTL – tétum e português – mostra-se insuficiente para abarcar a diversidade de práticas linguísticas locais”.

Ainda hoje há dificuldades em precisar a quantidade de línguas faladas em Timor-Leste, os números costumam variar entre 15 e 35. Sobre isso, Esperança (2001, p. 98) esclarece que:

Timor tem sido descrito frequentemente como uma Babel, devido à sua diversidade linguística. O número de línguas e dialectos varia conforme os autores, principalmente pelos critérios (ou a falta deles) que usam para fazer a distinção entre uns e outros. A classificação como língua ou dialecto é, de resto, uma questão frequentemente pouco pacífica.

Conforme dados da organização Ethnologue,³⁹ são faladas em Timor-Leste 19 línguas, incluindo-se tétum-díli, tétum, português e 16 línguas autóctones. Todavia, no site oficial do governo leste-timorense, aponta-se que, além das línguas oficiais (português e tétum) e as de trabalho (indonésio e inglês), “existem no território cerca de 15 línguas nativas⁴⁰”.

³⁹ Disponível em <<http://www.ethnologue.com>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

⁴⁰ Site do Governo de Timor-Leste <<http://timor-leste.gov.tl/?p=547>>. Acesso em: 08 out. 2016.

Figura 09: As línguas de Timor-Leste ⁴¹

A despeito da falta de precisão quanto ao número de línguas faladas em Timor-Leste, entendemos que a definição e a promoção da língua oficial são fundamentais às políticas de identidade. O estabelecimento da língua portuguesa como uma das oficiais foi apoiada por alguns acadêmicos, que argumentaram sobre a influência do idioma em Timor-Leste e sobre seu poder de coesão nacional; e criticada por outros, que se apoiavam no fato de a língua não ser falada pela maioria da população e atuavam contrariamente à limitação da identidade leste-timorense ao período colonial lusitano. Dessa forma, o debate acadêmico encontrou seu paralelo no debate político, do qual se destaca o pronunciamento de Ramos Horta (1994) em defesa língua portuguesa:

Vejamos as razões porque advogo a utilização do português. [...] A colonização portuguesa de cinco séculos, a religião católica e a língua portuguesa garantem a Timor-Leste a sua especificidade – e o seu lugar privilegiado na região. Sem o português e uma forte ligação com Portugal e outros países lusófonos, Timor-Leste seria “invadido” pela “cultura” anglófona e seria relegado para o lugar não muito honroso de um pequeno jardim australiano ou manter-se-ia a predominância da língua indonésia e seria eternamente uma colônia cultural javanesa. Perdendo os laços culturais com Portugal, Timor-Leste perderia não só uma herança secular que o torna único na região, mas perderia igualmente uma importante arma que o tornaria parceiro indispensável e ponte de ligação na região e entre a região e outros continentes. [...]. Outras línguas timorenses terão de ser acarinhadas e protegidas, pois elas fazem parte do património histórico e cultural timorense. O Timor-Leste independente não poderá negar aos diferentes grupos etno-linguísticos que compõem a sociedade, as suas próprias línguas e culturas.

⁴¹ Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sprachen_Osttimors-en.png#/media/File: Sprachen_Osttimors-en.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sprachen_Osttimors-en.png#/media/File:Sprachen_Osttimors-en.png). Acesso em: 25 ago. 2016.

Ainda em defesa do português como idioma oficial, Costa (2012, pp. 215-216) enumera as razões que justificam a oficialização dessa língua:

A escolha da língua portuguesa contabiliza: um peso simbólico (por ser língua da resistência à invasão indonésia, língua usada para dar informações ao mundo sobre a luta e os efeitos da invasão), um aspecto identitário (o do seu passado sem grandes imposições, sem grande impacto), um aspecto afetivo (ligação ao catolicismo, igreja que em conflitos de guerra – Segunda Guerra Mundial, invasão indonésia – nunca abandonou o povo) e um aspecto geoestratégico (Timor, confinado à Indonésia e à Austrália). A escolha da língua tétum constitui, por um lado, uma ousada afirmação da identidade de um povo, mas, por outro, a assunção do compromisso de defesa, desenvolvimento e promoção de uma língua em situação altamente desfavorecida.

Subjaz tanto ao posicionamento de Ramos Horta (1994) quanto ao de Costa (2012) a perspectiva de que a língua portuguesa seria responsável pela soberania do Estado recém-criado, pela manutenção identitária de Timor-Leste, bem como pela possibilidade de preservação das línguas locais e de enriquecimento – no caso do tétum –, quer seja por seu papel simbólico, quer por constituir uma “ponte” com o mundo ocidental.

Nesse cenário, o posicionamento defendido pelo linguista australiano Hull (2001a) sobre a definição das línguas oficiais de Timor-Leste pode ser considerado um resumo do conflito linguístico. Hull teve atuação importante junto à elite local na escolha e na definição das línguas oficiais do país e, em discurso proferido em 25 de agosto de 2000, no Conselho Nacional da Resistência Leste-Timorense, inicialmente, discorreu sobre os aspectos positivos de cada uma das quatro línguas que concorriam pelo *status* de oficial. Em relação ao tétum, havia o argumento de que fazia parte de um sentimento nacionalista e que o idioma, historicamente, havia servido como língua franca diante da diversidade linguística leste-timorense. No que concerne à defesa da língua portuguesa, apelou-se à história colonial de Timor-Leste e à potencial conexão internacional com Portugal; o inglês foi considerado uma possibilidade por seu *status* global e pela “superioridade semântica” que detém na modernidade; e os argumentos a favor do indonésio enfatizavam o fato de que havia uma parcela significativa da população alfabetizada nesse idioma, além de uma possibilidade de integração regional.

Em contrapartida, os argumentos opostos à adoção de cada uma das línguas também foram apresentados por Hull em sua conferência. O tétum foi considerado semanticamente insuficiente para o projeto administrativo moderno e internacionalmente isolado; a língua portuguesa remetia ao passado colonial e não nacionalista; contra o indonésio, havia a memória recente da violência e da guerra durante a ocupação dos invasores; o inglês foi criticado em

função da pouca familiaridade da população à língua totalmente estrangeira e à capacidade de aculturação do idioma – que poderia comprometer a sobrevivência das línguas e culturas tradicionais.

Após a ponderação de tais aspectos, o linguista chega à conclusão de que seria mais adequado ao projeto de promoção, disseminação e proteção de uma identidade nacional/cultural leste-timorense que o tétum e a língua portuguesa fossem adotados como oficiais. Ele sugere que o tétum deveria, indubitavelmente, ocupar o *status* de primeira língua oficial, pelo caráter nacionalista e pela quantidade de falantes, apesar de sua fraqueza semântica. Pois, segundo seu projeto, a língua portuguesa, sendo a segunda língua oficial, poderia complementar o tétum ampliando-lhe o léxico com conteúdos adequados às demandas da administração pública. Pesaram contra as línguas inglesa e indonésia, respectivamente, o fato de aquela ser considerada demasiado invasiva, o que colocaria em risco a preservação das línguas autóctones, e de que esta remeteria à violência do regime indonésio.

Ao final, Hull (2001b, s/p)⁴² defende a posição a seguir:

No programa linguístico que acabo de descrever, existe espaço para todas as línguas que fazem parte da cultura de Timor-Leste. Um programa linguístico inclusivo é o único remédio contra tendências políticas culturalmente contraproducentes que pretendem excluir uma ou outra língua. O que de verdade me parece importante é estabelecer as prioridades justas, baseadas em factos culturais, prioridades estas que estão voltadas para o futuro, mas que também não se esquecem do passado.

O autor prevê que o plurilinguismo seja uma alternativa para o desenvolvimento de uma política linguística inclusiva e isso acabou por influenciar a definição – em termos de legislação – do *status* das línguas de Timor-Leste, conforme discorreremos no próximo subitem.

2.8.1.1 O *status* das línguas de Timor-Leste: o que determinam os documentos oficiais

Em seu artigo 13º, que trata das línguas oficiais e nacionais, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, aprovada em 2002, define:

⁴² Não nos é possível localizar cada referência na página uma vez que o documento encontra-se em formato HTML.

Artigo 13º (Línguas oficiais e línguas nacionais)

1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor Leste.
2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado.

No que concerne à adoção do tétum como língua oficial, Vasconcelos (2011, p. 62), argumenta que se trata de uma das línguas nacionais, apesar da tardia oficialização e padronização gramatical, e detém importância histórica e religiosa para se oficializar. Conforme reconhece o autor (op. cit.), essa língua é essencial para a “afirmação da identidade leste-timorense” e seu uso, a par da língua portuguesa, representa “um imperativo constitucional”. Já o português, uma vez língua de resistência, não foi largamente promovido em Timor-Leste devido, primeiro, à proibição indonésia, e, segundo, pela difusão do inglês pela administração transitória das Nações Unidas. Esperança (2001, p. 110), a seu turno, chama a atenção para o fato de que “o português têm (sic) uma fortíssima carga simbólica e é usado nalgumas situações pelos mais velhos que ainda o falam, mas é praticamente inexistente entre os jovens.”.

No artigo 159 da Carta Magna, o indonésio e o inglês são definidos como línguas de trabalho:

Artigo 159º (Línguas de trabalho)

A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário.

Essa opção pode ser compreendida quando se considera que o indonésio ainda predomina como língua falada por um estrato significativo da população e que o emprego do inglês como língua de trabalho das organizações internacionais presentes em Timor-Leste, sobretudo no início do processo de reconstrução do país, está bastante disseminado.

Outro argumento recorrente aos que defendem a oficialidade da língua portuguesa como forma de inserção de Timor-Leste no universo da lusofonia – por meio da integração à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – também está contemplado no artigo 8º da Constituição nacional, que prevê a manutenção de “laços privilegiados com países de língua oficial portuguesa”.

A aproximação aos países de CPLP deve-se à afinidade cultural baseada na identidade linguística e na experiência histórica comum. Com a definição da língua portuguesa como uma

das oficiais, o Estado leste-timorense consolidaria a dimensão lusófona de seu projeto de identidade nacional.

Ainda no âmbito do estabelecimento de políticas linguísticas para o país, em 2010, foi apresentado pelo Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste o documento “Princípios Orientadores da Língua na Política de Educação para Timor-Leste”, o qual considerava as políticas multilíngues sugeridas pela UNESCO. Em linhas gerais, o documento explicita a necessidade de promover a educação baseada nas línguas maternas, como forma de garantir melhor educação e afirmar a identidade nacional.

Línguas maternas são não somente um meio de comunicação, mas também veículo para a transmissão de valores culturais de uma geração para outra, dos nossos ancestrais para nossos netos. Línguas maternas são o ninho da história, guardando e preservando a memória coletiva de uma nação desde o tempo dos nossos ancestrais. Por meio das nossas Línguas Maternas, transmitimos nossa história e valores para gerações futuras. Nossa memória coletiva é o que nos orgulha, como leste-timorenses, com nossa identidade própria e única. Esta política precisa reconhecer que Línguas Maternas são uma parte importante das raízes da identidade nacional. (INSTITUTO NACIONAL DE LINGUÍSTICA, 2011, p. 36)

Cabe salientar que o documento em questão corrobora o que já estava previsto na Constituição nacional relativamente à preservação e à promoção das línguas maternas, atribuindo-lhes um caráter instrumental no que diz respeito às raízes identitárias e culturais do povo leste-timorense, que os tornam singulares. Elas são o repositório em que se preserva a origem ancestral e o qual permite o resgate e a transmissão intergeracional de valores e tradições. A partir da afirmação da tradicionalidade das línguas e culturas autóctones, a identidade nacional passa a abranger a história tradicional de Timor-Leste nas raízes etnológicas e linguísticas, estendendo o conteúdo da identidade nacional a tempos remotos.

2.9 Identidades em conflito: o estatuto da questão em Timor-Leste

Um fato patente no caso de Timor-Leste é que a constituição de uma identidade nacional assenta-se, formalmente, sobre dois elementos: a memória da resistência entre 1975 e 1999 e a identidade luso-leste-timorense expressa nas preferências linguística e política, reafirmada pela Constituição de 2002. Em função disso, é fácil reconhecer que a questão da

identidade nacional faz parte de um projeto eminentemente político e ontologicamente conflituoso.

Nos primeiros anos de independência, enfatizou-se uma identidade nacional centrada na “portugalidade” de Timor-Leste e nas memórias da resistência contra invasores indonésios. Houve, aparentemente, uma transformação do conteúdo da identidade nacional leste-timorense em termos da cultura e das línguas: primeiro, a gradual diluição da centralidade da língua e da cultura portuguesas, em crescente concorrência com a língua inglesa e com as línguas autóctones; segundo, uma nova ênfase aos elementos tradicionais e indígenas.

No que tange à relação entre memória a identidade nacional, Philpott (2006) observou que, durante os sucessivos períodos de colonização, havia pouca unidade natural em Timor-Leste para fomentar um movimento genuinamente nacionalista. O autor analisa que isso se deve à ausência de uma elite educada, à supressão política pelos ocupantes e aos fatores tribais, linguísticos e étnicos que dificultam as políticas de identidade.

Dessa forma, a tardia consagração da identidade nacional promovida pelos líderes da resistência somente obteve sucesso graças à disseminação de narrativas anticolonialistas contra a Indonésia, “unificando discursos de sangue, solo e sofrimento compartilhado” (PHILPOTT, 2006, p. 136), de modo a integrar a memória da luta ao moral nacional. Nesse sentido, salienta-se o fato de haver na sociedade leste-timorense, de forma mais ou menos generalizada, a tendência de identificação a personagens individuais, sobretudo, aos que estiveram envolvidos nas lutas pela autodeterminação do país. Acerca dessa característica, Mendes (2005, pp. 337-338) esclarece que

É um processo notório em Timor-Leste o da identificação colectiva com personagens individuais, figuras da resistência, vivas ou mortas, dotadas de um poder dilatado e simbólico, por vezes com feição paternal ou fraternal, de libertação e protecção. Os líderes nacionalistas alicerçaram a sua legitimidade por uma combinação de características comuns com características excepcionais, induzindo e cultivando a identificação que fazem deles a síntese de um semelhante e herói, símbolo de virtudes. São inúmeros os sinais deste reconhecimento, em hábitos correntes ou em actos políticos, como patenteia a utilização de fotografias do líder Xanana Gusmão estampadas nas camisolas dos mais jovens, verdadeiro líder da libertação à imagem de um Che Guevara ou o culto a figuras da resistência, como Nicolau Lobato. [...] essa veneração pode ser uma espécie de referência dos velhos rituais sociais celebrando os poderes carismáticos desses antepassados fundadores das grandes linhagens dos territórios sociais de Timor oriental.

No mesmo sentido, produz-se uma identificação de Xanana com um *liurai*. Segundo Manuel Tilman: “ele tem em si todas as características de um rei timorense [...] O povo vê nele

a estabilidade, a autoridade, um pai, um conselheiro, médico, juiz.”⁴³. Além da identificação com a figura pessoal de Xanana Gusmão, o que, de certa forma, corrobora sua aura de herói junto à sociedade leste-timorense e promove a edificação de processos de identificação pessoal e simbólica fundamentais para a formação e consolidação da identidade nacional, a formação instrumental de estereótipos também participa dos processos de construção identitária.

Uma das estratégias – bastante controversa, inclusive – de se marcar ideologicamente em oposição ao ocupante indonésio diz respeito ao processo discursivo de “mauberização” do povo leste-timorense, disseminado pelo discurso de resistência, conforme analisamos no Capítulo IV. Trata-se de um estereótipo fundador, por meio do qual se buscou criar um sentimento de identificação e mobilização popular em torno da trajetória de sofrimento e de violência que caracterizaram a luta pela autodeterminação do país. Mendes (2005, p, 342) analisa essa estratégia da seguinte maneira:

Maubere foi assim um conceito instrumental do nacionalismo, mas começou a ser utilizado pela FRETILIN, facto que, associado à conotação pejorativa originária, o tornava menos congregador do que era desejável. *Maubere* é a palavra de origem Mambai, sujeita a interpretações várias e polémica entre os timorenses. Para alguns, foi vista como insulto, pois, embora seja um mero antropónimo, [...], parece ter sofrido uma evolução semântica e passado a ter o significado de preguiçoso e indolente. Foi a FRETILIN quem a adoptou, elegendo-a para caracterizar o povo timorense, no sentido de proletariado e também de pobre e miserável, [...], que acabou por ser estendida, como instrumento de mobilização e símbolo nacionalista, a todo o povo como elemento de identificação, num processo de síntese de identidades várias, dispersas, por vezes antagónicas.

Como parte de uma estratégia unificadora das dissidências identitárias, oriundas da diversidade etnolinguística de Timor-Leste, a denominação de “todo o povo leste-timorense” sob o epíteto *Maubere*, para além do apagamento de identidades étnicas antagônicas, virtualizou o problema identitário e permitiu à FRETILIN ocupar-se do embate físico, contra o invasor indonésio e, aparentemente, relegar as questões de ordem ideológica. , Ramos Horta (1994, p. 98), evidenciando o caráter político da adoção do termo *maubere*, declarou que o propósito de utilizá-lo visava à atração popular aos preceitos ideológicos da resistência: “A verdade é que a FRETILIN conseguiu transformar a palavra *maubere* num poderoso símbolo de identidade nacional, aceite por todo o povo de Timor-Leste, transbordando para além das fronteiras de mambai [...]. O nome está consagrado nacional e internacionalmente.”. Observa-se, assim, que

⁴³ Disponível em: <http://istoe.com.br/25417_O+NASCIMENTO+DE+UMA+NACAO/> Acesso em: 04 mai. 2017

a formação de estereótipos nos processos de construção identitária, no caso de Timor-leste, remete para duas formas de identificação coletiva, uma totalizante e outra supranacional.

2.9.1 Um país: muitos nomes, muitas identidades

Cada um dos nomes com que Timor-Leste foi designado ao longo de sua história reflete não apenas a necessidade de nomear a nova colônia, a possessão ultramarina ou a república independente, mas revela uma relação subjetiva com o território que trouxe impactos indeléveis à constituição identitária desse país. Já destacamos que a forma de nomear um ser (animado ou não) revela um posicionamento, o modo como nos relacionamos com esse objeto e a que enquadres do real ele passa a pertencer, advindo dessa relação uma escala de classificação axiológica e, por extensão, identitária.

Durante cada um dos processos históricos sobre os quais já discorreremos, a população leste-timorense esteve em contato com uma diversidade de “outros” que implicaram distintas formas de reconhecimento e construção do “eu”, face às relações de alteridade intrínsecas ao processo de constituição identitária.

Anteriormente à chegada dos portugueses à ilha, o território era denominado Reino de Timor, época que remonta às origens dos *liurais* e à divisão da sociedade em reinos. Durante o período de colonização portuguesa, a possessão ultramarina era denominada Timor Português, o que definia a relação de posse do território (e de seus habitantes, extensivamente) pela colônia. Após a anexação indonésia, o país foi considerado a 27ª província e, como tal, obrigado a se submeter ao regime ideológico da metrópole, havendo, para além da imposição da língua e da adoção da política da Pancasila, a mudança de nome para Timor Timur (ou Tim Tim). Com a independência do país, aventaram-se algumas possibilidades para “o batismo” da nova nação, conforme descreve Mendes (2005, p. 384):

[...] muitos sentiram que Timor-Leste não necessitava de um novo nome e que República Democrática de Timor-Leste (Republik Demokratik Timor Loro Sa'e), a designação usada em 28 de Novembro de 1975 aquando da proclamação unilateral de independência, deveria ser retomado. Alguns consideram que a palavra “democrática” deveria ser retirada por ter uma conotação socialista. Talvez a escolha mais popular fosse República de Timor Loro Sa'e (Republik Timor Loro Sa'e), que reflectiria um país pequeno com uma população pequena, mas com um forte sentido de unidade. Em alguns distritos preferia-se Timor-Leste, por representar a influência histórica de Portugal, e noutros negara-se Timor Loro Sa'e.

Assim, após haver sido denominado pelos ocupantes de distintas maneiras, com a proclamação da independência, o país foi definitivamente nomeado como República Democrática de Timor-Leste.

Em síntese, o processo de construção de uma identidade nacional para Timor-Leste, um fator de primeira necessidade ao projeto de coesão social demandado por uma sociedade devastada pela guerra, fundou-se inicialmente na “invenção” do país, pela elite local, na criação/retomada de mitos e narrativas ancestrais que fossem capazes de promover uma identificação inquestionável entre todos os leste-timorenses, independentemente de eventuais dissidências etnográficas. A seguir, explorou-se, sobretudo no momento de decisão sobre as línguas oficiais do país, a “portugalidade” e a recente memória da resistência – de sangue e sofrimento.

Depois de havermos realizado uma discussão acerca do tratamento que o conceito de identidade vem recebendo por diversas áreas do conhecimento, apresentamos nossa perspectiva sobre ele e a qual norteia as análises realizadas no Capítulo IV. As identidades são produzidas na ordem das práticas discursivas, por isso, entendemos que elas não podem estar dissociadas das relações de poder e, em função disso, sua produção ocorre no confronto entre posições políticas existentes em cada sociedade. Dito de outro modo, toda identidade institui uma diferença constitutiva de seu sentido, sendo, portanto, relacional e dependente de algo exterior a ela para existir, o que fica bem ilustrado pelo famoso paradoxo sartreano “o inferno são os outros”. Nesse sentido, a construção das identidades acontece sempre por meio do confronto entre a afirmação daquilo que um sujeito acredita ser em oposição àquilo que ele crê não ser, ou seja, ao se atribuir determinadas características performativas de sua identidade, esse sujeito o faz em uma relação dialética, negando todas as demais possibilidades. Ao assumir essa posição, o “outro” sempre constituirá uma forma de coerção: ao mesmo tempo em que impede a “liberdade plena” do indivíduo, sendo uma fonte permanente de contingências, é essencial para o reconhecimento daquilo que esse indivíduo é a partir de uma relação de contraste entre um “eu” e um “outro”, de algo que ele não é, mas sem o qual ela não existiria.

Consideramos, ainda, que essa relação não se estabelece como uma oposição direta, isto é, não significa que “ser timorense” se define por oposição exclusiva ao pertencimento à outra nacionalidade, dado que, entre uma posição e outra, há um universo de representações que são culturalmente estabelecidas ou construídas. A questão, então, é entender que entre essas identidades, ou nos significados delas, há práticas culturais de inclusão ou exclusão

estabelecidas pelas relações de poder. Nesse sentido, ganha relevo a dinamicidade de que o conceito de identidade se reveste, já que, conforme intentamos explicitar ao longo deste capítulo, a construção de identidades, por ser, a um só tempo, discursiva e simbólica, funda-se em processos intersubjetivos, cujo principal componente é a língua, materializada nos enunciados postos em circulação na sociedade.

Após a apresentação e a discussão do referencial teórico que nos permitiu chegar ao conceito de identidade que acabamos de indicar, passamos, no próximo capítulo, à discussão das teorias linguístico-discursivas que também dão suporte às análises subsequentes.

CAPÍTULO III

SUBSÍDIOS EPISTEMOLÓGICOS PARA
A ANÁLISE LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA
DAS IDENTIDADES LESTE-TIMORENSES

Capítulo III

Subsídios epistemológicos para a análise linguístico-discursiva da identidade leste-timorense

Considerando que nosso objetivo neste trabalho é investigar a constituição discursiva das identidades leste-timorenses e após havermos, de um lado, discutido a importância de conhecermos episódios específicos da história de Timor-Leste e, por outro, delimitado os contornos do conceito de identidade no qual nos pautamos para o desenvolvimento de nossas análises, neste capítulo, procedemos à explanação acerca de teorias que, articuladas às demais já discutidas, permitirão realizarmos as análises do *corpus*. Para tanto, empreendemos a discussão sobre os fundamentos da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), como eixo a partir do qual agregamos os demais aportes teóricos e que correspondem a questões voltadas à Sociocognição e à Argumentação.

É relevante destacar, desde o início, que nossa opção por incluir a ACD neste trabalho não se relaciona a uma adesão integral a seu pressuposto básico, que corresponde a identificar, analisar e denunciar os abusos de poder manifestados nos discursos de grupos dominantes. Por meio de um recorte epistemológico, buscamos, no Capítulo IV, observar e analisar como as relações de poder se manifestam nos discursos de Xanana Gusmão, sobretudo porque, como esclarecido na introdução deste trabalho, eles estão circunscritos a momentos históricos bastante específicos e, no caso dos referentes ao período de dominação indonésia, esses consistem basicamente em discursos de resistência, o que ainda foi pouco explorado pelos estudos em ACD. Desse modo, as pressuposições sobre as quais se funda a ACD, como modelo teórico-metodológico, permitem que façamos um mapeamento das relações entre os recursos linguísticos utilizados por indivíduos e grupos e sua integração na rede de práticas sociais. A opção por tal enfoque deve-se, por conseguinte, ao fato de ele permitir a coadunação entre conceitos como contexto, poder, ideologia, representação social, modelos mentais e *frames*, os quais são relevantes para o âmbito da abordagem cognitiva que buscamos desenvolver neste trabalho.

Em especial no que concerne aos modelos mentais, entendemos que, por operarem na construção das representações de situações ou eventos tratados nos discursos, eles fornecem pistas sobre como – por meio de práticas discursivas – se constroem saberes, edificam-se e disseminam-se projetos ideológicos e, portanto, permitem-nos entender como relações de poder

inscrevem-se em práticas discursivas. Em função disso, também nos dedicamos a discutir as aproximações entre discurso, poder e ideologia, entendidos como a tríade responsável pela estruturação discursiva das identidades e, também, dada a natureza dos discursos que compõem nosso *corpus*.

Sequencialmente, dando ênfase aos estudos de natureza linguística, discorreremos sobre a referenciação e a assumimos como uma estratégia de construção de objetos de discurso. Nesse item, também cabe uma ressalva: ao tratarmos dos pressupostos teóricos relativos ao processo de referenciação, não nos detemos a categorias específicas dessa teoria, porque nos interessa compreender a relação entre a construção de objetos de discurso no/pelo discurso e sua interface cognitiva, para, posteriormente, observarmos como esse fenômeno se articula à constituição discursiva das identidades do povo leste-timorense por meio do recurso a *frames* específicos. Por fim, procedemos à discussão acerca das teorias sobre os *frames*, com destaque aos interativos, tal como os define Goffman (1974).

Abordamos, ainda, a argumentação situada no âmbito da construção discursiva das identidades e, para tanto, recorremos aos estudos da Nova Retórica, com ênfase nas estratégias de patemização do discurso e nos procedimentos de construção da autorrepresentação de Xanana Gusmão.

Fundamentados neste universo epistemológico eclético, compreendemos que a coadunação entre as distintas teorias é relevante porque, por um lado, reconhecemos entre todas elas a existência do componente cognitivo e, por outro, por se tratarem de constructos ideológicos. Desse modo, a partir da relação entre elas, será possível realizar uma análise discursiva das identidades leste-timorenses, considerando sua complexidade e seu caráter multidimensional.

3.1 Análise Crítica do Discurso: um ponto de partida para a convergência entre teorias

A Análise Crítica do Discurso destaca-se entre as atuais propostas de investigação no âmbito dos estudos do discurso por apresentar como um de seus pilares a multidisciplinaridade na abordagem dos fenômenos discursivos. Nesse sentido, no intrincado processo de análise e compreensão dos discursos, agregam-se conhecimentos oriundos de distintos campos do saber, não exclusivamente circunscritos aos estudos da linguagem.

No que concerne aos estudos do discurso, a perspectiva adotada neste trabalho parte da compreensão de que o uso da linguagem constitui uma prática social e uma ação sócio-historicamente situada, responsável, neste caso, em específico, pela edificação de identidades, relações sociais, e, conseqüentemente, de sistemas de conhecimentos e de crenças. Nesse processo, consideramos que a linguagem atende a demandas sociais e cognitivas, criando, por meio de símbolos linguísticos, cultural e socialmente constituídos, formas de representação cognitiva. Ademais, entendemos que o uso linguístico incorpora visões de mundo particulares, o que implica também compreensões específicas do mundo discursivizado relacionadas a distintas formas de produção e disseminação de conhecimento. Nas palavras de van Dijk (2014, p. 5):

[O] campo de epistemologia do discurso é especialmente interessante, por um lado, porque a maior parte do conhecimento humano é adquirida e moldada pelo discurso e, por outro, porque o uso da linguagem, em geral, e a produção e compreensão do discurso, em particular, são impossíveis sem a ativação de enormes quantidades de conhecimento do mundo.⁴⁴ (tradução nossa)

Cabe salientar, todavia, que, embora a perspectiva a respeito da ACD reivindicada por Fairclough (2003 e 1995) prime pela compreensão do aspecto linguístico inserido no social, sem a consideração dos fenômenos cognitivos, entendemos, com suporte nas pesquisas desenvolvidas por van Dijk (2016, 2015, 2012, 2008, entre outros), que os estudos críticos do discurso devem incorporar outros elementos que lhes são constitutivos, como os de natureza psicológica e cognitiva. Sendo assim, “considera-se que as subjectividades particulares dos falantes/ouvintes ou dos escritores/leitores são resultantes das estruturas e processos sociais que formaram suas ‘histórias’ e nas quais eles estão localizados” (PEDRO, 1997, p. 27).

Também relativamente à delimitação do campo de atuação da ACD, van Dijk (2016, p. 205) apresenta as seguintes propriedades gerais: a) a ACD ocupa-se, majoritariamente, com problemas de ordem social e política, em vez de se concentrar apenas nas estruturas discursivas apartadas de seu contexto sociopolítico; b) a realização da análise crítica do discurso geralmente está apoiada em um sistema multidisciplinar; c) a mera descrição das estruturas discursivas é substituída pela explicação delas, em termos de propriedades de interação social e, em especial, de estruturação social; d) A ACD centra-se, de forma mais acentuada, nas formas como as

⁴⁴ [The] field of discourse epistemics is especially interesting on the one hand because most of human knowledge is acquired and shaped by discourse, and on the other hand because language use, in general, and the production and understanding of discourse, in particular, are impossible without the activation of massive amounts of knowledge of the world.

estruturas discursivas representam, ratificam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de abuso de poder na sociedade.

Observamos, assim, que a ACD estrutura-se em torno de um quadro teórico no qual questões de ordem linguística, discursiva, social, histórica e ideológica têm a mesma importância e são trabalhadas articuladamente.

Ainda no que tange à delimitação da abordagem da ACD que realizamos neste trabalho, acerca da constituição do sujeito, recorremos ao trabalho de Pedro (1997, p. 21):

A Análise Crítica do Discurso opera, necessariamente, com uma abordagem de discurso em que contexto é uma dimensão fundamental. Mas, ao contrário de outras abordagens, conceptualiza o sujeito não como um agente processual com graus relativos de autonomia, mas como sujeito construído por e construindo processos discursivos a partir da sua natureza de actor ideológico. É, de alguma maneira, essa dimensão ideológica na construção do sujeito e, por consequência, na constituição do discurso que fundamentam as diferenças da Análise Crítica do Discurso relativamente a outras abordagens.

Ao considerarmos que o sujeito constrói-se e é construído por processos discursivos, estamos diretamente apelando à sua capacidade cognitiva de responder adequadamente – por meio de suas ações e da elaboração de discursos – às demandas da sociedade em que está inserido, de modo que a cognição torna-se mediadora na interface entre discurso e sociedade (van Dijk, 2000). A partir dessa perspectiva, compreendemos que os envolvidos nos processos de construção e de recepção dos discursos, como seres cognitivos, críticos e reflexivos, não se valem apenas de suas experiências e estratégias individuais para a decodificação desses discursos, mas que a compreensão pauta-se, também, nos modelos de situação⁴⁵, prenunciados por van Dijk (1993-1994). Há, dessa forma, o estabelecimento de um vínculo entre os sistemas de representação e o cognitivo.

No que se refere à compreensão das relações entre sociedade e cognição, Azevedo (2007, p. 162), ao tratar do papel da interação entre os atores sociais, enfatiza dois conceitos fundamentais nesse processo:

- i) a cognição é uma propriedade desenvolvida individual e socialmente, pois é adquirida, aprendida, formada e transformada tanto em processos de interações sociais, como em processos individuais de percepção, inferenciação, etc.; ii) a

⁴⁵ De acordo com van Dijk (1993-1994, p. 41), supõe-se que, além de uma representação mental do texto, os usuários da língua constroem um modelo da situação à qual se refere ao discurso. Sendo assim, os discursos são coerentes apenas se os usuários da língua podem construir (ou recuperar) um modelo satisfatório do discurso, então pode-se dizer que eles “entenderam” o texto e só, então, afirmar que - para o usuário da língua - o texto é coerente.

sociedade é uma construção humana e resulta de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais. Essas interações só podem ser realizadas a partir de crenças, conhecimentos, normas e valores compartilhados. Isso requer atores cognitivos, capazes de desenvolver tais elaborações (sobre si mesmos) e atribuí-las aos outros (outros grupos sociais). Se essas elaborações são de natureza cognitiva, sua função, entretanto, é de ordem social: elas possibilitam a interação. Isso quer dizer que interagimos porque compartilhamos os mesmos sistemas de crenças, que são os nossos conhecimentos. E esses conhecimentos não são apenas sociais, já que existem conhecimentos que estão relacionados às nossas experiências individuais e biográficas.

A cognição, situada no quadro da interação, permite-nos reconhecê-la como produto duplamente estruturado, por um lado, pelas relações sociais e, por outro, pela forma particular como os indivíduos apreendem a realidade, o que é particularmente relevante à discussão sobre os processos de constituição identitária, que, de igual forma, também possuem dimensões sociais e individuais.

Apresentadas essas observações iniciais, consideramos relevante destacar que, na abordagem do discurso, tal como o delimitamos, destaca-se a preocupação em investigar a linguagem em seu exercício natural, observando-se as práticas sociais e as ideologias presentes nos discursos, mediadas fundamentalmente pela cognição. Nesse sentido, os pressupostos sobre os quais se funda a ACD, como modelo teórico-metodológico, possibilitam o mapeamento das relações entre a performance cognitiva e os recursos linguísticos utilizados por atores sociais e grupos e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere, no caso específico desta tese, em que objetivamos identificar as práticas discursivas imbricadas na constituição de identidades, uma vez que, conforme observa Azevedo (2008, p. 53):

[...] a atividade discursiva está atrelada a elementos socialmente constituídos, contextualmente situados, e cognitivamente elaborados. Conversar, escrever ou ler textos, participar de um debate, assistir a conferências e aulas ou escutar uma música: são práticas discursivamente realizadas, que resultam de processos constantes de compreensão, interpretação, inferências, atribuições de sentidos e de valores, ou seja, das nossas 'performances cognitivas'. Assim é que discurso → cognição → interação estão em relação constitutiva, ressaltando-se que a cognição tem a propriedade de operar na interface entre o que construímos socialmente e o que praticamos individualmente, ou seja, nossa fala ou escrita, assim como em outras práticas sociais.

Os discursos, por sua natureza constitutiva, são imanentemente ideológicos e, por isso, revelam a forma como os indivíduos compreendem, interpretam e atribuem sentido à realidade, ou seja, o modo como atuam cognitivamente no mundo. Nesse sentido, é a cognição que permite o estabelecimento da inteligibilidade entre as construções sociais e as práticas individuais.

Para van Dijk (2016), o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao nível micro da ordem social. O poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais são termos que, tipicamente, localizam-se em um nível macro. Em função disso, o autor defende que os procedimentos analíticos da ACD devem possibilitar a integração entre o micro e o macro, porque é na interação e na experiência cotidiana que esses níveis formam um todo e, para levar adiante sua proposta, sugere que a Análise Crítica do Discurso unificada paute-se nas categorias sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 2: Categorias de Análise Crítica Unificada

Categorias	Definição
Membros e Grupos	Por um lado, os usuários da linguagem utilizam o discurso como membros de distintos grupos sociais, organizações ou instituições e, por outro, os grupos podem atuar por meio de seus membros.
Ações e Processos	As ações sociais de atores individuais são partes constituintes de atos e processos grupais, como a legislação, a elaboração de notícias ou a reprodução do racismo.
Contexto e Estrutura Social	As situações de interação social são, de forma similar, parte ou constituintes da estrutura social, por exemplo, uma coletiva de imprensa pode ser uma prática social típica das instituições e organizações midiáticas, entendidas como estruturas do nível macro. Ou seja, os contextos “locais” e “globais” estão estreitamente relacionados, e ambos exercem restrições sobre o discurso.
Cognições Pessoal e Social	Os usuários da língua, como atores sociais, possuem ambos os tipos de cognição: pessoal e social (memória individual, conhecimento e opiniões), assim como aquelas compartilhadas com membros dos grupos de que participa ou da cultura. Assim, enquanto as outras conexões entre as macro e microestruturas sociais mencionadas são apenas relações analíticas, a conexão real entre sociedade e discurso é sociocognitiva. Isso se deve ao fato de que os usuários da língua representam e conectam ambos os níveis mentalmente.

Adaptado de van Dijk (2016, p. 207).

A partir da observação das categorias propostas por van Dijk, entendemos que a ACD permite investigar como os sistemas de representação, apoiados no uso da linguagem, participam da construção de relações sociais, da estruturação, da reafirmação e da contestação de hegemonias no discurso (Fairclough, 2001). Em função dessas características, a ACD constitui-se, em sua gênese, como uma abordagem multidisciplinar, que visa à ruptura de fronteiras epistemológicas, a fim de possibilitar um tratamento integral dos discursos, a partir

do amalgamento de teorias que culminam na criação de um novo referencial epistemológico dedicado aos estudos discursivos. Com base em tais premissas, van Dijk (2016) assim compendia sua definição de ACD:

Um equívoco comum em relação à ACD é afirmar que este é um *método* especial de análise do discurso. Tal método não existe: em ACD todos os métodos interdisciplinares dos estudos discursivos, assim como outros métodos relevantes das ciências humanas e sociais, podem ser utilizados. [...]. Muitos métodos e abordagens podem ser aplicados no estudo crítico do texto e da fala. [...]. Como *prática analítica*, a ACD não é uma orientação de pesquisa, entre muitas outras no estudo do discurso. Em vez disso, é uma *perspectiva* crítica que pode ser encontrada em todas as áreas de estudos do discurso, incluindo a gramática do discurso, a análise da conversação, a pragmática do discurso, a retórica, a estilística, a análise narrativa, a análise da argumentação, a análise multimodal do discurso e a semiótica social, a sociolinguística e a etnografia da comunicação ou a psicologia de processamento do discurso, entre outros. Em outras palavras, a ACD é o estudo do discurso *com uma atitude*.⁴⁶ (itálicos do autor) (tradução nossa)

Van Dijk (1993-1994, 2000) elaborou um modelo triádico de análise, em que discurso, sociedade e cognição social encontram-se amalgamados, de forma que não é possível compreender os fenômenos cognitivos apartados dos conhecimentos e crenças adquiridos e transmitidos discursivamente, em contextos sociais. Nesse sentido, subjacente à compreensão dos contextos sociais, explicita-se “um esforço para o entendimento do uso da linguagem no seio das estruturas sociais e ideológicas que organizam o que, em termos latos e abstractos, entendemos por sociedade” (PEDRO, 1997, p. 21).

Revela-se, a partir do posicionamento de van Dijk (1993-1994, 2000), a concepção de que os indivíduos em suas práticas discursivas ordinárias buscam, de alguma forma, incutir, fomentar, edificar ou disseminar determinadas ideias junto a seus interlocutores. Essa tarefa está associada de forma inerente à atuação dos modelos mentais, que passamos a discutir no próximo subitem.

⁴⁶ Un error común en relación al ACD es afirmar que este es un *método* especial de análisis discursivo. No existe tal método: en el ACD todos los métodos interdisciplinarios de los estudios discursivos, así como otros métodos relevantes de las humanidades y las ciencias sociales, pueden ser utilizados. [...] muchos métodos y enfoques pueden ser aplicados en el estudio crítico del texto y el habla. [...] Como *práctica analítica*, el ACD no es una orientación investigativa entre muchas otras en el estudio del discurso. En lugar de eso, es una *perspectiva* crítica que puede ser encontrada en todas las áreas de los estudios del discurso, incluyendo la gramática del discurso, el análisis conversacional, la pragmática del discurso, la retórica, la estilística, el análisis narrativo, el análisis de la argumentación, el análisis multimodal del discurso y la semiótica social, la sociolingüística y la etnografía de la comunicación o la psicología del procesamiento del discurso, entre otras. En otras palabras, el ACD es el estudio del discurso *con una actitud*.

3.2 Processamento cognitivo do discurso: a atuação dos modelos

No interior do panorama epistemológico que estamos construindo para procedermos à análise dos *corpora*, a noção de modelo mental é relevante, porque, segundo van Dijk (1995), compreender um discurso significa dizer que os interlocutores são capazes de construir, em suas mentes, um modelo dos eventos a respeito dos quais o discurso trata, podendo ainda estar incluídas suas opiniões sobre esse evento. Apesar de tais modelos representarem a compreensão subjetiva dos interlocutores acerca dos eventos e incorporarem instâncias particulares do conhecimento, eles se apoiam também em opiniões socialmente partilhadas. Dessa forma, o conhecimento e as atitudes dos grupos sociais de que os interlocutores participam podem determinar os modelos mentais que eles acessam para a compreensão dos discursos aos quais têm acesso. A esse respeito, van Dijk (1993-1994, p. 41) esclarece:

Os modelos, então, são fabricados, parcialmente, a partir de um conhecimento (antigo) de tipo pessoal, já existente e que constitui o “registro” cognitivo, episódico, de nossas experiências pessoais, que podem ser diretas ou imediatas, como as de observação ou participação em eventos ou ações. Ou podem ser indiretas (substitutivas), como ocorre com a interpretação de um discurso em que temos conhecimento de uma situação, com base em eventos comunicativos anteriores. O discurso atual, isto é, a sua representação cognitiva (que pode ser fragmentada ou tendenciosa, é claro), possibilita, de fato, uma atualização dos modelos antigos. Este processo de “memória” implica a recuperação de modelos anteriores (antigos) da mesma espécie.⁴⁷ (tradução nossa)

Partindo dessa acepção mais genérica acerca dos modelos, em conformidade com van Dijk (1997), entendemos que a associação de atitudes sociais a produções discursivas ou a qualquer outra ação socialmente situada exige uma interface cognitiva que seja capaz de transformar “o geral no específico, as atitudes sociais em opiniões pessoais e o conhecimento geral em conhecimento pessoal relativamente a acontecimentos e situações actuais” (VAN DIJK, op. cit., p. 116). Essa interface é estruturada por modelos, entendidos por esse autor como representações mentais de experiências pessoais relacionadas a ações, acontecimentos e situações de ordem particular. Dessa perspectiva, podemos depreender que os modelos constituem a base mental dos discursos situados, ou seja, são ancorados fundamentalmente em

⁴⁷ Los modelos, entonces, son fabricados, en parte, a partir de un conocimiento (viejo) de tipo personal, ya existente y que constituye el “registro” cognitivo, episódico, de nuestras experiencias personales, que pueden ser directas o inmediatas, como las de observación o participación en eventos o en acciones. O pueden ser indirectas (vicarias), como sucede con la interpretación de un discurso en que tenemos conocimiento de una situación, en base a eventos comunicativos previos. El discurso actual, esto es, su representación cognitiva (que puede ser fragmentaria o perjudiciada, por supuesto), proporciona, de hecho, una puesta al día de los viejos modelos. Este proceso de “recupero” implica la recuperación de modelos previos (viejos) de la misma especie.

construções subjetivas de acontecimentos (sejam passados, presentes ou futuros) e representam planos de ação e experiências pessoais. Dado que se trata de construções mentais subjetivas, os modelos têm a possibilidade de explicar o que está na origem de representações tendenciosas, incorretas, fictícias que os indivíduos fazem da realidade (VAN DIJK, op. cit., p. 117).

Ademais, os modelos não representam somente o conhecimento a respeito de ações cotidianas e dos participantes envolvidos nelas, mas também o de opiniões específicas formadas a respeito delas. Para van Dijk (op. cit., p. 118), os modelos

[...] são pessoais e avaliativos, subjectivos e únicos: cada pessoa possuirá um modelo específico (plano, interpretação) de cada texto em cada situação. Uma leitura posterior do mesmo texto pode dar origem a um modelo diferente, actualizado ou modificado. [...]. Os modelos são representações mentais utilizadas para uma análise (produção discursiva ou compreensão) nos dois sentidos. Por um lado, instanciam e aplicam cognições sociais em situações específicas, pessoais. Por outro lado, os modelos constituem a base experimental de processos de generalização, abstracção e descontextualização, inerentes à formação de conhecimento e de atitudes, comuns a membros de grupos. Ou seja, as opiniões inscritas em modelos são a base da formação de atitudes. Quanto mais um modelo se assemelhar ao conhecimento geral (instanciado) e às atitudes de um grupo, mais padronizado e estereotipado será.

Reconhecemos, assim, que os modelos, como representações cognitivas de experiências e interpretações particulares, atuam no modo como os indivíduos vão construindo e/ou atualizando, ao longo de suas vidas e por meio de incontáveis processos de interação que nelas se realizam, suas formas de compreensão do mundo.

3.2.1 Modelos mentais

A noção de modelos mentais é oriunda da Psicologia Cognitiva e foi incorporada aos estudos da ACD graças à sua relevância para a produção discursiva, uma vez que compõe um esquema geral de interpretação de determinados eventos discursivos. Os modelos mentais são construções subjetivas ou definições atribuídas pelos indivíduos a situações comunicativas específicas. Esses modelos são constantemente reformulados, atualizados e elaborados na memória episódica (parte da memória de longo prazo responsável pelas estruturas mentais mais imediatas dos indivíduos). Por isso, os modelos mentais são caracterizados por sua plasticidade, já que podem ser atualizados continuamente no decurso das atividades sociais, a exemplo do que ocorre com determinados *frames*, por exemplo, e sobre os quais discorreremos adiante neste capítulo. Em seu trabalho de 1997, Aquino, ao tratar dos modelos cognitivos, apresenta-nos sua contribuição:

Os modelos não são estanques, podem ser reconstruídos, atualizados, compartilhados com outros membros da sociedade, havendo a possibilidade de se padronizarem, acabando, por fim, por se armazenar na memória semântica. Os modelos cognitivos funcionam com ponto de partida, como base da referência textual de que necessitamos para dar conta da correferência e da coerência. Assim, a referência do discurso encontra-se cognitivamente representada num modelo de situação. Esses modelos, ao mesmo tempo colocam-se como ponto de partida para a construção de representações semânticas que se expressam no discurso e como elementos que suprem informações implícitas e pressupostos durante a interpretação, para que se chegue à compreensão. Os modelos derivam de experiências pessoais e podem, portanto, ser subjetivos, variando de um para outro interlocutor. As estruturas dos modelos cognitivos definem-se pelos seus esquemas recursivos, hierárquicos, pelas suas categorias de situação prototípicas que dominam sequências de proposições as quais se podem organizar em macroproposições. Há que se ressaltar o caráter único, particular e, portanto, variável de cada modelo, de acordo com o falante e com o contexto do qual o discurso faz parte. (p. 40)

A literatura sobre modelos mentais recorre a diferentes terminologias em busca de uma especificidade que delimite o campo de atuação de cada uma das teorias, todavia, compreendemos que os modelos mentais abrangem o espectro em que se encontram os *scripts* e os *frames*, por exemplo. Estes, portanto, instituem maneiras distintas de observação e/ou análise dos movimentos cognitivos em relação à compreensão dos discursos.

Os modelos mentais estão relacionados aos processos de produção e compreensão textual, pois operam na construção das representações de situações ou eventos tratados no texto, assim, conforme destaca Aquino (1997), a constituição desses modelos não resulta apenas de cognições sociais, mas também de atividades discursivas, nas quais certos grupos com acesso privilegiado ao conhecimento – como a escola ou a mídia – influenciam na produção de saberes e crenças e, por isso, podem controlar, ainda que indiretamente, a formação de modelos mentais.

Por um lado, esses modelos possuem significativa natureza social, associada ao sentimento de “pertença” a grupos; mas, por outro, são também intrinsecamente individuais, resultando de experiências particulares. Além disso, são situacionais/interacionais, pois diferenciam-se conforme as ações comunicativas em curso: cada prática discursiva demanda a ativação de modelos mentais específicos, por exemplo, quando, em uma aula de língua portuguesa, o professor se refere aos países integrantes da CPLP, o que se espera mobilizar da parte do alunos é o conhecimento – mais geral – de países cujo idioma oficial (ou um dos) seja o português e não todo o conhecimento que possuam acerca de cada um deles, como indicadores de qualidade de vida, população, área, etc.

De acordo com van Dijk (2004), os modelos mentais são parcialmente fabricados a partir do conhecimento pessoal. Eles são registros episódicos de experiências individuais, partilhadas com outros membros da sociedade. Essas experiências podem ser diretas ou

imediatas, como na participação em eventos ou ações (atividades de linguagem) ou como na interpretação do discurso, em que são adquiridos conhecimentos – sobre dada situação – oriundos de eventos similares. Assim, como estruturas complexas de conhecimento, os modelos mentais representam as experiências vivenciadas em sociedade e constituem conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e adquiridos. Essas estruturas cognitivas podem ser compreendidas como “representações da realidade” que operam nas avaliações e valorações (opiniões) sobre eventos específicos, grupos e atores sociais. Conforme explana Azevedo (2008, p. 57):

Os modelos mentais estão em relação intrínseca com o contexto, pois são as estruturas com as quais operamos nos diversos eventos comunicativos. Por isso, no processo discursivo, os modelos mentais [...] têm várias funções. Primeiro, eles servem como ponto de partida do discurso: nós sabemos alguma coisa nova sobre um evento ou uma situação e essas representações servem como orientações momentâneas para contar uma história, escrever uma notícia jornalística, uma carta, etc. De forma inversa, os modelos mentais também têm a função instrucional, ou seja, servem aos nossos processos de compreensão discursiva: entendemos os discursos quando somos capazes de construir modelos mentais sobre eles. Assim, o próprio processo de construção de sentido de um texto envolve a produção e atualização de um modelo mental.

Não podemos ignorar, todavia, o fato de que as estruturas e os conteúdos dos modelos mentais são potencialmente sensíveis à manipulação por meio das estruturas e dos conteúdos dos discursos. Se consideramos que a construção/atualização dos modelos mentais ocorre por intermédio da interação social, é possível ponderar também que os elementos que os constituem sejam passíveis de manipulação por meio, por exemplo, da ênfase dada a determinados elementos de um discurso: aquilo a que se decide dedicar mais atenção e detalhamento *versus* aquilo que se considera irrelevante ou já conhecido e, por isso, passível de menor detalhamento ou, mesmo, de ser completamente ignorado na elaboração do discurso. Subjaz a essa seletividade a construção de modelos mentais estereotipados que, de um lado, são importantes para a dinamicidade das trocas discursivas em sociedade, já que se trata de um apelo ao que podemos chamar de conhecimento compartilhado; mas, de outro, instaura certa automação na compreensão do discurso, o que pode levar (e muitas vezes, de fato, leva) à reprodução e ao reforço de preconceitos e de ideias pasteurizadas, disseminadas por discursos hegemônicos e sobre os quais os indivíduos raramente se debruçam de maneira crítica.

Neste trabalho, destacamos a relevância da dinamicidade na construção dos modelos mentais, uma vez que o processo de disseminação de uma visão de mundo específica contribui para a criação e/ou o reforço de um imaginário comum a partir da aproximação de modelos de

mentais, ou seja, por meio de seus discursos, o enunciador pode, com base nos argumentos utilizados, interferir na construção dos modelos mentais de sua audiência relativamente ao evento sobre o qual trata. Dessa forma, a construção dos modelos mentais sobre os eventos, embora particular, pessoal, é influenciada por crenças e sistemas axiológicos socialmente partilhados, de modo que o controle desses valores e dos padrões de conhecimento vigentes na sociedade pode interferir na compreensão dos discursos como resultado de sua estruturação linguística.

3.3 Discurso, poder e ideologia: a tríade da constituição identitária

A proposta de compreensão dos discursos por intermédio de modelos mentais delineada por van Dijk (2015) aponta para questões de cerne ao estabelecimento da vida em sociedade, dentre as quais destacamos as relações entre discurso, poder e ideologia, inseridas em um projeto de construção identitária. O fato de que nos propusemos a analisar discursos de natureza política impele-nos a observá-los como instrumentos de estabelecimento, reforço e/ou manutenção de relações de poder e também em sua constituição ideológica.

3.3.1 Discurso e poder

Entre as características centrais da ACD, interessa-nos retomar a noção de poder. Partido da concepção de que o discurso é uma forma de ação social, como prenunciado por Fairclough (1995), entendemos que as relações de poder são fundamental, mas não exclusivamente, discursivas. Assim, quando tratamos do caso específico de Timor-Leste, não podemos olvidar que esse país possui em sua história uma série de casos de abuso de poder, quer seja da perspectiva simbólica, oriunda dos processos colonização holandesa e portuguesa, quer seja de forma fisicamente violenta, como a ocupação do território pelas forças japonesas, durante a Segunda Guerra Mundial, ou, mais recentemente, no período em que esteve sob jugo da Indonésia. Associado a esses fatores históricos, conforme discutimos no Capítulo I, há o fato de que a sociedade leste-timorense possui uma organização hierárquica altamente ritualizada e arraigada, dominada por distintos sistemas simbólicos, em que as relações de poder, além de institucionalizadas, são, de certo modo, naturalizadas.

Em sua análise acerca do poder, van Dijk (2016) define-o em termos de controle – cognitivo, inclusive –, considerando-o uma propriedade das relações entre grupos, instituições ou organizações sociais. Sendo assim, o poder social que os grupos possuem está diretamente relacionado à sua maior ou menor habilidade de controlar (mais ou menos) os atos e as mentes dos (membros de) outros grupos. Reside a essa capacidade um poder elementar: o acesso⁴⁸ privilegiado a recursos sociais escassos, como a força, o dinheiro, o *status*, o conhecimento, a informação, a “cultura”, ou, ainda, as mais diversas formas de discurso e comunicação pública.

As relações de poder são sempre estabelecidas em situações nas quais há assimetria em relação ao capital simbólico⁴⁹ possuído, seja a força, no caso do poder coercitivo exercido por militares, ou o conhecimento, no caso de professores, por exemplo. Ademais, entendemos que o poder raramente estabelece-se de forma absoluta, dado que grupos podem dominar outros somente em situações específicas, nas quais seu poder seja reconhecido (como legítimo ou não), o que significa dizer que o poder de um grupo restringe-se a um escopo social específico, validando, por conseguinte, a existência de diferentes centros de poder em uma mesma sociedade.

A coexistência entre grupos que desejam estar ou permanecer no poder implica a fragilidade deste e fomenta as lutas para sua posse, colocando-o sempre em risco e sob a constante vigilância daqueles que o detêm. Sobre isso, van Dijk (2008b, p. 89) chama a atenção para o fato de que a resistência aos discursos produzidos pelas elites simbólicas só pode existir se os demais indivíduos tiverem acesso a informações alternativas ou a outros recursos mentais, caso contrário, as representações dominantes tendem a ser convertidas em modelos preferidos de interpretação de certas situações sociais (em relação ao estatuto de imigrantes, como inimigos da nação, por exemplo, em uma sociedade na qual prevaleça – em termos de acesso – o discurso xenofóbico).

Coadunados à perspectiva de Meurer (2004, p. 148), entendemos que “todas as formas de prática social [...] envolvem alguma forma de poder. Assim sendo, todos os indivíduos e todas as instituições têm alguma forma de poder, apesar de alguns/mas serem muito mais

⁴⁸ Van Dijk (2008b), ao reconhecer que a noção de “acesso” está revestida de imprecisão terminológica, assume em sua obra a seguinte acepção para o termo: “Acesso pode englobar o modo como as pessoas tomam a iniciativa nos eventos comunicativos, as modalidades de sua participação, assim como os modos com os quais controlam as várias outras propriedades do discurso, como a tomada do turno, o sequenciamento, os tópicos e até mesmo os modos como as pessoas são representadas no discurso, como referentes ou tópicos.”

⁴⁹ A expressão “capital simbólico”, cunhada por Bourdieu, em 1989, está mais detalhadamente discutida no subtópico 3.3.1.1.

poderosos/as do que outros/as.”. Dessa forma, como nos propomos a compreender as relações entre discurso e poder, entendemos que o discurso político⁵⁰, gênero ao qual pertencem os discursos que integram o *corpus* deste trabalho, ocupa um lugar privilegiado no controle das ações e das mentes dos indivíduos. Nesse sentido, Palumbo (2014, p. 1310) defende que “o fazer político implica o uso estratégico da linguagem, pelo qual grupos constroem realidades discursivas na tentativa de alcançar, de manter e de sustentar um poder [...]”.

Nesse complexo sistema envolvido pelas relações de poder, o discurso ganha relevância ao permitir a reprodução delas, tornando-se “similar a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual.” (VAN DIJK, 2008b, p. 89). As ideias em circulação na sociedade e disseminadas na interação entre os mais diversos agrupamentos sociais ganham valor pelo modo como são transmitidas, circulam e influenciam os grupos, é isso que lhes dá consistência e reprodutividade. O discurso, sob essa perspectiva, constitui a arena em que são travadas disputas simbólicas para o estabelecimento de relações de dominação (CHARAUDEAU, 2008, p. 46), já que o acesso aos recursos necessários à preservação do poder assegura aos grupos privilegiados não apenas o exercício, mas a manipulação do poder. Nas palavras de van Dijk (2016, p. 208):

[...] entre muitos outros recursos que definem a base de poder de um grupo ou de uma instituição, o acesso a, ou o controle sobre, o discurso e a comunicação pública são recursos “simbólicos” importantes, assim como são o acesso a e o controle sobre o conhecimento e a informação. A maioria das pessoas tem um controle ativo apenas sobre conversas diárias com membros da família, amigos ou colegas, enquanto mais ou menos passivos em relação aos textos ou falas em público – por exemplo, dos meios de comunicação de massa, os professores, os chefes, os policiais, os juízes, ou os burocratas do bem-estar, entre outras autoridades, que podem simplesmente dizer-lhe em que acreditar (ou não) ou o que fazer (ou não) –. Por outro lado, membros de grupos sociais e instituições mais poderosas e, especialmente, seus líderes (as *elites simbólicas*), têm acesso mais ou menos exclusivo a, e controle sobre, um ou mais tipos de discurso público. Assim, os acadêmicos controlam o discurso acadêmico, os professores, o discurso educacional, os jornalistas, o discurso da mídia, os advogados, o discurso jurídico, e os políticos, o da política e outros discursos políticos públicos. Aqueles que têm mais controle sobre mais – e mais influentes – gêneros do discurso (e mais propriedades discursivas) são, de acordo com esta definição, também mais poderosos. *Em outras palavras, temos aqui uma definição discursiva (bem como um diagnóstico prático) de um dos principais constituintes do poder social.*⁵¹ (itálicos do autor) (tradução nossa)

⁵⁰ Aqui, respaldamo-nos nesta asserção de Charaudeau (2008, pp. 39-40): “Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar. Mas é igualmente verdade que um enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política, a ponto mesmo de neutralizar seu sentido. Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza. Há, pois, diferentes lugares onde se fabrica o pensamento político, que não está reservado apenas aos responsáveis pela governança nem aos solidários pensadores da coisa pública.”.

⁵¹ [...] entre muchos otros recursos que definen la base de poder de un grupo o una institución, el acceso a, o el control sobre, el discurso y la comunicación pública son recursos “simbólicos” importantes, al igual que lo son el

Observamos, assim, que o poder, disseminado pelas práticas discursivas dos grupos privilegiados – as elites simbólicas –, é responsável pela criação de representações sociais, o que é fundamental à manipulação dos modelos mentais daqueles que estão submetidos aos discursos dos grupos hegemônicos.

O poder a que van Dijk (2016) faz referência manifesta-se, essencialmente, pelo controle ao acesso e às estruturas do discurso e das demais formas de comunicação pública, os quais são considerados pelo autor recursos simbólicos tão importantes quanto o acesso ao conhecimento e à informação. De forma mais específica, esse controle pode centrar-se na definição subjetiva da situação comunicativa, ou seja, nos modelos contextuais dos participantes, porque é o modelo contextual que, conseqüentemente, controla a adequação pragmática do discurso. À definição dos modelos de contexto subjaz, portanto, uma relação de poder, no sentido de que quem domina o capital simbólico exigido por uma dada situação discursiva e de interação determina quais devem ser os papéis e as ações dos demais envolvidos, tal como pode ser ilustrado pelo fato de ser o professor, e não os estudantes, quem controla o cenário (tempo e espaço) em que uma prova é aplicada e qual deve ser o comportamento dos alunos durante esse processo. (VAN DIJK, op. cit., p. 209).

Além disso, van Dijk (op. cit.) destaca que, embora significativa parte do controle do discurso seja de natureza contextual ou temática, as formas particulares de organização do léxico ou da sintaxe, o significado das proposições, os recursos retóricos e as narrativas, entre muitas outras estruturas discursivas, podem ser controladas por membros das elites simbólicas, o que situa a dominação e o exercício do poder na esfera da cognição.

Quando se considera que a controle dos contextos e das estruturas do discurso é a principal forma de exercício do poder, a manipulação da mente dos indivíduos, por meio de discursos, consiste em uma forma indireta de dominá-los. Com efeito, segundo argumenta van Dijk (2016), “[...] o controle do discurso busca incidir, geralmente, nas intenções, nos planos,

acceso y el control sobre el conocimiento y la información. La mayoría de la gente tiene un control activo solo sobre las conversaciones diarias con los miembros de su familia, amigos o colegas, mientras que son blancos más o menos pasivos del texto o el habla públicos – por ejemplo, de los medios masivos de comunicación, los profesores, los jefes, los oficiales de policía, los jueces, o los burócratas del bienestar, entre otras autoridades, quienes pueden simplemente decirles qué creer (o no) o qué hacer (o no) –. Por otro lado, los miembros de los grupos sociales e instituciones más poderosas, y especialmente sus líderes (las *élites simbólicas*), tienen acceso más o menos exclusivo a, y control sobre, uno o más tipos de discurso público. Así, los académicos controlan el discurso académico, los profesores el discurso educacional, los periodistas el discurso de los medios, los abogados el discurso legal, y los políticos el de la política y otros discursos políticos públicos. Aquellos que tienen más control sobre más – y más influyentes – géneros discursivos (y más propiedades discursivas) son, según esta definición, también más poderosos. *En otras palabras, tenemos aquí una definición discursiva (así como un diagnóstico práctico) de uno de los constituyentes cruciales del poder social.*

no conhecimento, nas opiniões, nas atitudes e nas ideologias do destinatário – assim como em suas ações posteriores.”.⁵² (tradução nossa)

A partir do que discutimos até este ponto, entendemos que o poder, utilizado como instrumento de controle cognitivo nos discursos dos grupos dominantes interfere decisivamente na construção/atualização dos modelos mentais dos membros deste e de outros grupos, já que tais modelos fazem parte do conjunto de experiências únicas e representações particulares de eventos, ações ou situações de cada pessoa em particular, relativamente àquilo de que trata o discurso. Dessa forma, os modos de composição dos discursos, como a utilização de metáforas, a seleção lexical, a estruturação sintática dos enunciados, entre outros recursos linguísticos, podem influenciar na forma como os indivíduos constroem seus modelos mentais de situações específicas, ou, ainda, em como eles as generalizam, criando estereótipos e, no limite, preconceitos.

Ao propor uma análise das relações de (abuso de) poder manifestadas nas/pelas práticas discursivas, van Dijk (2008b, p. 89) destaca o aspecto simbólico por meio do qual esse poder se materializa e é reproduzido, uma vez que “muito do poder ‘moderno’ nas sociedades democráticas é mais persuasivo e manipulador que coercitivo (uso da força)”. Desse modo, neste trabalho, sem desconsiderar o uso da força como um dos mais eficazes e controversos instrumentos de obtenção e preservação do poder na sociedade leste-timorense, interessa-nos discutir e enfatizar as formas simbólicas como o poder presentifica-se nos discursos proferidos por Xanana Gusmão. Para o embasamento dessa discussão, recorreremos, inicialmente, ao trabalho de Bourdieu (2016 [1989]), no qual o filósofo discute a constituição do poder como processo simbólico.

3.3.1.1 O poder simbólico e a construção do *habitus*

Os sistemas simbólicos, segundo foram concebidos por Bourdieu (2016 [1989], p. 6), são considerados instrumentos de conhecimento e de comunicação capazes de exercer poder. Dessa asserção, decorre o posicionamento do autor de que o poder simbólico é parte do processo de construção da realidade, com o propósito de estabelecer, em particular, o sentido imediato do mundo social, definindo de forma homogênea as categorias de tempo, espaço, causa,

⁵² [...] el control del discurso busca incidir, generalmente, en las intenciones, los planes, el conocimiento, las opiniones, las actitudes y las ideologías del destinatario – así como en sus acciones consiguientes.

consequência, etc., cujo corolário é a “concordância entre as inteligências”, o que, segundo prevê a teoria de modelos de van Dijk, corresponde a uma associação entre modelos mentais distintos. Dessa forma,

Quando os falantes são capazes de influenciar os modelos mentais, o conhecimento, as atitudes e, em última instância, até mesmo as ideologias dos receptores, esses falantes podem indiretamente controlar as ações futuras desses receptores. Ou seja, o controle mentalmente mediado das ações dos outros é uma forma fundamental de poder, especialmente quando a audiência está pouco ciente desse controle, como é o caso da manipulação. (VAN DIJK, 2008b, p. 93)

No que tange à alienação da audiência relativamente ao controle a que está submetida, Bourdieu (2016 [1989], p. 4) aponta para a necessidade de se descobrir o poder onde ele é mais completamente ignorado, uma vez que o poder simbólico é invisível e só pode ser exercido com a anuência daqueles que não sabem que estão sujeitos a ele. Nesse sentido, os sistemas simbólicos conformam instrumentos de conhecimento e de comunicação responsáveis pela construção da realidade, os quais tendem a estabelecer o sentido imediato do mundo social, em particular.

Para Bourdieu (2016 [1989], p. 6), os símbolos são responsáveis diretos pela integração social, pois, “como instrumentos de conhecimento e comunicação, [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social [...]” (itálico do autor). Com base no que postula o autor (op. cit.), entendemos que as relações de comunicação são, assim como também o são para van Dijk, relações de poder dependentes – tanto em forma quanto em conteúdo – do capital material e/ou simbólico acumulado pelos agentes (ou instituições) responsáveis pelo acesso, pelo controle e pela produção discursiva, revelando, segundo Bourdieu (op. cit., pp. 7-8), que:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimentos que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo, assim, [...] para a “domesticação dos dominados”.

Também como outra noção importante à teoria sociológica de Bourdieu, o conceito de “campo” é bastante produtivo às análises do poder instaurado nas relações entre indivíduo e sociedade. Esse termo é assim delimitado por Brandão (2014, p. 89):

Um campo [...] é definido como um conjunto de relações de forças objetivas que resultam do estado, a cada momento, das lutas travadas pelos indivíduos presentes nesse campo e que se impõe aos que nele entram pela primeira vez: cada campo é um “conjunto de posições distintas e coexistentes, externas umas às outras, definidas em relação umas às outras, pela sua exterioridade mútua e pelas relações de ordem, como acima, abaixo e entre”.

O corpo social, nesse sentido, estrutura-se como um elemento constrangedor das ações individuais, uma vez que esse conjunto é composto por estruturas de posições interdependentes que preexistem aos indivíduos e cujas propriedades não dependem dos indivíduos particulares que as ocupam, mas condicionam as características destes. O mundo social assume, assim, um carácter eminentemente relacional (e, por isso, dinâmico) em que a posição de cada sujeito é (re)definida face às posições dos outros.

A fim elucidar este ponto de sua teoria, Bourdieu procede à distinção entre três campos de disputa por poder: o econômico, o político e o social, nos quais estão em jogo três espécies fundamentais de capital correspondentes a cada um desses campos, respectivamente: o econômico, o cultural e o social. Um capital pode ser definido como uma forma de poder que assegura a seu detentor a possibilidade de controlar não só o produto, como também os instrumentos de produção de um campo específico, determinando, conseqüentemente, os ganhos obtidos nesse campo.

Como uma síntese dos outros, Bourdieu (2016 [1989], p. 137) forja o conceito de “capital simbólico”, entendido como “a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital”, ou seja, trata-se do recurso que legitima o uso e os modos de usos das outras espécies de capital. Assim, ao estabelecer-se como equivalente às noções de prestígio, honra e distinção social, o capital simbólico impõe uma relação de dependência à capacidade de os indivíduos reconhecerem como legítimas as estruturas, classificações, ordens e hierarquias existentes (BOURDIEU, 2016 [1989], pp. 144-145). Ele constitui um “capital outorgado, um capital de base cognitiva que repousa sob o conhecimento e o reconhecimento daquelas diferenças e do seu valor”. (BOURDIEU, 2008 [1994], p. 76). Portanto, o capital “é uma relação social, isto é, uma energia social que não existe nem produz os seus efeitos a não ser no campo onde ela se produz e reproduz”. (BOURDIEU, (2006 [1979], p. 104).

Compete destacar que Bourdieu (2016 [1989]) ainda considera a atuação dos agentes sociais um critério fundamental à distribuição do capital simbólico e do lugar que lhes é destinado no interior das estruturas sociais. Há, por conseguinte, uma relação direta entre o

capital simbólico acumulado pelos indivíduos e os papéis – de menor ou maior protagonismo – atribuídos a eles nas escalas de poder. Nas palavras do autor (2016 [1989], p. 137): “a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam sobre cada um deles.”.

Em seu percurso de desvelamento e compreensão do poder subjacente às relações sociais, Bourdieu (2016 [1989], p. 11) destaca o papel da enunciação neste processo, como responsável pela construção da realidade, por ser capaz de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou de transformar visões de mundo e, conseqüentemente, as ações dos indivíduos nesse mundo. O autor ainda esclarece que o poder simbólico oriundo da enunciação não se restringe a uma força ilocucionária, mas é a crença na legitimidade das palavras e na de quem as pronuncia aquilo que transforma o poder das palavras em poder de manutenção da ordem ou de subversão dela. Em função disso, a linguagem – como condição de interação – assume um papel essencial: é o instrumento que permite uma tipificação⁵³ das experiências, isto é, seu agrupamento em categorias com dado significado que não se restringe apenas a um indivíduo, mas que também é compartilhado com os demais membros do agrupamento social com os quais ele interage.

Verificamos, desse modo, que a sociedade e o modo como suas estruturas funcionam não podem ser dissociados nem da ação nem dos processos de atribuição do sentido por parte dos indivíduos que a compõem. Com efeito, “o mundo inclui – e é moldado – por aquilo que eles pensam, mas não se reduz a isso. O modo como a sociedade está organizada estabelece também limites às condutas.”. (BRANDÃO, 2014, p. 87). Sob essa perspectiva, Bourdieu (2004 [1987]) visa compreender as relações entre as estruturas objetivas dos campos sociais e as incorporadas às ações dos indivíduos, buscando demarcar seu entendimento acerca da atuação do indivíduo na sociedade como um produtor de ideias sobre o mundo as quais contribuem de forma decisiva para a determinação do que esse mundo é para ele. Tal processo de atribuição de sentido, entretanto, não ocorre de forma autônoma, é constrangido pela (pre)existência de uma ordem, de uma natureza socialmente construída: o *habitus*.

Constitui o ponto central na teoria desenvolvida por Bourdieu (2002, p. 83) acerca das relações de poder, o conceito de *habitus*, que, em linhas gerais, é entendido pelo autor (op. cit.) como um produto histórico, “um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável.”, o

⁵³ Relativamente ao conceito de “tipificação”, apoiamo-nos na definição apresentada por Brandão (2014, p. 67): “Tipificações são esquemas abstratos que podemos usar em diversas situações com diferentes indivíduos.”.

que significa dizer, portanto, que o *habitus* corresponde a um conjunto de potencialidades simultaneamente composto, moldado e transformado por experiências que possibilitam o engendramento de esquemas de percepções, apreciações e inclinações individuais para a ação, relativamente a certas situações incorporadas aos sujeitos na vida em sociedade. Dessa feita, o *habitus* constitui uma espécie de princípio não consciente da ação, cujo funcionamento “não depende apenas da sua estrutura intrínseca, mas também do campo no qual ele é exercido, pois em campos diferentes o mesmo *habitus* produz efeitos diferentes.”. (BOURDIEU, 2016 [1989], p. 335).

Como um produto simultâneo das condições de existência e das trajetórias individuais, o *habitus* caracteriza-se por sua multidimensionalidade. Com apoio nos trabalhos de Bourdieu, Brandão (2014, p. 92) defende que o *habitus* é sempre construído a partir da posição particular que cada indivíduo ocupa no espaço social, fazendo a proximidade nesse espaço traduzir-se na formação de um *habitus* comum. Dessa forma, pode-se chegar à síntese a seguir: de um lado, compreende-se que todos os membros de uma sociedade partilham um conjunto de experiências e, nessa medida, possuem um *habitus* comum, que produz e atribui ao mundo um sentido também comum. Por outro lado, e de forma simultânea, não se pode desconsiderar a heterogeneidade constitutiva de toda e qualquer sociedade, resultado de divisões relativas a classe, gênero, idade, etnia, entre outras, existentes em seu seio, as quais implicam a distinção entre os diferentes *habitus*, que passam a corresponder, assim, a condições de existência distintas.

A seu turno, Brandão (2014, pp. 92-93), considerando o aspecto intrinsecamente relacional do *habitus*, propõe a compreensão – à qual nos filiamos – desse conceito como fundamental à construção de identidades:

O *habitus* constitui-se, então, como elemento fundamental da identidade, pois é através dele e por causa dele que nos apercebemos de que somos diferentes dos outros. Isso torna-se possível porque o *habitus* é, “simultaneamente, *princípio gerador* de práticas objetivamente classificáveis e *sistema de classificação* (*principium divisionis*) dessas práticas.” (Bourdieu, 1979, p. 190)⁵⁴ Por outras palavras, ele é capaz de produzir práticas e obras identificáveis com certas posições no espaço social e, ao mesmo tempo, a capacidade de as distinguir e apreciar. O *habitus* é a própria estrutura social incorporada, na medida em que não só se constrói a partir de uma posição específica no espaço social, como também reflete essa estrutura no reconhecimento das diferenças (e semelhanças), nomeadamente, nas práticas, atitudes e sentimentos dos indivíduos e grupos de indivíduos. (itálicos da autora)

⁵⁴ Na edição de 2008, com a qual trabalhamos, a referência está localizada à página 162.

Retomando o papel central da enunciação, à qual Bourdieu atribui a responsabilidade pela ordenação social dos indivíduos – em função do campo no qual atuam, do poder que lhes é outorgado (decorrente do capital simbólico que possuem) e do *habitus* que cada um deles constrói a partir de suas práticas e experiências cotidianas –, o autor, ainda que não as explicita, trata de questões de fundo ideológico que estão no *background* das práticas discursivas e as quais são responsáveis pela atribuição de valores convertidos, muitas vezes, em normas sociais. Assim, dando segmento à edificação de nosso aporte teórico, julgamos relevante voltar nossa atenção à discussão do conceito de ideologia e de seu papel na construção e no compartilhamento de representações sociais por grupos diversos.

3.3.2 Ideologia e sistemas de representação

No Capítulo II deste trabalho, ao abordamos a Teoria das Representações Sociais, antecipamos que as representações sociais consistem em um processo fundamentado em relações de poder simbólico, na acepção que lhe foi atribuída por Bourdieu e sobre o qual já discutimos. Naquele capítulo, dedicamo-nos a entender essa teoria em sua relação com a construção sociológica das identidades, entretanto, neste, o objetivo é promover uma discussão das representações sociais, como componentes de um projeto ideológico, sob o ponto de vista da linguagem. De toda forma, o que nos interessa resgatar daquela teoria é o fato de ela postular, como um de seus fundamentos, a capacidade de os indivíduos compreenderem um objeto em particular e, a partir disso, generalizarem sua percepção à definição de características de outros indivíduos ou grupos com o qual esse objeto mantenha algum grau de semelhança (segundo a percepção daquele que compara). Essa prática revela um posicionamento ideológico responsável pela seleção de determinadas categorias de distinção em detrimento de outras no processo de classificação de grupos, indivíduos e/ou situações cotidianas (sejam elas vivenciadas e discursivizadas pelos próprios indivíduos ou acessadas pelos discursos de outrem), já que, conforme postula van Dijk (1980, p. 44),

Um dos meios para analisar as ideologias de uma cultura é analisar seus discursos. Isto é, assumimos que os textos expressam as ideologias de seus falantes/redatores. A maior parte dos aspectos óbvios do discurso nos quais uma ideologia pode manifestar-se ela mesma em seus conteúdos [...].⁵⁵ (tradução nossa)

⁵⁵ Uno de los medios para analizar las ideologías de una cultura es analizar sus discursos. Esto es, asumimos que los textos expresan las ideologías de sus hablantes/redactores. La mayor parte de los aspectos obvios del discurso en los que una ideología puede manifestarse a sí misma está en sus contenidos [...].

A partir do posicionamento de van Dijk (1980), reconhecemos que todo processo de comunicação humana assenta-se sobre o princípio da alteridade, isto é, prevê, essencialmente, a interação com um outro, de modo a influenciá-lo, a convencê-lo a aderir às ideias apresentadas, o que só é (ao menos virtualmente) possível porque nas trocas discursivas revelam-se os posicionamentos do indivíduo em relação ao mundo, seus sistemas de crenças, o conhecimento que ele tem da realidade, os julgamentos que faz dela, etc., ou seja, constroem-se representações sociais.

No âmbito das Ciências Humanas, o conceito de representação social ganhou força como um modelo alternativo que visava superar os preceitos da lógica formal aplicada à explicação dos comportamentos humanos, construída de forma apartada do sujeito e de seu contexto social, e também objetivava superar as práticas behavioristas oriundas da Psicologia, consideradas insuficientes na explicação da defasagem produzida entre os processos de transmissão de informações e os resultados do aprendizado. Por conseguinte, com base na observação dessas lacunas, postulamos que a realidade e o latente potencial de percepção que indivíduo possui acerca dela relacionam-se por meio de um processo de interpretação o qual possibilita que essa realidade seja discursivamente construída com base nas crenças, ideologias e posições sociais que esses indivíduos ocupam, isto é, trata-se de uma atividade contextualmente situada e cognitivamente mediada.

Desse ponto de vista e de acordo com Charaudeau (2008), as representações sociais podem ser assim entendidas: i) como estratégias para mascarar a realidade e, conseqüentemente, sobredeterminar completamente os indivíduos; ii) como orientadoras das condutas de uma comunidade, explicando, por exemplo, os movimentos de resistência dos grupos sociais a mudanças; iii) como voltadas às modalidades do conhecimento, de forma a explicitar que a constituição do sujeito ocorre nas e pelas representações, cuja finalidade é promover a adaptação dele ao meio ambiente e possibilitar sua comunicação com os demais indivíduos. Sumariamente:

As representações têm por função interpretar a realidade que nos cerca, por um lado, mantendo com ela relações de simbolização; por outro, atribuindo-lhe significações. Elas são constituídas pelo conjunto das crenças, dos conhecimentos e das opiniões produzidos e partilhados pelos indivíduos de um mesmo grupo a respeito de um dado objeto social. [...]. Assim, as representações sociais organizam os esquemas de classificação e de julgamento de um grupo social e lhe permitem exhibir-se através de rituais, de estilizações de vida, de signos simbólicos.”. (CHARAUDEAU, 2008, pp. 195-196.)

Partindo da síntese realizada por Charaudeau (op. cit.), depreendemos que as representações sociais estruturam-se em uma tríplice dimensão: a) **cognitiva**: relacionada à organização mental da percepção; b) **simbólica**: relativa à interpretação do real e; c) **ideológica**: associada à atribuição de valores que desempenham a função de normas sociais. Desse modo, no que concerne ao entendimento dessas representações como formas de interpretação criadoras de sentido, elas constituem, segundo Charaudeau (2008, p. 197), “*maneiras de ver* (discriminar e verificar) e de *julgar* (atribuir um valor) o mundo, mediante discursos que engendram saberes⁵⁶, sendo que é com estes últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimentos, de julgamento e de afeto.”.

Neste momento, enfatizamos o papel das ideologias na construção das representações sociais e na relação que elas estabelecem entre discurso, sociedade e cognição. No escopo de grande parte dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da ACD, a ideologia encontra respaldo na perspectiva crítica de Thompson (1995, p. 91), para quem, em linhas gerais, a “ideologia é, por natureza, hegemônica no sentido de que ela, necessariamente, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.”.

Segundo esse ponto de vista, a universalização de discursos particulares e sua legitimação constituem poderosas ferramentas para a manutenção de hegemonias. Isso relaciona, por um lado, os conceitos de discurso e luta hegemônica, e, por outro, robustece o papel da ideologia na manutenção de relações de poder e da consequente alienação – relativamente à dominação que sofrem – dos subjugados.

A seu turno, van Dijk (1980) apresenta um conceito de ideologia que se opõe ao bastante conhecido modelo dialético-materialista, do qual Thompson é tributário. Marx e Engels, em sua obra⁵⁷, concebem a ideologia como instrumento de manipulação que consiste em legitimar o

⁵⁶ Na concepção que lhe atribui Charaudeau (2008), os saberes não são categorias abstratas da mente, mas maneiras de dizer configuradas pela e dependentes da linguagem que, ao mesmo tempo, contribuem para construir sistemas de pensamentos e, em função disso, o autor distingue dois tipos de saber: a) saberes de conhecimento: são aqueles que visam a estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo, com base em uma razão científica, a qual constrói uma representação da realidade que vale pelo próprio conhecimento do mundo; b) saberes de crença: visam a sustentar um julgamento sobre o mundo. Referem-se, portanto, aos valores que lhe atribuímos e não ao conhecimento sobre o mundo, é um modo de explicação centrado na realidade e que, supostamente, não depende de julgamento humano. Os saberes de crença são procedentes de um movimento de avaliação, a partir do qual o sujeito determina o seu julgamento a respeito dos fatos.

⁵⁷ Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

poder de uma elite dominante. Com base em estratégias de apagamento de subjetividades e de naturalização de diferenças, a ideologia, na concepção materialista, consiste no desprezo das vontades e das capacidades dos grupos subalternos (em relação ao acesso e ao exercício do poder), cabendo a eles – de forma alienada – aceitar e reproduzir as condições ideológicas a que estão submetidos. Para van Dijk (op. cit.), todavia, a discussão em torno da ideologia estabelece-se entre dois polos. Se, de um lado, há uma ideologia dominante, que só o é em função de ser produto de um grupo que goza de determinados privilégios, como o capital, o *status*, a posse e/ou o acesso facilitado aos meios de produção e disseminação da comunicação pública; por outro, há também uma ideologia, que, apesar de ser dominada, existe, e desempenha funções próprias das ideologias, como a manutenção da unidade social, por exemplo. Ou seja, desse ponto de vista, as ideologias não se restringem à ideia de dominação. Fundamentado nessa concepção, o autor, em coerência com a proposta da ACD de observar os abusos do poder, compreende que, diferentemente da tradição marxista, a ideologia forma um conjunto de cognições sociais responsáveis por manter a coesão dos grupos – dominantes ou dominados.

[...] a 'ideologia' [é] considerada um sistema cognitivo. Isso significa que é uma representação mental, armazenada na memória (de longo prazo), que pode ser usada para atividades como a interpretação de eventos e ações, a compreensão de um discurso ou a produção de (inter-)ações. Por outro lado, uma ideologia é também um sistema social, porque é compartilhada pelos membros de um grupo ou (subcultura), e porque o seu comportamento pode ser controlado por essa ideologia. Também as ideologias são adquiridas e transformam-se, de maneira característica, dentro de contextos sociais. Muitas vezes, esses contextos sociais têm uma natureza institucional: escola, igreja, partido político. Uma ideologia não é exatamente qualquer sistema cognitivo. Normalmente, um sistema ideológico está relacionado a questões socialmente relevantes, tais como política, religião, arte ou educação. [...]. Em outras palavras, as ideologias estão relacionadas a amplos domínios da nossa vida social, portanto, organizam muitas das nossas atividades e muitos dos nossos pensamentos. Mais especificamente, afetam os aspectos socioeconômicos da vida social, tais como o poder, os interesses ou o trabalho. (VAN DIJK, 1980, pp. 37-38)⁵⁸ (tradução nossa)

⁵⁸ [...] la 'ideología' [es] considerada como un sistema cognitivo. Esto significa que es una representación mental, almacenada en (a largo plazo) la memoria, que puede ser usada para actividades tales como la interpretación de acontecimientos y acciones, la comprensión de un discurso o la producción de (inter-)acciones. Por otro lado, una ideología es también un sistema social, porque es compartida por los miembros de un grupo o (subcultura), y porque su conducta puede controlarse por dicha ideología. También, las ideologías se adquieren y se cambian, de manera característica, dentro de contextos sociales. Con frecuencia dichos contextos sociales tienen una naturaleza institucional: escuela, iglesia, partido político. Una ideología no es exactamente cualquier sistema cognitivo. Típicamente, un sistema ideológico está relacionado con las cuestiones socialmente relevantes, tales como político, religión, arte o educación. [...] En otras palabras, las ideologías están relacionadas con amplios dominios de nuestra vida social, por lo tanto, organizan muchas de nuestras actividades muchos de nuestros pensamientos. Más específicamente, afectan los aspectos socioeconómicos de esta vida social, como el poder, los intereses o el trabajo.

É esse posicionamento, inclusive, que sustenta a existência dos movimentos contra-hegemônicos, pois, é a consciência de pertencimento a um grupo desprestigiado e sem lugar de fala legítimo na sociedade a força motriz para a mobilização contra os abusos de poder. Nesse sentido, entendemos também que as ideologias podem ser dissociadas do aspecto negativo que lhes foi inculcado pela tradição marxista. Todavia, apesar da forma particular como as teorias aqui elencadas concebem o conceito de ideologia, convém destacar, a convergência entre elas está no fato de considerarem que, da perspectiva da cognição, as ideologias relacionam-se a crenças coletivas. Assim,

De um ponto de vista cognitivo, não temos recursos para diferenciar entre esta classe de ideologias mais ou menos gerais e ‘aceitas’ e as ideologias definidas em termos de ‘falsa consciência’. Ambos consistem em crenças e opiniões e têm estruturas semelhantes e, uma vez que os valores e as normas estão relacionados, não faz muito sentido chamar umas de ‘verdadeiras’ e outras de ‘falsas’.⁵⁹ (VAN DIJK, 1980, p. 43) (tradução nossa)

Apresentada essa delimitação de seu conceito, as ideologias interessam à análise dos processos de construção identitária por estarem nas bases das práticas sociais e dos sistemas de compreensão do mundo, em que, fundamentalmente, entram em conflito os projetos de significação da realidade levados adiante pelos diferentes grupos que compõem o tecido social, o que sinteticamente está no cerne das divergências básicas entre “nós” *versus* “eles”.

Em termos cognitivos, as ideologias são compreendidas como um sistema complexo de atitudes⁶⁰, no qual o conhecimento, as crenças e as opiniões estão organizados, já que “uma ideologia é um instrumento ‘para interpretar o mundo’ por um lado e ‘para atuar no mundo’; por outro”. (VAN DIJK, 1980, p. 38)⁶¹ (tradução nossa); ademais, “as ideologias não são apenas ‘uma visão de mundo’ de um determinado grupo, mas fundamentalmente os princípios que formam a base dessas crenças.” (VAN DIJK, 1998, p. 21).

Em consonância com perspectiva de van Dijk, ao considerar as ideologias como um conjunto crenças socialmente compartilhadas, Azevedo (2008, p. 59) enfatiza a relação entre elas e constituição das identidades grupais, tal como se observa no excerto a seguir:

⁵⁹ Desde un punto de vista cognitivo no tenemos recursos para diferenciar entre esta clase de ideologías más o menos generales y ‘aceptadas’ y las ideologías que están definidas en términos de ‘conciencia falsa’. Ambas consisten en creencias y opiniones y tienen estructuras similares, y puesto que los valores y las normas están relacionadas, tiene poco sentido llamar a unas ‘verdaderas’ y a otras ‘falsas’.

⁶⁰ Van Dijk (1980), considera que as ideologias compõem um sistema de atitudes porque, devido à sua natureza geral, elas não apenas organizam as crenças e opiniões existentes, mas, ao mesmo tempo, são um instrumento para criá-las.

⁶¹ una ideología es un instrumento, ‘para interpretar el mundo’ por un lado y ‘para actuar en el mundo’; por otro.

Sendo as ideologias crenças compartilhadas por grupos sociais, elas definem a identidade, os interesses e as ações desses grupos. As ideologias são as organizações cognitivas responsáveis, por exemplo, pela polarização Nós x Eles, e operam fortemente no processo de compreensão de mundo e na ação social. A polarização Nós x Eles é fortemente marcada nos discursos ideológicos e, necessariamente, tem a função valorativa (bem x mal); (certo x errado).

Os sistemas ideológicos, em geral, não são independentes, e as inter-relações estabelecidas entre eles podem influenciar no modo como os indivíduos interpretam e agem no mundo, desse modo, tal orientação assegura que o sistema cognitivo e as ações derivadas dele sejam coerentes entre si. Considerando os aspectos semântico e referencial de expressão das ideologias, van Dijk (1997, p. 122) apresenta-nos a seguinte reflexão:

Entre os vários níveis de discurso, nos quais as ideologias podem manifestar-se, o nível do significado e da referência desempenha um papel central. Representações cognitivas de atitudes e modelos podem aplicar-se directamente a representações semânticas, sendo, em larga medida, através do significado que os outros níveis do discurso – os níveis superficiais, como a sintaxe, fonologia ou estruturas gráficas – são afectados pela ideologia. [Devemos nos centrar] não na teoria da semântica do discurso, mas nas formas como as ideologias podem afectar o significado do discurso.

Em síntese, as ideologias são consideradas por nós, neste trabalho, uma forma de cognição social responsável pelos modos como indivíduos, inseridos nos grupos dos quais participam na sociedade, avaliam e interpretam o mundo no qual estão inseridos. Por meio de aparatos de natureza ideológica, como o discurso político, por exemplo, assegura-se a coesão social e, quando instrumentalizados, esses aparatos prestam-se à conquista e à manutenção do poder. Cabe salientar, ainda, que as ideologias representam, para além do que preconiza o senso comum, um importante papel de resistência na preservação de grupos sociais subjugados, como foi o caso dos leste-timorenses no período de ocupação indonésia.

Desse modo, após havermos discutido a relação entre discurso, poder e ideologia, passamos, a seguir, à discussão sobre o papel desempenhado pela argumentação no processo de constituição identitária.

3.4 A argumentação no âmbito da constituição identitária

Para tratarmos das questões atinentes à argumentação, respaldamo-nos, fundamentalmente, nas concepções da Nova Retórica, desenvolvidas por autores da Escola de Bruxelas, com especial atenção para o trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]).

Embora esses estudiosos não tenham pautado sua obra na investigação de fenômenos relativos à identidade, mas na daquelas voltadas ao discurso jurídico, essa teoria é de suma importância, tendo em vista nosso propósito de construir um referencial epistemológico que nos possibilite realizar a análise linguístico-discursiva da construção identitária leste-timorense.

Assumimos que a construção de identidades funda-se em práticas discursivas produtoras de sentido, reveladoras de posicionamentos ideológicos e das relações de poder subjacentes às sociais, sendo, assim, produzidas pela argumentação. Nesse sentido, é fundamental considerar, no caso de Timor-Leste (devido à sua constituição histórica singular), que a construção discursiva das identidades consiste em reiterados processos de disputa pela legitimidade dessa representação. Em nenhum momento do período histórico em que os discursos analisados neste trabalho inscrevem-se houve consenso acerca de uma voz oficial e/ou uníssona que pudesse representar legitimamente o que é ser leste-timorense em sua essência (e talvez nunca haja, já que, conforme discutimos no Capítulo II, as identidades são processuais, fragmentadas e dinâmicas, conformando-se a distintos contextos simultaneamente e, portanto, quando há a prevalência de uma sobre muitas outras, entendemos, que isso se deve ao êxito dos argumentos que a suportam.).

É um pressuposto básico e consensual que toda argumentação visa conquistar ou majorar a adesão do auditório às teses que lhe são apresentadas. Nesse sentido, a argumentação eficaz é aquela que “consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999 [1958], p. 50). Em função dessas características, os autores sugerem que a argumentação seja examinada a partir de seu caráter pragmático, uma vez que ela “se propõe provocar a ação ou preparar para ela, atuando por meios discursivos sobre o espírito dos ouvintes”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999 [1958], p. 53). Coadunados a esse posicionamento, observamos, com base em Koch (2000, p. 23), que “a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem”, de modo que “a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das articulações argumentativas [...]”.

Entendemos também que a ação argumentativa só adquire sentido se houver uma finalidade pragmática que justifique seu desenvolvimento (modificar ou fortalecer dado ponto de vista, por exemplo); afinal, não é necessário argumentar sobre o que é consentido no interior

de um grupo e/ou de uma comunidade epistêmica. Desse modo, conforme esclarece Aquino (1997, p. 146), só há argumentação porque existem pontos de vista diferentes entre os interlocutores e

[...] é preciso produzir uma realidade ou transformá-la para que se conquiste a adesão dos outros participantes, o que só é possível por meio de ação. Ação com tal carga de eficácia que provoca, incita, predispõe o interlocutor também a agir, mas numa direção determinada. Essas são as razões de não podermos desvincular a argumentação de uma atividade pessoal e situada; matizada de um teor intelectual, distante da relação de forças. Trata-se do melhor momento do jogo discursivo em que é preciso, antes de tudo, levar em consideração a reação do outro. A argumentação deve ser oportuna, justa e equilibrada para que se obtenha êxito; contamos com a força que um determinado argumento comporta e, nos domínios da argumentação, precisamos observar, administrar os usos de um argumento para saber de sua eficácia.

Dessa forma, reconhecemos que, na composição dos argumentos, entra em jogo a manipulação discursiva de conceitos e de formas de nomear e representar os objetos do mundo, convertendo-os, conforme discutimos, em objetos de discurso. Nesse sentido, as seleções lexicais realizadas pelo enunciador⁶² revelam o lugar discursivo que ele ocupa, seus valores, suas crenças e conformam seu projeto de dizer, estabelecendo, assim, uma ligação de coexistência entre seu discurso e seus atos. No caso de Xanana Gusmão, essa relação é particularmente significativa e, por isso, interessa-nos resgatar da tradição retórica o conceito de *ethos*⁶³, ao qual aproximamos às noções de identidade e de imagem em razão de apresentarem um fio condutor que sinaliza para alguma correspondência.

3.4.1 A (auto)representação como prova: a biografia de Xanana Gusmão e seu valor argumentativo

Na **Retórica**, Aristóteles apontou que a imagem do orador, *as paixões* do auditório e o *logos* – o discurso propriamente dito – estão imbricados no processo de persuasão. Interessamos, todavia, concentrarmos na autorrepresentação do orador dos discursos que compõem o *corpus* analisado neste trabalho. Entendemos que a autorrepresentação discursivamente construída por Xanana Gusmão desponta como um dos principais argumentos sobre o qual se

⁶² Embora reconheçamos se tratar de terminologia específica de distintos domínios como a Sociologia, a Psicologia, a Retórica e os Estudos do Discurso, neste trabalho, utilizaremos os termos “orador”, “enunciador”, “indivíduo”, “ator social” e “sujeito” como equivalentes semânticos. O mesmo se aplica aos termos “interlocutores”, “auditório” e “audiência” e “atores sociais”.

⁶³ Neste trabalho, em lugar de *ethos*, com o propósito de evitarmos incoerências epistemológicas, empregamos o conceito de autorrepresentação, o qual, sob nossa perspectiva, melhor se articula às discussões sobre identidade propostas por nós.

assentam seus discursos e que mais diretamente se associa a um projeto de constituição identitária. Ao analisar a trajetória de Xanana Gusmão durante o período de ocupação indonésia, especificamente entre os anos de 1982 e 1992, além do que já discutimos no Capítulo I, a pesquisadora australiana Niner (2003, p. 218) chega à seguinte conclusão:

Na última década, Xanana transformou-se do líder desconfiado de um pequeno grupo de guerrilheiros, em o líder sem oposição de uma luta militar, clandestina e diplomática mais ampla para a independência. Depois de dez anos de liderança, ele se tornou conhecido internacionalmente como negociador e intelectual, e estava se aproximando do *status* lendário em seu próprio país. A resistência tinha tomado um novo rumo. O Conselho Nacional da Resistência Maubere foi uma saída significativa do CRRN liderado pela Fretilin e levou a luta para fora das montanhas de sua pequena meia-ilha para o cenário mundial. Xanana colocou-se em seu centro tornando-se o rosto humano da resistência ao mundo exterior.⁶⁴ (tradução nossa)

A biografia de Xanana Gusmão e as consequentes narrativas a que ela deu origem são, em muitos momentos, apresentadas como argumentos incontestes de legitimação de seu discurso. Não por acaso, ele é comumente referido por muitos leste-timorenses como *maun boot* (irmão mais velho, em tétum), aquele que possui experiência e que, por isso, está apto a aconselhar os demais. Sobre isso, Niner (2011, p. 25), ao descrever características do comportamento de Xanana Gusmão durante sua juventude e, posteriormente, como líder da resistência leste-timorense, elucida que a liderança exercida por ele, quando era responsável por cuidar das irmãs, “espelha o seu estilo posterior enquanto líder da resistência, quando se caracterizou como um ‘irmão mais velho’ dos seus soldados, um papel que desenvolveu e em que se sentiu sempre bem, detestando as figuras paternas autoritárias da sociedade tradicional e colonial.”. Além disso, como consequência de seu êxito no comando das forças de resistência contra a invasão indonésia, arraigou-se à sua imagem a figura de herói nacional, consoante à discussão apresentada no Capítulo I desta tese.

Sobre a importância do herói, Burke (1969, p. 42) postula que:

Um herói é, acima de tudo, um homem que realiza coisas heroicas; e seu “heroísmo” reside em seus atos. [...] um herói pode ser um homem com potencialidades de ação heroica. Os soldados que vão à guerra são heróis nesse sentido. Seu heroísmo reside em seu status de soldado. Ou um homem pode ser considerado herói porque realizou

⁶⁴ Over the last decade Xanana had transformed himself from the unconfident leader of a small band of guerrillas, to the unopposed leader of a wider military, clandestine and diplomatic struggle for independence. After ten years of leadership he had become known internationally as a reasoned negotiator and intellectual, and was approaching legendary status in his own country. The resistance had been turned around. The National Council of Maubere Resistance was a significant departure from the Fretilin CRRN and took the struggle out of the mountains of their little half-island onto the world stage. Xanana had set himself at its center becoming the human face of the resistance to the outside world.

atos heroicos, enquanto, em seu estado atual como herói pode estar, em todo caso, velho demais ou fraco para realizá-los.⁶⁵ (tradução nossa)

Com base na definição realizada por Burke (1969), compreendemos que a manutenção da figura de herói – tão preciosa aos processos de argumentação que se desenvolvem nos discursos de Xanana Gusmão – funda-se em um esforço discursivo balizado no recurso à memória e ao passado da nação. Sobre esse expediente argumentativo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], pp. 334-336) elucidam que:

A ideia de “pessoa” introduz um elemento de estabilidade. [...]. Todavia, a estabilidade da pessoa jamais está completamente assegurada; técnicas linguísticas contribuirão para acentuar a impressão de permanência, sendo a mais importante o uso do nome próprio. A designação da pessoa por certos traços [...], a hipóstase de certos sentimentos [...] podem igualmente concorrer para isso. A qualificação, o epíteto [...] visam deixar imutáveis certas características cuja estabilidade fortalecem a personagem. Graças a essa estabilidade é que um mérito adquirido, ou que se vai adquirir, pode ser atribuído a alguém de modo intemporal. [...]. Na argumentação, a pessoa, considerada suporte de uma série de qualidades, autora de uma série de atos e de juízos, objeto de uma série de apreciações, é um ser duradouro a cuja volta se agrupa toda uma série de fenômenos aos quais ela dá coesão.

Ainda de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (op. cit., p. 361), deve-se considerar que, nas relações entre a pessoa e seus atos, “o discurso, como ato do orador, merece atenção particular, tanto porque o discurso, para muitos, é a manifestação por excelência da pessoa, quanto porque a interação entre orador e discurso desempenha um papel muito importante na argumentação.”. Dessa forma, a figura do orador converte-se em um precioso contexto para o alcance de seus argumentos, para a construção dos sentidos de seu discurso e, por fim, para o êxito da persuasão de seu auditório, pois, “de fato, o enunciado não é o mesmo, quando emana deste ou daquele outro autor, ele muda de significado; não há simples transferência de valores, mas reinterpretação num contexto novo, fornecido pelo que se sabe do autor presumido.”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, op. cit., p. 362). Nesse sentido, Mota e Braick (1998, p. 101) chamam a atenção para o fato de que: “a manipulação do imaginário social, para a construção da imagem daquele que irá ocupar o poder, é particularmente importante. Na maioria das vezes, não basta mostrar apenas a verdade.”.

Torna-se evidente, pois, que a preocupação em construir uma imagem adequada de si é fundamental ao exercício eficiente da vida pública já que, em muitos casos:

⁶⁵ A hero is first of all a man who does heroic things; and his “heroism” resides in his acts. [...] a hero can be a man with the potentialities of heroic action. Soldiers on the way to the wars are heroes in this sense. Their heroism resides in their status as soldiers. Or a man may be considered a hero because he had done heroic acts, whereas in his present state as a hero he may be too old or weak to do such acts at all.

[...] a pessoa do orador desempenha um papel eminente: um clérigo mundano ou irreligioso, se sobe ao púlpito, é declamador. Há, pelo contrário, santos homens cujo caráter, sozinho, é eficaz para a persuasão; eles aparecem, e um povo inteiro que deve escutá-los já fica emocionado e como que persuadido por sua presença; o discurso que vão pronunciar fará o resto. [...]. As funções exercidas, bem como a pessoa do orador, constituem um contexto cuja influência é inegável [...]. Se a pessoa do orador fornece um contexto ao seu discurso, este último, por outro lado, determina a opinião que dele se terá. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999 [1958], p. 363)

Sem que nos precipitemos nas análises, podemos dizer que a imagem construída por Xanana Gusmão como homem público, sobretudo na condição de guerrilheiro, assume um peso significativo na construção de sua representação presidencial⁶⁶, a qual é discursivamente reforçada em seus pronunciamentos por meio de reiteradas menções ao passado leste-timorense, conforme discutimos com mais especificidade no próximo capítulo. Essa imagem legitima seu papel de mentor da nação e, simultaneamente, engendra na população o sentimento de estar sendo cuidada por um membro da família; a nação, nesse sentido, converte-se em uma extensão natural da família e, Xanana, por conseguinte, no *maun boot*.

Podemos depreender, portanto, que, associado à autorrepresentação, o apelo às emoções do auditório favorece sua comunhão com o orador, de modo que eventuais oposições entres eles sejam atenuadas. Sobre esse aspecto, embora não trate da Retórica propriamente dita, recorremos a Charaudeau (2008, p. 46), o qual enfatiza que no discurso político, progressivamente, houve um deslocamento da argumentação calcada no *logos* para a fundamentada no *ethos* e o no *pathos*, de modo que a representação dos argumentos tornou-se mais relevante que o teor deles.

Em função da importância que o *pathos* também assume na construção dos discursos de Xanana Gusmão, tratamos, a seguir, da patemização e de sua relação com o direcionamento argumentativo do discurso.

3.4.2 A patemização como estratégia de atenuação de assimetrias de poder

Pensadores dedicados aos estudos da Argumentação como Aristóteles, Cícero e, mais contemporaneamente, os teóricos da Nova Retórica são unânimes no reconhecimento de que a mobilização das paixões constitui um dos recursos mais significativos no processo de persuasão, afinal: “a gestão das paixões é a arte da boa política” (CHARAUDEAU, 2006, p.

⁶⁶ Realizamos uma discussão mais aprofundada sobre a constituição do *ethos* presidencial em nosso trabalho de 2010: SILVA, Alexandre Marques. **A imagem por trás do mito: estratégias discursivas e construção do *ethos* no discurso político presidencial.** FFLCH – USP, 2010.

80). Efetivamente, as estratégias utilizadas por um enunciador para se fazer crível dependem de vários fatores, todavia, consideramos as relacionadas à patemização por entendermos que se articulam de forma recorrente a um projeto maior: o de edificação discursiva de identidades. A respeito da relevância das estratégias para a composição argumentativa dos discursos, Aquino (1997, p. 53) elucida que elas correspondem a pistas auxiliares no processo de percepção, de formulação e de compreensão do discurso, uma vez que se associam diretamente às expectativas que se formam durante a atividade discursiva e sua utilização, junto à multiplicidade de pistas que se localizam na atividade em curso, organiza e facilita a compreensão do discurso.

No que tange ao papel das emoções como construções culturais e discursivas, Salgado (2003, pp. 314-315), assim localiza a discussão:

Progressivamente distanciada da esfera do individual e do essencialismo, a emoção tem sido representada como um construto cultural e discursivo. De acordo com a perspectiva discursiva, o conceito naturalizado de emoção deve ser desconstruído em função de uma percepção do fenômeno como prática social. [...] A ênfase no discurso propicia uma visão mais complexa dos múltiplos e mutáveis significados das trocas e enunciados emocionais, afastando a possibilidade de um conceito monolítico de emoção. E mais, permite reflexões valiosas sobre emoção como algo delimitado por valores culturais e como um operador da atividade social, um idioma para comunicar não apenas sentimentos, mas diferentes questões, tais como conflitos sociais, papéis [...] e relações de poder.

Segundo Breton e Gauthier (2001, p. 14), todas as distintas teorias da argumentação incidem sobre o mesmo tipo de objeto: “a operação ou o processo segundo o qual se fornecem razões para convencer um interlocutor ou auditório[...]”. Nesse sentido, observamos nos discursos políticos, de forma generalizada, que a necessidade do orador de fazer valer seu ponto de vista é um imperativo à aquisição ou à manutenção do poder e, por consequência, da possibilidade de concretização de seus projetos políticos, dos quais fazem parte assegurar a governabilidade por intermédio de uma organização social, o que entendemos ser possível, no caso específico desta tese, fundamentalmente, a partir da difusão do sentimento de pertença identitária.

Com base na perspectiva defendida por Charaudeau (2008), reconhecemos que o discurso, em especial o político, por pertencer à esfera das ações de âmbito coletivo, estrutura-se sobre uma organização eminentemente cognitiva: por meio da linguagem, provocam-se efeitos psicológicos e sociais junto aos interlocutores a que o discurso se destina. Desse modo, entre os efeitos psicológicos desencadeados pelo desenvolvimento da argumentação, Charaudeau (2007, s/p)⁶⁷ destaca o caráter social dos de natureza emocional:

⁶⁷ Não nos é possível localizar cada referência na página uma vez que o documento encontra-se em formato HTML.

[...] as emoções não advêm somente da pulsão, do irracional e do incontrolável, mas elas têm também um caráter social. Elas seriam a garantia da coesão social, permitiriam ao indivíduo constituir seu sentimento de pertencimento a um grupo [...], representariam a vitalidade da consciência coletiva. Isso quer dizer que, sendo sinal de reconhecimento para os membros de um grupo, elas se apoiam em julgamentos coletivos que se instituem numa espécie de regra moral.

Atuando na forma como os indivíduos organizam seus sistemas de avaliação relativamente ao mundo, as emoções figuram como um importante instrumento de construção/reprodução de imaginários coletivos, ao serem associadas a estratégias de socialização e da criação de pertença identitária. Em termos linguísticos, podemos dizer que a adjetivação é um dos recursos mais significativos na manifestação das emoções, pois

Os valores ideológicos e socioculturais assumidos pelo locutor são disseminados pelo uso da classe dos adjetivos, palavras que concretizam a significação total de um texto. Todas as formas de linguagem, com exceção das linguagens técnicas e científicas, estão, de certa forma, imbuídas de afetividade, que se revela principalmente por meio do léxico escolhido. A afetividade, também nesse caso, pode ser evidenciada pelo uso do adjetivo, aflorando fenômenos subscientes, realidades criadoras e individualidades artísticas. O uso dos adjetivos tem papel formador no enunciado, pois atribui a um nome características relevantes para assimilação da verdade apresentada. Associada a outros mecanismos persuasivos coloca o leitor dentro do texto, estabelece com ele um diálogo aberto e proporciona a interação entre autor e leitor por meio do texto; [...] o adjetivo tem duas finalidades fundamentais: a) ideológica, em que se instala uma solidariedade intersubjetiva e, conseqüentemente, social; b) argumentativa, em que se procura influenciar por meio do seu valor interpretativo de forma persuasiva. [...]. A adjetivação é um valioso recurso linguístico que ajuda a evidenciar os fenômenos psicológicos e afetivos da linguagem, revelando os posicionamentos assumidos pelo enunciador. (SILVA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013, pp. 208-210)

Um dos pressupostos fundamentais aos estudos da argumentação, da perspectiva aristotélica, reside no fato de que as paixões visam à definição da identidade de um indivíduo em relação aos demais. Assim, observamos que, no desenvolvimento de um discurso que visa a promover o sentimento de pertencimento a um grupo, recorrer às emoções constitui uma estratégia de apelo a uma consciência coletiva e torna esse discurso menos passível à rejeição por parte dos interlocutores, dado que, segundo Meyer (2003, p. 35), as paixões são “o lugar do Outro [...]. A paixão é, portanto, relação com o outro e representação interiorizada da diferença entre nós e esse outro. A paixão é a própria alteridade [...]”.

O posicionamento de Meyer (op. cit.) esclarece que as paixões são capazes de promover relações identitárias ao estabelecerem “afinidades de alteridade” entre os indivíduos por meio de um jogo de imagens, ou seja, elas refletem, no fundo, as representações que os interlocutores fazem uns dos outros, mesmo que isso esteja única ou inicialmente no âmbito da imaginação.

Dessa forma, a patemização do discurso, como uma estratégia argumentativa, concorre para a edificação e a consolidação de projetos identitários, pois “a identidade e a diferença entre os homens exprimem-se e medem-se por suas paixões”. (MEYER, op. cit., p. 42), o que explicita a variação nos modos como o “outro” é referido no discurso, a depender de como o interlocutor apreenda esse “outro”, seja como inferior, igual ou superior a si.

Nesse sentido, as paixões são compreendidas como fenômenos cognitivos porque “operam como imagens mentais: informam-me sobre mim e sobre o outro tal como ele age sobre mim (prazer/sofrimento)”. (MEYER, op. cit., p. 52) Por meio de uma relação dialética e necessária entre um “Eu” e um “Outro”, configuram-se as identidades e, assim, as paixões cumprem o papel de negociadoras de alteridades, já que, por viverem em sociedade, os homens estão em contato uns com os outros, reconhecendo-se entre seus pares ou afastando-se de seus antagonistas com base nas paixões que demonstram, pois “estas estão sempre alteradas porque são a própria alteridade que ameaça a nossa identidade, embora lhe dê consistência” (MEYER, op. cit., p. 50).

No jogo das paixões, não existe somente a lógica da aproximação, graças à qual os seres podem identificar-se uns com os outros, ainda que parcialmente. [...]. Paralelamente à tomada de consciência de si na relação com o outro, dá-se a verificação de uma diferença ou de uma identidade, à qual se acrescentará a vontade de manter, aumentar ou diminuir as diferenças, de fazer saber ao outro, enfim, o que é necessário para definir uma base comum de convivência. Identidade e diferença, supostas ou reais, eis o que na verdade parece governar a estrutura [...] das paixões. Estas, afinal, revelam assimetrias impossíveis, resultam do fato de os homens serem diferentes até quando buscam uma identidade que somente poderia ser política. A paixão é, assim, a primeira forma de autorrepresentação projetada sobre a outra pessoa e que reage a ela. É ao mesmo tempo a coisa e o espetáculo da coisa, pois, com muita frequência, nos esquecemos de que a vida da paixão consiste em sua representação e expressão. (MEYER, 2003, p. 58).

As paixões, consideradas por Meyer (op. cit.) fundamentalmente produtos das interações humanas, decorrem de tudo aquilo que constitui a troca social e que produz sentidos: “desejos e intenções dos sujeitos, suas relações de pertencimento aos grupos, o jogo das interações que se estabelecem entre eles, indivíduos ou grupos, conhecimentos e visões do mundo que eles compartilham, e em circunstâncias de troca ao mesmo tempo particulares e tipificadas.”. (CHARAUDEAU, 2007, s/p)

Charaudeau (op. cit.) defende a importância de se considerar, segundo um escopo argumentativo do discurso, que as emoções não derivam apenas de sensações, mas que possuem também um componente racional. Para ilustrar seu argumento, ele discorre sobre duas emoções

diferentes associadas a uma mesma sensação, e elege o “ciúme” e o “desejo”, que podem, segundo ele, corresponder à sensação de dor. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que uma mesma emoção – como o ciúme – pode provocar “estados qualitativos” distintos (dor, excitação, abatimento, cólera, etc.). A partir desse esclarecimento, as emoções passam a ser compreendidas como um fenômeno relacionado aos saberes de crença, conforme indicado a seguir:

[...] as emoções se manifestam em um sujeito “a propósito” de algo que ele se imagina, de algo que possa ser nomeado de intencional. A compaixão ou o ódio que se manifestam em um sujeito não é o simples resultado de uma pulsão, não se mensura somente por uma sensação de torpor ocasionada pela adrenalina; ela é vivenciada na representação de um objeto que afeta o sujeito ou que ele procura combater. Isso alarga o conceito de “estados intencionais”: dizem respeito ao intelecto e à emoção, e todos são, ao mesmo tempo, exógenos (remetem a um objeto externo para o qual são orientados) e endógenos (imaginados pelo próprio sujeito, que, de maneira reflexiva, constrói a representação desse objeto). (CHARAUDEAU, op. cit., s/p).

Observamos, dessa forma, que a mobilização das paixões dos interlocutores é uma estratégia constituinte do discurso político, em sua acepção mais alargada, pois, conforme esclarece Charaudeau (2008, p. 19): “Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um ‘sentir com os outros’”. Tal expediente, no caso deste trabalho, conforme pormenorizamos no capítulo a seguir, concorre para a mitigação das assimetrias de poder e de representatividade, já que está no cerne do apelo que se faz (ou que se tenta fazer) a um denominador comum à sociedade leste-timorense, como o recurso à mauberização ou a uma origem ancestral comum, de acordo com o que discutimos no Capítulo II.

Observamos, portanto, que toda argumentação, para ser bem-sucedida, demanda que se considere o contexto no qual é desenvolvida. Tendo em vista sua importância, passamos à discussão das relações entre argumentação e contexto.

3.4.3 Argumentação e contexto

Com base no que viemos discutindo sobre argumentação até este ponto, evidencia-se que o processo de convencimento do outro, via argumentação, é altamente situado e bastante sensível a variáveis contextuais. Do mesmo modo que Benveniste assevera que os enunciados podem ser repetidos, mas nunca a enunciação, estendemos sua concepção ao discurso e aos argumentos utilizados pelo orador em seu projeto de dizer, que, como premissa fundamental, devem ser balizados pelo auditório a que se destina.

Os estudos realizados por van Dijk (2004) concernentes à formulação da Teoria dos Contextos cumprem um importante papel no âmbito da argumentação ao colocarem em relevo a importância que o contexto assume na construção do(s) sentido(s) de um discurso. Segundo o que propõe esse autor (2008a), os contextos podem ser compreendidos como interpretações subjetivas de elementos como: instituições, cultura, gênero, idade, classe social, etc., em um processo de interação situado. Desse ponto de vista, os contextos são entendidos como construções mentais elaboradas pelos interlocutores, em situações sociais específicas, a partir da seleção de elementos que eles consideram relevantes para sua produção discursiva.

Não há uma relação objetiva entre o discurso e os aspectos contextuais, mas sim interpretações que atores sociais engajados em alguma prática elaboram sobre esses aspectos. Por isso, [...], é preciso levar em conta não apenas as condições de variações sociais, mas também as variações individuais através das interfaces sob as quais operam os interlocutores quando falam ou escutam: eles compreendem, interpretam, constroem etc. Ou seja, contextos são subjetivos por definição – sem desconsiderar suas propriedades sociais e intersubjetivas, que possibilitam, por exemplo, a compreensão discursiva. (AZEVEDO, 2008, p. 55)

Sob uma perspectiva teórica multidisciplinar acerca dos contextos, van Dijk (2012) defende que os discursos devam ser concebidos como eventos comunicativos influenciados pelas propriedades da situação social no qual estão inseridos. Nesse sentido, supera-se a noção de “contexto verbal” – o cotexto – que se ocupa de palavras, sentenças, proposições, enunciados ou turnos conversacionais os quais precedem ou seguem o discurso, para a formulação da Teoria do Contexto, cujos pressupostos basilares serão apresentados a seguir.

Ao desenvolver a Teoria do Contexto, van Dijk (2004) explicita os preceitos básicos à sua delimitação: distintamente de abordagens que consideram o contexto uma propriedade objetiva de todas as situações, o autor (op. cit.) define-o como um constructo subjetivo dos interactantes em um processo específico de comunicação ou de interação. Dessa forma, os contextos constituem experiências únicas e irreprodutíveis, assim como são os discursos produzidos em cada situação comunicativa particular. A partir desse posicionamento, o contexto enquadra-se em um tipo especial de modelo mental, denominado “Modelo de Contexto⁶⁸” (doravante MC), que representa as situações de comunicação nas quais são utilizados esquemas de categorias compartilhadas, convencionadas e dotadas de uma base

⁶⁸ Nesse sentido, não podemos deixar de salientar a semelhança conceptual entre o conceito de Modelos de Contexto forjado por van Dijk e o de *habitus* proposto por Bourdieu. Isso significa dizer que, mesmo atuando em momentos históricos particulares e segundo perspectivas epistemológicas distintas, ambos os autores encontraram soluções bastante parecidas para a resolução de seus problemas de pesquisa.

cultural, que permitem uma rápida interpretação dos eventos comunicativos. Por conseguinte, os MC controlam a produção e a compreensão discursiva, estando, portanto, na ordem pragmática do discurso.

Os contextos, conforme explicitamos, possuem base sociointeracional, são dinâmicos e sua construção está atrelada às regras de uma comunidade discursiva; assim, embora possam ser planejados antecipadamente ao evento comunicativo e, ainda que únicos, não são construídos apenas no momento em que se inicia a interação, porque são constantemente produzidos, atualizados e adaptados no curso de cada situação comunicativa. Em decorrência dessas características, observamos que os MC possuem uma estrutura mais ou menos estável, fundamentalmente por razões cognitivas, o que pode ser ilustrado da seguinte maneira: em um mesmo dia, é possível que cada um de nós necessite construir muitos modelos de contexto em função das distintas atividades de que participamos; para que isso não resulte em uma sobrecarga cognitiva, recorremos a uma estrutura flexivelmente prototípica que nos auxilia na criação de modelos concretos (com informação concreta e específica) sobre cada situação comunicativa. Ou seja, as situações mudam, obviamente, mas suas estruturas (ou, mais especificamente, a maneira de compreendê-las) tendem a ser idênticas ou semelhantes. Nas palavras de van Dijk (1993-1994, p. 47):

Porque dificilmente se pode esperar que os usuários da linguagem inventem essas propriedades sempre que testemunharem um evento ou lerem um texto, devemos supor que usam (i) um conjunto fixo de categorias de situação e (ii) um diagrama “canônico” que representa a ordem linear e hierárquica dessas categorias. Há evidências sociológica, psicológica e linguística as quais sugerem que as categorias envolvidas incluem: situações (lugar, tempo), circunstâncias, participantes (pessoas, objetos em diferentes papéis), e ações / eventos.⁶⁹ (tradução nossa)

É preciso destacar ainda que os contextos são culturalmente mutáveis e, por isso, definem distintas condições de adequação para o discurso. A título de ilustração, podemos mencionar, por exemplo, que, no mundo ocidental, prevalece a utilização da cor preta em demonstrações de luto, enquanto na África do Sul, por exemplo, a cor usada para esse fim é o vermelho. A partir de um exemplo prosaico, coloca-se em destaque uma das premissas fundamentais à argumentação: é necessário adequar os argumentos ao sistema doxológico da audiência e, a partir disso, atuar em função deles; trata-se, portanto, de uma formulação

⁶⁹ Debido a que difícilmente puede esperarse que los usuarios del lenguaje inventen esas propiedades cada vez que atestiguan un evento o leen un texto, debemos suponer que usan (i) un conjunto fijo de categorías de situación y (ii) un esquema “canónico” que representa el orden lineal y jerárquico de dichas categorías. Existe evidencia sociológica, psicológica y lingüística que sugiere que las categorías implicadas incluyen: situaciones (lugar, tiempo), circunstancias, participantes (personas, objetos en diferentes papeles), y acciones/eventos.

estratégica do discurso, que, encontra nos processos de construção dos objetos de discurso e na ativação de *frames*, sua materialização linguística, conforme discutimos a seguir.

3.5 A construção de referências: um processo inerente à comunicação humana

O ser humano, a partir de sua necessidade de nomear e localizar – discursivamente – as “coisas do mundo”, desenvolveu formas cada vez mais complexas de subjetivá-las. Essa transformação no modo de comunicar e de disseminar formas específicas de observação do mundo pode ser ilustrada pelas milenares pinturas rupestres, por exemplo, cujo propósito de construção de referências era eminente⁷⁰, por se tratar de modos particulares de estruturar narrativas cotidianas e/ou instruções para a resolução de problemas ordinários à vida dos homens pré-históricos, tal como a realização de caça. Procedendo a um salto temporal, observamos que o uso contemporâneo de *emojis* e *memes* em redes sociais e na comunicação mediada por máquinas, como computadores e celulares, revela, simultaneamente, a permanência da necessidade de criar referências e as transformações, sobretudo de suporte, ocorridas nesse processo, embora, em comum entre a forma pré-histórica e a pós-moderna, haja o uso habitual de representações figurativas (pinturas rupestres e *emojis*, respectivamente) na construção de referências. Desse modo, entendemos que, em sua tentativa de criar um universo referencial que indique ações, sentimentos, lugares, estados de espírito, pessoas, acontecimentos, etc., os indivíduos estabelecem suas convicções e revelam o lugar discursivo que ocupam e a partir do qual enunciam seus discursos. Nessa direção, Marcuschi (2007, p. 141) argumenta que “não se pretende negar o valor referencial da língua e sim de rever a maneira como se dá esse processo de referenciação. O sujeito não é apenas enunciativo e sim também social e nesta ação social situada ele instaura e diz o mundo.”.

Com base no que postula Marcuschi (op. cit.), depreendemos que a relação entre as “coisas do mundo” e sua discursivização não ocorre de forma transparente, direta ou objetiva e podemos, inclusive, evocar a dicotomia saussureana sobre a arbitrariedade do signo linguístico para a compreensão de que essa relação não é, nem poderia ser, inequívoca. Subjacente a ela, estão as relações de poder, as ideologias e os processos cognitivos, que atuam de maneira decisiva no modo como as “coisas do mundo” são apreendidas nas práticas discursivas e,

⁷⁰ Sobre a relação entre as pinturas rupestres e a comunicação, cf. GONDIM, Caline Galvão. **Pinturas rupestres:** a representação da imaginação do homem primitivo. Disponível em: <<https://goo.gl/JeKSxQ>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

posteriormente, convertidas em “objetos de discurso.”. De acordo com o que postula Aquino (1997, p. 47):

[...] no momento em que formulam seus enunciados, os participantes da ação discursiva procedem a uma seleção que tem origem em seus esquemas de conhecimento. Tal seleção apresenta um sentido amplo, já que pode corresponder desde a escolha lexical, sintática, de argumentos, chegando à busca adequada de informações, para atingir determinado efeito de sentido.

Partindo dessa observação inicial, neste trabalho, consideramos que todo ato de nomeação das coisas do mundo é, por sua natureza constitutiva, ideológico e limitado, pois incide sobre apenas um aspecto do objeto, operando sobre ele uma categorização que seja relevante para o projeto de dizer do enunciador. Sendo assim, trata-se de um processo de construção de objetos de discurso, responsável pela ênfase de determinadas características do objeto construído, o que revela não apenas uma estratégia argumentativa do enunciador, mas também quais são os valores e crenças implicadas nessa construção. Acerca dessas considerações, encontramos suporte no que discute de Koch (2005, pp. 34-35), para quem:

O sujeito por ocasião da interação verbal, opera sobre o linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. Isto é, as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que se realizam por meio delas, constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. É por esta razão que se defende que o processamento do discurso, visto e realizado por sujeitos sociais atuantes, é um processamento estratégico.

Dessa forma, associando-nos à perspectiva de Koch e Cortez (2013, 2005), por entendermos ser possível realizar uma análise que ultrapasse a superfície textual e permita, por meio da investigação dos discursos, identificar as relações sociais nas quais o produtor está inserido, bem como as estruturas ideológicas e de poder subjacentes às suas práticas discursivas. Com base nisso, compreendemos que o processo de construção de referência constitui uma atividade eminentemente cognitiva, e, a esse respeito, Mondada e Dubois (2003, p. 17) apontam para o fato de que “os sujeitos constroem, através de suas práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo”. No decurso desse processo de edificação de “realidades” pelos discursos, os indivíduos recorrem a um procedimento de categorização do mundo natural, todavia, compete salientar que, conforme elucida Marcuschi (2007, p. 136):

“as categorias, além de serem constructos discursivos, não estabelecem uma relação especular inequívoca com a realidade”. Em síntese,

[...] as categorias estão ligadas à cultura que são por sua vez sistemas de cognição e não contextos de inserção inertes. [...] as categorias se constituem no processo intersubjetivo de pelo menos duas mentes convergindo sobre a melhor forma de construir uma dada a proposição diante do mundo. E nisto surge uma relação de coerência de duas posições sobre um dado fenômeno. Em outros termos, a produção de categorias seria uma atividade sócio-cognitiva situada em contextos culturais específicos na tentativa de construir o conhecimento. (MARSCUSCHI, 2007, p. 136.)

Marcuschi (2007), portanto, situa a construção das categorias como um processo dinâmico de interação e negociação dos significados do discurso, durante o decurso deste, destacando as coerções que os contextos culturais exercem sobre as possibilidades de significação. Nessa mesma direção ontológica, Mondada e Dubois (2003, p. 17) apresentam sua concepção a respeito das categorias e dos objetos de discurso:

[...] as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir de contextos. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação. (p. 17)

O posicionamento de Mondada e Dubois (op. cit.) revela que a construção da referência é parte constitutiva do processo de negociação do sentido do discurso, processo este que está relacionado à interação e à cognição e no qual o contexto desempenha um papel significativo, estabelecendo os limites dessa negociação. Assim, ainda em referência ao trabalho dessas autoras (op. cit., p. 20), já não se trata de “se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se compreender como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão sentido ao mundo.”.

Filiando-nos epistemologicamente aos trabalhos mencionados, ao utilizarmos o termo referenciação, portanto, fazemô-lo relativamente ao processo de construção de objetos cognitivos e discursivos que se realiza por meio de negociações e modificações efetuadas pelos participantes da interação⁷¹; o processo referencial é considerado, pois, pelo viés do sociocognitivismo interacional. Sob esse ponto de vista, Mondada e Dubois (2003) defendem

⁷¹ No caso deste trabalho, consideramos a interação como presumida pelo enunciador, uma vez que nossas análises são realizadas a partir de discursos políticos transmitidos pelo rádio ou durante pronunciamentos públicos (comícios), não de conversas espontâneas ou de debates, nos quais as negociações de sentido podem ocorrer de forma imediata.

que não há uma estabilidade *a priori* no mundo e na língua, pois os efeitos de objetividade e realidade que criam a estabilidade são produtos dos processos de interação entre os falantes. Desse modo, apesar de mudança e instabilidade serem inerentes à construção das referências, há práticas discursivas responsáveis pela estabilização, preservação e solidificação de categorias e objetos do discurso que tornam possível a comunicação entre os indivíduos, ou seja, não é preciso que o significado de todos os objetos de discurso seja reiteradamente negociado durante os processos de interação, já que:

Em nível elementar da segmentação do mundo em categorias, os objetos não são dados segundo as “propriedades intrínsecas do mundo”, mas construídos através dos processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao mundo concebido como um fluxo contínuo de estímulos. O reconhecimento do objeto, mesmo dentro de sua compreensão “infralinguística”, não pode ser considerado como a extração de propriedades de um mundo já discretizado, mas como a construção de categorias flexíveis e instáveis, através dos processos complexos de categorização produzindo categorias potencialmente memorizadas e lexicalizadas. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 35)

Assim, reconhecendo a importância da dimensão pragmático-discursiva da linguagem, Mondada e Dubois (op. cit.), põem em evidência o elo entre realidade/linguagem, o qual supõe necessariamente uma estreita relação com a exterioridade, em que o mundo não é decalcado pela linguagem, mas (re)construído por ela a partir da concepção de língua como um sistema potencial de significado e como instrumento de interação, e de sujeito como ativo, produtor de sentido. Dessa forma,

Na concepção de que a língua é um sistema virtual e o texto é a sua possibilidade de atualização, dá-se espaço para a ação de um sujeito, mais especificamente um sujeito cognitivo, operando com o seu conhecimento social/individual para a prática linguística. Nessa perspectiva, cabem os conceitos de interação, negociação, entre outros, porque a atividade de atualização da língua é entendida a partir da sua propriedade social e cognitiva. (AZEVEDO, 2008, p. 51)

Verificamos, assim, que os objetos de discurso são constructos sociais, cuja existência estabelece-se discursivamente, por meio de práticas simbólicas e intersubjetivas mediadas pela cognição, de modo que cada segmento de um dado discurso, após sua enunciação, transforma-se em conhecimento compartilhado e contribui para a progressão discursiva com base nos processos de referenciação.

3.5.1 Referenciação: os projetos de dizer e sua estruturação argumentativa

Bastante já se debateu – em termos teóricos e analíticos – sobre a concepção tradicional de referência, entendida como um sistema de etiquetagem por meio do qual, necessariamente, seria possível estabelecer – de forma transparente – uma relação especular entre as coisas do mundo e as “etiquetas linguísticas” atribuídas a elas, determinando-lhes uma indissociável correspondência. Contrariamente a essa suposição, Palumbo (2007, p. 80) sustenta a posição de que os referentes, como “imagens mentais”, “são fabricados pela dimensão perceptivo-cognitiva dos interactantes na prática social”, na qual a língua constitui “um recurso para a construção intersubjetiva de categorias avaliativas, que se modificam durante determinadas interações”.

Sendo assim, a maneira como os indivíduos apreendem o mundo e se referem a ele não é preexistente, estanque nem inflexível, ao contrário, trata-se de um processo cognitivo dinâmico de transformação a partir dos distintos contextos de interlocução. Nesse sentido, devemos considerar também que, a esse processo, reside um objetivo argumentativo, um fazer crer por meio do discurso, isto é, de acordo com o que defende Palumbo (2007, p. 15): “o teor argumentativo das palavras e das expressões não se limita ao campo de estudo da seleção lexical, pois a atitude argumentativa não se encerra nas palavras em si, mas nas relações que elas têm na prática enunciativa [...]”. Desse modo, filiando-nos teoricamente às autoras supracitadas, consideramos que os referentes são produzidos pela atividade cognitiva e sociodiscursiva dos usuários da língua, cujo resultado é a construção de uma imagem ou da representação desse objeto no co(n)texto e, em função disso, os referentes possuem função argumentativa estratégica.

Voltando-nos novamente à proposta teórica de Mondada e Dubois (2003), observamos que a construção de referências está no bojo das relações de negociação intersubjetiva, nas quais tanto a categorização quanto a construção de objetos de discurso encontram-se amalgamadas, dado que esta – por se tratar de uma ação argumentativamente situada – demanda que se selecionem as categorias que o locutor considera relevantes a seu projeto de dizer – e a seus propósitos argumentativos – e que essas estejam adequadas ao contexto de interlocução, ou seja, demanda-se uma articulação coerente entre cotexto e contexto.

A partir desse posicionamento, entendemos que os processos de construção de referências, para cumprirem de forma exitosa seu papel argumentativo, necessitam de relativa

estabilidade semântica e, mesmo, pragmática. A esse respeito, Koch e Cortez (2013, p. 56) indicam que tal estabilidade é alcançada por meio de modelos globais:

Os nomes, como rótulos, correspondem aos protótipos e contribuem para a sua estabilização no fio dos processos discursivos. Primeiramente, correspondem a unidades linguísticas discretas, que permitem uma descontextualização do protótipo segundo os paradigmas disponíveis na língua, garantindo assim a sua invariância através de contextos. Depois, porém, a nomeação do protótipo torna possível seu compartilhamento por inúmeros indivíduos através da comunicação linguística e faz dele um objeto socialmente distribuído, estabilizado no seio de um grupo de sujeitos. É este protótipo partilhado, que evoluiu para uma representação coletiva, que vai constituir o estereótipo. Pode-se, assim, dizer que as noções de prototipicidade e de estereotipia vêm se aproximando do conceito de esquemas ou modelos sociocognitivos, isto é, das formas de representação dos conhecimentos pelos membros dos grupos sociais, de acordo com suas práticas sociais, suas atitudes com relação a essas práticas e aos atores sociais, variáveis espaço-temporais, “props” e outros elementos que as constituem como tais (*frames*, *scripts*, cenários etc.). Desta forma, o estereótipo constitui parte integrante do que se tem denominado cognição social, definida por van Dijk (1994, 1997) como sistemas de estratégias e estruturas mentais partilhadas pelos membros de um grupo, particularmente aquelas envolvidas na compreensão, produção ou representação de “objetos” sociais tais como situações, interações, grupos ou instituições.

Compreendemos, com base naquilo que postulam Mondada e Dubois (2003) e Koch e Cortez (2013), que a ativação de um referente no discurso não se limita à simples aplicação de um rótulo a um dado objeto, mas se trata de uma construção discursivo-cognitiva de representações acerca dele (incluindo-se os posicionamentos ideológicos, as disputas de poder e outros objetivos de ordem pragmática), com função argumentativa, pois o enunciador constrói e publiciza, por meio de suas práticas discursivas, sua versão própria do mundo. Estabelece-se, assim, a distinção entre objetos do mundo – entendidos como entidades extradiscursivas e extramentais – e objetos de discurso – entidades produzidas pela atividade discursivo-cognitiva dos interlocutores. Por conseguinte, a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como o mundo é nomeado pelos indivíduos, mas pelo modo como estes interagem com aquele.

Nesse sentido, entendemos que um objeto do mundo converte-se em objeto de discurso a partir de sua discursivização, isto é, por meio de operações de natureza cognitiva, ele passa a integrar um dado discurso e, nele, a assumir determinados significados, já que o dinamismo do discurso cria condição para que seja estabelecida uma mobilidade de sentidos, constituindo um jogo contínuo de ativação e desativação de referentes, que revelam juízos de valor, ideologias e posicionamentos assumidos no discurso.

De forma a sintetizar as discussões acerca dos processos de construção de objetos de discurso, destacamos que, em comum aos autores com os quais dialogamos, há o fato de

possuírem um pensamento convergente ao defenderem que não existe um mundo naturalmente categorizado, uma vez que as coisas desse mundo são produtos discursivos e que parte significativa dos referentes é construída em contextos específicos; além de reconhecerem que a língua não estabelece uma relação especular com o mundo extralinguístico. Assim, nas palavras de Charaudeau (2006, p. 42): “[...] todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação.”.

Em conformidade com o que postulam Koch e Cortez (2013) e Palumbo (2007), entendemos que os modos de ativação dos referentes no discurso revelam-se como uma escolha argumentativa por parte do enunciador. Dessa forma, palavras, em estado de dicionário, estão circunscritas a algumas poucas possibilidades de significação, mas, ao estruturarem linguisticamente um projeto de dizer, ou seja, ao serem contextualizadas, contribuem para a construção e a orientação dos argumentos. Portanto,

No discurso, a utilização de termos sempre estará interagindo com os contextos, ligando-se, assim, diretamente à argumentação. Isso ocorre mesmo com aquelas expressões que aparentam neutralidade, pois já o fato de selecioná-las indica uma intencionalidade. Assim, ao selecionar certas características de um objeto, inseri-las em um co-texto e apresentá-las ao auditório, o locutor estará optando por uma escolha linguística que comporta valores argumentativos. Sobre esse ponto, o recorte enfatizado levará à presença do auditório um conhecimento, ou um ponto de vista, que completará ou mesmo servirá de sugestão na construção da imagem do objeto referido. (PALUMBO, 2007, p. 74)

Em função disso, observamos que, no âmbito das práticas discursivas, os indivíduos inserem em seus projetos de dizer sua forma particular de apreender o mundo – de construir os objetos de discurso –, o que, invariavelmente, manifesta-se pela seleção lexical, pelas estratégias retóricas de construção dos enunciados, por aquilo que se explicita e pelo que não se diz, revelando, assim, que a construção de objetos de discurso insere-se no projeto mais amplo de persuasão do outro, no qual “certas marcas linguísticas vão tecendo os enunciados, direcionando-os de maneira que o interlocutor chegue a certas conclusões”. (PALUMBO, 2007, p. 74). A construção do sentido de um discurso é, pois, resultado de um processo no qual a referência desempenha o papel de orientadora dos argumentos, por se tratar de um produto de escolhas feitas pelo enunciador.

3.5.1.1 Referenciação, seleção lexical e argumentação: elementos constitutivos de um projeto de dizer

Koch (2004, p. 61) defende que a referenciação constitui uma atividade discursiva, em que o sujeito, por ocasião de interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, viabilizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido, já que, “no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário evocar conhecimentos socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos.”. (Koch e Cortez, 2013, p. 57). Os processos de referenciação, desse modo, são tributários de escolhas realizadas pelo sujeito em função de um querer-dizer, evidenciando a eficiência de determinados itens em detrimento de outros. Portanto, há escolhas que não dependem simplesmente do conhecimento gramatical estrito do produtor e do(s) interlocutor(es) do discurso, mas do conhecimento de mundo, uma vez que:

[...] a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do próprio real. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação: a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele. Interpretamos e construímos nossos mundos na interação com o entorno físico, social e cultural. (KOCH, 2005, p. 34).

Os referentes, desse modo, não se confundem com a realidade extralinguística, mas a (re)constróem no próprio processo de interação. Isso acontece não somente pela forma como o mundo é nomeado, mas, acima de tudo, pelo modo como, sociocognitivamente, os indivíduos interagem nele, e, sobre isso, Marcuschi (2007, p. 130) chama a atenção para o fato de que:

As 'representações mentais' não são fixas, pois elas emergem na interação, são negociadas e móveis. É equivocado imaginar que uma entidade lexical seja um tipo de representação mental fixo, pois o item lexical pode dar origem a uma série de associações e ser a entrada para a ativação de um amplo domínio cognitivo. Além do mais, um item lexical tem, a cada vez que ocorre, uma série de relações associativas a depender dos outros itens com que co-ocorre. O léxico é um sistema de enquadres e não uma lista de itens referidores ou funcionais. As línguas não são códigos com elementos bem definidos e valores pré-estabelecidos. Pode ocorrer de um item ser mais usado, adquirir novos contornos e receber uma carga específica num contexto em que foi negociado o seu uso.

Por meio desse processo de elaboração de “versões públicas do mundo”, os objetos de discurso não devem ser vistos, conforme alerta Koch (2005, p. 34), como expressões

referenciais com relação especular com os objetos do mundo ou como sua representação cognitiva, mas como entidades produzidas interativa e discursivamente.

A referenciação realiza-se no discurso, no momento em que o sujeito atribui sentido ao mundo, categorizando-o e construindo discursivamente os objetos de discurso. Como decorrência dessa interação sujeito-mundo, a categorização revela-se simultaneamente como uma forma de organização e como um modo de atuação no mundo, dado que não apenas raciocinamos “sobre coisas individuais ou pessoas, mas sobre categorias de coisas e pessoas” (AZEVEDO, 2008, p. 97). De modo a sintetizar essa discussão recorreremos à Koch e Cortez (2013, pp. 58-59):

O discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. Isto é, todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, publicamente alimentada pelo próprio discurso, sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais. Tal representação – a memória discursiva – tem recebido os mais variados nomes na literatura [...] como modelo de contexto (van Dijk, 1994, 1997). [...]. Eventuais modificações, quer físicas, quer de qualquer outro tipo, sofridas “mundanamente” ou mesmo predicativamente por um referente, não acarretam necessariamente no discurso, uma recategorização lexical, sendo o inverso também verdadeiro. A discursivização ou textualização do mundo por intermédio da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re)construção interativa do próprio real.

Pautando-nos no trabalho de Marcuschi (2001), identificamos estreita relação com o que defendem Koch e Cortez (2013) acerca da referenciação. Segundo o autor, esse processo deve ser considerado no interior das práticas comunicativas, nas quais a linguagem desponta como atividade imanentemente colaborativa. Assim, a construção das referências, por ser estratégica, desvela a visão mais ampla de processamento dos discursos, o que nos permite identificar a linguagem como um produto de percepção sociocognitiva. Sob esse ponto de vista, a participação dos indivíduos nas práticas discursivas requer estratégias que lhes permitam incluir em seus discursos informações que estejam direta e coerentemente relacionadas a seus projetos de dizer; à formulação dos objetos de discurso incorre, portanto, a coadunação entre elementos linguísticos e extralinguísticos.

A construção de objetos de discurso se desenvolve mediante negociações intersubjetivas, a qual é balizada por escolhas e decisões que objetivam à edificação de um *common background*, que assegure a construção adequada das referências. Em conformidade com Mondada e Dubois (2003), salientamos que o ponto de vista adotado por um indivíduo ao

formular seu discurso condiciona a seleção das categorias, o que promove um embricamento entre os fatores contextuais (aspectos históricos, sociais, como as relações de poder, por exemplo) e seu posicionamento ideológico, além de se tornar decisivo à categorização dos objetos de discurso. Consequentemente, entendemos que os indivíduos agem estrategicamente, colocando em interação tanto elementos do universo contextual e conhecimentos compartilhados quanto os da linguagem. Nesse sentido, Koch (2005, p. 35), chama a atenção para o fato de que os processos de categorização dos referentes “implica sempre uma escolha entre a multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto.”. Acrescente-se a isso o fato de que essa escolha “[...] pode trazer ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido.”. (KOCH, 2000, p. 88)

Observamos, dessa forma, que a seleção lexical, além de ser fundamental à progressão referencial dos discursos, contribui para a construção e a disseminação de visões de mundo particulares, o que, para nós, também se articula à edificação de identidades. Assim, em conformidade com van Dijk (2012, p. 38), entendemos que:

[...] a escolha lexical é antes de mais nada definida pelos significados ou pelos modelos de eventos subjacentes dos usuários da língua: como uma estratégia geral, as pessoas optam pelas palavras que expressam da maneira mais exata possível a informação específica que está presente nesses modelos contextuais. Dadas várias palavras que têm mais ou menos o mesmo significado (semântico), podem ser usadas as alternativas que, além disso, assinalam algum condicionamento contextual tal como está representado no modelo de contexto.

Segundo o que nos apresenta van Dijk (op. cit.), reconhecemos que o léxico merece um lugar de destaque nos processos referencial e argumentativo, uma vez que as palavras explicitam as distinções que há entre categorias contextuais, tais como: a posição social e as relações de poder estabelecidas entre os participantes, suas posições ideológicas, seus sistemas de crenças, além de variações de ordem diacrônica e diatópica, por exemplo. Além disso, Marcuschi (2007, p. 138), destaca que:

[...] não há uma relação direta entre linguagem e mundo e sim um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo situadamente. Repetindo: a língua é um sistema simbólico e não sistema ontológico nem classificatório. E aqui se acha mais uma ideia central: a língua não tem uma semântica imanente, mas ela é um sistema de signos indeterminados em vários níveis (sintático, semântico, morfológico e pragmático).

As categorias linguísticas e cognitivas, dessa forma, revelam-se “instáveis e culturalmente sensíveis”, de modo que o ponto de vista dos envolvidos no processo discursivo atua de forma determinante na maneira como os objetos de discurso são construídos. Por exemplo, a depender do posicionamento ideológico dos enunciadores, o processo de *impeachment* por que passou Dilma Rousseff pode ser construído discursivamente como golpe ou como um expediente legítimo.

Ainda de acordo com o que postula Marcuschi (2007, pp. 139-140), compreendemos que o mundo de nossos discursos é sociocognitivamente produzido, dado que “o discurso é o lugar privilegiado da designação desse mundo e [...] tudo que dizemos é mediado pelo conceito que se expressa discursivamente.”. Consequentemente, a seleção lexical destaca-se como uma estratégia argumentativa fundamental a um projeto de construção discursiva de identidades, uma vez que, associada aos processos de referenciação, como atividades discursivas resultantes da prática social, permite a criação de enquadres, mais ou menos prototípicos, para a interpretação da realidade a que os discursos se referem – os chamados *frames* – a respeito dos quais tratamos a seguir.

3.6 *Frames*: enquadres cognitivos para a compreensão do discurso

O trabalho com os *frames* situa-nos, necessariamente, em um vasto campo teórico para o qual confluem estudos de diversas naturezas, como a Inteligência Artificial, a Linguística, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia. Apesar de o espectro de abordagem do conceito de *frame* ser bastante eclético, Morato (2010, p. 98) reconhece que há entre as distintas perspectivas um traço comum: “seja qual for o ponto de vista a partir do qual é tomada, a noção de *frame* tem a ver efetivamente com a questão do *conhecimento*.”. (itálicos da autora). Todavia, a autora esclarece que, embora a questão do conhecimento seja central, não se trata de considerar os *frames* sob uma concepção essencialmente generalista, já que:

Na realidade, vários são os modelos ou construtos teóricos que têm sido formulados para dar conta, teórica e empiricamente, da forma pela qual os indivíduos constroem (compartilham, modificam, organizam, regulam, representam, justificam, reconhecem) a experiência de conhecimento de mundo: *contexto, prática, sistemas de referência, enquadre, esquema, conhecimento prévio, situação social, script, moldura comunicativa*. Contudo, esses termos, ainda que assemelhados entre si, não tratam exatamente da mesma coisa; tampouco *são* a mesma coisa. (MORATO, 2010, p. 94) (itálicos da autora)

Para nós, interessa a discussão acerca dos *frames* como elemento estruturante dos e estruturado pelos discursos. Dessa forma, embora discutamos algumas referências que julgamos ser basilares às nossas análises, não nos propomos a realizar uma descrição exaustiva das diferentes concepções teóricas relativas ao conceito de *frame*, as quais, no limite, convergem para uma concepção mais geral de que os *frames* são utilizados em referência a algum tipo de estrutura mental que organiza cognitivamente a experiência.

Neste trabalho, propomo-nos a verificar, em momentos históricos distintos, como a mobilização de *frames* (considerada por nós estratégica) participa da constituição de identidades leste-timorenses, ativados/mobilizados, por exemplo, pela seleção lexical e pelas nominalizações realizadas durante os processos de construção dos objetos de discurso. Nesse sentido, voltamo-nos às pesquisas iniciadas por Aquino no final da década de 1980 e retomadas por ela atualmente, tendo em vista que, em nosso meio, nenhuma obra fez referência ao tratamento dos *frames* associados à argumentação como um procedimento estratégico de persuasão. Para essa autora (1997, p. 41), uma primeira aproximação aos *frames* permite reconhecê-los como

[...] elementos organizadores da produção discursiva. Funcionam como procedimentos interpretativos. O *frame* diz respeito à representação de qualquer coisa que pode figurar como tópico ou assunto ou referente dentro de uma atividade; corresponde a entidades passíveis de serem evocadas ou referidas nas atividades e representam pessoas, tipos, processos, objetos, conceitos abstratos ou processos que combinem entidades.

Entendendemos, com base nessas considerações iniciais, que uma investigação sobre os *frames* mobilizados pelo produtor do discurso revela, além de seu posicionamento ideológico e do sistema de crenças no qual sua produção discursiva se funda, as estratégias de ordem linguístico-discursivas utilizadas para o convencimento de seu público.

3.6.1 Um panorama acerca das distintas abordagens sobre *frames*

Conforme antecipamos, as abordagens sobre *frames* realizam-se em áreas do conhecimento bastante distintas e, para prosseguirmos em nossa discussão, tomamos como empréstimo a definição apresentada por Fávero (2009 [1991], p. 65) no âmbito dos estudos da Linguística Textual, para quem os *frames* são entendidos como “modelos cognitivos globais”, correspondentes a “blocos de conhecimento intensamente utilizados no processo de

comunicação e representam de forma organizada nosso conhecimento prévio armazenado na memória”. Os *frames* são, assim, elementos de conhecimento que “emolduram” a constituição de um texto, são ativados por sua leitura e “contêm o conhecimento comum sobre um conceito primário (geralmente situações estereotipadas).”. Ainda, de acordo com a autora, o trabalho analítico com *frames* é mais produtivo porque, por ser um modelo cognitivo mais abrangente, contempla as demais categorias como os *scripts*, os esquemas e os cenários. Segundo essa perspectiva:

[...] as estruturas de conhecimento são produzidas ativamente pelos participantes da interação e têm reflexo direto sobre a própria contextualização. Assim, o *frame* deve ser visto não só como uma noção interativa em que a interpretação contextual é negociada pelos falantes, refletindo-se direta ou indiretamente em suas trocas conversacionais, perdendo, assim, seu caráter de fixidez e adquirindo maior dinamismo. (FÁVERO, 2009 [1991], p. 76)

Observamos que, partindo do princípio nuclear da Linguística Textual, que considera a linguagem como ação intersubjetiva, a definição de Fávero aponta para a compreensão de *frame* segundo os escopos interacional e cognitivo, o que a aproxima de forma significativa ao tratamento que foi dado ao conceito por van Dijk (1977 e 1992).

Com base em uma perspectiva teórica centrada nos estudos da cognição e da Linguística Textual, van Dijk, em seus trabalhos (1977 e 1992) também realizou pesquisas sobre os *frames*, e sua proposta objetivava expandir a semântica do discurso, apoiando-se na tese de que as representações cognitivas seriam categorizadas sob a forma de esquemas ou *frames* gerais estruturados em vários subesquemas. (MORATO, 2010, p. 97). Em síntese, van Dijk (1977) compreende os *frames* como formas de representação do conhecimento acerca do mundo, o qual permite aos indivíduos realizarem atos cognitivos básicos como a compreensão dos diversos usos da linguagem, por exemplo. Além disso, o autor ainda propõe que os *frames* sejam pensados em termos de redes conceituais interligadas, uma vez que eles não são formados apenas por dados estáticos, mas também por procedimentos dinâmicos, servindo para os indivíduos como um guia de ação em circunstâncias determinadas, ou seja, os *frames* são cognitiva e socialmente determinados.

Também sob uma perspectiva cognitivo-interacional, Aquino (1997, pp. 49-51) assim apresenta sua compreensão sobre a atuação cognitiva dos *frames* no processo de compreensão de textos e discursos:

O conceito de *frame* é, ainda, fundamental para se dizer que as inferências são condicionadas contextualmente. Esse condicionamento ocorre devido não só a fatores

de estruturação linguística, mas ainda a elementos relativos às estruturas cognitivas e discursivas, levando em consideração aspectos da estrutura social relevante, já que está também é mentalmente representada. Acabamos reagindo a um grupo de elementos textuais – marcas, sinais, traços – que agem como pistas para se chegar a um *frame* particular, já que dispomos de mecanismos capazes de auxiliar a armazenagem na memória de situações e possibilidades de ocorrências de ações verbais e não verbais produzidas na situação comunicativa. Assim entendido como uma estrutura, que modela e dá suporte à situação enunciativa, o *frame* coloca-se como um mecanismo facilitador da cognição, como um potente auxiliar no processo de interpretação e instauração de sentido, procedendo a um rastreamento dos elementos presentes na interação. Embora comportem um certo grau de previsibilidade, os frames não são – deduz-se pelo exposto – estanques, amoldam-se aos mais diferentes contextos situacionais. Ao mesmo tempo que se colocam como uma estrutura mental que auxilia na interpretação do que ocorre em determinada situação, são sensíveis à percepção de elementos novos, capturando-os, trazendo-os para ampliar ou alterar o formato que se criou durante o evento discursivo. Embora se verifique o importante papel desempenhado por esse elemento no processo de constituição da significação, é preciso lembrar que não somente o *frame*, mas a cognição como um todo se estabelece como um sistema de captação, armazenamento e leitura de dados, uma verdadeira rede não compartimentada, mas organizada.

Em direção distinta das apresentadas, Fillmore (2009 [1982], p. 30), sob o viés semântico, concebe os *frames* como pequenas cenas ou situações abstratas. Cada uma das cenas é ativada na mente dos indivíduos por uma palavra do contexto que, ao acionar a cena, também focaliza uma parte dela, instaurando uma perspectiva, um enquadramento. Desse modo, na associação entre as palavras e a construção de *frames*, Fillmore (2009 [1982], p. 37), afirma que:

As palavras que evocam *frames* em um texto revelam a multiplicidade de maneiras com que o falante ou o autor esquematizam a situação e induzem o ouvinte a construir uma tal visualização do mundo textual que motive ou explique os atos de categorização expressos pelas escolhas lexicais observadas no texto. (FILLMORE 2009 [1982], p. 37).

Assim, como Fillmore (op. cit.) considera que as categorias codificadas linguisticamente pressupõem crenças sobre o mundo, as experiências partilhadas, os padrões de como fazer as coisas e as maneiras de vê-las, podemos concluir que cada construção linguística recorta uma perspectiva sobre uma cena prototípica e, nesse sentido, revela as posições ideológicas do falante. Em função disso, os significados podem ser explicados a partir de *frames*, caracterizados como estruturas complexas de conhecimento fundamentadas em expectativas socialmente partilhadas.

Pelo termo *frame* eu tenho em mente qualquer sistema de conceitos relacionados de maneira que para entender qualquer um deles deve-se entender toda a estrutura em que ele se encaixa; quando um dos elementos dessa estrutura é introduzido no texto ou na conversação, todos os outros se tornam automaticamente disponíveis. (FILLMORE, 2009 [1982], p.111).

Como forma de elucidar como esses elementos estão relacionados, podemos mobilizar o *frame* de consulta médica, cuja compreensão exige o reconhecimento de conceitos relativos a ele, tais como “médico” e “paciente”, por exemplo, criando-se um padrão de expectativas relativamente à atuação desses. Segundo Fillmore (2009 [1982]), os *frames* estão associados ao processamento linguístico e são os elementos responsáveis pela estruturação dos sentidos das palavras e expressões, porque os indivíduos armazenam em suas mentes estruturas abstratas de expectativas, que remetem a papéis, propósitos, sequências de eventos – naturais ou convencionais – que estejam relacionados ao conceito de *frame*.

Sob a concepção de que os *frames* participam na forma como os indivíduos apreendem o mundo, moldando a forma como eles agem em função de seus objetivos pragmáticos, Lakoff (2004, xv) apresenta sua definição para o conceito, destacando a sensibilidade contextual de que ele se reveste:

Frames são estruturas mentais que moldam a maneira como vemos o mundo. Como resultado, eles moldam as metas que buscamos, os planos que fazemos, o modo como agimos e o que conta como um resultado bom ou ruim de nossas ações. Na política, nossos *frames* moldam nossas políticas sociais e as instituições que formamos para executar políticas. Mudar nossos *frames* é mudar tudo isso. [...]. Você não pode ver ou ouvir *frames*. Eles são parte do que os cientistas cognitivos chamam de estruturas “cognitivas inconscientes” em nossos cérebros que não podemos acessar conscientemente, mas conhecemos suas consequências: a maneira como raciocinamos e o que conta como senso comum. Também conhecemos *frames* por meio da linguagem. Todas as palavras são definidas em relação aos *frames* conceituais. Quando você ouve uma palavra, seu *frame* (ou coleção de *frames*) é ativado em seu cérebro.⁷² (tradução nossa)

Em um posicionamento epistemológico apoiado na tríade: discurso-semântica-cognição, Duque (2015, p. 26) destaca em sua definição de *frames* o papel central que a linguagem desempenha na interface entre cognição e discurso:

Frames são mecanismos cognitivos através dos quais organizamos pensamentos, ideias e visões de mundo. Novas informações só ganham sentido se forem integradas a *frames* construídos por meio da interação ou do discurso. À medida em que a estruturação e o acionamento desses padrões cognitivos ocorrem inconscientemente, cabe às ciências da cognição explicitá-los. Para a Linguística Cognitiva, em especial,

⁷² Frames are mental structures that shape the way we see the world. As a result, they shape the goals we seek, the plans we make, the way we act, and what counts as a good or bad outcome of our actions. In politics our frames shape our social policies and the institutions we form to carry out policies. To change our frames is to change all of this. [...]. You can't see or hear frames. They are part of what cognitive scientists call the "cognitive unconscious"-structures in our brains that we cannot consciously access, but know by their consequences: the way we reason and what counts as common sense. We also know frames through language. All words are defined relative to conceptual frames. When you hear a word, its frame (or collection of frames) is activated in your brain.

essa explicitação se ancora na linguagem, ou seja, o processo cognitivo de construção do sentido tem início no reconhecimento dos indexadores linguísticos que vão sendo apresentados sucessivamente no discurso.

Duque (op. cit.) defende que estratégias cognitivas baseadas em *frames* são recursos para a construção de sentidos complexos e de visões de mundo, por isso, reconhece que a seleção lexical e a forma como os elementos linguísticos são organizados na composição do discurso revelam-se como estratégias básicas para a construção do sentido. Dessa forma, o autor (op. cit., p. 46) argumenta que, com base nas estratégias linguísticas utilizadas, os discursos podem estar ancorados em *frames* e os *frames* podem estar ancorados no discurso. “Nesse enquadre, itens linguísticos arranjados gramaticalmente e mapeamentos metafóricos provocam o acionamento de *frames* que orientam visões de mundo e produzem consequências políticas, sociais e comportamentais profundas.”.

Essa asserção de Duque é fundamental às análises que nos propomos a realizar neste trabalho, uma vez que nos permite compreender a ativação de *frames* como um recurso constituído no/pelo discurso e, portanto, resultante de uma estratégia orientada à veiculação de ideologias, cujo resultado é também o de promover um consenso sobre o que deve ser entendido como identidade nacional. Nesse sentido, o conceito de *frame* ganha relevo como um processo de interação discursivamente orientado, conforme discutimos no próximo subitem.

3.6.2 *Frames* interativos: a dimensão da experiência

Ao cunhar o conceito de *frame*, Goffman o faz em resgate ao trabalho desenvolvido por Gregory Bateson no âmbito da comunicação, a partir da observação que este fez do comportamento de um grupo de macacos no zoológico de São Francisco (EUA)⁷³, na década de 1950. Assim, o projeto desenvolvido por Goffman em sua obra de referência teve como escopo responder à seguinte indagação, que é a pedra de toque ao desenvolvimento de sua teoria: “O que está acontecendo aqui?”. Aquilo que, aparentemente, pode parecer uma pergunta banal, inscreve-se no projeto goffmaniano como forma de compreender de que modo se ordena

⁷³ I saw two young monkeys playing, i.e., engaged in an interactive sequence of which the unit actions or signals were similar to but not the same as those of combat... Now, this phenomenon, play, could only occur if the participant organisms were capable of some degree of metacommunication, i.e., of exchanging signals which would carry the message “this is play”. (BATESON, 1955, p.179 apud BAPTISTA, p. 108) – Tradução nossa: Eu vi dois jovens macacos brincando, ou seja, envolvidos em uma sequência interativa na qual as ações individuais ou os sinais eram semelhantes, mas não os mesmos que os do combate... Agora, esse fenômeno, jogo, só poderia ocorrer se os participantes fossem capazes de algum grau de metacomunicação, ou seja, de trocar sinais que levariam a mensagem “isto é jogar”.

a interação na vida cotidiana e, a partir disso, como se generalizam estratégias que permitem aos interactantes organizar e verificar reciprocamente, e com relativo grau de segurança, seus comportamentos sociais, o que é fundamental à construção, manutenção e/ou reprodução dos *frames*. Ademais, cabe destacar que, em seu percurso científico, Goffman deixa claro que a questão básica para a análise dos *frames* é concernente à distinção entre aparência e realidade – ou melhor, aos modos como essa distinção é organizada e vivenciada. (BAPTISTA, 2003)

Em *Frame Analysis* (2006 [1974]), Goffman procura descrever, por meio do recurso a metáforas relativas aos universos teatral e dos jogos de tabuleiro, de que modo a experiência⁷⁴ humana na vida cotidiana organiza-se e desenvolve-se por meio de enquadres de natureza cognitiva: os chamados *frames*. Pautado em uma perspectiva multidisciplinar de análise, Goffman (2006 [1974], p. 11) esclarece seu posicionamento:

Parto do pressuposto de que as definições de uma situação são estabelecidas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; *frame*⁷⁵ é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de *frame*. Minha expressão análise de *frames* é um slogan para me referir, nesses termos, ao exame da organização da experiência.⁷⁶ (itálicos do autor) (tradução nossa)

Em busca da delimitação do campo de abrangência de seus estudos, Goffman (2006 [1974], pp. 6-7) pontua que sua tarefa consiste em observar a semelhança estrutural existente entre a vida cotidiana e os diversos “mundos” do fazer crer, ou seja, pretende investigar a ficcionalização do cotidiano e o modo como a vida do dia a dia se organiza tanto da perspectiva da cognição quanto da do envolvimento emocional dos indivíduos nas mais diversas situações de interação. Baptista (2003, p.107) assim compendia esse aspecto da teoria desenvolvida por Goffman:

⁷⁴ No que tange ao conceito de “experiência”, segundo o tratamento que lhe dispensa Goffman, dois pontos merecem destaque: i) obedece a princípios de organização e; ii) inclui os processos cognitivos e o “envolvimento” emocional. Essas são duas características fundamentais à construção da “análise da realidade social” que se pretende “diferente” de outras abordagens do gênero (GOFFMAN, 1986 apud. BAPTISTA, 2003).

⁷⁵ Neste trabalho, utilizamos a edição espanhola da obra de Goffman. Entretanto, a fim de evitar confusões terminológicas, optamos por utilizar apenas o termo *frame* e, nos casos das citações em espanhol, em que o conceito foi traduzido como “marco”, utilizaremos, em nossas traduções, o termo “*frame*”.

⁷⁶ Doy por supuesto que las definiciones de una situación se elaboran de acuerdo con los principios de organización que gobiernan los acontecimientos – al menos los sociales – y nuestra participación subjetiva en ellos; marco es la palabra que uso para referirme a esos elementos básicos que soy capaz de identificar. Ésta es mi definición de marco. Mi expresión análisis del marco es un eslogan para referirme, en esos términos, al examen de la organización de la experiencia.

Não se trata, de forma alguma, de supor que “construímos” a realidade e podemos “desconstruí-la” ao nosso bel-prazer. Nem, muito menos, que somos autómatos pré-programados para reagir de formas rigidamente especificadas, biológica ou socialmente. [...] procedemos a enquadramentos das nossas experiências, através de mecanismos de categorização, produzidos, reproduzidos e alterados ao longo das nossas interações quotidianas e da sua conexão com processos naturais e sociais mais vastos. Esses processos, se, por um lado, nos permitem navegar com segurança pelo “mundo vivido” de todos os dias, por outro, obedecem a constrangimentos de natureza “sistémica” – tanto em termos cognitivos/emocionais como especificamente “interaccionais”.

O fato de os *frames* serem tratados sob uma abordagem interativa obrigou Goffman (2006 [1974]) a considerar com especial atenção aqueles que estão associados às ações – e posteriores categorizações – dos indivíduos. Dessa forma, considerando o papel que os atores sociais desempenham, propõe que se diferenciem os *frames* naturais dos sociais. Os primeiros estão relacionados às “perspectivas naturais”: “os individuos não gozam de um *status* especial, estando sujeitos ao mesmo modo de ser determinista, carente de vontade e amoral [...]”⁷⁷ (tradução nossa), ou seja, trata-se de seres sujeitados aos desígnios naturais, em comparação a qualquer outro ser em estado de natureza, talvez a ideia de Goffman aqui é a de incluir o ser humano no conjunto de elementos estritamente naturais, apartado das relações de socialização. Em contrapartida, segundo os *frames* sociais, os indivíduos são entendidos como agentes autodeterminados, legalmente competentes para atuar e socialmente responsáveis por seus atos. Em relação a esses *frames*, Goffman (2006 [1974], p. 195) destaca que:

[...] indivíduos têm um papel completamente especial na atividade. [...]. As propriedades que atribuímos aos atores normais, tais como a percepção correta, a vontade pessoal, uma gama de competências adultas, o acesso à memória, uma medida de empatia com os outros, honestidade, confiabilidade, identidade social e pessoal determinadas e coisas similares intervêm, de várias formas, nas relações interpessoais. Assim, qualquer necessidade aparente de redefinir um ator como alguém que possui atributos diferentes dos convencionais pode ter um efeito muito significativo sobre a atividade de que a pessoa modificada participa.⁷⁸ (tradução nossa)

As redefinições do ator a que Goffman (2006 [1974]) se refere estão relacionadas às possibilidades que os indivíduos, em interação, possuem de simular e/ou dissimular seu modo de se apresentar ao mundo (em relação à atuação teatral, por exemplo, um ator pode se fingir

⁷⁷ los individuos no gozan de un estatus especial, estando sujetos al mismo modo de ser determinista, carente de voluntad y amoral [...].

⁷⁸ [...] los individuos tienen un rol totalmente especial en la actividad. [...] Las propiedades que atribuimos a los actores normales, tales como la percepción correcta, la voluntad personal, una gama de competencias adultas, el acceso a la memoria, una medida de empatía respecto a los otros presentes, honestidad, fiabilidad, identidad social y personal determinadas y cosas semejantes, intervienen, en una multitud de maneras, en el trato interpersonal. De ello se sigue que cualquier necesidad aparente de redefinir a un actor como alguien que posee otros atributos diferentes a estos convencionales puede tener un efecto muy penetrante sobre la actividad en la que participa la persona modificada.

de morto, ou, sendo jovem, apresentar-se como um idoso ou uma criança), construir uma imagem de si que esteja relacionada a seus propósitos interacionais. Para o autor, esse jogo de máscaras de que se valem os atores sociais está relacionado a um projeto de universalização de uma forma específica de enquadramento dos acontecimentos, constituindo, portanto, uma estratégia ideológica.

A partir disso e, como parte importante dos processos de enquadramento da vida cotidiana, Goffman (op. cit.) chama a atenção para os componentes de natureza emocional, que integram os mecanismos de categorização, por exemplo, e os quais participam de forma decisiva na construção dos *frames*, uma vez que “em situações de intenso envolvimento emocional, uma determinada actividade ‘transformada’ a partir de outra é assumida, para o indivíduo, como a ‘realidade’”. (BAPTISTA, 2003, p. 142). Assim, segundo a perspectiva de Goffman (op. cit.), o envolvimento emocional – em seus mais diversos graus de intensidade – é fundamental à abordagem cognitiva das situações, pois um indivíduo não pode se comportar “adequadamente” sem que haja qualquer tipo de envolvimento. Nas palavras do autor (op. cit., pp. 359-360):

[...] o *frame* organiza mais que o significado; organiza também o envolvimento. No decurso de qualquer atividade, os participantes normalmente não só obterão um sentido do que está acontecendo, mas também (em certo grau) se tornam espontaneamente absorvidos, envolvidos, fascinados. [...] O envolvimento é um processo psicobiológico em que o sujeito se torna, pelo menos em parte, inconsciente da direção de seus sentimentos e de sua atenção cognitiva.⁷⁹ (tradução nossa)

Em suma, o projeto de Goffman consiste em investigar a forma como, em suas práticas ordinárias, os indivíduos enquadram não apenas suas atividades como também as daqueles com os quais interagem. Sob a perspectiva goffmaniana, as atividades são concebidas como sequências de comportamentos considerados pelos interactantes adequados a contextos interacionais específicos, ou seja, os enquadramentos respondem pela significação que essas atividades assumem.

A fim de explorar com mais rigor a construção dos *frames*, Goffman (2006 [1974]) realiza uma taxonomia exaustiva e a qual consideramos ser improdutiva aos objetivos de nosso trabalho, no entanto, retomaremos de sua teoria a discussão acerca dos *frames* primários

⁷⁹ [...] el marco organiza algo más que el significado; organiza también la participación. Durante cualquier torrente de actividad los participantes normalmente no sólo adquirirán un sentido de lo que está pasando, sino que también (en cierto grado) quedarán espontáneamente absorbidos, enganchados, cautivados [...] La participación es un proceso psicobiológico en el que el sujeto se torna al menos parcialmente inconsciente de sus sentimientos y de su atención cognoscitiva.

(*primary frameworks*), porque a entendemos relevante à compreensão de como as estratégias de (re)enquadramento – comportamentais – estão embricadas nas de construção de objetos de discurso – linguístico-discursivas – e as encaminhamos para mostrar que ambas conformam constructos cognitivos participantes da edificação de identidades.

3.6.2.1 *Frames* primários

Ao proceder à definição do que chamou de “*primary frameworks*”, Goffman (2006 [1974]) tinha em vista a concepção de que o caráter primário de um enquadramento é algo socialmente atribuído, fundamental à significação dos eventos cotidianos, dado que:

Tomados em conjunto, os *frames* primários de referência de determinado grupo social constituem um elemento central da sua cultura, especialmente na medida em que emerge uma compreensão sobre os principais tipos de esquemas, as relações entre eles e a soma total das forças e agentes que esses esquemas interpretativos reconhecem como dispersos no mundo. Devemos tentar formar uma imagem do *frame* ou dos *frames* de referência de um grupo – um sistema de crenças, sua “cosmologia”. [...] E note que [...] esses recursos cognitivos não são totalmente compartilhados. Pessoas semelhantes em suas crenças podem, no entanto, diferir sobre algumas premissas, como a existência da clarividência, a intervenção divina, e assim por diante.⁸⁰ (GOFFMAN, 2006 [1974], p. 29) (tradução nossa)

Os *frames* são caracterizados como primários porque um indivíduo, ao se deparar com uma situação, é capaz de reconhecê-la ou de distingui-la a partir da mobilização de esquemas interpretativos que não dependem de – nem remetem a – qualquer tipo de interpretação anterior ou original relativamente àquela situação, ou seja, um *frame* primário é responsável por atribuir sentido a algo que, de outra maneira, não faria sentido para o indivíduo que o mobiliza, pois “todo *frame* primário permite a seu usuário localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de eventos específicos definidos em seus termos.”⁸¹ (GOFFMAN, 2006 [1974], p. 24) (tradução nossa)

⁸⁰ Considerados en su conjunto, los marcos de referencia primarios de un determinado grupo social constituyen un elemento central de su cultura, especialmente en la medida en que emerge una comprensión relativa a los principales tipos de esquemas, a las relaciones de estos tipos entre sí y a la suma total de fuerzas y agentes que estos diseños interpretativos reconocen que se hallan sueltos en el mundo. Debemos intentar formarnos una imagen del marco o de los marcos de referencia de un grupo – un sistema de creencias, su “cosmología”. [...] Y adviértase que [...] estos recursos cognitivos no se comparten totalmente. Personas por lo demás semejantes en sus creencias pueden, sin embargo, diferir respecto algunos supuestos, tales como la existencia de la clarividencia, la intervención divina, y cosas por el estilo.

⁸¹ todo marco de referencia primario permite a su usuario situar, percibir, identificar y etiquetar un número aparentemente infinito de sucesos concretos definidos en sus términos.

À continuação de suas análises, Goffman (op. cit., pp. 23-24) aponta que os *frames* primários são responsáveis pela divisão da experiência humana em dois tipos de quadro: a) “naturais”, correspondentes a “comportamentos não orientados⁸²”, ou seja, aqueles que, por serem característicos de seres inanimados, não dependem de uma agência e são “puramente físicos”, produtos de determinantes naturais, como o são as condições meteorológicas, por exemplo; e os ii) “sociais”, equivalentes a “comportamentos orientados”, os quais incorporam a vontade, o objetivo, o esforço de controle da inteligência realizado por uma agência. “Esses atos submetem aqueles que o realizam a “critérios”, a valorização social da ação.”⁸³ (GOFFMAN, op. cit., p. 24) (tradução nossa)

Subjacente aos *frames* primários está a atribuição de formas de interpretar e agir no mundo, explicitadas por crenças, desejos ou outros estados mentais, por exemplo, uma vez que:

[...] as ações guiadas permitem dois tipos de compreensão. Uma – mais ou menos comum a todos os atos – tem a ver com a manipulação patente do mundo natural de acordo com limitações especiais impostas pelos eventos naturais. O outro tipo de compreensão tem a ver com mundos especiais dos quais o ator pode chegar a participar e que, é claro, variam consideravelmente. [...]. Em suma tendemos, portanto, a perceber os eventos em termos de *frames* primários, e o tipo de *frame* que usamos fornece uma maneira de descrever o evento a que se aplica.⁸⁴ (tradução nossa)

A partir do exposto, entendemos que, considerados em seu conjunto, os *frames* primários de um grupo social determinado constituem um elemento central de sua cultura fundamentalmente porque deles emerge a compreensão relativa ao modo como seus membros agem e atribuem significado ao mundo.

Destacamos, todavia, que o processo de interpretação das ações cotidianas não se restringe à mobilização dos *frames* primários. Apesar de seu importante papel na organização da “experiência”, por serem produtos culturais, esses estão, conseqüentemente, sujeitos a modificações ou reenquadramentos. Sobre isso, Goffman (2006 [1974], p. 255) defende que:

⁸² O termo “orientado”, em Goffman (1974), é compreendido como decorrente do propósito de um agente e, portanto, intencional, voluntário.

⁸³ Estos actos someten a quienes lo realizan a ‘criterios’, a la valoración social de la acción.

⁸⁴ [...] los haceres guiados permiten dos tipos de comprensión. Uno – más o menos común a todos los actos – tiene que ver con la manipulación patente del mundo natural de acuerdo con las limitaciones especiales que los sucesos naturales imponen. El otro tipo de comprensión tiene que ver con mundos especiales en los que puede llegar a participar el actor y que, desde luego, varían considerablemente. [...]. En suma, tendemos, pues, a percibir los acontecimientos en términos de marcos de referencia primarios, y el tipo de marco de referencia que empleamos proporciona una manera de describir el acontecimiento a que se aplica. (GOFFMAN, 2006 [1974], pp. 25-26)

Argumentou-se que um recorte de atividade será percebido pelos seus participantes em termos de regras ou premissas de um *frame* primário de referência, seja social ou cultural [...]. Também se afirmou que estes *frames* de referência não são apenas mentais, mas correspondem, de certo modo, à forma como se organiza um aspecto da própria atividade, especialmente a atividade que afeta diretamente os agentes sociais. [...]. Os indivíduos com esta compreensão do que acontece, ajustam suas ações em função dela e costumam encontrar suporte para isso no mundo em curso.⁸⁵ (tradução nossa)

A relação entre os *frames* e o mundo externo – à linguagem e à mente – é complexa. Assim, como forma de explicar os processos de adequação das ações individuais às atividades sociais, Goffman (op. cit., p. 46) destaca o conceito de *chave* (*key*), entendido como o “conjunto de convenções por meio do qual determinada atividade, já dotada de sentido em termos de um *frame* primário, torna-se algo pautado sobre essa atividade, mas considerado pelos participantes como muito diferente”⁸⁶ (tradução nossa) e ressalta que a transposição de chaves desempenha um papel fulcral na determinação do que os indivíduos pensam sobre o que está acontecendo em dada situação. Desse modo, as chaves constituem procedimentos de reenquadre dos *frames* primários, oferecendo aos interactantes novas possibilidades de compreensão da situação, conformando-se, portanto, como um movimento que ultrapassa o conhecimento estruturado em termos conceptuais e linguísticos e instaura-se na ordem da interação.

Goffman (2006 [1974]) chama a atenção para o fato de que grande parte dos elementos que contribuem para a construção dos *frames* são dados como pressupostos pelos indivíduos, ou seja, não há reflexão em torno deles – talvez possamos pensar que estejam relacionados mais que a hábitos essencializados pela *práxis*, mas que também façam parte de um sistema de valores e de conhecimentos arraigados em uma comunidade epistêmica⁸⁷, a qual estabelece a relevância de determinadas formas de interpretação dos fatos em detrimento de outras, impactando, assim, nos modos de ação e de interação dos agentes sociais.

Ao considerar os *frames* como produtos da interação, o Goffman (op. cit.) reconhece que as experiências são vulneráveis, sobretudo, em função das diferentes interpretações que

⁸⁵ Se ha estado argumentando que una franja de la actividad será percibida por sus participantes en términos de las reglas o premisas de un marco de referencia primario, ya sea social o cultural [...]. También se ha afirmado que estos marcos de referencia no son sólo algo mental, sino que corresponden en cierto sentido a la manera como se organiza un aspecto de la propia actividad, en especial la actividad que afecta directamente a los agentes sociales. [...]. Los individuos con esta comprensión de lo que sucede, acomodan sus acciones a esta comprensión y normalmente encuentran que el mundo en curso apoya esa acomodación.

⁸⁶ conjunto de convenciones mediante las que una actividad dada, dotada ya de sentido en términos de cierto marco de referencia primario, se transforma en algo pautado sobre esta actividad, pero considerado por los participantes como algo muy diferente.

⁸⁷ “Comunidade epistêmica” é uma expressão que tomamos emprestada de van Dijk (2014) e que, em linha gerais, refere-se a comunidades nas quais os vários conhecimentos circulam de forma mais ou menos estável e são compartilhados por diferentes grupos.

podem desencadear. Embora haja um aparato contextual que, na maior parte das vezes, constrange as possibilidades de uma compreensão ambígua, não se pode esperar que todos os participantes envolvidos na interação façam parte da mesma comunidade epistêmica e que ativem os mesmos conhecimentos e emoções diante de uma situação. Por conseguinte, reconhecendo esse entrave, o autor (op. cit.) elucida que há um conjunto especial de atividades socialmente ritualizadas, cujo propósito é ancorar as ações dos indivíduos, permitindo-lhes uma rápida adequação ao contexto; um exemplo disso é o uso, no âmbito jurídico, do martelo para iniciar e encerrar julgamentos. Uma vez reconhecidas as características dessa atividade, é pressuposto que os indivíduos ativem os *frames* necessários à sua compreensão e também aqueles relativos às expectativas de padrões de comportamento. Ou seja, há, nas sociedades, atividades altamente ritualísticas para as quais os *frames* estão antecipadamente definidos, bastando aos atores sociais, portanto, – se pretenderem realizar interações adequadas – ajustarem-se a eles.

Não podemos desconsiderar, entretanto, que os *frames* são construções sociais e, por isso, passíveis de transformações tanto de ordem sincrônica quanto diacrônica. À medida que as convenções sociais se transformam, há uma influência no modo como as situações passam a ser enquadradas e isso exige uma reconfiguração dos *frames* associados a elas. Nesse sentido, entendemos que essa sensibilidade a mudanças contextuais também interfere na construção das representações que os indivíduos fazem acerca de si mesmos e dos outros, ou seja, na edificação das identidades.

Da perspectiva sincrônica, utilizando um exemplo de Goffman (2006 [1974]), podemos evocar a interpretação que se faz do objeto piano inscrito em dois *frames* distintos: no contexto de um concerto musical, esse objeto enquadra-se na categoria de instrumento, parte integrante do espetáculo; em contrapartida, em uma situação de mudança, na qual o piano deve ser transportado de um apartamento para outro lugar, ele pode ser concebido como um objeto inútil, “desengonçado”, pesado, enfim, sua propriedade inerentemente musical não está em questão, nem é relevante para os responsáveis por transportá-lo. Observamos, assim, que a ativação de *frames*, da perspectiva sincrônica, associa-se diretamente à relação (e nisso inclui-se obviamente o componente emocional) que os agentes sociais estabelecem entre si ou com os objetos com os quais interagem, selecionando características, manifestadas linguisticamente, que lhes são mais salientes no decurso da interação para categorizarem/representarem esses seres.

Do ponto de vista diacrônico, podemos observar, no caso da sociedade brasileira, como o *frame* casamento veio se reconfigurando, sobretudo na última década. Em uma tentativa de resgate ontológico do termo, observamos que, da perspectiva cristã, o casamento esteve associado a uma série de rígidas convenções sociais: o pedido deveria ser realizado pelo homem, para haver um noivado e, posteriormente, ocorrerem as cerimônias civil e religiosa; porém, observamos atualmente um ecletismo significativo no que tange ao casamento – desde os participantes até as convenções religiosas –, em que algumas tradições – embora ainda existentes – não são mais determinantes exclusivas, havendo, assim, novas configurações que engendram novos *frames* para o mesmo evento, demonstrando, portanto, que, por não serem categorias monolíticas, mas produtos de interação, os *frames* estão sujeitos a constantes reformulações, de modo a refletir como as experiências são socialmente organizadas e apreendidas.

Em suma, entendemos que, independentemente da filiação epistemológica responsável por sua definição, os *frames* fazem parte da vida do ser humano em suas interações cotidianas, pois saber que o comportamento que se tem em uma arquibancada de jogo de futebol é diferente do que é esperado em uma reunião de trabalho, por exemplo, envolve compreender *frames* evocados nas/por essas situações específicas. Desse modo, por estarem diretamente inseridos em processos sociodiscursivos e por serem responsáveis pela ordenação de nossas performances cognitivas, reconhecemos que os *frames* são ideologicamente orientados e podem variar de acordo com cada cultura.

Como produtos culturais, os *frames* também podem ser – e comumente o são – instrumentalizados como parte de projetos argumentativos. Desse modo, compreendemos que distintas abordagens sobre *frames* permitem que se entreveja um viés que os perpassa e que pode muito bem enriquecer nossa concepção, possibilitando procedermos à análise dos processos de construção das identidades leste-timorenses ancorados em práticas linguístico-discursivas.

A partir das referências teóricas elencadas neste capítulo, reconhecemos que, a todas elas, subjaz o fundamento cognitivo-ideológico, o qual é de suma importância à proposta analítica adotada para o desenvolvimento deste trabalho. Dessa forma, nossa opção pela Análise Crítica do Discurso, devido a seu caráter multidisciplinar, permite a coadunação entre fundamentos epistemológicos oriundos das Ciências Sociais, da Psicologia Social e da Linguística, como intentamos realizar.

Ao longo de nosso percurso epistemológico, buscamos, portanto, explicitar que as práticas discursivas, as construções identitárias e o mundo social encontram-se amalgamados em um processo incessante e mútuo, dado que são, simultaneamente, construtores e constituídos uns pelos outros. Como tributária dessa perspectiva, a compreensão da forma como a vida social se organiza está, assim, indissociavelmente atrelada às ações e aos discursos de seus atores. Desse modo, após haveremos procedido a uma revisão da literatura pertinente à composição de nosso aporte teórico-metodológico, sem qualquer pretensão de esgotar as discussões propostas, procedemos às análises do *corpus*.

CAPÍTULO IV

A IDENTIDADE COMO UM PROCESSO
DISCURSIVO

As discussões teóricas que realizamos até este momento apontam para o fato de que a relação entre discurso e sociedade marca-se por sua complexidade e, por isso mesmo, por incontáveis alternativas de análise e compreensão. Nesse sentido, entendemos que nossas análises constituem uma possibilidade entre muitas outras, a partir do recorte que se volta aos fenômenos linguísticos, discursivos e cognitivos os quais, em consonância com nosso quadro teórico, permitem-nos oferecer propostas analíticas acerca da edificação e da disseminação de projetos identitários em Timor-Leste. Tendo como *corpus* discursos pronunciados por Xanana Gusmão entre os anos de 1982 e 2006, nossas análises têm como escopo identificar os elementos linguístico-discursivos e cognitivos que atuam na interface discurso – sociedade e, a partir disso, investigar o processo de construção das identidades leste-timorenses.

Mantendo-nos coerentes com nossos objetivos, elucidamos que este não se trata de um estudo diacrônico, mas de comparações – quando pertinentes a nossos propósitos analíticos – entre distintas sincronias, com o propósito de observar como, por meio de estratégias linguístico-discursivas, e da marcada relação entre “nós” *versus* “outros”, forjam-se distintos projetos identitários em Timor-Leste. Para isso, recorreremos à análise de *frames* específicos que, a partir de nossa investigação e análise empírica do *corpus*, despontam como estruturas recorrentes sobre as quais os distintos projetos identitários se fundam. Em função disso, salientamos que discursos são atividades sócio-discursivo-cognitivas, o que significa dizer que, em todos eles, o que se põem em circulação são versões específicas acerca de um evento, ou seja, não se trata do evento propriamente dito, mas uma elaboração particular de um dado enunciador sobre ele.

Além disso, observação dos *frames*, possibilita-nos analisar os discursos não pelo aspecto quantitativo ou cronológico, mas pelo qualitativo, com base na observação do desenvolvimento dos enquadres discursivos, resultando, portanto, na compreensão ampliada de que eles não apenas reproduzem, mas atuam na constituição dos fatos.

Acerca dos procedimentos metodológicos, privilegiamos a análise qualitativa da constituição de identidades e não somente sua interpretação. No processo analítico do *corpus*, buscamos verificar as distintas ações discursivas, utilizando a macrocategoria “*Macroframe* de Perspectiva” como roteiro para a análise dos elementos de natureza linguístico-discursiva e cognitiva, bem como das estratégias argumentativas e da patemização. Entre os elementos linguísticos, recorreremos, quando relevante às análises, à consideração dos sintagmas verbais

(em especial os tempos e vozes) na construção da argumentação presente nos discursos de Xanana Gusmão.

4.1 A construção discursiva da identidade leste-timorense: definição das categorias de análise

O processo de construção de identidades, conforme discutimos no Capítulo II, é marcado pela complexidade, a qual justifica o interesse de diversas disciplinas por seu estudo. Neste trabalho, assumimos que as identidades, por emergirem das práticas discursivas, são marcadas pela descontinuidade, por ambiguidades, enfim, pela plasticidade, e refletem em si mesmas o modo como se organizam e desenvolvem (com todas suas tensões) as relações entre o homem e a sociedade.

Entendemos, assim, que a construção de identidades está indissociavelmente atrelada aos discursos que circulam em uma sociedade e os quais são responsáveis pelo forjamento – coletivo – de uma dada realidade sobre a qual esses discursos atuam, orientando o modo como os indivíduos concebem o mundo e atuam sobre ele.

Os elementos destacados ao longo da análise, assim como a definição das categorias analíticas, têm como objetivo abranger os elementos linguístico-discursivos identificados no *corpus*, os quais nos permitam compreender o fenômeno investigado: a construção discursiva da identidade leste-timorense.

No processo de desenvolvimento das análises, a partir do reconhecimento do significativo papel desempenhado pelas nominalizações (destacadamente os sintagmas adjetivais e substantivais) no processo de ativação de *frames*, destacamo-las como a categoria a partir da qual analisamos os elementos de natureza linguístico-discursiva e cognitiva, a saber: a construção dos objetos de discurso, a patemização e as representações sociais. Essa organização interessa-nos, particularmente, porque, ao lidarmos com o discurso político⁸⁸, consideramos, de acordo com Silva (2010), ser possível entendê-lo como atividade dinâmica na qual se inter-relacionam subjetividades e ideologias, assentado sobre uma relação dialógica

⁸⁸ Consideramos que os pronunciamentos de Xanana Gusmão referentes ao período de ocupação indonésia possam ser enquadrados como pertencentes ao domínio político devido à função que eles assumem no contexto em que circulam.

e, muitas vezes, dialética, sobretudo quando o consideramos constitutivo de identidades. Dessa forma, o discurso político revela a importância da ordem simbólica na formação de sujeitos e culturas políticas e, no caso particular de nosso trabalho, indica de que modo esses elementos podem se materializar discursivamente na construção de identidades.

Partindo da análise dos *frames*, entendemos que seja possível observar eventuais permanências e rupturas discursivas (e representativas) na concepção das identidades leste-timorenses em distintos contextos históricos e como produtos das novas formas de organização da sociedade quando um mesmo indivíduo – como é o caso de Xanana Gusmão – ocupa lugares sociais tão distintos em termos de acesso ao poder e de legitimidade.

Destacamos que nosso interesse é utilizar os *frames* de forma instrumental – como categoria analítica – e, fundamentados na discussão que realizamos no Capítulo III, assumimos que eles são estruturas cognitivas que permitem aos indivíduos realizar interpretações acerca das situações discursivas de que participam. Além disso, desempenham importante papel de cerceamento semântico-contextual, isto é, partindo do princípio de que palavras evocam *frames*, é possível compreender que a seleção de determinados itens lexicais mobiliza *frames* específicos, o que limita, portanto, os significados criados a partir deles e as formas como os indivíduos interpretam as situações cognitivamente mediadas pelos *frames* que mobilizam para compreendê-las.

Após essas considerações, apresentamos o esquema elaborado para a análise dos discursos que compõem o *corpus*, bem como das questões teórico-metodológicas, as quais são justificadas e exemplificadas.

4.1.2 Procedimentos analíticos: o esquema de análise e suas categorias

O esquema que apresentamos a seguir visa a sistematizar, com base no aparato teórico desenvolvido nos capítulos anteriores, os elementos linguístico-discursivos delimitados a partir de nossa observação do *corpus*, os quais norteiam nossas análises.

Esquema 1: Sistematização das Categorias de Análise

No esquema, as linhas contínuas indicam uma relação de interdependência e de influência recíproca entre os elementos. Na primeira coluna, à esquerda, estão indicados os elementos de natureza linguístico-discursiva e cognitiva que se associam à construção dos *frames* supramencionados. Como produto das (inter)relações entre esses elementos são distinguidos os *frames* com base na saliência de um ou mais desses recursos, os quais, em seu conjunto, respondem pela construção das identidades, que, para nós, são o produto final das práticas discursivas de Xanana Gusmão.

Na quarta coluna, à direita, na qual estão enumerados e classificados os três *frames* com os quais trabalhamos nas análises, é importante salientar que a relação *interframes* foi representada de forma ilustrativa, sendo assim, não se trata de uma hierarquização, tampouco de restringir a interação ao *frame* imediatamente superior ou posterior, segundo a disposição no esquema. Entendemos que a inter-relação acontece entre todos eles, embora haja maior distanciamento entre os *frames* de Família e o de Povo Genérico, uma vez que cada um deles

está no cerne da criação de projetos identitários distintos para o povo-leste timorense, durante a ocupação indonésia e no período pós-independência, respectivamente.

A mesma discussão que realizamos acerca da inter-relação entre *frames* e as demais categorias de análise se aplica à associação entre discurso $\leftrightarrow$ *frames* $\leftrightarrow$ identidade. Concebemos, no caso específico deste trabalho, a existência de uma relação indissociável entre esses três elementos e é a partir da análise dos discursos que temos acesso às estratégias argumentativas responsáveis pela construção discursiva das identidades leste-timorenses, materializadas por meio de recursos linguísticos, discursivos e cognitivos.

4.1.3 As identidades sob a perspectiva de seus elementos constituintes: as categorias de análise

As categorias de análise mobilizadas neste trabalho caracterizam-se por sua natureza linguístico-discursiva e cognitiva, e foram selecionadas segundo sua relevância no processo de construção de projetos identitários em Timor-Leste.

Partindo de uma aproximação inicial aos discursos que compõem o *corpus*, verificamos que tais categorias operam de formas distintas no processo de construção discursiva das identidades leste-timorenses nos *frames* analisados. Assim, dando seguimento à apresentação das categorias de análise, elencamos os *frames* com os quais trabalhamos ao longo deste capítulo. Para cada um dos três *frames*, procedemos a uma breve descrição de seus elementos constituintes e os exemplificamos com excertos retirados do *corpus*. Cabe salientar que a análise pormenorizada dos elementos indicados na categorização dos *frames* está desenvolvida ao longo deste capítulo.

Frame de Guerra: neste *frame* estabelece-se fundamentalmente a polarização entre “nós” *versus* “eles”. Em função disso, diz respeito mais direta, mas não exclusivamente, à edificação das identidades leste-timorenses. Trata-se de, discursivamente, construir e disseminar projetos identitários que estejam conformados aos valores ideológicos vigentes em cada uma das épocas estudadas neste trabalho. Para tanto, surgem como seus elementos basilares as representações sociais e as relações entre discurso e poder, as quais se materializam nos discursos por meio dos processos de construção dos objetos de discurso e da seleção lexical atinente ao contexto da guerra, seja bélica ou ideologicamente orientada.

Exemplos:

O Povo Maubere está política, moral e militarmente preparado para resistir por tanto tempo quanto for preciso para expulsar o ocupante estrangeiro, criminoso e bárbaro de sua terra natal. [D. I – L. 53-55]

Ao comemoramos o 12º aniversário da cobarde e vergonhosa invasão à nossa Pátria pelas criminosas forças de ocupação indonésias, todos devemos saber reflectir sobre as causas profundas desta guerra imposta ao Povo Maubere. [D. IV – L. 8-10]

Povo irmão indonésio,

Acolhemos com especial carinho a vossa presença, Presidente Megawati Soekarnoputri, não só como o Chefe de Estado do País irmão e vizinho, com quem partilhamos as mesmas fronteiras, mas também como um símbolo, que já era, dos anseios democráticos do povo irmão indonésio. [D. VII – L. 93-98]

Eu disse que é grave, porque teremos que eliminar toda a demagogia que pode aparecer em discursos e declarações, de modo que o sentido de responsabilidade seja criado dentro de cada um de nós, e apresentado na forma de participação nos debates e na busca de soluções. [D. VIII – L. 380-383]

Frame de Família: neste *frame*, que se refere exclusivamente ao período de ocupação indonésia, são identificados os processos por meio dos quais Xanana Gusmão forja discursivamente a identificação de Timor-Leste com a família: a pátria é a mãe e, os leste-timorenses, os filhos, os irmãos. Sem nos anteciparmos nas análises, mas indicando uma possibilidade inicial de compreensão, entendemos que esse deslocamento para as subjetividades dos cidadãos cumpre um papel eminentemente argumentativo, pois, a um só tempo, neutraliza ideologicamente as dissidências, ao naturalizá-las, afinal, membros da mesma família não pensam nem agem necessariamente da mesma forma, mas – em tese – todos se respeitam, respeitam sua origem e seus laços consanguíneos, além de reforçar a (auto)representação de *maun boot* (irmão mais velho), o qual possui legitimidade para conduzir as ações da família, guiá-la e decidir o que é melhor para ela.

Exemplos:

Muitos dos melhores filhos de Timor-Leste mantiveram-se resolutos na intenção de lutar até o último homem [...][D. I – L. 44-45]

Nós não aumentamos o sofrimento do Povo de quem somos filhos. [D. II – L. 157-158]

[...] devo manifestar, em nome do POVO MAUBERE, em nome da DIRECÇÃO DA LUTA e em meu próprio nome: a contínua certeza de que persistiremos na Luta, sejam quais forem as dificuldades de amanhã, a contínua certeza de que combateremos até o último homem em defesa da PÁTRIA sagrada e a contínua certeza de que aceitaremos a nossa própria morte como condição para libertarmos o nosso POVO! [D. III – L. 471-479]

Não, irmãos e companheiros da Luta! Nunca nos assustamos com as propagandas do inimigo e dos seus lacaios. [D. V – L. 122-123]

Frame de Povo Genérico: neste *frame*, identificado apenas nos discursos relativos ao período pós-indonésio, conforme discutimos ao longo destas análises, identificam-se os procedimentos pelos quais Xanana Gusmão refere-se ao povo leste-timorense, em contraste direto com o *frame* de Família, concernente ao período indonésio. Neste, conforme detalhamos nas análises subsequentes, as referências aos interlocutores caracterizam-se pela generalização por meio do uso reiterado de expressões nominais de valor impreciso/indeterminado.

Exemplos:

Por outro lado, deve-se considerar que o importante para a nação, nestes primeiros passos de independência, é todos assumirmos a necessidade de prestar a máxima atenção à capacidade intelectual e profissional das pessoas para responder às obrigações de cada um. [D. VI – L. 30-34]

Apenas activando governos locais podemos estabelecer o contato entre o governo e a realidade das pessoas de forma permanente e eficiente. [D. VIII – L. 244-246]

Muitos não percebem que somos dependentes da caridade. Outros não entendem que não podemos continuar vivendo da caridade. Alguns nos ensinam sobre a noção de realismo, que eu diria de conluio, porque as regras do jogo não são e não podem ser nossas, pertencem àqueles que podem ou, digamos, aos poderes que possuem. [D. IX – L. 96-99]

Há pouco tempo, numa reunião em Baucau, algumas pessoas diziam assim: “Xanana, assim mesmo, na guerra dividiu-nos. Finda a guerra continua a dividir-nos”. [D. X – L. 272-273]

A partir dessas discussões, sintetizamos a relação *interframes* no esquema a seguir:

Esquema 2: Relação *interframes*

O esquema ilustra que, como procedimento metodológico-analítico, partimos dos discursos de Xanana Gusmão para a identificação de *frames* e de seus elementos linguístico-discursivos constituintes, os quais participam, simultaneamente, da construção discursiva das identidades leste-timorenses, entendidas por nós como um produto da interação entre os distintos *frames*, ou seja, de uma relação *interframes*.⁸⁹ As linhas contínuas do esquema indicam que os *frames* estão em processos de inter-relação e todos eles, como esquemas cognitivos, são produtos da perspectiva instaurada no discurso pelo enunciador.

4.2 A análise dos *frames*

No processo de delineamento de nossa metodologia de análise, é relevante elucidar que cada um dos *frames* com os quais trabalhamos constitui-se a partir de procedimentos e estratégias cognitivas, linguísticas e discursivas predominantes, mas não exclusivas. Nesse sentido, a construção dos objetos de discurso e a patemização são elementos transversais, presentes em todos os pronunciamentos de Xanana Gusmão que compõem o *corpus*, (com menor ou maior ênfase à segunda, de acordo com o contexto) e, conseqüentemente, nos *frames* que destacamos para a consecução de nossa análise, participando de sua estruturação e na composição de suas dinâmicas internas.

Além disso, a delimitação a três *frames* específicos deve-se, primeiramente, ao critério da recorrência e, portanto, de uma possibilidade maior de desenvolvimento das análises; segundo, pela própria natureza de todo trabalho de investigação, que reconhecendo sua limitação, necessita ater-se a categorias que lhes sejam suficientes para o estudo do fenômeno observado, em nosso caso, a constituição discursiva de identidades.

No processo de análise dos *frames*, tomamos como referencial a concepção de “cognição política”, cunhada por van Dijk (2008) e que se refere basicamente à aquisição, aos usos e às estruturas de representações mentais sobre situações, eventos atores e grupos políticos. Por meio desses elementos, é possível investigar a organização das crenças políticas; os estereótipos e preconceitos; a identidade de grupos políticos, entre outros tópicos associados às representações da memória e aos processos mentais envolvidos na compreensão e na interação

⁸⁹ Sobre a relação *interframes*, ela corresponde ao posicionamento defendido nos trabalhos atuais de Aquino e Palumbo, destacadamente em: **A construção da opinião pública na cultura da convergência**: o lócus dos *frames*, o qual foi apresentado em março de 2018, no IV Sediart, em Buenos Aires.

políticas. Além disso, respaldamo-nos também no posicionamento de Marcuschi (2007, p. 78), para quem:

A maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva sobre o mundo e de nossa inserção sócio-cognitiva no mundo pelo uso de nossa imaginação em atividades de ‘integração conceitual’, do que simples fruto de procedimentos formais de categorização linguística. O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo construtivo e imaginativo e não de uma identificação de realidades discretas e formalmente determinadas. A primeira consequência disso é a impossibilidade de relação biunívoca entre linguagem e mundo, ou seja, cai por terra a visão representacional de linguagem, tão cara a todos os formalistas. Entra em cena uma continuidade conceitual elaborada com base na diversidade dos esquemas que mapeiam relações cognitivas estáveis.

Em termos de sistematização das análises, cada um dos *frames*, ao ser apresentado, é introduzido por uma descrição cujo propósito é delimitar o enfoque dado a ele, assim como as ações discursivas e as categorias que atuam na constituição dessas ações. Observamos, desse modo, a existência de estratégias distintas de construção de sentido (e de identidades, consequentemente) a partir da mobilização de elementos linguístico-discursivos específicos.

4.2.1 Os objetos de discurso e a patemização como estruturadores de *frames*

Conforme destacamos na introdução deste trabalho e no início deste capítulo, as análises são realizadas a partir da macrocategoria *Macroframe* de Perspectiva. Por entendermos que os *frames* são recursos de natureza cognitiva que atuam na forma como os indivíduos interpretam o mundo e os discursos sobre esse mundo, compreendemos também, que se trata já, em sua origem, de um procedimento de “recorte” desse mundo, segundo critérios que – geralmente – não são explícitos: como é o caso, por exemplo, das ideologias. Nesse processo de edição do mundo, ou de enquadramento, os indivíduos recorrem a procedimentos cognitivos de seleção: dos aspectos extradiscursivos que lhes sejam mais salientes aos projetos específicos de dizer; e de composição: que corresponde à ordenação desses elementos segundo a perspectiva que desejam instaurar em relação ao mundo recortado. Sendo assim, os *frames* carregam em si um elemento subjetivo indissociável, mesmo que sua construção seja oriunda das interações sociais. A partir disso, compreendemos que o *Macroframe* de Perspectiva, que propomos como macrocategoria analítica (vide página 192, Esquema 2), revela que o processo de edificação das identidades – como uma realidade construída discursivamente – não está isento da imposição subjetiva daquele que o faz.

A fim de sistematizar nossas análises, destacamos três *frames*, decorrentes do *Macroframe* de Perspectiva e inter-relacionados, que, por serem recorrentes aos discursos de Xanana Gusmão, auxiliam-nos a compreender como as identidades leste-timorenses são construídas. Passamos, na sequência, ao exame de cada um desses *frames*.

4.2.2 Frame 01 – Guerra

No desenvolvimento deste *frame*, destacamos as estratégias discursivas que participam do processo de polarização “nós” *versus* “eles” e analisamos seus efeitos em termos de construção de representações sociais. Interessa-nos observar também de que modo a seleção lexical atinente ao contexto da guerra, seja bélica ou ideologicamente orientada, atua na construção das identidades leste-timorenses em um contraponto com a alteridade indonésia. A título de organização, segmentamos a análise deste *frame* em dois períodos: o indonésio e os pós-indonésio, em função de haver, conforme discutimos, características peculiares a cada um deles.

4.2.2.1 O Frame de Guerra durante o Período Indonésio: o inimigo é o estrangeiro

Para o início de nossas análises, tomamos um fragmento do Discurso I, pronunciado por Xanana Gusmão em 13 de outubro de 1982, momento em que ele definitivamente passa a comandar as forças de resistência após a queda dos demais líderes. Como este é o discurso fundador da nova liderança, Xanana procura demarcar com bastante clareza que direção as investidas contra os inimigos tomarão a partir daquele momento, além disso, trata-se de um momento no qual ele perspectiva os atores envolvidos neste processo, define-lhes uma identidade, um lugar discursivo e aloca-os em polos discordantes. Nesse processo, entendemos que a prevalência da subjetividade na construção da realidade observada por ele possui um papel crucial na adesão dos leste-timorenses à causa das forças de resistência. Para melhor analisarmos como tal perspectiva se estabelece, apresentamos o seguinte fragmento:

Excerto 01 – Discurso I (L. 9-61)

10 Camaradas, membros do Governo Revolucionário da República Democrática de Timor-Leste, Patriotas de Timor-Leste!

Em nome dos membros do Conselho Nacional da Resistência Revolucionária, e de todo o pessoal militar e civil; em nome da gloriosa e heroica Falintil e do – mil vezes heróico – Povo Maubere, eu saúdo, com grande satisfação pessoal e confiança, os membros da Delegação Externa do Governo Revolucionário de República Democrática de Timor-Leste que
15 estão envolvidos na nossa luta, todos os filhos de Timor-Leste, que de longe continuaram a seguir com tristeza e orgulho os feitos heróicos de seus irmãos e irmãs.

Temos tomado, de forma decidida, outro grande passo para a vitória do Povo Maubere, uma certa e inevitável vitória enraizada na determinação inabalável do heróico e amado Povo Maubere. Esta vitória resulta do dom sagrado daquelas crianças que deram suas vidas
20 defendendo sua pátria e é cimentado por ofertas generosas de sangue fértil de seus heróis.

Durante sete longos anos, Timor-Leste foi devastado pelo horror de uma guerra genocida, sustentada pela camarilha sanguinária de Suharto. Por sete anos, o Povo Maubere tem sido dizimado por seus executores indonésios, mas também provou ao mundo sua vontade indomável de derrotar o agressor bárbaro e afirmar seu forte e total repúdio à ocupação militar
25 realizada pelo expansionismo colonial javanês.

Centenas de milhares de patriotas deram suas vidas para a nossa Pátria: a partir dos membros heróicos do sábio, intrépido e glorioso Comité Central da Fretilin, nomeadamente os nossos companheiros amados, Nicolau Lobato, Mau Lear e Bieky Sahe, guerrilheiros valorosos das Falintil; as dezenas de milhares de quadros da Fretilin formados pelas massas populares:
30 idosos, crianças, mulheres, homens, jovens e adultos que não recusaram os sacrifícios que lhes foram exigidos.

Hoje continuamos a testemunhar, nos campos de concentração e nas montanhas de Timor-Leste, magnífico exemplo de patriotismo e abnegação dos filhos desta terra, plenamente conscientes de que suas mortes consolidarão nossa macha para a vitória.

Sob o manto de sangue que cobre o solo sagrado da nossa querida Pátria e sobre as cinzas dos seus mártires, o Povo Maubere, sua resistência armada e a liderança, depois de um período difícil e doloroso de campanhas que destruíram nossas bases de apoio, voltam a levantar a resistência armada.

Muitos dos melhores filhos de Timor-Leste mantiveram-se resolutos na intenção de
40 lutar até o último homem e superar um período de dois anos de longa e crítica desorganização, vindos de todas as partes do território, reunidos em março de 1981, para a primeira Conferência Nacional. A nação foi reorganizada, as forças de libertação, reestruturadas e uma nova liderança nomeada.

Hoje, o fogo libertador de nossas armas foi reacendido em todo o território e a nossa
45 presença política ampliou-se profundamente nos campos de concentração, garantindo a organização de sólida resistência popular. Em resumo, mudaram-se para um novo nível de controle político e militar do país.

O Povo Maubere está política, moral e militarmente preparado para resistir por tanto tempo quanto for preciso para expulsar o ocupante estrangeiro, criminoso e bárbaro de sua terra
50 natal.

Os indonésios assassinos, cometendo todo tipo de barbaridades em Timor-Leste, em formas mais abomináveis, não tiveram nenhuma restrição a sua fúria em exterminar o Povo Maubere. O agressor vândalo tenta em vão esconder do mundo milhares de casos de exílio, prisão, tortura, massacre, perseguição e ameaças constantes. No entanto, tudo isto constitui uma
55 prova eloquente da crescente rejeição do novo ocupante da Pátria. A consciência Maubere e seu ódio mortal do inimigo aumentam e consolidam-se à medida que a repressão se intensifica.

As ações políticas e militares da gloriosa Falintil contra os criminosos soldados de Jacarta os tornam cada vez mais impotentes, tornaram-se uma enorme dor de cabeça para seus generais. A situação atual é de instabilidade para o inimigo e insegurança nas aldeias

controladas pelo agressor. Esta situação significa que temos desenvolvido uma posição estratégica de contraofensiva.

A título de contextualização, observamos a instauração da perspectiva pessoal discursivamente legitimada no início do pronunciamento, no qual Xanana afirma falar em nome de uma série de grupos e atores sociais como “os membros do Conselho Nacional da Resistência Revolucionária” (l. 9-10), “todo o pessoal militar e civil”, “as gloriosas Falintil” (l. 12) e o “mil vezes heróico Povo Maubere” (l. 13). A partir desse procedimento, pragmaticamente, o que se diz assume *status* de consenso, de “verdade”, uma vez que parece se tratar de uma comunicação fruto da deliberação entre todos os membros da sociedade e de que Xanana é tão somente o porta-voz.

Na primeira parte do discurso, voltada a uma retrospectiva, equilibram-se uma perspectiva factualmente distópica relativa às perdas decorrentes da investida indonésia, como se verifica em: “Durante sete longos anos, Timor-Leste foi devastado pelo horror de uma guerra genocida, sustentada pela camarilha sanguinária de Suharto. Por sete anos, o Povo Maubere tem sido dizimado por seus executores indonésios” [l. 30-33], e outra, discursivamente, utópica, pautada na exaltação do potencial maubere para resistência e para o sacrifício pela pátria: “O Povo Maubere está política, moral e militarmente preparado para resistir por tanto tempo quanto for preciso para expulsar o ocupante estrangeiro, criminoso e bárbaro de sua terra natal.” [l. 57-59].

Por meio da retomada do passado, apresenta-se um cenário desolador, mas no qual o ímpeto do “Povo Maubere” se destaca e é o responsável por manter acesa a esperança da vitória. Para isso, milhares de heroicos patriotas deram suas vidas e fizeram “ofertas generosas de sangue”. O massacre sofrido pelas forças de defesa ganha outro contorno a partir da instauração da perspectiva de Xanana ao apresentar sua versão do confronto, a qual se materializa pela seleção lexical pautada na construção discursiva de um cenário desolador, revelado sobretudo pelo emprego de sintagmas nominais adjetivais, conforme observamos no excerto a seguir:

[01]

Durante sete longos anos, Timor-Leste foi **devastado** pelo horror de uma guerra **genocida**, sustentada pela camarilha **sanguinária** de Suharto. Por sete anos, o Povo Maubere tem sido **dizimado** por seus executores indonésios, mas também provou ao mundo sua vontade indomável de derrotar o agressor **bárbaro** e afirmar seu forte e total repúdio à ocupação militar realizada pelo expansionismo colonial javanês. [D. I – L. 26-30]

Desde a entrada em território leste-timorense, a Indonésia teve suas ações caracterizadas pela violência, seja impedindo o uso da língua portuguesa, seja por meio da violação a mulheres e crianças ou da prática de execuções em massa dos prisioneiros de guerra e de seus aliados. Assim, ao construir discursivamente, com o apoio em processos de nominalização, destacadamente os sintagmas nominais adjetivais, a situação como “guerra genocida” (l. 26-27) Xanana Gusmão associa ao discurso uma perspectiva facilmente comprovável pela observação da realidade externa a ele, e, por isso mesmo, consideravelmente eficiente na construção do ponto de vista sobre ela. Além disso, o uso da voz passiva na construção do enunciado: “Durante sete longos anos, Timor-Leste foi devastado pelo horror de uma guerra genocida, sustentada pela camarilha sanguinária de Suharto” (l. 26-27) permite-nos reconhecer que Timor-Leste sofre as ações realizadas de forma criminosa – por serem genocidas e sanguinárias – por um agente externo, personificado na figura de Suharto (presidente da Indonésia à época de ocupação do território leste-timorense). Dessa forma, é justificável que alguém ou um país, que foi atacado, aja em legítima defesa. Apesar da situação de horror, o povo maubere – originário e proprietário por direito das terras ocupadas –, que vinha sendo sistemática e covardemente dizimado pelos “executores indonésios”, tem a seu favor uma “vontade indomável de derrotar o agressor bárbaro”, de modo a afirmar seu “total repúdio à ocupação militar realizada pelo expansionismo colonial javanês” (l. 29-30).

Não se trata de negar a derrota, mas de dimensioná-la em plano inferior relativamente à disposição dos leste-timorenses, dos “filhos da terra” de se sacrificarem pela defesa da “querida Pátria”. No limite, a morte pela defesa legítima da terra justifica-se por si só, e consiste em um motivo nobre que se reforça pelo slogan assumido a partir desse momento pelas FALINTIL e com o qual Xanana encerra seus pronunciamentos: “Pátria ou morte”. O posicionamento é claro: não há vida possível fora da pátria livre.

A “realidade” é reconceptualizada e a inferioridade bélica dos leste-timorenses é compensada pela coragem dos resistentes; sua morte, tal como a dos mártires, está a serviço de uma causa maior: se a pátria é a família, morrer para proteger os “irmãos” e as “irmãs” é naturalmente justificável. Nesse processo, ganham relevo, mais uma vez, os procedimentos de subjetivação do discurso caracterizados, por exemplo, pelo emprego de sintagmas nominais adjetivais, conforme observamos nos elementos destacados nos seguintes excertos:

[02]

Sob o manto **de sangue que cobre** o solo **sagrado** da nossa **querida** Pátria e sobre as cinzas **dos seus mártires**, o Povo Maubere, sua resistência **armada** e a liderança, depois de um período **difícil** e **doloroso** de campanhas **que destruíram** nossas bases de apoio, voltam a levantar a resistência **armada**. [D. I – L. 40-43]

[03]

As ações **políticas e militares** da **gloriosa** Falintil contra os **criminosos** soldados de Jacarta os tornam cada vez mais **impotentes**, tornaram-se **uma enorme dor de cabeça** para seus generais. A situação atual é de **instabilidade** para o inimigo e **insegurança** nas aldeias controladas pelo agressor. Esta situação significa que temos desenvolvido uma posição **estratégica de contraofensiva**. [D. I – L. 63-67]

O que, à primeira vista, pode sugerir se tratar apenas de um simples ato linguageiro ou demagógico, em termos pragmáticos, revela-se uma estratégia argumentativa fundada na mobilização das paixões dos interlocutores. Ao contrastarmos os fragmentos [02] e [03], observamos que se elabora uma sequência discursiva pautada na categorização, primeiro, da situação em que o país se encontra, após a investida do exército indonésio; depois, da capacidade reativa da luta armada. Todavia, a escolha de determinados elementos para a categorização revela que se trata de um projeto de dizer estruturado na patemização, sobretudo, porque, em [02], por exemplo, Xanana recorre a símbolos do universo cristão: “manto de sangue” (l. 40), “solo sagrado” (l. 40) e “mártires” (l. 41), o qual se tornou fortemente arraigado na sociedade leste-timorense, posteriormente à ocupação indonésia. Ou seja, apela-se à religião, ao sobrenatural, como forma de despertar nos indivíduos uma crença e uma esperança que não poderiam ter outra fonte se não essa, já que a “realidade” revela-se demasiadamente árida. Dessa forma, retomando o pressuposto de que palavras evocam *frames*, ao situar os resistentes no plano religioso, Xanana Gusmão atribui-lhes uma identidade que se assemelha à dos mártires das narrativas bíblicas – Jesus, em especial – que sacrificou a própria vida para a salvação de seus pares. A partir da associação promovida pela ativação de um *frame cristão*, procede-se à sacralização do discurso, o que permite a construção de um modelo mental de interpretação dos fatos sob a perspectiva da nobreza da morte, é possível atribuir a eles um contorno positivo, tal como se observa em [03]. De acordo com Fiorin (2013, p. 32), há forte relação entre os campos religioso e político e, em função disso, suas características podem ser facilmente amalgamadas, de modo que a sacralização do discurso político opera-se quando:

- a) uma entidade, como a pátria, a raça, a revolução, o proletariado, torna-se absoluta, dando significado à história, estabelecendo uma ética, que divide o mundo em dois campos, o do bem e do mal;
- b) estabelece-se o culto a um chefe que personifica a entidade mencionada;

- c) instaura-se uma operação de absolutização, pela qual o discurso almeja abarcar a totalidade da realidade e pretende a exclusividade;
- d) o operador do discurso é a triagem e os valores que nele circulam são valores do absoluto.

Além disso, no excerto [03], a conjugação entre os tempos verbais do modo indicativo (pretérito perfeito e presente), atribui à parte final do discurso uma perspectiva de verdade, de fatos que se podem comprovar e que sugerem uma relação lógica entre si. Assim, devido ao fato de a ação das FALINTIL (apesar das perdas, das mortes e do derramamento de sangue) haverem se tornado um “grande” problema para os indonésios, é possível afirmar (e acreditar) que a resistência é responsável pela criação de um clima de “instabilidade” e de “insegurança” para o “inimigo”. Entretanto, devemos observar que a criação dessa versão dos fatos pauta-se no contraste entre dois campos naturalmente distintos: o *concreto* – caracterizado e comprovado pela destruição do território leste-timorense perpetrada pelo exército indonésio, palpável, portanto; e o *abstrato* – criado pela projeção de uma perspectiva, de um desejo de “instabilidade do inimigo”, impalpável, mas discursivamente construído como verdade na qual todos devem (ou deveriam) crer.

Com base na criação desse modelo mental acerca do conflito, em que a realidade externa surge como menos relevante que o discurso construído sobre ela, o presente é mobilizado, sem que as consequências nefastas do passado sejam desprezadas, como possibilidade de redenção, por meio do martírio daqueles que desejam ver sua pátria livre. Para além da exaltação do patriotismo, o sacrifício converte-se em argumento, pateticamente orientado, sobretudo, porque se funda na nobreza da morte como ato heroico. Nesse sentido, ao localizar o discurso no tempo presente (da enunciação), Xanana conclama a seus apoiadores que não meçam esforços na luta pela libertação nacional, uma vez que isso está fortemente atrelado à expressão de um arraigado sentimento de “magnífico [...] patriotismo e de abnegação dos filhos desta terra, plenamente conscientes de que suas mortes consolidarão nossa macha para a vitória”. [D. I – L. 37-39]

O discurso precisa se incumbir de fazer o que uma análise crua da realidade não permitiria: persuadir as pessoas de que a luta era válida e de que, naquele momento, havia concretas chances de vitória contra o inimigo, uma vez que o “o fogo libertador de nossas armas foi reacendido em todo o território e a nossa presença política ampliou-se profundamente nos campos de concentração, garantindo a organização de sólida resistência popular.” [D. I – L. 49-51].

Ao acionar uma relação argumentativa de causa-consequência, que ignora a dimensão real das perdas sofridas pelas forças de resistência, Xanana visa a persuadir seus interlocutores à adesão à “realidade” criada em seu discurso, de modo que se desconsiderassem as assimetrias bélicas e que se instaurasse um sentimento de profundo orgulho da pátria que, até então, vinha sendo vitimada por ações de violência injustificáveis, as quais serviram como combustível para que a resistência pudesse se reerguer, tal como a mitológica fênix ressurgida de suas próprias cinzas, como se observa neste fragmento extraído do **Discurso V** (L. 53-61)

[04]

Apesar de tudo, a luta continuou e todo aquele mar de sangue só teve o poder de fortalecer a consciência patriótica do nosso Povo, o espírito de responsabilidade e de combate dos quadros da organização clandestina.

Luta excessivamente difícil, numa resistência realmente prolongadíssima, que custou tanto, está custando e vai ainda custar mais!

Somos um Povo pequeno e indefeso, num pedaço de Pátria! Uma resistência que sempre se alimentou das suas próprias energias, uma resistência que sempre se renovou das suas próprias cinzas, uma resistência que sempre se purificou no seu próprio sangue, no seu próprio suor, nas suas próprias lágrimas. [D. V – L. 7-17]

Ainda em relação ao Excerto 01, os interlocutores do discurso são genericamente referidos pelo epíteto “Camaradas” [l. 11], revelando o lugar ideológico do qual o discurso é pronunciado e orientado, além disso, os camaradas – os companheiros de luta em campo – são distinguidos dos “membros do Governo Revolucionário da República Democrática de Timor-Leste” [l. 11-12] e, por fim, todos são sintetizados pela expressão “Patriotas de Timor-Leste” [l. 12]. A partir da observação a essas três referências aos interlocutores, podemos depreender que:

1. Xanana Gusmão, ao assumir a liderança, preserva a unidade ideológica marxista que caracteriza a FRETILIN e, com isso, estabelece uma visão dialética a respeito do conflito, uma relação em que os oprimidos devem lutar contra seus opressores, a revolução do proletariado converte-se, assim, em revolução dos colonizados;

2. Não se reconhece a anexação de Timor-Leste à Indonésia, portanto, não admite ser a 27ª província deste país, mas de uma república democrática sob a tutela de um “Governo Revolucionário”, o que, de certo modo, justifica as ações das forças de defesa sob o argumento da legitimidade, dos responsáveis genuínos pela administração do território;

3. Instaura-se a perspectiva patriótica, fundamental à coesão social necessária ao sucesso das forças de defesa do território. Nesse sentido, reforça-se o posicionamento de esquerda que caracteriza o movimento, uma vez que, segundo os princípios ideológicos do marxismo, o patriotismo seria um caminho para que as massas de trabalhadores (no caso de Timor-Leste,

trata-se da população violentada pela invasão indonésia), reconhecendo-se explorada, pudesse encontrar na defesa da pátria uma bandeira de luta comum que lhes conduziria à instauração de uma democracia justa.

Por meio da construção do objeto de discurso “leste-timorenses” introduzida desde o início do pronunciamento, chega-se à representação da população como “Povo Maubere” [l. 15], o que é crucial ao projeto identitário delineado a partir daí. O termo “maubere”, de origem autóctone, era usado para designar os povos nativos do território de Timor. Assim, além de marcar posição e oposição relativamente ao outro (quer seja o invasor, quer sejam os leste-timorenses que o apoiam), reforça o sentimento de uma ancestralidade comum ao povo. Ademais, quando o termo “maubere” é analisado pelo viés etimológico, podemos entender que sua escolha como elemento designativo participa de forma significativa da constituição identitária dos favoráveis à independência. Em Macassae, a palavra maubere é formada por dois radicais: **mau**, que significa “venha”, “junte-se” e **bere**, cujo significado é “grande”, “crescer”, assim, por extensão, este vocábulo pode ser entendido como “juntos somos grandes”. Logo, o emprego do termo gentílico “Maubere” – apesar das polêmicas relativas a seu uso –, revela, conforme aponta Mendes (2005), uma estratégia de unificação identitária, que encontrou no nacionalismo um elemento congregador e sintético das diversas identidades, antagônicas, inclusive, existentes no território de Timor-Leste. Trata-se, pois, de um estereótipo fundador a partir do qual se intenta delinear “a” identidade leste-timorense – totalizante e supranacional – em oposição à indonésia.

Nos pronunciamentos durante o período indonésio, as palavras de Xanana Gusmão foram, segundo Niner (2003), projetadas para inspirar e reforçar o patriotismo dos leste-timorenses, para continuarem a resistir, como podemos observar no excerto a seguir, retirado do Discurso II.

Excerto 02 – Discurso II – (L. 6-18)

Das azuis montanhas de Timor-Leste e com a mais profunda emoção, em nome do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, saúdo, na pessoa do camarada chefe da delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior, Camarada Abílio Araújo, os queridos membros do Comité Central e todos os companheiros da DFSE. Em nome do heróico e
 10 martirizado Povo Maubere e das gloriosas FALINTIL, saúdo com uma redobrada confiança Povos e Governos que desinteressadamente vêm apoiando a justa causa do Povo de Timor-Leste. Em nome ainda da FRETILIN, saúdo com imensa gratidão todos os Partidos e Organizações de diversas índoles, Comités de Apoio e Associações de Amizade, pela firme solidariedade que mantiveram para com a nossa luta. E é com incontível orgulho Maubere que

- 15 envio uma saudação especial ao Reverendo Monsenhor D. Martinho Lopes pela sua abnegada posição de intransigente defesa dos direitos do Povo de que é filho e da sua Pátria. Também me dirijo a todos os filhos de Timor-Leste que no exterior acompanham e lutam com fervor patriótico a marcha sangrenta de 9 anos para libertação da Pátria.

Neste fragmento, para além das estratégias analisadas nos exemplos anteriores, interessa-nos, observar as de patemização associadas à construção de objetos de discurso. Até este ponto, discutimos que a subjetivação da linguagem alicerça-se na seleção lexical de termos que possuem função categorizadora, destacadamente as expressões de natureza adjetival. Avançando em relação a essa proposta, entendemos que a construção de objetos de discurso pode estar a serviço da patemização e, assim, por meio da associação entre ambas, da de *frames*, como observamos nesta passagem recortada do Excerto 02:

[05]

Das **azuis montanhas** de Timor-Leste e com a mais profunda emoção, [...], saúdo, [...], os queridos membros do Comité Central e todos os companheiros da DFSE. Em nome do heróico e martirizado Povo Maubere e das gloriosas FALINTIL, saúdo com uma redobrada confiança Povos e Governos que desinteressadamente vêm apoiando a justa causa do Povo de Timor-Leste. [...]. E é com incontível orgulho Maubere que envio uma saudação especial ao Reverendo Monsenhor D. Martinho Lopes [...] [D. II – L. 6-16]

Parece-nos relevante considerar que a o procedimento linguístico de caracterização do local em que se abrigam as FALINTIL como as “azuis montanhas” (l. 6) não seja uma simples estratégia de atribuição de uma característica comum a um lugar já conhecido. Trata-se de uma expressão utilizada na abertura de um discurso que inaugura a comunicação das FALINTIL com a comunidade externa por meio de emissor de rádio. Nesse sentido, observamos consistir em uma estratégia que, explorando o suporte radiofônico, buscar construir uma narrativa capaz de envolver a audiência, por meio da ativação de *frames* sobre Timor-Leste que sejam suficientemente persuasivas no intento de conquistar e de preservar a adesão da comunidade internacional à causa independentista defendida pelas forças de resistência, como ilustrado por este trecho do referido discurso: “[...] saúdo com uma redobrada confiança Povos e Governos que desinteressadamente vêm apoiando a justa causa do Povo de Timor-Leste.” [D. II – L. 12-13].

Por intermédio de uma linguagem poética e alicerçada no emprego de sintagmas nominais adjetivais, como em: “Das **azuis montanhas** de Timor-Leste e com a **mais profunda** emoção, [...], saúdo, [...], os queridos membros do Comité Central e todos os companheiros da DFSE.” [D. II – L. 7-10], Xanana “pinta” o contexto a partir qual seu discurso será

desenvolvido: o local é discursivamente construído como naturalmente aprazível (“azuis montanhas”) e, os leste-timorenses, ao longo do discurso, como frágeis, um povo “martirizado”, mas “heróico”. Essa ambiguidade é importante à construção do objeto de discurso “leste-timorenses”, pois é crucial que o *frame* criado sobre eles conjugue essas características aparentemente dissonantes e permita edificar uma identidade de povo resiliente, mas fragilizado pela condição de guerra que lhe foi imposta por um invasor. Visa-se, assim, incitar a ação por meio do discurso, da argumentação, ou seja, garantir a solidariedade e o apoio dos demais governos à luta “sangrenta” pela “libertação da Pátria”, que já se prolongava por nove anos.

A fim de prosseguirmos nossas análises, apresentamos mais um fragmento do *corpus* o qual ilustra ser o procedimento de nominalização uma estratégia recorrente aos discursos de Xanana Gusmão, sobretudo no que tange à caracterização do território:

Excerto 03 – Discurso III – (L. 7-28)

10 Treze anos são passados e numa data igual à de hoje, em 20 de Maio de 1974, um grupo de **decididos** e **corajosos** combatentes da Pátria soube magnificamente interpretar as **profundas** e **supremas** aspirações de todos nós. O chão **sagrado** dos nossos knuas, em cujas muralhas guardávamos as relíquias de das nossas tradições **históricas** e em cujo centro se erguiam as “uma lulik” fortalecendo a consciência **patriótica** de um povo, encontrou a sua expressão **legítima** na ASDT- FRETILIN, que reuniu, à sombra da sua Bandeira, os knuas
15 dispersos pelas **extensas** planícies, aos **verdes alcantilados** da nossa Pátria, pelos arrozais **ribeirinhos**, às **íngremes** encostas das nossas montanhas, **escarpado** mar da Costa Sul às
15 **cálidas** praias do Norte, do sol despontando em Jaku, ao entardecer do Oé-Kussi Ambeno.

Em lugar do gondoeiro **sagrado** que crescia protegendo com as suas copas os nossos knuas mais recônditos e firmando as suas **milhentas** raízes pelo leito dos regatos e ribeiras do nosso País, a **alva** estrela de 20 de Maio refulgia nos picos **enevoados** da **majestosa** Cordilheira
20 de Tatamailau.

Uma estrela que indicava a luz **da verdade**, que traçava o caminho **da liberdade** e apontava para o destino do direito, e o **imponente** Ramelau, representando a vontade a força e a determinação de um povo, em unidade **indissolúvel**, da consciência de um povo e da certeza de uma Pátria.

25 20 de Maio de 1974, um dia de evocação **histórica**, um dia grande para o Povo Maubere, um dia singularmente **importante** na História, que se tornou a história da guerra **independentista**, na história que se faz história ao cobrir **novas** páginas de uma **corajosa** resistência.

Todos os sintagmas nominais adjetivais que destacamos no excerto participam do processo de categorização do território, dos leste-timorenses e de suas ações. Desse modo, interessa-nos, neste momento, observar como, por meio da seleção lexical e da construção do objeto de discurso “Pátria” ativa-se o *frame* de guerra.

O segmento sob análise pertence ao discurso pronunciado por Xanana Gusmão em 20 de maio de 1987, por ocasião das comemorações de treze anos de independência de Portugal. Essa é, portanto, uma oportunidade de renovação da ideologia independentista iniciada no passado contra Portugal e reaccesa pela ocupação dos indonésios. Nesse fragmento, observamos que a retomada ao passado, “Treze anos são passados e numa data igual à de hoje, em 20 de Maio de 1974” (l. 7), cria um movimento especular com o presente: trata-se da mesma data (20 de maio) e o do mesmo propósito (conquistar a independência), o que está em jogo, todavia, é a capacidade de resistir às investidas inimigas e a de convencer a população de que, apesar das derrotas, a vitória é certa. Dessa forma, o apelo à memória da coletividade ao desfecho da primeira luta pela independência torna-se parâmetro para a avaliação da que está em curso e isso só é possível, em termos argumentativos, devido à mobilização de *frames* relativos àquele episódio e à sua projeção à situação presente, e ao fato de que, de acordo com Moscovici (2003), todo processo de categorização – como acontece com a ativação de *frames* – parte da mobilização de sistemas axiológicos compartilhados, ainda que tacitamente, os quais estão armazenados na memória e permitem aos indivíduos estabelecerem uma relação positiva ou negativa com o objeto categorizado. Neste caso, ativam-se os *frames* relativos ao processo de independência da metrópole portuguesa em que se destaca, sobretudo, a “predestinação” do povo leste-timorense à vitória e isso se torna mais evidente por meio da categorização atribuída a ele no fragmento sob análise.

É notável, ainda, no Excerto 03, o emprego de termos oriundos da língua tétum, além de “maubere”, como “knuas” (aldeias) e “uma lulik” (casa sagrada). Entendemos que o emprego de termos em língua autóctone reforça os elos com a terra e com a história dela, promovendo unidade e estabelecendo uma oposição identitária com os “novos ocupantes da pátria”. Isso enseja uma relação ambivalente entre os dois processos de colonização pelos quais Timor-Leste passou: em comparação ao indonésio, o português surge como menos agressivo à subjetividade dos leste-timorenses e, assim, menos comprometedor de suas identidades. Não estamos, obviamente, considerando que qualquer dos processos de colonização de Timor-Leste tenha sido positivo, no entanto, as diferentes estratégias de ocupação do território destacam a Indonésia como mais violenta tanto da perspectiva física quanto da simbólica.

Nesse mesmo fragmento e ao longo de todo o discurso do qual ele faz parte, Xanana retoma elementos naturais que estão bastante associados à caracterização do país e dos hábitos culturais de seus habitantes: “Em lugar do gondoeiro sagrado que crescia protegendo com as suas copas os nossos knuas mais recônditos e firmando as suas milhentas raízes pelo leito dos

regatos e ribeiras do nosso País” (Discurso III – L. 19-21). Também reconhecemos a menção à casa sagrada “uma lulik”, elemento cultural que remonta à cultura nacional originária, anterior, portanto, aos processos de colonização. Nesse sentido, evidencia-se o projeto em curso de buscar nas origens o paradigma sobre o qual a identidade dos leste-timorenses deve se fundar. Esse projeto, entretanto, não pode ser considerado uma estratégia com sucesso garantido, pois, conforme alertam-nos Silveira e Dias (2015), os elementos da tradição leste-timorenses foram discursivizados em função de um projeto de unificação nacional. Todavia, o contexto multiétnico de Timor-Leste desponta como razão suficiente para que, por exemplo, a ideia de “casa sagrada” não seja a mesma para todos os grupos étnicos.

Além disso, a associação do homem à natureza, além de remeter ao mito de fundação da ilha de Timor, ao qual subjaz o ideal de harmonia entre ambos, revela que o povo autóctone é, apesar da assimetria bélica e do número de combatentes, mais apta que os indonésios à vitória, como se observa neste fragmento do Discurso III (L. 34-37):

A todos quantos ainda acreditem numa desde sempre desejada exterminação da FRETILIN, prometida e reprisada pela boca de Benny Murdani, provaremos mais uma vez a capacidade das gloriosas FALINTIL de prosseguir a guerra por mais quantos anos Jakarta estiver disposta a suportá-la.

Observamos que Xanana Gusmão busca criar, a partir de seu discurso e pelo estabelecimento de sua perspectiva particular acerca do combate, um cenário positivo em que, conforme já apresentamos, deva prevalecer a capacidade dos leste-timorenses de resistir às tentativas – “frustradas” – de exterminação da FRETILIN por quanto tempo for necessário.

A descrição da paisagem realizada fundamentalmente por meio de sintagmas nominais adjetivais, algo que, inicialmente, pode parecer um despropósito em um contexto de guerra em que a destruição é evidente, entendemos se tratar de uma construção de um cenário “paradisiaco”, da imposição de um *frame* a partir do qual a realidade deve ser concebida e que encontra correspondência na associação do povo leste-timorense à figura de mártires. Conforme já apontamos, Xanana recorre aos *frames* do universo cristão para instaurar sua perspectiva a respeito dos eventos sobre os quais discursa: o paraíso prometido nas narrativas bíblicas existe e é palpável, como se observa neste excerto do Discurso III (L. 298-301):

[06]

PÁTRIA OU **MORTE**, a palavra de ordem que só deixará de ecoar pelas montanhas azuis, pelas ribeiras caudalosas, pelas cordilheiras e pelos morros, pelas planícies e pelas encostas, pela extensas matas e pelas vilas e Timor-Leste provisoriamente ocupadas, quando o Povo Maubere tiver deixado de existir.

O argumento do sacrifício, assim, naturaliza-se, já que o propósito é nobre e o paraíso – “provisoriamente ocupado” e construído discursivamente por meio dos sintagmas nominais adjetivais – é a recompensa. Entendemos, pois, que, sob a perspectiva que Xanana deseja universalizar, Timor-Leste é um país cuja natureza exuberante: “montanhas azuis”, “ribeiras caudalosas” (l. 299), entre outros, justifica a defesa da pátria com a própria vida. A morte pela pátria, natural em situações de guerra, por assumir o *status* de nobreza cristã e, portanto, converter-se em um argumento – de natureza patêmica – ancorado nas crenças dos indivíduos, é recorrente aos discursos do período indonésio e participa da construção/ativação do *frame* de guerra, como ilustram os fragmentos a seguir:

[07]

Hoje continuamos a testemunhar, nos campos de concentração e nas montanhas de Timor-Leste, magnífico exemplo de patriotismo e abnegação dos filhos desta terra, plenamente conscientes de que suas **mortes** consolidarão nossa macha para a vitória. (D. I – L. 37-39)

[08]

O Povo Maubere aceitou, aceita e continuará a aceitar o sofrimento e a **morte** para salvar a Pátria! E o povo de Timor-Leste persiste abnegadamente na luta até a retirada total das forças assassinas indonésias! (D. III – L. 66-68)

[09]

PÁTRIA OU **MORTE** OU PÁTRIA LIBERTADA OU A EXTERMINAÇÃO DE TODOS NÓS! (D. III – L. 199-200)

[10]

a contínua certeza de que aceitaremos a nossa própria **morte** como condição para libertarmos o nosso POVO! (D. III – L. 477-478)

[11]

Para alguns, a abnegação na certeza de estarem defendendo uma justa causa renova-se com o seu próprio suor - estes aceitam a **morte** como condição da sua Luta, como sacrifício exigido pela Pátria! (D. IV – L. 25-27)

Desse procedimento, caracterizado pela vitimização, pode-se deduzir que os leste-timorenses são categorizados como um povo tenaz, resistente, defensor da democracia e que, cômico de seu dever, está disposto ao sacrifício pela pátria, ou seja, atribui-se-lhe uma identidade positiva e, conseqüentemente, uma negativa aos indonésios, já que estes são os responsáveis pela morte daqueles, tal com discutido por Mendes (2005, p. 267):

A vitimização, como tática narrativa identitária, apresenta três componentes essenciais: 1) identificação e promoção do Eu nacional como superior às outras comunidades culturais (como outras nações); 2) um conteúdo negativo do Outro externo, cujas qualidades são necessariamente inferiores quando comparadas com o Eu, cuja coerência e homogeneidade internas são menos importantes; e 3) o discurso de um sofrimento, real ou inventado, a que o Outro sujeitou o Eu. A noção de ameaça está sempre subjacente, pois o Outro, embora inferior “moralmente”, é mais poderoso e as diferenças são vistas como hostilidade e oposição.

A construção de uma identidade como parte do programa de resistência evidencia a instrumentalização, por parte de Xanana, de sentimentos e de formas específicas de concepção da realidade com propósitos políticos, assim, o contraste que se estabelece entre leste-timorenses e indonésios não é somente entre alteridades, a nação é vítima destes. Em função disso, verificamos que os procedimentos de nominalização atrelam a esses discursos uma representação altamente positiva dos leste-timorenses – cidadãos e membros da guerrilha –, o que, considerado no processo de construção dos argumentos, constitui um recurso para que se alcance o assentimento dos interlocutores em relação à “verdade” construída nos e pelos discursos de Xanana Gusmão. Dessa forma, sob o aspecto da construção dos leste-timorenses como objetos de discurso, identificamos a seguinte escala argumentativa em termos de proximidade em relação ao referente em foco:

Em “camaradas”, nota-se um alinhamento ideológico, que passa pela identificação de um traço identitário, primeiro, vinculado à noção de patriotismo, bastante relacionado ao posicionamento marxista explicitado pelo termo “camarada” e, depois, pela recorrência a um traço de natureza autóctone, conforme já explicitamos; e, por fim, por meio do estabelecimento de uma relação familiar (os leste-timorenses são conceptualizados como “irmãos/irmãs”) e, portanto, íntima, pessoal e mais sujeita à argumentação de natureza patêmica por se tratar, ainda que artificialmente construído, de um auditório particular.

A esses referentes, cria-se um *frame* que contribui para o reforço da perspectiva favorável às forças de defesa que Xanana Gusmão deseja instituir a partir de seu discurso fundador: trata-se de um povo “heroico” cuja “determinação inabalável” será responsável por

conduzi-lo à vitória contra o “bárbaro invasor”, mesmo que, para isso, seja necessário realizar “ofertas generosas de sangue fértil de seus heróis”. Nesse sentido, estabelece-se um posicionamento crucial relativamente à atuação das forças de resistência: pátria (livre) ou morte (honrada). Dar a vida pela pátria, a partir desse momento, assume conotação de heroísmo e, potencialmente, todos aqueles que aceitarem lutar e dar a vida por ela serão mártires.

Observamos, assim, que a polarização “nós” *versus* “eles” consiste em um expediente semântico-discursivo responsável pela edificação das identidades dos atores sociais. Além das nominalizações, leste-timorenses e indonésios são instanciados no discurso por meio de suas ações e comportamentos, contribuindo para a construção das identidades desses atores sociais, como se observa neste recorte do Excerto 01:

[12]

O Povo Maubere está política, moral e militarmente preparado para resistir por tanto tempo quanto for preciso para expulsar o ocupante estrangeiro, criminoso e bárbaro de sua terra natal.

Os indonésios assassinos, cometendo todo tipo de barbaridades em Timor-Leste, em formas mais abomináveis, não tiveram nenhuma restrição a sua fúria em exterminar o Povo Maubere. O agressor vândalo tenta em vão esconder do mundo milhares de casos de exílio, prisão, tortura, massacre, perseguição e ameaças constantes. No entanto, tudo isto constitui uma prova eloquente da crescente rejeição do novo ocupante da Pátria. A consciência Maubere e seu ódio mortal do inimigo aumentam e consolidam-se à medida que a repressão se intensifica. **As ações políticas e militares da gloriosa Falintil contra os criminosos soldados de Jacarta os tornam cada vez mais impotentes, tornaram-se uma enorme dor de cabeça para seus generais. A situação atual é de instabilidade para o inimigo e insegurança nas aldeias controladas pelo agressor.** Esta situação significa que temos desenvolvido uma posição estratégica de contraofensiva. (D. I – L. 53-67)

Ao voltarmos nossas análises ao estudo de ações e comportamentos dos atores sociais implicados nesse discurso, verificamos que se trata de um expediente discursivo que age em sentido oposto à lógica da realidade empiricamente observável, ou seja, forja-se para os leste-timorenses que atuam no combate um *frame* que lhes denota superioridade em relação aos indonésios, são superiores, resilientes, preparados para o combate, apesar de virem sendo exterminados pelo inimigo: “O Povo Maubere está política, moral e militarmente preparado para resistir por tanto tempo quanto for preciso para expulsar o ocupante estrangeiro, criminoso e bárbaro de sua terra natal.”(l. 53-55) e “As ações políticas e militares da gloriosa Falintil contra os criminosos soldados de Jacarta os tornam cada vez mais impotentes, tornaram-se uma enorme dor de cabeça para seus generais.” (l. 62-64). Ao contrário do que sugere semanticamente o sintagma verbal “exterminar”, essa ação apenas tornou os combatentes mais

aptos à resistência, corroborando a ideia de uma identidade “maubere” de coesão social, norteada pela ideologia de que “juntos venceremos” a qualquer preço, como se explicita no lema com o qual o discurso é encerrado: “Pátria ou Morte”. Subjaz a essa forma de (re)construir discursivamente a realidade, o fato de que o apelo à violência, frequentemente, produz maior efeito persuasivo no que se refere à edificação de identidades, pois reforça a distinção com o outro (inimigo), cria novas lealdades (entre os distintos grupos que naturalmente existem no interior das sociedades) e permite a construção – ainda que momentânea – de novos agrupamentos, ou seja, o conflito permite que haja maior coesão e consenso sociais, pois a distinção entre o “nós” e os “outros” é acentuada, produzindo, no limite, uma redução identitária marcada pelo reconhecimento, por parte dos indivíduos, da existência de objetivos coletivos: a sobrevivência (e a independência), nesse caso.

No desenvolvimento do discurso, colocam-se em contraste dois projetos ideológicos de orientações distintas: de um lado, explicita-se o interesse indonésio em anexar a parte oriental da ilha de Timor como 27ª província, a fim de explorar as riquezas naturais que o território possuía e a contrapartida – entendida como justa pelo colonizador – seria promover o desenvolvimento infraestrutural que havia sido relegado pela antiga metrópole; por outro lado, havia o desejo de levar adiante o incipiente projeto de autodeterminação que fora vislumbrado após a Revolução dos Cravos, em Portugal, e que despontou aos leste-timorenses como possibilidade de constituírem uma nação independente. Nesse sentido, sob a perspectiva de terem seus planos de independência bruscamente interrompidos, justifica-se a construção negativa dos indonésios, assim como uma projeção identitária destes que esteja em conformidade com tal posicionamento, conforme se observa em: “Os indonésios assassinos, cometendo todo tipo de barbaridades em Timor-Leste, em formas mais abomináveis, não tiveram nenhuma restrição a sua fúria em exterminar o Povo Maubere. O agressor vândalo tenta em vão esconder do mundo milhares de casos de exílio, prisão, tortura, massacre, perseguição e ameaças constantes”. (l. 56-60)

No direcionamento do discurso, Xanana visa construir um cenário favorável à atuação das forças de defesa, embora os resultados do embate que precedeu o discurso tenham tornado a situação adversa, assim, a utilização da voz ativa em referência tanto aos leste-timorenses quanto às próprias forças de libertação indicam agência, ou seja, ambos estão em movimento para que a situação se reverta e a vitória seja alcançada:

[13]

[...] o Povo Maubere tem sido dizimado por seus executores indonésios, mas também **provou** ao mundo sua vontade indomável de derrotar o agressor bárbaro e afirmar seu forte e total repúdio à ocupação militar realizada pelo expansionismo colonial javanês. [D.I – L. 27-30]

Em [13], observamos que a agência é deslocada para os indonésios, os responsáveis por dizimar o Povo Maubere, alvo da ação. Essa estratégia reforça a representação da ocupação militar do território como “invasão”. Ou seja, os leste-timorenses estão sendo assassinados pelo simples fato de serem quem são e de se defenderem de uma guerra que lhes foi brutalmente imposta.

O povo de Timor-Leste é frágil e teve sua terra usurpada por um “bárbaro agressor”. O uso da voz passiva em referências à guerra coloca-a sob responsabilidade daqueles que a executam (ou que a impuseram), cria-se um modelo mental por meio do qual se conceptualiza a guerra como um movimento unidirecional, em que a resistência dos leste-timorenses e tudo o que decorre dela justificam-se sob a égide da legítima defesa. Assim, o combate provocado pelo “expansionismo colonial javanês” impele aos violentados a resistirem, como observamos neste fragmento:

[14]

A todos quantos ainda acreditem numa desde sempre desejada exterminação da FRETILIN, prometida e reprisada pela boca de Benny Murdani, provaremos mais uma vez a capacidade das gloriosas FALINTIL de prosseguir a guerra por mais quantos anos Jakarta estiver disposta a suportá-la. Ao mesmo tempo, persistimos na via correcta de solução do conflito com base no mútuo respeito pelos interesses de cada parte. [D. II – L. 34-38]

A existência da guerra é óbvia, mas, ao discursivizá-la, Xanana Gusmão cria narrativas sobre ela e sobre seus participantes. Nesse sentido, observamos que o recurso à narrativização⁹⁰ constitui uma estratégia fundamental à ativação do *Frame* de Guerra e ao direcionamento que ele dá à interpretação dos fatos, pois, segundo Azevedo (2008), todo processo de elaboração discursiva (como é o caso das narrativizações) envolve a ação reflexiva dos atores envolvidos, de modo que o ato de (re)contar um evento, por exemplo, demanda elaborações sociocognitivas, em um processo constante de atualizações de modelos mentais, que são de natureza social, por carregarem características de membros de grupos, mas immanentemente intersubjetivos, uma vez

⁹⁰ De acordo com Carvalho (2000), a narrativização reforça o papel da ação e, consequentemente, a importância dos atores sociais, ou, de forma mais geral, do agenciamento humano, é realçada por meio desse procedimento. Além disso, Bhabha (1998) defende que as identidades nacionais são compostas por narrativas do povo e operam sob um significante duplo e partidor – entre o passado e o presente, o nós e os outros e, sobretudo, entre as narrativas pedagógicas e de atuação.

que são construídos nas interações e realizam-se situacionalmente, o que explica o fato de serem diferenciados em cada ação comunicativa. Além disso, Charaudeau (2008, p. 291) chama a atenção para o fato de que “a forma moderna da dramaturgia política [...] é tão útil para a educação dos povos [...] [pois] ela faz parte dos rituais políticos destinados a tocar a emoção, a paixão e os sentimentos. Nesse local, jogam-se com os efeitos do *ethos*, do *pathos* e do *logos* que o político produz mediante a encenação de seu discurso.”. Desses posicionamentos, como observamos, não apenas em [14], mas em todos os fragmentos do *corpus* que temos analisado, é que o processo de discursivização de um evento origina-se de um modo de observá-lo/compreendê-lo, isto é, resulta de uma elaboração cognitiva sobre ele.

Desse modo, quando analisamos o conteúdo do que se enuncia em [14], reconhecemos a explicitação de um conflito, que consiste no discurso acerca da “desejada exterminação da FRETILIN” (l. 34-35), sobre a qual se reage, também discursivamente, ao colocar em causa a capacidade do inimigo (“Jakarta”) de resistir. Por fim, como forma de reafirmar a perspectiva de que representa o lado certo do confronto, Xanana se vale de um sintagma nominal adjetival de natureza axiológica para categorizar a luta: “persistimos na via **correcta** de solução do conflito”, além disso, ele recorre, de modo a responder ao desejo de extermínio das forças que ele representa, ao procedimento de contra-argumentação: se o “outro” age por meio da violência, “nós” nos pautamos no “mútuo respeito pelos interesses de cada parte” (l. 37-38).

No que se refere à “consideração aos interesses de cada parte”, a que Xanana faz menção, é preciso destacar que um dos argumentos sobre os quais se assentou a defesa de ocupação do território leste-timorense pela Indonésia foi o de que era necessária uma intervenção humanitária no país, o qual vinha sofrendo com as arbitrariedades promovidas pela FRETILIN e, sobre a qual Xanana posiciona-se veemente contrário, como se observa nesta passagem extraída do Discurso V (L. 95-99):

[15]

O colonialista tem uma postura paternalista sobre o colonizado, uma obsessão de superioridade sobre o povo colonizado. Para eles, tudo o que fizemos foi errado, por isso, pretendem nos ensinar a fazer aquilo que já sabemos e depois querem nos fazer crer em pretensões como esta: nós estamos aqui para vos ensinar o que não sabeis.

A FRETILIN e seus apoiadores, por sua vez, compreendiam que a invasão indonésia representava um acinte à inteligência do povo e ao projeto de autodeterminação que sequer tivera tempo de ser colocado em prática:

[16]

É esta obsessão de superioridade colonialista que faz os assassinos ocupantes de nossa Pátria desprezarem o nosso Povo, diminuírem a nossa capacidade de pensar e agir. É a obsessão de que eles são poderosos, de que só eles podem fazer tudo, só eles sabem fazer tudo, que permite aos assassinos ocupantes da nossa Pátria desprezarem a nossa consciência maubere. Doutores e doutorandos indonésios em Timor-Leste não são mais que as abóboras das nossas hortas. São todos uns estúpidos e, além disso, mentirosos. [D. V – L. 116-121]

O que está em confronto, portanto, são duas formas distintas de conceptualizar a realidade, mas que, em função exatamente dessa dissensão, ativam para cada um dos lados discordantes o mesmo *frame*: são inimigos e, como tais, precisam ser combatidos, exterminados. Como não faz parte do escopo deste trabalho analisar a construção das identidades leste-timorenses em discursos indonésios, voltamos nossa atenção ao modo como Xanana Gusmão instrumentaliza o *Frame* de Guerra e os efeitos disso para a construção das identidades de leste-timorenses e de indonésios.

A fim de prosseguirmos com a análise dessas identidades, apresentamos mais um excerto do *corpus*:

Excerto 04 – Discurso III (L. 89-127)

Querido Povo Maubere! Mil vezes heroico Povo de Timor-Leste!

90

Desde Setembro de 1975, que suportamos uma cobarde e bárbara agressão à nossa Pátria e, há 11 anos e meio, resistimos à criminosa ocupação militar Indonésia e à vandálica repressão sobre o Povo Maubere. Onze anos e meio de guerra em que o esforço dos sanguinários generais de Jakarta foi sempre o do silenciar a resistência armada, também tiveram o objectivo de amordaçar definitivamente o POVO de TIMOR-LESTE. Da vergonhosa invasão, assinalada pelo 7 de Dezembro de 1975 à gradual ocupação das principais vilas do nosso país, em 1976, desde as profundas “raids” ao interior das nossas bases de apoio em 1977, às assassinas campanhas de cerco e aniquilamento, em 1978, o agressor buscava resolver a guerra pelo total controle da população.

100

Desde as operações de retalhamento e perseguição, em 1979, às campanhas de cerco com a mobilização forçada da população, em 1981, desde as operações de batida e limpeza, em 1982, à ofensiva de grande envergadura, em 1984, (ofensiva na qual Beni Mordani despejou toda a sua capacidade assassina pelos Tiger e pelos Bronkos, pelos helicópteros e pelos barcos, pelos tanques e canhões e por mais de meia centena de batalhões que encheram a nossa Pátria de cadáveres indonésios), desde o retorno desesperado à mobilização forçada da população, em 105 1985, à contra-guerrilha territorial, em 1986, a estratégia de Jakarta sempre foi a de exterminar os guerrilheiros da FRETILIN.

105

Mas estas renovadas operações estratégicas do Beni Mordani não bastaram, porque tanto ele como seus comparsas assassinos sabem bem que, quando do primeiro gatilho nas suas 110 armas, os guerrilheiros falam somente a linguagem do Povo Maubere. Quando abatem a

soldadesca ocupante, os guerrilheiros exprimem somente a vontade do POVO DE TIMOR-LESTE, porque como seu braço armado, os guerrilheiros representam apenas um aspecto da resistência à vil ocupação indonésia.

Assim, vimos que desde o violento massacre de Díli, em Dezembro de 1975, ao
 115 extermínio provocado durante as campanhas de 1978, desde os horrorosos massacres aquando da captura da população, à grande lotação nas prisões em todo território em 1979; desde os desaparecimentos maciços que se prolongaram até 1980, à grande vaga de desterrados em 1981, desde a nova onda de arrestamentos, em 1982, aos brutais massacres dos fins de 1983, desde o maior desmantelamento registrado em 1984, com prisões, massacres e desterrados, aos sucessivos
 120 e constantes massacres em 1985 a 1987, a outra face da estratégia de Jakarta sempre de intimidade com o crime, de aterrorizar com as armas e subjugar pela repressão, um povo que repudia com toda a alma a presença dos ocupantes a quem se opõe com todas as forças.

Onze anos e meio de barbárie, onze anos e meio dos mais selváticos crimes não foram
 125 bastantes nem outros tantos o serão para sufocar um povo pequeno e abandonado e, muito menos, foram capazes de abafar a consciência patriótica de um povo destemido e entregue a si mesmo!

Deste trecho, interessa-nos observar como o objeto de discurso “indonésios” é construído e seus efeitos em termos de edificação identitária. Nas linhas 91 a 99, eles são instanciados no discurso como “cobardes”, “agressores bárbaros”, “sanguinários generais de Jakarta” que invadiram a pátria e impuseram ao povo de Timor-Leste toda sorte de sofrimento por meio de “assassinas campanhas de cerco e aniquilamento”. Como apresentamos anteriormente, o recurso à narrativização permite que se conte uma história por meio do discurso e, neste caso, Xanana define, por meio de seu recorte acerca do conflito, qual deve ser a representação social sobre os indonésios a ser construída e disseminada, pois, conforme discutimos no Capítulo II, no item 2.2, a atribuição de uma identidade e de um valor simbólico a um indivíduo relaciona-se necessariamente a um processo de avaliação do outro e de seu enquadramento em categorias de valor pertencentes ao universo axiológico daquele que o avalia. Pragmaticamente, por meio da caracterização de suas ações, aos indonésios é atribuída uma identidade extremamente negativa e, consequentemente, como se trata da construção de um contexto marcado pelo maniqueísmo, cabe aos leste-timorenses, identificados como povo maubere, o polo positivo dessa dicotomização identitária.

Destaca-se, com base na observação da seleção lexical empregada por Xanana Gusmão para a construção dos objetos de discurso “leste-timorenses” e “indonésios”, um procedimento de categorização ancorado na oposição entre esses dois grupos, enquadrando-os em um conjunto de comportamentos e regras previstos em relação ao modo como cada um deles deve – prototipicamente – se comportar, criam-se, portanto, representações sociais sobre eles.

A partir da construção discursiva dos polos que conformam o cenário de disputa pelo poder em Timor-Leste, podemos estabelecer, com base na proposta de Cronin (apresentada no Capítulo III) uma mensuração das identidades de ambos os grupos. Segundo essa escala, na qual as distintas identidades são consideradas em um *continuum*, os indonésios estão alocados no extremo do que se considera a identidade negativa: a “Hostilidade”, situação em que os indivíduos mantêm um antagonismo mútuo a ponto de se conceberem como inimigos. Nesse sentido, a construção do objeto de discurso “indonésios” é a fonte para o forjamento dessa identidade altamente negativa.

Ao longo de todos os pronunciamentos relativos ao período de ocupação, identificamos um projeto de edificação e reforço de uma imagem depreciativa do outro, não apenas como forma de mitigar eventuais discordâncias entre os próprios leste-timorenses e, assim, valorizar a identidade “maubere”; mas como estratégia de severa desqualificação por meio da qual se instituisse como absurdo qualquer tipo de apoio aos indonésios, causadores das maiores atrocidades contra o povo de Timor-Leste, conforme observamos no excerto [17] :

[17]

Nestes onze anos e meio de guerra, uma guerra de genocídios promovida por Jakarta, ninguém pode negar
que quem tem morrido às centenas de milhares e continua morrendo é o POVO MAUBERE;
que quem tem sofrido constante perseguição e horríveis torturas é o POVO MAUBERE;
que quem tem vivido sob permanente ameaça e terror e tem sido brutalmente espancado é o POVO MAUBERE;
que quem tem sido aprisionado, desterrado e massacrado é o POVO MAUBERE;
que quem vem padecendo de fome, doença, intimidação constante e violação de toda a ordem é o POVO MAUBERE;
que quem vem parecendo de violentas represálias do ocupante pelas baixas registradas nos batalhões é o POVO MAUBERE;
que quem se envolve física, moral, psicológica, política e juridicamente no conflito, cuja solução se está a discutir, é o POVO MAUBERE. (D. III – L. 378-389)

De um lado, há o “POVO MAUBERE”, vítima de uma “guerra de genocídios”, que morre “às centenas de milhares”, sofre “perseguições e horríveis torturas”, padece de “fome, doença, intimidação constante e violação de toda ordem”; e, de outro, os indonésios, os responsáveis por todas essas ações. Diante de um cenário extremamente desolador, da perspectiva da preservação das garantias fundamentais, como a dignidade humana, por exemplo, coube à Xanana Gusmão construir aos leste-timorenses, o que Castells (1999) denominou de “identidade de resistência”, aquela que é forjada por indivíduos que se encontram em condições desvalorizadas, constituindo-se como paradigmas de resistência e sobrevivência

com base em princípios diferentes dos daqueles que ocupam a posição de poder – os indonésios, no caso.

Para prosseguirmos com a análise da identidade leste-timorense, de acordo com a proposta de Cronin, tomamos o seguinte excerto do *corpus*:

Excerto 05 – Discurso IV – (L. 3-9)

Patriotas Nacionalistas!

Povo de Timor-Leste!

- 5 Ao comemoramos o 12º aniversário da cobarde e vergonhosa invasão à nossa Pátria pelas criminosas forças de ocupação indonésias, todos devemos saber reflectir sobre as causas profundas desta guerra imposta ao Povo Maubere. Tanto sofrimento, tanta morte, tanta dor já foram bastantes para concordarmos que é tempo mais que oportuno para varrermos definitivamente os obstáculos que ainda contribuem para prolongar esta penosa situação.

Não dissociada da patemização, que reforça a fragilidade do povo leste-timorense diante de guerra que lhe foi imposta, a caracterização da ação dos indonésios como “vergonhosa invasão” e de seus agentes como “forças criminosas”, polariza o discurso sob a perspectiva maniqueísta: existem um “nós”: Pátria invadida e violentada, cujo povo sofre e morre” e um “eles”: invasores, covardes, criminosos, causadores da guerra e de tudo que de negativo decorre dela.

Os leste-timorenses, por sua vez, figuram, no âmbito da identidade positiva, no interstício entre a Coesão e o Altruísmo, pois os indivíduos reconhecem um bem comum entre si como parte de um grupo conceitual e alguns até estão dispostos a se sacrificarem pelos outros; mas, como Xanana Gusmão revela, é preciso ainda realizar um trabalho de envolvimento de todos os leste-timorenses com a causa defendida pela FRETILIN:

[18]

Ombro a ombro. Unidos pela mesma fé na vitória e mesmo objectivo sagrado de libertar a nossa Pátria e pessoas queridas, vamos continuar a realizar as nossas tarefas nas diversas frentes da luta com o aumento do compromisso. [D.I – L. 85-87]

Em função da crise humanitária que se abateu contra a resistência, foi preciso forjar uma identidade capaz de promover coesão social e o recurso à mauberização foi o caminho encontrado pela FRETILIN, o que, de acordo com Ramos Horta (1994), correspondeu a uma estratégia bem-sucedida de conversão do termo em poderoso símbolo de identidade nacional,

tornando-se uma referência consagrada nacional e internacionalmente. Observemos no excerto a seguir como esse procedimento de construção do objeto de discurso “leste-timorenses” apoiado em um elemento da cultura autóctone foi mobilizado no pronunciamento realizado por Xanana Gusmão em 20 de maio de 1987, por ocasião da comemoração de treze anos de independência de Portugal:

[19]

Ao longo destes dois anos, a estrela branca da FRETILIN continuava a dirigir os seus raios para **unir as consciências, para unir as vontades e para unir a LUTA**. Treze anos depois, em 1987, podemos verificar que a estrela de 20 de Maio brilha mais intensamente que nunca, **porque conseguiu unir num só corpo, num só querer, numa só força, numa só determinação e num só objetivo, um só povo, o POVO MAUBERE e uma só Pátria, TIMOR-LESTE!** Treze anos depois, em 1987, podemos afirmar com convicção que a **estrela branca da FRETILIN** redimiu os erros de um passado turbulento, extraiu as lições das cinzas de destruição, **reergueu e forjou a UNIDADE NACIONAL**, sobre o pensamento de 20 de Maio! [D. III – L. 79-87] (destques nossos)

As passagens que destacamos no excerto [19] confirmam uma de nossas hipóteses de que a utilização do termo “maubere” consiste em um projeto de edificação discursiva da identidade do povo leste-timorense sob um denominador comum de origem autóctone. Observamos que, para a construção dessa identidade de caráter supranacional, são retomados símbolos da cultura leste-timorense, como a estrela branca, que figura na bandeira nacional, conforme discutimos no Capítulo II, no subitem, 2.5.1, que trata dos símbolos nacionais. Nesse sentido, reforçam-se os elos identitários historicamente constituídos, além do caráter religioso que marca muitos dos discursos desse período: em uma analogia simples, podemos reconhecer que a estrela pode facilmente remeter à que guiou os três reis magos, que partiram do leste, para visitar e presentear Jesus por ocasião de seu nascimento. Assim, a “mesma estrela” (agora pertencente à FRETILIN) seria a responsável por guiar o povo leste-timorense pelo caminho de seu “nascimento” como nação independente.

Além disso, em termos de construção dos leste-timorenses como objeto de discurso, observamos, nos pronunciamentos realizados durante o período indonésio, a recorrência dos seguintes elementos lexicais, que participam da construção de *frames* sobre eles, entre outros: “camaradas”, “patriotas”, “melhores filhos”, “irmãos e irmãs”, “mártires”, “povo pequeno e abandonado”, “filho heróico”. Promover a coesão social, nesse caso, está intrinsecamente associado à consecução dos planos de derrota dos indonésios, de modo a, de fato, causar a “instabilidade do inimigo”.

Retomando a proposta de Cronin (1999) acerca da mensuração das identidades, não entendemos ser possível alocar os leste-timorense no quadrante de simbiose, porque não se verifica entre eles uma relação na qual os indivíduos se veem, mutuamente, como extensões de si mesmos. Assim, após essas análises iniciais podemos sintetizar as identidades de indonésios e leste-timorense construídas discursivamente durante o período de ocupação indonésia segundo a escala proposta por Cronin (1999):

Quadro 3: Mensuração das identidades leste-timorense e indonésia

Hostilidade INDONÉSIOS	Rivalidade	Indiferença	Coesão	Altruísmo	Simbiose
IDENTIDADE NEGATIVA			IDENTIDADE POSITIVA		

Adaptado de Cronin, 1999.

No período de ocupação indonésia, o passado, em grande parte dos discursos situados nessa época, é conceptualizado como lócus ideal, uma referência da sociedade que se desejava construir, a qual é retomada nos discursos de Xanana Gusmão e participam da construção do “pano de fundo” a partir do qual se estabelece a oposição entre o “aqui-agora” – que não se dejesa – e o “passado, como perspectiva” – que já tivemos e desejamos recuperar, tal como podemos observar neste recorte do Discurso III (L. 33-36):

[20]

20 de Maio não aparece na História do Timor-Leste como um dia qualquer, **20 de Maio adquiriu um significado especial, porque representa a confirmação dos feitos gloriosos dos nossos valorosos antepassados, a consolidação da consciência de Pátria e a mudança é necessária e irreversível para um futuro que cabia a todos nós assegurar.**

Essa retomada do passado nacional possui caráter instrumental e increve-se em um projeto de forjamento de identidades. Promover a coesão identitária, necessária ao sucesso das forças de defesa, não dependia apenas da retomada do termo “maubere”, foi preciso resgatar um contexto em que pudessem atuar conjuntamente as crenças, o conhecimento sobre a história do país, as ideologias e as paixões dos distintos grupos que, até então, caracterizavam a diversidade da sociedade leste-timorense, tal como podemos observar em: “[...] 20 de Maio adquiriu um significado especial, porque representa a confirmação dos feitos gloriosos dos

nossos valorosos antepassados, a consolidação da consciência de Pátria e a mudança é necessária e irreversível para um futuro que cabia a todos nós assegurar”. Trata-se, portanto, de um procedimento de base cognitiva apoiado na mobilização de modelos mentais acerca das situações tomadas como temas dos discursos de Xanana Gusmão e na construção discursiva delas.

Iniciemos pelo ano de 1987, que foi decisivo no modo como Xanana Gusmão passou a se apropriar do passado em seus pronunciamentos. Se, nos cinco primeiros anos de liderança, o passado era motivo de orgulho, um modelo a ser seguido para a construção da sociedade, nesse ano, estabelece-se uma perspectiva menos utópica e mais crítica, principalmente em relação ao posicionamento ideológico da FRETILIN. O que se critica fundamentalmente é o radicalismo a partir do qual muitos guerrilheiros e líderes interpretavam o marxismo, levando-os a atos extremos como o assassinato de companheiros que se recusaram a seguir a doutrina nos termos em que ela foi apresentada. O Excerto 05, um trecho do discurso pronunciado em 7 de dezembro de 1987, elucida essa discussão:

Excerto 05 – Discurso IV – (L. 90-105)

90 Os nossos antecessores viam no marxismo a “solução imediata” para os problemas de um povo incrivelmente subdesenvolvido. Os nossos antecessores viam no maoísmo uma senda fulgurante para um processo revolucionário de “portas fechadas” que “surpreenderia” o mundo com as “inegáveis capacidades criadoras” de um povo ainda remetido, como está, a métodos artesanais de produção.

95 **Estávamos, na verdade, embalados por um fantasioso processo revolucionário já alcunhado de “mauberismo”. Esse infantilismo político e impensado aventureirismo, que guiaram o Movimento desde 1974, não permitiram margem alguma para desprezarmos, já na altura, todo o extremismo que seria, dali em diante, a nossa própria morte.**

100 **Só esse insensato radicalismo que, não atendendo às nossas próprias condições concretas e às circundantes, nos tornou intoleravelmente prepotentes, levou-nos a tomar muitos compatriotas no mesmo pé de igualdade com o criminoso agressor da pátria! Cometemos crimes contra os nossos próprios irmãos e, perante uma guerra difícil, perdemos mais tempo a prender e a assassinar compatriotas** do que a pensar efectivamente
105 numa defesa capaz da Pátria, cujos resultados se tornaram, por si só, evidentes em 1978!

Observamos, até este ponto, que a construção das identidades leste-timorense e indonésia pauta-se, majoritariamente, no apelo à paixão dos interlocutores, o que se materializa no discurso linguística e cognitivamente por meio da construção dos objetos de discurso, marcada pela perspectiva pessoal de Xanana Gusmão. A patemização e a construção dos objetos de discurso, por sua vez, participam da edificação do *Frame* de Guerra que, no momento da

ocupação indonésia, caracteriza-se pelo emprego exacerbado de sintagmas nominais adjetivais para a designação do conflito, do território e dos agentes – claramente opostos em suas ações, ideologias e crenças.

O Esquema 3, a seguir, indica como, com base no *Frame* de Guerra, a identidade leste-timorense e o que se supõe como a identidade do inimigo, baseada na imposição da guerra, são construídas a partir de evocação de determinados *frames*. As características unidas pelos processos de ligação conformam os principais traços das identidades de cada um dos atores sociais destacados e o contraponto entre eles é indicado pelos processos de diferenciação.

Esquema 3: *Frame* de Guerra e os processos de ligação e diferenciação identitária entre leste-timorenses e indonésios

Elaborado pelo autor com base em Resende e Leite (2014)

A partir da análise dos atributos que caracterizam as representações sociais acerca dos atores em contraste, esses são concebidos como antagonistas diretos, de forma que uma

característica do povo leste-timorense encontra seu antônimo correspondente em uma característica dos indonésios. No caso dos leste-timorenses, a resistência, a defesa da pátria, a fragilidade e a pacificidade constituem atributos opostos aos dos indonésios: covardia, assassinato, invasão e crueldade, respectivamente. A construção negativa do outro realiza-se por meio do contraponto, atribuindo-se valor positivo aos leste-timorenses, que parecem mais afinados aos valores de uma civilização desenvolvida que os indonésios, que justificavam sua presença no território sobre o pretexto de realizarem uma intervenção de caráter humanitário.

Nos discursos realizados durante o período indonésio, a mobilização do *Frame* de Guerra, considerando os aspectos semânticos e cognitivos desencadeados por ele, permitiu a Xanana construir para os indonésios uma identidade fortemente marcada pelo aspecto negativo, justificando-se, assim, a necessidade de combatê-lo em todas as frentes: militar, política e ideológica.

4.2.2.2 O *Frame* de Guerra durante o Período Pós-Indonésio: o inimigo é um “igual”

Quando tomamos para análise os discursos do período pós-indonésio, observamos haver uma severa redução no uso de adjetivos elogiosos ao povo leste-timorense. Esse ajuste discursivo muito se deve ao fato de Xanana Gusmão haver encontrado resistência a seus projetos políticos no Parlamento Nacional, uma vez que, ao substituir a postura marxista pela nacionalista a partir de 1987, causou o descontentamento de alguns membros da FRETILIN, os quais passaram a fazer parte do corpo administrativo do país após as eleições de 2002. Vejamos como essa situação se configura a partir da análise do excerto a seguir.

Excerto 06 – Discurso VIII – (L. 30-49)

30 Quero chamar a atenção de todas as pessoas à demagogia, à conversa barata de muitos dos que exploram as falhas das instituições do Estado para mobilizar a população. Um facto que permanece em todas as nossas memórias é quando o Ministro da Administração Interna, o Sr. Rogerio Lobato, que foi destacado pelo presidente do parlamento, o Sr. Francisco Guterres, dirigiu-se à população no ginásio e disse: “Vocês pertencem à FRETILIN, foram vocês que nos
35 elegeram. “

Nas eleições democráticas, a FRETILIN ganhou com uma maioria de 57 por cento, o que significa que a maior parte nosso povo confiou na capacidade do Partido FRETILIN para liderar o parlamento e o governo por cinco anos. Não foi apenas por três, quatro ou cinco meses.

40 Na minha primeira mensagem, realizada um mês após a independência, pedi a todas as pessoas para dar ao governo seis meses, tempo suficiente para que nós víssemos algo concreto

na execução do programa anual de atividades. Exigir que se resolvam todos os problemas em apenas três meses é irreal e simplesmente irracional. Esta é a razão pela qual eu apelo aos estudantes universitários para fazerem melhor uso de sua arma: a capacidade de pensar e
 45 racionalizar, para que suas demandas não colidam com as regras democráticas que regulam nossas vidas como cidadãos e como Estado.

O mais irônico das controvérsias é que há grupos que não participaram do referendo e não quiseram participar nas eleições para formar a Assembleia Constituinte nem mesmo nas eleições presidenciais.

Após comandar a vitória sobre os indonésios, Xanana Gusmão converteu-se, definitivamente, no que Chaui (2007) denominou semióforo⁹¹, e, por isso, despontou como o candidato natural – defendido por todos os partidos – ao cargo de Presidente da República: “[...] o povo queria saber quem seria o Presidente da República, que cada partido apoiaria. Foi assim que, muito extemporaneamente, os Partidos ou alguns Partidos começaram a falar de Xanana Gusmão [...]”. (Discurso VI – L. 39-42). No entanto, após sua eleição, ele enfrentou o despreparo e a oposição de deputados, ou seja, a ideia de consenso, como é de se esperar em todo cenário político, não passava de um simulacro. Desse modo, o poder legitimado pela luta não foi suficiente para a manutenção da identidade maubere como elemento unificador da sociedade devastada pela guerra e ansiosa pela reconstrução da pátria, tão exaltada nos discursos do período indonésio.

A impossibilidade de levar adiante seus planos para Timor-Leste faz Xanana Gusmão recategorizar discursivamente os “inimigos”. Murray e Meyers (1999), ao tratarem da política internacional do Estados Unidos, defendem que a construção de ameaças e de inimigos é uma constante naqueles país. Por entendermos que essa estratégia não é apenas relevante ao contexto estadunidense nem restrito ao cenário das relações internacionais, propomos seu emprego na análise da situação leste-timorense no período subsequente às eleições de 2002. Em consonância com esses autores, observamos que o desaparecimento de um ator que se configurava como ameaça – os indonésios – não significa a garantia da paz ou a eliminação do discurso que permitisse a construção de um novo inimigo, pois as narrativas sobre eles adaptam-se às demandas de cada época. Desse modo, já não se trata mais de um combate em campo, com um adversário explícito, com o qual se pode estabelecer uma postura de total hostilidade, mas de uma batalha entre “iguais”; o povo “maubere” fragmentou-se em uma sorte de agrupamentos, alguns favoráveis e outros contrários à política posta em curso pelo presidente,

⁹¹ Realizamos a discussão sobre o conceito de semióforo no Capítulo I.

ou seja, as demandas particulares dos diversos agrupamentos sociais de Timor-Leste voltaram a ganhar corpo e voz.

Os opositores de Xanana são discursivamente construídos como “demagógicos”, porque se valem das falhas das instituições recém-estabelecidas para desqualificar o governo; e como “irracionais”, por não considerarem que, em apenas três meses, não seria possível realizar mudanças estruturais significativas no país. Em função disso, o *Frame* de Guerra, nos discursos do período pós-indonésio, marca-se pelo esforço de Xanana em manter sua identidade positiva (e de ampliá-la à instituição que ele representa) e de desqualificar os adversários políticos; em síntese, trata-se do recurso à generalização que, segundo esclarece Moscovici (2003), consiste na seleção de uma característica aleatória, mas já conhecida, para classificar aquilo que surge como uma novidade. Nesse caso, os leste-timorenses como opositores ao governo democrático pelo qual – em tese – a maioria lutou constitui um fato novo e, em função dos episódios recentes do país, a característica (nem tão) aleatória tomada como objeto de generalização foi a oposição fomentada pela ocupação indonésia. Desse modo, generalizadamente, os opositores de Xanana estariam identitariamente associados aos indonésios, sobretudo no que concerne à irracionalidade e ao desconhecimento da realidade do país.

Ao final do governo, Xanana estava bastante desgastado, sobretudo devido às constantes discordâncias entre ele e o Primeiro Ministro, Mari Alkatiri, como se verifica neste trecho do Discurso X (L. 623-627), pronunciado em 22 de junho de 2006:

[21]

Ou pedem responsabilidade ao vosso camarada Mari Alkatiri sobre esta grande crise, sobre a sobrevivência do Estado Democrático de Direito ou, amanhã, eu próprio envio uma carta ao Parlamento Nacional a informar que me demito de Presidente da República porque tenho vergonha pelo que o Estado está a fazer ao povo e eu não tenho coragem para enfrentar o povo.

Nesse pronunciamento, em especial, a instauração da perspectiva de Xanana Gusmão é evidente. Não diferente dos demais discursos pronunciados por ele, nos quais se reconheciam argumentos que claramente constituíam respostas às vozes discordantes neles incluídas, neste, existe um movimento responsivo direcionado a interlocutores específicos, Mari Alkatiri é um deles e considerado por Xanana um dos responsáveis pela desestabilidade do governo, como verificamos em: “Ou pedem responsabilidade ao vosso camarada Mari Alkatiri sobre esta grande crise, sobre a sobrevivência do Estado Democrático de Direito ou, amanhã, eu próprio envio uma carta ao Parlamento Nacional a informar que me demito de Presidente da República

[...]”. Como Timor-Leste é uma República semipresidencialista, o Presidente da República exerce a governança em conjunto com o Primeiro-Ministro e, essa relação, estava fortemente abalada, motivo pelo qual, Xanana usa esse discurso para demarcar seu ponto de vista sobre os fatos.

Excerto 07 – Discurso X – (L. 57-71)

Hoje, um pequeno grupo, vindo do exterior, quer repetir os comportamentos que nós tivemos de 1975 até 1978. De acordo com o que todos nós sabemos, em Agosto de 1975, a UDT realizou um golpe para expulsar os comunistas da nossa terra, iniciando a guerra entre os timorenses. Em 2006, a FRETILIN quer dar um golpe para matar a democracia que ela mesma escreveu na Constituição. O problema da distribuição das armas não tem a ver com a situação que estamos a viver, já estava nos seus planos, distribuíram-nas para as eleições de 2007. Por isso é que estamos sempre a ouvir eles dizerem: só a FRETILIN pode criar a estabilidade ou a instabilidade.

Quando as bases de apoio se desintegraram em 1978, os companheiros da Ponta Leste, com este servo, tentaram organizar-se para procurar os companheiros dos outros sectores para encontrarem-se com os companheiros de Bazartete e Liquiça, Same e Ainaro. Se não acreditarem, perguntem aos companheiros veteranos que estão na F-FDTL, para não dizerem que eu inventei, para minha vaidade pessoal, como algumas pessoas que eu conheço, que entraram na FRETILIN, que nos olham de lado, como se fossem eles os únicos a fazerem a guerra.

Observamos nesse excerto que a referência ao passado: “Hoje, um pequeno grupo, vindo do exterior, quer repetir os comportamentos que nós tivemos de 1975 até 1978. De acordo com o que todos nós sabemos, em Agosto de 1975, a UDT realizou um golpe para expulsar os comunistas da nossa terra, iniciando a guerra entre os timorenses”, (l. 57-60) distintamente do que foi a prática na maior parte dos discursos do período indonésio, assume um caráter negativo, como algo a ser superado em função de sua obsolescência e de sua incoerência com o momento político pelo qual o Timor-Leste passava: “Em 2006, a FRETILIN quer dar um golpe para matar a democracia que ela mesma escreveu na Constituição”. (l. 60-61). A FRETILIN, antes aliada, foi convertida em adversário: “[...] só a FRETILIN pode criar a estabilidade ou a instabilidade.” (l. 64), o que demanda de Xanana um esforço discursivo para reconceptualizar esse objeto de discurso ao qual sua identidade esteve historicamente associada. Assim, a seleção lexical, pautada na desqualificação utilizada para caracterizá-la, põe em atividade o *Frame* de Guerra o qual, em termos pragmáticos, responde pela orientação argumentativa do discurso: ou seja, é preciso desconstruir a imagem da FRETILIN como defensora da democracia e dos ideais do povo e realocá-la no lugar de instituição antidemocrática que “quer dar um golpe para matar a democracia que ela mesma escreveu na Constituição.”, pois, conforme defende Duque (2015,

p. 26), “novas informações só ganham sentido se forem integradas a *frames* construídos por meio da interação ou do discurso.”.

Além disso, Xanana, ao se autodenominar “servo” (l. 66) remonta à sua trajetória como guerrilheiro e à ideologia de servir à pátria até a morte. Dessa forma, visa à manutenção e à reafirmação de sua identidade em oposição à da FRETILIN, que agora age contra as demandas da população. Contribui também para esse reforço a resposta que o presidente apresenta aos que o acusam de inação, ele trata de definir sua relação legítima com o movimento de resistência a partir da desqualificação dos outros que o fizeram por “ vaidade pessoal” (l. 69). No limite, o que se observa é a concorrência entre dois pontos de vista antagônicos: Xanana manifesta uma preocupação com o público, enquanto seus opositores, segundo manifesta em seu discurso, com o privado. Essa perspectiva pode ser mais bem compreendida a partir da análise do Excerto 08.

Excerto 08 – Discurso X – (L. 599-608)

600 O povo é que me escolheu. Como fui eleito, tenho de prestar contas ao povo. Antes, de procurar satisfazer a comunidade internacional, eu tenho de curvar-me perante o povo, sofredor, que me escolheu. O povo pergunta-me, enquanto Presidente da República, onde está a minha responsabilidade quanto à garantia da Unidade Nacional que se fragmentou, da estabilidade que se desintegrou e do funcionamento normal das instituições democráticas que paralisaram.

605 Como Presidente da República eleito pelo povo, não pelo braço, mas por voto directo e secreto, eu tenho mesmo vergonha, porque eu não desempenhei bem as minhas responsabilidades. Por isso, estou pronto para assumir as consequências disso.

O Presidente da República é um órgão de soberania. Uma só pessoa, eu sozinho, sou o Órgão de Soberania.

Como procedimento de contra-argumentação às vozes dissonantes, Xanana enfatiza que o ocupa o lugar de Presidente da República segundo a vontade popular, como verificamos em: “O povo é que me escolheu. Como fui eleito, tenho de prestar contas ao povo. Antes, de procurar satisfazer a comunidade internacional, eu tenho de curvar-me perante o povo, sofredor, que me escolheu.” (l. 599-601). A oposição, todavia, era prevista e foi antecipada por Xanana quando de sua aceitação para concorrer às eleições presidenciais, em agosto de 2001:

[22]

EU DECLARO AQUI E AGORA QUE ACEITAREI SER CANDIDATO DOS PARTIDOS A PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE TIMOR LOROSA'E, se os mesmos partidos demonstrarem o máximo compromisso para aceitarem quaisquer que forem os resultados das eleições. Isto significa que cada partido deve promover, nas suas estruturas de base, a política da tolerância e do respeito mútuo, dentro do espírito democrático que todos estamos empenhados a construir. (D. VI – L. 63-68)

Além disso, apesar de reconhecer sua falha em assegurar a “Unidade Nacional” – uma clara evidência de que não havia mais qualquer preocupação em preservar a identidade maubere construída anteriormente – Xanana reforça a legitimidade do cargo que ocupa, chegando ao limite de conceber-se como um “Órgão de Soberania”, ou seja, o que o presidente decide assume o estatuto de lei.

Nos discursos em que Xanana Gusmão já ocupa o cargo de presidente da República, o *Frame* de Guerra é ativado pelos sintagmas nominais e verbais flexionados em 1ª pessoa do singular, demarcando o posicionamento Presidente em oposição ao restante do corpo governamental:

[23]

A **minha** participação pessoal no processo de libertação nacional foi igual a de qualquer outro filho desta terra que desejava a independência para Timor Lorosa'e. **Tomei** a decisão de assumir o comando da resistência, porque os principais líderes ou morreram ou se renderam, tendo na altura sobrevivido apenas 3 membros do Comité Central da FRETILIN, de que **eu fazia** parte. (D. VI – L. 8-12)

[24]

E **eu acredito**, Sra. Presidente, que a Indonésia e Timor-Leste poderão, como já o fizeram neste 2 anos e meio, para provar a todo o mundo que, quando existe boa vontade política por parte de governante e da sociedade em geral, a paz pode ser construída em bases sólidas pelo mundo fora. (D. VII – L. 111-114)

[25]

Eu não estou discutindo sobre os aspectos democráticos e constitucionais. **Desejo** somente chamar a atenção para aqueles que querem criar uma crise, para aqueles que exigem uma imediata e completa mudança da situação, para pensarem com cuidado, para perguntarem-se sinceramente o que eles poderiam ou não conquistar em um curto espaço de tempo. (D. VIII – L. 26-30)

[26]

Se a independência pertence apenas à FRETILIN, **não tenho** comentários a fazer. Se a independência pertence a todos nós, a todos os timorenses, **aproveito** esta oportunidade para exigir ao Governo que rejeite o ministro da Administração Interna, Rogério Lobato, por incompetência e negligência. (D. IX – L. 36-39)

A partir de nossas análises, entendemos que o *Frame* de Guerra funda-se essencialmente nos procedimentos de patemização e de construção de objetos de discursos que, embora imbricados nesse processo, não são participantes exclusivos da construção desse *frame*, mas aqueles que possuem mais relevo, conforme buscamos elucidar. Compreendemos também o caráter transversal desse *frame*, porque, em coadunação com Meurer (2004), van Dijk (2014, 2008b) e Palumbo (2007), não podemos desconsiderar: a) aquilo que já é básico aos estudos discursivos, a impossibilidade de haver discurso isento de ideologia e, portanto, da expressão de um ponto de vista, de uma *doxa*; b) que o discurso, como prática social e ação sócio-

historicamente situada, participa da construção de identidades, ao colocar em circulação projetos de dizer que disseminam perspectivas específicas acerca dos sistemas de conhecimento e de crença; c) a maior parte do conhecimento humano e, portanto, o modo como os indivíduos interpretam a realidade circundante, tem origem nos discursos; d) ao agirem sobre o modo como os indivíduos apreendem e interpretam o mundo, os discursos convertem-se em instrumentos de (manutenção ou tomada de) poder.

Dando prosseguimento a nossas análises, procedemos ao exame dos discursos relativos ao *Frame* de Família.

4.2.3 *Frame* 02 – Família

Em continuidade com nosso projeto de investigação acerca das identidades leste-timorenses, passamos a analisar o *Frame* de Família, o qual identificamos prioritariamente nos discursos referentes ao período de ocupação indonésia. Em seus pronunciamentos, Xanana Gusmão se vale de recursos de conotação da linguagem como forma de conceptualizar o país, que passa a ser entendido como uma grande família, e os leste-timorenses, por extensão, como filhos e irmãos. Segundo Smith (1997), a estrutura de parentesco está fortemente arraigada na sociedade leste-timorense e decorre disso o fato de a nação ser considerada uma “superfamília” imaginária. Entendemos, assim, que esse é um procedimento o qual está na base cognitiva em que se funda o *Frame* de Família.

Na hierarquia discursivamente construída, Xanana oscila entre os papéis de pai e de irmão mais velho (*maun boot*, como também ficou conhecido durante o período em que liderou as forças de resistência. Atualmente, ele é reconhecido pelas gerações mais novas como avô “Nana”), aquele que goza de certo prestígio e autoridade no seio familiar leste-timorense. Apenas a título de exemplificação de como Xanana Gusmão está inserido no imaginário coletivo nacional, ocupando o espaço de membro familiar, apresentamos o trecho de uma notícia publicada no site do jornal português **Diário de Notícias**, em 11 de março de 2018, que trata do regresso dele a Timor-Leste após participar, na Austrália, das negociações para a redefinição das fronteiras marítimas entre os dois países:

Milhares de pessoas receberam em festa o **líder histórico timorense** Xanana Gusmão que regressou hoje a Timor-Leste depois de uma ausência de seis meses e após a assinatura do novo tratado de fronteiras marítimas com a Austrália.

Negociador principal do tratado, Xanana Gusmão chegou a Díli num voo proveniente de Bali, na Indonésia, aterrando no aeroporto da capital timorense, onde era esperado por vários membros do Governo, deputados e dirigentes partidários.

[...]

Depois, Xanana, com uma grande bandeira timorense na mão, em pé, num dos carros - fez todo o percurso com a parte superior do corpo a sair pelo tejadilho do jipe em que viajava - a caravana percorreu o centro da cidade.

Além do som das motas, eram ouvidas muitas vivas ao **homem que nos últimos anos passou de 'maun boot' (grande irmão) para 'avô Nana' (o diminutivo do seu nome), mas que é reconhecido como o pai da nação** e agora da fronteira marítima. Maioritariamente montados em motas, algumas com toda a família - três ou quatro ocupantes - os timorenses percorreram a Avenida Nicolau Lobato, a principal de Díli, numa ruidosa celebração que terminou na sede do CNRT.

(Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/milhares-no-regresso-a-dili-de-xanana-gusmao-depois-de-tratado-de-fronteiras-com-australia-9177921.html>>.

Acesso em: 02 jun. 2018. – destaques nossos)

Xanana Gusmão, ao escolher criar uma relação projetiva entre os domínios conceptuais da família e da nação, busca estabelecer, ao menos discursivamente, um engajamento com os leste-timorenses, no qual ele desponta – na condição de líder – como o membro da família que se responsabiliza por indicar aos demais o que deve ser feito, quais são os melhores caminhos para que sejam bem-sucedidos no propósito de se tornarem independentes. A fim de melhor observarmos a construção dessas relações, apresentamos alguns excertos do *corpus* em que destacamos os elementos linguísticos que atuam na construção discursiva dos leste-timorenses como membros da família virtualmente edificada por Xanana Gusmão:

[27]

Hoje continuamos a testemunhar, nos campos de concentração e nas montanhas de Timor-Leste, magnífico exemplo de patriotismo e abnegação dos **filhos desta terra**, plenamente conscientes de que suas mortes consolidarão nossa macha para a vitória. [D. I - L. 37-39]

[28]

[...] todos os **filhos de Timor-Leste**, que de longe continuaram a seguir com tristeza e orgulho os feitos heróicos de seus **irmãos** e **irmãs**. [D. I - L.17-19]

[29]

Muitos dos melhores filhos de Timor-Leste mantiveram-se resolutos na intenção de lutar até o último homem e superar um período de dois anos de longa e crítica desorganização. [D. I - L. 43-44]

[30]

Finalmente, a todos os **filhos deste Povo destemido**, espalhados estrangeiro, apelamos para uma cada vez maior tomada de consciência e sentido de responsabilidade pelos destinos da nossa terra – TIMOR-LESTE. [D. II - L. 321-323]

[31]

Ao sol e à chuva, ao vento e ao frio, nas dificuldades, nas prisões, nos combates e nas hortas, nos campos de concentração, nas montanhas, nas marchas e nos “goton-royong”, cada **filho de Timor-Leste** continua com os olhos fixos na estrela branca de 20 de Maio que alumia a difícil e sinuosa caminhada do POVO MAUBERE na direção à VITÓRIA CERTA E INEVITÁVEL! [D. III – L. 129-133]

[32]

Patriotas e nacionalistas! **Filhos de Timor-Leste!**

Há treze anos, em 1974, 20 de Maio já apontava para a necessidade de unir **todos os filhos de Timor-Leste**. Há treze anos, em 1974, 20 de Maio já existia na unidade como condição para a vitória! [D. III – L. 74-78]

[33]

No plano da luta, é necessário garantir a unidade **de todos os filhos de Timor-Leste**, porque a nossa Pátria só é forte quando alimentada pelo suor de todos nós, este é o princípio que não devemos esquecer, tanto hoje como no futuro. [D. III – L. 158-160]

[34]

Os sofrimentos destes doze duríssimos anos abriram feridas profundas no nosso corpo e na nossa consciência de patriotas e de **filhos de Timor-Leste**. (D. IV – L. 19-21)

Como parte da estratégia de aproximação a seus interlocutores, Xanana recorre a procedimentos discursivos em que os leste-timorenses são instanciados em seus pronunciamentos como “irmãos” ou “filhos” e o território, a pátria, extensivamente, como “família” ou “mãe”, como se observa nos fragmentos anteriores. Esse procedimento enquadra-se no que Moscovici (2003) definiu como objetivação, ou seja, como a noção de Estado, por exemplo, é bastante abstrata, ao associá-lo à experiência da família, mais concreta, cria-se uma objetivação para ele. Dessa forma, o discurso converte-se na instância responsável pela conversão de um mundo em outro.

Nesse sentido, como uma continuidade – já que entendemos haver uma relação entre os *frames* que se mobilizam para a construção das identidades leste-timorenses – do projeto de cooptação popular por meio do recurso às emoções, discutido no *Frame* de Guerra, identificamos que o forte apelo a uma das instituições mais significativas e tradicionais da cultura de Timor-Leste: a família, responde à ativação de modelos mentais acerca dela e cria uma relação projetiva que, por si mesma, justifica os lugares sociais imputados tanto aos leste-timorenses quanto a Xanana Gusmão, comandados (filhos) e comandante (pai), respectivamente.

A família, segundo a cosmogonia leste-timorense, possui uma dimensão mais ampliada que a do paradigma ocidental e isso permite que as relações familiares, para além do que já discutimos no Capítulo II, sejam estendidas, conforme elucida o excerto a seguir, extraído do site oficial do Governo de Timor-Leste:

A cultura tradicional timorense – tão bem defendida durante a resistência, e que, serviu, também, para ajudar a defender o argumento da independência, pela diferença cultural relativamente ao povo ocupante – assenta na complexidade da estrutura familiar praticada em Timor-Leste. Trata-se de uma estrutura muito particular, muitas vezes mal-entendida pelos *malae* (estrangeiros). Não é por acaso que mesmo os desconhecidos, em Timor-Leste – e isso sim, já assimilado pelos *malae* – se tratam por *mana* (irmã) ou *maun* (irmão) (se a idade ou situação social é semelhante para o feminino e masculino, respetivamente), tia ou tio (se se trata de alguém mais velho, uma ou duas gerações), avó ou avô (se a idade é já avançada). Na prática, filhos, afilhados, primos ou pessoas da mesma ligação da estrutura tradicional, são considerados familiares diretos, situação que traduz o papel central estruturante dos laços familiares na sociedade timorense. “O laço de parentesco oferece uma perspectiva de longo prazo, que falta noutras relações. A permanência das relações familiares, normalmente garantida pelo laço biológico, permite, em larga medida, a construção de confiança e compromisso mútuo. Criam-se âncoras - materiais e afetivas - entre os indivíduos e as suas famílias. Isto significa, numa família mais alargada como a que existe na estrutura tradicional de Timor-Leste, que existe um vínculo forte na sociedade que tem garantido o bem-estar entre as famílias. Existe uma solidariedade familiar, especialmente visível em cerimónias, como as de casamento, de funeral, ou nas cerimónias de feto sa umane (parentes por afinidade, por parte da mulher e por parte do marido), que são cerimónias tradicionais ainda muito conservadas na nossa sociedade”, explica a Ministra da Solidariedade Social, Maria Domingas Fernandes Alves. (TIMOR-LESTE, 2011. s/p)

O resgate discursivo das estruturas de solidariedade que marcam a sociedade leste-timorense e sua forma de conceber os laços familiares torna-se um forte argumento, que parte de um conhecimento – empírico e compartilhado – e converte-se em posicionamento favorável ao apoio às forças de resistência, representadas por Xanana Gusmão. Desse modo, conceptualizar a nação como família permite a ele unir a população em torno de laços afetivos e, assim, evitar resistência ao que propõe em seus discursos, pois, como também é tradicional em Timor-Leste, há significativo respeito e obediência aos membros masculinos (principalmente) mais velhos da família: seja o avô, o pai ou o irmão. Sobre a relação entre nação e família, Lakoff (2002) esclarece que a associação entre família e nação é algo que faz parte de nosso repertório conceptual padrão e que, por isso, é aceita pela maior parte dos indivíduos como a expressão do senso comum.

Nesse processo de construção identitária cujo paradigma é a família, chama-nos a atenção as estratégias discursivas de que Xanana se vale para construir uma autorrepresentação positiva de si mesmo. Para esse fim, identificamos três estratégias recorrentes: a) alternância no uso de 1ª pessoal do plural, ora com função exclusiva, ora com função inclusiva, denominada

por Sena (1997) de “inclusivo estratégico”, de modo a criar um amálgama entre o enunciador e os interlocutores; b) falar sobre as ações da FRETILIN para dizer de si mesmo, já que ele era o responsável por liderá-la; c) uso de 1ª pessoa do singular, atribuindo a si a responsabilidade por aquilo (de positivo) que se enuncia. Na sequência, discutimos cada uma dessas estratégias.

Segundo o quadro estabelecido de que pátria deve ser compreendida de acordo com a mesma lógica com que se organiza uma família, ao empregar o “nós exclusivo” e o “nós inclusivo estratégico” nas mesmas sequências discursivas, Xanana dificulta o reconhecimento por parte dos interlocutores dos limites de (particip)ação deles e do enunciador. Às vezes, tem-se a impressão de que ele fala em nome de todos – como um pai que sabe o que é melhor para os familiares –, outras, apenas da perspectiva dos guerrilheiros. No entanto, se os limites de atuação de um e de outro não são claros, a ambiguidade presta-se: a) à construção de uma autorrepresentação marcada pela modéstia e pela sensatez, ou seja, trata-se de um pai/irmão que aconselha, sugere, mas não manda nem ordena; b) à cooptação de todos à luta, essa é a função da ideologia, sobre a qual discutimos melhor no item 4.4. Observemos essa oscilação e seus efeitos nos excertos seguintes, todos extraídos do Discurso I:

[35]

Temos tomado, de forma decidida, outro grande passo para a vitória do Povo Maubere, uma certa e inevitável vitória enraizada na determinação inabalável do heróico e amado Povo Maubere. [D. I - L. 21-23]

[36]

Nós sabemos o quanto vocês se preocupam com a nossa pátria amada! Nós sabemos o quanto vocês se preocupam com o futuro do nosso amado povo! [D. I - L. 72-73]

[37]

Seguimos, apesar das circunstâncias difíceis da nossa liderança de luta, os seus esforços para garantir e consolidar nossas vitórias no campo diplomático contra o agressor bárbaro. [D. I - L. 82-84]

[38]

Unidos pela mesma fé na vitória e mesmo objectivo sagrado de libertar a nossa Pátria e pessoas queridas, vamos continuar a realizar as nossas tarefas nas diversas frentes da luta com o aumento do compromisso. Vamos remover todos os obstáculos, superar as cada vez maiores dificuldades e vamos sempre enfrentar novas exigências, porque a luta continua, mais difícil e sem trégua, nas aldeias e montanhas de Timor-Leste e em todas as frentes! [D. I - L. 85-90]

Em [35], o sintagma “Temos tomado, de forma decidida, outro grande passo para a vitória do Povo Maubere” indica que o agente não poderia ser outro senão a FRETILIN, sob a liderança de Xanana Gusmão, trata-se, assim, de um “nós exclusivo”, em relação à totalidade

dos interlocutores, algo que também se verifica em [36], no qual se estabelece discursiva e linguisticamente uma diferenciação entre “nós” (as forças de resistência que “sabemos”, nas quais o enunciador se inclui) e um “vocês” (que se refere ao povo, que se preocupa com o futuro da pátria e com o próprio). Além disso, em [37], Xanana estabelece, discursivamente, uma importante simetria identitária entre a FRETILIN e a população, pois ele se compromete a seguir na resistência contra o “agressor bárbaro”, mesmo diante das dificuldades da luta, como forma de validar os esforços do povo.

No mesmo discurso, todavia, ele recorre a outro uso do “nós”, dessa vez, na perspectiva inclusiva estratégica, como se observa em [38]. A projeção inclusiva do “nós” é reforçada não apenas pelo aspecto contextual, mas também pelo cotextual, isto é, para além do fato de o fragmento constituir uma sequência da argumentação que vem sendo desenvolvida ao longo do discurso, observamos que a utilização de sintagmas como: “Unidos pela mesma fé na vitória e mesmo objectivo sagrado de liberar nossa pátria e pessoas queridas”, o qual necessariamente implica a atuação dos interlocutores, uma vez que, por razões autoexplicativas, a pátria pertence a todos e o desejo de vê-la livre, por extensão, também. Assim, o sintagma nominal adjetival “unidos” localiza a luta no âmbito da ação coletiva: da FRETILIN e da população e em todos os lugares possíveis: aquela, nas montanhas, esta, nas aldeias. Dessa forma, observamos que, por meio da ativação e da instrumentalização do *Frame* de Família, Xanana Gusmão procede, a um só tempo, à construção de uma autorrepresentação positiva de si, que, de certo modo, legitima seu *status* social de “*maun boot*”, e fornece ao povo leste-timorense um referencial, de natureza familiar, em que possa confiar em termos políticos e de condução de suas vidas.

Ainda com relação ao uso do “nós”, observamos como a postura discursiva que Xanana assume no **Excerto 09** corrobora sua autorrepresentação como figura de comando e por meio da qual se estabelece uma relação especular com o papel desempenhado por um pai que deseja (e sabe o que é) o melhor para a sua família.

Excerto 09 – Discurso IV – (L. 251-271)

Exigimos a Portugal que assuma, de vez, a hombridade política necessária a fim de que, no quadro das obrigações que a sua Constituição confere e no âmbito das resoluções da ONU, concernentes ao caso de Timor-Leste, promova um novo enquadramento no diálogo com a Indonésia sob a mediação da ONU, processo em que devem estar presentes os representantes do Povo Maubere.

Apelamos aos governos da Austrália e da Nova Zelândia para reconsiderarem a sua posição e beneficiarem o Povo de Timor-Leste com uma atitude mais compreensiva e justa, na

mesma medida em que o caso da Nova Caledónia mereceu uma especial atenção destes dois governos.

260 Apelamos ao governo dos EUA assim como aos governos da Europa Ocidental no sentido de não mais considerarem Timor-Leste uma potencial ameaça à estabilidade da área, pois nos comprometemos desde já a impedir que tal aconteça, pelo que pedimos para favorecerem o Povo Maubere com uma postura que o leve a encontrar a paz e a sua independência.

265 Apelámos aos países do Movimento dos Não-Alinhados para considerarem que apoiar a justa causa do Povo Maubere é garantir ao próprio Movimento idoneidade e pujança políticas que salvaguardarão os princípios adoptados em Bandung.

270 Apelámos aos Povos do mundo inteiro para se sensibilizarem com o sofrimento do Povo de Timor-Leste, nestes longos e duríssimos doze anos de guerra de genocídio, promovida pelos assassinos ocupantes da Pátria. E pressionarem os seus governos a reverem as suas atitudes perante o problema de Timor-Leste.

Ao recuperarmos o contexto histórico em que o discurso foi pronunciado, bem como os temas nele tratados, observamos que Xanana, na condição de líder-pai, precisou assumir uma postura mais enérgica em relação a Portugal. O ano de 1987 foi particularmente importante para o direccionamento da FRETILIN, após outra grande perda de efetivo e da instauração de dissidências internas no movimento em função de divergências ideológicas. Em função disso, no pronunciamento de 7 de dezembro de 1987 (Discurso IV), ele trata realizar uma viragem ideológica e assumir a substituição do marxismo pelo nacionalismo, como se observa nestes fragmentos (destaques nossos):

[39]

- 95 Estávamos, na verdade, embalados por um **fantasioso processo revolucionário** já alcunhado de “mauberismo”. Esse **infantilismo político e impensado aventureirismo**, que guiaram o Movimento desde 1974, não permitiram margem alguma para desprezarmos, já na altura, todo o **extremismo** que seria, dali em diante, a **nossa própria morte**.
- 100 Só **esse insensato radicalismo** que, não atendendo às nossas próprias condições concretas e às circundantes, **nos tornou intoleravelmente prepotentes**, levou-nos a **tomar muitos compatriotas no mesmo pé de igualdade com o criminoso agressor da pátria! Cometemos crimes contra os nossos próprios irmãos e, perante uma guerra difícil, perdemos mais tempo a prender e a assassinar compatriotas do que a pensar efectivamente numa defesa capaz da Pátria, [...]**
- 105 [...] Nós próprios, que só viemos a aprender o marxismo nas montanhas de Timor-Leste, **fomos influenciados por um frenesim revolucionário** que nos levaria a
- 110 materializar o sonho dos antecessores: criar um partido marxista-leninista na RDTL.

[40]

- [...] **as FALINTIL só terão uma sublime missão a cumprir: a defesa da Pátria de todos nós** e a manutenção da ordem interna, instaurada por uma Constituição que proclame a defesa pelas liberdades individuais e colectivas e o respeito pelos
- 130 interesses de todos os cidadãos e camadas sociais de Timor-Leste. Para que as gloriosas FALINTIL possam vir a cumprir plenamente a sua missão dentro da estrutura do governo, seja qual for a tendência política do executivo, **necessário se**

tornava afirmar desde já a neutralidade das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste!

Nos excertos [39] e [40] colocam-se em contraste dois tempos – passado e presente – que correspondem a dois posicionamentos ideológicos distintos: marxismo e nacionalismo (travestido de neutralidade). O primeiro é entendido como uma exacerbação das emoções, de uma vontade irracional de realizar a revolução a qualquer preço, mesmo que isso incluía matar os companheiros que discordassem do direcionamento ideológico do movimento, tal como observamos, por exemplo, em [39]: “Estávamos, na verdade, embalados por um fantasioso processo revolucionário já alcunhado de “mauberismo”. Esse infantilismo político e impensado aventureirismo [...]” (l. 95-97). Em contrapartida, ao assumir uma posição de “neutralidade”, Xanana visa forjar uma imagem de ponderação para as FALINTIL, como está explicitado neste fragmento de [40]: “Para que as gloriosas FALINTIL possam vir a cumprir plenamente sua missão dentro da estrutura do governo, seja qual for a tendência política do executivo, necessário se tornava afirmar desde já a neutralidade das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste!” (l. 131-134). Além disso, havia a pretensão de que delas saíssem os representantes que constituiriam (como, de fato, constituíram e ainda constituem) o núcleo das Forças Armadas de Timor-Leste, para isso, portanto, era preciso abdicar de um posicionamento radical e assumir uma postura que tivesse como norte a defesa de um preceito mais universal, como a nação. Há, assim, um jogo de imagens que visa à mudança relativa aos *frames* identificados à FRETILIN, sobretudo no que se refere às questões de natureza ideológica.

Ao apresentar as FALINTIL com uma liderança guiada não mais pelo “frenesim revolucionário” (l. 108), mas pela “sublime missão” (l. 127) de defesa da Pátria, Xanana recategoriza a identidade das forças de defesa e, com isso, pretende angariar mais adeptos à luta em prol da independência de Timor-Leste. A causa é deslocada do plano da ideologia exclusiva da FRETILIN e torna-se nacional e humanitária. Dessa forma, corroborando o *Frame* de Família, Xanana Gusmão assume a condição de pai e, portanto, de alguém que é responsável pela manutenção da família, e exige de Portugal que assuma sua função na mediação do diálogo entre Timor-Leste e Indonésia, já preconizada pela ONU, ou seja, no âmbito das questões nacionais e legais, havia um papel a ser desempenhado por Portugal, que, na perspectiva de Xanana, não estava a contento; assim, como se tratava de um problema de interesse da pátria, competia a ele intervir.

Além disso, é importante observar na construção discursiva da identidade de leste-timorenses como “filhos/irmão” que o responsável legal por eles faz apelos a outros países – a outras famílias – para que possam ajudá-los. Em conformidade com o que apresentamos no Capítulo II, o modo leste-timorense de concepção dos laços familiares pode englobar diversas famílias em um mesmo núcleo, assim, por meio dessa forma de conceber o agrupamento familiar, não parece incomum que o pedido feito por Xanana se estabeleça a partir de termos de natureza que envolvem a questão patêmica, como bem sugere o emprego reiterado do sintagma verbal “apelar” nos quatro últimos parágrafos do Excerto 09, apresentados em [41] e também no fragmento [42], extraído do Discurso III e que seguem em destaque:

[41]

- 260 **Apelamos** aos governos da Austrália e da Nova Zelândia para reconsiderarem a sua posição e beneficiarem o Povo de Timor-Leste com uma atitude mais compreensiva e justa, na mesma medida em que o caso da Nova Caledónia mereceu uma especial atenção destes dois governos.
- 265 **Apelamos** ao governo dos EUA assim como aos governos da Europa Ocidental no sentido de não mais considerarem Timor-Leste uma potencial ameaça à estabilidade da área, pois nos comprometemos desde já a impedir que tal aconteça, pelo que pedimos para favorecerem o Povo Maubere com uma postura que o leve a encontrar a paz e a sua independência.
- 270 **Apelámos** aos países do Movimento dos Não-Alinhados para considerarem que apoiar a justa causa do Povo Maubere é garantir ao próprio Movimento idoneidade e pujança políticas que salvaguardarão os princípios adoptados em Bandung.
- 275 **Apelámos** aos Povos do mundo inteiro para se sensibilizarem com o sofrimento do Povo de Timor-Leste, nestes longos e duríssimos doze anos de guerra de genocídio, promovida pelos assassinos ocupantes da Pátria. E pressionarem os seus governos a reverem as suas atitudes perante o problema de Timor-Leste. (destaques nossos)

[42]

- Em nome do martirizado Povo de Timor-Leste, **apelo** a Sua Excelência, o Secretário-Geral da ONU, [...]. E, no âmbito deste **apelo**, **formulo** de novo a Sua Excelência, o Senhor Secretário-Geral da ONU, o nosso convite no sentido de vir até Timor-Leste a fim de, em qualquer parte do território e, com representantes de Portugal e da
- 420 Indonésia, se efectivar um encontro com o CRRN. Não sendo isso possível, **solicito** a Sua Excelência, o Senhor Secretário-Geral da ONU, a boa vontade e as melhores providências no sentido de garantir a saída e o retorno em segurança de uma delegação da CRRN para o feito. [...]. Em nome do martirizado Povo de Timor-Leste, **apelo** mais uma vez a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares,
- 425 a Sua Excelência, o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Cavaco Silva, à Assembleia da República e ao Governo português a todos os partidos políticos e ao povo amigo de Portugal, na esperança de que se convirjam os esforços para se fazer prevalecer a correcta e verdadeira interpretação da resolução 3730 da Assembleia-Geral da ONU de 1983 [...] (destaques nossos)

O *Frame* de Família associado ao *topos* da sensibilidade é recorrente aos pronunciamentos de Xanana Gusmão, e entendemos que isso contribui para o estabelecimento

de uma perspectiva patêmica, a um só tempo, acerca do conflito e da identidade dos leste-timorenses, como está evidente no último parágrafo do fragmento [41]. Assim, além de energicamente cobrar uma atitude de Portugal, apelar à sensibilidade dos povos de todo o mundo e categorizar o “Povo de Timor-Leste” como sofrido e vítima de uma “guerra de genocídio, promovida pelos assassinos ocupantes da Pátria” (l. 275), que já dura “longos e duríssimos doze anos” (l. 274), constitui um forte argumento cujo propósito é converter-se em ação por parte dos aliados, ou seja, que, efetivamente, eles atuem para pôr termo à luta desumana e cruel perpetrada contra um povo frágil por um ocupante bárbaro, pois, de acordo com Aquino (2003, p. 110), “discurso é ação e elemento modificador do meio e a argumentação age por meios discursivos, provocando uma ação sobre aqueles que se pretende modificar.”.

Em [42] o papel de pai intercessor ganha força, porque discursivamente Xanana assume falar em nome do povo leste-timorense (assim como em outros discursos), tal como um pai que, responsável pelos filhos, precisa decidir o que é melhor para eles e intervir nos casos em que eles estejam impossibilitados de fazê-lo por si mesmos.

Outra estratégia linguístico-discursiva que está na base da construção do *Frame* de Família e a qual ressalta a competência de autorrepresentação de líder, são os relatos que Xanana faz acerca das ações bem-sucedidas da FRETILIN. Conforme vimos destacando ao longo de nossas análises, a ambiguidade em termos de construção referencial entre Xanana Gusmão e as instituições que ele representa e a população, permite que facilmente, ao narrativizar os atos das FRETILIN, esses também contribuam para a construção positiva de sua identidade pessoal (de líder-pai competente). Observemos os excertos a seguir, extraídos do Discurso II:

[43]

50 A FRETILIN provara que estava disposta ao diálogo sempre que fosse conduzido numa base de igualdade e mostrara também que só aceitava conversações sob os auspícios da ONU e com a participação das demais partes interessadas.

[44]

155 Não é a FRETILIN que provoca a fome, é a guerra imposta pela Indonésia. Muitos indivíduos não querem acreditar no apoio político que a FRETILIN detém junto à população de Timor-Leste. Foi necessário agora, e com a participação consciente do abnegado Povo de Timor-Leste, mostrar e identificar a verdadeira face da guerra: destruição, fome e miséria. Nós não aumentamos o sofrimento do Povo de quem somos filhos. O Povo de Timor-Leste já consentiu inúmeros sacrifícios e nós estamos orientados só e unicamente a conduzir com correção e firmeza os seus
160 incontáveis sofrimentos em todos estes nove anos de guerra da Resistência Nacional.

[45]

Se em 82, os guerrilheiros puderam apenas boicotar as eleições sòmente nalguns locais, em 87, a FRETILIN tem a certeza de que estará presente, não menosprezando a possibilidade de um novo reforço com mais 15 ou 20 Batalhões e o emprego de
 265 todos os demais recursos para exterminar a FRETILIN. Nós respondemos que as FALINTIL não se intimidarão uma vez mais ou alguma vez que seja com as novas ameaças.

A contra-guerrilha territorial não teria sentido, se o Povo de Timor-Leste não repudiasse a integração e não participasse de facto na Resistência.

[...]

Sabemos e estamos conscientes de que fazemos a guerra contra uma poderosa
 295 Nação, mas estamos e continuaremos determinados a enfrentar todo o arsenal de guerra da Indonésia até o último momento: A LIBERTAÇÃO DA NOSSA PÁTRIA.

Nos excertos [43] a [45], a FRETILIN é conceptualizada como um indivíduo, alguém que, dotado de intencionalidade, age, posiciona-se ideologicamente e sensibiliza-se: “A FRETILIN provara que estava disposta ao diálogo” (em [43], l. 49); “Não é a FRETILIN que provoca a fome” (em [44], l. 53) e “[...] a FRETILIN tem a certeza de que estará presente [...]” (em [45], l. 263). Por meio desse processo de humanização do movimento, cria-se uma possibilidade de identificação entre ele e Xanana – seu representante. Efetivamente, então, o que se expressa sob a denominação da FRETILIN, corresponde ao que o líder determina em termos de atuação frente aos inimigos, ao que ele pensa sobre o conflito e sobre os que são favoráveis ou contrários a ele, ao que ele sente (ou aparenta sentir) em relação aos efeitos da guerra.

Orientando-nos pela perspectiva da ACD de que os discursos sempre devem ser investigados em consonância com o contexto em que eles foram produzidos, observamos no fragmento [42] que a condução do discurso de Xanana sofre interferência direta do contexto, não apenas em função de quem eram seus interlocutores, mas dos propósitos pragmáticos dele: a obtenção de ajuda internacional a partir de uma capacidade de ativar/construir *frames* adequados a seu projeto – da guerra, dos indonésios e da população de Timor-Leste. Nesse sentido, é importante resgatar da história do país, o fato de, após determinação da ONU, em 1983, ter ficado instituído que Timor-Leste e Indonésia deveriam, com a mediação de Portugal, discutir e decidir quais seriam as melhores soluções para a resolução do conflito. Algo que efetivamete nunca aconteceu e que, por isso, é tema recorrente em muitos dos discursos de Xanana Gusmão durante o período de ocupação indonésia, como podemos verificar nos trechos a seguir destacados dos segmentos [46] a [49]:

[46]

80 Sabemos de seus esforços para solicitar, a partir de países amigos e dos governos, dos aliados naturais e das nações anticoloniais, dos amantes da paz e do progresso, o apoio necessário para **exigir que o governo fantoche de Jacarta implemente as resoluções imediatas da ONU em Timor-Leste**. [D.I– L. 79-82]

[47]

315 Exigimos por isso mesmo ao Governo Português, para, no espírito da **Resolução da ONU, cumprir com rigor e decisão e as suas obrigações para com Timor-Leste**. [D.II– L. 314-315]

[48]

372 O ponto nodal da questão reside na interpretação do espírito e da letra da resolução 3730 da **Assembleia-Geral da ONU, de 1983, que recomenda a participação de todas as partes interessadas**. [D.III– L. 372-374]

[49]

253 Exigimos a Portugal que assuma, de vez, a hombridade política necessária a fim de que, no quadro das obrigações que a sua Constituição confere e **no âmbito das resoluções da ONU** [...] [D.IV– L. 251-253]

Retomando o segmento [44], observamos ser evidente a preocupação em legitimar o posicionamento da FRETILIN relativamente ao fato de ela corresponder ao “lado certo” da luta. Xanana contra-argumenta ao defender que a FRETILIN não é a responsável pelas agruras que acometem o “abnegado Povo de Timor-Leste”. A identificação do país ativada pelo *Frame* de Família é reforçada pelo sintagma: “Nós não aumentamos o sofrimento do Povo de quem somos filhos”. Nesse caso, entendemos que o “nós” remete anaforicamente à FRETILIN; “Povo”, em acepção genérica, corresponde ao país e “filhos”, a todos os leste-timorenses, entre os quais Xanana e seus comandados estão naturalmente incluídos. Esse excerto ajuda-nos a reconhecer a dificuldade que se postula quando tentamos atribuir um papel social e familiar exclusivo à Xanana Gusmão, pois, são recorrentes às menções a si mesmo como filho de Timor-Leste e a utilização da primeira pessoa do singular ou de um “nós exclusivo” que o coloca em uma possível postura de pai.

Além disso, como se explicita em [45], as ações da FRETILIN são retratadas como reflexos genuínos das demandas da população que “participa da Resistência” e que “repudia a anexação”. Resgatando o princípio de que abordar os feitos da FRETILIN cria para si uma autorrepresentação positiva, podemos entender que, Xanana Gusmão, ao externalizar dessa forma as ações do movimento do qual ele é líder, isto é, em consonância com o desejo do povo, ativa junto a seus interlocutores o *Frame* de Família, o qual corrobora seu papel de provedor e coloca-o na posição de pai/irmão que, ao defender os interesses da pátria/família, torna-se um

exemplo aos demais, tanto no interior do movimento quanto no seio das famílias leste-timorenses.

Por fim, como terceira estratégia utilizada por Xanana Gusmão para construir uma autorrepresentação positiva de si mesmo, a qual pudesse ser plasmada para a de pai/irmão mais velho dos leste-timorenses, observamos a instituição do “eu” nos discursos, associada ao processo de subjetivação já discutido quando tratamos do *Frame* de Guerra, afinal, em coadunação ao pensamento de Charaudeau (2008), acreditamos que não exista um ato de linguagem que não passe necessariamente pela construção de uma imagem de si. Vejamos como isso se processa a partir da análise do Excerto 10:

Excerto 10 – Discurso III – (L. 467-478)

- E, para terminar, a vós, destemidos guerrilheiros da FRETILIN, **meus** queridos companheiros de onze anos de privações, **meus** queridos companheiros de onze anos de duros combates, **meus** queridos companheiros de onze anos de sucessos e de derrotas, a vós, o
 470 valoroso braço armado de nosso povo, a vós, que abnegadamente esqueceis tudo para esquecerdes de vós mesmos, a vós, FALINTIL ASWAIN, **devo manifestar**, em nome do POVO MAUBERE, em nome da DIRECÇÃO DA LUTA e **em meu próprio nome:**
 a contínua certeza de que persistiremos na Luta, sejam quais forem as dificuldades de amanhã,
 475 a contínua certeza de que combateremos até o último homem em defesa da PÁTRIA sagrada e
 a contínua certeza de que aceitaremos a nossa própria morte como condição para libertarmos o nosso POVO!

Para van Dijk (2008b), ao tratar das relações entre discurso político e cognição, é fundamental considerar que as representações mentais sobre os atores políticos compartilhadas pelas pessoas entre si têm origem nos discursos pronunciados por eles. Assim, entendemos que, no caso de Xanana Gusmão, essa relação encontra correspondência e muito responde pelo *status* que ainda hoje ele ocupa em Timor-Leste. No Excerto 10, podemos observar que a utilização do pronome possessivo de primeira pessoa: “meus” (com valor afetivo) em associação com uma atitude avaliativa em relação ao companheiros de luta, instanciados no discurso como “queridos”, contribui para a instauração de sua perspectiva e constrói para sua audiência uma identidade positiva dos membros da FRETILIN.

Além disso, por meio da instauração do *Frame* de Família, o caráter paternal explicita-se com o uso de primeira pessoa, em um jogo argumentativo que coloca no mesmo nível as vontades do “povo maubere”, da “direcção da luta” e a do próprio Xanana, como se verifica

neste trecho: “**devo manifestar**, em nome do POVO MAUBERE, em nome da DIRECÇÃO DA LUTA e **em meu próprio nome**” (l. 471-473) (destaques nossos). Entendemos que o sintagma “em meu próprio nome” possui uma função resumitiva que denota, portanto, um processo de gradação em que as demais vontades convergem para uma que Xanana assume como sua. Entretanto, não é possível precisar qual é origem dela, isto é, se ela parte da sociedade e Xanana se apropria dela ou se a sociedade apenas replica uma vontade transformada em demanda social pelos discursos de Xanana, a qual ele, estrategicamente, retoma em seu pronunciamento.

Ao usar o sintagma verbal modal em “devo manifestar”, Xanana Gusmão constrói uma autorrepresentação positiva de si ao se colocar no lugar de representante das vontades do povo, e, como ocupante legítimo dele, é sua obrigação manifestar o compromisso com a defesa da pátria, com a própria vida, inclusive, mas não apenas a dele, como a de todos companheiros engajados na luta pela libertação do “nosso POVO”.

Esse expediente de construção positiva de si pode, ainda, ser observado em [50] e [51]:

[50]

- 236 **Eu sei** que, sob a ameaça e repressão inimigas, ninguém pode isentar-se, porque constitui uma questão de vida ou morte aceitar ou recusar-se a pegar em armas, contra os seus próprios guerrilheiros. [D. IV – L. 236-239]

[51]

- 273 **Faço** votos, **desejo**, **apelo**, **exijo** para que todos os Responsáveis da Frente Clandestina possam proporcionar a 1994 muito sucesso à Luta do nosso Povo! [D. V – L. 273-274]

Em [50], Xanana explicita sua capacidade cognitiva de discernimento entre quem são os inimigos da pátria e quem são os companheiros que, sob ameaça de serem assassinados pelos indonésios, veem-se obrigados a integrar o exército indonésio. Essa situação é um dos temas de que ele trata no pronunciamento de 7 de dezembro de 1987 e sobre o qual já procedemos a uma contextualização mais detalhada à página 233. Ao assumir discursivamente saber diferenciar as situações, Xanana, por um lado, estabelece uma relação de solidariedade com o “traidores” e, por outro, cria uma possibilidade de reconciliação e acolhimento dos “dissidentes”, pois era importante às FALINTIL preservar seu quadro, uma vez que ele era expressivamente inferior ao do exército indonésio. Em termos pragmáticos, podemos compreender essa afirmação como anuência antecipada de perdão a todos os que, tendo preservado sua vida, ao se associarem ao

verdadeiro inimigo, estejam dispostos a reintegrar as forças de resistência. Trata-se portanto, um recurso argumentativo estratégico.

O fragmento [51] constitui a conclusão do Discurso V, de 7 de dezembro de 1993. Este discurso foi produzido durante o período em que Xanana estava preso na Indonésia e, gravado, foi enviado a Timor-Leste em uma fita cassete. Segundo Niner (2003), o discurso foi registrado em um gravador contrabandeado pelos seguranças da prisão que simpatizavam com Xanana. Os discursos de 7 de dezembro são particularmente interessantes à história da FRETILIN, porque nessa data se “celebra” o aniversário de invasão de Timor-Leste, como se observa em: “Ao comemoramos o 12º aniversário da cobarde e vergonhosa invasão à nossa Pátria pelas criminosas forças de ocupação indonésias, todos devemos saber reflectir sobre as causas profundas desta guerra imposta ao Povo Maubere.” [D. IV – L. 6-8] e “Hoje, 7 de Dezembro de 1993, celebramos o 18º aniversário da cobarde e vergonhosa invasão da nossa querida Pátria, Timor-Leste.” [D. V – L. 8-9] e se reforçam os sentimentos de resistência contra a ocupação indonésia. Como já é esperado, nesse discurso, por ser o líder FRETILIN, Xanana precisa fomentar o espírito combativo de seus comandados e insuflar o povo a continuar resistindo, por isso, seu pedido de compromisso se constitui, estrategicamente, em forma de gradação, explicitada pelos seguintes sintagmas verbais: “fazer votos”, “desejar”, “apelar” e “exigir”. Observamos, assim, que se trata de um pedido que não prevê recusa. A utilização de sintagmas verbais de universos semânticos tão distintos como “desejar” e “exigir”, por exemplo, permite que características apartentemente inconciliáveis conformem a identidade de um mesmo sujeito que pode agir com a doçura de um pai ou com a rigidez de um comandante militar.

Nesse sentido, destaca-se a contradição a que Moita Lopes (2006) faz menção ao analisar a constituição das identidades contemporâneas, indicando que as identidades sociais são um produto das diversas práticas discursivas e sociais em que os indivíduos agem e são posicionados; assim, as identidades são compreendidas não como propriedades individuais, mas como constructos sociais suprimidos e/ou promovidos segundo o ordenamento social, o que resulta no fato de que os sujeitos possuem identidades sociais múltiplas e é dessa forma que acontece com Xanana Gusmão.

A partir da ativação do *Frame* de Família e dos procedimentos responsáveis pela construção de sua autorrepresentação como pai-filho-líder político, Xanana institui em seus pronunciamentos um caráter bastante didático, como podemos observar nos fragmentos a seguir:

[52]

- Hoje, o fogo libertador de nossas armas foi reacendido em todo o território e a nossa
 50 presença política ampliou-se profundamente nos campos de concentração, garantindo a organização de sólida resistência popular. **Em resumo, mudaram-se para um novo nível de controle político e militar do país.** [D. I - L. 49-52]

[53]

- Remontando-nos mais concretamente ao ano que findou, faremos uma breve síntese do que foi a luta no plano interno.** Mas porque tudo quanto for dito com respeito a mais este ano de guerra não pode estar desligado do levantamento armado de Agosto de 83 **vamos começar por recordá-lo:**
O levantamento armado manifesta-se como uma posição de veemente repúdio à malograda tentativa de Jakarta de encobrir um processo de diálogo, que tão
 45 sòmente demonstrava a importância dos seus generais e, como repúdio também à irracionalidade dos convites à rendição e das promessas de amnistia após oito anos de resistência. [D. II - L. 39-47]

[54]

- 20 de Maio separou dois capítulos da nossa História. Terminou com período de ignomínia e servidão colonial e determinou a actual etapa de Libertação Nacional...** num período difícil, um período doloroso da nossa existência como povo, um povo que já demonstrou há onze anos e meio que é capaz de segurar por si e sòzinho as rédeas do seu destino. [D. III - L. 69-73]

[55]

- 75 Vitória não é uma palavra vazia, não é uma palavra de consolo nem é um anestesiante da Luta! VITÓRIA é um conceito. VITÓRIA significa a PÁTRIA!**
 Se todos os sacrifícios consentidos são para assegurar uma Pátria para o nosso POVO, **VITÓRIA significa a restituição da paz à nossa Pátria e a restituição da liberdade ao nosso Povo!** E é por isso que nós LUTAMOS! RESISTIMOS para VENCER! E
 80 temos que VENCER! E vamos VENCER, sejam quais forem as dificuldades, seja qual for o novo preço! [D. V - L. 75-82]

Ao assumir uma postura didática em seus pronunciamentos, conforme verificamos nos segmentos destacados nos excertos anteriores, Xanana demonstra uma preocupação em explicar a seus interlocutores processos e situações que estejam vinculados à compreensão das ações da FRETILIN e das FALINTIL. De acordo com Edwards (2008, p. 831): “Com efeito, uma das funções da retórica presidencial é didática. [...]. Os discursos presidenciais fornecem explicações, citam exemplos, fazem referências à memória coletiva da nação e dão sentido a opções de política externa.”.

Embora, à época, Xanana Gusmão ainda não fosse presidente, é possível observar que ele se vale da estratégia didática que Edwards (op. cit.) menciona como característica da retórica presidencial. Nesse sentido, as situações são recortadas e editadas segundo seu projeto de dizer e seus propósitos pragmáticos, evidenciando, portanto, que

[...] a maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva sobre o mundo e de nossa inserção sócio-cognitiva no mundo pelo uso de nossa imaginação em atividades de 'integração conceitual', do que simples fruto de procedimentos formais de categorização linguística. O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo construtivo e imaginativo e não de uma identificação de realidades discretas e formalmente determinadas. (MARCUSCHI, 2007, p. 86)

Vale destacar que os interlocutores dos discursos de Xanana são bastante heterogêneos – compostos de guerrilheiros a líderes internacionais – por isso é importante à consecução de seus argumentos que se estabeleça um *common background* entre eles, ou seja, que eles passem a constituir uma mesma comunidade epistêmica, nos termos de van Dijk (2015). A partir dessa forma de organização de seus pronunciamentos, Xanana constrói as narrativas que fundamentam seus posicionamentos e sua forma de conceptualizar a ocupação e os atores nela envolvidos, o que, nesses casos, fomenta também a autorrepresentação dele como pai-irmão da nação, apoiada sobremaneira no *Frame* de Família.

Quando contrastamos os recortes [52], referente ao **Discurso I**, pronunciado em 13 de outubro de 1982, e [55], que pertence ao **Discurso V**, de 7 de dezembro de 1993, o primeiro e o último discursos que compõem o *corpus* referente ao período de ocupação indonésia, respectivamente, podemos observar a manutenção da estratégia de didatização ao longo de todo tempo em que Xanana esteve à frente das forças de resistência. Em [52], é preciso explicar aos interlocutores que, apesar da violência que se acometeu contra as FALINTIL, o espírito combativo e resistente prevalece, o que se reforça com o recurso à metáfora como a identificada por meio do sintagma “o fogo libertador de nossas armas foi reacendido” (l. 49). Vale lembrar que, em termos didáticos, o uso de metáforas constituiu um recurso eficiente na concretização de elementos abstratos a partir da projeção entre domínios e, portanto, facilita a conceptualização de termos como “liberdade” que, nesse caso, está associado a “armas”, as quais, metonimicamente, representam a luta independentista. No fragmento [55], 11 anos após o primeiro pronunciamento, Xanana Gusmão esclarece o significado do termo “VITÓRIA”. Assim, trata-se de um procedimento de base sociocognitiva que visa, neste caso, definir com precisão os contornos desse conceito tão caro à sociedade leste-timorense. Cria-se uma identidade indissociável entre “vitória” e “pátria”, a partir do que Xanana institui, “VITÓRIA significa a PÁTRIA!” e, para além disso, a vitória condensa todos os auspícios pelos quais os leste-timorenses vinham lutando por anos.

Quando busca definir termos, dividir a explicação dos fatos, Xanana recorre a um processo de elaboração de seu discurso para simplificar algo que parece demasiadamente

complexo ou mesmo para direcionar a compreensão de seus interlocutores, certificando-se de que eles entendam exatamente aquilo que ele diz (como se isso fosse realmente possível). Trata-se de uma estratégia discursivo-cognitiva ideologicamente orientada e que atua na construção de modelos mentais acerca dos eventos relatados e dos agentes que deles participam, uma vez que passam a constituir um paradigma de interpretação da realidade por parte daqueles que forem convencidos por seus argumentos.

A construção de uma autorrepresentação positiva de si mesmo confere a Xanana Gusmão um estatuto privilegiado na sociedade e, ao mesmo tempo, concorre para a construção de um modelo de identidade que passa a figurar como parâmetro para os demais leste-timorenses: o de alguém que não mede esforços para libertar a pátria e defender o povo frágil. Assim, ao concentrar em si (ainda que discursivamente dissimulado, como podemos observar em [52] por meio do uso do “nós” de modéstia – l. 49-50) a responsabilidade pela transformação social que romperia com o ciclo colonial indonésio e, ao escolher tratar o povo sob um viés paternalista, Xanana, ativa de forma estratégica o *Frame* de Família, o qual sedimenta o caminho que o leva a ser considerado o pai dessa grande e tradicional família ampliada em que se converteu Timor-Leste. A esse respeito, Mendes (2005, p. 239) esclarece que

A figura de Xanana representa também a veneração por uma espécie de *liurai* máximo e ele próprio tem essa consciência, como se pode verificar pelo que escreveu na sua autobiografia, **To Resist is to Win**, onde afirma expressamente que: “Our people are essentially rooted to their culture and traditions: they have their own concepts of life, of existence and live to realize them⁹²”, que é inequivocamente a assunção de que os sistemas tradicionais continuam a ter grande peso na vida quotidiana de uma percentagem significativa de timorenses.

Assim, nossa análise corrobora a posição do pesquisador. Entretanto, destacamos que essa posição assumida por Xanana Gusmão não possui aceitação unânime e que nem todos os leste-timorenses eram favoráveis à independência. Da perspectiva maniqueísta sobre a qual se assentam os discursos do período indonésio, quem não é aliado, torna-se inimigo naturalmente. Um desses dissabores é Mario Carrascalão que, à altura da ocupação de Timor-Leste, foi nomeado pelo governo indonésio como administrador da 27ª província indonésia: Tim-Tim (como ficou conhecido Timor-Leste à época). A respeito dele e da relação que estabelecia com os indonésios, Xanana faz as seguintes avaliações:

⁹² Tradução nossa: Nosso povo está essencialmente enraizado em sua cultura e tradições: ele tem seus próprios conceitos de vida, de existência e de vida para realizá-las.

[56]

- Os traidores e vendilhões da Pátria, como o Mário Carrascalão, estes têm sangue de
- 185 Suharto e, se por acaso tiverem nascido em Timor-Leste, foi por desgraça do pecado original. A eles conhecemo-los bem, a eles que se aproveitam da guerra para se “enjuntem” de rupias, cobertas de sangue do nosso povo, a eles que hoje encantam os jornalistas desonestos e todos os agentes a soldo dos assassinos gerais de Jakarta com sensacionais declarações. A eles, bonecos de palha da propaganda
- 190 Indonésia com que a ocupação militar enfeitou as montras de “Tim-Tim” para reproduzir a verborreia de Modvar e do Murdani e fantasiar desenvolvimentos, enquanto o Povo Maubere morre de fome, de doença e de miséria, enquanto Povo Maubere continua perseguido e espancado, ameaçado e aprisionado, torturado e massacrado.
- 195 A estes cobardes vendilhões da PÁTRIA DO POVO MAUBERE, a estes assassinos do Povo de Timor-Leste, conhecemo-los bem porque eles não falam a linguagem do Povo Maubere, porque eles não têm o nosso sangue, porque eles não são filhos de Timor-Leste... Timor-Leste, a nossa querida Pátria! PÁTRIA pela qual diariamente
- 200 vertemos o nosso sangue, PÁTRIA pela qual, diariamente e sem hesitação, damos a nossa vida! PÁTRIA OU MORTE OU PÁTRIA LIBERTADA OU A EXTERMINAÇÃO DE TODOS NÓS! [D. III – L. 184-202]

[57]

- Enfim, quando o Mário Carrascalão deixou de ser uma pessoa idónea (se é que possuía alguma idoneidade) para ser objecto de manipulação de Jakarta, quando este desavergonhado vendeu a Pátria e se vendeu a si mesmo para ser um “gubernur”,
- 300 fantoche da propaganda indonésia, nada realmente se podia esperar de um cachorro que solta os mesmos latidos que os seus donos. [D. III – L. 297-301]

No fragmento [56], Xanana procede a um movimento de exclusão que chamamos de “não família”. Durante o período indonésio, as relações de alteridade sempre foram conflituosas com o outro estrangeiro em função da própria natureza dos eventos, no entanto, ela parece ganhar contornos ainda mais intolerantes quando o outro é um leste-timorense. Observamos essa postura que localiza identitariamente os leste-timorenses no quadrante da Hostilidade (segundo a proposta de Cronin, 1999) em dois momentos: no pronunciamento de 20 de maio de 1987 e no do dia 22 de junho de 2006. Em comum a esses dois discursos, há o fato de que eles são pronunciados em momentos de crise, nos quais Xanana Gusmão é impelido a se posicionar de forma bastante enérgica sobre temas e pessoas que ele julga serem responsáveis pela instabilidade. Neste momento, vamos nos deter apenas ao primeiro caso.

Entendemos ser necessário retomar os procedimentos de construção dos objetos de discurso, a fim de observarmos as implicações argumentativas atinentes ao modo como Mario Carrascalão é introduzido e referenciado nos dois excertos sob análise. Em [56], ele é apresentado como “traidor” e “vendilhão da pátria” pelo fato de ter aceitado, segundo Xanana Gusmão, apoiar os indonésios em troca de favorecimento econômico. Dessa perspectiva, o conflito põe em confronto duas forças: a social – pública – e a político-econômica – privada.

Enquanto Xanana, seus comandados e todos aqueles que lutam pela libertação da Pátria estão alocados no polo da vida pública, Mario Carrascalão representa o da vida privada. Considerando-se que, neste momento histórico, a FRETILIN ainda estava ideologicamente orientada pelos preceitos da filosofia marxista, é esperado que o conflito também seja deslocado para o plano da luta de classes. Para justificar seu desprezo pelos “vendilhões”, é preciso criar para eles uma identidade que cause repugnância, que torne praticamente impossível (ou irracional) qualquer tipo de identificação com eles, assim, em seu projeto de espelhamento entre sociedade e família, os vendilhões são aqueles que, por acaso, nasceram em Timor-Leste e que, por terem sangue de Suharto (nas veias e nas mãos, devido ao dinheiro que recebem por sacrificarem o povo de Timor-Leste) eles não são filhos de Timor-Leste. Em situação de guerra, portanto, vale a máxima: aqueles que não são aliados, são inimigos, não importa de onde venham.

Na construção desse objeto específico, explicitam-se novamente os procedimentos de patemização do discurso, não apenas na descrição do contexto, mas, sobretudo, no modo de categorizar o inimigo que é um “igual”. Nesse sentido, podemos observar que todo processo de argumentação, ainda que apoiado no que se entende por argumentos de validade universal, como “liberdade”, “paz” e “independência”, encontram entraves à conquista da adesão. Isso significa dizer que os *frames* que esses termos acionam podem não corresponder aos objetivos pragmáticos de quem os utiliza, ou, ainda, por questões de interação: se não há simpatia entre os interlocutores, por exemplo, provavelmente os argumentos mobilizados por eles surtirão pouco ou nenhum efeito no processo de convencimento do outro. É o que parece ter havido entre Mario Carrascalão e Xanana Gusmão. A este coube depreciar a imagem daquele de modo a fortalecer a sua própria, apoiado em estratégias já discutidas anteriormente.

Em [57], a estratégia, que também se verifica em [56]: “bonecos de palha da propaganda Indonésia com que a ocupação militar enfeitou as montras⁹³ de “[...]Tim-Tim” (para reproduzir a verborreia de Modvar e do Murdani e fantasiar desenvolvimentos)[...]” (l. 190-192), é a de desqualificar a capacidade intelectual dos opositores, que se tornam meros títeres dos indonésios, sem capacidade reativa e/ou reflexiva. Essa forma de concepção dos indonésios é recorrente aos discursos do período de ocupação e Xanana, ao utilizá-la, aposta nessa característica para instilar o espírito combatente dos leste-timorenses: embora sejam mais frágeis e estejam em desvantagem bélica, eles são mais inteligentes: “Benny Murdani, apesar de ter afirmado semanas atrás que espera resolver a guerra dentro de algum tempo, sabe que

⁹³ Montras: em português europeu, significa vitrines.

apenas resolveu um problema com outro problema e o tempo corre somente a favor da FRETILIN e do Povo Maubere. A FRETILIN e o Povo Maubere não têm pressa. Quem tem pressa é Jakarta e Jakarta, se pensa resolver a guerra pela guerra, deverá continuar a consentir mais perdas do seu sofisticado armamento e mais baixas por parte dos soldados indonésios.” [D. II – L. 137-142]. Com base na construção discursiva de Benny Murdani e dos demais inimigos a partir de características como irracionalidade (são fantoches, bonecos de palha) e/ou violência (guerra pela guerra – que reforça o caráter irracional do “outro”), Xanana subtrai-lhes a humanidade, de modo que se torna ainda mais difícil haver identificação com qualquer um deles. O ápice da desumanização é a caracterização de Carrascalão como “cachorro que solta os mesmos latidos que os seus donos.”. (l. 301)

Após havermos analisado as estratégias utilizadas por Xanana Gusmão para criar uma identificação entre a pátria (e seu povo) e a família, reconhecemos que a ativação do *Frame* de Família, por meio de recursos linguístico-discursivos, é determinante na forma de condução de seus discursos do período de ocupação indonésia. Como desdobramento cognitivo desse procedimento, entendemos ter havido o robustecimento de uma identidade nacional pautada em paradigmas da cultura autóctone da qual a família é um significativo expoente. Assim, na conceptualização proposta por Xanana, o Estado (de direito, não o de fato) estava representado metonimicamente pela figura de um pai/irmão mais velho, que correspondia a ele mesmo. De acordo com Lakoff (1993, p. 77), é possível que a autoridade moral de um Estado seja metaforicamente configurada como a autoridade paternal, pois ela se origina:

- (1) “da inabilidade da pessoa sujeita à autoridade moral para saber o que é melhor para si e para a comunidade e de agir para obter o que é o melhor para todos;
- (2) da figura de autoridade representando os melhores interesses da comunidade e das pessoas sujeitas à autoridade e que age para defender esses interesses;
- (3) da habilidade da figura da autoridade para saber o que é melhor para a comunidade e para as pessoas sujeitas à autoridade;
- (4) o reconhecimento social de que a figura da autoridade tem responsabilidade pelo bem-estar da comunidade e das pessoas sujeitas à autoridade” (tradução nossa)⁹⁴

Em síntese, ao associar valores do universo familiar aos do Estado, cria-se, para o segundo, um paradigma para avaliações sociais, culturais e dos indivíduos com base em padrões axiológicos localizados no domínio da memória e das crenças coletivas. A partir dessas

⁹⁴ Moral authority is patterned metaphorically on parental authority, and so let us begin with the family. The legitimacy of parental authority comes from (1) the inability of the child to know what is in the best interests of himself and the family and to act in those best interests, (2) the parent’s having the best interests of the child and the family at heart and his acting on those best interests, (3) the ability of the parent to know what is best for the child, and (4) the social recognition that the aren’t has responsibility for the well-being of the child and the family. (LAKOFF, 1996, p.77)

características, elaboramos o esquema a seguir, que representa o processo de projeção de características entre os domínios da família e do Estado e que fazem parte da composição do *Frame* de Família.

Esquema 4: *Frame* de Família – Projeção Identitária

No Esquema 4, as linhas pontilhadas indicam as projeções identitárias entre os domínios da família e do Estado. Dessa forma, Timor-Leste corresponde à família em sua concepção ampliada; Xanana Gusmão, como líder do Estado (não oficial/legalmente legitimado), ocupa a função de pai/irmão mais velho; o povo constitui os filhos/irmãos e, por fim, as regras de funcionamento e organização da sociedade são balizadas pelos preceitos da FRETILIN. Depreende-se, desse esquema, que a centralidade desempenhada na construção da identidade dos indivíduos, e, como corolário, a importância que a sociedade atribui a eles, permite que a experiência sociocognitiva da família seja projetada e amplamente evocada no domínio da política.

Após havermos discutido os procedimentos relativos à construção do *Frame* de Família, passamos à análise dos discursos de Xanana Gusmão sob a perspectiva do *Frame* de Povo Genérico.

4.2.4 Frame 03 – Povo Genérico

Finalizado o período de guerra física e derrotado o “inimigo estrangeiro”, Timor-Leste entrou em um período de instabilidade social, política e econômica ocasionada pela brutal saída da Indonésia do território, marcada pelo incêndio de Díli e pelo bombardeamento de estradas que faziam a ligação entre a capital e distritos como Baucau (o segundo maior distrito de Timor-Leste), por exemplo. Até a realização das primeiras eleições e a posse de Xanana Gusmão, como Presidente da República, o território foi administrado pela ONU. Nesse período, as dissidências internas ganharam vulto, motivadas também pela presença de muitos agentes internacionais em Timor-Leste, que atuavam em diversas frentes para a reconstrução do país.

Em função de um cenário bastante conturbado, observamos que Xanana Gusmão demonstra menos preocupação em manter um projeto identitário para Timor-Leste. As questões de ordem prática e relativas à administração do país demandam mais atenção e manter a população unida em torno de uma referência identitária comum não parecia fazer parte das atribuições do novo presidente. Isso teve implicações cruciais aos rumos que o governo tomou ao final do mandato, em 2006.

Desse modo, no *Frame* de Povo Genérico, observamos, como os leste-timorenses são instanciados nos pronunciamentos de Xanana Gusmão e os efeitos decorrentes dos procedimentos de anulação de elementos especificadores de uma identidade nacional, ou seja, detectamos que a indeterminação acarreta a falta de coesão e interfere no desenvolvimento das ações políticas. Em consonância com Charaudeau (2008), as ações políticas são entendidas como aquelas que organizam a vida social tendo em vista a obtenção do bem comum e, ao mesmo tempo, permite que a comunidade tome decisões coletivas.

Além disso, em termos de aproximação com os interlocutores, no *frame* sob análise, observamos uma posição antagônica em relação ao *Frame* de Família. Se neste Xanana visava cooptar o apoio popular por meio da fusão entre domínios (Estado e Família), sob uma perspectiva marcadamente patêmica, no *Frame* de Povo Genérico, a relação é de distanciamento, talvez em função do lugar social que ocupa e dos problemas que exigem dele mais razão e objetividade. Observamos, assim, que “a” identidade leste-timorense passa por um complexo processo de recategorização, que implica uma substituição (ou sobreposição?) de *frames*. Passemos ao exame de exemplos do *corpus* para fundamentarmos nossas análises.

Excerto 11 – Discurso VI – (L. 36 – 59)

Havia logo no início, no seio do **povo**, a dúvida se estas eleições seriam também para o Presidente da República, pois o **povo** estava já habituado ao sistema das eleições indonésias, onde o parlamento decide sobre quem deve ser o Presidente.

E foi daí que apareceu o primeiro problema aos partidos políticos: o **povo** queria saber quem seria o Presidente da República, que cada partido apoiaria. Foi assim que, muito extemporaneamente, os Partidos ou alguns Partidos começaram a falar de Xanana Gusmão, quando a postura desses Partidos deveria ser o de informar ao **povo** que as eleições para Presidente da República serão depois e diretas.

Havia uma contradição entre a minha decisão de não me candidatar e a postura dos Partidos Políticos que me apresentavam como seu candidato. Mas por quê? É esta a pergunta que eu faço. Eu não acredito que todos os partidos que afirmaram ao **povo** que eu seria o candidato para Presidente o fazem com a convicção de que eu serei a pessoa certa. Eu até acredito que alguns partidos não teriam mencionado o meu nome se não houvesse esta forma de pressão por parte do **povo**.

[...]

E isto não é justo... para o **povo**! Porque é que eu digo que não é justo? Porque os partidos não sabem o que eu desejaria, porque os partidos não só não me perguntaram se eu aceitava ou não como também me comprometem a políticas que, possivelmente, são diferentes dos meus pontos de vista. Se todos os partidos tivessem o cuidado de informar ao **povo** que haverá eleições presidenciais diretas e, portanto, aí os partidos apresentariam os seus candidatos e que haveria também candidatos independentes, eu sinceramente acredito que o **povo** teria deixado esta questão para o tempo mais oportuno. (destaques nossos).

Esse excerto foi extraído do discurso pronunciado por Xanana Gusmão em 25 de agosto de 2001, momento em que os partidos políticos estavam em busca de candidatos à presidência e quase todos acabaram indicando Xanana Gusmão para o cargo. Nesse pronunciamento, ele trata de esclarecer que não tinha intenções de participar das eleições, mas que decidira rever sua posição devido ao apelo popular para que ele concorresse, como podemos observar neste fragmento do mesmo discurso às linhas 15-20: “Por motivo desta situação, **nunca alimentei ambições pessoais para mim, tanto mais que eu jurei, perante os tombados e os guerrilheiros sob o meu comando, que nada reclamaria para mim como respeito aos enormes sacrifícios de todos**. Foi sempre, neste sentido, que tentei servir, no melhor que eu pude dar, os interesses do povo e da pátria. E foi este o princípio que sempre me guiou e vou-me esforçando por continuar a ser consequente com este ideal.”. (destaques nossos)

Ao optar pela seleção do sintagma “povo”, sem qualquer termo adjetivo, como era comum no período indonésio, em que expressões como “Querido Povo Maubere” eram recorrentes, Xanana opera uma tentativa de neutralidade. Em acepção generalizante, povo são todos os leste-timorenses: os que desejam sua candidatura, os que participarão das eleições, ou

seja, todos aqueles que expressam demandas legítimas e compatíveis com o novo sistema – democrático – que começa a se delinear no país, como se observa em: “A vitória do povo timorense é expressão também destes anseios, porque a democracia pressupõe liberdade e liberdade faz jus aos direitos fundamentais do Homem e dos Povos.” (Discurso VII – L. 100-101). Essa posição é reforçada pelo didatismo utilizado por Xanana Gusmão para esclarecer que as eleições em questão ainda não eram para a escolha do Presidente, mas para a dos membros do Parlamento. Desse ponto de vista, podemos compreender que o “povo” – como massa – recém-saído de uma guerra ainda não sabe lidar com as instituições democráticas, não lhes conhece o funcionamento, a ponto de pressionarem os partidos políticos a apresentarem o nome de um candidato à presidência.

Além disso, ao final da guerra, a imagem da FRETILIN, em função das dissidências internas motivadas por disputas de poder, havia se enfraquecido, assim, seria pouco coerente a Xanana continuar se apoiando em preceitos ideológicos que pudessem comprometer os projetos de ascensão à presidência do país. Nesse sentido, não podemos perder de vista que o discurso político, assim como define Charaudeau (2008, p. 43), “é, ao mesmo tempo lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de encenação”. Em uma frase: “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”⁹⁵.

Sob a perspectiva de construção do Estado de Direito, o termo “povo” é mobilizado por Xanana como forma de definir-lhe o papel na instituição que se funda. Nesse sentido, pode corresponder a “cidadão” – aquele sujeito dotado de direitos e deveres, como observamos nestes fragmentos (extraídos do Discurso VIII), nos quais são abordados aspectos relativos a esse tema:

[58]

- 322 O Estado que queremos estabelecer em Timor não é nem será um Estado de escritórios e papelada, mas sim um Estado que discute com o **povo** qualquer assunto relacionado à sua vida quotidiana. (D. VIII – L. 322-324) (destaque nosso)

[59]

- 138 Finalmente, se é verdade que tudo isso está a acontecer, não existe um lugar com mecanismo independente para receber as queixas do **povo**. (D. VIII – L. 138-139) (destaque nosso)

⁹⁵ Camões

[60]

- 284 A polícia timorense deve adoptar uma política de persuasão e muita paciência para lidar com a problemas e com as pessoas, evitando, assim, tomar medidas arbitrárias ou excessivas em nome da lei que mais tarde poderão servir para desacreditar a polícia ou para levar a uma falta de confiança na polícia pelo **povo**. (D. VIII – L. 284-290) (destaques nossos)

[61]

- 376 Portanto, olhando para a situação atual da nação, nós tentaremos encontrar um equilíbrio entre as possíveis demandas do **povo** e aquilo que o governo pode fornecer. [...] O Estado é o **povo** que está politicamente organizado de acordo com a nossa Constituição. (D. VIII – L. 376-388) (destaques nossos)

[62]

- 37 Nas eleições democráticas, a FRETILIN ganhou com uma maioria de 57 por cento, o que significa que a maior parte nosso **povo** confiou na capacidade do Partido FRETILIN para liderar o parlamento e o governo por cinco anos. (D. VIII – L. 37-39) (destaque nosso)

Os trechos sob análise fazem parte do discurso (Discurso VIII) pronunciado por Xanana Gusmão em 30 de agosto de 2002, a fim de realizar um balanço dos cem dias de independência. Uma estratégia recorrente de construção discursiva neste pronunciamento, e que entendemos contribuir para a generalização dos interlocutores, encapsulados sob o termo “povo”, nos casos que estamos analisando, é o uso de estruturas sintáticas com sujeito indeterminado e aqueles formados por termos indefinidos, como em: “**Diz-se** também que o governo deve ser demitido, [...] ” (l. 13) e “[...] **todo mundo** está apenas a esperar que o ministro da Justiça conclua rapidamente os seus três meses de licença.” (l. 153-154), respectivamente. Jogando com a imprecisão, Xanana pode estabelecer deslocamentos semânticos acerca do termo “povo” que vai sendo preenchido cotextual e contextualmente, valendo-se da mesma estratégia utilizada no amalgamento entre sua imagem pessoal e a das instituições que ele representava, conforme discutimos ao tratarmos do *Frame* Família neste capítulo.

Nos excertos [58] a [62], podemos observar que o tema do discurso é a responsabilidade que o Estado deve assumir junto ao povo e quais são as contrapartidas esperadas deste, ou seja, há a expectativa de que, como ilustrado em [58], o povo-cidadão esteja disposto a discutir com o Estado e que este esteja apto a acolher as sugestões e reclamações por meio de órgãos adequados, como ressaltado em [59] e em [60].

Nossa hipótese de que há um emprego do termo “povo” com valor semântico de cidadãos confirma-se, além do que já observamos nas análises anteriores, a partir do que é afirmado em [59], pois um Estado Democrático de Direito, como Xanana Gusmão defende ser

Timor-Leste, pressupõe, entre outras exigências, que o povo seja e atue como cidadão, isto é, que, conhecendo os princípios que regem a democracia, possam usufruir dela e contribuir para seu desenvolvimento. Assim, se o Estado é o povo, fortalecer o primeiro implica benefícios diretos ao segundo. A corporificação do Estado, por meio de procedimento metafórico, reconceptualiza-o e transfere para os indivíduos a responsabilidade de cuidado “com o próprio corpo”; desse modo, Xanana visa assegurar mais engajamento entre o “povo” e o Presidente, todos conformando o Estado.

Em termos identitários, a indefinição atua na construção de modelos mentais sobre quem são os leste-timorenses, pois a vagueza semântica sugerida pelo termo “povo” (mas não apenas por ele), permite que, implicitamente, o interlocutor preencha-o com a referência que considerar mais adequada e, ao mesmo tempo, evita que Xanana entre em uma celeuma ideológica. A imprecisão é, portanto, estratégica. Acerca da ambiguidade de que se reveste a utilização do termo “povo”, Mendes (2005, pp. 29-30) esclarece que

[...] a expressão povo – não esqueçamos que o princípio da soberania popular sustenta o sistema multiestadual vigente – suscita dúvidas conceituais: o uso do termo pressupõe a existência de uma entidade social com uma identidade clara e um certo grau de homogeneidade nas respostas aos estímulos; implica uma relação com um território; não deve ser confundido com uma minoria étnica, religiosa ou linguística. Definir o povo timorense – população confinada às fronteiras do território do Timor português, portadora de uma cultura específica, sustentáculo de um projecto nacional – é certamente tarefa complexa.

Xanana assume uma postura mais material após as eleições e abdica do paternalismo que caracterizava suas ações, por isso, os leste-timorenses, na condição generalizada de “povo”, são concebidos como massa anônima. Observamos, todavia, que essa construção genérica da população não se limita ao termo “povo”, pois, por uma relação de deslocamento semântico, outros sintagmas nominais podem ser investidos dessa função, como “pessoas”, “grupos”, “comunidades”, etc., conforme observamos no excerto a seguir:

Excerto 12 – Discurso VII – (L. 34 – 54)

35 Hoje, assumimos, com humildade e perante a Comunidade Internacional, as nossas obrigações para com o nosso **povo**. Quisemos ser nós mesmos, quisemos orgulhar-nos sermos nós próprios, um **Povo** e uma Nação.

[...]

40 Hoje somos um **povo**, igual a todos os **povos** do mundo. Nas celebrações da independência, queremos assumir diante de vós este compromisso: o de servir só e unicamente o nosso **povo**. Nas celebrações da independência, queremos conter o regozijo exagerado e as desmesuradas ambições, para assumirmos com consciência a necessidade de aprender para servir, e a vontade de corrigir para melhorar.

45 A história é feita pelos **povos**, unidos num anseio comum — a liberdade em cada ser humano, a paz para o **povo** e o progresso do país. Depois da independência política, o nosso objectivo supremo será o desenvolvimento integral de todos os aspectos da vida do nosso **povo**, desde o cultural ao científico, desde o social ao económico.

50 A nossa história vai continuar a ser feita pelo nosso **povo**, pela dignificação do indivíduo, na tolerância entre **grupos** e no respeito no seio das **comunidades**, numa **participação colectiva** e dinâmica da **sociedade**. Isto irá constituir a nossa nova filosofia, enquanto **timorenses**.

À solidariedade internacional, vai um profundo abraço de muito carinho do **nosso povo**. Continuamos a contar convosco, em outras formas de apoio dirigidas a aliviar as dificuldades das **nossas populações** mais necessitadas, para estreitamento de relações **povo-povo**. (destaques nossos)

Nesse fragmento, Xanana Gusmão se vale de uma série de estratégias discursivas para fazer referência à população, e o termo “povo” desponta apenas como mais uma delas. O pronunciamento de que o excerto faz parte (Discurso VII) data de 20 de maio de 2002 e refere-se ao discurso de posse. Tomando-o integralmente, podemos observar que há uma clara divisão entre os interlocutores a quem ele é destinado, identificados em três grupos: os leste-timorenses (“Caríssimos compatriotas, Povo de Timor-Leste”, l. 5); as autoridades portuguesas e representantes dos países de língua portuguesa (“Excelência, o Presidente, Dr. Jorge Sampaio, Sua Excelência, o Presidente, Dr. Joaquim Chissano, Senhores Chefes das Delegações dos Países da CPLP”, l. 58-60) e, por fim, os indonésios (“Excelência, Presidente Megawati Soekarnoputri, Povo irmão indonésio”, l. 92-93). Em função de haver interlocutores distintos, os propósitos pragmáticos do discurso também o são.

Por ser, como já apontamos, destinado a uma audiência bastante eclética, este discurso transita entre passado, presente e futuro, tratando de explicitar a trajetória e os agentes que foram responsáveis pela conversão do estado de opressão em estado de liberdade. Assim, observamos que Xanana, no excerto sob análise, vale-se do uso de 1ª pessoa do plural (nós inclusivo estratégico) para falar em nome de todos os leste-timorenses e assumir suas responsabilidades perante a comunidade internacional com o “nosso povo”, o povo de Timor-Leste, tomado aqui como cidadão da jovem democracia que se inaugura. Na sequência, ele aponta para questões identitárias de cerne para o incipiente cenário: “Quisemos ser nós mesmos, quisemos orgulhar-nos sermos nós próprios, um **Povo** e uma Nação. [...]. Hoje somos um **povo**, igual a todos os **povos** do mundo.”. (l. 35-40). Trata-se, portanto, do uso do termo “povo” em uma acepção que o coloca em patamar de equivalência ao de nação: Timor-Leste equipara-se a todas as outras nações ali representadas, com povo, presidente e identidade próprios, o que fica ainda mais explícito neste trecho do discurso: “Continuamos a contar convosco, em outras

formas de apoio dirigidas a aliviar as dificuldades das nossas populações mais necessitadas, para estreitamento de relações **povo-povo**.” (l. 53-55) (destaque nosso).

Além disso, Xanana, na oscilação do pêndulo identitário entre passado e futuro, recorre, tal como no período de ocupação indonésia, à autocaracterização como “servo da nação”: “[...] servir só e unicamente o nosso povo. Nas celebrações da independência, queremos conter o regozijo exagerado e as desmesuradas ambições, para assumirmos com consciência a necessidade de aprender para servir, e a vontade de corrigir para melhorar.” (l. 40-43), o que reforça, ao mesmo tempo, seu compromisso com o povo, chancelado pela comunidade internacional, e sua autorrepresentação como alguém que, em função de seu histórico de luta e de cuidado com a população, possui conhecimento e saberá conduzir a nação da melhor forma para, além da conquista, a manutenção da liberdade.

Nesse contexto, as formas de referência aos leste-timorenses atendem a propósitos específicos: o termo “povo”, presta-se a uma importante ambiguidade que está na base da construção do modelo mental acerca do Estado Democrático de Direito que se funda, pois pode corresponder semanticamente tanto a “cidadãos” como, por meio de um procedimento metonímico, à própria nação. Em contrapartida, ao tratar das ações futuras que o governo deverá realizar para a manutenção da liberdade e da independência, o povo se fragmenta, perde sua (pseudo)unidade e transforma-se discursivamente em: “grupos”, “comunidades” e “sociedade”.

Essa estratégia de “desconfiguração” das características da população operada pelo uso de termos semanticamente imprecisos torna-se recorrente nos pronunciamentos de Xanana Gusmão e a análise dos discursos que fazem parte do período pós-indonésio apontam para a relação entre esse expediente linguístico-discursivo e os acontecimentos históricos. Ao final de seu governo, muitas crises ganharam vulto e isso se reflete nos discursos e no modo como o “outro”, os opositores são construídos, como podemos observar nos recortes a seguir:

[63]

- 60 A arrogância que hoje em dia tornou-se comum em **alguns timorenses** não é uma falha em si mesma ou um sintoma do caráter dessas **pessoas**.
[...]
Em muitas **outras pessoas**, podemos ver que essa arrogância produz rígidos e inflexíveis atitudes e comportamentos, os quais, muitas vezes, são contraditórios. (D. VIII – L. 60-67) (destaques nossos)

[64]

- 60 As **peessoas** ficaram deslumbradas com o “poder”. Como parte dos quadros do Partido Político, as **peessoas** ficaram obcecadas com ser ou ter que ser as únicas a reinar. As **peessoas** só sabem exigir que os quadros do Partido Político, independentemente da sua capacidade técnica, independentemente de terem contribuído ou não para a luta, mas por serem um quadro do Partido Político, devem ser os “escolhidos”.
- 65 Erroneamente, as **peessoas** começam a comparar o número de postos com o número de quadros do partido, na tentativa de satisfazer a todos, e porque a festa é grande, **muitas peessoas** ficam insatisfeitas, porque nem todos podem ser nomeados ou promovidos. (D. IX – L. 60-67) (destaques nossos)

[65]

- 586 Todos os problemas que apareceram, que **outras peessoas** provocaram, que **outras peessoas** desejaram, são para estragar a sua imagem, para baixar a (votação da) FRETILIN nas eleições de 2007. (D. X – L. 586-588) (destaques nossos)

A imprecisão semântica decorrente da nomeação dos opositores políticos pelo termo genérico “peessoas”, presente em todos os segmentos de [63] a [65], entre outros, pode sugerir duas posturas de matizes ideológicas distintas, as quais estão na base da construção do *Frame* Povo Genérico:

- a) total desconsideração: ao categorizar os adversários como “peessoas”, Xanana subtrai-lhes a especificidade, inclusive em termos de nacionalidade, não são as “peessoas leste-timorenses”, são apenas pessoas que agem com o propósito de desestabilizar o governo. Desse modo, não é possível haver alteridade que se sustente, uma vez que o outro não se configura como alguém com quem se possa estabelecer minimamente qualquer processo de identificação.
- b) proteção da autorrepresentação positiva: na condição de Presidente da República, Xanana Gusmão precisa assegurar a governabilidade e, para isso, é fundamental evitar ataques diretos a adversários políticos. Nesse sentido, a imprecisão em termos de identificação de seus opositores garante a Xanana denunciar as ações nocivas ao governo, mas sem comprometer diretamente seus agentes. Dessa forma, mantém para si uma autorrepresentação de líder ponderado e em conformidade com a gestão do contraditório, uma condição essencial a toda democracia.

No Discurso X, todavia, com o acirramento da crise política, Xanana Gusmão, com o intuito de se defender das acusações que lhe eram feitas, assume uma postura marcadamente responsiva e estabelece uma distinção entre “peessoas” / “outros” e “povo”. De qualquer modo, ainda que haja uma diferenciação, ela permanece pautada na indefinição dos termos, o que, em

termos teóricos, segundo defende Marcuschi (2007, p. 48) não significa necessariamente um problema, pois “ a língua é indeterminação com poder estruturante, ou seja, sem ela não se dá a ordenação da experiência, mas em si mesma ela não é a ordem de um universo externo.”.

O pronunciamento em questão foi realizado em 22 de junho 2006, após a demissão do então Primeiro-Ministro, Mari Alkatiri, portanto, em um delicado contexto de instabilidade política. Em abril desse ano, houve o desligamento de 600 componentes das forças armadas em função de discriminação étnica, além da desintegração da polícia. Timor-Leste, novamente, recebeu ajuda intervencionista da ONU e o projeto de autodeterminação foi colocado em xeque. Para muitos analistas políticos, 2006 representa um ano de retrocessos em Timor-Leste.

Diante desse cenário, Xanana Gusmão acusa diretamente Mari Alkatiri pelo insucesso do governo: “**Ou pedem responsabilidade ao vosso camarada Mari Alkatiri sobre esta grande crise**, sobre a sobrevivência do Estado Democrático de Direito ou, amanhã, eu próprio envio uma carta ao Parlamento Nacional a informar que me demito de Presidente da República porque tenho vergonha pelo que o Estado está a fazer ao povo e eu não tenho coragem para enfrentar o povo. ” (l. 623-627) (destaques nossos). As críticas não se restringem a ele, também são direcionadas aos dirigentes da FRETILIN.

No que concerne à construção das identidades desses polos em conflito: aqueles que apoiam o governo e os que se opõem a ele, Xanana se vale de estratégias que discutimos a partir da análise dos fragmentos a seguir:

[66]

Todo o povo respeita a FRETILIN, porque a FRETILIN faz parte da História de Timor-Leste. Mas, **o povo** tem de desprezar **as pessoas** que querem acabar com este
425 partido, para fazer **todo o povo** sofrer. **Estas pessoas** não merecem estar na FRETILIN. Penso que outros partidos não os hão de receber, porque **estas pessoas** querem sugar o sangue **do povo**, querem ver o sofrimento **do povo**, para poderem governar sempre, para estarem bem. O partido que os acolher, **o povo** tem de ter cuidado, porque este partido talvez mais tarde tenha sede e peça o sangue **do povo**.
430 (D. X – L. 423-430) (destaques nossos)

[67]

Hoje, se queres ser funcionário, ou ministro, tens de te preparar para matar a tua própria alma, porque o dólar despiu os princípios que, porventura, ainda pudesses ter,
355 nós não sabemos. Vemos muito bem, **estas pessoas** brincam com o sofrimento **do povo**, usam o **povo** para defender a sua cadeira, o seu nome e o seu bolso. (D. X – L. 353-357) (destaques nossos)

[68]

Enquanto Eurico Guterres, no dia 26 de Maio passado, enviou um “sms” pedindo aos nossos governantes para não fazer este **povo** sofrer tanto, os nossos governantes,

alegremente, falam de “ran sei nakfakar” (haverá derramamento de sangue), “Timor sei rahun” (Timor há-de explodir), “ita sei funu” (nós vamos à guerra). (D. X – L. 302-306) (destaque nosso)

A utilização dos elementos linguísticos “povo” (l. 423-425 e 426-430, em [66]; l. 356, em [67] e l. 303, em [68] e “pessoas” (l. 424-425 e 427, em [66] e l. 355, em [67]) encaminham para a construção do *Frame* de Povo Genérico, cuja característica nuclear evoca uma identidade de contornos imprecisos para os leste-timorenses, o que, em termos cognitivos, permite aos interlocutores preenchê-la com elementos que considerarem mais relevantes ao contexto de interlocução. Observamos, entretanto, com base nos excertos de [66] a [68] que, mesmo recorrendo à imprecisão, fundamentada na seleção lexical empregada na construção dos objetos de discurso, outros recursos, como a adjetivação e a caracterização das ações dos agentes mobilizados em seu discurso cumprem a função de determiná-los, ainda que indiretamente.

Em [66] e [67], estabelece-se uma relação dialética entre “povo” (povo-cidadão) e “pessoas”. A partir dessa categorização, os polos da disputa por poder estão estabelecidos e funda-se um movimento de disjunção: as “pessoas” não pertencem ao endogrupo “povo”, compõem um conjunto anônimo, para o qual não se pode (ou não se deseja) criar uma identidade, sendo relegado, portanto, ao universo da incerteza. Essas pessoas são as responsáveis pelo sofrimento do povo e pela corrupção da FRETILIN (partido historicamente reconhecido pela população). Dessa forma, criam-se representações sociais acerca do povo – sofredor – e das pessoas – corruptas e exploradoras do sofrimento do povo. Nesse sentido, observamos uma configuração de construção do outro-inimigo bastante semelhante ao que ocorria durante o período de ocupação indonésia. Assim, por meio do apelo à memória coletiva, resgata-se o modelo mental acerca dos indonésios, o qual se converte em um padrão de referência para a avaliação das “pessoas” que não têm nome, mas que são agentes; trata-se, assim, de um procedimento de representação social assentado no princípio da ancoragem (Moscovici, 2003). Ancorar, nesse caso, corresponde ao processo por meio do qual as “pessoas”, compreendidas como não familiares, são enquadradas segundo categorias já conhecidas pela comunidade epistêmica, ou seja, em uma realidade já conhecida, no caso, a atuação dos indonésios durante o período de ocupação do Timor-Leste.

No fragmento [68], verificamos, ainda, um evidente conflito de interesses, mas, dessa vez, entre o povo e os políticos – que deveriam agir em prol daqueles que os elegeram; afinal a democracia parece ser um dos valores mais importantes do Estado leste-timorense da contemporaneidade. Nesse momento de crise, observamos, no pronunciamento de Xanana

Gusmão, a retomada de estratégias que caracterizam seus discursos de guerrilheiro, nos primeiros anos de comando da FRETILIN, como os argumentos fundamentados na luta de classes. Os governantes – entenda-se membros do Parlamento – preocupam-se em se beneficiar da máquina pública, sacrificando o povo. Segundo a perspectiva instaurada no discurso, podemos compreender que, por um lado, Xanana conceptualiza o “povo” como grupo de indivíduos dotados de particularidades e de capacidades cognitivas, já que são capazes de sofrer; e, de outro lado, os governantes concebem o “povo” como massa, parte de um sistema que serve para beneficiá-los, sendo, portanto, seres destituídos de vontade e necessidades.

Em se tratando da construção das identidades leste-timorenses no período pós-ocupação indonésia, o *Frame Povo Genérico* participa do processo de representação que, em termos teóricos, segundo elucida-nos Hall (2002), permite aos indivíduos nomearem os objetos do mundo, de modo que esses se tornam aquilo que se fala sobre eles, transformando-se nos valores que lhes são atribuídos. Dessa forma, evidencia-se que os significados construídos pela representação identitária são historicamente situados. Ademais, para além dos efeitos pragmáticos que já discutimos, a escolha de Xanana Gusmão pela construção dos leste-timorenses como “povo” (assumindo as ambiguidades decorrentes dessa opção como estratégicas), corrobora a tese de Cuche (2003) de que os Estados modernos tendem à monoidentificação, isto é, o reconhecimento de apenas uma identidade cultural, que é tomada como paradigma da identidade nacional e, por isso, convertida em “identidade de referência”.

4.3 A instauração de *frames* e sua relação com os processos ideológico e identitário

Após a análise dos *frames* que, de acordo com nossas hipóteses, contribuem para a conformação de projetos identitários para Timor-Leste, podemos reconhecer que eles constroem, cognitiva e discursivamente, determinadas representações ideológicas. Nesse sentido, coadunamo-nos à perspectiva de van Dijk (2015), para quem as ideologias consistem em sistemas de crenças compartilhadas por grupos com o objetivo de que seus interesses sejam promovidos e as práticas políticas e sociais, orientadas. Assim, mais que uma classificação, a categorização dos atores descritos nos pronunciamentos de Xanana Gusmão atua como forma de subjetivar as coisas do mundo, de dotá-las de significado e de representação, segundo a orientação ideológica dos discursos. Trata-se, portanto, de um fenômeno de natureza cognitiva

que, ao veicular formas específicas de observação e análise da realidade, impacta na atuação e nos modos de (auto)representação do corpo social, fortalecendo as representações identitárias desses grupos.

Além disso, os procedimentos de estruturação linguístico-discursiva dos pronunciamentos tais como os relativos à conotação da linguagem (como a metáfora e metonímia, por exemplo) e a seleção lexical, influenciam na ativação de determinados *frames* que atuam na forma como os leste-timorenses constroem sua interpretação acerca dos conflitos, ou, ainda, como eles os generalizam, criando estereótipos sobre quem são e como devem se comportar.

Em termos ideológicos, observamos que, em ambos os períodos analisados: durante e após a ocupação indonésia, o nacionalismo foi o componente ideológico que marcou o posicionamento de Xanana Gusmão relativamente à construção das identidades leste-timorenses. Inicialmente, tratava-se de promover a defesa do território contra o invasor estrangeiro, de certo ufanismo, que encontrou no resgate de uma identidade autóctone, sintetizada pela “mauberização”, uma estratégia para firmar uma unidade identitária, extremamente necessária à coesão social e ao sucesso da resistência. Após a independência e a efetiva eleição de Xanana Gusmão como Presidente da República, o nacionalismo manteve-se como política identitária: não mais se tratava de criar uma identidade que se confrontasse com um “outro” ameaçador, mas como a de uma nação que, de fato, existe, que possui unidade; portanto, o orgulho da pátria, de pertencer a ela, apesar das dissidências internas, é o que está na base de construção das identidades leste-timorenses, no plano delineado pelos discursos de Xanana Gusmão. A posição de Mendes (2005, p. 45) corrobora essa nossa afirmação, ao destacar que:

No sentido ideológico, o nacionalismo tem como fim a criação de laços de solidariedade entre os indivíduos e tenta mobilizar um conjunto de valores ou de tradições reputados como comuns. De um ponto de vista doutrinário, o nacionalismo produz mitos, símbolos e racionalizações que justifiquem a construção do Estado. O nacionalismo produz identidade, individual, social, em última análise, nacional.

Dessa forma, observamos que a mobilização do nacionalismo e dos valores subjacentes a ele integra um projeto ideológico de construção de identidades para os leste-timorenses que estejam em conformidade com os objetivos políticos de Xanana Gusmão: resistir e governar, em perspectiva diacrônica. Como corolário, reconhecemos que a edificação dessas identidades

encontra nos discursos pronunciados por ele um espaço privilegiado (senão único) de criação e disseminação de tal ideologia, que se pauta na capacidade maior ou menor que Xanana Gusmão, por meio da construção de objetos de discurso e da patemização, tem de ativar/desativar determinados *frames*.

Em um quadro em que voltamos nossa atenção para a análise de identidades, consideramos que os *frames* desempenham uma importante função porque, uma vez que se constituem como “andaimes conceituais”, permitem que ideologias sejam construídas ou modificadas e esse movimento é fundamental para a compreensão do conceito de identidade, com o qual operamos neste trabalho: um fenômeno plástico, histórica e socialmente situado, contextualmente sensível e, por isso, processual e relacional.

Na relação entre *frames*, ideologia e identidade, destacamos que o fato de os *frames* não possuírem uma fixação social apriorística permite que eles sejam ideologicamente orientados. Por exemplo, a ocorrência de um furacão independe de vontade ou agência humana, entretanto, o modo de enquadramento/interpretação desse fenômeno pode ser muito distinta a depender dos atores sociais e do contexto em que ele seja discursivizado: por alguém que teve sua casa afetada, certamente o *frame* de tragédia será o mais coerente para a compreensão do fenômeno, em contrapartida, para o proprietário de um supermercado, que se transforma na única fonte de alimentos, o furacão pode estar associado a um *frame* de oportunidade (de lucro ou de solidariedade). Ou seja, entender o fenômeno como uma tragédia, um desígnio divino ou oportunidade (de lucro ou de ato solidário) está relacionado ao tipo de *frame* a que se recorre para interpretá-lo e, nesse sentido, entendemos que a ideologia participa decisivamente, sobretudo no caso do proprietário do supermercado, em nosso exemplo, no modo como os indivíduos interpretam a realidade e agem segundo essa leitura. Assim, ao agirem – discursivamente, inclusive – eles criam para si representações identitárias que influenciam no modo como as dinâmicas sociais se estabelecem.

Voltando-nos à construção discursiva das identidades leste-timorenses, verificamos que os *frames* examinados orientam a percepção dos sujeitos sobre quem são eles e os outros, convertidos em inimigos, por meio dos elementos linguístico-discursivos que ativam e dão forma a cada um desses *frames*.

Nos períodos em que Xanana Gusmão esteve à frente dos processos de construção de projetos identitários para os leste-timorenses, observamos que esses estavam baseados na

instauração de um princípio organizador de fragmentos identitários. Essa organização, via discurso, pautou-se, no período de ocupação indonésia, sobretudo, na construção de identidades positivas para os leste-timorenses apoiadores das políticas de Xanana e negativas para os outros (indonésios e opositores) em que a mobilização de determinados *frames* possui caráter explicitamente ideológico, como na escolha por nomear os interlocutores como “irmãos”, “filhos da pátria” e os outros (indonésios) como “assassinos” e “covardes”. Nesse caso, em consonância com o posicionamento de Philpott (2006), entendemos que esse expediente de tentativa de unificação identitária encontrou seu maior argumento nas narrativas de dor, sangue e sofrimento compartilhados, de modo a promover o amalgamento entre a memória das lutas de resistência e o moral nacional, que, criando um *frame* de fragilidade comum a todos os leste-timorenses, justifica que eles se unam em torno de uma causa comum e explicita o fato de as ideologias constituírem formas de cognição social.

No contexto pós-eleições, observamos que desponta a necessidade de levar adiante a comunhão identitária forjada no período anterior, de modo que a nova nação ganhasse vida. Todavia, esse projeto encontrou entraves justamente na dificuldade de articular os interesses dos leste-timorenses que viveram na diáspora e os dos que permaneceram em Timor-Leste e participaram da guerra (ou sofreram as consequências dela). Desse modo, configura-se um novo cenário de embate ideológico entre distintas identidades para um referente que, até então, parecia uno: o povo leste-timorense. Entram em confronto duas estruturas ideológicas fundadas na mútua exclusão: de um lado, havia o “nós” – que se considerava legítimo em termos de demandas, já que representava os leste-timorenses guerreiros, resistentes e sobreviventes; de outro, estavam o “vocês/outros”, os leste-timorenses da diáspora, “covardes” e “sem legitimidade” para arrogarem-se o direito de representação político-identitária. Nesse cenário, as disputas do passado contra o estrangeiro são transportadas para o seio da nação recém-independente em busca de uma identidade que a representasse e ganha contornos claramente ideológicos; no limite, o outro é, em essência (em termos de naturalidade) um igual, e as distinções já não estão na superfície (em termos étnicos ou linguísticos, por exemplo) sendo, assim, facilmente reconhecíveis, mas nos posicionamentos ideológicos desses indivíduos que os aloca em dois grupos antagônicos: os timorenses de dentro e os timorenses de fora.

No caso de Timor-Leste, em função de seus, praticamente sucessivos, processos de colonização, o nacionalismo surge como uma opção ideológica bastante justificada pela necessidade de estabelecer uma identidade genuína tanto para os indivíduos quanto para a própria nação, entendida aqui como produto de uma elaboração intelectual polarizada (nacional

versus internacional) e positiva, organizada fundamentalmente em torno da memória e do resgate à tradição e à história. Emerge desse contexto a importância de que os discursos fundadores despertem nos indivíduos paixões, o sentimento de pertença e isso acontece por meio da mobilização de *frames* como o de Família, por exemplo, que, visando reduzir as assimetrias de poder entre o enunciador e sua audiência, cria entre eles um sentimento de solidariedade que, em Timor-Leste, está bastante associado aos laços familiares. Assim, o recurso ao nacionalismo como ideologia política: “tem um carácter instrumental, de legitimação e de mobilização de políticas.”. (MENDES, 2005, p. 45)

Evidencia-se, assim, que, como produto de práticas discursivas pautadas na diferenciação e na oposição radical entre grupos, as identidades constituem esquemas cognitivos que demandam dos indivíduos envolvimento emocional com seus grupos de pertença, destacando o fato de que os valores disseminados nos pronunciamentos de Xanana Gusmão, por meio dos *frames* que ele mobiliza para fornecer a seus interlocutores esquemas de interpretação da realidade que discursiviza, atuam de forma decisiva no modo como os leste-timorenses passam a construir representações sobre si e sobre os outros.

4.4 A identidade como produto da relação *interframes*

A partir da caracterização acerca de leste-timorenses e indonésios, com base em estratégias linguístico-discursivas responsáveis pela construção de suas identidades, reconhecemos que essas são produtos de complexas relações atravessadas por ideologias e relações de poder as quais encontram nos discursos um locus privilegiado de expressão.

Como destacamos entre os objetivos específicos deste trabalho, propusemo-nos a investigar as identidades leste-timorenses como resultado da relação *interframes*. Ao analisarmos os pronunciamentos que constituem o *corpus* deste trabalho, pudemos identificar que os distintos projetos de construção de identidades leste-timorenses representados pelos discursos de Xanana Gusmão nos períodos analisados fundam-se em pelo menos dois *frames* proeminentes: o de Guerra e o de Família, durante o “Período Indonésio”, e o de Guerra e o de Povo Genérico, no momento “Pós-Indonésio”. Desse modo, reconhecemos que a complexidade de que se reveste o conceito de identidade, para além de questões de ordem social e que se refletem nas discursivas, também se deve aos procedimentos discursivos e sociocognitivos, como é o caso da memória e da ideologia, que lhes dão forma.

Sob essa perspectiva, Aquino (2018, s/p)⁹⁶ chama a atenção para o fato de que se o acionamento de um *frame* determinado já é significativo em termos ideológicos e de persuasão, a inter-relação entre eles constitui fator de complexidade não apenas no que concerne à sociocognição, mas também quanto a um uso estratégico, possível a quem sabe do poder retórico/persuasivo de seu discurso para a construção de uma nova nação, como é o caso de Xanana Gusmão.

Os discursos de Xanana Gusmão, portanto, não apenas discorrem sobre a realidade e os anseios de transformá-la, mas também atuam na construção dela, bem como na de seus personagens, atribuindo-lhes identidades que estejam em conformidade com seus projetos de dizer.

4.5 *Ami Timoroan*⁹⁷: conclusões das análises

Ao analisarmos os resultados obtidos neste trabalho, reconhecemos que nosso objeto de estudo constitui um campo profícuo para investigação em diversas áreas do conhecimento humano, e entendemos que nossa contribuição, ainda que limitada, possa ser apresentada por meio das sínteses a seguir, realizadas de acordo com cada um dos períodos históricos analisados.

Como nos propusemos a apresentar uma proposta analítica dos processos de construção e disseminação de projetos identitários em Timor-Leste, buscamos destacar os elementos linguístico-discursivos e cognitivos que lhes dão forma.

A observação dos pronunciamentos de Xanana Gusmão, permitiu-nos investigar os *frames* pelo viés qualitativo e compreender como eles atuam na construção e na interpretação do mundo, o que, em termos teóricos, segundo defende Marcuschi (2007, p. 68), corresponde ao fato de que:

[...] nossas versões de mundo são sempre construídas, provisórias, praxiológicas e não devem ser tomadas como formas naturais de dizer uma suposta realidade discretizada. Como lembrado, a linguagem é uma atividade constitutiva e não uma forma de representar a realidade; mais que um retrato, a língua um trato da realidade. Mais que um portador de sentido, a língua seria um guia de sentidos [...], e por isso mesmo ela é insuficiente. É na interação social que emergem as significações.

⁹⁶ Em notas de orientação.

⁹⁷ Em tétum: Nós somos timorenses.

Em conformidade com esse posicionamento de Marcuschi (2007) e afastando-nos de uma perspectiva puramente objetivista, compreendemos que os pronunciamentos de Xanana Gusmão colocam em circulação suas versões particulares de mundo, seja sobre o conflito ou sobre quem são (ou como deveriam ser e se comportar) os leste-timorenses e os outros (inimigos indonésios ou opositores políticos). Assim, sob a égide do *Macroframe* de Perspectiva, segundo o Esquema 01, à página 190, observamos que os *frames* emergentes dos discursos, a partir da dissecação dos elementos linguístico-discursivos que compõem cada um deles, constituem os elementos basilares à construção das identidades leste-timorenses.

4.5.1 Período Indonésio

Durante o período indonésio, identificamos uma forte oposição entre dois polos de um *continuum* no qual as identidades se conformam: o “nós” e o “eles”. Trata-se de um momento em que a guerra física se impõe, o inimigo a combater possui materialidade e no qual o embate acontece em termos físicos e ideológicos. Como parte da estratégia de composição argumentativa dos discursos dessa época, observamos a mobilização de dois *frames*: o de **Família**, que se refere exclusivamente a esse período, e o de **Guerra**, que possui caráter transversal, ou seja, é reconhecido em todos os discursos que compõem o *corpus*.

A construção da autorrepresentação de Xanana Gusmão tem papel importante na orientação argumentativa de seus pronunciamentos, sobretudo durante esse período; afinal, ele se apresenta como o exemplo mais bem-sucedido de tudo aquilo que preconiza como ações desejadas “dos filhos da pátria”, destacadamente no que concerne à abnegação e à coragem para lutar pela emancipação nacional.

Fundamentados no *Frame* de Família, os procedimentos de edificação da imagem pública de Xanana Gusmão concorrem para a criação de um paradigma do que é ser resistente, defensor da pátria e dos irmãos “menores”. Ele trata de se colocar na posição de alguém que toma para si a responsabilidade de proteger aqueles que não têm forças para fazê-lo por si mesmos. A categorização do povo leste-timorense, como irmãos, realizada por Xanana cumpre um propósito importante na condução argumentativa de seus discursos. Como decorrência disso, em termos pragmáticos, ele fortalece sua autorrepresentação de *maun boot* e robustece os traços identitários com os que apoiam as forças de defesa com base na construção – ainda que discursiva – de uma hierarquia virtual, cujo paradigma é a família: a pátria é a mãe; os leste-

timorenses, os irmãos mais novos, indefesos, mas capazes; e as forças de resistência, personificadas na figura da Xanana Gusmão, o irmão mais velho ou pai, são responsáveis por salvaguardá-los. Desse modo, as estratégias linguístico-discursivas utilizadas por Xanana Gusmão para estruturar seu discurso, como o recurso à conotação da linguagem (metáforas, metonímia e personificação), conferem-lhe um capital simbólico – nos termos de Bourdieu (2016 [1989]) – a partir do qual o poder de que ele se reveste encontra legitimidade social, permitindo-lhe tomar para si e para seus aliados a tarefa de encontrar um denominador identitário comum suficientemente forte e persuasivo capaz de promover a união entre dissidentes.

Além disso, como parte da agenda de construção de uma identidade nacional que fizesse frente à estrangeira, observamos que Xanana Gusmão, a fim de edificar uma autorrepresentação positiva de si mesmo e que pudesse servir de paradigma aos demais leste-timorenses, recorre a três estratégias linguístico-discursivas: i) emprego de 1ª pessoa do plural (com valores semânticos de inclusão e exclusão), de modo a criar uma fusão entre ele e seus interlocutores; ii) utilização das ações bem-sucedidas da FRETILIN para reforçar sua capacidade de liderança e, assim, projetar essas qualidades para sua imagem pessoal; iii) emprego da 1ª pessoa do singular, de forma a assumir a responsabilidade pelos eventos positivos sobre os quais discursa.

Com base no *Frame* de Guerra, estabelece-se, nesse período, uma polarização entre um “nós” e um “eles”. A fim de construir uma identidade que assegurasse uma unidade mínima ao território devastado pela guerra e que, ao mesmo tempo, suportasse as ações das forças de resistência, destaca-se o emprego ideológico que Xanana Gusmão faz do termo gentílico “maubere”, o qual localiza a construção da identidade leste-timorense na recuperação de um elemento da cultura autóctone, responsável por estabelecer uma relação de alteridade marcada pela oposição radical entre “nós” e “eles”. Assim, por meio desse *frame*, podemos observar a produtividade da construção dos objetos de discurso no processo de edificação das identidades leste-timorenses, conforme discutimos ao longo das análises.

4.5.2 Período Pós-Indonésio

Com a conquista ao direito de autodeterminação, apenas possível após a retirada definitiva das forças indonésias do território leste-timorense, as estratégias de construção das identidades leste-timorenses nos discursos de Xanana Gusmão sofrem significativas

transformações e apoiam-se na ativação de dois *frames*: o de Povo Genérico e o de Guerra, conforme já explicitamos.

A impessoalização e a indefinição em termos de construção referencial dos interlocutores (a população ou os adversários políticos) está na base do *Frame* de Povo Genérico. Nesse sentido, observamos que a opção pela indeterminação do “outro” priva-o de uma humanidade evidente e, conseqüentemente, de identidade, já que a consideramos um processo fundamentalmente relacional. Destaca-se, assim, que um procedimento discursivo, como é o caso da categorização, revela um projeto ideológico, cujas conseqüências são diretamente sentidas nos processos de construção de identidades.

A imprecisão quanto à nomeação dos leste-timorenses parece fazer parte de um projeto por meio do qual Xanana Gusmão visa a um comprometimento mínimo com o contraditório, ou seja, em função do conturbado cenário que se estabeleceu em Timor-Leste após a saída de Indonésia do território e o qual ainda carecia de estabilidade mesmo posteriormente às eleições presidenciais, ele busca “apagar” discursivamente marcas de possíveis direcionamentos ideológicos que pudessem fomentar qualquer tipo de conflito interno, dando aos discursos uma aparência de neutralidade em termos de construção de referências dos interlocutores. Desse modo, embora não se refira a qualquer agrupamento social em específico, pode, por isso mesmo, dizer respeito a todos eles.

Quando comparados em seus efeitos de aproximação com os interlocutores, verificamos que os *Frames* de Família e o de Povo Genérico são diametralmente opostos: enquanto no primeiro, busca-se o comprometimento da audiência por meio do forjamento de uma projeção entre os domínios da família e do Estado, no segundo, há um distanciamento deliberado que delimita as fronteiras entre o lugar do chefe de Estado e aqueles que estão sob seu comando, conceptualizados como massa anônima.

Relativamente à atuação do *Frame* de Guerra e sua participação na edificação de identidades nesse período, verificamos que a batalha se transfere em grande parte para a arena ideológica. Em função disso, as identidades antagônicas são construídas, fundamentalmente, com base em estereótipos. Além disso, a ausência de um “outro” externo que configurasse uma ameaça deu espaço para a construção, a emergência de um novo inimigo. Assim, já não se trata mais de um combate em campo, com um adversário explícito, com o qual se possa estabelecer

uma postura de total hostilidade, mas de uma batalha entre indivíduos “iguais” em termos de nacionalidade.

Até este momento, tratamos de características linguístico-discursivas dos pronunciamentos de Xanana Gusmão que denotam rupturas em termos de construção das identidades leste-timorenses. Mesmo quando ele se vale das mesmas estratégias, como é o caso da mobilização do *Frame* de Guerra, em ambos os períodos analisados, os fins argumentativos são outros, condicionados pelo contexto. Todavia, reconhecemos haver alguns procedimentos argumentativos que conformam o estilo pessoal de Xanana Gusmão na construção de seus discursos, os quais constituem traços permanência na forma de conceptualizar os leste-timorenses em oposição aos “outros”, entre os quais destacamos:

1. A forte oposição entre “nós” (povo maubere, leste-timorenses) e “eles” (indonésios, opositores políticos) caracteriza a ideologia nacionalista que norteia o posicionamento político de Xanana Gusmão em ambos os períodos e isso contribui para a construção de identidades polarizadas.
2. Xanana Gusmão procede ao controle do contexto em que seus discursos são proferidos e isso lhe permite instanciar discursivamente leste-timorenses, indonésios e adversários, segundo seus propósitos ideológicos. Dessa forma, explicita-se que a relação estabelecida entre as estruturas discursivas e as sociais não é apenas causal, mas se assenta em um processo sociocognitivo em que se destacam os conhecimentos, valores, ideologias e crenças compartilhados.
3. Os distintos projetos de construção de identidades para os leste-timorenses passam necessariamente pela mobilização de suas paixões, tarefa que se realiza discursivamente por meio da construção de objetos de discurso que, por sua vez, mobilizam *frames* os quais, compartilhados por uma comunidade epistêmica, atuam no processo representações tanto dos indivíduos quanto daqueles com os quais estabelecem relações positivas ou negativas de alteridade.
4. Esses projetos identitários, que visaram construir para Timor-Leste identidades nacionais, fazem parte de uma agenda ideológica em que as representações para o povo e para os “outros” funda-se em uma rede de significados, sensíveis diacrônica e diatopicamente – o que se verificou, por exemplo, por meio da reconfiguração do “inimigo” durante o período pós-eleições.

5. A constituição linguístico-discursiva dos enunciados produzidos por Xanana Gusmão responde pela mobilização de *frames* que moldam as percepções dos interlocutores sobre a realidade, sobre si mesmos e sobre os outros.

6. Coadunados à perspectiva de Marcuschi (2007), ao considerarmos que os indivíduos não são apenas seres enunciativos, entendemos que os discursos e seus produtos – a construção de identidades no caso deste trabalho – possuem natureza sociocognitiva. Dessa forma, o discurso constitui um espaço privilegiado para a designação desse mundo e dos indivíduos que nele agem. Em suma: “Tudo que dizemos é mediado pelo conceito que se expressa discursivamente”. (MARCUSCHI, 2007, p. 141)

Com base no que discutimos, entendemos ser possível sintetizar as relações entre a construção de identidades e a mobilização de *frames* no caso de Timor-Leste como se representa no quadro que elaboramos a seguir:

Quadro 4: Relação entre *frames*, características identitárias e estratégias linguístico-discursivas

Períodos	Frames	Atores Sociais	Características Identitárias	Estratégias Linguístico-Discursivas
Indonésio	<i>Família</i>	Leste-Timorenses aliados	Irmãos, filhos	Conotação da linguagem com base no emprego de metáforas e metonímias. Construção dos objetos de discurso por meio da projeção de características do domínio da família para o do Estado. Utilização de “nós” inclusivo e exclusivo e de 1ª pessoa do singular.
		Leste-Timorenses não aliados	Não família	
		Indonésios	Estrangeiros	
	<i>Guerra</i>	Leste-Timorenses aliados	Frágeis, resistentes, corajosos, inteligentes, mauberes, <i>aswain</i> , camaradas, querido	Contraste explícito entre “nós” <i>versus</i> “eles”. Construção dos objetos de discurso “leste-timorenses aliados”, “indonésios” e “leste-timorenses não aliados” por meio da seleção lexical atinente ao contexto de guerra. Narrativização apoiada em estratégias de patemização do evento e dos atores envolvidos.
		Leste-Timorenses não aliados	Cachorro, fantoche, boneco de palha, vendilhão da pátria	
		Indonésios	Assassino, bárbaro, cruel, invasor, covarde, camarilha sanguinária	
		Leste-Timorenses aliados	Defensores da democracia	
		Leste-Timorenses não aliados	Inimigos da democracia e do povo	
Pós-Indonésio	<i>Povo Genérico</i>	Leste-Timorenses aliados	Cidadãos, massa anônima	Orações construídas com sujeito indeterminado ou com pronomes indefinidos ocupando essa posição. Seleção lexical imprecisa/genérica em referência aos leste-timorenses. Construção de objetos de discurso fundamentada em posicionamentos axiológicos.
		Leste-Timorenses não aliados	Corruptos, ignorantes, incompetentes, desonestos, despreocupados com povo	

CONCLUSÃO

Conclusão

O preceito de Braudel, que marcou o início de nosso trabalho e o qual retomamos agora, orienta-nos a percorrer os itinerários de uma civilização a fim de verdadeiramente conhecê-la, assim, chegamos ao momento em que a ilha de Timor volta a ser crocodilo. Enveredamos pelos (des)caminhos da investigação sobre a construção discursiva das identidades leste-timorenses e escolhemos dissecá-las para encontrar, como espinha dorsal, os *frames* que lhes sustentam. Partimos da materialidade do discurso para a imaterialidade das representações sociais, da ideologia e da cognição e, nesse trajeto, constatamos que essas instâncias apenas constituem paradoxos aparentes, os quais muito produtivamente convergem para a construção de identidades plurais, fragmentadas, processuais e, por vezes, contraditórias, como ficou ilustrado, por exemplo, pelas estratégias utilizadas por Xanana Gusmão para construir a identidade dos leste-timorenses apoiadores dos indonésios durante o período de ocupação indonésia.

No processo de desvelamento dos elementos constituintes dos projetos identitários que marcaram as agendas de atuação de Xanana Gusmão em seus momentos de maior expressão política em Timor-Leste, buscamos desenvolver um diálogo teórico entre História, Identidade, Cognição, Análise Crítica do Discurso e Argumentação, a fim de que pudéssemos, além de reconhecer, analisar, sob o viés da interdisciplinaridade, as estratégias por meio das quais as identidades leste-timorenses foram construídas. Essa investigação foi balizada pela hipótese central de que os processos de constituição identitária em Timor-Leste apoiam-se fundamentalmente nas práticas discursivas do Estado ou daqueles que buscaram representá-lo legitimamente. Assim, a forma como as identidades são construídas e passam a vigorar como padrões de referência no interior de dada sociedade depende dos *frames* mobilizados/instrumentalizados pelos atores sociais de maior prestígio para edificá-las, das relações entre esses *frames* e de como a alteridade instaura-se discursivamente por meio da construção (pré-discursiva e ideológica) dos objetos de discurso.

A partir das análises que realizamos, podemos dizer que nossa tese de que as identidades são construídas e passam a vigorar como padrões de referência no interior de uma sociedade depende dos *frames* mobilizados/instrumentalizados pelos atores sociais de maior prestígio para construí-las, das relações *interframes* e de como a alteridade é discursivamente instaurada por meio da construção dos objetos de discurso, – neste momento – confirma-se. Nesse caso, a

ressalva faz-se necessária, porque, ao lidarmos com um fenômeno altamente sensível a transformações de ordem diacrônica e contextual, como é o caso das identidades, seria incoerente ter como pretensão oferecer qualquer resposta de caráter definitivo sobre sua constituição. Todavia, não nos furtando à tarefa a que nos propusemos desde o início, entendemos que a edificação das identidades no contexto leste-timorense está atrelada de forma indissociável ao controle discursivo exercido por Xanana Gusmão que, por meio de seus pronunciamentos, cria representações identitárias estereotipadas sobre leste-timorenses e indonésios.

Além da motivação pessoal, decorrente de nossas experiências docentes em Timor-Leste, pela investigação sobre as identidades naquele país, a tese que procuramos defender ao longo deste trabalho permitiu-nos formular três hipóteses teóricas, as quais retomamos: a) a construção discursiva do “outro-inimigo” nos pronunciamentos de Xanana Gusmão, em ambos os períodos selecionados, cumpre a função de estabelecer oposições que, inicialmente, justifiquem suas ações, constituindo um expediente de natureza ideológico-cognitiva que visa à conquista da adesão popular por meio de apelos a valores universais (paz, união, identidade nacional, etc.) e estabelece a coesão social por meio do contraste entre antagonismos; b) os *frames* constituem uma fonte sociocognitiva de referência para a construção das identidades leste-timorenses e revelam que o modo como os indivíduos ativam-nos, por meio da construção de objetos de discurso, permite-lhes atualizá-los e inter-relacioná-los; c) os *frames* relativos à edificação das identidades leste-timorenses possuem como elementos basilares os objetos de discurso e a patemização, responsável pela redução das assimetrias de poder, respondem pela expressão privilegiada da perspectiva de Xanana Gusmão acerca dos eventos discursivizados por ele em seus pronunciamentos bem como dos atores sociais que deles participam.

Tais hipóteses permitiram-nos desenvolver nosso estudo a partir de três eixos inter-relacionados: i) a construção da identidade como um fenômeno interdisciplinar e em cuja base estão *frames* específicos, no caso, os que agrupamos sob o *Macroframe* de Perspectiva; ii) a ativação/mobilização de *frames* por meio da construção de objetos de discurso, a qual possibilita ao enunciador criar identidades estereotipadas acerca dos atores sociais; iii) a argumentação fundamentada em estratégias de patemização permite a redução – ainda que discursiva – de assimetrias de poder e possibilita ao orador criar relações em que predomina a subjetividade e por meio das quais seus argumentos sejam tomados pelo auditório como verdade. Para realizarmos a investigação desses elementos, elegemos a ACD como marco

teórico para o qual as demais discussões realizadas no âmbito da Psicologia Social, da Sociologia, das Ciências da Cognição e da História convergiram.

Analizamos a construção da identidade leste-timorense com base na ativação de *frames* que, sob nossa perspectiva, são estruturados pelos objetos de discurso, pelas representações sociais, pelas estratégias de patemização e pelas de nominalização. Dessa forma, apoiamo-nos em duas categorias basilares que nos permitiram proceder às análises e alcançarmos nossos intentos; foram elas: a) construção dos objetos de discurso por meio das nominalizações; b) patemização.

A respeito da primeira categoria, a construção de objetos de discurso, após a realização de nossas análises, pareceu-nos coerente concebê-los como constructos pré-discursivos. Conforme discutimos no Capítulo III, no que tange à construção de objetos de discurso, neste trabalho, coadunamo-nos à perspectiva de Marcuschi (2013), para quem o vínculo entre o mundo extralinguístico e sua discursivização é atravessada por relações de poder e ideológicas, nas quais a cognição atua de maneira decisiva na construção dos sentidos dos discursos. Nesse processo, os indivíduos, em seu propósito de criar significações para o mundo a partir dos discursos que enunciam, revelam, por meio da linguagem, suas crenças e o lugar discursivo-ideológico que ocupam.

Dessa forma, não podemos desconsiderar que um enunciador, ao converter discursivamente um objeto do mundo em objeto de discurso, o faz a partir de seleções de características desse objeto que sejam mais relevantes a seu projeto de dizer. No entanto, reconhecemos também que esse procedimento, para além do que relevantemente postula Marcuschi (2013 e 2007) em seus estudos, funda-se em uma concepção prévia que o enunciador possui acerca desse objeto, bem como na perspectiva projetada em relação ao conhecimento que os enunciatários possuem desse objeto. Entendemos, pois, que subjaz à construção dos objetos de discurso a necessidade de atribuir familiaridade ao desconhecido. Nesse processo, recorre-se a paradigmas que estejam em conformidade com os projetos de dizer e que possam, com mais precisão, comunicar como objetos, seres e acontecimentos são (ou devam ser) compreendidos.

Se, como demonstram os estudos acerca dos processos de referenciação, é possível que, por meio da língua, sejam construídas versões públicas do mundo a partir da discursivização, entendemos que também seja viável considerar que existe, em termos ontológicos e cognitivos,

a possibilidade de se conceber os objetos de discurso como categorias cuja existência possa ocorrer de forma prévia. Nesse sentido, nossa pesquisa possibilitou que localizássemos uma categoria que ainda desconhecíamos e que corresponde à existência de objetos de discurso pré-discursivos. Embora pareça um contrassenso, o que propomos neste trabalho é o reconhecimento de que a construção de objetos de discurso não se funda em um vazio semântico ou referencial absoluto, mas parte de um conhecimento prévio acerca do contexto (e de toda a complexidade que o envolve) que permite ao enunciador, pragmaticamente, realizá-la segundo seus propósitos discursivos/argumentativos e em função de construção de sentido. Não se trata, todavia, de uma projeção entre domínios, como ocorre nas construções metafóricas, por exemplo, mas de um procedimento cognitivo que consiste na recuperação de um conhecimento de mundo compartilhado por uma comunidade epistêmica particular e cujas propriedades, embora suportadas por ele, estão para além dos processos de construção da referência textual – elas se inscrevem no plano da argumentação.

Nos discursos de Xanana Gusmão, observamos deslocamentos semânticos em termos de construção do objeto de discurso “leste-timorenses”. Não é novidade nos estudos do discurso que um mesmo elemento lexical pode assumir significados distintos a depender do contexto em que seja empregado, bem como por quem o utiliza. Neste momento, a fim de ilustrarmos a pré-discursividade dos objetos de discurso, retomamos os termos “maubere” e “pessoas”/“povo” quando utilizados por Xanana Gusmão em referência aos leste-timorenses.

Nos discursos do período indonésio, a referência ao povo, além de expressões como “compatriotas” ou “irmãos”, é realizada por meio do termo gentílico “maubere”. Entendemos que recorrer a esse sintagma nominal adjetival não seja uma simples estratégia cognitiva de manutenção da coerência textual. Trata-se não só de um procedimento de organização discursiva, mas também da construção de um objeto de discurso ideologicamente orientada. Considerado o universo de possibilidade de discursivização dos interlocutores – o povo a quem seus discursos se destina –, observamos que a seleção do sintagma nominal adjetival “maubere” remete a uma tentativa de promover junto aos cidadãos uma transferência de valores e de forjar uma unidade identitária capaz de fazer frente ao oponente indonésio e de levar os leste-timorenses a crerem que, de fato, são um povo coeso, unido e dotado de uma identidade ancestral da qual devem se orgulhar. Ou seja, selecionar o termo “maubere” implica reconhecer e projetar suas possibilidades de significação no interior da comunidade epistêmica, explicitando que é necessário haver um conhecimento prévio não apenas da palavra, mas também de importância histórica e, mesmo, reconhecer as dissensões que ela provoca entre os

indivíduos daquela sociedade, já que, de acordo com Marcuschi (2007, p. 85) “toda a produção de significação está ligada a uma atividade coletivamente conduzida e não é uma determinação unilateral de condicionamentos internos nem de formas autônomas.”.

No momento em que Xanana Gusmão passa a se referir aos leste-timorenses como “Povo Maubere”, ele os recategoriza, cria uma relação de transferência semântica em que as partes têm suas características amalgamadas: todo leste-timorense é maubere e, eventualmente, aqueles que não compactuam com causa da independentista são caracterizados como não timorenses.

Por meio da alcunha “maubere”, cria-se, discursivamente, uma “nova identidade” para o “frágil” e “indefeso” povo leste-timorense, a partir da associação deste às características mobilizadas por meio desse termo. Desse modo, defendemos a possibilidade de que a construção do objeto de discurso leste-timorenses como “povo maubere” é resultado de um procedimento de pré-discursivização, cujo elemento central é o termo “maubere”. Ele já estava disponível na língua e nos sistemas de representação dos leste-timorenses – quer seja em acepção positiva, quer seja em negativa – e assume novo significado ao, instrumentalmente, segundo os propósitos argumentativos de Xanana Gusmão, objetivar referir-se a todos os leste-timorenses, como um grupo coeso e dotado de uma unidade identitária, historicamente forjada. Como corolário, cria-se o simulacro de que não há dissidências internas no país ou, mesmo que haja, elas são menos significativas que a proposta de união do povo sob uma denominação que visa, se não apagar, reduzir as diferenças internas em termos identitários e as assimetrias de poder e ideológica: são todos mauberes e isso, por si só, basta (ou deveria bastar).

Em contrapartida, nos discursos pós-independência, quando as dissidências endógenas ganham corpo novamente e a perspectivação do inimigo volta-se aos que são contrários à posição de Xanana Gusmão como presidente da república, o termo “maubere” perde sua eficácia como elemento agregador das diferenças e, aparentemente, Xanana não se preocupa mais em promover – ainda que discursivamente – uma unidade identitária. Em função disso, as referências à população não ocorrem pela utilização de adjetivos ou de termos distintivos, mas, majoritariamente, por meio dos vocábulos indefinidos “pessoas” e “povo” raramente especificados como “leste-timorenses”. Assim, a diferenciação entre as “pessoas” marca-se entre as que apoiam o governo e as que se opõem a ele (e às quais Xanana dedica grande parte de seus discursos, o que se evidencia, por exemplo, pela abundância de procedimentos de contra-argumentação).

No tocante à construção discursiva dos “leste-timorenses”, novamente observamos que se trata de um recurso à pré-discursividade. Conforme já discutimos, entendemos que a construção dos objetos de discurso não se funda em um ponto zero em termos semânticos, o que significa dizer que, por se tratar de um fenômeno de base cognitiva, ela parte da memória, de conhecimentos e projetos específicos de dizer nos quais a seleção lexical materializa ideologias e, assim, perspectivas acerca do mundo e sobre o modo como ele se converte em discurso. Nesse caso, a seleção dos termos “pessoas” e “povo” aproxima o discurso, relativamente ao processo de categorização do povo, de um grau de maior de neutralidade quando comparada à utilização do termo “maubere”, histórica e ideologicamente carregado. Além disso, a utilização de sintagmas nominais substantivais (“pessoas” e “povo”) em oposição à de um adjetivo (maubere), semanticamente pode indicar um processo de objetificação dos interlocutores, isto é, esses deixam de ser considerados em suas especificidades e convertem-se em massa anônima, uma vez que o termo “povo”, em acepção genérica, remete à noção de civilização, de país.

A partir do contraste entre duas formas de conceber discursivamente o objeto de discurso “leste-timorenses”, observamos não apenas a preponderância do contexto na determinação de sua construção, mas como ela se realiza em função de projetos específicos de dizer, os quais encontram na pré-discursividade uma estratégia para: a) a categorização dos interlocutores e, b) a instauração/disseminação de posicionamentos ideológicos acerca deles. Assim, associando as perspectivas de Moscovici (2007) às de Marcuschi (2013), entendemos que a construção dos objetos de discurso pode ocorrer de forma pré-discursiva, dado que as coisas do mundo constituem o pano de fundo para que os indivíduos interajam socialmente e, assim, coloquem em circulação e, conseqüentemente, negociem, suas concepções/versões particulares acerca do mundo, com base no conhecimento prévio dos recursos e nas potencialidades oferecidas pela língua em termos de construção de significados. Trata-se, assim, de uma proposta para o desenvolvimento de trabalhos futuros.

Ao considerarmos que todos os discursos são tecidos por fios de significações, é coerente termos em conta também que a análise mais acurada de suas tramas permitiu-nos reconhecer especificidades relativas à construção dos fenômenos por eles retratados. Desse modo, quando observamos a biografia de Xanana Gusmão, é possível reconhecer que suas habilidades na construção do discurso por meio do manejo da linguagem têm origem em sua formação escolar, realizada fundamentalmente em internatos católicos, durante a qual teve contato com cânones da literatura. Essa característica – posteriormente aprimorada enquanto

ele esteve encarcerado na Indonésia – revela-se em muitos de seus discursos do período de ocupação indonésia e entendemos que se trata de – assim como na literatura – criar mundos possíveis em contextos em que a realidade externa pouco se presta a uma leitura positiva dos fatos. Assim, relativamente aos pronunciamentos analisados, verificamos as seguintes características em cada um dos períodos recortados:

a) Período Indonésio: nos discursos relativos ao momento em que Xanana Gusmão atuou como guerrilheiro das forças de resistência contra a ocupação indonésia, observamos a recorrência de estratégias de construção de “nós” *versus* “eles”, marcada por uma seleção lexical exaltadora dos primeiros e depreciadora dos segundos. Esse tipo de expediente linguístico-discursivo, fortemente ancorado em um sistema ideológico de reafirmação e de valorização do nacional, além de ser bastante comum quando se trata de marcar distinções identitárias, atua diretamente na construção de modelos mentais e no modo como os atores de cada um desses polos são socialmente representados. Nesse sentido, as relações de alteridade caracterizam-se por um forte conjunto de oposições: bélica, ideológica, política e étnica (embora também houvesse leste-timorenses favoráveis à anexação à Indonésia).

As relações entre os indivíduos e a delimitação das fronteiras identitárias é marcada dialética e ideologicamente, as quais são reforçadas nos/pelos discursos de Xanana, em que o recurso à patemização revela-se estratégico e recorrente, uma vez que, na edificação discursiva dos polos, dos pertencentes legítimos à terra e dos invasores, o uso de antíteses, reforçadas por outros processos de construção desses objetos de discurso, cria uma rede semântica que põe em evidência a disparidade bélica entre o “povo maubere”, pacato e rural, e o “bárbaro invasor indonésio”, fortemente armado e colonizador.

Xanana Gusmão toma para si a tarefa de difundir junto à população uma imagem positiva dos guerrilheiros das FALINTIL e, conseqüentemente, de si mesmo. Nesse percurso, em termos pragmáticos, observamos que se trata de uma estratégia duplamente orientada: por um lado, visa à cooptação dos populares à causa defendida pelos insurgentes, por meio do “trato” dado à realidade, o qual constitui uma perspectiva ideologicamente enviesada sobre o conflito, que busca atenuar significativamente os efeitos negativos do combate para os leste-timorenses; por outro, procede a uma aproximação a seus interlocutores, por meio de recursos linguístico-discursivos como a ativação dos *Frames* de Guerra e de Família. Com base no primeiro, fundamenta-se uma relação de hostilidade entre leste-timorenses e indonésios, uma vez que estes passam a ser concebidos com um povo frágil, indefeso, mas corajoso e apto a

enfrentar a guerra e, aqueles, representam o invasor bárbaro, a camarilha sanguinária cruel e covarde, ou seja, é o inimigo a ser combatido. A partir do segundo *frame*, Xanana Gusmão, fundamentado na projeção entre os domínios da Família e do Estado, cria relações especulares entre sua atuação como líder da FRETILIN e a posição de um pai ou irmão mais velho (*maun boot*) que se responsabiliza por conduzir a família (a nação) pelo melhor caminho para a felicidade (a autodeterminação). Não podemos perder de vista que o contexto em que os discursos foram proferidos possibilita que esses pronunciamentos sejam tomados pela audiência como verdade, uma vez que Xanana Gusmão, do lugar de líder das forças de defesa, em tese, possui acesso privilegiado às informações, além do conhecimento empírico, os quais atuam com elementos legitimadores dos posicionamentos que ele procura defender.

Ao analisarmos os discursos que compõem o “Período Indonésio”, verificamos que as identidades antagônicas são construídas, fundamentalmente, com base em estereótipos, a partir de nominalizações como: “povo maubere”, “irmãos”, “frágil” (no caso dos leste-timorenses); “assassinos”, “inimigos”, “covardes” (quando se trata dos indonésios), dessa forma, ao orientar ideologicamente discurso (o que se manifesta pela seleção lexical e pela construção dos objetos de discurso) criam-se modelos mentais acerca do conflito, que passa a ser entendido como “invasão” ou “ocupação criminosa do território”, e dos atores envolvidos em uma disputa em que há evidente desequilíbrio entre forças e interesses.

Com base na observação desses procedimentos recorrentes aos discursos de Xanana Gusmão, reconhecemos que todo sistema de classificação social pressupõe uma posição específica, um ponto de vista baseado no consenso, o que significa dizer que é impossível haver um sistema social sem vieses, isto é, a vida em sociedade caracteriza-se pelas diferenças normais de perspectiva entre os indivíduos ou grupos heterogêneos. Dessa forma, a instauração de uma perspectiva pessoal, e, por isso, enviesada, nos pronunciamentos de Xanana Gusmão, constitui uma representação do que ocorre de forma ampliada na sociedade. Sendo assim, eles nos interessaram como objeto de estudo porque advêm de um sujeito cuja trajetória pessoal lhe garante destaque como personagem relevante na história recente de Timor-Leste.

b) Período Pós-Indonésio: esses discursos constituem uma *mise en scène* discursiva de um encontro do Estado – agora pública e legalmente legitimado – com o povo leste-timorense. É nessas ocasiões que observamos as transformações porque passa a construção das identidades leste-timorenses quando comparada às estratégias utilizadas no período de ocupação indonésia. Diferentemente dos discursos anteriores, em que os temas versavam sobre a resistência e a luta

contra os indonésios, nos desse período, os temas são bastante variados e tratam desde a prestação de contas e balanços acerca da atuação e das conquistas do governo, principalmente após a eleição, até da defesa de Xanana Gusmão diante de acusações que lhes são feitas pelos adversários políticos. Nesse sentido, tais pronunciamentos são parte da atividade política que o presidente precisa realizar e a seleção dos tópicos a serem apresentados explicita para os interlocutores sua agenda de atuação, de modo a legitimar sua eleição ao posto de maior representatividade do país. Dessa forma, observamos, em função das muitas dissidências que ganham corpo no território leste-timorense, que os discursos de Xanana Gusmão assumem caráter fortemente responsivo e sua ação discursiva pauta-se no reforço de sua identidade como ator social capaz de resolver os muitos problemas que marcavam o país recém-independente. Assim, mais do que a manifestação de instruções de um irmão mais velho que preza pelo bem-estar de sua família, os pronunciamentos do período pós-ocupação indonésia consistem em uma tomada de postura relativa à sua autorrepresentação como chefe de Estado, responsável por atuar em diversas frentes e por fazer a gestão adequada do espaço público.

Nesse período, a construção das identidades leste-timorenses parece deixar de ser uma preocupação de Xanana. Nesse cenário, ele ainda recorre à ativação do *frame* de Guerra, dessa vez, para estabelecer a distinção entre os leste-timorenses considerados aliados às novas demandas do contexto democrático e os opositores do sistema. Dessa forma, a disputa identitária torna-se ainda mais delicada e ganha corpo no âmbito das ideologias, tratando-se, portanto, de estabelecer distinções entre “iguais”. Entendemos que o fato de Xanana Gusmão ocupar o cargo de Presidente da República constrange-o a ser discursivamente mais ponderado, ou seja, mais afinado às exigências do *status* de presidente.

A partir dessas considerações, chegamos ao segundo *frame* que caracteriza fundamentalmente o período pós-indonésio: o de Povo Genérico. A estratégia de evitar epítetos e/ou adjetivações que possam denotar emoções e/ou orientações ideológicas, como era corriqueiro durante o período indonésio, revela que a preocupação de Xanana não é mais estabelecer uma relação patêmica/familiar com seus interlocutores, mas assegurar a governabilidade por meio da adoção de uma postura pretensamente neutra. Nesse sentido, a população perde singularidade identitária, converte-se em massa anônima que, em contexto democrático, corresponde a ser cidadãos dotados de direitos, deveres e amparados pelas leis. Além disso, a imprecisão semântica característica desse *frame*, estende-se também aos opositores políticos de Xanana Gusmão, sugerindo: i) uma postura de total desconsideração pelo outro, entendido genericamente como “pessoas”, sem qualquer característica positiva, o

que dificulta o estabelecimento de relações de alteridade; ii) uma estratégia para a construção de uma autorrepresentação positiva de si mesmo, ao evitar nomear diretamente seus dissabores políticos, mas realizando seu papel como representante político ao denunciar a ineficiência de servidores do Estado.

Se, no passado, havia uma tentativa de aproximação – focada no *pathos* – entre os diferentes grupos sociais reunidos sob o epíteto de “irmãos”; no presente, evita-se a nomeação direta desses agrupamentos, havendo a preferência pela utilização de termos como “povo”, “todos”, “pessoas”, entre outros, além de construções linguísticas em que haja indeterminação do sujeito e a presença do nós “exclusivo”, que marca uma ruptura discursiva e ideológica em relação ao período de ocupação indonésia.

Assim, após havermos reconhecido as especificidades relativas à participação de *frames* específicos na composição dos pronunciamentos de Xanana Gusmão nos distintos momentos históricos que analisamos, reconhecemos que o *macroframe* de Perspectiva desempenha função contínua e transversal na constituição de seus discursos, pois permite-lhe estabelecer e destacar sua perspectiva pessoal acerca dos fatos que discursiviza, explicitando uma estratégia de cerceamento dos significados veiculados em seus pronunciamentos, isto é, apesar de sabermos que não se pode assegurar a exata correspondência entre aquilo que se diz e o modo como isso será recepcionado e interpretado pelos demais, o que observamos na composição deste *macroframe* é a tentativa de uniformizar uma visão de mundo, naturalizando – discursivamente – o comportamento, primeiro, dos guerrilheiros das forças de defesa, durante o período de ocupação indonésia e, pós-independência, do próprio Xanana Gusmão. Por meio do mesmo expediente de ordem argumentativa, cria-se uma imagem depreciativa do outro, estratégia que está na base do forjamento identitário: a dicotomização – necessária – entre um eu/nós *versus* eles/outros.

Ao investigamos a construção das identidades leste-timorenses sob a perspectiva instaurada por Xanana Gusmão em seus pronunciamentos, observamos que as distintas orientações acerca dos fatos que ele narrativiza possuem implicações no modo como as identidades para os leste-timorenses são construídas: ora como povo específico, dotado de uma identidade una, *maubere*; ora como povo genérico, pessoas que, muitas vezes, colocam-se em oposição ao governo. Dessa forma, tal característica revela-se importante devido a dois fatores: a) permite-nos reconhecer o caráter não monolítico das identidades, revelado por meio da plasticidade com que são construídas relativamente aos atores sociais discursivizados nos

pronunciamentos de Xanana Gusmão em cada um dos períodos analisados; b) corrobora nossa hipótese de que a construção de identidades em Timor-Leste alicerça-se na mobilização de *frames* específicos, e que esse processo encontra nas práticas discursivas seu elemento gerador, revelando-se, assim, um produto de disputas ideológicas e de poder.

Por fim, entendemos que o controle discursivo exercido por Xanana Gusmão influencia diretamente no modo como as identidades são concebidas e a luta contra os inimigos, legitimada. Desse modo, conforme já destacamos ao final do Capítulo IV, podemos reconhecer as identidades como produtos ancorados em práticas discursivas e de cuja construção participam *frames*, os quais se inter-relacionam e respondem, entre outros fatores, pela complexidade de que se reveste este fenômeno. Nesse sentido, então, os discursos de Xanana Gusmão promovem, de forma estratégica, uma edição e um acabamento da realidade de modo a universalizar suas propostas identitárias para Timor-Leste.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Imagining East Timor. In: **Arena Magazine**, n. 4, Apr/May, Australia: Arena Printing and Publishing Pty Ltd., 1993. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/timor/imagin.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. **Discurso e cognição: os *frames* contextuais**. Trabalho inédito, apresentado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, jun. 2017.

_____. **Discurso político e relações de poder: um processo de ativação/reativação de *frames***. Trabalho inédito, apresentado no II Congresso Internacional de Estudos do Discurso e nas VI Jornadas Internacionais de Análise do Discurso, Universidade do Porto, Portugal, out. 2016.

_____. O jogo dos argumentos: produção e transformação da realidade. In: **II Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso**. Belo Horizonte. Discurso, Ação, Sociedade, 2003. pp. 107-197.

_____. **Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Geral e Semiótica. FFLCH – USP, 1997.

_____.; PALUMBO, Renata. **A construção da opinião pública na cultura da convergência: o *lôcus dos frames***. Trabalho inédito apresentado no IV Sediart, em Buenos Aires, mar. 2018.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. 17. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005 [386 a. C.].

AZEVEDO, Karina Falcone de. **(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social**. 2008. 276 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

_____. Análise cognitiva do discurso. In: **Anais do Evento PG Letras 30 Anos**. vol. I (1), 2007. pp. 162-175. Disponível em: <<http://www.pglettras.com.br/Anais-30-Anos/Docs/Artigos/Falcone.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2016.

BAPTISTA, Luiz Carlos. **A fragilidade da experiência: Erving Goffman e os quadros da interação**. 2003. 330 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. UFMG: Belo Horizonte, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Edições 70, 2016 [1989].

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria das ações. Trad. Mariza Corrêa. 9 ed. Campinas: Papyrus Editora, 2008 [1994].

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern e Guilherme. F. Teixeira. Edusp: São Paulo, 2006 [1979].

_____. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1987].

_____. Entrevista concedida a Maria Andréa de Loyola. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BRANDÃO, Ana Maria. **Uma abordagem sociológica das identidades**. Minho: Húmus, 2014.

BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. **História das teorias da argumentação**. Trad. Maria Carvalho. Lisboa: Editora Bizâncio, 2001.

BURKE, Kenneth. **A grammar of motives**. Los Angeles: University of California Press Ltd., 1969.

CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. As políticas linguísticas e de ensino de línguas em Timor-Leste: desafios de um contexto multilíngue. In: **Filologia e Linguística Portuguesa**. n. 12 (1), 2010. pp. 9-25. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59854>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

CARVALHO, Anabela. Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. In: **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, vol. 14 (1-2), 2000. pp.143-156. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1390](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1390)>. Acesso em: 30 mai. 2017.

CASTAGNA, Vanessa Ribeiro; BEDIN, Francesca. Timor Leste: construção duma identidade. **OPSIS**, Catalão, v. 10, n. 1, jan.-jun., 2010. pp. 147-168. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9758/8476#.Wk6tJ2inGUk>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. KlausBrandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo**: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CHALK, Peter. **Australian foreign and defense policy in the wake of the 1999/2000 East Timor intervention**. Rand: National Security Research Division, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. Contexto: São Paulo, 2008.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES E.; MACHADO, I.L. (org.). **As emoções no discurso**. Mercado Letra: Campinas (SP), 2007. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

CHOMSKY, Noam. **Why Americans should care about East Timor**. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/articles/19990826.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. **East Timor and the Western Democracies**. Nottingham: Bertrand Russel Peace Foundation, 1999.

_____. Preface. In: RAMOS HORTA, José. **Funu: the unfinished saga of East Timor**. Trenton: New Jersey: The Red Sea Press, 1987.

CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de; MENDES, António de Sousa. **A arquitectura timorense**. Lisboa: IICT, 1987.

COSTA, Luís. A língua: fator de identidade nacional leste-timorense. In: BASTOS, Neusa (org.). **Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários**. São Paulo: EDUC, 2012. pp. 213-222.

_____. Línguas de Timor. In: CRISTÓVÃO, Fernando. **Dicionário temático da lusofonia**. Lisboa: Texto Editores, 2005.

COX, Steve. **Timor-Leste: gerações de resistência**. Lisboa: Edições Caminho, 1995.

CRONIN, Bruce. **Community under anarchy: transnational identity and the evolution of cooperation**. New York: Columbia University Press, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. 2 ed., Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, João Solano Carneio da. **A questão de Timor-Leste: origens e evolução**. Brasília: FUNAG/IRBr, 2001.

CUNHA, Teresa. **Vozes das mulheres de Timor**. Lisboa, Edições Afrontamento, 2006.

DE FINA, Anna. Discourse and identity. In: van DIJK, Teun Adrianus. (org.). **Discourse studies: a multidisciplinary introduction**. vol. 2. London: SAGES Publication, 2010 [1997].

DUQUE, Paulo Henrique. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. In: **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 39, 2015. pp. 25-43. Disponível em: < <https://goo.gl/cEpkwD> > Acesso em: 17 dez. 2016.

DURAND, Frédéric. **História de Timor-Leste: da pré-história à actualidade**. Lisboa: Lidel, 2009.

DURKHEIM, Émile. **Representações individuais e representações coletivas**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

EDWARDS, Jason Allen. Defining the enemy for the Post-Cold War World: Bill Clinton's foreign policy discourse in Somalia and Haiti. In: **International Journal of Communication**, v. 2, 2008. pp. 830-847. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/264/196>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

ESPERANÇA, João Paulo Tavares. **Estudos de linguística timorese**. Aveiro: SUL, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2003.

_____. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. New York/London: Longman, 1995.

_____. **Language and power**. New York/London: Longman, 1989.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 11 ed. São Paulo: Ática, 2009 [1991].

FELGAS, Hélio. **Timor português**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956.

FILLMORE, Charles J.. Semântica de *frames*. In: **Cadernos de tradução**, Porto Alegre, nº 25, jul.-dez., 2009 [1982].

FIORIN, José Luiz. A sacralização da política. In: FULANETI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo. (orgs.). **Linguagem e política: princípios teóricos-discursivos**. São Paulo: Contexto, 2013. pp. 21-38.

FOX, James J.. Tracing the path, recounting the path: historical perspectives on Timor. In: FOX, James J.; SOARES, Dionisio Babo. (eds.) **Out of the ashes: destruction and reconstruction of East Timor**. Hindmarsh: Crawford House Publishing, 2000. pp. 1-27.

_____. (ed.). **Inside Austronesian houses: perspectives on domestic designs for living**. Camberra: ANU, 1993.

GAGLIATO, Marcio. **Timor-Leste e a ocupação Indonésia: a religião como operador de resistência**. 2008. 79 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17300>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

_____. **Modernidade e identidade pessoal**. Trad. Miguel Vale de Almeida. Oeiras: Celta Editora, 1994.

_____. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Trad. José Luiz Rodríguez. Centro de Investigaciones Sociológicas: Madrid, 2006 [1974].

GUNN, Geoffrey. Língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste. In: **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Timor Lorosa'e, n.14, jul-set , 2001. Lisboa: Instituto Camões. pp. 14-25. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no-14-timor-lorosae.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____; ECCLES, Lance (eds). **Studies in languages and cultures of East Timor**. Vol. 2. Academy of East Timor Studies, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

_____. **Representation: cultural representations and signifying practices**. New York: Sage Publications, 1997.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HULL, Geoffrey. **Identidade, língua e política educacional**. s/d. Disponível em: <<https://goo.gl/NbaVHj>> Acesso em: 08 out. 2016.

_____. O mapa linguístico de Timor-Leste: uma orientação dialectológica. In: **Studies in Languages and Cultures of East Timor**, v.4, pp.1-11, 2001a.

_____. Língua, identidade e resistência – entrevista a Geoffrey Hull. In: **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Timor Lorosa'e, n.14, Jul-Set 2001b. Lisboa: Instituto Camões. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no14-timor-lorosae.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE LINGUÍSTICA. **Princípios orientadores da língua na política de educação para Timor-Leste**. Díli, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça; CORTEZ, Suzana Leite. A construção do ponto de vista por meio de formas referenciais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de. (orgs.). **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 33-52.

_____. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **A referenciação como atividade cognitiva e interacional**. In: II Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN, 2001, Fortaleza. **Anais do Congresso**. Fortaleza: ABRALIN, 2001a. pp. 73-74.

_____. Linguística textual: quo vadis? In: **Revista DELTA**, 17, Especial, 2001b. pp. 11-23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v17nspe/6708.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. **Argumentação e linguagem**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LACLAU, Ernesto. **Hegemonía y estrategia socialista**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAKOFF, George. **Don't think of an elephant!:** know your values and frame the debate. Canada: Chelsea Green Publishing Company, 2004.

_____. **Moral politics: how liberals and conservatives think**. 2 ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

_____. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, Andrew (org.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LEWIS, M. Paul, GARY F. Simons e CHARLES D. Fennig (eds.). **Ethnologue**: languages of the world. Dallas, Texas: SIL International. Online version. 2013. Disponível em <<http://www.ethnologue.com>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MACALISTER, John. Language policies, language planning and linguistics landscapes in Timor-Leste. In: DASGUPTA, Probal; MARK, Fettes. (eds.). **Language problems & language planning**. S/L: John Benjamins Publishing Company, 2013. pp. 25-45.

MAGALHÃES, António Barbedo. **Timor Leste na encruzilhada da transição indonésia**. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva Publicações, 1999.

MARCOS, Artur. **Timor timorense**: com suas línguas, literaturas, lusofonia. Lisboa: Edições Colibri, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 48 (1). Campinas, 2006. pp. 7-22. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637251/4973>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 53-102.

_____. Atos de referenciação na interação face a face. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 41, Campinas, 2001. pp. 37-54. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637000/4722>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

MATOS, Artur Teodoro. Tradição e inovação na administração das ilhas de Solor e Timor: 1650-1750. In: **Colóquio Internacional de Estudos**: o humanismo latino e as culturas do extremo oriente. 2005. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/Historia.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MATTOSO, José. Sobre a identidade de Timor Lorosa'e. In: **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Timor Lorosa'e, n.14, Jul-Set, 2001. Lisboa: Instituto Camões. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no14-timor-lorosae.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MENDES, Nuno Canas. **A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste**. Lisboa: ISCSP-UTL, 2005.

MEURER, José Luiz. Ampliando a noção de contexto na linguística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso. In: **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 4, n. esp, 2004. pp. 133-157. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0403/040306.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MORATO, Edwiges Maria. et al.. O papel dos frames na organização do tópico discursivo e na coesividade comunicacional na interação entre afásicos e não afásicos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v.59, n.1. Campinas. jan./abr. 2017. pp. 91-110. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8648347/15697>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

_____. A noção de *frame* no contexto neurolinguístico: o que ela é capaz de explicar?. In: **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Letras e cognição, n. 41, 2010. pp. 93-113. Disponível em: <[http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo 4.pdf](http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo%204.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOTA, Myriam; BRAICK, Patrícia. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 1998.

MURRAY, Shoon Kathleen; MEYERS, Jason. Do people need Foreign Policy Enemies? American Leaders' Beliefs after the Soviet Demise. In: **The Journal of Conflict Resolution**, v. 43, n 5, 1999. pp. 555-569. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022002799043005001>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

NINER, Sara Louise. **Xanana**: líder da luta pela independência de Timor-Leste. Trad. Isabel Veríssimo. Publicações Dom Quixote: Alfragide-Portugal, 2011.

_____. **Xanana**: leader of the struggle for independent Timor-Leste. Australian Scholarly Publishing: Melbourne, 2009.

_____. President Xanana Gusmão: a transforming leadership. In: **Development Bulletin**, 68, p. 39-42. Canberra: Australian National University, 2005. Disponível em: <<https://crawford.anu.edu.au/rmap/devnet/devnet/db-68.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. **Our brother, maun bo't**: the biography of Xanana Gusmão, leader of the East Timorese struggle. Tese de Doutorado. Faculty of Humanities and Social Sciences, La Trobe University, 2003. 387 f. Disponível em: <https://www.academia.edu/2640949/Xanana_Thesis_Chapter_3_1981-1991>. Acesso em: 20 mai. 2015.

ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Timor-Leste. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2002.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**: ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho D'Água, 2000.

PALUMBO, Renata. Análise crítica do discurso presidencial: abordagem sociocognitiva. In: **Revista de Estudos Linguísticos**, n. 43 (3). São Paulo, set-dez 2014. pp. 1308-1322. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/525>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. **Referenciação e argumentação**: a dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE. **Uma lulik**: futuro da tradição. Documentário, 2011. Disponível em: <<http://www.umalulik.com/descargas.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. pp. 19-46.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1958].

PHILPOTT, Simon. From Nation-Building to State-Building. In: **Third World Quarterly**, v. 27, n. 1, 2006. pp. 135-159.

PIRES, Mario Lemos. **Descolonização de Timor: missão impossível**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991.

POLLAK, Michael. Memória social e identidade. In: **Estudos Históricos**. vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992. pp. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PUREZA, José Manuel. **Quem salvou Timor-Leste?** Novas referências para o internacionalismo solidário. Oficina do Centro de Estudos Sociais. n. 164. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001. pp. 1-33. Disponível em: <<http://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-164>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017. pp. 117-142.

RAMOS HORTA, José. **Timor-Leste: amanhã em Díli**. 2 ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

_____. **Funu: the unfinished saga of East Timor**. Trenton: New Jersey: The Red Sea Press, 1987.

RAWNSLEY, Claire. East Timor: national identity, history and culture wars. In: **17th Biennial Conference of the Asian Studies Association of Australia in Melbourne**, 2008. Disponível em: <<http://artsonline.monash.edu.au/mai/files/2012/07/clairerawnsley.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. Secretaria de Estado de Arte e Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.tl/pt/inicio>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

_____. **Importância da família em Timor-Leste**. Díli, 2011. s/p. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=5520&n=1&lang=pt>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

_____. **Constituição Nacional**, 2002.

RESENDE, Erica Simone Almeida; LEITE, Lucas Amaral Batista. A construção das ameaças e do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos (1993-2013). In: **Teoria e Sociedade**, n. 22 (2), julho – dezembro, 2014. pp. 218-253. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rts/article/viewFile/195/141>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos, império, guerra colonial e pós-colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

RIBEIRO DA SILVA, Elias. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. In: **Trabalhos de Linguística Aplicada**, n 52 (2). Campinas: Unicamp, jul/dez 2013. pp. 289-320. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-8132013000200007&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 13 mar. 2017.

RICOEUR, Paul. Entre mémoire et histoire. In **Projet**. Paris: n. 248, 1996.

RIZZI, Kamilla Raquel. A construção do Estado no Timor-Leste: colonização, ocupação e independência. In: **Ciências & Letras**. Porto Alegre, n. 48, p. 51-75, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

RODRIGUES, Lílían de Oliveira. A voz memória: narrativa e identidade na cultura popular. In: FREITAS, Alessandra Cardoso de; RODRIGUES, Lílían de Oliveira; SAMPAIO, Maria Lúcia Pessoa (orgs.). **Linguagem, discurso e cultura: múltiplos objetos e abordagens**. Pau dos Ferros: Queima Bucha, 2008. pp. 35-54.

ROSAS, Fernando. O Estado Novo: memória e história. In: DELGADO, Iva. et al. (org.) **De Pinochet a Timor Lorosae: impunidade e direito à memória**. Lisboa: Edições Cosmo, 2000. pp. 147-152.

SAKAMOTO, Leonardo Moretti. **Independência de Timor Leste: um estudo sobre as causas de sucesso da resistência timorense na luta contra a indonésia**. 2003. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SALGADO, Maria das Graças Santana. Subjetividade, gênero e poder: a expressão cultural da emoção na integração médico-paciente. In: **Revista Mal-Estar e Sociedade**. v.3, n.2, set., Fortaleza, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/oLzMSS>>. Acesso em: 12 ago. 2017. pp. 311-353.

SANT'ANNA, Silvio Luiz. **Timor Leste: este país quer ser livre**. São Paulo: Martin Claret, 1997.

SCHOUTEN, Maria Johanna. A prática de um ideal: “civilização” e a presença colonial portuguesa em Timor. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter. (orgs.). **Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SEIXAS, Paulo Castro; ENGELENHOVEN, Aone (orgs.). **Diversidade cultural na construção da nação e do Estado em Timor-Leste**. Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SENA, Odenildo Teixeira. **De Fernando a Fernando**: as teias ideológicas do poder. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

SEWELL, William. The concept(s) of culture. In: BONNELL, Victoria; HUNT, Lynn (orgs.). **Beyond the cultural turn**: new directions in the study of society and culture. Berkeley: University of California Press, 1999.

SILVA, Alexandre Marques. **A imagem por trás do mito**: estratégias discursivas e construção do *ethos* no discurso político presidencial. 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Suzete; OLIVEIRA, Esther Gomes de; OLIVEIRA, Lolyane Cristina Guerreiro de. A expressividade argumentativa do adjetivo no texto publicitário. In: **SIGNUM – Revista de Estudos Linguísticos**. Londrina, n. 16/1, 2013. pp. 201-231. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/2237-4876.2013v16n201>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da; DIAS, Christiane da Silva. Tecendo uma ideia crítica de lusofonia em Timor-Leste: entre a política linguística de fato e a de direito. In: **Working Papers em Linguística**. n. 16 (2). Florianópolis. ago./dez., 2015. pp. 139-161. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2015_v16_n2_p139>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SMITH, Antony David. **National identity**. London/New York. Penguin Books, 1991.

_____. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOUZA, Lúcio Manuel Gomes de. As Casas e o mundo: identidade local e nação no património material/imaterial de Timor-Leste. In: **Etnografia**: Actas do III Congresso Internacional. Cabeceiras de Basto, 2007. pp. 196-227. Disponível em: <<http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2894>> Acesso em: 08 abr. 2017.

SPOLSKY, Bernard. **Sociolinguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais**. Lisboa: Temas&Debates, 2000.

THOMAZ, Luís Filipe F. R.. **País dos Belos**: achegas para a compreensão de Timor-Leste. Lisboa: Fundação Oriente, 2008.

_____. **Babel Lorosa'e: o problema linguístico de Timor-Leste**. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRINDADE, José 'Josh'. **Lulik**: valor fundamental timoroan nian, 2011. Disponível em: <http://www.tlstudies.org/pdfs/TLSA%20Conf%202011/chp_02.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

van DIJK, Teun Adrianus. Analisis crítico del discurso. In: **Revista Austral de Ciencias Sociales**, n. 30, 2016. pp. 203-222. Disponível em: <<http://revistas.uach.cl/index.php/racs/article/view/871>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. **Discourse and knowledge**: a sociocognitive approach. United Kingdom: Cambridge University Press, 2015.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Discourse and context**: a sociocognitive approach. United Kingdom: Cambridge University Press. 2008a.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Cognitive discourse analysis**. 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/z1Uija>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Ideology**. London: Logman, 1998.

_____. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. pp. 105-168.

_____. Power and the news media. In: PALETZ, D. (ed.) **Political communication and action**. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1995. pp. 9-36. Disponível em: <<https://goo.gl/d5541b>> Acesso em: 04 ago. 2017.

_____. Modelos en la memoria: el papel de las representaciones de la situación en el procesamiento del discurso. In: **Revista Latina de Pensamiento y Lenguaje**, vol. 2, n. 1, 1993-1994. pp. 39-55. Disponível em: <<https://goo.gl/eAesBV>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. **Social cognition, social power and social discourse**. 1992. Disponível em: <<https://goo.gl/Vbz1B9>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. Algunas notas sobre la ideología y la teoría del discurso Trad. Georgina Trigos. In: **Semiosis**, n. 5, Universidad Veracruzana, Xalapa, México, 1980. pp. 37-53. Disponível em: <<https://goo.gl/E6ZNDN>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

_____. Semantic macro-structures and knowledge frames in discourse comprehension. In: JUST, Marcel Adam, CARPENTER, Patricia A. (eds.). **Cognitive processes in comprehension**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1977. Disponível em: <<https://goo.gl/Hq6VEj>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

VASCONCELOS, Pedro Carlos Bacelar (coord.). **Constituição anotada da República Democrática de Timor-Leste**. Braga: Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar – Escola de Direito da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 2011.

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. Trad. Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: V. Guedes Multimídia, 2008 [1958].

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Anexos

Discursos do Período Indonésio

DISCURSO I

5

Mensagem de 13 de outubro de 1982

Camaradas, membros do Governo Revolucionário da República Democrática de Timor-Leste, Patriotas de Timor-Leste!

10

Em nome dos membros do Conselho Nacional da Resistência Revolucionária, e de todo o pessoal militar e civil; em nome da gloriosa e heroica Falintil e do – mil vezes heróico – Povo Maubere, eu saúdo, com grande satisfação pessoal e confiança, os membros da Delegação Externa do Governo Revolucionário de República Democrática de Timor-Leste que estão envolvidos na nossa luta, todos os filhos de Timor-Leste, que de longe continuaram a seguir com tristeza e orgulho os feitos heróicos de seus irmãos e irmãs.

15

Temos tomado, de forma decidida, outro grande passo para a vitória do Povo Maubere, uma certa e inevitável vitória enraizada na determinação inabalável do heróico e amado Povo Maubere. Esta vitória resulta do dom sagrado daquelas crianças que deram suas vidas defendendo sua pátria e é cimentado por ofertas generosas de sangue fértil de seus heróis.

20

Durante sete longos anos, Timor-Leste foi devastado pelo horror de uma guerra genocida, sustentada pela camarilha sanguinária de Suharto. Por sete anos, o Povo Maubere tem sido dizimado por seus executores indonésios, mas também provou ao mundo sua vontade indomável de derrotar o agressor bárbaro e afirmar seu forte e total repúdio à ocupação militar realizada pelo expansionismo colonial javanês.

25

Centenas de milhares de patriotas deram suas vidas para a nossa Pátria: a partir dos membros heróicos do sábio, intrépido e glorioso Comité Central da Fretilin, nomeadamente os nossos companheiros amados, Nicolau Lobato, Mau Lear e Bieky Sahe, guerrilheiros valorosos das Falintil; as dezenas de milhares de quadros da Fretilin formados pelas massas populares: idosos, crianças, mulheres, homens, jovens e adultos que não recusaram os sacrifícios que lhes foram exigidos.

30

Hoje continuamos a testemunhar, nos campos de concentração e nas montanhas de Timor-Leste, magnífico exemplo de patriotismo e abnegação dos filhos desta terra, plenamente conscientes de que suas mortes consolidarão nossa macha para a vitória.

35

Sob o manto de sangue que cobre o solo sagrado da nossa querida Pátria e sobre as cinzas dos seus mártires, o Povo Maubere, sua resistência armada e a liderança, depois de um período difícil e doloroso de campanhas que destruíram nossas bases de apoio, voltam a levantar a resistência armada.

40

Muitos dos melhores filhos de Timor-Leste mantiveram-se resolutos na intenção de lutar até o último homem e superar um período de dois anos de longa e crítica desorganização, vindos de todas as partes do território, reunidos em março de 1981, para a primeira Conferência Nacional. A nação foi reorganizada, as forças de libertação, reestruturadas e uma nova liderança nomeada.

45

Hoje, o fogo libertador de nossas armas foi reacendido em todo o território e a nossa presença política ampliou-se profundamente nos campos de concentração, garantindo a organização de sólida resistência popular. Em resumo, mudaram-se para um novo nível de controle político e militar do país.

50 O Povo Maubere está política, moral e militarmente preparado para resistir por tanto tempo quanto for preciso para expulsar o ocupante estrangeiro, criminoso e bárbaro de sua terra natal.

Os indonésios assassinos, cometendo todo tipo de barbaridades em Timor-Leste, em formas mais abomináveis, não tiveram nenhuma restrição a sua fúria em exterminar o
55 Povo Maubere. O agressor vândalo tenta em vão esconder do mundo milhares de casos de exílio, prisão, tortura, massacre, perseguição e ameaças constantes. No entanto, tudo isto constitui uma prova eloquente da crescente rejeição do novo ocupante da Pátria. A consciência Maubere e seu ódio mortal do inimigo aumentam e consolidam-se à medida que a repressão se intensifica.

60 As ações políticas e militares da gloriosa Falintil contra os criminosos soldados de Jacarta os tornam cada vez mais impotentes, tornaram-se uma enorme dor de cabeça para seus generais. A situação atual é de instabilidade para o inimigo e insegurança nas aldeias controladas pelo agressor. Esta situação significa que temos desenvolvido uma posição estratégica de contraofensiva.

65 Camaradas Membros do Governo Revolucionário da República Democrática do Timor-Leste, Patriotas de Timor-Leste!

Nós sabemos o quanto vocês se preocupam com a nossa pátria amada! Nós
70 sabemos o quanto vocês se preocupam com o futuro do nosso amado povo! Seja em países amigos ou estrangeiros, na realização do trabalho da luta ou nas outras circunstâncias, sabemos que seus pensamentos estão conosco, certo de que vocês têm confiança na força vital e inesgotável dos timorenses que encontraram uma nova maneira de lutar por nossa libertação.

75 Agradecemos seus esforços incansáveis na difícil tarefa de mudar a opinião pública mundial a favor da nossa luta. Sabemos de seus esforços para solicitar, a partir de países amigos e dos governos, dos aliados naturais e das nações anticoloniais, dos amantes da paz e do progresso, o apoio necessário para exigir que o governo fantoche de Jacarta implemente as resoluções imediatas da ONU em Timor-Leste. Seguimos, apesar das
80 circunstâncias difíceis da nossa liderança de luta, os seus esforços para garantir e consolidar nossas vitórias no campo diplomático contra o agressor bárbaro.

Ombro a ombro. Unidos pela mesma fé na vitória e mesmo objectivo sagrado de libertar a nossa Pátria e pessoas queridas, vamos continuar a realizar as nossas tarefas nas diversas frentes da luta com o aumento do compromisso. Vamos remover todos os
85 obstáculos, superar as cada vez maiores dificuldades e vamos sempre enfrentar novas exigências, porque a luta continua, mais difícil e sem trégua, nas aldeias e montanhas de Timor-Leste e em todas as frentes!

90 Pátria ou morte!
Resistir é vencer!
Presidente do Conselho [CRRN]
Kay Rala Xanana Gusmão
Comandante-em-chefe das Falintil
Sede CRRN em Timor-Leste, 12 out 1982.

DISCURSO II

Mensagem de 2 de Janeiro de 1985

5

Das azuis montanhas de Timor-Leste e com a mais profunda emoção, em nome do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, saúdo, na pessoa do camarada chefe da delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior, Camarada Abílio Araújo, os queridos membros do Comité Central e todos os companheiros da DFSE. Em nome do heróico e martirizado Povo Maubere e das gloriosas FALINTIL, saúdo com uma redobrada confiança Povos e Governos que desinteressadamente vêm apoiando a justa causa do Povo de Timor-Leste. Em nome ainda da FRETILIN, saúdo com imensa gratidão todos os Partidos e Organizações de diversas índoles, Comités de Apoio e Associações de Amizade, pela firme solidariedade que mantiveram para com a nossa luta. E é com incontível orgulho Maubere que envio uma saudação especial ao Reverendo Monsenhor D. Martinho Lopes pela sua abnegada posição de intransigente defesa dos direitos do Povo de que é filho e da sua Pátria. Também me dirijo a todos os filhos de Timor-Leste que no exterior acompanham e lutam com fervor patriótico a marcha sangrenta de 9 anos para libertação da Pátria.

Hoje, damos início a uma nova etapa de comunicação com o exterior, etapa também difícil nas difíceis condições de resistência contra ocupação militar da poderosa Indonésia. Este acontecimento constitui um dos mais consideráveis saltos qualitativos alcançados após a Reorganização da luta, em Março de 1981. Este facto constitui também o fruto destes altos sacrifícios do nosso Povo e dos abnegados militares das diversas Frentes de Resistência, com especial referência ao esforço dos combatentes e amigos internacionalistas, bem como reflexo da inquebrantável determinação da Direcção da Luta. O desenvolvimento desta importante Frente da luta, sempre esteve intimamente ligado à situação interna da Resistência. De 76 a 78, no período das Bases Populares nas montanhas, funcionava a emissora RDTL. Após a perda das seis Bases de Resistência, veio um longo período de adaptação à fase de guerrilha, de estudo e de recuperação gradual das condições básicas para prosseguirmos a guerra, período que culminou, finalmente, com a Reorganização do País.

A todos quantos ainda acreditem numa desde sempre desejada exterminação da FRETILIN, prometida e reprisada pela boca de Benny Murdani, provaremos mais uma vez a capacidade das gloriosas FALINTIL de prosseguir a guerra por mais quantos anos Jakarta estiver disposta a suportá-la. Ao mesmo tempo, persistimos na via correcta de solução do conflito com base no mútuo respeito pelos interesses de cada parte.

Remontando-nos mais concretamente ao ano que findou, faremos uma breve síntese do que foi a luta no plano interno. Mas porque tudo quanto for dito com respeito a mais este ano de guerra não pode estar desligado do levantamento armado de Agosto de 83 vamos começar por recordá-lo:

O levantamento armado manifesta-se como uma posição de veemente repúdio à malograda tentativa de Jakarta de encobrir um processo de diálogo, que tão somente demonstrava a importância dos seus generais e, como repúdio também à irracionalidade dos convites à rendição e das promessas de amnistia após oito anos de resistência. Por outro lado, foi energética e decisiva resposta às manobras perpetradas por Purwanto e Carrascalão e às eufóricas declarações do Senhor Bill Morrison.

50 A FRETILIN provara que estava disposta ao diálogo sempre que fosse conduzido numa base de igualdade e mostrara também que só aceitava conversações sob os auspícios da ONU e com a participação das demais partes interessadas.

O levantamento armado de Agosto de 83 veio não só desmentir a falsa ideia de que o facto de a FRETILIN aceitar sentar-se à mesa com as autoridades de ocupação significava sinal de fraqueza, como mais essencialmente, provar que o Povo Maubere
55 estava preparado política, moral e militarmente para prosseguir a resistência sempre consciente do poderio da Indonésia.

O levantamento armado provocou um grande susto a Benny Murdani, tão grande que general indonésio não se cansava de assustar a si mesmo, vociferando ameaças sem fim e prometendo exterminar a FRETILIN com todos os recursos disponíveis.

60 Numa operação de emboscada a uma pequena coluna de guerrilheiros, uma companhia do RPKD conseguiu após 8 horas de duro combate capturar 6 armas: 1 AR-15, 2 G3, 2 MU2 e 1 SKS, tendo causado a morte aos combatentes da coluna: 1 Quadro Militar Regional, 1 Comandante de Companhia e 8 combatentes.

Adiada por motivos de segurança a finalmente pressionada vinda em Julho do
65 Embaixador Australiano, não sem antes ter mandado montar um dispositivo de segurança em toda a rodovia Norte, desde Lautém a Fatu-Ahi. Em 83, o senhor Bill Morrinson, segundo as suas declarações, pôde conhecer mais Timor-Leste do que 90% dos seus absolutamente controlados e infelizes habitantes. Hoje, a dita controlada população de Timor-Leste continuar feliz por morrer pela sua Pátria às mãos dos seus carrascos.

70 As idôneas declarações do fantoche “gubernur” dizendo também que a FRETILIN deixar de existir como força política. Hoje, é um Mariano Lopes quem está encarregado de percorrer as vilas e os “sukus” a insistir junto da população para deixar de participar na Resistência, visto que a FRETILIN já perdeu na ONU. Também Purwanto augurava o fim próximo da Resistência da FRETILIN e uma irremediável situação de rendição maciça
75 por falta de munições.

Ao iniciar 85, o seu frustrado sucessor só pôde lamentar-se das pesadas baixas dos seus Batalhões e da perda de muitas armas sofisticadas. O levantamento armado não nos trouxe nenhum paiol, é certo, mas também não é menos verdade que não será tão cedo que se cumprirão os vaticínios dos inteligentes generais de Jakarta. As FALINTIL contam
80 unicamente com a sua capacidade de resistir a uma guerra prolongada, imposta por Jakarta. À sua estratégia de guerra de desgaste, com a aplicação de contra-guerrilha, as FALINTIL respondem com a guerra de aniquilamento. À sua intenção de exterminação rápida da FRETILIN com a aplicação de grandes operações, as FALINTIL opõem com a guerra prolongada, no plano estratégico, e com a guerra de decisão rápida no plano táctico-operacional.
85

Não podemos fixar o número exacto das baixas inimigas. Todavia cremos bem, ultrapassam as seis centenas, entre mortos e feridos.

Em 84, e desde Setembro de 83, a despeito do potencial militar utilizado e do grande efectivo empenhado para exterminação rápida da FRETILIN, os guerrilheiros souberam
90 ripostar com decisão e energia as ameaças de Murdani. Os sucessivos ataques dos guerrilheiros a posições inimigas instaladas nos campos e nas vilas anularam no essencial o objectivo de Jakarta, remetendo as tropas ocupacionistas à preocupação dominante, de defender a sua zona e assegurar as estradas, colocando as autoridades militaristas de ocupação na incapacidade política de agarrar na “estabilidade e segurança” como condição
95 em que se assentava o dito desenvolvimento, e, reduziram os canhões, morteiros e caças a uma desesperada acção de bombeamentos inúteis. Aliás, o próprio General Benny Murdani reconheceu implicitamente que a FRETILIN não fora exterminada durante a sua grande ofensiva.

100 Em Julho de 83, o senhor Bill Morrison declarava que “os guerrilheiros eram pouco mais ou um pouco menos de 500”.

Em Novembro do mesmo ano, o fantoche “gubernur” informava que as forças Indonésia teriam restaurado a tranquilidade em todo seu “Tim-Tim”.

105 Em Dezembro de 84, Benny Murdani estimara para 700, e se é verdade que este general quer insinuar que os guerrilheiros são somente os familiares dos guerrilheiros, Benny Murdani chegou à triste e lógica conclusão de que para nada serviu o seu poderio militar, pois nem os caças nem os seus Batalhões puderam, pelo menos, matar os familiares desarmados dos guerrilheiros. Nas montanhas, ou melhor dito, nas matas de Timor-Leste, as FALINTIL ASWAIN souberam pôr em prática o seu saber e o seu espírito de combate adquiridos em todos estes anos, exercendo assim sobre o inimigo a sua

110 capacidade de decidir a vitória em cada batalha, capturando o material adversário. Na Ponta Leste, cinco Companhias das FALINTIL fizeram, no conjunto, 133 operações.

Na Região Central, 77 operações para as 4 Companhias ali colocadas.

115 E na Fronteira, 26 pela Companhia ali destacada e 14, pelo Destacamento Ocidental de Guerrilha.

No total, os guerrilheiros capturaram 152 armas ligeiras e 4 metralhadoras, sendo 65 AR15, 20 HERSTAL de 5,5 mm e de coronha móvel, 28 MU2, 12 G3, além de HK, SKS e LE e outros. Das 4 metralhadoras, 3 HERSTAL de 5,6 mm, usando fitas e carregadores.

120 1984 foi o ano em que, apesar da decisão de exterminar a FRETILIN, o impotente agressor teve que assegurar a defesa de determinados pontos, com efectivos de uma ou mais de uma Companhia.

Se Benny Murdani ainda não está satisfeito com seu insucesso em todo 84, e por isso mesmo, só nos fica a obrigação de capturar ainda mais armas e de matarmos ainda

125 mais soldados indonésios. Talvez mesmo assim, o general indonésio não se disponha a ficar totalmente satisfeito, mas este fato não nos fará esmorecer, antes pelo contrário, será motivo bastante para persistirmos na exterminação da soldadesca ocupante. O que é verdade é que o grande general Benny Murdani assustou-se de novo pelo grande número de baixas que as FALINTIL impuseram aos seus Batalhões, e assustou-se ainda mais com

130 a capacidade dos guerrilheiros de capturar armas sofisticadas como AR15, HERSTAL e HK em maior quantidade que em todos estes anos de fase de guerrilha. Os seus soldados já não querem mais morrer, procuram contacto com os guerrilheiros. Benny Murdani vê a guerra em termos de quantidade do seu arsenal, já os seus soldados vivem a guerra segundo o peso da capacidade da ofensiva das FALINTIL. Benny Murdani faz a guerra

135 em termos de empenho de Batalhões, mas os seus soldados já temem a guerra, porque estão sujeitos a morrer, sabendo que cada vez ele será mais difícil resolvê-la.

Benny Murdani, apesar de ter afirmado semanas atrás que espera resolver a guerra dentro de algum tempo, sabe que apenas resolveu um problema com outro problema e o tempo corre somente a favor da FRETILIN e do Povo Maubere. A FRETILIN e o Povo

140 Maubere não têm pressa. Quem tem pressa é Jakarta e Jakarta, se pensa resolver a guerra pela guerra, deverá continuar a consentir mais perdas do seu sofisticado armamento e mais baixas por parte dos soldados indonésios.

Se o mundo deseja realmente ver resultados palpáveis de destruição, para poder reconhecer que a Resistência é um facto, deste modo continuaremos a destruir a falsa

145 imagem de “estabilidade e desenvolvimento” que o escasso número de barracas de bambú com cobertura de zinco parece sugerir. Para algumas pessoas, o dito desenvolvimento é medido pelas míseras barracas de zinco, e vamos continuar a destruí-las para construirmos a Nação Timor. Por causa do perigo de exterminação pela fome, a FRETILIN consentiu,

em muitos casos, a existência de campos de concentração da população organizados ao longo das rodovias, permitindo o mínimo necessário para sua sobrevivência. Mas, nem este facto melhorou as condições da população que hoje não consegue produzir para além de 500 a 800 metros fora do campo, por força da limitação do terreno e das recentes reduções das zonas de cultivo. Não é a FRETILIN que provoca a fome, é a guerra imposta pela Indonésia. Muitos indivíduos não querem acreditar no apoio político que a FRETILIN detém junto à população de Timor-Leste. Foi necessário agora, e com a participação consciente do abnegado Povo de Timor-Leste, mostrar e identificar a verdadeira face da guerra: destruição, fome e miséria. Nós não aumentamos o sofrimento do Povo de quem somos filhos. O Povo de Timor-Leste já consentiu inúmeros sacrifícios e nós estamos orientados só e unicamente a conduzir com correcção e firmeza os seus incontáveis sofrimentos em todos estes nove anos de guerra da Resistência Nacional. O verdadeiro sofrimento do Povo Maubere é a presença do vândalo ocupante, presença e dominação que negam o seu direito de viver livre e em paz, e os crimes em Timor-Leste não acabaram, enquanto os indonésios permanecerem na nossa Pátria.

Informações recebidas em Outubro último, através de um elemento de nome Domingos Pinto, do campo de Klarelek Mutin, que fugiu em Talikele Laran, a Oeste da foz da ribeira de Luka, para onde fora levado pelos “naga las” para ser ali morto com um velho de cerca de 60 anos, de nome Funi-Loi, o qual não conseguiu livrar-se da morte, dão conta de que as atrocidades sobre a população de Krarás aumentaram a partir de Julho, incluindo mulheres e crianças, familiares dos guerrilheiros e principalmente sobre os homens fortes, de tal maneira que hoje em Klarelek Mutin só tem mulheres e alguns velhos, como sobreviventes da cruel repressão .

A população de muitos campos à volta de Same e com maior incidência no de Tutuluru, também é só constituída de velhos e mulheres. Todos os homens fortes foram massacrados até hoje. Crimes e só crimes, mas nem mesmo assim conseguem abafar a consciência patriótica da indefesa população de Timor-Leste. A nova onda de prisões, torturas e massacres sobre a população de Bukoli, Kairabela e Vemasse, a partir de Maio; prisões indiscriminadas em Same, Atsabe e Ainaro, em Março e Junho; prisões, torturas e desaparecimentos em Baduro, Moro, Leuro, Assalaino, Cepelata e Lospalos, em Agosto; aprisionamentos de mais familiares dos guerrilheiros em Ossú, Nahareka e Uaibobo para Vikeke e, em Kelikai, Uailili, Loiborouai e Venilale para Baukau, em Setembro, e novas prisões em Bagueia e Uato-Karbau, no mesmo mês, a nova repressão sobre a população de Maluro-Loré; em Outubro, as prisões e os espancamentos, em quase todo o lado e continuamente, demonstram que a verdadeira causa dos sofrimentos do Povo Maubere é a contínua ocupação militar da Indonésia.

Por tudo isto, somos de opinião de que, para se comprovar a verdadeira situação de Timor-Leste, só a entrada de observadores independentes poderá permitir tanto à ONU como a todo o Mundo, um conhecimento objetivo sobre a total repúdio do Povo Maubere à presença odiosa das forças de ocupação. O bloqueio imposto a Timor-Leste e as sujas manobras de Jakarta constituíram e constituirão sempre um obstáculo para uma constatação real da vontade do povo de Timor-Leste. A constante recusa de entrada de observadores independentes só demonstra que Jakarta teme enfrentar a verdade e a verdade é que, em todo lado, desde Díli até ao campo mais retirado no interior; desde aquele que mora numa casa de alvenaria àquele que dorme no chão da sua miséria; desde aquele que sabe falar o português ao que só sabe o seu dialeto; desde o jovem que anda na escola ao adulto que ainda masca o bétel para enganar a fome, o Povo Maubere está em qualquer momento preparado para receber uma Missão de Investigação séria e responsável. Pensamos ainda que para uma verdadeira e integral capacidade de qualquer Missão de investigação devem ser observados os seguintes pontos:

- 200 1. Não participação das autoridades ocupacionistas, cuja presença intimida a população e quaisquer outros elementos que irão prestar declarações.
2. Participação obrigatória dos DPR, BUPATIS e CAMATS, naturais que estão desejosos de contribuir para confirmar os dados fornecidos pela população.
3. A Missão de Investigação ser acompanhada pelo Monsenhor Felipe Belo.
- 205 4. Estabelecimento de um período mínimo de um mês, para poder percorrer de carro, as vilas e os campos de concentração. Período que permitirá conhecer a situação sob todos os planos:
- a) Político – se o Povo Maubere aceita ou repudia a presença criminosa das forças ocupacionistas, e se Povo Maubere vive feliz ou sob um clima de permanente terror.
- 210 b) Militar – o efectivo indonésio empenhado nas operações e o efectivo empenhado na defesa das suas zonas provisoriamente ocupadas, o efectivo, o armamento e o controle das FALINTIL.
- c) Económico – a situação de miséria e de fome, as reduzidas zonas de produção, o recurso normal aos tubérculos espontâneos, as barracas de fome, as prevenções, os
- 215 “Surat Jalan” e os estragos feitos pelas tropas indonésias às hortas da população, etc.
- d) Social – o raquitismo, a tuberculose, a malária, o bere-bere, que assolam a população que não é assistida. Os dados desde Dezembro de 1975 ao mais recente, revelam, em cada campo de concentração, prisões indiscriminadas, torturas brutais, contínuos massacres, desaparecimentos e permanente repressão, assim como as
- 220 dezenas de pequenos Ataúros escondidos no interior do País e ainda locais cheios de ossos de recentes massacres.

A FRETILIN pensa que só assim poderão recolher-se dados objectivos e sérios sobre a verdadeira situação de Timor-Leste e do seu Povo. As afirmações propagandistas de Jakarta são pura e simplesmente desmentidas pela constante obstrução à entrada de observadores idôneos. Já o fantoche “gubernur” afirmava em Julho de 83 que, em 84, o seu “Tim-Tim” estaria aberto a turistas. Um ano após a grande ofensiva de Benny Murdani, nós estamos convictos de que, nem em 86, Timor-Leste estará em condições de receber turistas. Talvez Oe-Cusse, se algum turista mais afoito puder livremente contactar a população, essa população de Oe-Cusse informá-lo-á que se encontra organizada e que, em consciência, acompanha e participa na Resistência contra a ocupação indonésia e pior ainda, é que, ali, em Oe-Cusse, embora longe da guerra, há perseguições, há prisões e espancamentos. Porque, a partir de Outubro findo foram preparados em cada concelho e lançados para os campos de concentração mais de 200 agentes da polícia política, ao mesmo tempo, elementos do “Golkar” para as investidas eleitorais de preparação para 1987.

Lembramo-nos de que Jakarta muito gosta de afirmar que o Povo de “Tim-Tim” ao “exercer o seu direito de voto em 82” provou que escolhera a integração. Esta ridícula afirmação é simplesmente uma ignóbil propaganda de Jakarta, montada e imposta pelas autoridades militares de ocupação, para além das questões de fraude que ocorreram no dito “exercício do voto”. Primeiro, porque ao PDI e ao PPP foi-lhes dado ultimar uma falsa propaganda em Díli e, segundo, porque em todo o resto do País eram os oficiais do “Kodim” que faziam circular a propaganda do “Golkar”, pois que, no dia das eleições estavam presentes os enviados do “Kodim”, igual a, enviados de “Golkar”. Repetimos, para que fique bem claro, não tendo em conta estas questões de fraude que não vêm ao caso, na medida em que o povo de Timor-Leste não é indonésio, há a apontar o seguinte facto interessante porque, do seu lado grotesco, é revelador da “vontade popular” tão propalada.

Neste momento, o “Golkar” está iniciando a sua cobertura por todos os campos com
 250 novos métodos para assegurar desde já, desde 1985, que “Tim-Tim” seja mais uma vez
 seu forte bastião. E, em 1982, duas semanas antes, os enviados dos oficiais do “Kodim”
 insistiram durante o treinamento para que a população deixasse de acreditar no PDI, no
 PPP e na FRETILIN e, sem excepção deveriam votar pelo “Golkar”. Hoje, dois anos antes
 das eleições, as mesmas palavras já merecem o mesmo tom: – Não acreditem na
 255 FRETILIN; a FRETILIN já perdeu na ONU; deixem de participar na Resistência; todos
 deverão votar pelo “Golkar” e ai daquele que não fizer, conhece bem os “bapas” quando
 eles se irritam. E desde Outubro, mesmo antes, têm vindo a repetir as ameaças pelo interior
 do “Tim-Tim”, acentuando que, eles sabem que a população participa da Resistência e
 acrescentando que isto “deve ser derivado da situação de fome e miséria, pelo que a todos
 260 os postos que tornarem a votar pelo ‘Golkar’ em 87, serão dadas 220.000 rupias para a
 população comprar o que comer”.

Se em 82, os guerrilheiros puderam apenas boicotar as eleições somente nalguns
 locais, em 87, a FRETILIN tem a certeza de que estará presente, não menosprezando a
 possibilidade de um novo reforço com mais 15 ou 20 Batalhões e o emprego de todos os
 265 demais recursos para exterminar a FRETILIN. Nós respondemos que as FALINTIL não
 se intimidarão uma vez mais ou alguma vez que seja com as novas ameaças.

A contra-guerrilha territorial não teria sentido, se o Povo de Timor-Leste não
 repudiasse a integração e não participasse de facto na Resistência. Os esforçados
 estratégias do “Tim-Tim” dirão, até que sejam desbastadas todas as grutas, para não
 270 haver mais locais onde os guerrilheiros possam refugiar-se, talvez assim possam provocar
 uma exterminação por insolação. Já um esperto tenente, Comandante do “Kodim” de
 Lospalos, em 80, ao querer forçar os familiares da população de Iliomar que resistiam no
 mato, depois de ter conhecimento que os guerrilheiros se abasteciam do sagú de palmeira,
 enquanto na vila se passava fome, ordenou à população daquela vila para que abatesse
 275 todas as palmeiras daquela extensíssima zona.

Sob o cano das armas de uma Companhia de “Brimog” para segurança, a população
 foi totalmente mobilizada contra sua vontade. Ao cabo de uma semana, tinham sido
 abatidos pouco mais de 50 pés de centenas de milhares que ali cresceram sem parar,
 enquanto que as catanas se partiram todas. O ingénuo plano de forçar a rendição da
 280 população da Resistência parou por ali e foi substituído pelas operações de grande
 envergadura em 80, 81 e 82, exterminaram sem dó nem piedade a população indefesa da
 Resistência, pertencente a Iliomar, ficando reduzida a pouco mais de 500 elementos. Mas
 ainda hoje, os Batalhões indonésios desbastam os coqueirais, os pés de fruta-pão e de jaka;
 e as bananeiras num desesperado esforço de exterminar a FRETILIN pela fome. E ao
 285 mesmo com o Povo Maubere nos campos de concentração e nas vilas, sob pretexto de
 aproximações da FRETILIN para contactar com a população ou para os ataques aos seus
 postos. As forças ocupacionistas arrancam as bananeiras; abatem as papaieiras; tudo,
 porque se sentem demasiado inseguras; ordenam a colheita do milho ainda tenro, senão
 mesmo mandam cortar o milheiral como aconteceu em Vikeke, Laleia, Vemassee, Rade
 290 Uma, Kelikai, Natarbora, Venilale e em muitos outros lados.

Por seu turno, aos guerrilheiros da FRETILIN, coloca-se o dever de melhorar ainda
 mais a sua capacidade de combate e esforçar-se sempre por exterminar o poderoso inimigo
 em cada operação concreta, e recuperar o seu sofisticado armamento para continuarmos a
 existir. É este o espírito que move as FALINTIL ASWAIN, no novo ano que começa.
 295 Sabemos e estamos conscientes de que fazemos a guerra contra uma poderosa Nação, mas
 estamos e continuaremos determinados a enfrentar todo o arsenal de guerra da Indonésia
 até o último momento: A LIBERTAÇÃO DA NOSSA PÁTRIA.

300 PÁTRIA OU MORTE, a palavra de ordem que só deixará de ecoar pelas montanhas azuis, pelas ribeiras caudalosas, pelas cordilheiras e pelos morros, pelas planícies e pelas encostas, pela extensas matas e pelas vilas e Timor-Leste provisòriamente ocupadas, quando o Povo Maubere tiver deixado de existir.

305 Em nome do sacrificado Povo de Timor-Leste, apelamos a todos os povos, Governos e Instituições amantes da Paz e da justiça para que sejam consideradas as propostas de solução apresentadas pela FRETILIN, para pôr termo à criminosa ocupação de Timor-Leste.

Manifestamos nosso veemente repúdio a toda e qualquer posição tendenciosa que Portugal esteja ou venha a assumir e ao facto de sobrepor as questões de ordem humanitária ao direito fundamental do Povo Maubere à auto-determinação e Independência Nacional.

310 A base da constante violação dos direitos humanos reside no facto de que a presença criminosa e ilegal das forças indonésias só pode ser mantida com a repressão e o crime, pois que, o Povo de Timor-Leste rejeita a integração e continua resistindo sob todos os meios ao seu alcance.

315 Exigimos por isso mesmo ao Governo Português, para, no espírito da Resolução da ONU, cumprir com rigor e decisão e as suas obrigações para com Timor-Leste.

320 Apelamos a todos os Movimentos Nacionalistas de Timor-Leste, para um esforço idóneo e global, a fim de acertar com a FRETILIN uma base comum e duradoira de entendimento pela formação de uma Frente unida para a Libertação da Pátria, tendo também em vista a formação de um Governo de Unidade Nacional, durante o período de transição até as primeiras eleições gerais.

Finalmente, a todos os filhos deste Povo destemido, espalhados estrangeiro, apelamos para uma cada vez maior tomada de consciência e sentido de responsabilidade pelos destinos da nossa terra – TIMOR-LESTE.

325 PÁTRIA OU MORTE!
RESISTIR É VENCER!
A LUTA CONTINUA EM TODAS AS FRENTES!

330 Quartel General do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, em Timor-Leste, aos 2 de Janeiro de 1985.

335 KAY RALA XANANA GUSMÃO
O comandante-em-chefe das FALINTIL

DISCURSO III

Mensagem de 20 de Maio 1987

5 Camaradas e Companheiros de luta,
Querido Povo Maubere,

10 Treze anos são passados e numa data igual à de hoje, em 20 de Maio de 1974, um grupo de decididos e corajosos combatentes da Pátria soube magnificamente interpretar as profundas e supremas aspirações de todos nós. O chão sagrado dos nossos knuas, em cujas muralhas guardávamos as relíquias das nossas tradições históricas e em cujo centro se erguiam as “uma lulik” fortalecendo a consciência patriótica de um povo, encontrou a sua expressão legítima na ASDT- FRETILIN, que reuniu, à sombra da sua Bandeira, os Knuas dispersos pelas extensas planícies, aos verdes alcantilados da nossa Pátria, pelos
15 arrozais ribeirinhos, às íngremes encostas das nossas montanhas, escarpado mar da Costa Sul às cálidas praias do Norte, do sol despontando em Jaku, ao entardecer do Oé-Kussi Ambeno.

Em lugar do gondoeiro sagrado que crescia protegendo com as suas copas os nossos knuas mais recônditos e firmando as suas milhentas raízes pelo leito dos regatos e
20 ribeiras do nosso País, a alva estrela de 20 de Maio refulgia nos picos enevoados da majestosa Cordilheira de Tatamailau.

Uma estrela que indicava a luz da verdade, que traçava o caminho da liberdade e apontava para o destino do direito, e o imponente Ramelau, representando a vontade a força e a determinação de um povo, em unidade indissolúvel, da consciência de um povo
25 e da certeza de uma Pátria.

20 de Maio de 1974, um dia de evocação histórica, um dia grande para o Povo Maubere, um dia singularmente importante na História, que se tornou a história da guerra independentista, na história que se faz história ao cobrir novas páginas de uma corajosa
30 resistência.

Camaradas e compatriotas de Luta!
Povo Aswain de Timor-Leste!

20 de Maio não aparece na História do Timor-Leste como um dia qualquer, 20 de Maio adquiriu um significado especial, porque representa a confirmação dos feitos
35 gloriosos dos nossos valorosos antepassados, a consolidação da consciência de Pátria e a mudança é necessária e irreversível para um futuro que cabia a todos nós assegurar.

Estamos hoje em 20 de Maio de 1987, na fase mais aguda da guerra de ocupação Indonésia. Comemoramos o 20 de Maio com lágrimas nos olhos, lembrando os heróis tombados na resistência armada e pensando nas vítimas inocentes dos massacres que
40 continuam cometendo os assassinos e cobardes invasores da nossa Pátria. Comemoramos o 20 de Maio, o 13º aniversário da fundação da ASDT- FRETILIN, com o sangue vibrando novas energias, com o corpo alimentando novo ânimo e com a mente revigorando a nossa determinação de continuarmos fiéis ao pensamento de 1974. Defenderemos até a última gota de sangue a sagrada parte do POVO MAUBERE! Defenderemos até o último homem
45 o direito inalienável que nos contempla de gerirmos o nosso próprio destino.

Treze anos no destino do povo de Timor-Leste, marcados inicialmente por discórdias internas, os quais estão sendo regados com o sangue generoso que continua a verter em defesa de um direito internacional que também assiste ao povo de Timor-Leste como a qualquer povo do Mundo.

50 Camaradas! Após dezenas de anos de completo domínio colonial português, 20 de
 Maio foi uma virada histórica do sentimento latente do Povo Maubere, 20 de Maio
 significou a ruptura das relações coloniais que nos prendiam a Portugal, 20 de Maio fez
 renascer no íntimo de cada um de nós a promessa da Libertação, fez despontar a esperança
 de um porvir que se estendia às nossas mãos e exigia muito sacrifício a todos nós os
 55 verdadeiros filhos de Timor-Leste.

20 de Maio quebrou os vínculos retrógrados da escravatura colonial na nossa
 Pátria, 20 de Maio representava o deflagrar de um destino glorioso e difícil, 20 de Maio
 uniu as consciências dispersas e consolidou o espírito patriótico, 20 de Maio deu um
 verdadeiro carácter nacional às aspirações do Povo de Timor-Leste, 20 de Maio deu um
 60 verdadeiro sentido político às insurreições que encheram de sangue as páginas de nossa
 História! 20 de Maio não prometia sol nem luz, nem alegria ou festa; 20 de Maio afirmava
 LUTA, 20 de Maio pedia ESFORÇO, 20 de Maio exigia VONTADE, 20 de Maio requeria
 SACRIFÍCIO e 20 de Maio exprimia DETERMINAÇÃO!

Treze anos volvidos, podemos afirmar que cumprimos! O Povo de Timor-Leste
 65 não negou, em situação alguma, o seu empenho em defesa do seu direito! O Povo Maubere
 está armado de um desejo inabalável de vencer! O Povo Maubere aceitou, aceita e
 continuará a aceitar o sofrimento e a morte para salvar a Pátria! E o povo de Timor-Leste
 persiste abnegadamente na luta até a retirada total das forças assassinas indonésias!

20 de Maio separou dois capítulos da nossa História. Terminou com período de
 70 ignomínia e servidão colonial e determinou a actual etapa de Libertação Nacional... num
 período difícil, um período doloroso da nossa existência como povo, um povo que já
 demonstrou há onze anos e meio que é capaz de segurar por si e sozinho as rédeas do seu
 destino.

Patriotas e nacionalistas! Filhos de Timor-Leste!

75 Há treze anos, em 1974, 20 de Maio já apontava para a necessidade de unir todos
 os filhos de Timor-Leste. Há treze anos, em 1974, 20 de Maio já existia na unidade como
 condição para a vitória!

Ao longo destes dois anos, a estrela branca da FRETILIN continuava a dirigir os
 80 seus raios para unir as consciências, para unir as vontades e para unir a LUTA. Treze anos
 depois, em 1987, podemos verificar que a estrela de 20 de Maio brilha mais intensamente
 que nunca, porque conseguiu unir num só corpo, num só querer, numa só força, numa só
 determinação e num só objetivo, um só povo, o POVO MAUBERE e uma só Pátria,
 TIMOR-LESTE! Treze anos depois, em 1987, podemos afirmar com convicção que a
 85 estrela branca da FRETILIN redimiu os erros de um passado turbulento, extraiu as lições
 das cinzas de destruição, reergueu e forjou a UNIDADE NACIONAL, sobre o
 pensamento de 20 de Maio!

Querido Povo Maubere! Mil vezes heroico Povo de Timor-Leste!

90 Desde Setembro de 1975, que suportamos uma cobarde e bárbara agressão à nossa
 Pátria e, há 11 anos e meio, resistimos à criminosa ocupação militar Indonésia e à
 vandálica repressão sobre o Povo Maubere. Onze anos e meio de guerra em que o esforço
 dos sanguinários generais de Jakarta foi sempre o do silenciar a resistência armada,
 95 também tiveram o objectivo de amordaçar definitivamente o POVO de TIMOR-LESTE.
 Da vergonhosa invasão, assinalada pelo 7 de Dezembro de 1975 à gradual ocupação das
 principais vilas do nosso país, em 1976, desde as profundas “raids” ao interior das nossas
 bases de apoio em 1977, às assassinas campanhas de cerco e aniquilamento, em 1978, o
 agressor buscava resolver a guerra pelo total controle da população.

Desde as operações de retalhamento e perseguição, em 1979, às campanhas de cerco com a mobilização forçada da população, em 1981, desde as operações de batida e limpeza, em 1982, à ofensiva de grande envergadura, em 1984, (ofensiva na qual Beni Mordani despejou toda a sua capacidade assassina pelos Tiger e pelos Bronkos, pelos helicópteros e pelos barcos, pelos tanques e canhões e por mais de meia centena de batalhões que encheram a nossa Pátria de cadáveres indonésios), desde o retorno desesperado à mobilização forçada da população, em 1985, à contra-guerrilha territorial, em 1986, a estratégia de Jakarta sempre foi a de exterminar os guerrilheiros da FRETILIN.

Mas estas renovadas operações estratégicas do Beni Mordani não bastaram, porque tanto ele como seus comparsas assassinos sabem bem que, quando do primeiro gatilho nas suas armas, os guerrilheiros falam somente a linguagem do Povo Maubere. Quando abatem a soldadesca ocupante, os guerrilheiros exprimem somente a vontade do POVO DE TIMOR-LESTE, porque como seu braço armado, os guerrilheiros representam apenas um aspecto da resistência à vil ocupação indonésia.

Assim, vimos que desde o violento massacre de Díli, em Dezembro de 1975, ao extermínio provocado durante as campanhas de 1978, desde os horrorosos massacres aquando da captura da população, à grande lotação nas prisões em todo território em 1979; desde os desaparecimentos maciços que se prolongaram até 1980, à grande vaga de desterrados em 1981, desde a nova onda de arrestamentos, em 1982, aos brutais massacres dos fins de 1983, desde o maior desmantelamento registado em 1984, com prisões, massacres e desterrados, aos sucessivos e constantes massacres em 1985 a 1987, a outra face da estratégia de Jakarta sempre de intimidação com o crime, de aterrorizar com as armas e subjugar pela repressão, um povo que repudia com toda a alma a presença dos ocupantes a quem se opõe com todas as forças.

Onze anos e meio de barbárie, onze anos e meio dos mais selváticos crimes não foram bastantes nem outros tantos o serão para sufocar um povo pequeno e abandonado e, muito menos, foram capazes de abafar a consciência patriótica de um povo destemido e entregue a si mesmo! Estes onze anos e meio também não foram suficientes para acabar, como proclamam aos quatro ventos os ditos e repetidos, com os “50 fugitivos ao extremo da Ilha”. Ao sol e à chuva, ao vento e ao frio, nas dificuldades, nas prisões, nos combates e nas hortas, nos campos de concentração, nas montanhas, nas marchas e nos “goton-royong”, cada filho de Timor-Leste continua com os olhos fixos na estrela branca de 20 de Maio que alumia a difícil e sinuosa caminhada do POVO MAUBERE na direcção à VITÓRIA CERTA E INEVITÁVEL!

O pensamento de 20 de Maio permanece tão vivo como foi proclamado em 1974 e a sagrada palavra de ordem “MATE KA MORIS LIKUN RASIK AN” continua vibrando na mente e pulsando nas veias de todos os cidadãos de TIMOR-LESTE!

Companheiros de LUTA!
Mil vezes querido POVO MAUBERE!

As lições históricas que devemos retirar destes treze anos de sangue, de morte e de sacrifícios são as seguintes:

1ª - No plano do pensamento, devemos situar sempre nosso processo de Libertação Nacional, dentro das suas condições próprias, dos condicionalismos próprios e específicos, na situação actual de cada momento, não devemos esquecer nunca que se a nossa acção, a nossa constância e a nossa firmeza actuam como força geradora do novo, tudo quanto se envolve no seu crescimento desempenha um papel imprescindível e decisivo. Só com uma acertada compenetração das relações conjunturais, evitaremos

tomadas de posição perniciosas em que sobrevalorizamos as nossas capacidades e nos alimentamos de fulgores contra-producentes.

2ª - No plano de relacionamentos, é necessário que saibamos discernir devidamente entre aquilo que apoia e o que não favorece, entre indiferentismo e os interesses, entre político e económico, entre os que podem e os que não querem e que saibamos referenciar sempre esse conhecimento nas complexas relações que se estabelecem entre eles todos e entre eles e nós. Isso evitará erros de cálculo, às vezes pesados demais para os nossos ombros e grande demais para podermos corrigi-los a tempo.

3ª - No plano da luta, é necessário garantir a unidade de todos os filhos de Timor-Leste, porque a nossa Pátria só é forte quando alimentada pelo suor de todos nós, este é o princípio que não devemos esquecer, tanto hoje como no futuro.

4ª - No plano estratégico, conhecermos com clareza todos os aspectos das forças contrárias na relação com as nossas imensas dificuldades. Só esta medição constante e apurada entre o que podemos e o que não podemos fazer impedirá que nos deslizemos para passageiros e infundados euforismos, estados de ânimo nefastos que, frente aos grandes obstáculos, conduziram os mais fracos à desilusão e ao derrotismo.

5ª - No plano tático, exigirmos de nós próprios uma permanente actividade no estudo da correlação de forças em terreno. Esta disposição adverte-nos do perigo de nos colocarmos ao reboque dos acontecimentos e permite-nos verificar com plena iniciativa as formas de acção mais adequadas.

6ª - No plano mais operacional, não perdemos nunca nem vontade nem ensejo para derrubar os pontos vulneráveis do inimigo e expor a ele os nossos pontos fracos. Sem esta constante preocupação, não estaremos em condições de reparar que, à medida que o adversário se adianta, somos obrigados a recuar duas ou três vezes mais.

Em síntese:

1. Situar-mo-nos sempre nas condições conjunturais do processo;
2. No pensamento, adiantarmos-nos sempre ao adversário por um palmo;
3. Na acção, procurarmos equilibrar as derrotas com os sucessos ou, por outras palavras, diminuir as perdas aumentando os ganhos. Isto exige esforço de todos nós... Nós queremos ver a Pátria libertada de uma criminoso ocupação militar e libertada de uma cruel e bárbara repressão sobre o indefeso Povo Maubere. Isto exige total entrega, total participação de todos, todos quantos amamos a nossa Pátria e todos quantos sentimos nas nossas veias o sangue maubere.

Os traidores e vendilhões da Pátria, como o Mário Carrascalão, estes têm sangue de Suharto e, se por acaso tiverem nascido em Timor-Leste, foi por desgraça do pecado original. A eles conhecemo-los bem, a eles que se aproveitam da guerra para se “enjuntarem” de rupias, cobertas de sangue do nosso povo, a eles que hoje encantam os jornalistas desonestos e todos os agentes a soldo dos assassinos generais de Jakarta com sensacionais declarações. A eles, bonecos de palha da propaganda Indonésia com que a ocupação militar enfeitou as montras de “Tim-Tim” para reproduzir a verborreia de Modvar e do Murdani e fantasiar desenvolvimentos, enquanto o Povo Maubere morre de fome, de doença e de miséria, enquanto Povo Maubere continua perseguido e espancado, ameaçado e aprisionado, torturado e massacrado.

A estes cobardes vendilhões da PÁTRIA DO POVO MAUBERE, a estes assassinos do Povo de Timor-Leste, conhecemo-los bem porque eles não falam a linguagem do Povo Maubere, porque eles não têm o nosso sangue, porque eles não são filhos de Timor-Leste... Timor-Leste, a nossa querida Pátria! PÁTRIA pela qual diariamente vertemos o nosso sangue, PÁTRIA pela qual, diariamente e sem hesitação,

200 damos a nossa vida! PÁTRIA OU MORTE OU PÁTRIA LIBERTADA OU A
EXTERMINAÇÃO DE TODOS NÓS!

Camaradas e companheiros de Luta!
Filhos do heroico, mil vezes heroico Povo de Timor-Leste!

205 Há um mês que assistimos a mais uma farsa de eleições no “Tim-Tim”. Já todos sabemos que apesar de certas especulações tecidas ao redor do PDI, do PPP e Golkar, nada mudaria na face da terra. E em Timor-Leste, irremediavelmente, Golkar continuaria a ser o “deus todo-poderoso”.

210 Presenciamos com repulsa a arregimentação forçada de milhares de elementos populares que foram transportados para os centros de manifestações pró-Golkar e pró-integração. Presenciámos com nojo a encenação de um clima de “liberdade democrática” em Díli, com manifestações violentas para impressionar os visitantes e jornalistas como Peter Haig, do de The Guardian. Presenciámos com repúdio as ameaças veladamente proferidas à população se não votasse em Golkar. Presenciámos ainda as medidas de
215 segurança, para cuja preparação foram arrancadas centenas e centenas de bananeiras da população, as quais foram recolocadas nas beiras de estradas, servindo de alvo para os tanques nos seus exercícios de tiro e manobra de socorro às posições virtualmente a serem atacadas pelos guerrilheiros durante as eleições. Presenciámos com horror a obrigatoriedade de os “eleitores” comprarem os cartões que também obrigatoriamente
220 seriam depositados na caixa do Golkar.

Em 1982, as ditas eleições em Lospalos tiveram que se repetir por duas vezes até que se descobrisse que um indonésio, trabalhador do “PT”, colocara propositadamente, na primeira vez, a caixa do PPP no meio e, na segunda, colocou na mesma posição a caixa do PDI. A população, instruída a colocar seus votos sòmente na caixa do meio, votou
225 totalmente pelo PPP no primeiro acto, totalmente pelo PDI, no segundo, e totalmente pelo Golkar, no último acto com que se encerrava a tragi-comédia. Tragi-comédia porque, em Maina I, por exemplo, o “raja” Alberto Cabral não poupou uma velhinha cega quando enfiou o cartão destinado ao Golkar na primeira urna que as suas mãos alcançaram. A pobre velhinha, a única que votaria pelo PPP naquele suco, foi brutal e selvaticamente espancada – este facto é do conhecimento de toda a população da redondeza.

Desta vez, o forte desse dispositivo de segurança, garantida pelos 20 batalhões ao redor de todos os campos e vilas, não permitiu muitas “brincadeiras”. Aliás, o nosso povo já não se sente com forças para desafiar a ira assassina dos criminosos ocupantes. Contudo, para não se enganarem, os “dandins” e os “kasi satu”, os “bupat” e os “camat” se
235 esqueceram de elevar o número de “eleitores” nalguns circuitos; mesmo que, claro, seja impossível... mas mesmo que em Timor-Leste se desse uma inesperada votação no PDI ou PPP, isso não passaria apenas de suja manobra para encenar total participação da população, não passaria de sórdida jogada propagandística para mostrar, aos olhos vendados do mundo, um pretenso “acto de vontade popular”. A não ser com relação ao fantoche e assassino Mário Carrascalão e os seus correligionários da anexação de Timor-
240 Leste pela força do crime, as ditas eleições aqui na nossa Pátria, não tiveram outro valor que o de negar ao próprio acto a validade que Jakarta e seus cúmplices pretendiam atribuir.

No domínio português, o Povo Maubere “votou” por, se se pode dizer assim, “absoluta unanimidade” pelo Salazar e pela ANP e o Povo Maubere, não poucas vezes,
245 foi mobilizado a chicotes e palmatórias a receber com batuques os governadores da província. Hoje, o povo de Timor-Leste, sob a mira das armas dos assassinos ocupantes, não tem outra solução se não comparecer à farsa que Jakarta veio preparando para enganar o mundo e contentar os seus cúmplices.

250 A população de Timor-Leste foi às ditas eleições como semanalmente é obrigada a ir ao “goton royong”, ao qual ninguém pode faltar sob pena de ser preso e brutalmente violentado, podendo morrer por efeito do espancamento. Casos assim registram-se frequentemente em muitos pontos do país.

255 Nem sequer dizemos que rejeitamos as eleições de 23 de Abril, porque pura e simplesmente classificamos esta mobilização forçada da população de Timor-Leste como um acto costumeiro de “goton royong”, ao serviço de Golkan, acto para o qual, os “eleitores” são obrigados a comprar o bilhete de entrada. Só os agentes a soldo de Jakarta e muitos governantes de países democráticos podem encher os seus estómagos vazios de babas do Modvar e da propaganda indonésia. Nós afirmamos categoricamente que, enquanto Timor-Leste continuar militarmente ocupado pelas assassinas forças indonésias, 260 o Povo Maubere não faltará todas as semanas e uma vez, de 5 em 5 anos, ao “goton royong” de Golkar! Não se pode exigir outra coisa ao Povo Maubere, pois exigir algo que seja, é exigir que nas ditaduras a população tenha liberdade de pensamento e de associação, é exigir que, no sistema do “apartheid”, a população negra possa ver-se representada no parlamento.

265

Patriotas, filhos de Timor-Leste!

270 A nossa Pátria vive, há onze anos e meio, uma prolongada e duríssima guerra. O nosso povo continua violado no seu âmago, a nossa Luta continua estrangulada pela tenaz política expansionista de Jakarta e pela cumplicidade de muitos governos democráticos. No intuito de desviar as atenções gerais, hoje em dia, os comentários que os cúmplices de Jakarta tecem em torno do arrastado caso de Timor-Leste, centram-se invariavelmente em dois aspectos:

275 a. consideram que a guerrilha “mais reduzida”, talvez já menos que os “50 de 1979” – adiantamos para os ajudar no cálculo, já não se oferece grande resistência;

b. consideram que umas vitrinas cheias em Díli, cujos proprietários são os militares indonésios, e o movimento dos tanques são já o grande desenvolvimento do “Tim-Tim”.

280 Por um lado, rimo-nos de compaixão quando ouvimos o fantoche vestido de “governu” afirmar que “havia já 6 meses que não se registravam combates e que só uma granada explodia algures”, além de outros disparates, próprios de quem é lacaios, de quem não possui nenhuma personalidade, de quem vendeu a honra e a honestidade e de quem é agora apenas um cachorro de estimação alimentado e engordado pelos seus donos.

285 Evidentemente no período referido de 6 meses, o cachorro indonésio enfeitadinho com o laço “merah-putih”, esquecera de lamentar a morte de 14 soldados indonésios, um hansip e duas mulheres, ocorrida em 2 de Outubro de 1986, quando os guerrilheiros destruíram três viaturas, entre Beaço e Viqueque. Nessa altura, até o “Wanil Kasi Satu” chorou desconsoladamente ao ver os cadáveres e morreu na mesma tarde de desespero. Esquecera-se também o cachorro indonésio, ou não lhe disseram os seus patrões, de chorar 290 pela morte de 34 soldados indonésios em Iliomar, no dia 21 de Novembro e não se lembrava de capturar as armas em Dezembro, na fronteira, próximo a Bobonaru, nos centros, em Bubuna/Ossú e em Veniasse e, na Ponta Leste, em Laga. Também não se lembrava já o cachorro indonésio de outras capturas em janeiro, entre Loi-Husso e Buanurak, em Fevereiro, em Laivai, em Março, entre Horo e Kon e em Huapitine. E, 295 precisamente em Abril, de 4 AR-15 nas Regiões centrais e, em 17, de 5 AR-15 entre Lukero e Mehara (Tutuala).

Enfim, quando o Mário Carrascalão deixou de ser uma pessoa idónea (se é que possuía alguma idoneidade) para ser objecto de manipulação de Jakarta, quando este

desavergonhado vendeu a Pátria e se vendeu a si mesmo para ser um “gubernur”, fantoche da propaganda indonésia, nada realmente se podia esperar de um cachorro que solta os mesmos latidos que os seus donos. Por outro lado, queremos perceber que o que os cúmplices de Jakarta pretendem insinuar é que o direito de qualquer povo está medido na capacidade ou não desse mesmo povo resistir a uma guerra de agressão e ocupação. Segundo eles, se a resistência armada é ou continua forte, o problema deve arrastar-se para inflamatórias acusações ao movimento guerrilheiro; e se pensam ou chegam à conclusão de que a resistência não é capaz de expulsar os agressores, já nenhum direito assiste ao povo agredido que começa, então, a enaltecer os ‘frutos da ocupação’.

A lógica deste raciocínio conduz, por todos os caminhos, a uma direcção única: a defesa da agressão como condição para proteger os próprios interesses. Estes interesses, sim, são superiores a qualquer direito alheio. E esses cúmplices de Jakarta, quando emitem as suas sábias opiniões, fecham totalmente os olhos ao volume e à magnitude dos crimes cometidos pelos agressores. E não consideram em absoluto o facto de, em mais de uma década, a resistência armada persistir em condições sem comparação com outras guerras pelo mundo afora.

Quanto ao segundo aspecto, repudiamos energicamente que tomem o desenvolvimento como argumento válido para ilibarem Jakarta da ilegalidade de anexação de Timor-Leste e ilibarem os ocupantes dos crimes cometidos ao longo destes onze anos e meio.

A Pretória afirmou rotundamente que a população negra da África do Sul possui um melhor padrão de vida que muitos países daquele continente: será que esta situação económica da população negra da África do Sul pode ilibar o regime da Pretória? Será que essa condição material pode constituir elemento político, moral e jurídico para o mundo deixar de condenar o “apartheid”? E, como muitos políticos australianos apregoam, ser-se “realista” e aceitar o facto como “proveitoso e benéfico” para a população? Já com relação à Nova Caledónia, nem a Austrália nem a Nova Zelândia foram capazes de ser realistas... o que evidencia a hipocrisia dos interesses!

Com relação à África do Sul, qualquer pessoa com o mínimo sentido de liberdade, de justiça e do direito concorda que os “rands” de ouro não comprem os direitos políticos da população negra, não pode nem deverá ser com relação a Timor-Leste que se possa conceber que o Povo Maubere consentirá, algum dia ou alguma vez, em trocar o seu direito e a sua liberdade por um intenso desenvolvimento que, aliás, não o beneficia.

Rejeitamos pura e simplesmente as fantasiosas declarações dos agentes a serviço dos assassinos gerais de Jakarta. O direito que assiste ao povo de Timor-Leste é inalienável, tão alienável como Peter Haig se considera cidadão britânico e tão alienável como Bob Hawke e Bill Hayden são australianos e não japoneses. E defenderemos esse direito até a última gota de sangue... Sabemos que o povo de Timor-Leste continuará a sofrer, a ser perseguido e ameaçado, espancado e torturado, aprisionado e massacrado por ordens dos assassinos gerais Jakarta, mas, por isso mesmo, persistiremos no combate até o último homem.

A estrela branca de 20 de Maio continuará alumando o pensamento maubere, continuará iluminando os caminhos da Pátria e continuará alumando a determinação do Povo de Timor-Leste.

Querido Povo Maubere!

Ultimamente temos constatado um substancial esforço do governo de Lisboa a reconhecer nessa acção o papel influente e decisivo empreendido pelo próprio chefe do executivo português, o 1º Ministro, Cavaco Silva. Infelizmente, devemos manifestar a

nossa profunda preocupação quanto à postura da ONU, que classificamos de indecisa e
 350 pouco clara. Todos sabemos que procedem as conversações entre Portugal e a Indonésia
 sob a mediação do mandatário da ONU. Embora nada se diga sobre em que grau se
 encontram, vários factos têm vindo a demonstrar que a ONU consente com o extermínio
 do Povo Maubere, o que actua em harmonia com a estratégia de Jakarta, que admite
 355 alimentar um estado de impasse com sucessivos adiantamentos da discussão do caso na
 Assembleia-Geral, alegando como motivo para tal adiamento as conversas que se arrastam
 indefinidamente para permitir, desse modo, a Jakarta levar a cabo a sua obra assassina de
 exterminação do Povo Maubere.

Ao negar ao povo de Timor-Leste o direito de se pronunciar sobre o problema que
 o afeta mais a ele que aos demais, cria-se uma condição única para não se garantir nenhum
 360 avanço nos contatos entre Portugal e a Indonésia e para que o caso se arraste
 propositadamente para esquecimento e desinteresse gerais, de acordo com a estratégia de
 Jakarta de aniquilar a resistência armada para se assegurar de uma situação de controle tal
 que possa obrigar o Povo Maubere a “escolher livremente” a anexação da sua Pátria e da
 sua escravidão.

Enquanto a ONU se mantiver nesta atitude tendenciosa e de parcialidade, teremos
 que admitir que a política da convivência já atingiu os foros desta prestigiosa organização
 mundial. Nós continuamos a afirmar que, enquanto não for considerado e resolvido o
 problema de fundo, o diálogo entre Portugal e a Indonésia servirá somente para abafar o
 caso com a convivência do representante paquistanês, aliado da Indonésia. Três anos e meio
 370 já nos deram a certeza de que tudo gira sob o pêndulo de Jakarta que, em consonância com
 sua estratégia de anexação, tudo fará para continuar obstruindo qualquer esforço positivo.

O ponto nodal da questão reside na interpretação do espírito e da letra da resolução
 3730 da Assembleia-Geral da ONU, de 1983, que recomenda a participação de todas as
 partes interessadas. Nestes onze anos e meio de guerra, uma guerra de genocídios
 375 promovida por Jakarta, ninguém pode negar

que quem tem morrido às centenas de milhares e continua morrendo é o POVO
 MAUBERE;

que quem tem sofrido constante perseguição e horríveis torturas é o POVO
 MAUBERE;

380 que quem tem vivido sob permanente ameaça e terror e tem sido brutalmente
 espancado é o POVO MAUBERE;

que quem tem sido aprisionado, desterrado e
 massacrado é o POVO MAUBERE;

385 que quem vem padecendo de fome, doença, intimidação constante e violação de
 toda a ordem é o POVO MAUBERE;

que quem vem parecendo de violentas represálias do ocupante pelas baixas
 registradas nos batalhões é o POVO MAUBERE;

que quem se envolve física, moral, psicológica, política e juridicamente no
 conflito, cuja solução se está a discutir, é o POVO MAUBERE.

390 Este envolvimento real do Povo de Timor-Leste no confronto directo que acabou
 em oposição às forças de ocupação indonésias e o POVO MAUBERE por si bastam para
 dar luz à verdadeira interpretação da citada resolução da ONU. Tanto mais que esta guerra
 deve ser considerada superiormente no seu reflexo sobre as disposições morais, políticas
 e jurídicas, porque é nossa opinião convicta de que é esta guerra de agressão e ocupação
 395 que também demonstra a validade e a necessidade premente de defender os privilégios
 universais e o direito internacional.

O Povo Maubere suporta, há onze anos e meio, as mais horríveis consequências de
 uma guerra de genocídio promovida por um membro da ONU e nós não podemos admitir

que, à luz dos princípios universais, se faça do caso de Timor-Leste um processo
 400 condenado a não ter solução, esquecendo-se do direito que assiste ao povo que se ergueu
 em defesa da sua Pátria. Nós estamos convencidos de que uma solução justa e correcta só
 será aquela que respeite os interesses de todas as partes e estamos também convictos de
 que uma solução aceite pela comunidade internacional só será aquela que, através do
 tempo, possa promover a paz e a segurança na área.

405 Sabemos que temos os nossos deveres a cumprir com relação aos nossos vizinhos
 e já garantimos que não seremos nós a provocar instabilidade no actual equilíbrio de forças
 nesta região do globo.

Apesar de podermos expressar a nossa manifestação pela atitude mais positiva e
 mais responsável de Portugal, devo manifestar também os nossos receios quanto ao
 410 andamento moroso das conversações que, até agora, não produziram nenhum resultado
 concreto. Insistimos que, sem se dar necessário passo para a clarificação do espírito e da
 letra contidos na resolução 3730, todo o fulgor do actual empenhamento de Portugal que
 dará em impotência jurídica para poder entrever uma solução justa e essa situação será
 apenas o pretexto para o desânimo moral e político até que, mais ano menos ano,
 415 desemboque na incapacidade e desinteresse.

Em nome do martirizado Povo de Timor-Leste, apelo a Sua Excelência, o
 Secretário-Geral da ONU, Dr. Javier Pérez de Cuellar, para que, dentro do critério de
 justiça que as suas responsabilidades incumbem e no âmbito das atribuições conferidas
 pela Assembleia-Geral da ONU, proceda a uma revisão da actual postura da ONU,
 420 reconhecendo-se, assim, que o Povo de Timor-Leste está englobado pelo espírito e pela
 letra da resolução 3730 nas partes interessadas. E, por efeito desta interpretação,
 reconhecer, assim, a necessidade de inclusão dos representantes do Povo Maubere nas
 conversações, sobre os auspícios da ONU. E, no âmbito deste apelo, formulo de novo a
 Sua Excelência, o Senhor Secretário-Geral da ONU, o nosso convite no sentido de vir até
 425 Timor-Leste a fim de, em qualquer parte do território e, com representantes de Portugal e
 da Indonésia, se efectivar um encontro com o CRRN. Não sendo isso possível, solicito a
 Sua Excelência, o Senhor Secretário-Geral da ONU, a boa vontade e as melhores
 providências no sentido de garantir a saída e o retorno em segurança de uma delegação da
 CRRN para o feito. Estamos convencidos de que só um encontro dessa natureza pode
 430 proporcionar o aclaramento dos pontos fundamentais em que se assenta o arrastado
 problema de Timor-Leste.

Em nome do martirizado Povo de Timor-Leste, apelo mais uma vez a Sua
 Excelência, o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, a Sua Excelência, o
 Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Cavaco Silva, à Assembleia da República e ao Governo
 435 português a todos os partidos políticos e ao povo amigo de Portugal, na esperança de que
 se convirjam os esforços para se fazer prevalecer a correcta e verdadeira interpretação da
 resolução 3730 da Assembleia-Geral da ONU de 1983:

1- considerar o povo de Timor-Leste como uma das partes, senão a mais
 legitimamente interessada na solução do conflito;

440 2- considerar a premente necessidade de incluir os representantes do povo de
 Timor-Leste nas conversações que decorrem sob os auspícios da ONU, a fim de que
 possam pronunciar-se também sobre o seu próprio destino, condição ainda para exporem
 mais minuciosamente o seu plano de paz e para discutirem e avaliarem as prerrogativas
 sobre as quais se deverá processar o acto de auto-determinação do Povo de Timor-Leste.

445 Nós tornamos a declarar que estamos dispostos a aceitar as disposições necessárias
 e integrantes de um acordo que envolva Portugal, a Indonésia e todos os partidos políticos
 de Timor-Leste e, se for caso para isso, a própria Austrália.

Camaradas e companheiros de Luta!
Povo Maubere Aswain!

450

Ao comemorarmos o 13º aniversário da fundação da ASDT-FRETILIN e precisamente na fase mais perigosa da guerra de ocupação, imposta por Jakarta e apoiada em todos os aspectos por governos que fizeram do nosso caso um trampolim para subirem ao poder, o CRRN recomenda ao querido e mil vezes heroico POVO MAUBERE:

455

- perseverança tenaz no objectivo;
- aplicação correcta da unidade;
- determinação segura na LUTA;
- confiança inabalável na Direcção e
- fé na certeza da Vitória.

460

Estes são os cinco vértices da estrela branca do glorioso dia 20 de Maio.

Na fase mais aguda e perigosa, repleta das maiores dificuldades na resistência do nosso povo, em todos os internacionalistas e a todos os fiéis e dedicados amigos do Povo Maubere, depositamos a nossa total confiança de que não pouparão energias, na persistente defesa dos direitos do nosso povo e a nossa total certeza de que tudo farão para pôr término aos sofrimentos do Povo de TIMOR-LESTE.

465

E, para terminar, a vós, destemidos guerrilheiros da FRETILIN, meus queridos companheiros de onze anos de privações, meus queridos companheiros de onze anos de duros combates, meus queridos companheiros de onze anos de sucessos e de derrotas, a vós, o valoroso braço armado de nosso povo, a vós, que abnegadamente esqueceis tudo para esquecerdes de vós mesmos, a vós, FALINTIL ASWAIN, devo manifestar, em nome do POVO MAUBERE, em nome da DIRECÇÃO DA LUTA e em meu próprio nome:

470

a contínua certeza de que persistiremos na Luta, sejam quais forem as dificuldades de amanhã,

475

a contínua certeza de que combateremos até o último homem em defesa da PÁTRIA sagrada e

a contínua certeza de que aceitaremos a nossa própria morte como condição para libertarmos o nosso POVO!

480

PÁTRIA OU MORTE!
VIVO O GLORIOSO DIA 20 DE MAIO!
VIVA A FRETILIN!
VIVA O HEROICO E MIL VEZES HEROICO POVO MAUBERE!
VIVA AS GLORIOSAS FALINTIL ASWAIN!
ABAIXO O EXPANSIONISMO COLONIAL INDONÉSIO!
PÁTRIA OU MORTE!
A LUTA CONTINUA EM TODAS AS FRENTES!
RESISTIR É VENCER!

485

490

Quartel General do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, em Timor-Leste, aos 20 de Maio de 1987.

495

A PRESIDÊNCIA DO CRRN,
KAI RALA XANANA GUSMÃO
COMANDANTE-EM-CHEFE DAS FALINTIL

DISCURSO IV

Mensagem de 7 de Dezembro de 1987

Patriotas Nacionalistas!

Povo de Timor-Leste!

5

Ao comemoramos o 12º aniversário da cobarde e vergonhosa invasão à nossa Pátria pelas criminosas forças de ocupação indonésias, todos devemos saber reflectir sobre as causas profundas desta guerra imposta ao Povo Maubere. Tanto sofrimento, tanta morte, tanta dor já foram bastantes para concordarmos que é tempo mais que oportuno para varrermos definitivamente os obstáculos que ainda contribuem para prolongar esta penosa situação.

10

O dia 7 de Dezembro de 1975 não apareceu por acaso. As causas próximas foram o contra-golpe levado a cabo pela FRETILIN com o posterior total controle da situação. Todavia, os motivos remontavam-se a uma base política que seria, ela mesma, o ponto nodal da história destes 12 anos de guerra.

15

Desde que a FRETILIN assumira uma ideologia de esquerda “tornou-se” positivamente uma ameaça potencial aos interesses estratégicos dos poderosos. Hoje, mais do que nunca, os mais variados problemas que nos acompanham surgem com matizes demasiado negros no horizonte de esperança da nossa luta! Os sofrimentos destes doze duríssimos anos abriram feridas profundas no nosso corpo e na nossa consciência de patriotas e de filhos de Timor-Leste.

20

Muitas perguntas emergem exigindo respostas e muitos pontos de vista surgem requerendo solução, o que reflecte a inquietação e a ansiedade de todos... enquanto o tempo roda e nos arremessa, com a própria violência da guerra, a novos tempos sempre e cada vez mais difíceis. Para alguns, a abnegação na certeza de estarem defendendo uma justa causa renova-se com o seu próprio suor - estes aceitam a morte como condição da sua Luta, como sacrifício exigido pela Pátria! Outros assustaram-se imediatamente com a mínima pressão do ocupante e preferiam engordar-se com o “super-mi” indonésio, desde que fossem beneficiados com umas rupias de consolação para promoverem a pseudo-defesa de uma identidade qualquer e pregar que o povo sofre por causa da guerra, enquanto se vão escudando nas suas vestes brancas de cobardia que os afastou definitivamente deste mar de suor e lágrimas em que afunda o nosso Povo! Os restantes interrogam-se sobre um futuro (que não só se avizinha como cada vez mais se afasta) especulando vitórias fáceis ou retraindo-se sob o espectro de um fim demasiado doloroso! E enquanto uns vivem a actual situação sob a óptica do inimigo que continuará a fazer o que pode e o que quer, outros procuram manter ainda o que possuem de força política e moral para poderem pensar pelo menos que morremos todos, abandonados por todos, mas MORREMOS DE PÉ, como se exprimiu muito objectivamente o mui querido Monsenhor Martinho Lopes!

25

30

35

Enfim, Patriotas de Timor-Leste!

40

Doze anos de uma imensa e ininterrupta actividade das forças ocupacionistas sobre as gloriosíssimas FALINTIL e doze anos de brutal repressão sobre o heroico e indefeso Povo Maubere, actuaram profundamente sobre a nossa consciência e sobre o nosso pensamento, acentuando a nossa fragilidade e a nossa pequenez e devolvendo-nos os nossos próprios esforços. O povo de Timor-Leste deu sobejas provas do seu elevado patriotismo, deu largas provas da sua determinação, provas da firmeza de princípios que sempre o nortearam na sua Luta, da audácia de opções que o conduziram a uma resistência tão tenaz à ocupação militar indonésia.

45

Mas, nesta longa e difícil caminhada, há muitos extenuados; não é porque lhes falte o desejo de ver a Pátria libertada, mas porque se lhes diminui a força moral para continuarem de cabeça erguida. Isto não é mais que o resultado do próprio prolongamento

50

da guerra, não é mais do que sinal do enfraquecimento moral perante as enormes dificuldades que foram e continuam a ser uma constante irremovível na nossa resistência contra a ocupação estrangeira da nossa Pátria.

55 Todavia, 12 anos depois, o Povo de Timor-Leste é quem não vergou a sua consciência maubere e, esmagado na sua própria fraqueza, continua, na calada da repressão inimiga, a conservar intactas as supremas e legítimas aspirações por que se bateu!

Patriotas e Nacionalistas!

Povo de Timor-Leste!

60

O dia de hoje merece uma devida reflexão, merece uma melhor clarificação do pensamento, merece uma reanálise da orientação política assumida até hoje. O dia de hoje deve marcar nesta corajosa resistência de doze anos, um novo e significativo sinal de mudança de posturas. Apesar de que quaisquer mudanças possam ser tomadas como
65 expressão da nossa própria debilidade, desejamos apenas aclarar que elas podem ou devem, sobretudo, revelar a percepção que detemos agora sobre a realidade, isto é, devem afirmar que nos tornámos, enfim, mais realistas.

A realidade de que nos apercebemos não é já a capacidade esmagadora das forças ocupacionistas; a realidade de que tomamos contacto não se limita já à constante negação
70 aos nossos direitos nem essa realidade se circunscreve à nossa incapacidade, em todos os planos, de fazer face à conspiração internacional. A realidade de que falamos nunca se apartou, num só momento que fosse, do indiscutível patriotismo do Povo Maubere, um povo pequeno e indefeso, oprimido e esquecido, mas que não se vende ao “programa de desenvolvimento” com que Jacarta se esforça por comprar a anuência da comunidade
75 internacional para favorecer, assim, a anexação criminosa e pela força de Timor-Leste! Essa realidade é apenas um componente de singular importância da Luta do Povo de Timor e coloca-se no plano ideológico.

É essencialmente sobre este ponto que me debruçarei mais adiante e que constitui o teor desta mensagem de luta:

80 A) Cometemos demasiados e enormes erros políticos que não podemos permitir, após doze longos e duríssimos anos de uma guerra, condenada a não ter fim, o desinteresse e o esquecimento da Comunidade internacional, alhear-nos simplesmente deles e, muito menos, deixarmos-nos de considerá-los, sobretudo, nas suas consequências.

Logo, desde o início, a Direcção da FRETILIN padeceu de um estrondoso
85 infantilismo político que procurou desafiar o mundo, obsecada por “capacidades” inexistentes. Em nenhuma altura, foram consideradas as relações conjunturais tanto da área como com o resto do mundo e nos presumíamos, desde então, “heróis” de uma revolução sangrenta, de uma revolução popular que levaria de avalanche todas as forças contrárias.

90 Os nossos antecessores viam no marxismo a “solução imediata” para os problemas de um povo incrivelmente subdesenvolvido. Os nossos antecessores viam no maoísmo uma senda fulgurante para um processo revolucionário de “portas fechadas” que “surpreenderia” o mundo com as “inegáveis capacidades criadoras” de um povo ainda remetido, como está, a métodos artesanais de produção.

95 Estávamos, na verdade, embalados por um fantasioso processo revolucionário já alcunhado de “mauberismo”. Esse infantilismo político e impensado aventureirismo, que guiaram o Movimento desde 1974, não permitiram margem alguma para desprezarmos, já na altura, todo o extremismo que seria, dali em diante, a nossa própria morte.

100 Só esse insensato radicalismo que, não atendendo às nossas próprias condições concretas e às circundantes, nos tornou intoleravelmente prepotentes, levou-nos a tomar

muitos compatriotas no mesmo pé de igualdade com o criminoso agressor da pátria! Cometemos crimes contra os nossos próprios irmãos e, perante uma guerra difícil, perdemos mais tempo a prender e a assassinar compatriotas do que a pensar efectivamente numa defesa capaz da Pátria, cujos resultados se tornaram, por si só, evidentes em 1978!

105 B) Nós próprios, que só viemos a aprender o marxismo nas montanhas de Timor-Leste, fomos influenciados por um frenesim revolucionário que nos levaria a materializar o sonho dos antecessores: criar um partido marxista-leninista na RDTL.

110 Com o desenvolvimento da própria situação e com a gradual compreensão de que o verdadeiro problema de fundo era o problema político interno que permanecia no nosso pensamento e na nossa acção (tendo-nos até permitido ainda em 1982, elevar aos ares vozes sumidas de um processo revolucionário, posto em causa tanto pelo Ocidente como pelo Leste), procurámos, também gradualmente, abarcar toda a situação na sua complexidade. Entretanto, já aí, a nova Direcção da Luta considerou que era uma obrigação política proceder a uma mudança de comportamento, embora permanecesse alimentando o mesmo radicalismo no plano da ideia.

115 Em 1984, porém, a Direcção da Luta teve que reconsiderar que a criação de um partido marxista só exprimia, na prática, maior endurecimento das posturas anteriormente adoptadas, pelo que o criado “Partido Marxista-Leninista FRETILIN” deixou prática e definitivamente de actuar como organização partidária viva, cedendo de novo a capacidade de conduzir o processo de libertação da Pátria à FRETILIN, como movimento nacionalista não necessariamente comunista. Era já pensamento nosso retirar da Luta toda a carga superior à capacidade dos nossos ombros de transportar! No ano passado, numa mensagem dirigida á Comissão da UDT, em Lisboa, procurámos fazer ver a todos que as gloriosíssimas FALINTIL estariam fora do jogo político-partidário, afirmando por isso que as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste no futuro não permitiriam a qualquer partido político subverter a ordem estabelecida e instaurar um regime à sua conta pela via de supressão de outros. Quisemos fazer entender também que as FALINTIL só terão uma sublime missão a cumprir: a defesa da Pátria de todos nós e a manutenção da ordem interna, instaurada por uma Constituição que proclame a defesa pelas liberdades individuais e colectivas e o respeito pelos interesses de todos os cidadãos e camadas sociais de Timor-Leste. Para que as gloriosas FALINTIL possam vir a cumprir plenamente a sua missão dentro da estrutura do governo, seja qual for a tendência política do executivo, necessário se tornava afirmar desde já a neutralidade das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste!

135 Não sendo os verdadeiros mentores da criação do “PML-FRETILIN”, porque demos apenas seguimento a um processo que recebêramos dos antecessores, devemos dizer que, na altura, estávamos ainda deslumbrados com a visão de um milagroso processo de redenção da humanidade, a “humanidade” que havia fechado os olhos à exterminação do Povo Maubere no genocídio realizado pelas assassinadas forças de ocupação indonésias.

140 Tomámos demasiado tarde consciência disso e este facto deveu-se sòmente a uma mais que evidente inexperiência política; hoje não nos consideramos plenamente capacitados neste campo, todavia, o que podemos afirmar é que já podemos ver com outros olhos e compreender mais objectivamente a realidade. E esta realidade só podia ou só devia reflectir:

- 1) Antes de tudo, reconhecimento dos grandes erros de condução do Processo de Libertação da Pátria, cometidos pelos nossos antecessores;
- 2) Logo a seguir, o “mea culpa” dos nossos próprios erros de análise, que nos remeteu ao mesmo nível do infantilismo político dos nossos antecessores;

- 150 3) E, depois, proceder à correcção gradual dos procedimentos políticos anteriormente adoptados;
 4) Para, finalmente, extirpar toda e qualquer tendência de nos mantermos amarrados a um sistema rígido de concepções sobre a Luta do nosso Povo.

155 Patriotas e Nacionalistas

Ao longo dos últimos nove anos de guerra, pudemos verificar, nós próprios, com maior evidência dos factos, que o patriotismo do povo de Timor-Leste não é nenhum produto ocasional do “25 de Abril” em Portugal. Compreender mais profundamente que
 160 esta noção, este sentimento, é algo vivo que vejo sendo transmitido de geração em geração, evocado anualmente nas festas tradicionais que o colonialista português designava por “estilos” e pelas quais o nosso Povo era obrigado a pagar tributos, mas que hoje nem pode fazê-lo.

Se o mundo ainda concebe que, sob a Direcção da FRETILIN, o Povo de Timor-Leste tem vindo a resistir com uma bravura incomparável e com uma indesmentível entrega de si mesmo, isto foi porque estava ou está impulsionado pela ideologia comunista, devo declarar que não é verdade, não se negando, todavia, os efeitos benéficos de carácter de liberdade e expressão usufruída e de democracia, que permitiu a todos reconhecerem quão profundo era, e que depois se tornou muito mais evidente, o fosso
 170 político que existia com relação ao período colonial português e sob o jugo da ocupação militar indonésia.

Não negámos que, na difícil situação que se seguiu à perda das “Bases de Apoio”, nas montanhas, foram os princípios e métodos de organização assumidos pela FRETILIN que permitiram as necessárias condições políticas básicas para reavivarmos a chama da
 175 resistência, quase a desaparecer no plano da oposição armada.

Nenhum povo lutou, até hoje em dia, sem uma direcção e sem os mínimos moldes de organização. Nas condições em que se processava e se processa a resistência maubere, a FRETILIN, por obrigações políticas que determinaram o surgimento da ASDT, devia, como fez, colocar-se à frente do Povo de Timor-Leste na defesa da Pátria.

Como muitos, até dada altura e mesmo como membros do Comité Central da FRETILIN, participámos na Luta sob o ideal da Independência Nacional, que procurámos vincar na última mensagem alusiva a 20 de Maio deste ano! Desde os princípios de 1976, na onda de investigações sobre os massacres a muitos nacionalistas (que se estenderam até 1978), também a muitos se colocou o dilema de ou ser contestatário para ser preso e
 185 assassinado como reaccionário e traidor da Pátria ou optar pela política de seguidismo, já que o espírito de combate na defesa da pátria era a motivação política e moral para não aceitarmos morrer como outros tão horrorosamente.

A supressão de toda e qualquer outra opção política acabou por criar, no nosso seio, divisionismo fatal e um receio notório, em todos os níveis da estrutura organizacional, de as pessoas se exprimirem mais “livremente” acerca dos pontos de vista errados dos membros do Comité Central, que se referiam a esclarecimentos sobre a adoção de preceitos marxistas opostos à condução descontrolada e inconsequente da guerra, levada adiante por comandantes de pelotões e de companhias - tendo sido este o tom negativamente geral do período das Bases de Apoio. Fazer a revolução, que era a nossa
 190 própria condenação, numa guerra que não podíamos suportar, era a demonstração clara da cegueira política.

O Ocidente coloca-se ao lado da Indonésia, enquanto os países do Leste não mexeriam um dedo, chamando-nos, com toda a certeza, de desmedidos aventureiros.

200 Doze anos depois, temos que reconhecer com amargura os efeitos que uma estratégia política mal traçada proporcionou ao Povo Maubere e o levou à desastrosa situação a que ainda ninguém conseguiu pôr fim.

Nós reconhecemos que, ao longo destes anos, o que move o povo de Timor-Leste à Luta não é fazer uma Revolução nem em grandes nem pequenas proporções - o objectivo do Povo Maubere é libertar a Pátria da ocupação estrangeira para poder viver livre e independente. O Povo Maubere só aspira a liberdade, só aspira a sua independência como condição básica para exercer os seus direitos, para viver ele mesmo como ele é, como ele pensa e como ele age.

Por tudo quanto disse:

1. Eu declaro publicamente a minha total e convicta rejeição a teorias que promovam supressão das liberdades democráticas em Timor-Leste.

2. Eu declaro publicamente que as FALINTIL aswain não permitirão que se instaure em Timor-Leste um regime de esquerda que não só venha provocar mutilações internas como desestabilize todas as áreas em que Timor-Leste está inserido.

215 Sempre lutamos sob a bandeira da FRETELIN e, ainda sob ela, lutaremos até ao fim! O que eu pretendo realçar é que, como membro do Comité Central da FRETELIN, estou ao abrigo dos requisitos do próprio Movimento que engloba indiscriminadamente diversas opções políticas. Porém, a Constituição preceituará a total neutralidade das FALINTIL.

220 Hoje em dia, pensármos em fazer revolução é suicidarmo-nos incessantemente; hoje em dia, pensarmos em erguer o comunismo como a fogueira que se ateia na pradaria é iludirmo-nos não só com o falhado ostracismo chinês, como elevarmo-nos em bicos de pés para nos equipararmos aos países do Leste. Já vimos, assim, que no estertor da nossa própria agonia, continuávamos cegos, arranjando mais inimigos, enquanto os ditos “aliados naturais” se quedavam ao silêncio das suas revoluções.

225 O objectivo último que perseguimos é a libertação da nossa Pátria e a independência para o nosso Povo. Nada mais desejamos quando aceitamos todos estes sacrifícios que a guerra colocou perante nós. Nós não ambicionamos nem glórias nem poderes, porque estamos plenamente conscientes das nossas extremas limitações - a única ambição que possuímos é a de garantir ao Povo Maubere, pela libertação da Pátria, o exercício dos seus direitos fundamentais, como Povo e como ser humano, dentro da Comunidade do Mundo Livre.

Patriotas e Nacionalistas

235 A guerra continua tremendamente dura, tremendamente difícil! Para aumentar mais ainda as nossas dificuldades de resistência, o bárbaro ocupante já dispõe, em cada concelho, de mais de um batalhão armado, denominados “SAKA”.

Eu sei que, sob a ameaça e repressão inimigas, ninguém pode isentar-se, porque constitui uma questão de vida ou morte aceitar ou recusar-se a pegar em armas, contra os seus próprios guerrilheiros.

240 Muitos “SAKA” já morreram, muitos morrerão ainda, deixando órfãos e viúvas dos quais os ocupacionistas procuram imediatamente aproveitar-se. O ocupante da nossa Pátria não se perturba em utilizar todos quantos podem agarrar em armas para apoiar os seus 20 batalhões que actuam em Timor-Leste. O bárbaro ocupante está apostado em exterminar as gloriosíssimas FALINTIL!

245 Hoje, 7 de Dezembro de 1987, Benny Murdani ainda não pode afirmar que acabou de vez com a Resistência Armada, mas sempre estamos conscientes de que Jakarta pode continuar a perseguir o seu objectivo. Os valorosos guerrilheiros do Povo Maubere continuam em pé, aceitando a sua própria extinção e não se renderão.

250 Aceitamos de cabeça erguida o desafio de Jacarta para o próximo ano - e sabemos
que continuaremos a morrer mas morreremos de pé.

Exigimos a Portugal que assuma, de vez, a hombridade política necessária a fim
de que, no quadro das obrigações que a sua Constituição confere e no âmbito das
resoluções da ONU, concernentes ao caso de Timor-Leste, promova um novo
255 enquadramento no diálogo com a Indonésia sob a mediação da ONU, processo em que
devem estar presentes os representantes do Povo Maubere.

Apelamos aos governos da Austrália e da Nova Zelândia para reconsiderarem a
sua posição e beneficiarem o Povo de Timor-Leste com uma atitude mais compreensiva e
justa, na mesma medida em que o caso da Nova Caledónia mereceu uma especial atenção
destes dois governos.

260 Apelamos ao governo dos EUA assim como aos governos da Europa Ocidental no
sentido de não mais considerarem Timor-Leste uma potencial ameaça à estabilidade da
área, pois nos comprometemos desde já a impedir que tal aconteça, pelo que pedimos para
favorecerem o Povo Maubere com uma postura que o leve a encontrar a paz e a sua
independência.

265 Apelámos aos países do Movimento dos Não-Alinhados para considerarem que
apoiar a justa causa do Povo Maubere é garantir ao próprio Movimento idoneidade e
pujança políticas que salvaguardarão os princípios adoptados em Bandung.

Apelámos aos Povos do mundo inteiro para se sensibilizarem com o sofrimento do
Povo de Timor-Leste, nestes longos e duríssimos doze anos de guerra de genocídio,
270 promovida pelos assassinos ocupantes da Pátria. E pressionarem os seus governos a
reverem as suas atitudes perante o problema de Timor-Leste.

PÁTRIA OU MORTE!
RESISTIR É VENCER!
275 A LUTA CONTINUA EM TODAS AS FRENTES!
Quartel-General do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, em
Timor-Leste, aos 7 de Dezembro de 1987.
A presidência do CRRN
Kay Rala Xanana Gusmão
280 Cmdt-em-Chefe das FALINTIL

DISCURSO V

Mensagem de 7 de Dezembro de 1993

- 5 Responsáveis e quadros da Frente Clandestina,
Irmãos e companheiros da Luta,

Hoje, 7 de Dezembro de 1993, celebramos o 18º aniversário da cobarde e vergonhosa invasão da nossa querida Pátria, Timor-Leste.

- 10 18 anos de contínua e brutal ocupação militar da nossa Pátria pesam-nos no suor de cada dia e no sangue que muitos patriotas vão derramando em consequência da criminosa repressão das forças assassinas indonésias. 18 anos pesam-nos nos sofrimentos que enfrentamos face à medonha máquina dos serviços internacionais. 18 anos pesam-nos na consciência de patriotas que somos, a pensar quão difícil é, cada vez mais, prosseguir a luta. 18 anos pesaram-nos na alma maubere, fustigada de incertezas e abalada nas suas esperanças mais profundas: mas alimentando sempre a chama da liberdade, o grito pela paz e anseio da vitória!

Um ano particularmente difícil, este último. Ano que coroou, mais uma vez, o insustentável desejo dos ocupantes de silenciar de vez a Resistência Maubere!

- 20 Que ano de provação moral, um ano de dureza política! Aqueles que não suportam a violência das ondas, hoje continuam a ter sal na boca. Outros que se abalaram com o tremor da terra, hoje continuam tontos. Alguns deixaram de acreditar em si mesmos e devem estar envergonhados da sua pequenez de espírito! Uns poucos escolheram o caminho mais fácil da vida: a rendição!

- 25 Irmãos e companheiros da Luta,

Se olharmos para trás, veremos que a história da nossa Resistência registrou muitas fases difíceis e períodos extremamente delicados.

- 30 Logo a partir de 7 de Dezembro, o primeiro ano da guerra forneceu as primeiras imagens desoladoras do drama do nosso Povo. A população, em todo o país, obrigada a abandonar as suas casas, os seus haveres, as suas terras e a suportar as primeiras ondas de fome.

- 35 De Setembro de 1977 a Novembro de 1978, período extremamente difícil de sobrevivência das bases de apoio nas montanhas, bombardeamentos intensos sobre um povo encurralado em dezenas de batalhões, forçado a marchar em círculos da fome, da doença e da morte, testemunhando a sua própria exterminação.

- 40 1979 marcou a grande derrota estratégica. O saudosíssimo Nicolau Lobato tomba no campo da batalha, dezenas de membros da CCF tombados ou assassinados, outro grande número de membros do CCF se rendem, levando quase 90% da FALINTIL à rendição.

1980 marcou a 1ª vaga de massacres em todo o território nacional. Foi a verdadeira vazia de quadros e 70% dos letrados foram praticamente eliminados, enquanto a fome e a doença reduziram a população a pele e osso.

- 45 Em 1981, ocorreu a 2ª vaga de massacres e o início dos desterramentos a Ataúro.

Em 1983/84, aconteceu a 3ª grande vaga de massacres que abalou de novo todo o território nacional.

De 1985 a 1990, não houve um só ano que não registrasse desmantelamentos aqui ou acolá, prisões, torturas e desaparecimentos.

50 Em 1991, o 12 de Novembro foi mais um preço alto da constante dedicação da Juventude Maubere. O 12 de Novembro foi mais uma prova de sangue dos Responsáveis da Capital.

Apesar de tudo, a luta continuou e todo aquele mar de sangue só teve o poder de fortalecer a consciência patriótica do nosso Povo, o espírito de responsabilidade e de
55 combate dos quadros da organização clandestina.

Luta excessivamente difícil, numa resistência realmente prolongadíssima, que custou tanto, está custando e vai ainda custar mais!

Somos um Povo pequeno e indefeso, num pedaço de Pátria! Uma resistência que sempre se alimentou das suas próprias energias, uma resistência que sempre se renovou
60 das suas próprias cinzas, uma resistência que sempre se purificou no seu próprio sangue, no seu próprio suor, nas suas próprias lágrimas.

Responsáveis e quadros da Frente Clandestina,

65 O ano que passou foi mais um ano difícil, o ano também das emoções, o ano das especulações, o ano de verdadeiro abalo moral, psíquico e político! Contudo, a SAGRADA BANDEIRA DE LIBERTAÇÃO continua a tremular no alto do Ramelau e Matebian, no alto do Kablake e Taroman!

E agora, vamos todos, irmãos e companheiros da Luta, prosseguir a nossa marcha
70 para a vitória! VITÓRIA, sim, companheiros, VITÓRIA! Eu sei que VITÓRIA é uma palavra sedutora demais, mas uma palavra que custa tanto pronunciar! 18 anos depois dessa difícilíssima Resistência, é uma palavra que se tornou tão velha como a própria guerra, uma palavra, tantas vezes, tão dolorosa, uma palavra, tantas vezes, tão desesperada e, tantas vezes, tão amarga!

75 Vitória não é uma palavra vazia, não é uma palavra de consolo nem é um anestesiante da Luta! VITÓRIA é um conceito. VITÓRIA significa a PÁTRIA!

Se todos os sacrifícios consentidos são para assegurar uma Pátria para o nosso POVO, VITÓRIA significa a restituição da paz à nossa Pátria e a restituição da liberdade ao nosso Povo! E é por isso que nós LUTAMOS! RESISTIMOS para VENCER! E temos
80 que VENCER! E vamos VENCER, sejam quais forem as dificuldades, seja qual for o novo preço!

Devemos continuar determinados a isto: LUTAR para vencer! Devemos continuar empenhados nisso! Lutar para vencer!

Nós somos responsáveis, nesta duríssima resistência em que nosso Povo enfrenta
85 o poderoso, cada vez mais combatente, inimigo! Como responsáveis, vamos continuar a dirigir os nossos esforços a orientar a participação do nosso Povo, no apoio aos seus aswain no mato.

A grande propaganda inimiga, neste ano, foi de que, no mato, já não há ninguém capaz de dirigir a luta, de que, no mato, só estão os analfabetos. Tanto em Jakarta, antes
90 de meu julgamento, como em Díli, depois disso, me disseram também: “o que é que eles sabem de política, coitados!”. O mesmo foi dito para os responsáveis das organizações clandestinas. Perguntei-lhes: “Quando a Indonésia lutou contra a Holanda, todo o povo indonésio sabia política? Todo mundo era doutor? Calaram-se, companheiros, calaram-se pura e simplesmente envergonhados!

95 O colonialista tem uma postura paternalista sobre o colonizado, uma obsessão de superioridade sobre o povo colonizado. Para eles, tudo o que fizemos foi errado, por isso, pretendem nos ensinar a fazer aquilo que já sabemos e depois querem nos fazer crer em pretensões como esta: nós estamos aqui para vos ensinar o que não sabeis.

100 Não é difícil compreender isto. Toda a vida pública da Indonésia está sob a batuta dos militares. Estes, sim, consideram-se o cérebro, a intelectualidade indonésia. Generais reformados no Golkar e no Governo, generais activos nas províncias e nos conselhos, oficiais nos portos, sargentos nos sucos e a soldadesca nas aldeias. É este o domínio da inteligência da força na vida política da Indonésia.

105 A verdadeira intelectualidade indonésia, que não sabe de política, os militares, são como a massa estudantil indonésia, crianças. Os militares têm o poder e mantêm a repressão sobre tudo. Isto com o próprio povo deles. O civil, funcionário ou não, só tem chance, se venera as forças dos militares! Isto com o próprio povo deles. Para eles, quem não é militar, não sabe pensar, não tem capacidade de pensar. E isso com o próprio povo deles.

110 Ainda mais conosco, um Povo que os recusa, um Povo que lhes resiste, um Povo que luta contra eles.

Creio, irmãos e companheiros, que ainda ninguém esqueceu histórias como as daquele mainato que, por conhecer bem a residência do “Keconaton” e, por ser da Apodeti, se tornou “comat” ou as histórias como as dos “bobinzas”, que sabem mais que os próprios “bupatis”.

É esta obsessão de superioridade colonialista que faz os assassinos ocupantes de nossa Pátria desprezarem o nosso Povo, diminuírem a nossa capacidade de pensar e agir.

120 É a obsessão de que eles são poderosos, de que só eles podem fazer tudo, só eles sabem fazer tudo, que permite aos assassinos ocupantes da nossa Pátria desprezarem a nossa consciência maubere. Doutores e doutorandos indonésios em Timor-Leste não são mais que as abóboras das nossas hortas. São todos uns estúpidos e, além disso, mentirosos.

Não, irmãos e companheiros da Luta! Nunca nos assustamos com as propagandas do inimigo e dos seus lacaios. Coloquemo-nos sempre acima dessas propagandas! Todo aquele que se assusta é novato e já não pode haver novatos na nossa Resistência! A nossa Resistência já tem 18 anos! Tendo aquele que nasceu em Dezembro de 1975, hoje, 18 anos! E as nossas crianças começam a lutar, desde a barriga das suas mães!

Quando os diplomatas foram à nossa Pátria, um grupo de jovens esteve no Espaço Episcopal. Foram expulsos e os assassinos vândalos saíram à procura do responsável. Nunca podiam entender que aquilo havia brotado das entranhas daquelas crianças!

130 Não, companheiros! Acreditemos, sempre, em nós mesmos, nas nossas faculdades mentais, na nossa capacidade de agir politicamente.

Ninguém é insubstituível! Na Indonésia, sim. O velho ditador, o velho assassino Soeharto é insubstituível!

135 Nestes 18 anos de Luta, tantos dismantelamentos, tantos quadros que desapareceram! Novos responsáveis surgiram e a Luta prosseguiu!

Nestes 18 anos de guerra, tantos combatentes e tantos comandantes de valor tombaram! Novos comandantes surgiram e a Resistência Armada prossegue. Em Março deste ano, capturamos 6 armas do inimigo. Theo Siafeil foi até o local do combate. Ordenou aos seus homens para recapturarem as armas. O facto de ele ter ido ao local da operação dos guerrilheiros só significa a sensação de impotência, por parte dos generais, e quebra moral, por parte dos seus soldados!

140 Os guerrilheiros da FALINTIL infundem respeito e os seus comandantes são temidos! Esta é a verdade! As propagandas, as acções do “sospol”, isso é trabalho do Simbolon e dos seus ajudantes, dos oficiais que estão nos Kapubaten, dos comandantes que patrulham Díli. Desses todos que nunca foram ao mato e só sabem prender, perseguir, torturar...

Irmãos e companheiros da Luta,

150

Os guerrilheiros estão diminuídos, é uma verdade! Só neste ano, perdemos entre 25 e 30 homens!

155

Desde 1975 a 1993, muitos foram Ministros de Defesa da Indonésia, muitos foram os “panglimas” da ABRI, muitos foram os comandantes militares em Díli, centenas os comandantes de companhia!

160

Desde 1979 até ao presente momento, os guerrilheiros continuam a ser apenas os “50 fugitivos” da propaganda do assassino Benny Murdani. Benny Murdani escreveu um livro e confessou-se não culpado pelo que aconteceu em Timor-Leste desde a invasão. É a sensação de derrota, é a expressão mais clara do sentimento de vergonha!

165

Eu declarei que reconhecia a derrota militar... no terreno! Não afirmei que as FALINTIL estavam derrotadas. Quis apenas dizer, por tantas outras palavras, que reconhecia a nossa incapacidade de vencermos, em termos militares, o poderoso TNI! Que estrategicamente sempre fomos e seríamos um exército pequeno e fraco, incapazes de crescermos, incapazes de alterarmos a situação militar.

Ainda hoje, o coro das nossas armas continua a cantar o HINO DE LIBERTAÇÃO DA PÁTRIA!

170

Quando reconheci a nossa incapacidade, em termos militares, convidei Jakarta a reconhecer a sua incapacidade política, também no terreno! No terreno da complexa luta política, no terreno das acções e reacções políticas que se desenvolvem na nossa Pátria!

Enquanto os ocupantes da nossa Pátria não reconhecerem isso, os guerrilheiros não vacilarão e continuam dispostos a doar a sua vida pela PÁTRIA e pelo Povo!

175

Todos os responsáveis da Frente Clandestina devem compenetrar-se disto: enquanto ainda houver um guerrilheiro no mato, a arma da Libertação continuará a vomitar o FOGO DA LIBERDADE! E quando não houver mais Resistência Armada, será da Frente Clandestina que surgirão os novos responsáveis pela Luta.

O Povo Maubere gerou muitos filhos capazes, o Povo Maubere educou muitos patriotas de valor! Quando o Povo Maubere tiver sido totalmente exterminado, aí, sim, os abutres indonésios poderão saciar-se de nossos cadáveres!

180

Como na guerrilha não formámos comandantes, todos têm que estar capazes de comandar um dia. Na Frente Clandestina não formámos quadros, mas todos temos que estar capazes de responder pela luta, quando for o momento.

Combatemos para aprendermos a combater melhor! Lutamos para aprendermos a lutar melhor! Resistimos para aprendermos a resistir melhor! Organizamos para aprendermos a organizar melhor!

185

A nossa escola é nossa própria acção, a nossa formação provém das nossas derrotas, a nossa capacidade emerge de nossas dificuldades.

Assim, queridos irmãos e companheiros da Luta, vamos todos sacudir o pesadelo deste ano, vamos todos buscar novas energias do mais interior de nós mesmos e vamos clarear a nossa mente e preparar o nosso corpo para mais um ano de Resistência.

190

Responsáveis da Força Clandestina,
Irmãos e companheiros da Luta,

195

Como todos sabeis, existe hoje no terreno os seguintes Órgãos de Direcção da Luta:

O CNRM, pelo qual continuo o Responsável Principal, compõe-se de 3 direcções de luta.

1. Na Resistência Armada, funciona um Conselho Executivo da Luta, da Frente Armada, composto por:

- 200 • Nino Konis Santana, Secretário CDF (Comissão Directiva da FRETRELIN), chefe do Conselho;
- Lú Olo, vice-secretário da CDF;
- Matan Ruak, chefe do EMF;
- David Alex e Lere Timor Anan, sub-chefes do EMF.

205 2. Na Resistência Clandestina, o Comité Executivo da Luta, da Frente Clandestina, composto por:

- 1 Secretário;
- 2 Vice-Secretários;
- 3 Adjuntos.

210 3. Na Frente Político-Diplomática, o companheiro Ramos-Horta mantém-se o Representante Especial do CNRM.

Todos são membros do CNRM.

Irmãos e companheiros da Luta,

215

As nossas experiências, ao longo destes anos, quanto a estruturas, alterações ou reorganizações indicam que devemos sempre agir com base em condições concretas de desenvolvimento. Às vezes, temos a impressão de que as necessidades exigem mudanças substantivas. Muitas vezes, eu mesmo deixei-me influenciar por essas aparentes

220 necessidades: com o objectivo de deixar amadurecer essas necessidades.

Necessidades políticas dos próprios quadros e da situação. Como todos sabem bem, o CNRM tem o controle político sobre todo o território nacional. Mas muitas regiões devem reconhecer o pouco esforço no cumprimento dos deveres, o pouco empenho na activação das tarefas.

225 De uma coisa posso ficar satisfeito, o descontrolo e o oportunismo que vigoravam em Díli até 1991 foram praticamente eliminados. As regiões contribuíram sem a certeza de que os artigos chegariam à Frente Clandestina. Houve descontinuidade na participação, mas tornava-se necessário dar tempo ao tempo, para se retomar o anterior ritmo.

230 Hoje, é chegado o momento para o novo impulso. O Comité Executivo da Luta da Força Clandestina já possui um modelo de estrutura para as Regiões e Zonas até as aldeias. O CEL/FC vai fazer chegar a todas as regiões essa nova estrutura, a composição dos seus membros e as actividades.

Em Díli, vai funcionar uma estrutura própria, ajustada à realidade da capital.

235 Apelo a todos os responsáveis, desde os regionais até os das aldeias, para se empenharem com alegria e dedicação na reedificação desta ossatura patriótica que tem em vista orientar a luta do nosso Povo.

Apelo a todos os responsáveis, desde os regionais até os das aldeias, para se esforçarem sempre na activação das tarefas entregues a cada um. A estrutura só vive quando os responsáveis trabalham e não se preocupam.

240 Os responsáveis regionais devem ter sempre a preocupação de manter contactos periódicos com o CEL/FC, devem ser capazes de colocar questões, de sugerir métodos, propor fórmulas, indicar alternativas; as dificuldades devem ser expostas com clareza, mas também se pedem esforços para superar essas dificuldades, a fim de que não aconteça de imobilizarmo-nos permanentemente sob a justificação de eternas dificuldades.

245 Eternas dificuldades são sinónimo de comodismo e despreocupação, são sintomas da preguiça mental e da falta de responsabilidade.

Vamos todos preocupar-nos, como questão importantíssima, da segurança da organização, a fim de evitarmos fáceis desmantelamentos. Contudo, segurança não significa imobilidade, inactividade.

250 O Secretário do CEL/FC, trimestralmente, deve fazer o balanço das actividades de cada região, de forma a permitir que cada uma sabia de que modo contribui com a Luta.

Vamos todos cuidar da vida da nossa Resistência. A NOSSA RESISTÊNCIA VIVE DA NOSSA ACCÇÃO e é por isso que todos vamos partir para uma MELHOR RESISTÊNCIA.

255

Irmãos e companheiros da Luta,

Para terminar, desejo referir-me a um acontecimento que, eu sei, foi objecto de muita propaganda na nossa Pátria!

260 O inimigo pretende o que ele chama de reconciliação entre timorenses. O encontro, dito secreto, terá lugar no Reino Unido.

É lamentável que alguns timorenses no exterior se prestem a fazer o jogo do inimigo. Todos sabemos que nada resultará dessa fantochada.

265 Os que estão fora desconhecem o carácter do inimigo. Não sabem o que sabemos do inimigo. Realmente admira-nos que timorenses que se dizem independentistas possam fazer encontros fora do contexto das Nações Unidas, fora do contexto de Portugal.

Em 1990, lancei o desafio a Portugal e disse que nós, os timorenses, podíamos conversar sozinhos com a Indonésia. Abílio Araújo barafustou. Hoje, ele é o chefe da delegação dos frustrados no exterior.

270 Não nos assustemos, queridos irmãos e companheiros da Luta. Enquanto os cães ladram, a caravana passa.

E o nosso Povo tem a experiência de 18 anos de marcha heroica.

Faço votos, desejo, apelo, exijo para que todos os Responsáveis da Frente Clandestina possam proporcionar a 1994 muito sucesso à Luta do nosso Povo!

275

PÁTRIA OU MORTE!

A LUTA CONTINUA, SEM TRÉGUAS, EM TODAS AS FRENTES!

RESISTIR É VENCER!

280

Kay Rala Xanana Gusmão
Comandante das FALINTIL

Discursos Período Pós-Indonésio

DISCURSO VI

5

25 de Agosto de 2001

10 A minha participação pessoal no processo de libertação nacional foi igual a de qualquer outro filho desta terra que desejava a independência para Timor Lorosa'e. Tomei a decisão de assumir o comando da resistência, porque os principais líderes ou morreram ou se renderam, tendo na altura sobrevivido apenas 3 membros do Comité Central da FRETILIN, de que eu fazia parte. Destes 3, mais um morreu em combate nos inícios de 1981, restando assim o meu irmão Ma Huno, que infelizmente se encontra inválido e incapaz de falar, e este vosso servo.

15 Por motivo desta situação, nunca alimentei ambições pessoais para mim, tanto mais que eu jurei, perante os tombados e os guerrilheiros sob o meu comando, que nada reclamaria para mim como respeito aos enormes sacrifícios de todos. Foi sempre, neste sentido, que tentei servir, no melhor que eu pude dar, os interesses do povo e da pátria. E foi este o princípio que sempre me guiou e vou-me esforçando por continuar a ser
20 consequente com este ideal.

Eu sempre afirmei que deveríamos cortar o actual momento da história com o passado e, embora um seja consequência do outro, os dois processos têm que ser diferentes no carácter e nos objectivos. Foi assim que, como uma Plataforma de Luta pela Libertação da Pátria, o CNRT nunca se movimentou a apoderar-se do aparelho do poder, depois da
25 retumbante vitória de 30 de Agosto de 1999. E, consequente assim com o idealismo político da luta, o CNRT dissolveu-se, depois de ter cumprido o seu papel de contribuir no processo de transição para a independência.

E isto para dar lugar à construção de um sistema democrático no Timor Lorosa'e independente e para não fazer depender o processo a indivíduos e grupos, sobretudo na
30 necessária aprendizagem de governação durante os primeiros anos. Por outro lado, deve-se considerar que o importante para a nação, nestes primeiros passos de independência, é todos assumirmos a necessidade de prestar a máxima atenção à capacidade intelectual e profissional das pessoas para responder às obrigações de cada um.

35 As eleições que vão ter lugar no próximo dia 30 de Agosto serão para a Assembleia Constituinte e que muito provavelmente virá a transformar-se no primeiro Parlamento. Havia logo no início, no seio do povo, a dúvida se estas eleições seriam também para o Presidente da República, pois o povo estava já habituado ao sistema das eleições indonésias, onde o parlamento decide sobre quem deve ser o Presidente.

40 E foi daí que apareceu o primeiro problema aos partidos políticos: o povo queria saber quem seria o Presidente da República, que cada partido apoiaria. Foi assim que, muito extemporaneamente, os Partidos ou alguns Partidos começaram a falar de Xanana Gusmão, quando a postura desses Partidos deveria ser o de informar ao povo que as eleições para Presidente da República serão depois e diretas.

45 Havia uma contradição entre a minha decisão de não me candidatar e a postura dos Partidos Políticos que me apresentavam como seu candidato. Mas por quê? É esta a pergunta que eu faço. Eu não acredito que todos os partidos que afirmaram ao povo que eu seria o candidato para Presidente o fazem com a convicção de que eu serei a pessoa certa. Eu até acredito que alguns partidos não teriam mencionado o meu nome se não houvesse esta forma de pressão por parte do povo. E é esta pressão que explica a forma

50 tão extemporânea de me apresentarem como candidato do partido para as futuras presidenciais.

E isto não é justo... para o povo! Porque é que eu digo que não é justo? Porque os partidos não sabem o que eu desejaria, porque os partidos não só não me perguntaram se eu aceitava ou não como também me comprometem a políticas que, possivelmente, são
55 diferentes dos meus pontos de vista. Se todos os partidos tivessem o cuidado de informar ao povo que haverá eleições presidenciais diretas e, portanto, aí os partidos apresentariam os seus candidatos e que haveria também candidatos independentes, eu sinceramente acredito que o povo teria deixado esta questão para o tempo mais oportuno.

Perante a perspectiva de decisões que vão ser tomadas na Assembleia Constituinte e porque muitos partidos me apresentaram já como seu candidato à Presidência da República, tomo a liberdade de colocar aqui os meus pensamentos para os partidos
60 saberem e reconsiderarem, se for caso disso.

EU DECLARO AQUI E AGORA QUE ACEITAREI SER CANDIDATO DOS PARTIDOS A PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE TIMOR LOROSA'E, se os mesmos
65 partidos demonstrarem o máximo compromisso para aceitarem quaisquer que forem os resultados das eleições. Isto significa que cada partido deve promover, nas suas estruturas de base, a política da tolerância e do respeito mútuo, dentro do espírito democrático que todos estamos empenhados a construir.

Os símbolos nacionais devem ser matéria de debate da Assembleia Constituinte e
70 objecto de consulta alargada à sociedade timorense. A Assembleia Constituinte deve debater com profundidade e sentido de realismo a necessidade de uma política nacional sobre Reconciliação e Amnestia, tendo em conta os desafios do futuro e a nossa capacidade de encetar pelo caminho do desenvolvimento, do bem-estar e da harmonia entre timorenses e entre Timor Lorosa'e e os seus vizinhos.

A Assembleia Constituinte deve prestar uma homenagem especial a todas as
75 vítimas, famílias de vítimas e veteranos da Resistência e autorizar a reabilitação dos nomes de todos quantos injustamente foram presos e/ou mortos como traidores.

A composição do Governo, no primeiro período após a independência, deve ser
80 guiada pelo sentido de competência e profissionalismo e não pròpriamente pelo critério político, tendo contudo em conta o resultado das eleições, em relação à distribuição de portfólios.

Isto não significa de nenhuma maneira que estou a apresentar condições aos Partidos. Eu apenas estou a expressar em voz alta os meus pensamentos, já que eu fui
85 colocado numa situação de total dependência de todos os partidos que afirmaram que eu seria o seu candidato para Presidente da República de Timor Lorosa'e, mesmo em campanhas para as eleições para a Assembleia Constituinte.

Espero assim também pôr termo a todas as especulações em torno desta questão. Eu sei que não sou a pessoa mais indicada. Últimamente, tenho-me sentido muito cansado,
90 depois do peso de 25 anos. Eu sempre alimentei o sonho de que, depois da independência, teria tempo para cultivar abóboras e criar animais. E as esperanças nunca devem morrer.

Obrigado.

DISCURSO VII

20 de Maio de 2002

5 Caríssimos compatriotas,

Povo de Timor-Leste,

10 É do mais profundo da nossa alma que saudamos com respeito Vossas Excelências e expressamos também a nossa eterna gratidão.

Desde os anos 60 que Timor-Leste estava na lista dos territórios não autônomos, no Comitê dos 24, e, desde 1975, que figurava na agenda anual da Assembleia-Geral da ONU. Se hoje se juntam aqui 92 países, foi porque a solução para o problema de Timor-Leste era da responsabilidade da Comunidade Internacional.

15 A vossa presença, digníssimos dignitários, é, assim, o mais eloquente testemunho dos valores universais, consagrados na Carta das Nações Unidas e, também, uma afirmação inequívoca dos direitos fundamentais do Homem e dos Povos.

A sua Excelência, o Secretário-Geral da ONU, queremos expressar a nossa mais sincera gratidão pelo cometimento pessoal à causa timorense. Não queremos esquecer os
20 esforços e a grande doação do embaixador Jamsheed Marker, Francesc Vandrl e Tamrat Samuel. Hoje, também, saudamos Ian Martin e toda a equipa da UNAMET e queremos manifestar o nosso grande apreço ao amigo Sérgio Vieira de Mello e a todos quantos passaram por Timor, em missão da UNTAET. Estendemos aqui um abraço de muita amizade a todos quantos em Nova Iorque se esforçaram por nos compreender e sobretudo
25 gerir sucesso. Ao Conselho de Segurança, os nossos respeitos e a nossa gratidão.

Eu ousaria chamar a esta magnífica participação de tantos países, vindos dos 4 cantos do mundo, o que honra e engrandece o nascimento do nosso país, como uma mini-Assembleia do Milénio. Aqui não se debatem, tal como aconteceu em Setembro de 2000, os prementes problemas da Humanidade. Aqui sois testemunhas dos anseios pela paz de
30 todo um povo, aqui sois testemunhas da determinação em construir as bases democráticas de desenvolvimento de toda a sociedade timorense e, aqui, sois testemunhas da esperança de um futuro, baseada no combate enérgico e permanente à pobreza, em todas as suas vertentes.

Hoje, assumimos, com humildade e perante a Comunidade Internacional, as nossas
35 obrigações para com o nosso povo. Quisemos ser nós mesmos, quisemos orgulhar-nos sermos nós próprios, um Povo e uma Nação.

Hoje efectivamente somos o que quisemos ser, com a ajuda de todos vós e seria longa a lista de agradecimentos, com uma especial menção à coragem do Presidente Habibe e à decisão do Presidente Clinton.

40 Hoje somos um Povo, igual a todos os Povos do mundo. Nas celebrações da independência, queremos assumir diante de vós este compromisso: o de servir só e unicamente o nosso Povo. Nas celebrações da independência, queremos conter o regozijo exagerado e as desmesuradas ambições, para assumirmos com consciência a necessidade de aprender para servir, e a vontade de corrigir para melhorar.

45 A história é feita pelos Povos, unidos num anseio comum — a liberdade em cada ser humano, a paz para o povo e o progresso do país. Depois da independência política, o nosso objectivo supremo será o desenvolvimento integral de todos os aspectos da vida do nosso povo, desde o cultural ao científico, desde o social ao económico.

50 A nossa história vai continuar a ser feita pelo nosso povo, pela dignificação do indivíduo, na tolerância entre grupos e no respeito no seio das comunidades, numa

participação colectiva e dinâmica da sociedade. Isto irá constituir a nossa nova filosofia, enquanto timorenses.

55 À solidariedade internacional, vai um profundo abraço de muito carinho do nosso povo. Continuamos a contar convosco, em outras formas de apoio dirigidas a aliviar as dificuldades das nossas populações mais necessitadas, para estreitamento de relações povo-povo.

60 Sua Excelência, o Presidente, Dr. Jorge Sampaio,
Sua Excelência, o Presidente, Dr. Joaquim Chissano,
Senhores Chefes das Delegações dos Países da CPLP,

65 Quando “o sândalo salutífero e cheiroso”, de onde o sol nasce, vê primeiro, atraía os mercadores portugueses que, em uma grande epopeia marítima, iniciaram o processo de encontro de continentes e povos, nunca os nossos ancestrais sonharam que, 500 anos depois, a história registraria um País com o nome de Timor-Leste.

70 O ganho ao direito de autor de auto-determinação e independência nacional, em 30 de Agosto de 1999, foi o corolário da luta de um punhado de povos que tinham entre si laços profundos de uma identidade histórica e cultural. Quero aqui publicamente apresentar Timor-Leste e o seu Povo como uma causa nacional. Quero aqui publicamente prestar homenagem aos Órgãos de Soberania Portugueses por terem tornado, pela Constituição, Timor-Leste e o seu Povo uma causa nacional. Quero também agradecer a cada um dos Países irmãos lusófonos o carinho, o apoio político e a solidariedade que caracterizaram a nossa irmandade e que reforçaram, em tempos difíceis, os nossos vínculos.

75 Nesta era de globalização, existem tendências de estandardizarmos o pensamento, os comportamentos e atitudes. Em relação a Timor-Leste, existem dúvidas sobre a nossa identidade. Existe a corrente para nos acomodarmos a uma falsa visão do futuro, existe a tendência para nos subvertermos a contrapartidas de facial consumismo intelectual e económico, onde nos perderíamos como uma gota no oceano.

80 A independência alcançada é apenas um passo para nos afirmarmos. Mas a afirmação é um processo, também, difícil, a partir por não ter vergonha de sermos nós mesmos, com uma identidade histórica e cultural própria, que esteve na base da nossa emancipação e que foi a base do vosso apoio, inequívoco e incondicional.

85 Neste contexto, uma sentida homenagem a todos os governantes e diplomatas portugueses que souberam interiorizar a causa timorense, com especial relevo ao Presidente Joaquim Chissano, ao Eng. António Guterres, ao Dr. Jaime Gama e ao actual 1º Ministro Durão Barroso, pelo relevante papel que desempenhou, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros.

90 De vós, povos irmãos da CPLP, esperarmos que continuarão ao nosso lado para este processo, difícil mas empolgante, da independência e da afirmação.

Excelência, Presidente Megawati Soekarnoputri,
Povo irmão indonésio,

95 Acolhemos com especial carinho a vossa presença, Presidente Megawati Soekarnoputri, não só como o Chefe de Estado do País irmão e vizinho, com quem partilhamos as mesmas fronteiras, mas também como um símbolo, que já era, dos anseios democráticos do povo irmão indonésio.

100 A vitória do povo timorense é expressão também destes anseios, porque a democracia pressupõe liberdade e liberdade faz jus aos direitos fundamentais do Homem e dos Povos.

O povo indonésio e o povo timorense viveram 24 anos de relações difíceis. Hoje, nós todos concordamos que foram resultado de um erro histórico, e isto pertence já à história, pertence já ao passado. E este passado, porque pertence já à história, não deve continuar
105 manchando os nossos espíritos ou dificultando as nossas atitudes e relações.

Ainda em Novembro de 1999, quando os sentimentos de ambos os lados ainda estavam no clímax da intolerância, de acusações e de desconforto moral e psicológico, nós fomos a Jacarta para dizer que o passado deve ser visto como passado e para afirmar, ao mesmo tempo, a nossa total disposição de, juntos, erguermos um novo futuro de relações
110 entre os dois países e os dois povos.

E eu acredito, Sra. Presidente, que a Indonésia e Timor-Leste poderão, como já o fizeram neste 2 anos e meio, para provar a todo o mundo que, quando existe boa vontade política por parte de governante e da sociedade em geral, a paz pode ser construída em bases sólidas pelo mundo fora. A Indonésia e Timor-Leste já estão em paz, mas poderão
115 ainda contribuir de uma forma muito significativa para a paz no mundo de hoje, onde todos testemunhamos um ambiente de desconfianças, de medo, de actos de terror e de acusações.

O Povo timorense deseja agora concentrar as suas atenções para o seu próprio desenvolvimento. Somos o país mais pobre da Ásia e queremos elevar, gradual, mas firmemente, o nível de vida das nossas populações. A cooperação Indonésia/Timor-Leste, num amplo leque de interesses comuns, reforçada por uma forte relação de amizade entre os dois povos, será antídoto seguro a algumas reacções ainda prevalecente de ambos os
120 lados.

Juntos, senhora Presidente, os dois povos deverão contribuir na construção de um mundo melhor. Por último, quero saudar todos os cidadãos indonésios, indivíduos ou grupos, que muito contribuíram, antes e agora, para todo este processo em Timor-Leste, que culmina agora neste grande evento.
125

Obrigado.

DISCURSO VIII

30 de Agosto de 2002

5 Vamos analisar os primeiros cem dias de independência.

Estamos constantemente a ouvir dizer que a independência foi apenas para algumas pessoas e que independência ainda não atingiu a população como um todo. Nós também ouvimos dizer que a independência é para aqueles que não lutaram ou sofreram, e para aqueles que lutaram e sofreram, a independência não existe.

10 Nós também ouvimos dizer que o presidente da república e os membros do governo já estão bem, eles já têm carros, casas e salários e que eles já esqueceram a população e aqueles que lutaram e sofreram. Diz-se também que o governo deve ser demitido, porque os seus membros, do primeiro-ministro para baixo, ainda não fizeram nada e, acima de tudo, eles não se preocupam com a situação daqueles que sofreram e lutaram.

15 Estas queixas são naturais e humanas, mas não racionais. Pode ter havido falhas, mas elas não justificam todas essas reclamações. Nós todos sabemos que há mais a ser feito, no entanto, é impossível fazer tudo em três meses e um plano de desenvolvimento nunca pode ser concluído de uma única vez, em qualquer país que seja.

20 Há pessoas que já imaginam uma possível crise e que o governo vai cair porque ele não pode responder a todas as demandas e não é capaz de resolver todos os problemas. Devo dizer-lhes que, nos últimos encontros que tive com todos os partidos políticos, sem exceção, e com os dois bispos, todos afirmaram categoricamente que não eram a favor de uma crise e que eles iriam fazer o seu melhor para defender a Constituição e o processo democrático.

25 Eu não estou discutindo sobre os aspectos democráticos e constitucionais. Desejo somente chamar a atenção para aqueles que querem criar uma crise, para aqueles que exigem uma imediata e completa mudança da situação, para pensarem com cuidado, para perguntarem-se sinceramente o que eles poderiam ou não conquistar em um curto espaço de tempo.

30 Quero chamar a atenção de todas as pessoas à demagogia, à conversa barata de muitos dos que exploram as falhas das instituições do Estado para mobilizar a população. Um facto que permanece em todas as nossas memórias é quando o Ministro da Administração Interna, o Sr. Rogerio Lobato, que foi destacado pelo presidente do parlamento, o Sr. Francisco Guterres, dirigiu-se à população no ginásio e disse: “Vocês pertencem à FRETILIN, foram vocês que nos elegeram.”

35 Nas eleições democráticas, a FRETILIN ganhou com uma maioria de 57 por cento, o que significa que a maior parte nosso povo confiou na capacidade do Partido FRETILIN para liderar o parlamento e o governo por cinco anos. Não foi apenas por três, quatro ou cinco meses.

40 Na minha primeira mensagem, realizada um mês após a independência, pedi a todas as pessoas para dar ao governo seis meses, tempo suficiente para que nós víssemos algo concreto na execução do programa anual de atividades. Exigir que se resolvam todos os problemas em apenas três meses é irreal e simplesmente irracional. Esta é a razão pela qual eu apelo aos estudantes universitários para fazerem melhor uso de sua arma: a capacidade de pensar e racionalizar, para que suas demandas não colidam com as regras democráticas que regulam nossas vidas como cidadãos e como Estado.

45 O mais irônico das controvérsias é que há grupos que não participaram do referendo e não quiseram participar nas eleições para formar a Assembleia Constituinte nem mesmo nas eleições presidenciais. Eles demonstraram que eram antidemocráticos,

50

mas, hoje, eles apresentam-se como a voz do povo, fazendo diversas exigências, tirando proveito do ambiente democrático que todos nós estamos tentando construir e fortalecer.

Meus queridos compatriotas,

55

Hoje, as pessoas exigem trabalho duro e se eles não o obtém, exigem discursos... sobre história. E o pior de tudo, a história tem que estar do lado deles. Para outros, a história não existe. E para outros ainda, história não pode ser feita, uma vez que incorporam a história.

60

Eu acredito que este é o resultado de conflitos violentos para a libertação. A arrogância que hoje em dia tornou-se comum em alguns timorenses não é uma falha em si mesma ou um sintoma do caráter dessas pessoas.

65

Em alguns, a arrogância é resultado de um sentimento de fragilidade (eu diria psicológica, não política e moral) e é empunhada como uma arma de autodefesa contra tudo e contra todos. Como vocês podem ver, ela é apenas um estado de espírito.

70

Em muitas outras pessoas, podemos ver que essa arrogância produz rígidos e inflexíveis atitudes e comportamentos, os quais, muitas vezes, são contraditórios. Essa arrogância serve unicamente para disfarçar uma incapacidade intelectual e política. A arrogância, portanto, torna-se uma armadura para esconder a ignorância dos olhos da multidão.

Se estes estados de espírito prevalecerem por muito tempo ou ao longo do tempo, eles podem se tornar característica de uma atitude doentia.

Meus queridos compatriotas,

75

Agora, vamos discutir o processo da nossa independência em termos institucionais.

80

Não podemos dizer que alcançamos progressos significativos na construção do Estado. Eu digo isso, porque o Estado está sendo construído ao longo dos anos e tem que ser construído a partir do zero. A Constituição define as linhas teóricas e gerais da existência do Estado. O Estado tem que ser construído; isso não é tudo, pois também deve existir uma legislação para que o Estado possa tomar medidas, para o Estado respirar, para o Estado viver, para o Estado produzir, para o Estado ativar o resto da sociedade.

85

Dias após o anúncio dos resultados das eleições presidenciais, eu fui para a Assembleia Constituinte e chamei a atenção dos deputados para o facto de que, sem leis básicas essenciais para facilitar o funcionamento regular do Estado, ficaríamos paralisados, embora nós já tivéssemos adotado uma Constituição.

90

Na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de Maio, mais uma vez relembrei aos deputados que a Constituição não era suficiente em si mesma e que era seu dever fazer o Estado funcionar com as leis necessárias que precisavam ser aprovadas pelo parlamento. Na primeira reunião com os partidos políticos, eu lhes pedi para estabelecer uma ordem de prioridades e importância na adoção de leis no parlamento, e que não precisaríamos nos preocupar com leis que não fossem uma prioridade para o normal funcionamento do Estado.

95

A situação institucional no presente, à luz da Constituição, continua mais ou menos a mesma, depois dos cem dias de independência. A Presidência não tem uma lei orgânica para regular suas atividades internas. Tudo o que fazemos não é legal nem ilegal.

Na verdade, algumas leis já foram aprovadas e são elas:

- *Lei do Passaporte*, promulgada em 27 Junho de 2002;
- *Lei 1/2000, Publicação de Leis*, promulgada em 29 de Junho de 2002;

100

- Decreto 1/2002 de Maio, *Lei relativa à transferência do Sistema Jurídico*, promulgada pelo Presidente em 05 de Julho de 2002;
- *Lei Orgânica do Parlamento Nacional*, promulgada em 10 de Julho de 2002;
- 105 • Lei 2/2002 sobre a *Interpretação da Legislação em vigor até 19 de Maio de 2002*, promulgada em 10 de Julho de 2002;
- Lei sobre o *Estado Geral do Orçamento do Ano Fiscal 2002/2003*, promulgada em 16 de Julho de 2002;
- Resolução 11/2002, *Adesão de Timor-Leste a MF/BRD/IFC/AID/IDA BAD*, aprovada em 15 de Julho de 2002, assinada para publicação em 16 de julho, 2002;
- 110 • *Lei de Modificação do Sistema Tributário*, promulgada em 16 de Agosto de 2002;
- Lei 6/2002 de *Emendas ao Orçamento de Alocação para o Ano Fiscal 2001-2002*, promulgada no dia 20 de Agosto de 2002;
- Lei 7/2002 sobre as *Fronteiras Marítimas da República Democrática de Timor-Leste*, promulgada em 24 de Agosto de 2002;
- 115 • Resolução 13/2002 do *Parlamento Nacional sobre o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional*, assinada para publicação em 24 de Agosto de 2002.

No entanto, muito se discute sobre as pessoas que atravessam a fronteira e às quais é concedido visto de entrada para uma ou duas semanas para viajar por todo Timor, 120 fazendo seus negócios, mas elas saem somente semanas depois. Fala-se muito sobre os estrangeiros que vêm aqui e ninguém realmente sabe o que eles estão fazendo. No entanto, visitar Timor não é um crime e nós deveríamos encorajar visitas porque quem passa em Timor, deixa dinheiro em Timor.

125 E, além disso, ainda não existe uma lei sobre a imigração. Ao falar sobre os estrangeiros, nos esquecemos de nós mesmos e do fato de que ainda não há uma lei sobre cidadania.

Há também muita discussão sobre corrupção, conspiração e nepotismo, de casos em que é dito que a maridos, esposas, tios, sobrinhos e primos são oferecidos empregos em um mesmo departamento. Outras coisas são ditas sobre esta prática, tais como muitas 130 pessoas com experiência não conseguem encontrar trabalho, porque elas não são politicamente confiáveis e que, portanto, aqueles que são escolhidos não são os melhores para o trabalho.

E a lista de queixas sobre corrupção, conspiração e nepotismo não para por aí. Existem servidores públicos que, apesar de receberem seus salários normais, os quais 135 muitas pessoas desempregadas gostariam de receber, têm o hábito de receber propinas de estrangeiros de até US\$ 100, o que corresponde ao seu salário mensal, para a emissão de vistos e outros assuntos.

Finalmente, se é verdade que tudo isso está a acontecer, não existe um lugar com mecanismo independente para receber as queixas do povo. É, portanto, urgente que o 140 Gabinete do Ombudsman (Provedoria) seja construído, de modo que um mecanismo de comunicação para as pessoas seja aberto. Para isso, é necessário que o Parlamento aprove a lei para este efeito.

Também se fala sobre a necessidade de separar o Ministério Público do serviço de magistratura. Notamos a preocupação de todos em relação ao sistema judicial, sobretudo 145 a comunidade internacional, e a necessidade de garantir que ele seja independente e profissional. Fala-se de a necessidade de estabelecer um Supremo Tribunal de Justiça, um Tribunal de Recurso e o Escritório do Procurador-Geral, fala-se dos problemas ocorridos na prisão de Becora e o número de ações judiciais que se acumulam porque eles não são rapidamente resolvidos.

150 Não há lei que reja os trabalhos do Ministério Público, não há nenhuma lei que defina a magistratura, e estamos à espera de que o Parlamento aprove estas duas leis. Não tem jeito de resolver os problemas das prisões superlotadas e enquanto isso, parece que todo mundo está apenas a esperar que o ministro da Justiça conclua rapidamente os seus três meses de licença.

155 Enquanto isso, eu gostaria de falar um pouco sobre o nosso sistema judicial. Nós todos sabemos que se a justiça em Timor é mal servida. Todo o resto também não está bem.

160 Precisamos de juízes profissionais e promotores com altos níveis de responsabilidade, assim como nós precisamos de tribunais verdadeiramente independentes.

Mas todos nós aceitamos o fato de que agora estamos começando tudo; na política, no desenvolvimento, na construção do Estado, no sistema escolar, na educação, e assim por diante. A iniciar comigo, todos nós estamos aprendendo a servir a nação.

165 Há várias críticas ao trabalho dos juízes e procuradores, assim como muitas críticas à ação dos ministros, professores e servidores públicos. Há também controvérsia sobre o status de estagiários versus o regulamento da UNTAET que prevê benefícios vitalícios para juízes que tenham apenas três anos de serviço. De acordo com algumas fontes, juízes timorenses se recusam a trabalhar com estrangeiros e este é um problema.

170 Eu acho que todos nós devemos enfrentar o desafio de construir o nosso Estado, como um processo de construção de nossa capacidade global em todos os aspectos da vida do Estado. Exigir que a justiça seja independente é apenas um problema. Mas, porque é fundamental para todo o processo de democracia e desenvolvimento no nosso país, todos nós devemos aceitar que os outros possam se envolver na formulação de políticas, na formação e na capacitação de juízes e procuradores. E esta questão, ao estabelecer e
175 constituir o sistema judicial em Timor, é um assunto de interesse de todos os timorenses e, acima de tudo, para as próprias instituições do Estado.

180 Isso não significa interferência ou intervenção, porque isso só existiria se tentássemos interferir nos casos em julgamento nos tribunais. Intervenção na formulação de políticas de capacitação significa que compartilhamos as mesmas dificuldades, os mesmos esforços e o mesmo objetivos.

Meus queridos compatriotas,

185 O Conselho de Estado ainda não pode funcionar porque não há lei para regulamentá-la. O Supremo Conselho de Defesa e Segurança não podem funcionar porque não há nenhuma lei. O parlamento tem que aprovar essas leis.

Muitos deputados não me aceitam e me criticam por ter dito que o ato da votação é mais que uma mera formalidade no processo dessa instituição democrática. Esses deputados se rebelaram porque eu exigi a consciência de sua própria responsabilidade para
190 com as pessoas que os elegeram e com a Constituição que aprovaram.

Desejo informar-vos que eu já fui abordado por representantes diplomáticos estabelecidos em Díli, que expressaram sua surpresa, porque, imediatamente após a aprovação de leis, os deputados não foram capazes de explicar as suas motivações e disseram que eles aprovaram as leis, mas não as tinham entendido.

195 Se temos motivo para lamentar a imagem que estamos criando de nós mesmos para o mundo, o presidente da república também compartilha dessa vergonha. Espero que os deputados reflitam sobre isso, com a necessária consideração política, evitando, assim, a arrogância que presta um desserviço a todos.

Mas vamos continuar a analisar os primeiros cem dias da independência.

200 A população nos distritos queixa-se de ter sido abandonada, de ser esquecida e, pior ainda, de um vácuo de poder. Nossa república é chamada de “república democrática”, o nosso estado é democrático. A Constituição foi democraticamente aprovada e consagrada democracia participativa. Em seções da Constituição, democracia local e do governo local são mencionados.

205 A Constituição é a nossa lei fundamental e está escrito no 6º parágrafo que o objetivo principal do Estado é “defender e garantir a democracia política e a participação popular na resolução de questões nacionais”, e, 5º, proclama o princípio da “descentralização da administração pública”.

210 A democracia participativa significa que a participação deve vir de todos os cidadãos; isso também significa que precisa vir das bases de nossas comunidades. Hoje em dia, os chefes de vila não sabem o que fazer e falta-lhes direção. Em muitos lugares, a população não acredita nos chefes de aldeia e por isso eles preferem cuidar de suas próprias famílias para evitar problemas. Por causa disto, não existe um mecanismo de comunicação com a base e eles são, portanto, facilmente manipulados por terceiros que se fazem sentir periodicamente ou permanentemente como representantes dessas bases. E devo dizer que alguns administradores distritais e alguns coordenadores de subdistritos revelam uma falta de direção e não sabem o que devem ou não fazer.

215 A democracia não é somente exercida nas eleições que aconteceram e acontecerão para eleger um parlamento ou um presidente. Se é apenas para a realização de eleições, a democracia é insuficiente, ou melhor ainda, incompleta.

220 Não há lei no governo local. Continua a haver a necessidade de decidir sobre o estabelecimento de conselhos municipais e nacionais ou decidir que isso não é necessário. Mas não vamos esquecer que a Constituição determina no inciso 137, que a “Administração Pública é estruturada de tal maneira para evitar a burocracia, para levar os serviços para as pessoas e para garantir a participação dos envolvidos na ‘gestão eficaz’”.

O poder local deve ser o resultado de uma escolha democrática por parte das comunidades. Os chefes de aldeia e de povoados, incluindo os níveis distritais e sub distritais, ou seja, todos os responsáveis, devem ser eleitos pelo povo. Esse seria o ideal.

230 Nós todos sabemos que as eleições custam dinheiro. No entanto, não devemos nos deter nesta questão por muito tempo, a fim de não violar os princípios consagrados na Constituição. Esses comentários também devem alertar que nossa democracia, que este processo democrático, irá mal se os responsáveis pelos governos locais apenas cumprirem o critério de confiabilidade política, para que continuem a ser nomeados pelo partido no poder.

235 Este é um assunto fundamental – é uma questão de garantir que as pessoas experimentem a democracia em uma base diária. Se não, nós seremos presas fáceis para a tendência de fortalecer a centralização do poder, com a burocracia infiltrando-se nas bases e dificultando a discussão dos problemas sentidos pela população dentro das nossas comunidades.

240 Há uma demanda de que as instituições do Estado tenham maior comunicação com a população. Mas informações úteis e atualizadas nunca chegam a todos se forem transmitidas exclusivamente pela TVTL, pelo rádio e pela imprensa. Apenas ativando governos locais podemos estabelecer o contato entre o governo e a realidade das pessoas de forma permanente e eficiente. Somente por meio da ativação do governo local que os coordenadores dos subdistritos e os administradores distritais compreenderão que não são meros burocratas, esperando ordens de Díli, mas terão de começar a preocupar-se com os problemas da população, tentando implementar soluções adequadas ou trazendo as preocupações do povo para o governo central e para o parlamento.

250 Falando do parlamento, os representantes distritais eleitos não devem esquecer que eles têm a responsabilidade de transmitir os problemas, as preocupações e as ansiedades das pessoas que cada um deles representa.

No processo de descentralização dos governos locais e salvaguardando o espírito da democracia nas eleições dos chefes de aldeia e povoados, as autoridades tradicionais
255 podem e devem continuar a desempenhar um papel cooperativo, persuadindo e informando as pessoas. É por esta razão que a secção 2 da nossa Lei Fundamental reconhece a importância das “normas e práticas usuais” e recomendou que a legislação seja elaborada para valorizá-las. Pensamos que desta forma muitos problemas profundamente enraizados podem ser resolvidos ou pelo menos serem ouvidos e levados
260 em consideração. Da mesma forma, pensamos que não veremos iniciativas para mobilizar a população do interior para vir a Díli para garantir que seus anseios ou queixas sejam ouvidos.

Sobre as manifestações de 21 e 21 de Agosto, eu sei que alguns dos elementos da população queriam levantar o problema da destruição dos tubos de irrigação e o fato de a
265 água não chegar aos campos de arroz. Outros queriam discutir a necessidade de uma política mais favorável aos agricultores para que pudessem alugar tratores e depois pagarem as contas, já que não estão se beneficiando muito por possuírem propriedades rurais. E eu sei que eles não levantaram estes problemas, entre outros, porque o caráter político que os organizadores e mobilizadores deram a essas manifestações não lhes deu
270 a chance de expressá-los.

Falando sobre a reunião do ginásio, quando foi dito que o encontro em 22 de Agosto foi excepcional, isso não significa que não podemos concordar com mais reuniões deste tipo ou que vamos evitar que a população se expresse de uma maneira ou de outra.

A Constituição estabelece que problema em aldeias e distritos deve ser resolvido
275 pela sua população e, por conseguinte, determina que os órgãos do governo local “serão escolhidos por meio de eleições, por sufrágio universal”. É necessário que o governo e o parlamento nacional reconheçam com humildade que não podem ajudar a resolver todos os problemas que afligem os timorenses.

Falando sobre a polícia, gostaria de mencionar duas questões levantadas pelo povo.
280 Em primeiro lugar, todos nós sabemos que a polícia deve cumprir a lei e supervisionar a ordem pública. Eu peço aos agentes e oficiais de todos os escalões da polícia timorense a evitarem a interpretação de que a aplicação da lei e da ordem exige o uso de meios violentos ou o uso de armas.

Devemos todos lembrar que acabamos de sair de 25 anos de uma situação em que
285 violência tornou-se parte do nosso modo de vida (claramente, imposta aos timorenses). E que a reação das pessoas ainda é pronunciadamente hostil.

A polícia timorense deve adoptar uma política de persuasão e muita paciência para lidar com a problemas e com as pessoas, evitando, assim, tomar medidas arbitrárias ou excessivas em nome da lei que mais tarde poderão servir para desacreditar a polícia ou
290 para levar a uma falta de confiança na polícia pelo povo.

Estamos todos passando por uma transição de mentalidades e hábitos impostos, mas acredito que, no futuro, a polícia timorense será vista como uma instituição de proteção e ajuda da sociedade. Dessa forma, a polícia timorense não será vista como uma instituição que simplesmente segue as ordens e usa meios que tem à sua disposição,
295 mesmo que para além dos seus poderes porque ela considera que é seu direito aplicar tais métodos como se estivesse acima da lei.

Meu segundo apelo para a polícia timorense, em particular para os níveis de comando, é que defender a lei é defender a Constituição. A secção 18 da Constituição

estabelece que as decisões dos tribunais devem ser obedecidas e devem prevalecer sobre as decisões tomadas por quaisquer outras autoridades.

Se um dia, um mandado de prisão para o Presidente da República for emitido por um tribunal competente, a polícia não deve perguntar se o presidente pode ou quer ser preso. A polícia deve realizar a decisão do tribunal. Se a decisão do tribunal é errada, não cabe à polícia descobrir por que; há outros agentes legais para lidar com isso. Se a polícia timorense não entender esta consciência do dever, nossa democracia vai morrer, e o comportamento arbitrário permitirá o florescimento da injustiça, porque a polícia não estará defendendo a lei, não estará defendendo a Constituição, mas, sim, curvando-se ao excesso de autoridades.

Meus queridos compatriotas,

Desde o final de 1999, reuniões foram realizadas com a população, com entidades ou instituições, com este objetivo: produzir uma análise da situação, para transmitir informações e para ouvir as preocupações das pessoas.

Um distinto deputado afirmou no Parlamento que a reunião no ginásio foi inconstitucional. Em primeiro lugar, devo dizer que a declaração do ilustre deputado revela claramente a superficialidade da sua investigação dos fatos sobre o encontro no ginásio.

O Estado que queremos estabelecer em Timor deve ser aquele que respeita as pessoas, em vez daquele que não quer ter nada a ver com as pessoas, ou que tem medo de falar com as pessoas. Nosso Estado existe para servir as pessoas, os timorenses.

O Estado que queremos estabelecer em Timor não é nem será um Estado de escritórios e papelada, mas sim um Estado que discute com o povo qualquer assunto relacionado à sua vida quotidiana. E, finalmente, o Estado que queremos estabelecer em Timor deve ser um não que faz discriminação entre as pessoas ou grupos com base em rótulos políticos ou ideológicos. Portanto, devo dizer que o deputado distinto careceu de sentido político e um senso de responsabilidade quando ele tentou comentar sobre os problemas que precisam ser resolvidos.

É por esta razão que o diálogo nacional é necessário. O diálogo nacional será institucionalizado para tentar cobrir questões temáticas de interesse nacional periodicamente.

O diálogo iria nos ajudar a aceitar uma política comum em temas de grande importância e permitiria maior compreensão por todos os timorenses sobre as políticas que foram ou serão adoptadas.

Há uma grande necessidade de comunicação entre as instituições e as pessoas, uma grande e precisa divulgação de informações, de modo que as pessoas não só participem, mas também compreendam e aceitem as políticas ou medidas do governo. A falta de comunicação produz dúvidas e suspeitas, depois expressas em demandas, ou em posicionamentos radicais.

Para cada programa do diálogo nacional, um, dois, ou, no máximo, três temas serão selecionados para debate de acordo com a complexidade deles. Por exemplo: uma campanha pode ter três temas: “escolaridade, desemprego e formação profissional”. Outro poderia cobrir “reconciliação e justiça”. Um tema poderia ser: “Como construir o sistema judicial em Timor” e outro sobre “O Tratado do Mar de Timor”. Os temas poderão ser alocados em “governo local - autoridades tradicionais e chefes de aldeia”, “ex-combatentes - caminhos para soluções”, a “democracia - partidos políticos, da sociedade civil e da imprensa” e “Quais são os problemas econômicos e de desenvolvimento enfrentadas pelo povo”.

350 Haverá um mecanismo para debate construtivo; haverá também um mecanismo para transmitir informações necessárias para as pessoas, para que o conhecimento de temas importantes de interesse nacional envolva a população no processo democrático de construção da independência.

355 Duas comissões serão criadas para lidar com a questão dos antigos combatentes e veteranos das FALINTIL. A primeira comissão vai preparar um estudo detalhado dos critérios para definir e identificar os ex-combatentes, de 1975 a 1979. Caso contrário, teremos de enfrentar a situação inaceitável de ter, como já vimos, os jovens com idade inferior a 30 marchando como se fossem ex-combatentes. Se levarmos em conta a guerra de 25 anos e que só aos 18 anos um jovem pode ser convocado para as fileiras do Exército, conclui-se que o mais novo dos ex-combatentes do período 1975 a 1979 deve ser hoje 360 entre 38 e 40 anos de idade. Esta Comissão fará recomendações de soluções para este problema.

A segunda comissão também irá preparar um estudo detalhado dos critérios para definir os veteranos da FALINTIL do período de 1980 a 1999. Trata-se de evitar que o mesmo conjunto exclusivo de critérios aplicados para a FALINTIL de 1980 o seja à 365 FALINTIL de 1998 ou 1999 ou 2000.

A comissão também vai coletar informações sobre todos os comandantes e guerrilheiros que morreram durante este período da guerra, e fará recomendações para soluções que irão abranger viúvas, órfãos e os inválidos em função da guerra.

370 Assim como o governo não tem como oferecer soluções sozinho, não se aceita que as partes que sofreram grandes perdas também não apresentem soluções que o governo possa cumprir, as duas comissões serão formadas por membros competentes do governo e por aqueles requerentes que melhor representam a comunidade.

A Presidência da República assumiu esta tarefa para encorajar todos a se envolverem em um debate profundo e sério sobre assuntos de interesse nacional. 375 Profunda, porque temos de compreender e racionalizar as exigências e medir a capacidade e os recursos para atender a essas demandas. Portanto, olhando para a situação atual da nação, nós tentaremos encontrar um equilíbrio entre as possíveis demandas do povo e aquilo que o governo pode fornecer.

380 Eu disse que é grave, porque teremos que eliminar toda a demagogia que pode aparecer em discursos e declarações, de modo que o sentido de responsabilidade seja criado dentro de cada um de nós, e apresentado na forma de participação nos debates e na busca de soluções.

385 Meus queridos compatriotas,

Vamos continuar a avaliar os primeiros 100 dias de independência, para analisar a construção do Estado. Quando falamos do “Estado”, não estamos apenas falando sobre a administração, as forças armadas, juízes, deputados e seus mandatos. O Estado é o povo que está politicamente organizado de acordo com a nossa Constituição. O Estado só existe 390 para desenvolver os recursos de nosso país, para agregar valor à nossa herança cultural, educar nossos filhos e para melhorar o cotidiano de todos os timorenses.

Notamos com alguma apreensão a proliferação de universidades em Díli. Nós certamente consideramos bem-vinda a iniciativa de todos aqueles que já se formaram e se dispuseram a ajudar a desenvolver a capacidade da nossa juventude para o futuro do nosso 395 país. Sem minimizar sua capacidade intelectual e administrativa para gerir as universidades, estamos, no entanto, preocupados com a qualidade da educação. Estamos preocupados com o futuro da nossa juventude e com o futuro desta nação. Que tipo de desenvolvimento queremos para este país? Quais são as necessidades reais de nossos

400 alunos? Que tipo de treinamento queremos oferecer para nossos jovens para desenvolvermos as suas habilidades para atenderem às necessidades de desenvolvimento económico do país?

Peço ao Ministério da Educação atenção a este problema. Não seria melhor, se em vez de muitas universidades, tivermos apenas uma, de alto padrão, em Díli, nós não poderíamos investir na criação de escolas de formação técnica profissional para a nação?

405 Não seria melhor para nós começarmos a pensar na necessidade de formação profissional direccionada às principais necessidades do país nos próximos cinco a quinze anos? É necessário começarmos a regular as iniciativas que possam ser úteis hoje, ainda que não atendam às necessidades mais amplas do país.

410 É necessário traçar agora uma política educacional e estabelecer um currículo. Timor carece de conhecimentos técnicos em muitos campos e em todos os níveis. Não devemos nutrir a ideia em nossos jovens de que, uma vez que eles se formarem em Sociologia ou Política, terão empregos garantidos e servirão melhor a nação. Temos de olhar para o nosso desenvolvimento económico, temos de orientar jovens a entenderem que, para o desenvolvimento económico do país, precisamos de menos graduados em política, mas, em vez disso, bons políticos, o que precisamos são menos licenciados em sociologia para trabalhar em organizações não-governamentais (ONGs), mas, em vez disso, de técnicos qualificados para a construção em nosso país.

415 Em 1974, eu trabalhava na construção civil em Darwin. Um dos meus colegas australianos, que era bacharel em Direito, recebia o mesmo salário que eu. Isso é para mostrar que, se não temos uma visão sobre a política educativa para os nossos jovens, poderemos, no futuro, vir a ver os nossos diplomados como trabalhadores subordinados às ordens de equipe técnica estrangeira porque nos faltam recursos humanos qualificados.

420 É triste que os estudantes universitários estão tentando estabelecer SMAs e SMPs nos distritos e subdistritos. Esta é uma iniciativa válida e preocupante, mas eu continuo a apontar que tais iniciativas podem não conseguir êxito nem garantir bons padrões acadêmicos.

425 Eu não quero perder esta oportunidade para chamar a atenção do Ministério da Educação para as várias queixas no desempenho de alguns professores em todo o país. Há professores que chegam tarde à escola, passam o tempo em conversas fúteis, outros que não vão para o trabalho e ainda outros que são conhecidos por punir fisicamente as crianças. Agindo dessa maneira, estamos levando a educação da nossa futura geração para o caminho errado.

430 O Ministério da Educação deve nomear inspectores escolares para pôr fim a esta situação e para corrigir as muitas anomalias em relação aos compromissos assumidos pelos professores, muitos deles sem nenhum conhecimento ou experiência pedagógica.

435 A maior participação dos pais de alunos no debate desses problemas não só pode mudar o comportamento violento e a falta de disciplina dos alunos, mas também pode levar a um alto padrão de profissionalismo e de compromissos por parte dos professores. Se nós não nos preocuparmos com isso, vamos cometer o grave erro de desenvolver os nossos recursos humanos apenas em termos estatísticos e não em termos de qualidade da formação, da educação e do ensino.

Meus queridos compatriotas,

445 Como foram percebendo, nossos problemas são muitos, que vão desde a construção do Estado para desenvolver as habilidades do povo timorense, à aquisição de um novo sentimento de nacionalismo do qual precisamos para ampliar e fortalecer a democracia.

Existem ainda muitos mais problemas, pequenos e grandes. Mas eu quero
450 aproveitar esta oportunidade para tratar de dois incidentes de destruição de propriedades
estatais.

Cerca de três semanas atrás, a estação de correios em Comoro foi inaugurada. Logo
em seguida, algumas pessoas atiraram pedras contra o edifício e quebraram todas as
janelas. Uma semana atrás, o Escritório Regional de Impostos foi inaugurado em Baucau.
455 Em seguida, pessoas atiraram pedras no prédio e também quebraram todas as janelas.

Não podemos continuar a tolerar atos de vandalismo desta natureza. Eu sei que o
caso em Comoro envolveu muitas pessoas e um indivíduo, supostamente um dos autores,
foi preso. Sei também que o juiz decidiu conceder fiança enquanto a investigação está
pendente.

460 Espero que se encontre rapidamente a solução para estes problemas, de modo que
isso sirva como um exemplo para que não continuemos a destruir a propriedade do Estado,
a nossa própria propriedade. E eu apelo à população para não destruir o que estamos
lutando para construir.

Em relação à loteria, para além do confisco de US\$ 30.000, agora em poder do
465 Tribunal de Justiça, às duas pessoas responsáveis foi concedida fiança, enquanto se
aguarda a investigação. Mas eu também estou ciente de que a loteria continua em Culu
Hum, Bemori e Bairro Pite. Fui informado de que a empresa é gerida por um timorense,
embora os cartões venham do exterior. Sinto muito que o mandado de detenção emitido
pelo procurador-geral ainda não tenha sido realizado. Tudo isso revela a necessidade que
470 temos de uma força policial de investigação criminal.

Se continuarmos sem força para cumprir a lei, no início de nossa independência,
ao longo do tempo, a corrupção desenvolverá raízes profundas, por isso, será
extremamente difícil combatê-la e todos nós estaremos sujeitos à cultura do “quem detém
o poder, é a lei”.

475 Meus queridos compatriotas,

Para terminar, gostaria que todos soubessem que as reuniões entre mim e o
primeiro-ministro foram definidas, e serão realizadas toda quinta-feira para facilitar o
480 intercâmbio de informações e ideias. Consideramos que o diálogo é um mecanismo
importante e muito necessário à construção do nosso Estado e para salvaguardar a
independência da Presidência.

Diálogo e comunicação não são relevantes apenas entre as instituições do nosso
Estado, mas, acima de tudo, entre as instituições e a sociedade civil. Portanto, eu
485 recomendo que o Parlamento Nacional envolva a comunidade em audiências públicas, em
debates sobre os projectos de contas quando forem de natureza sensível ou quando eles
representem interesses nacionais.

Obrigado.

DISCURSO IX

28 de Novembro de 2002

5 Sua Excelência o Presidente Interino do Parlamento Nacional, Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Distintos Deputados, Distintos Membros do Governo, Distintos Representantes das Missões Diplomáticas, Senhoras e Senhores,

10 Esta é outra data para comemorar a independência de Timor-Leste. A independência não deve ser apenas celebrada. Independência deve ser experimentada através de seus ganhos. E este é o nosso maior problema, depois de mais de duas décadas de luta e depois do ponto de referência mais recente, o 20 de maio de 2002.

O que significa independência? Não deve ser um conceito de “tudo ou nada”, mas temos a certeza de que tem de significar algo.

15 Se “tem que significar algo”, podemos orgulhar-nos de ter uma bandeira, um hino nacional e uma Constituição. Podemos também afirmar que temos um Presidente da República, que temos um Parlamento de 88 membros, muitos dos quais estão constantemente ausentes, e um governo com muitos ministros e vice-ministros porque, dizem alguns, há muito o que fazer.

20 No sentido de “tudo ou nada”, podemos dizer que a independência hoje em dia é um país com muitos problemas que não são tratados com o devido cuidado.

28 de novembro é uma data FRETILIN! 20 de maio é também uma data FRETILIN! A maioria parlamentar é a FRETILIN. O Governo é na sua maioria um Governo da FRETILIN! A independência serviu para cuidar dos quadros da FRETILIN! A independência também serve para cuidar dos Antigos Combatentes da FRETILIN!

28 de Novembro de 2002 é comemorado com um sentimento de pesar por causa dos problemas em Uatu-Lari, os problemas em Díli, os problemas em Ualili e Baucau, os problemas em Same e Ainaro, os problemas em Ermera e Liquiçá e os problemas em Suai e Maliana.

30 Infelizmente, ao criar problemas, pode-se chegar a ser Ministro, e essas mesmas pessoas, depois de se tornarem Ministros, só sabem aumentar os problemas existentes. Há algumas semanas, pedia ao vice-ministro da Administração Interna para começar a resolver com rigor os problemas que afetam a estabilidade e a segurança do nosso país. O facto é que esses problemas têm se acumulado.

35 Se a independência pertence apenas à FRETILIN, não tenho comentários a fazer. Se a independência pertence a todos nós, a todos os timorenses, aproveito esta oportunidade para exigir ao Governo que rejeite o ministro da Administração Interna, Rogério Lobato, por incompetência e negligência.

40 De acordo com a Constituição, Timor-Leste tornou-se independente em 28 de Novembro de 1975! Agora eu imagino que já somos independentes há 27 anos! Eu presto homenagem à FRETILIN!

No entanto, para a comunidade internacional, tornamo-nos independentes no dia 20 de Maio de 2002! Eu próprio achei difícil elaborar um discurso para o dia 28 de Novembro, quando o Governo está a enfrentar tantos problemas e, além disso, ter de lidar com duas datas diferentes!

45 Não se pode continuar tentando sempre justificar tudo com base no fato de que recuperamos nossa soberania há apenas seis meses. A noção de que a obrigação ou a legitimidade de governar Timor-Leste pertence apenas a alguns não só revela arrogância,

50 mas também uma falta de maturidade política e uma total falta de compreensão das dificuldades que o nosso país enfrenta.

Muitas vezes, o que é visível é que as pessoas são levadas a acreditar que apenas os quadros do Partido Político podem ser escolhidos para ocupar este ou aquele posto! A noção de “interesse nacional” foi perdida. A noção de “interesses superiores do povo e da
55 nação” foi perdida. Perdeu-se a noção de uma nova conjuntura do processo, que requer capacidade para atender às demandas e dedicação ao serviço.

As pessoas ficaram deslumbradas com o “poder”. Como parte dos quadros do Partido Político, as pessoas ficaram obcecadas com ser ou ter que ser as únicas a reinar. As pessoas só sabem exigir que os quadros do Partido Político, independentemente da sua
60 capacidade técnica, independentemente de terem contribuído ou não para a luta, mas por serem um quadro do Partido Político, devem ser os “escolhidos”.

Erroneamente, as pessoas começam a comparar o número de postos com o número de quadros do partido, na tentativa de satisfazer a todos, e porque a festa é grande, muitas pessoas ficam insatisfeitas, porque nem todos podem ser nomeados ou promovidos.

65 Esta é a doença que arrastou muitos partidos políticos e muitos países recentemente independentes em desordem, ineficiência, corrupção e instabilidade política, onde os membros do governo estão bem, mas seu povo vive na miséria.

Hoje, o povo tem de enfrentar as dificuldades do dia-a-dia, mas o Partido tem de enfrentar o problema de não poder satisfazer todos os seus quadros, com o perigo de que
70 possamos até ter de lidar com pessoas incompetentes administrando os distritos e sub-distritos.

De tudo isso, pode-se ver que muitas pessoas realmente tiraram proveito dos partidos políticos e não serviram o seu partido, e se elas servem o seu partido, não servem à nação. Hoje, em 28 de novembro, convido todos a reflectirem sobre os deveres que cada
75 um de nós tem como cidadãos e convidar alguns a reflectirem sobre seus deveres como membros do governo.

Muitos ainda têm de perceber o quão vulnerável temos sido desde a independência. Os partidos políticos desfrutaram da ilusão de independência, quando, mais do que nunca, somos muito dependentes! Dependentes da ajuda dos outros, dependentes
80 da bondade e capacidade dos outros, dependente de nossas próprias fraquezas ... por sermos um país pobre, pequeno e inexperiente.

Muitas pessoas ainda não sabem que já carregamos um estigma, quase como se fosse um pecado original: culpados por sermos pobres, motivo pelo qual devemos “louvar” aqueles que sabem mais, aqueles que podem fazer mais, aqueles que podem
85 decidir em nosso nome, simplesmente porque as regras do jogo já foram estabelecidas e, nesse sentido, o 28 de Novembro não significou absolutamente nada.

Aqui, dentro de Timor-Leste, demos os primeiros passos na política, tornando-nos ainda mais vulneráveis, como nação, como povo. E aqueles que podem, continuam a tentar nos ajudar a criar uma sensação de sobrevivência, porque a tendência que existe hoje entre
90 nós, os timorenses, é a de satisfação com as recompensas, independentemente de serem justificáveis ou não. Perdemos o sentimento de ser uma nação porque nos tornamos apegados aos interesses dos partidos políticos.

Repito: muitos ainda não percebem a vulnerabilidade que temos desde o dia 20 de Maio. E se não mudarmos nossas atitudes, se não definirmos nossas responsabilidades
95 corretamente, ficaremos ainda mais vulneráveis com o passar dos anos.

Muitos não percebem que somos dependentes da caridade. Outros não entendem que não podemos continuar vivendo da caridade. Alguns nos ensinam sobre a noção de realismo, que eu diria de conluio, porque as regras do jogo não são e não podem ser nossas, pertencem àqueles que podem ou, digamos, aos poderes que possuem.

100 Nós, os timorenses, divertimo-nos com a nossa política mesquinha de quem é
suposto ser mais poderoso ou quantos devem estar no poder, ignorando o nosso papel
como uma nação independente e as nossas obrigações, porque as obrigações são tudo o
que temos, sendo um pobre e subdesenvolvido país.

105 É lindo celebrar a independência duas vezes por ano. É triste, no entanto, que nosso
povo tenha tantas preocupações para cada dificuldade que é deixada sem solução.

 Apelo ao Governo, aos partidos políticos acima de tudo e ao Parlamento a pensar
seriamente nos crescentes problemas que ameaçam a estabilidade da nossa nação.

Obrigado.

DISCURSO X

Díli, 22 de Junho de 2006.

5 Peço licença aos companheiros para tecer algumas palavras acerca da FRETILIN, porque conheço a FRETILIN melhor do que alguns delegados ou todos aqueles que estiveram no congresso há pouco realizado, sabendo apenas levantar a mão porque receiam perder o emprego, para alimentar a mulher e os filhos, porque recebem dinheiro por trás (eu sei de uma pessoa que recebeu cem mil dólares para comprar todos os

10 Delegados, não se sabe se distribuiu bem ou ... se deu cinco mil para os delegados e meteu esse dinheiro no seu bolso). Porém não importa, não se sabe até onde pode enriquecer, isto é um assunto privado, por isso não é um problema do povo, porque esse dinheiro é do partido.

15 Antigamente eu era membro do Comité Central da FRETILIN, até à minha saída em 1986. Em função da crise e da violência que surgiram depois do Congresso da FRETILIN, na qualidade de Presidente da República, eu tenho que velar pela vida das instituições democráticas, eu tenho que criticar duramente o Congresso que decorreu nos dias 17 a 19 de Maio passado. Este Congresso viola a alínea c.), do artigo 18º, Lei nº 3/2004, acerca dos Partidos Políticos, que diz o seguinte: “os titulares (aqueles que desempenham

20 funções), dos órgãos directivos (dos partidos), todos, têm de ser eleitos, por voto directo e secreto pelos militantes para que sejam representativos dos militantes”. O artigo 46º da Constituição da RDTL (República Democrática de Timor-Leste), no seu nº 3, afirma o seguinte: “a constituição e a organização dos partidos políticos são reguladas por lei”. Essa lei é a Lei nº 3/2004.

25 Nenhuma lei que surja no nosso País pode violar a Constituição. Todas as organizações são reguladas pela Lei e não podem violar esta Lei. Isto é um princípio elementar do Direito, e o Governo tem muitos doutores e doutoras que fizeram a lei, depois violam-na de acordo com os seus interesses.

30 Como eles é que sabem tudo, neste cantinho da terra toda a gente é ‘supermi’, o Congresso da FRETILIN, realizado há pouco tempo, pode violar a lei que eles próprios fizeram, com a maioria no Parlamento e com os intelectuais todos no Governo que escreveram esta lei, para anular o sistema de voto secreto, para o voto de braço no ar, levando todo o povo a rir e a ficar triste, pela comédia que o grande e histórico partido fez para registar na nossa história futura. (Porque se é para ficar registada na história, eu

35 também baptizo GMT- Gedung Matahari Terbit [Casa do Nascer do Sol] para GAT-Gedung Angkat Tangan [Edifício do Braço no Ar], para que não exista mais nenhum partido na nossa terra, para brincar com o povo, para violar aquelas leis que os políticos escreveram e aprovaram).

40 A FRETILIN é um partido histórico como todos nós sabemos. No dia 20 de Maio de 1974, surgiu a ASDT (Associação Social-Democrática de Timor), com a influência de alguns estudantes universitários timorenses que estavam a estudar em Portugal nessa altura, em que se inclui Abílio Araújo, e criaram no dia 11 de Setembro daquele ano a ASDT/FRETILIN, mais tarde transformada em FRETILIN. Esses jovens universitários introduziram uma orientação revolucionária, que aprenderam no tempo colonial fascista

45 de Salazar e Marcelo Caetano.

50 E todos nós podemos constatar: FRETILIN significa Frente Revolucionária. Em Maio de 1977, em Laline, na reunião do Comité Central de FRETILIN, foi adoptada a ideologia marxista-leninista. Eu também participei como membro do Comité Central. Alguns companheiros que ainda estão vivos também participaram como membros do Comité Central, como Abel Ximenes Larisina, Filomeno Paixão, Feliciano de Fátima e

Ma Huno. Porém eu quero dizer-vos que em 1975, Timor era muito atrasado, mas a tecnologia sofreu grandes avanços nos últimos tempos, tornando o mundo mais pequeno. Eu acredito plenamente que se Nicolau Lobato, Sahe, Carvarino, Hamis Bassarewa, César Mau-Laka, Hélio Pina e Inácio Fonseca e outros tivessem sobrevivido até 2006, até à era pós-guerra fria, era da globalização, era da tecnologia, todos eles concluiriam que para o Timor que tanto amavam, dando as suas vidas, a antiga ideologia não serve.

Hoje, um pequeno grupo, vindo do exterior, quer repetir os comportamentos que nós tivemos de 1975 até 1978. De acordo com o que todos nós sabemos, em Agosto de 1975, a UDT realizou um golpe para expulsar os comunistas da nossa terra, iniciando a guerra entre os timorenses. Em 2006, a FRETILIN quer dar um golpe para matar a democracia que ela mesma escreveu na Constituição. O problema da distribuição das armas não tem a ver com a situação que estamos a viver, já estava nos seus planos, distribuíram-nas para as eleições de 2007. Por isso é que estamos sempre a ouvir eles dizerem: só a FRETILIN pode criar a estabilidade ou a instabilidade.

Quando as bases de apoio se desintegraram em 1978, os companheiros da Ponta Leste, com este servo, tentaram organizar-se para procurar os companheiros dos outros sectores para encontrarem-se com os companheiros de Bazartete e Liquiça, Same e Ainaro. Se não acreditarem, perguntem aos companheiros veteranos que estão na F-FDTL, para não dizerem que eu inventei, para minha vaidade pessoal, como algumas pessoas que eu conheço, que entraram na FRETILIN, que nos olham de lado, como se fossem eles os únicos a fazerem a guerra.

Em Março de 1981, na Conferência de Laline, reorganizou-se a resistência e, conforme nós costumamos dizer, passou-se para a fase da guerrilha. Tal como a crise que estamos agora a viver, no Conselho de Estado ficou decidido definir os problemas prioritários, uma vez que não temos força para resolver todas as coisas de uma só vez; assim, em 1981, a nossa primeira prioridade foi a reorganização.

Por isso, nós também, em 1981, nos agarrámos novamente na orientação “ideológica” que recebemos dos nossos intelectuais e chefes. Em 1983, durante o período de cessar-fogo com o “TNI”, de Março até Agosto, começámos a falar sobre democracia. Por isso, em 1984, para corrigir os erros do EMG-FALINTIL, na região central, apareceu o “CC Hudi Laran” que não quis aceitar a mudança política que nós vimos ser a melhor para o nosso processo de resistência. Acerca disso, muitos companheiros que ainda estão vivos podem contar melhor com floreados, senão podem pensar que eu é que quero mostrar-me como se eu fosse o único a escrever a nossa história.

Eu comecei a enviar cartas para o exterior para a DFSE (Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior) - podem perguntar ao Sr. Abílio Araújo que nós escolhemos em Março de 1981 como Presidente da FRETILIN e, de acordo com os estatutos do partido, Presidente da RDTL.

Eu também disse para o exterior que no interior do território a Unidade Nacional já estava seguro desde Tutuala até à fronteira passando por Oecussi e Jaco, que a igreja também se juntou a nós, que as pessoas dos outros partidos também participavam na resistência. Por isso, eu escrevi aos companheiros no exterior para se sentarem com a UDT para se reconciliarem.

No exterior, em Portugal, em Moçambique e também na Austrália, talvez a “INTEL” também vigiava os timorenses lá fora, não se mexiam como se os espias os seguissem, como se fossem as suas sombras e por causa disso demoraram tanto tempo para erguerem a “Convergência Nacionalista” onde surgiram vários problemas - podem perguntar aos elementos da FRETILIN no exterior, ao Sr. João Carrascalão e ao Sr. Vicente Guterres. Eu cito o nome deles só para dizer que, se pensam que eu minto, peçam-lhes para vos informar.

Porém, que o vento leve estas palavras até aos irmãos que estão lá fora, que os Gadapaski que estão no nosso território castiguem os jovens até ficarem bem moídos. Assim, em Moçambique, Rogério tentou adquirir pengalaman para se matarem uns aos outros e Ramos-Horta ficou preso. Naquele tempo, o Presidente Chissano, ainda como
 105 Ministro dos Negócios Estrangeiros, é que foi libertá-lo. Se acharem que estou a mentir, perguntem-lhes porque eles é que estavam em paz para estudarem, para serem doutores, durante 24 anos em Moçambique.

Feita a Convergência Nacionalista em Lisboa, no mato eu estava muito feliz, pelos passos dados em frente. Em Dezembro de 1986, eu criei o Conselho Nacional da
 110 Resistência Maubere, deixei a FRETILIN, porque sendo comandante das FALINTIL ASWAIN eu tinha que pôr as FALINTIL fora do Partido.

Assim as FALINTIL surgem como força de libertação de todo o povo, de todos os partidos, de toda a população, Lorumuno, Lorosae, Tacifeto, Tacimane, prolongando-se do Ramelau até Matebian.

115 Eu disse para os que estavam no exterior que, como comandante das FALINTIL, eu é que comandava a luta. Também continuava a ter o meu respeito pela FRETILIN, com os membros do Comité Central, que estavam comigo no mato integrados no CNRM.

Lu-Olo disse que durante os 24 anos transportava a bandeira da FRETILIN no seu saco; talvez fosse verdade, porém eu nunca vi. Quando eu andava como membro do
 120 Comité Central da FRETILIN, fui até o centro do país para organizar de novo a resistência, eu lembro-me de que ele, Lu-Olo, estava escondido em Builó. Talvez estivesse a tecer o saco para guardar a bandeira da FRETILIN. Lu-Olo diz também que quem abandonou a FRETILIN é traidor e não tem história.

Palavras ocas sem sentido, porque se é traidor, eu sou o primeiro traidor, eu sou o
 125 maior traidor deste povo e desta terra. Deixei a FRETILIN para libertar a nossa terra e todo o nosso povo. Porque eu não matei a FRETILIN e continuo a respeitar a FRETILIN, assim Lu-Olo pode ser Presidente por ser o sábio que levanta primeiro o cartão no Parlamento Nacional, para a maioria seguir, votando contra ou a favor. Se eu me sentisse como traidor sem história, para regressar à FRETILIN, Lu-Olo nunca chegaria a ser
 130 Presidente da FRETILIN alguma vez.

Como eu disse atrás, houve um grande protesto vindo do exterior, dizendo que eu estava a matar a FRETILIN. Abílio Araújo escreveu aos companheiros da FRETILIN para se reorganizarem. Nós reunimo-nos. Ma Huno, Mau Hodu, Konis Santana, como
 135 membros do Comité Central da FRETILIN e eu, decidimos despromover o Abílio Araújo, porque durante a guerra, nós não podíamos receber ordens do exterior, porque no exterior eles é que tinham que seguir orientações do interior. Porque no mato, recebíamos jornais de Portugal, diversas informações, também ouvíamos rádio e sabíamos que eles no exterior, no seio da própria FRETILIN, não se davam bem, não estavam unidos. Perguntem ao José Luís Guterres, Ramos-Horta e Abílio Araújo, se estas coisas que eu
 140 digo são verdadeiras.

Nós vemos que em vez de colocar os seus pensamentos no sofrimento do povo, eles comiam-se uns aos outros para se apoderar da cadeira do Presidente da FRETILIN e depois tentar comandar a luta do exterior. Porque no mato não havia ninguém em busca de cadeiras, apenas procuravam servir para levar a luta para frente, eles, os três, disseram-me que nenhum deles queria ser Presidente da FRETILIN. Assim, nós decidimos criar a
 145 CDF (Comissão Directiva da FRETILIN) para evitar que os intelectuais, no exterior, entrassem em conflito para serem Presidente da FRETILIN. Se os companheiros não acreditarem, perguntem ao Lu-Olo, naquele momento, onde estava ele? Se ele estava naquela reunião, ele pode confirmar se eu estou a mentir, que estas coisas estão a ser
 150 inventadas por mim, porque não estão correctas. Perguntem ao Lu-Olo, porque é que mais

tarde, tomou ele sozinho a Comissão Directiva da FRETILIN no mato. Não é porque Ma Huno e Mau Hodu foram capturados e Konis morreu? Neste mundo, algumas pessoas esquecem rapidamente os mortos que lutaram pela independência, pior do que isso, cospem para cima das suas campas.

155 No mato nós também lemos as acusações vindas da Amnistia Internacional e de organizações de direitos humanos, de que a FRETILIN também cometeu crimes. Eu mandei uma mensagem para o exterior, reconhecendo que FRETILIN matou pessoas, devido a problemas ideológicos, e que estava arrependida por isso. No exterior, todos ficaram zangados comigo, Abílio Araújo declarou de imediato que não, e que as coisas
160 que eu disse eram mentira.

A partir daí, eu também cortei as relações com eles porque era através desses relatórios e informações que eu lhes enviava, que eles falavam para o mundo. Até 1989, eu enviei as informações e relatórios para a CDPM (Comissão para os Direitos do Povo Maubere) para utilização dos amigos portugueses.

165 Em 1989, eu estava em Ainaro, recebi uma carta do Rogério Lobato acusando os outros no exterior, de que não faziam nada, dizendo que a luta estava acabada, e que todos tinham de se submeter à justiça popular. Rogério informou-me nessa carta que Mari Alkatiri criava coelhos e galos em Maputo.

Eu recebi, em 1990, uma carta de José Ramos-Horta oferecendo-se para ser meu
170 Representante Especial lá fora. Eu estava escondido em Becora e escrevi-lhe dizendo que concordava, mas tinha de seguir os princípios e as orientações políticas do CNRM, também seguindo as minhas palavras. Ele respondeu-me, dizendo que também saiu da FRETILIN para servir à luta. Se os companheiros não acreditarem, perguntem ao Ramos-Horta.

175 Em 1991, em Novembro, em Santa Cruz, alguns companheiros puxavam mais pela FRETILIN. Eu respeito o vosso sofrimento, mas não podem atirar o pensamento e as acções dos outros para a lama. Assim, nós não temos honestidade política. Não podemos nomear apenas a bandeira da FRETILIN, porque eu também dei orientações para levarem as bandeiras da UDT e de Portugal, seguindo a resolução da ONU, Portugal continuava a
180 ser a “potência administrante”.

A manifestação era para pedir a solução pacífica, sob a égide das Nações Unidas e a participação de Portugal e dos partidos políticos. Pedi com veemência que não podiam dizer que era uma iniciativa da FRETILIN, que não era, porque havia um comando da luta, do CNRM.

185 Em finais 1998, dei poderes ao Manuel Tilman, Padre Francisco Fernandes, Padre Domingos Maubere e o Padre Filomeno Jacob para irem a Portugal e ajudarem Ramos-Horta, a FRETILIN e a UDT a organizar a conferência para alterar CNRM para CNRT, para reunir todos os timorenses no seu seio. Porque a UDT não aceitava a palavra Maubere e queria ‘T’ de timorense. Se não acreditarem, perguntem ao Sr. João Carrascalão e aos
190 outros que estavam no exterior.

Em 1998, se eu não me engano, no período das Reformas, na Indonésia, eu mandei Mau Hodu a Sydney e escrevi à FRETILIN para se organizar como partido, para mostrar a sua orientação político-ideológica. Foi sob o chapéu do CNRM e do CNRT que o povo ganhou em Agosto de 1999. Isto é história, história da resistência, história do sofrimento,
195 história de sangue. Hoje em dia, nós ouvimos que só a FRETILIN é que fez a luta. Não importa, vocês é que são os donos da luta, aceitamos, não deitem areia nos olhos do povo porque é todo o povo que vota e não apenas a FRETILIN.

Em Maio de 2000, a FRETILIN convidou-me a falar na sua Conferência, no GMT-Gedung Matahari Terbit (Casa do Nascer do Sol), no Ginásio, neste momento rebaptizado
200 GAT- Geddung Angkat Tangan (Edifício do Braço no Ar). Pedi três coisas à FRETILIN:

- primeiro, rever, reavaliar o caso de Xavier do Amaral, porque ele não é um traidor na nossa terra, apenas porque não aceitou a ideologia adoptada pelo Comité Central, em Laline, em Maio de 1977;

205 - segundo, para limparem o nome de todos os que a FRETILIN assassinou porque os considerava traidores, mas que não eram traidores, apenas não aceitavam a ideologia marxista-leninista, e para que as suas famílias possam estar descansadas;
- terceiro, que a FRETILIN pedisse desculpa ao povo, sobretudo aos familiares das vítimas.

210 Naquela Conferência eu disse isto: “Como membro do Comité Central da FRETILIN, desde o início até meados da guerra, todas as coisas boas que a FRETILIN fez, eu também fiz parte, as coisas más que a FRETILIN, porventura, tenha feito, eu também tenho a minha responsabilidade. Não é por eu ter deixado a FRETILIN que lavo as minhas mãos.

215 Eu também pedi, caso a FRETILIN tomasse uma decisão política acerca destes pedidos, que eu próprio iria ter com o povo e pedir desculpas e explicar as razões e pedir às famílias para compreenderem os erros cometidos no passado.

Passados estes dias, convidaram-me para ir à festa da FRETILIN, dia 20 de Maio de 2000, no Estádio e, depois do discurso de Lu-Ólo, eu perguntei-lhe e ao Mari Alkatiri acerca dos pedidos que fiz na Conferência. Eles responderam que tinham constituído uma comissão para tratar desses assuntos.

220 Em Agosto de 2000, no Congresso do CNRT (Comité Nacional da Revolução Timorense), a FRETILIN isolou-se, saindo do CNRT. Nós permanecemos calmos, continuámos a trabalhar seguindo o processo político que a UNTAET delineava, até Junho de 2001, data em que foi dissolvido o CNRT, porque terminara a sua missão.

225 Em Janeiro de 2000, Ramos-Horta fez-me saber que era melhor falar com o Mari Alkatiri. Eu respondi que foi a FRETILIN que abriu a porta do CNRT para sair e que ninguém a fechou, pelo que se quiserem voltar que o fizessem. Mari veio falar comigo à sede do CNRT em Balide.

230 Ele disse-me que saíram porque estavam zangados comigo, porque eu deixei algumas pessoas falarem no Congresso rebaixando o nome da FRETILIN. Estas pessoas eram vítimas da violência política da FRETILIN no mato.

235 Eu respondi-lhe um pouco zangado: “Você esqueceu-se das três coisas que pedi na vossa Conferência em Maio. Limpar o nome das vítimas ou pedir desculpa ao povo, não é rebaixar a FRETILIN, mas concertar ou limpar o nome da FRETILIN”.

240 Eu disse-lhe também: “Você não tem razão para temer, porque o Sr. pode dizer ao povo o seguinte: Eu, Mari, não tenho nenhuma razão para estar contente por causa das acções erradas que aconteceram dentro de Timor. Eu, Mari, em Maputo, sofrendo durante 14 anos, lavo as minhas mãos todos os dias com sabão. Eu, Mari, tenho as mãos limpas, se quiserem pedir, vão pedir a Xanana, as mãos dele é que estão sujas, as mãos dele é que estão ensanguentadas”.

Eu continuei a dizer: “Se o Sr. continuar a falar assim, eu aceito, e eu irei pedir desculpas ao povo quando a FRETILIN tomar a decisão política acerca disso”.

245 No “Lapangan Pramuka”, agora designado “Campo da Democracia” todos os partidos políticos assinaram que iriam constituir um Governo de Unidade Nacional. Quando a FRETILIN ganhou afastaram-se do compromisso político que aceitaram. Se não queriam aceitar, não necessitavam de lá ir assinar, em vez de ir assinar e, no fim, virarem as costas às palavras que tinham assumido.

250 Isto é tal e qual como na Constituição que eles fizeram, as leis que eles fizeram. Eles fizeram, viraram as costas, não cumpriram.

Todos sabemos e reconhecemos que a Fretilin saiu vitoriosa em Agosto de 2001. Se falarmos como deve ser, com o devido respeito pelos Partidos da oposição, a maioria FRETILIN foi quem fez a Constituição da RDTL, definindo o Estado de Direito Democrático.

255 Num Estado de Direito Democrático, de acordo com a Constituição, as Forças Armadas e a Polícia devem ser apartidárias, não devem defender nenhum partido. Mas, o que testemunhámos até hoje, é que a Polícia está sob o controlo do Governo e, para dar de comer à mulher e filhos, não tem coragem de dizer “não”, quando recebe ordens do Ministro do Interior, e algumas vezes do próprio Primeiro-Ministro.

260 No passado dia 2 de Junho, antes da reunião do Conselho Superior de Defesa e Segurança, o Brigadeiro Taur falou comigo e disse: “Presidente, eu disse ao Dr. Roque Rodrigues, o vosso maior erro foi tentarem submeter as F-FDTL à FRETILIN.”. Naquele momento fiquei muito contente porque reencontrei-me com o meu Irmão que eu tinha perdido.

265 Os Serviços de Informação ou Inteligência se tornou a Inteligência do Partido, para escutarem a conversa do Presidente em Lospalos, e enviarem “sms” imediatamente ao Primeiro-Ministro, monitorarem as actividades dos Partidos da oposição e também enviarem “sms” para o Primeiro-Ministro. Alguns jovens no Farol também viram algumas coisas. Enviaram “sms” para o Primeiro-Ministro. Hoje em dia, porque não há trabalho, 270 todos nós procuramos sobreviver. Se tivermos dinheiro, aproximamo-nos deles. Toda a gente vê que isso está a acontecer no nosso país.

Há pouco tempo, numa reunião em Baucau, algumas pessoas diziam assim: “Xanana, assim mesmo, na guerra dividiu-nos. Finda a guerra, continua a dividir-nos”. Compreendo o sentido da palavra “fane” (dividir). O seu sentido, para os políticos e os 275 intelectuais, correctamente, é que todo o povo tem de entrar para a FRETILIN, Polícia, FDTL, funcionários, “bisnis” (negócio), suco, aldeia, búfalos, formigas, árvores, ervas, todas as coisas têm de entrar para a FRETILIN. Timor-Leste é a FRETILIN, FRETILIN é Timor-Leste. Não pode existir outra coisa, não podem existir outras pessoas. É isso que explica “Xanana divide Timor”, por isso, “Xanana tem que sair”. Como se dissesse que 280 eu quero governar nos próximos 50 anos.

Encontrei-me com alguns, em 1991, em Díli, que me deram os parabéns porque defini uma estratégia política correcta em 1986, com a criação do CNRM. Hoje, encontraram uma cadeira no Governo, esperando ser amanhã, ou depois, ministro, e dizendo novamente que eu divido o povo.

285 Por isso mesmo, depois do Congresso da Fretilin, no passado mês de Maio, muitos ou alguns delegados receberam armas. Os Administradores de Distrito e subdistrito também ouviram dizer que alguns receberam armas. Por isso mesmo, vemos na televisão, ouvimos na rádio, lemos nos jornais, os políticos e os sábios que detêm o controlo desde a ponta do “kuda talin” (as rédeas do cavalo), dizerem repetidamente que: “Se Mari sair, 290 haverá derramamento de sangue!”, “Se Mari sair, Timor explode”, “Se Mari sair, haverá guerra!”.

Talvez o Comandante seja Rogério. Os Membros do Comité Central viram Conselheiros Políticos, para a ideologia de “Ran Nakfakar” (derramamento de sangue) e para a ideologia de “Timor rahun” (Timor vai explodir). O Vice-Presidente do Parlamento 295 também já gosta de falar de “guerra”. Já tem muito dinheiro, então tem de falar de “guerra”.

A História continua a evoluir, continua em movimento, e são os actos de todos nós que escrevem a história. Eurico Guterres, que todo o mundo conhece, acusado de ser assassino e outras acusações, ficou preso, nós todos pronunciamos o nome dele e todos

300 nós o acusamos porque em Timor-Leste somos todos santos, somos todos heróis da Libertação, somos todos políticos governantes. Com efeito, é muito interessante!!!

Enquanto Eurico Guterres, no dia 26 de Maio passado, enviou um “sms” pedindo aos nossos governantes para não fazer este povo sofrer tanto, os nossos governantes, alegremente, falam de “ran sei nakfakar” (haverá derramamento de sangue), “Timor sei rahun” (Timor há-de explodir), “ita sei funu” (nós vamos à guerra).

A História avança, silenciosamente, continua em movimento, registando os nossos actos, os bons e os maus, os limpos e os sujos. Ninguém poderá inventar a história, somos nós mesmos que estamos a fazer a nossa história, uma história triste que nos envergonha, e faz com que o povo sofra.

310 Eles talvez continuem a contar com as Falintil-FDTL. Mas com a prática deles, sujaram também o bom nome das F-FDTL. E eu acredito que as Falintil-FDTL, hoje, aguardam por mim, para nós podermos conversar.

As Falintil-FDTL também erraram, mas erraram porque deram ouvidos a pessoas mal-intencionadas, deram ouvidos a pessoas que não amam o povo, deram ouvidos a pessoas que tentam comprar a alma do povo. Durante os tempos da guerra de resistência nós dizíamos sempre: se as balas não matarem, o arroz e o supermi podem matar, as balas só podem matar o corpo, mas as rupias, o arroz e o supermi matam até a própria alma.

Hei de vestir a farda de novo para de novo erguer o bom nome das Falintil-FDTL Hei de caminhar de novo com as Falintil, porque é aswain do povo (é o brio do povo), mas que hoje chora, estão arrependidos, por não quererem escutar o seu Irmão mais velho, e escutaram só os que têm sede de sangue. Em 2000 eu saí das FALINTIL porque reconheci que as FALINTIL já haviam cumprido a sua missão sagrada de libertar a Pátria, e todos os seus membros já são crescidos, o que me permite deixá-los sozinhos para continuar a sua própria caminhada. Tal como no CNRT, em 2001, decidimos dissolver, para que cada um procurasse o seu lugar nesta nova caminhada de nação independente.

325 Mas eu estou pronto para caminhar de novo com todos eles e pedir desculpas ao povo. Depois disso, todas as F-FDTL, desde o Brigadeiro General até aos novos soldados, farão Juramento ao povo, dizendo que, enquanto militares, curvam-se perante a Constituição, respeitam as Leis, e nunca dependerão de um Partido, e darão garantias de liberdade e segurança à população, e respeitarão à Ordem Constitucional.

Os que têm sede de sangue e tentaram dividir a PNTL e atirá-los uns contra outros, também farão juramento ao povo, que só se submeterão à Constituição, que defenderão a legalidade democrática e darão garantias de segurança interna para todo o povo e não se submeterão a um partido.

335 No dia 11 de Maio, Mari disse-me que desconfiava de que o Rogério estivesse por detrás do 28 de Abril, porque não cumpriu a ordem do Mari para enviar a UIR de imediato para impedir os manifestantes.

340 Duas semanas depois, Rogério foi a Caicoli falar comigo. Eu disse-lhe: “Rogério, para citar o nome de Nicolau Lobato, devo dizer-te que eu estive juntamente com Nicolau nalguns dos momentos mais difíceis da guerra. As pessoas acusam-te de distribuir armas. Acredita ao menos em mim. Pensa bem, porque na guerra eu não perdi nenhum membro da minha família, tu perdeste a tua família toda. Nicolau com todos os teus irmãos, estão a olhar para nós, estão a chorar por causa das coisas que estão a acontecer. Eu sei que eles não querem isto”.

345 A grande História dos que têm sede de sangue ainda é longa. Porque, em todos os lugares, aparecerem pequenos comandantes espalhados por todo o Timor, fazendo barulho, para aterrorizar as pessoas. Algumas pessoas, talvez do Departamento de Comunicação do Comité Central, enviaram “sms” para os delegados, para os administradores.

350 Mas, com a ânsia, marcaram mal o número e todos receberam o “sms” pedindo para levar “10.000 pessoas desse distrito, 5.000 de outro distrito, para apoiar o camarada Lu-Olo e camarada Mari”.

Hoje, se queres ser funcionário, ou ministro, tens de te preparar para matar a tua própria alma, porque o dólar despiu os princípios que, porventura, ainda pudesses ter, nós
355 não sabemos. Vemos muito bem, estas pessoas brincam com o sofrimento do povo, usam o povo para defender a sua cadeira, o seu nome e o seu bolso.

No Relatório da “CAVR – Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação” pede-se o FIM DA VIOLÊNCIA POLÍTICA, para que o povo não sofra uma vez mais. Ainda recentemente, em Janeiro passado, fui entregar este Relatório ao Secretário-Geral
360 da ONU. Ainda mal se completaram seis meses, já houve disparos de armas, incêndios, pessoas mortas em Dili.

Um jovem em Lospalos, chamou-me traidor, porque não defendo um tribunal internacional. Hoje, ele não está sossegado, está todo enraivecido em Lospalos acreditando que a FRETILIN tem armas para fazer a guerra.

365 Eu fui a Lospalos no ano passado e falei com eles, e disse que a FRETILIN tem de pedir desculpas. Enviaram de imediato um “sms” ao Mari. No meio de uma reunião, Mari mostrou-me esse “sms” e parecia contente porque a sua rede de informações do partido está espalhada por todo o Timor para informar sobre as conversas do Presidente ou as actividades da oposição.

370 Pude dizer a este jovem, que eu, agora, não quero ser mais um traidor do povo. Porquê?

Quando o Tribunal iniciou os julgamentos de crimes que estão a ser cometidos, pedi aos Tribunais para considerarem se podiam esvaziar as Prisões de Becora, Baucau e Ermera para receber os novos hóspedes. Neste momento, todos aqueles apenas cometeram
375 crimes menores comparando com o que está a acontecer agora. Crime contra o Estado de Direito Democrático, crime contra o povo que já sofreu durante a guerra, durante 24 anos. Becora, Baucau e Ermera hão de receber diversos hóspedes, muitos corruptos que hão de lá ir e têm de ir para lá.

A Comissão Internacional de Investigação irá chegar, para nos ajudar a todos, para avaliar esta violência política que assolou o nosso país. Tudo quanto a CAVR fez e transmitiu, para escutar o choro do povo, o que o povo pede, as exigências do povo, para os políticos não fazerem sofrer mais o povo, para evitar a violência política, tudo isso, a liderança da FRETILIN não quis ouvir, ignorou. A liderança da FRETILIN demonstrou que, este choro, não lhes diz respeito, este chorar, não é problema deles, mesmo que o
385 povo sofra não é problema deles, mesmo que o povo morra, não é problema deles. O grande problema para eles é como se manterem no Governo.

A liderança da FRETILIN, por causa da sua arrogância, só sabe é acusar outras pessoas e não é capaz de reconhecer que também erra. Para eles, não há erros, porque o que fazem tem um objectivo: governar.

390 Só devem pensar em guerra para governar, porque governar dá-lhes tudo, dinheiro, boa casa noutro país, negócios que lhes dão dinheiro e ao partido também, mas o partido para eles é o pequeno grupo que está a governar. O povo está a sofrer em Dili, não foram ainda ver o povo, nem foram ainda falar com o povo. Só se preocupam em mobilizar pessoas do interior, para demonstrar que toda a FRETILIN curva-se perante ele, para lhes
395 beijar as mãos e os pés. O povo que se mobiliza para os apoiar, coitado, talvez ande de carro sem pagar, para gritar “Viva este, Viva aquele”, e depois de ser alimentado regressa às suas casas, continua a cavar a terra, quer mandar os filhos para a escola, mas não tem meios, sem dinheiro, em casa continua com fome.

Na mensagem de Fim do Ano de 2005, eu apelei aos jovens e a todo o povo, para
400 não darem ouvidos aos políticos que clamam pela violência, que os empurram para a
violência. Nós não queremos ouvir-nos uns aos outros, todos confiamos que todos os
sábios desta terra que, com as suas atitudes, podem dar-lhes dinheiro, para sujar a imagem
da FRETILIN, e para matar o nome e a história da FRETILIN.

Eu sei que Nicolau Lobato está triste. Nicolau Lobato não pede que o seu nome seja
405 colocado em todos os lugares. Ele não precisa. O que ele pede é apenas isto: que respeitem
a sua luta para libertar esta terra e este povo, que respeitem apenas o seu sangue.

Espíritos e antepassados, levantem-se para olhar por este povo! Ossos que estão
espalhados por todos os cantos, ponham-se de pé, sangue que foi vertido por todos os
cantos, junte-se de novo para ver aqueles que querem estragar o povo, que querem ver o
410 povo sempre a sofrer, que querem ver o povo sempre a morrer.

Mostrem-se, mostrem a vossa força! O vosso filho está aqui, que vos implora, para
olharem por este povo, para libertar este povo do jugo dos sedentos de sangue.

Em política, quando nós erramos, mesmo sendo um pequeno erro, se não
reconhecermos que é um erro, voltaremos a cometer muitos e maiores erros. Porque não
415 se reconhece que entre 1975 e 1978, a FRETILIN matou membros da própria FRETILIN
e outros que não aceitavam a sua ideologia, hoje em dia, para a liderança da FRETILIN,
matar não é problema. Matar, para eles, uma pessoa ou duas, ou dez, ou centenas, ou
milhares, é matar. O importante para eles é que o partido seja forte, para que governem
sempre.

Um partido assim é um partido que não quer a democracia, um partido que quer
420 impor a sua vontade a todos nós. Eu respeito a FRETILIN porque a FRETILIN me ensinou
a amar a terra e a servir o povo.

Todo o povo respeita a FRETILIN, porque a FRETILIN faz parte da História de
Timor-Leste. Mas, o povo tem de desprezar as pessoas que querem acabar com este
425 partido, para fazer todo o povo sofrer. Estas pessoas não merecem estar na FRETILIN.
Penso que outros partidos não os hão de receber, porque estas pessoas querem sugar o
sangue do povo, querem ver o sofrimento do povo, para poderem governar sempre, para
estarem bem. O partido que os acolher, o povo tem de ter cuidado, porque este partido
talvez mais tarde tenha sede e peça o sangue do povo.

Rogério deixou de ser ministro, Mari promoveu-o a Vice-Presidente da FRETILIN.
430 Faz-nos sentir vergonha por esta política suja.

Rogério foi ao Quartel da Polícia pedir combustível para o carro que ainda tem. O
responsável pela Logística da PNTL (Polícia Nacional do Timor-Leste) disse-lhe: o Sr. já
não é Ministro do Interior, não pode receber combustível da PNTL. Rogério respondeu
435 insultando-o: “Macaco, eu agora sou mais do que Ministro, tu sabes ou não?”

No dia 28 de Novembro de 2002, pedi para que ele fosse demitido, porque todas as
informações diziam que, em vez de fazer o seu trabalho, organizava o povo, para cortar a
lenha, para ele vender, plantar mandioca, para ele vender, fazer o vinho, que ele há de
vender, pescar, que ele há de vender. Eu falei com o Mari, como Primeiro-Ministro e com
440 o Ministro Horta, na minha casa, antes de 28 de Novembro de 2002, sobre o Rogério. Mais
tarde, porque pedi para ele ser demitido, eu é que errei e quando aconteceu o 4 de
Dezembro, apontaram-me o dedo.

Todos sabem sobre os buracos que foram cavados em Tibar, também noutros locais,
porque Rogério andava à procura de ouro/tesouro, que ele ouviu dizer que os japoneses
445 haviam enterrado. Nós não nos devemos admirar com as atitudes que o Rogério toma.
Enquanto estávamos em guerra e sofriamos na nossa terra, Rogério, enquanto Ministro da
Defesa, viveu em Angola e aproveitou para traficar diamantes até ser detido numa prisão.
E a FRETILIN, por causa do seu nome Lobato, ou porque algumas pessoas se sentiram

afectadas, elegeram-no como Vice-Presidente da FRETILIN. Na tomada de posse do
 450 Ministro do Interior, apertei-lhe a mão e disse-lhe: “Rogério, não esperes que eu te
 respeite, só por teres o nome Lobato. Nicolau também era Lobato, mas era Nicolau, tu
 chamas-te Rogério. Respeitar-te-ei, se a tua atitude me revelar que mereces respeito, mas
 não é por seres Lobato”.

Alguns investidores procuram encontrar-se comigo e disseram: “Presidente, o vosso
 455 sistema é muito diferente, para investir no vosso país, há duas vias: uma, temos de
 contactar a Agência de Investimento sob a tutela do Ministro Rogério, ou, a segunda,
 através de *langsung* (taxa indirecta) paga às altas entidades”.

Empresários timorenses disseram com tristeza: Presidente, já tenho a licença para a
 minha empresa, mas sofremos pressão para fazer entrar algum dinheiro na FRETILIN. Eu
 460 perguntei-lhes: “Querem que eu fale?”, e eles responderam: “Irmão, nós esperamos muitos
 anos, perdemos muito dinheiro, deixa-nos recuperar o nosso dinheiro”.

Por isso, como presidente da República, que não aceitou o resultado do Congresso
 realizado de 17 a 19 de Maio passado, exijo à Comissão Política Nacional da FRETILIN,
 que organize imediatamente um Congresso Extraordinário para, em conformidade com a
 465 Lei n° 3/2004, sobre os Partidos Políticos, eleger uma nova Direcção do Partido. Quando
 digo, em conformidade com a Lei, isso significa alterar a votação de braço no ar dos
 Estatutos da FRETILIN, para que a eleição da nova Direcção seja por voto directo e
 secreto. Dou um prazo de uma semana, para que este Congresso Extraordinário seja feito,
 porque a actual Direcção da FRETILIN é ilegítima.

O Presidente da FRETILIN, Lu-Olo, o Vice-Presidente da FRETILIN, Rogério
 470 Lobato e o Secretário-Geral da FRETILIN, Dr. Mari Alkatiri, todos eles, de acordo a Lei
 dos Partidos Políticos, são ilegítimos.

Não se pode dizer que a FRETILIN não tem dinheiro, porque a FRETILIN tem
 muito dinheiro. Com o dinheiro que sobrou do Congresso, Rogério comprou dois carros
 475 para o Grupo de Rai Los.

Eu posso discutir a Crise com a Nova Direcção, mas cabe ao Estado decidir. Porque
 não é a FRETILIN que errou, mas sim os que têm olhos grandes para o dinheiro e a enorme
 ambição para cavalgar sobre as costas do povo.

O que é o Estado Democrático de Direito? O artigo 1° da Constituição afirma: “A
 480 República Democrática de Timor-Leste é um Estado de direito democrático ... baseado no
 respeito pela dignidade da pessoa humana”. Hoje em dia, nós falamos de “guerra” de
 “derramamento de sangue”, e esquecemos a tolerância política. Os governantes
 demonstram que não têm respeito pela dignidade de cada pessoa, consentindo a violência
 e a destruição, causando mortes e perdas de bens.

O artigo 6° da Constituição afirma: “O Estado tem como objectivo fundamental: b)
 485 Garantir e promover os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pelos
 princípios do Estado de direito democrático; alínea c) defender e garantir a democracia
 política”. Nesta crise, só ouvimos ameaças de toda a ordem. Os governantes vão
 contribuindo para a violação destes objectivos do próprio Estado.

No artigo 29° da Constituição, afirma-se que: “n° 1: A vida humana é inviolável; n°
 490 2: O Estado reconhece e garante o direito à vida”.

E o que é que constatamos? Permite-se que as pessoas disparem umas contra as
 outras, pessoas são mortas, o povo sofre. Os governantes ajudam a violar a obrigação do
 Estado, não cumprem o seu dever de garantir a cada cidadão o direito à vida.

495 É a conjugação de tudo isto que dá sentido ao Estado Democrático de Direito.

O povo agora enfrenta um problema muito sério: há armas nas mãos dos civis, há
 disparos de armas em muitos lugares. E também quero informar que as Forças de

Intervenção apreenderam já muitas armas que não são da PNTL (Polícia Nacional do Timor-Leste) nem das F-FDTL (Forças Armadas).

500 O Estado não pode consentir isto. Algumas pessoas reclamam que “estamos a perder a nossa soberania”. Não é porque as Forças Internacionais tenham entrado na nossa terra. Perdemos a nossa soberania porque nós é que fizemos o pedido e, sobretudo, porque nós é que demonstramos não ter capacidade para resolver os problemas surgidos, criando problemas ainda maiores.

505 O Estado Democrático de Direito não é só os órgãos de soberania estarem juntos, rirem-se uns com os outros, aparecerem na TV, dizerem aos jornais que nós estamos juntos. A Unidade Nacional não é encostarmo-nos uns aos outros para mostrar os nossos dentes ao povo. A Unidade Nacional, para ser consistente, tem de passar pelos nossos pensamentos e as nossas acções, têm de passar por ouvir a voz do nosso povo e ouvir os
510 seus lamentos. Nós, os governantes, esquecemos sempre que: o povo pode sofrer, nós estamos bem, temos carros do Estado, temos casa do Estado, o povo sofre, continuamos a receber dinheiro, o povo passa fome, nós convidamo-nos uns aos outros para comer bem, beber vinho, o povo teme os tiros e nós andamos com uma forte segurança.

Por isso, não costumamos ouvir o lamento do povo porque estamos afastados dele.
515 O povo está a sofrer, alguns têm a coragem de dizer “Guerra!”. Em vez de nós, os governantes, termos vergonha, mostramos que o sofrimento do povo não toca a nossa pele. O Estado não pode consentir isto. O Estado não pode consentir que haja armas ilegais no nosso país. Acredito que a FRETILIN também não pode consentir todas estas coisas. Se a FRETILIN consentir, a FRETILIN quer fazer uma nova história neste querido país.

520 De quem é a responsabilidade? A justiça há de determinar de quem é a responsabilidade! Todas estas coisas são muito graves! E é isso que hoje preocupa o povo! E a própria FRETILIN tem de se preocupar com isso.

Por isso, APELO a todos que hoje ainda empunham armas, que as entreguem às Forças Internacionais e informem quem as distribuiu. Vocês não têm culpa, porque foram
525 enganados por outras pessoas para se enterrarem. Se não entregarem essas armas, se as Forças Internacionais as encontrarem, isso significa que vocês querem guardar essas armas para matarem pessoas. Melhor, todos aqueles que receberam armas, vão entregar de imediato às Forças Internacionais. Não se esqueçam, têm de dizer quem as entregou a vós e para quê.

530 Já foi iniciado o Inquérito sobre a distribuição de armas a civis, assim como para saber que armas ilegais existem, de onde vieram e para quem, quem as pediu, quem as recebeu, quem na Alfândega as deixou sair. Todos os vossos nomes hão de ser divulgados.

Aqueles que controlam a FRETILIN, ultimamente, gostam de gritar assim: vigilância máxima.

535 Agora, chegou o momento de eu pedir ao povo para fazer vigilância séria nos Distritos e Subdistritos, sobre aqueles que têm armas e distribuíram armas aos delegados ou a outras pessoas. Se sabem ou vêm pessoas com armas, mas que já as esconderam, informem as Forças Internacionais para elas as apreenderem, se estas pessoas não quiserem entregá-las. Se entregarem imediatamente, podem regressar a casa. Se forem
540 teimosas, se escondem ou enterram as armas, hão de responder perante o Tribunal, acerca da missão para a qual receberam a arma, e o motivo por que a esconderam, para matarem quem.

Acredito mesmo que nós todos já percebemos que temos de pensar no sofrimento do povo em primeiro lugar. Enquanto Presidente da República, quando me desloco ao estrangeiro, falo sempre da mesma forma: Timor é mesmo um caso de sucesso, porém
545 esse sucesso só durou até 20 de Maio de 2002.

O processo de governação do nosso país é que mostra se ainda temos sucesso ou ainda não.

550 Acredito que esta grande crise não dá garantias de sobrevivência ao Estado Democrático de Direito, nós ainda vamos atravessar esta ribeira suja para erguer algo de novo no nosso país, para fazer florescer os direitos humanos, a democracia, o amor e a paz.

555 Pergunto ao Primeiro-Ministro se ele tem conhecimento sobre a distribuição de armas a alguns delegados da FRETILIN, e ele responde que não sabe. Mas, mais tarde, ele soube, e mandou o Rogério para desarmar. E o Rogério enviou um “sms” para Rai Los, para barrar o caminho dos manifestantes que estavam contra o Governo, para queimarem os carros à noite, fazerem as “operações de comando” e esconderem-se durante o dia.

560 Nas reuniões que tive com ele, o Primeiro-Ministro falou sobre os grupos armados, dizendo que têm de ser desarmados e nunca me foi dito que, pelo menos o grupo de Rai Los fora armado pelo Rogério. De quem fora a responsabilidade? A justiça há de determinar de quem é a responsabilidade! Todas estas coisas são muito graves! E é isso que hoje preocupa o povo! E a própria FRETILIN tem de se preocupar com isso.

565 O Primeiro-Ministro informou-me que, depois do tiroteio em Tasi Tolo, no dia 24 de Maio, no qual a FDTL capturou 4 armas da polícia, Rogério fez-lhe saber que as armas e as pessoas que morreram eram do grupo Rai Los, lá colocado pelo próprio Rogério.

570 Na verdade, o Primeiro-Ministro informou o Brigadeiro Taur Matan Ruak acerca disto, que as armas da polícia não foram distribuídas pelo comando da polícia, mas sim pelo Rogério. Eu penso que se o Primeiro-Ministro informou o Brigadeiro Taur, o Brigadeiro talvez não tenha chamado os civis para levarem as armas para Díli, com a FDTL, para procurar a polícia e matá-la.

Eu perguntei a ele, Primeiro-Ministro, se tinha conhecimento sobre armas ilegais que tivessem entrado no nosso país e ele respondeu que não sabia.

575 Todos os problemas que apareceram não são da sua responsabilidade. A conversa dele é a de empurrar sempre para os outros. Antes de ir a Portugal, pedi para resolverem o problema dos peticionários, dentro da própria instituição, isto é, dentro do quartel, para evitar que “lorosae loromonu” explodisse para fora e estragasse a estabilidade e a unidade nacional.

580 Ele disse mesmo que o problema é político e prometeu que ia fazer todo o possível para a sua resolução. Mas, quando cheguei de Portugal, na internet foi divulgado que o Primeiro-Ministro afirmou que não pôde resolver, porque a petição não foi dirigida a ele, para apoiar uma decisão favorável aos peticionários.

585 Porém, no dia em que começou a manifestação dos peticionários, Antoninho Bianco leu um comunicado: agora, o Primeiro-Ministro já pode resolver porque, pela primeira vez, oficialmente, recebeu a petição.

Todos os problemas que apareceram, que outras pessoas provocaram, que outras pessoas desejaram, são para estragar a sua imagem, para baixar a (votação da) FRETILIN nas eleições de 2007.

590 Como os governantes nos órgãos de soberania sentem e mostram que os problemas que surgiram não são da sua responsabilidade, eu digo a todo povo e à FRETILIN.

Todos temem que, se Mari sair, a guerra regressa e haverá derramamento de sangue novamente.

595 Muitos estão preocupados que, se Mari cair, o Governo não funcione, as pessoas não recebam dinheiro e outras coisas. Também, se Mari cair, toda a bancada da maioria demite-se e o Parlamento deixa de funcionar.

Alguns dizem-me que temos de mostrar à Comunidade Internacional que existe uma normalidade institucional ou constitucional, senão é uma grande vergonha, se o trabalho das instituições for interrompido.

600 O povo é que me escolheu. Como fui eleito, tenho de prestar contas ao povo. Antes, de procurar satisfazer a comunidade internacional, eu tenho de curvar-me perante o povo, sofredor, que me escolheu. O povo pergunta-me, enquanto Presidente da República, onde está a minha responsabilidade quanto à garantia da Unidade Nacional que se fragmentou, da estabilidade que se desintegrou e do funcionamento normal das instituições democráticas que paralisaram.

605 Como Presidente da República eleito pelo povo, não pelo braço, mas por voto directo e secreto, eu tenho mesmo vergonha, porque eu não desempenhei bem as minhas responsabilidades. Por isso, estou pronto para assumir as consequências disso.

O Presidente da República é um órgão de soberania. Uma só pessoa, eu sozinho, sou o Órgão de Soberania.

610 Em conformidade com a Constituição, se o Presidente da República se demitir, o Presidente do Parlamento, Lu-Olo, assume o cargo de Presidente da República, promulga as leis para melhor as poder violar.

Tudo pode continuar a funcionar. O Governo continua a governar para tapar todos os buracos na cidade de Díli e também o Parlamento pode continuar a levantar o braço, 615 para alimentar a mulher e os filhos. No Parlamento, não existem problemas: Jacob Fernandes não há de pensar em guerra porque passa a ser o Presidente do Parlamento.

Uma coisa muito importante: este servo nunca há de dizer que se for destituído, o povo há de sofrer e que Timor fica arrasado.

620 Por isso, a estabilidade continua forte e eu acredito que se os órgãos de soberania estiverem unidos, Timor avançará.

Assim, a FRETILIN é que escolhe. Não é a Direcção da FRETILIN que é ilegítima porque viola a Lei e a Constituição.

625 Ou pedem responsabilidade ao vosso camarada Mari Alkatiri sobre esta grande crise, sobre a sobrevivência do Estado Democrático de Direito ou, amanhã, eu próprio envio uma carta ao Parlamento Nacional a informar que me demito de Presidente da República porque tenho vergonha pelo que o Estado está a fazer ao povo e eu não tenho coragem para enfrentar o povo.

Finalmente, apelo à calma de todos porque neste momento difícil temos de reflectir profundamente para que esta violência e destruição não se repitam no nosso país!